UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - CSE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICAS E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

PODER POLÍTICO E POLÍTICAS PÚBLICAS: INVENTÁRIO POLÍTICO DO PODER OLIGÁRQUICO EM SANTA CATARINA - UMA HISTÓRIA DE DOMINAÇÃO DE CLASSE

VALDIR ALVIM DA SILVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração, Área de Concentração em Políticas e Planejamento Governamental da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação do Professor Doutor Erni José Seibel.

Florianópolis (SC), abril de 1996

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de Mestre em Administração e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Administração, área de concentração em Políticas e Planejamento Governamental.

Professor Dr. Erni José Seibel - Orientador

Profesora Dra. Joana Maria Pedro

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Renato Ramos Campos

Professora Dra. Valeska Nahas Guimarães

Dedico este trabalho
à
Ester
e
Sofia
pelo seu novo mundo.

O Amor, a Política
a Política, o Amor
o Amor e a Política
a Política e o Amor
o amor da Política
a política do Amor
o Amor na política
a Política no amor

A Ação e a Reflexão
reflexão sem Dor
ação sem Amor
ação sem dor
reflexão sem amor

Ação-Reflexão
ação-Amor
amor-Ação
Amor-Reflexão
amor-amor
ação-ação
reflexão-reflexão
sem Dor,
com Paixão!

(VAS)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Júlia e Wilmar, que, apesar das dificuldades, não perdem por acreditar em seus filhos nem neles mesmos.

Ao Bruno, a Cléo, a Ione e a Meri, irmãos que nunca perderam a esperança e a alegria expressas nos seus lindos sorrisos.

Ao Professor Seibel, pela dedicação e por acreditar que um dia este trabalho seria terminado.

Aos Professores Renato Campos, Joana Pedro e Valeska, pela apreciação do trabalho em tempo "record", e Sílvio Cário, Célio Espíndola, Idaleto Aued, Ary Minella, Valdemar Pedreira, Joel Souto Maior, Nilson Reinert, Pedro A. Vieira, e todos aqueles, que de uma forma ou de outra, influenciaram a trajetória deste trabalho.

Aos amigos e companheiros do DIEESE, Zé Álvaro, João Batista, Edla, Milene, Clóvis e Jorge.

Aos amigos e companheiros do SEEB-Fpolis, muito trabalho pela frente.

À Dra. "Neca" (Mariângela Darella) e Simone, pelas muitas vezes que me "ressuscitaram" com a acupuntura renovando as minhas energias.

Ao pessoal da Secretária de Estado da Administração, pela acolhida e pelas valiosas informações.

À todos os companheiros que lutam, das mais diversas formas, por uma sociedade socialista, democrática e conscientes da sua natureza.

Em especial às pessoas que compartilharam no meu "histórico" dia a dia, pois estão todas no meu coração: Abbas, Silvana, Charles, Andréia, Rosani, Rita Maria, Fabrício, "Panela", Jaques, Cristiano (*in memorian*), Serginho, "Mareca", Hélio, Sílvio Cário, Ricardo, Ana Lia, Ana Maria, Edilane, Marcos Valente, Jane, Chico, Clau, Ronaldo, Neto, Zê, Luiz Soma, Sil, Nádia, Sônia, Evandro, "Paralelo", Patê, Alceu, Benilson, "Sardinha", Regina, Karina, Karine, Leila, Liana, Lili, Maria Helena, Júlia, Naza, Diogo, Mr. Fabricio, Manoel, Letícia, e todos os amigos, se sintam incluídos.

Valeu a força!

SUMÁRIO

RESUMO XV

ABASTRACT XVII

1. INTRODUÇÃO 1

2. ESTADO: ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DO PODER POLÍTICO DE CLASSE 6

2.1. BLOCO NO PODER: EXPRESSÃO DO PODER POLÍTICO E DA ALIANÇA DE CLASSE 6

2.2. AUTONOMIA RELATIVA: CORRELAÇÃO DE FORÇAS PARA A DOMINAÇÃO 9

2.3. ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: ELITES ORGÂNICAS E AÇÃO COLETIVA E O PAPEL DOS INTELECTUAIS NA MEDIAÇÃO DA HEGEMONIA 12

2.4. FORMULAÇÃO *VERSUS* IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INTERESSES ESPECÍFICOS E LUTA INTRABUROCRÁTICA 15

2.5. ELITES ORGÂNICAS: AGENTES POLÍTICO-ESTRATÉGICOS DA AÇÃO E DO PODER 16

2.6. PODER PÚBLICO E PRODUÇÃO MATERIAL: ALGUNS REQUISITOS INSTITUCIONAIS PARA A MANUTENÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS 19

2.7. ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS PARA A REORGANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TROCA 21

2.8. DIRECIONAMENTO POLÍTICO: UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS ESPECÍFICOS 23

2.9. CONTRADIÇÕES ESTRUTURAIS: TENTATIVAS DE ESTABILIZAÇÃO DA CONTRA REFORMA 24

3. PAPEL HISTÓRICO DO ESTADO NA CONSOLIDAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS INTERNAS 26

3.1. A EXPANSÃO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: UM ESTADO CADA VEZ MAIS POLÍTICO-ECONÔMICO-MILITAR COM MUDANÇAS NO CARÁTER DA DOMINAÇÃO 26

4. CONFORMAÇÃO DOS ELEMENTOS DO PODER POLÍTICO NA ESTRUTURAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA 38

4.1. AS POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO MERIDIONAL BRASILEIRO: OBJETIVOS ESTRATÉGICO-MILITARES 38

4.2. MUDANÇAS ESTRUTURAIS E INSTITUCIONAIS A PARTIR DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL 42

4.2.1. O movimento nacionalista: o surgimento da Assembléia Provincial em Santa Catarina 47

4.2.2. Os conflitos com o federalismo: as disputas internas entre os republicanos - as províncias do sul contra o Império 50

4.2.3. As mudanças de estratégia: os efeitos da Guerra do Paraguai e as políticas de colonização no sul 56

4.3. A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO DO GOVERNO IMPERIAL BRASILEIRO E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO EM SANTA CATARINA 61

4.3.1. Os contratos de colonização: ocupação induzida dos espaços regionais 66

5. O PODER POLÍTICO EM SANTA CATARINA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: COMPOSIÇÃO OLIGÁRQUICA (1889-1930) 78

5.1. LAURO SEVERIANO MÜLLER: O PRIMEIRO GOVERNADOR REPUBLICANO - MILITAR NOMEADO - OS CONFLITOS ARMADOS DA "REVOLUÇÃO FEDERALISTA" E DA "REVOLTA DA ARMADA" (1889-1894) 79

5.1.1. A vitória dos florianistas: Anhatomirim e Floriano (polis) 87

5.2. HERCÍLIO PEDRO DA LUZ: O PRIMEIRO GOVERNADOR REPUBLICANO-CIVIL ELEITO - A LIDERANÇA DO PARTIDO REPUBLICANO CATARINENSE (1894-1898, 1918-1922, 1922-1924) 89

5.2.1. A gestão de Hercílio Luz: prioridades para o povoamento e a infra-estrutura viária 94

5.2.2. O segundo mandato de Hercílio Luz: Lauro Müller se elege mas não assume - manobras políticas e base populista (1918-1922) 98

5.2.3. O terceiro mandato: Hercílio Luz falece e assume o Vice-Governador Pereira Oliveira 100

5.3. FELIPE SCHMIDT: O TERCEIRO GOVERNADOR REPUBLICANO E MILITAR (ELEITO) - AS ARTICULAÇÕES "LINHA DURA" COM OS "CORONÉIS" DO PLANALTO SERRANO (1898-1902, 1914-1918) 103

5.3.1. O segundo mandato de Felipe Schmidt: o acordo na questão do Contestado - cenário de fundo das lutas "intestinas" nas oligarquias (1914-1918) 107

5.4. VIDAL RAMOS: ELEITO VICE-GOVERNADOR ASSUME NO LUGAR DE LAURO MÜLLER - PODER POLÍTICO DA OLIGARQUIA DO PLANALTO E A "GUERRA AOS FANÁTICOS" 115

5.4.1. Apesar da guerra a reforma do ensino: a experiência da escola americana-paulista em Santa Catarina 119

5.5. GUSTAVO RICHARD: O GOVERNO DA FUSÃO PARTIDÁRIA ENTRE REPUBLICANOS E FEDERALISTAS (1906-1910) 122

5.5.1. A gestão de Gustavo Richard e as bases do populismo com Hercílio Luz 127

5.6. ADOLPHO KONDER: A RENOVAÇÃO DOS QUADROS PARTIDÁRIOS E A ASCENSÃO DA PODEROSA FÔRÇA POLÍTICA DAS FAMÍLIAS KONDER-BORNHAUSEN (1926-1930) 128

5.6.1. A gestão de Adolpho Konder e a nova onda de colonização: a ocupação da região do "Contestado" por colonos alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul 132

5.7. FÚLVO ADUCCI: GOVERNADOR ELEITO E DEPOSTO PELA "REVOLUÇÃO DE 1930" (1930) 134

6. O PODER POLÍTICO DOS RAMOS E KONDER-BORNHAUSEN: DA "REVOLUÇÃO DE 1930" AO PLANEJAMENTO DA AÇÃO ESTATAL (1930-1960) 137

6.1. A "REVOLUÇÃO DE 1930"E AS INTERVENTORIAS FEDERAIS: PRESSÃO DOS "CORONÉIS" - ARISTILIANO RAMOS NO PODER (1930-1935) 137

6.2. NEREU RAMOS NO PODER: GOVERNADOR ELEITO INDIRETAMENTE (1935) E INTERVENTOR FEDERAL NOMEADO OR GETÚLIO VARGAS DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945) 141

6.2.1. A gestão de Nereu Ramos durante o Estado Novo: a transição para o processo de redemocratização (1945-1956) 147

6.2.2. O poder político de Nereu Ramos com o fim do Estado Novo: nacionalização do ensino e os conflitos com a colonização estrangeira 149

6.2.3. Nereu Ramos como Vice-Presidente da República (1946-1950): ascende à Presidência da República na crise política de 1955 - garantia de transição democrática para a posse de Juscelino Kubitscheck e João Goulart (1946-1958) 153

6.3. ADERBAL RAMOS DA SILVA: A CONTINUAÇÃO NO PODER DOS RAMOS NO GOVERNO DE SANTA CATARINA (1947-1952) 157

6.3.1. A gestão de Aderbal Ramos: ausência causa "rombo" e desgaste político para Nereu Ramos 159

6.4. IRINEU BORNHAUSEN: A OPOSIÇÃO TOMA O PODER DOS RAMOS - BANQUEIRO E PLANEJAMENTO NO PODER ESTATAL (1951-1956) 161

6.4.1. O Plano de Obras e Equipamentos - POE: planejamento para a ação do Estado 165

6.4.2. A gestão de Irineu Bornhausen: prioridade aos programas setoriais - base do POE 169

6.5. JORGE LACERDA: CONCILIAÇÃO INTEGRALISTA COM O PODER DOS KONDER-BORNHAUSEN (1956-1958) 172

6.5.1. A gestão de Jorge Lacerda: continuidade do POE - "energia" concentrada para a Termoelétrica de Capivari - SOTELCA 177

6.6. HERIBERTO HÚLSE ASSUME: O GOVERNO DE VOLTA AOS KONDER-BORNHAUSEN (1958-1960) 179

7. A MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA ESTATAL: PLANEJAMENTO E PODER POLÍTICO TECNOBUROCRÁTICO - A DITADURA MILITAR E OS PLANOS DE GOVERNO (1960-1979) 185

7.1. CELSO RAMOS: O ÚLTIMO DOS RAMOS MODERNIZAÇÃO E PLANEJAMENTO PARA O PODER POLÍTICO - ASCENSÃO DA TECNOBUROCRACIA (1961-1966) 185

7.1.1. A gestão de Celso Ramos: ampla reestruturação do Estado com a implementação do PLAMEG 196

7.1.2. Reestruturação do estado: características do novo sistema de planejamento 203

7.1.3. As principais transformações institucionais realizadas pelo PLAMEG 208

7.2. IVO SILVEIRA E A CASSAÇÃO DO VICE-GOVERNADOR: O PODER POLÍTICO DOS KONDER-BORNHAUSEN E O BI-PARTIDARISMO (1966-1971) 216

7.2.1. O bi-partidarismo volta à tona: a cassação do Vice-Governador eleito abre o espaço para a negociação: entra em cena pelos bastidores Jorge Konder Bornhausen 220

7.2.2. A gestão de Ivo Silveira na nova conformação partidária: garantia de continuidade com o PLAMEG II 226

7.3. COLOMBO MACHADO SALES: O TECNOBUROCRATA NECESSÁRIO (1971-1975) 230

7.3.1. A gestão de Colombo Salles: continuidade dos planos anteriores com o Projeto Catarinense de Desenvolvimento: PCD 235

7.4. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS: A VOLTA DO "PRC AO PODER" COM OS KONDER-BORNHAUSEN (1975-1979) 242

7.4.1. A gestão de Antônio C. K. Reis: "governar é encurtar distâncias" 244

7.4.2. As eleições parlamentares de 1978: ascensão das oposições - efeito da municipalização de 1976 249

8. O PROCESSO DE TRANSIÇÃO POLÍTICA: O ENFRENTAMENTO DAS OPOSIÇÕES E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (1979-1991) 253

8.1. JORGE KONDER BORNHAUSEN: A TRANSIÇÃO DO REGIME AUTORITÁRIO E A CONSOLIDAÇÃO DO PODER DOS KONDER-BORNHAUSEN (1979-1982) 253

8.1.1. A caracterização da estrutura do Estado: o poder do Gabinete do Governador 260

8.1.1.1. A Administração Direta: o domínio do Poder Executivo 261

8.1.1.2. A Administração Indireta: espaços de negociação política 265

8.1.2. A gestão de Jorge Bornhausen: prioridade para a Secretaria de Transportes e Obras 266

8.2. HENRIQUE HELION VELHO DE CÓRDOVA - NA TRANSIÇÃO POLÍTICA A RESPONSABILIDADE DE ELEGER ESPERIDIÃO AMIN E JORGE BORNHAUSEN - A "MÃO NA CUMBUCA" (1982-1987) 269

8.3. ESPERIDIÃO AMIN: A CONSTRUÇÃO DA CANDIDATURA E A VITÓRIA DO POPULISMO (1983-1987) 284

8.3.1. A gestão de Esperidião Amin: a construção de sua imagem política 289

8.4. PEDRO IVO FIGUEIREDO DE CAMPOS: A DISPUTA PELO PODER E A PREOCUPAÇÃO COM PROBIDADE ADMINISTRATIVA (1987-1990) 295

8.4.1. A gestão de Pedro Ivo Campos: saneamento do BESC sob intervenção do Banco Central 302

8.5. CASILDO MALDANER: SUCESSÃO FORÇADA E GESTÃO ENGESSADA 305

9. CONCLUSÃO 308

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LISTA DAS PRINCIPAIS SIGLAS

ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
ACM	Associação Catarinense de Medicina
ADESG	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AIB	Ação Integralista Brasileira
AL	Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
ALISC	Associação dos Professores Licenciados de Santa Catarina
AN	A Notícia
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BADESC	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
BDE	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CIC	Centro Integrado de Cultura
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CODESC	Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DAE	Departamento Autônomo de Edificações
DC	Diário Catarinense
DER	Departamento de Estradas e Rodagem
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
ED	Esquerda Democrática
ENCATER	Empresa Catarinense de Terminais Rodoviários
ERUSC	Companhia de Eletrificação Rural de Santa Catarina
ESG	Escola Superior de Guerra
FEAR	Fundo Estadual de Assistência Rodoviária
FIESC	Federação das Indústrias do estado de Santa Catarina
FUCADESC	Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidades
FUNDESC	Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina

GAPLAN	Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral do estado de Santa Catarina
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IVC	Imposto sobre Vendas e Consignações
JSC	Jornal de Santa Catarina
JRC	Junta Republicana Catarinense
LRC	Legião Republicana Catarinense
LSN	Lei de Segurança Nacional
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OE	O Estado
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCD	Projeto Catarinense de Desenvolvimento
PCR	Paulo da Costa Ramos
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PLAMEG	Plano de Metas do Governo
PLC	Partido Liberal Catarinense
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POE	Plano de Obras e Equipamentos
PP	Partido do Povo
PP	Partido Popular
PR	Paraná
PRC	Partido Republicano Catarinense
PROCAPE	Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RS	Rio Grande do Sul
SANTINVEST	S.A Santa Catarina Empreendimentos e Participações
SC	Santa Catarina
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
SENAI	Serviço Nacional da Indústria

SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral
SESC	Serviço Social do Comércio
SOTELCA	Sociedade Termoelétrica Capivari
STF	Supremo Tribunal Federal
STO	Secretaria de Transportes e Obras
TC	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UDESC	Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
UDN	União Democrática Nacional
UDS	União Democrática Socialista
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

Este trabalho constitui-se num estudo exploratório, e surgiu devido a tamanha curiosidade para se conhecer um pouco melhor as coisas de nossa Santa Catarina, tão rica em história e, ao mesmo tempo, pela indignação de não ter tido acesso à esta história e, consequentemente, à sua riqueza no período escolar de minha formação. Foi-me negado conhecer por obra e graça de nossas "elites dominantes", que se preocuparam em contar uma "outra" história aos nossos educadores que, por sua vez, não nos contaram nem "uma história", muito menos os fatos que a geraram.

Neste sentido, aguçado pela curiosidade, reconheço que foi ousadia da minha parte querer conhecer "tudo" de uma vez, como diriam alguns, dado a magnitude do trabalho que se apresenta. Entretanto, a minha indignação foi maior e o resultado disso é apenas uma pequena contribuição no querer conhecer a nossa história sob um outro prisma, sob a ótica das relações de poder, procurando enfocar o poder sob a ação do Estado, o poder do Estado sob a ação de indivíduos que se encarregam de fazer a história como sujeitos na construção da própria realidade, transformando a própria realidade, construindo fortalezas estruturais para se abrigar e brigar pelo poder.

Assim, o Estado é analisado aqui sob a forma de um espaço de organização e controle do poder político desenvolvido por indivíduos organizados, numa ação de classe, como bloco no poder, expressão real do poder político. Indivíduos que possuem uma trajetória política pelas estruturas do Estado e exercem um papel histórico para a consolidação das transformações da própria estrutura, conformando os elementos do poder político de classe.

Este processo cria os elementos da própria dominação, das lutas pelo poder político, resultado das intermináveis guerras que se esparramaram por continentes inteiros, destruindo e construindo: homens e máquinas; atitudes e consciências; o velho e o novo; o Estado e a sociedade; o autoritarismo e a democracia; o "coronel" e o cidadão; o capital e o trabalhador; o

dominante e o dominado; a cultura e a ignorância, numa interminável teia de relações, que se produzem e se reproduzem constantemente; a conjuntura e a estrutura; a vida e a morte, .

Assim, a intenção deste trabalho é explorar as possibilidades, sem a pretensão de se tirar grandes conclusões, mas, na tentativa de melhor entender a nossa própria realidade

ABSTRACT

This work is an exploratory study, and it is the result of a great curiosity in knowing a little better the rich story of Santa Catarina State (Brazil). And, at the same time, it is the result of my indignation for not having access to this history and, consequently, to its richness during my schooling. This was denied to me by our "dominant élite", which was concerned in telling "another" history to our educators, which, by their turn, did not tell us "a history", much the less the facts which have generated it.

This way, moved by curiosity, I recognize that it was daring on my part willing to know "everything" at once, as some would say, due to the magnitude of de work ahead. However, my indignation was greater, and the result of it is only a small contribution for knowing our history from the standpoint of power relations, aiming to focus the power under the action of the State, the power of the State under the action of individuals which are concerned in making history themselves, as subjects in the construction of their own reality, transforming reality itself, building structural fortresses to shelter and fight for power.

Thus, the State is analyzed here as space of organization and control of the political power, developed by organized individuals, in a class action, as a block of power, a real instance of political power. Individuals which possess a political track on the structures of the State and perform a historical role for the consolidations of transformations of the structure itself, shaping the elements of the political power of the class.

This process create the elements of domination itself, the fights for the political power, which result from the endless wars that spread over whole continents, destroying and constructing: men and machines; attitudes and consciences; the old and the modern; the State and the society; authoritarianism and democracy; the "big boss" and the citizen; the capital and the worker; the dominant and the dominated; culture and ignorance, in an endless web of relations, which are produced and reproduce themselves constantly; conjuncture and structure; life and death.

Therefore, the intention of this work is to explore the possibilities, without any pretension of drawing great conclusions, but attempting to understand better our own reality.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta Dissertação é instalar uma discussão que permita construir um inventário político sobre os Governadores de Santa Catarina e suas interações nos diversos níveis estruturais do Estado, no período Republicano (1889-1991).

Para a elaboração do trabalho considerar-se-á cada Governador como sujeito histórico, um intelectual orgânico, que vive numa relação de "organicidade intersubjetiva" nas suas relações políticas na estrutura do Estado e que expressam uma relação de poder de classe. Para se construir este inventário político procurar-se-á destacar o perfil individual de cada Governador e sua trajetória dentro da estrutura estatal como forma de ocupar espaços estratégicos na constituição do poder político a partir da formação de blocos de poder. Esta trajetória política pelas estruturas do Estado permite identificar os espaços onde são exercidos as funções de hegemonia e de dominação, na Sociedade.

A ênfase dada neste trabalho situa-se no domínio desta hegemonia ao nível da Sociedade Política, ou seja, do Governo Jurídico do Estado. Este Governo Jurídico permite a legitimação de classes e frações de classe no interior do Estado para o domínio e centralização do poder político. Este domínio é exercido a partir da centralização do poder ao nível do Poder Executivo, o que permite desencadear uma crescente intervenção do Estado na economia, e conseqüentemente, a construção de um projeto político de classe. Para a construção deste projeto político de classe, as relações entre os indivíduos entre si e as estruturas do Estado são relações ativas e conscientes, que transformam a si mesmos enquanto indivíduos que possuem poder político, e transformam e modificam também todo o ambiente, ou seja, o conjunto das relações no qual estão inseridos.

A personalidade de um indivíduo faz parte destas relações, e conquistar uma personalidade significa ter consciência destas relações. Modificar a sua própria personalidade significa também mudar o conjunto das relações e, consequentemente, mudar as estruturas.

Assim sendo, pretende-se destacar as principais características do Estado enquanto espaço de organização de classe e que conformam uma organização chamada Estado. Portanto, o Estado é um espaço de organização e controle do poder político. O Estado, na sociedade, desempenha o papel histórico de estruturar e organizar uma dominação de classe, uma organização estratégica do poder político de classe, que interage nas relações com a sociedade e provoca transformações internas nela.

Os movimentos de classe, na medida em que expressam interesses de frações de classe e de grupos de interesse, nacionais ou estrangeiros, desenvolvem as estruturas do poder estatal atingindo diversos setores, e conseqüentemente, a vida das pessoas que vivem em sociedade. Estes interesses são relações econômicas e culturais, organizando corporativamente as relações de trabalhadores entre si e com o poder de Estado, ou das classes e frações entre si, até as unidades de produção no espaço da produção material. Transformam os indivíduos em massa, povo, multidão, a partir de uma indústria cultural, reduzindo o cidadão à cidadania administrada, tutelada e até mesmo tolerada, transformando a questão social em simples problema de administração. Transformam o cidadão e o companheiro em simples consumidores, poupadores ou investidores, passando a ser avaliado pelo princípio da quantidade e não da qualidade, tolhendo a essência da liberdade.

Assim cria-se um Estado, modo pelo qual as classes se relacionam com a sociedade, com os grupos de interesse, com o povo, com o indivíduo, e interagem simultaneamente, com desdobramentos econômicos, políticos, culturais, militares, geopolíticos, familiares, entre outros. As articulações de frações de classes no interior do Estado definem uma articulação entre os principais intelectuais, sujeitos históricos, na construção de espaços de poder, que desenvolvem uma administração política na gestão do Estado.

A partir desta administração política constroem-se estratégias para a reformulação das estruturas político-administrativas, elementos ideológicos importantes para as transformações do próprio poder político no Estado. Estas reformulações constituem as chamadas reformas administrativas, a partir da criação e/ou reformulação de ministérios, secretarias de Estado, departamentos, institutos, grupos executivos, conselhos, departamentos, secretarias executivas, divisões, bancos estatais, companhias abertas, fundações, empresas públicas etc. e servem, geralmente, de barganha política entre os grupos. Essas reformulações se dão historicamente pelo crescente processo de diferenciação interna da sociedade com o aprofundamento da divisão social e da divisão técnica do trabalho, condições essenciais para o aprofundamento das relações capitalistas de produção para a produção material da riqueza.

Neste sentido, procurar-se-á trazer elementos para se poder identificar, não necessariamente determinar, como se processam as relações políticas que em última instância levam a tomada de decisões políticas que influe na sociedade. É importante saber o que ou quem é o responsável pela formulação destas políticas. Assim procedendo, é fundamental destacar as características dos principais sujeitos, os Governadores, no intuito de identificar o papel histórico que eles desempenham, a autoridade que possuem e

os poderes que detém em relação aos integrantes do poder, e eles entre si, e como se controlam mutuamente.

Assim constituídos, cada um exerce uma função social específica ou especial dependendo das relações que estabelecem no âmbito social, como: cidadão comum, legislador, militar, líder partidário, sindicalista, ativista popular, magistrado, servidor público, técnico, assessor, professor, empresário ou homem de negócios, profissional liberal, etc.

Desta forma, no âmbito deste trabalho, procurar-se-á destacar as relações dos Governadores enquanto expressão máxima constitutiva do Poder Executivo ao nível institucional, e suas relações políticas com o Legislativo; o Judiciário; a Sociedade Civil, e outros indivíduos. Assim, o Poder Executivo está organizado na sua forma institucional de Governo Jurídico como Administração Direta, compondo os cargos de Governador, Vice-Governador e os Secretários de Estado, e como Administração Indireta com as Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. O Poder Executivo detém o poder para regular a estrutura, as atribuições e o funcionamento dos diversos órgãos da administração estadual. Entretanto, as funções de cada detentor de poder na estrutura são atribuídas de acordo com as Constituições Federal, Estadual.

Neste sentido, a conformação da estrutura do poder, ou seja, a ocupação do espaço de Governador no Executivo, reflete sobremaneira a dimensão do poder político do Estado, resultado de uma interminável teia de relações políticas.

No capítulo primeiro, faz-se uma discussão teórica procurando demonstrar o papel do Estado na Sociedade, como ele se estrutura e se expressa, procurando destacar seu papel histórico e estratégico na organização e controle do poder político de classe.

No segundo capítulo, destaca-se o papel histórico do Estado na consolidação das transformações estruturais internas aos chamados Estados nacionais, que propiciaram o desenvolvimento das relações capitalistas de produção estabelecendo, também, mudanças no caráter da própria dominação.

No capítulo três, os elementos que propiciaram a conformação do poder político na estruturação do estado de Santa Catarina, a partir de um processo de imigração estrangeira como parte das políticas do Estado na ocupação dos espaços regionais, bem como os principais conflitos intra classes.

No quarto capítulo, resgata-se algumas articulações políticas, historicamente determinadas, como elementos importantes na construção de uma estrutura regional de poder político. Este resgate

permitirá a identificação das relações entre os principais sujeitos históricos, os Governadores, com os espaços da Administração pública, procurando destacar a composição e a formação do poder oligárquico catarinense na Primeira República (1889-1930). Procurou-se destacar os diversos movimentos revolucionários, conflitos armados entre as frações de classe dominante na disputa pelo poder político do Estado neste período.

No capítulo cinco, a composição do poder político no período de 1930 a 1960, que se modifica a partir da revolução de 1930, quando entram em cena duas famílias com poderosa força política e que se revezam no poder, os Ramos e os Konder-Bornhausen.

No sexto capítulo discutir-se-á o período de 1960 a 1979, onde se instala um projeto desenvolvimentista que propicia uma ampla reestruturação do Estado e sua modernização, com a implantação de uma administração pública baseada na tecnoburocracia a partir da implementação do planejamento para a ação política estatal. O período é profundamente marcado pelo Golpe de Estado de 1964, desencadeando num Estado de Exceção, tecnoburocrático e autoritário.

No sétimo e último capítulo, que abrange o período de 1979 a 1991, procurar-se-á demonstrar a participação da Sociedade Civil e das oposições no processo de transição política definido pelo esgotamento do regime militar visando a retomada da democracia. Este período se define pela organização da estrutura na forma mais acabada, resultado das relações com que o poder político oligárquico foi se construindo historicamente.

Desta forma, este trabalho pretende justificar-se:

Pelos limites impostos à administração pública, quando se trata de introduzir, na dinâmica da tomada de decisões, a discussão política das políticas públicas, pois elas refletem a falta de homogeneidade de interesses na complexa atuação da administração pública, devido ao caráter de classe na composição da estrutura organizacional do Estado;

Pela identificação das articulações de grupos empresariais com o aparato de Estado e seus vínculos orgânicos com outras instâncias de organização política;

Pela identificação de conflitos e contradições na interior do Estado que permitem, dada a autonomia relativa, a ação das elites orgânicas num rearranjo político na sua estrutura organizacional, consolidando canais duradouros de participação e representação de interesses no interior do aparato estatal;

Pelas diferentes interpretações sobre o Estado, que implicam diferenças nas formas institucionais e organizacionais para a consecução de políticas públicas;

Pela rearranjo de informações, que permitirá abrir canais para futuros estudos sobre os intelectuais orgânicos da classe dominante catarinense, suas relações com o Estado e a forma de sua constituição enquanto bloco no poder.

Desta forma, os conceitos aqui colocadas definem-se de forma constitutiva e operacional:

Estado: - Definição Constitutiva (D.C.): forma institucional de poder público em sua relação com a produção material. Definição Operacional (D.O.): será definido objetivamente, no sentido estrito do governo jurídico, através do Poder Executivo com a Administrativa Direta e Indireta, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a Sociedade Civil, principalmente os Partidos Políticos;

Classe Social: - D.C. - a expressão das relações relações sociais de produção num dado modo de produção, numa formação social, é o reflexo de um conjunto de estruturas no caso concreto no nível econômico e/ou no nível político e/ou no nível ideológico. D.O. - será identificado, do ponto de vista teórico, na medida em que os detentores de posição de poder mantenham vínculos econômicos, políticos e ideológicos com os interesses de classe e/ou frações de classe para a produção material.

Poder: D.C. - capacidade de exercer a ação política de forma ininterrupta ou com descontinuidades menores, num movimento de pinças, envolvente, político-ideológico, sempre reproduzindo e ampliando as bases de atuação para conquistar, salvaguardar e consolidar posições.

Elites orgânicas: D.C. - agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe. D.O. - serão identificadas em cada posição de poder, em relação ao aparato estatal, visando a manutenção de posições políticas e das relações de produção.

Bloco no Poder: D.C. - expressão política das diferentes frações da classe dominante, unificadas para governar exercendo a função de tradutoras da ideologia dominante em ações concretas. D.O. - composição dos diferentes sujeitos que se unificam para governar, será o resultado das relações políticas e seus vínculos enquanto detentores de poder na estrutura do Estado.

Sociedade Civil: D.C. - nível superestrutural, conjunto de organismos comumente chamados de privados. D.O. - será identificada pelas formas organizacionais formais de representação de interesses: escolas, partidos, sindicatos, federações, associações, institutos, igrejas, etc.

2. ESTADO: ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DO PODER POLÍTICO DE CLASSE

O objetivo deste capítulo é construir, a partir de algumas concepções teóricas, uma reflexão acerca das características estruturais e da composição política do Estado capitalista enquanto Organização formal,[1] numa sociedade dividida em Classes Sociais, privilegiando o Estado como objeto importante de investigação. Procurar-se-á demonstrar o papel do Estado na sociedade e como ele se estrutura, levando-se em consideração o seu papel histórico e estratégico na organização do poder político. O resultado deste processo é a consolidação e a manutenção das relações de produção capitalista.

2.1. BLOCO NO PODER: EXPRESSÃO DO PODER POLÍTICO E DA ALIANÇA DE CLASSES

As forças políticas que formam um poder instituído num determinado período histórico, formação esta complexa nas suas determinações, permitem-se a realização de ações políticas materiais, concretas, sob a denominação de **políticas públicas**. As políticas públicas podem ser efetivadas sob diferentes perspectivas, que refletem conteúdos diferenciados de práticas materiais, de costumes e morais, a partir dos sujeitos políticos que ocupam determinados espaços de poder ao nível de um governo jurídico de Estado. Uma vez no poder os integrantes investem-se de **poder público** e adotam diferentes estratégias, seja para a manutenção/fortalecimento, seja para a mudança/transformação das relações sociais existentes, e organizam sob a forma de um **bloco no poder**, que é historicamente determinada.

Para a manutenção do poder de Estado, como centro de poder, percebe-se a ação de indivíduos e/ou atores sociais, [2] que, articulados entre si ou não, representam interesses diversos, sejam eles

---

[1] "Como nascemos, vivemos e morremos em organizações formais, as teorias explicativas destas são de primordial importância, principalmente, quando pela itervenção do Estado na economia, o próprio Estado aparece como organização. Daí, qualquer análise da Teoria Administrativa deve partir da burocracia enqunato poder, para atingir a burocracia na estrutura da empresa." Cf. TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1985, p.16.

[2] Os atores sociais são forças sociais e personalidades que controlam centros de poder. Esses centros de poder tomam, muitas vezes, a forma de instituições. A distinção entre forças sociais e centros de poder é ambígua. Um partido político é uma força social e um centro de poder ao mesmo tempo. Já um município é um centro de poder , mas não é uma força social. Podemos dizer que os atores sociais controlam os centros de poder, incluídos como centros de poder

individuais, de classes sociais e/ou frações de classes. Ocupam espaços estratégicos na própria estrutura estatal, influenciando na sua organização e funcionamento, sob a forma de uma administração-burocracia e que "sempre deteve um lugar importante, variável segundo os diversos países, na organização e funcionamento do estado burguês. Isso não impede que um fortalecimento do Poder Executivo se desenvolva desde o início do capitalismo monopolista, marcando aliás a passagem do Estado liberal para o Estado intervencionista." [3]

Assim, a administração da coisa pública aliada a racionalização pela burocracia, estabelece uma nova ordem no processo de dominação de classe, pois

> no capitalismo, a burocracia é assimilada pela sociedade burguesa. Sob ele, observa-se um policentrismo da burocracia, a competição entre a burocracia das empresas privadas e a pública, contribuindo para impedir que chegue à unidade de classe.
> Por outro lado, a racionalização não conduz necessariamente à burocratização, pois a primeira se processa num regime fundado na exploração, e a burocratização é um sistema de dominação.
> A burocracia constitui um sistema de condutas significativas e não só sistema de organização formal. [4]

O poder que esta administração-burocracia exerce no Estado, enquanto processo formal de um sistema de condutas com base em leis, normas, regras, etc., é parte essencial no processo de dominação de classe, e serve de parâmetro importante para se entender o papel político desempenhado pelos sujeitos exercendo uma poderosa Administração Política do Estado.

Portanto, a conformação política da estrutura do Estado, ou seja a ocupação "orgânica" desta estrutura, por parte dos sujeitos, coloca-a como referência importante para se entender como se exerce o controle e organização do poder político na sociedade de classe.

O controle e a organização do poder político na sociedade de classe prescinde do fortalecimento do Poder Executivo como estratégia importante na conformação política do bloco no poder na estrutura estatal, pois a expressão deste poder político encontra-se historicamente em estreita relação com o crescente papel econômico do Estado. [5] A centralização do poder no Executivo tem como razão de ser consolidar

---

os mesmos atores sociais. Mas há também instituições que são forças sociais por si mesmas, como as igrejas e as forças armadas". Cf. MATUS, Carlos. *Política, Planejamento & Governo*. Tomo I. Brasília: IPEA, 1993, p. 227.

[3] POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2.ed. Rio de janeiro: Graal, 1985. p. 250-1.

[4] TRAGTENBERG, Op. cit. p. 188.

[5] "Diferentemente das burocracias patrimoniais do Egito, da China, de Roma e de Bizâncio, a burocracia capitalista na Europa Ocidental fundara-se na economia capitalista, transpondo à área administrativa a crescente divisão de trabalho e à racionalização. O que não quer dizer que a causalidade econômica explique, em última análise, a emergência deste fenômeno; somente unida à análise política, poderá fazê-lo.
Enquanto a Inglaterra, o país mais desenvolvido no sentido capitalista, fora no século XIX o menos burocrático, a França, ocupando um papel intermediário entre a Inglaterra e Alemanha, possuía uma burocracia com poder mediador

ainda mais um determinado bloco no poder, permitindo que seus interesses sejam canalizados estrategicamente, em defesa do processo de reprodução, fundamental, das relações de produção capitalista, ou seja, para a produção substancial de mercadorias, para a reprodução da força de trabalho, garantindo essencialmente a acumulação privada de capital.

A partir do bloco no poder pode-se identificar a unidade contraditória na diversidade entre as classes sociais ou segmentos de classe politicamente dominantes. Neste sentido, o predomínio de certos interesses específicos de classe tem como base, concretamente, os interesses diferenciados e conflitantes dentro do próprio bloco no poder. "A unidade política é, no entanto, um componente fundamental da ordem política no capitalismo, na medida em que permite a constituição e o funcionamento do poder institucionalizado." [6] Desta forma, como **bloco no poder** entende-se aqui,

> a expressão política das diferentes frações da classe dominante. É através do bloco no poder que essas diferentes frações são unificadas para governar; na verdade sua função é a de traduzir a ideologia dominante em ação concreta, é através do bloco no poder que a ideologia se transforma numa série de práticas materiais, costumes e morais, as quais agem como cimento na ligação das relações sociais, políticas e econômicas. A ideologia dominante incorpora-se, deste modo, aos aparelhos do estado, os quais elaboram, inculcam e reproduzem uma ideologia. Esse papel é fundamental para a reprodução da divisão social do trabalho, das classes sociais e da dominação da sociedade por uma classe determinada. [7]

Desta forma, percebe-se a necessidade de estudos mais aprofundados das relações internas nos blocos no poder e que possibilitem identificar as características básicas do que se denomina por **interesses gerais da sociedade.** Estes interesses gerais são utilizados, ideologicamente, enquanto parâmetro de motivação central para a determinação das políticas públicas. Estes estudos permitiriam mostrar como os interesses gerais representam de fato o que foi estabelecido a partir de **interesses específicos** de grupos (político-partidário) e ou/empresas (ramos/setores industriais) que prevalecem no curso da ação de classe (práticas materiais), resultando assim nos chamados **objetivos sociais** (obras/serviços) definidos pelo bloco no poder (expressão política) para a ação do Estado (programa de governo).

Estas práticas materiais, ou ações de classe, desempenhadas pelo Estado significam, fundamentalmente, garantir a apropriação (econômica) e a dominação (política), fundamentos da unidade política e do poder institucionalizado. É neste sentido que estes estudos servem de referência importante

---

sobre a vida política; a Alemanha, país subdesenvolvido até o último quartel do século XIX, fora o mais burocrático. Isso, pelo fato de o poder político sob o capitalismo ter sido inversamente proporcional à maturidade e vigor de cada burguesia nacional." (grifos do autor) Cf. TRAGTENBERG, Op. cit. p. 93-4.

[6] SCHMIDT, Benício Viero. *O Estado e a política urbana no Brasil.* Porto Alegre: Universidade/LP&M, 1983, p. 24.

[7] CARNOY, Martin. *Estado e teoria política.* Campinas-SP: Papirus, 1988. p. 135

para a busca de interpretações que permitam o avanço em relação as teorias que identificam o Estado apenas como um instrumento da classe social dominante, instrumento passivo, neutro, totalmente manipulado por uma única fração ou classe, não reconhecendo sua autonomia relativa. Neste sentido, entende-se a organização do Estado como sendo ele, Estado, moldado pela própria luta de classes, um local de conflitos de classes, onde o poder político dominante pode ser contestado e substituído, numa disputa pela hegemonia.

2.2. AUTONOMIA RELATIVA: CORRELAÇÃO DE FORÇAS PARA A DOMINAÇÃO POLÍTICA

A questão da autonomia do Estado[8] está relacionada ao processo que dá lugar à luta de classes no interior do próprio Estado, e não apenas em relação a Sociedade Civil, por isso a autonomia

> não está apenas presa à luta de classes, na sociedade civil - este [Estado] não somente procura representar os interesses das classes dominantes, ao mediar as contradições dessa luta, na sociedade civil, transformando-a através da individualização dos trabalhadores e se legitimando através de sua ideologia de unificação - mas, em última instância, ao desempenhar tal papel, ele incorpora a própria luta de classes. A autonomia dá lugar à luta de classes no Estado e à possibilidade das classes dominadas tomarem os aparelhos do Estado, para seus próprios propósitos e interferirem nas funções do Estado que reproduzem o domínio dos grupos dominantes. [9]

Neste sentido, "o que é interessante na formulação de Poulantzas é que a classe ou fração hegemônica pode ser detentora do Estado mas uma classe ou fração pode ter em mãos o Estado sem ser por isso hegemônica. Mais ainda, a classe ou fração dominante pode não apenas não ser hegemônica mas, em certas ocasiões, pode pertencer ao bloco no poder." [10]

O Parlamento e o Poder Executivo tornaram-se assim, um ponto de equilíbrio entre o bloco no poder e as massas populares. O Estado, por sua vez, exerce uma função de condensador e organizador das classes dominantes no interior dos seus aparelhos. Ele também exerce a função de desorganizador de frações da sua própria classe e da classe trabalhadora, através de seus instrumentos e aparelhos ideológicos e/ou repressivos, reprimindo sobremaneira os atores em luta (mesmo fisicamente), para que não se

---

[8] Segundo CARNOY, Op. cit. p. 141, esta concepção de Poulantzas em *O Estado, o poder e o Socialismo* avança em relação a sua primeira construção do Estado, "como sendo totalmente autônomo numa sociedade civil, devido a necessidade de isolar os trabalhadores do desenvolvimento com consciência de classe da sociedade civil."

[9] CARNOY, Op. cit. p. 141.

[10] CARNOY, Op. cit. p. 135.

coloque em risco a hegemonia da classe ou fração no poder, institucionalizando e concretizando, desta forma, a própria luta de classes. Assim, a característica fundamental do poder do Estado se dá pela correlação de forças no seu interior, pois o poder não está localizado simplesmente na sua estrutura, mas, a estrutura é parte institucional-constitutiva do poder político.

Desta forma, o Estado possui uma autonomia relativa que permite aos sujeitos/atores ações e decisões políticas mais autônomas em relação aos interesses específicos, bem como aos interesses das diversas frações de classes constitutivas e mesmo delas entre si, por exemplo, políticas industriais que não contemplam determinados setores do capital ou políticas sociais que favorecem a maioria da população.

Desta forma, a dominação política não pode ser exercida pela repressão física aos indivíduos ou às suas organizações, como é o caso de regimes autoritários, mas requer, sobretudo, a intervenção direta e decisiva da ideologia nos aparelhos de Estado. Esta intervenção identifica no Estado não apenas as suas funções de repressão ou ideologização, mas identifica, sobretudo, a sua função econômica direta na medida em que intervém decisivamente (a partir da sua ação) no processo de reprodução do próprio ciclo de produção do capital.

No mesmo sentido, o Estado não é somente o resultado da soma "repressão + ideologia", pois há que se ter em conta seu papel declarado de organizador político de classes, já que "representa e organiza a ou as classes dominantes (...) organiza o interesse político a longo prazo do bloco no poder, composto de várias frações (...) do qual participam em certas circunstâncias as classes dominantes de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista".[11] Como exemplo que se pode destacar desta participação de outras classes é o poder oligárquico representado pelas frações de grandes proprietários ou seus prepostos, que mantém ainda a reprodução do poder patrimonialista-coronelista e/ou relações clientelistas como parte da cultura organizacional no interior do Estado. [12]

A partir deste papel de organizador político, o Estado constitui "a unidade política das classes dominantes: ele instaura essas classes como classe dominante" [13] e, para tanto, o Estado preenche esse

---

[11] POULANTZAS (1985), Op. cit. p. 145.

[12] "Na realidade, a prática do clientelismo modernizado e do apadrinhamento apareceu como instrumento de legitimação e de organização das relações de poder em benefício dos grupos dominantes, mas também pode ser o fiador para as classes populares, não estando sob o comando dos tecnocratas. Essas formas de clientelismo modernizado são bem diferentes do clientelismo tradicional, a sua esfera de influência é mais extensa e implica o controle dos canais de organização coletiva..." Cf. DROULERS, Martine. Emprego político e clientelismo. In. *Sociedade e Estado*, Brasília: IV (1), 126-144, jan/jun-1989.

[13] POULANTZAS (1985), Op. cit. p. 147.

papel de organizador, na medida em que possui essa autonomia relativa em relação as classes ou frações desse bloco. Desta forma, o Estado é "uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado". Entretanto, o Estado não é pura e simplesmente uma relação ou a condensação de uma relação: é a "condensação material e específica" de uma relação de forças entre classes e frações de classe". [14]

Esta condensação material reflete, sobremaneira, o poder político do Estado que se constitui, em geral, numa " (...) aliança de classes ou frações dominantes; bloco no poder numa formação capitalista. Assim apesar de ser uma classe ou fração que, em geral detém a hegemonia, o poder político das outras classes ou frações 'no poder' produz defasagens entre os aparelhos de Estado. Com efeito, só se pode falar de poder de estado, quer dizer, de poder político de classe, na medida em que ele se concretize nos aparelhos de Estado." [15]

Esta concretização do poder político de classe realça o caráter das defasagens do poder de Estado surgidas entre os próprios aparelhos de Estado ou entre os aparelhos ideológicos e o próprio Estado no sentido estrito de governo jurídico: " o exército, a administração ou a magistratura por vezes, constituem as redes privilegiadas de poder de classes ou frações diferentes do bloco no poder", ou seja, quando o núcleo central do poder do Estado constitui-se no aparelho repressivo, por exemplo a Marinha, Exército, Aeronáutica, etc, o poder neste aparelho é exercido pela classe ou fração hegemônica e que ocupa este espaço. Assim sendo, com relação a sua unidade interna nesta centralização do poder, pode-se perceber que quando as classes ou frações não hegemônicas sao detentoras do poder em certos ramos ou espaços na estrutura, "a sua organização interna se faça diretamente, e segundo as formas de Estado, sob dominação do ramo detido pela classe ou fração hegemônica. É neste sentido, precisamente, que se pode falar de uma unidade concreta - e não de uma 'repartição' do poder de Estado no seio do aparelho de Estado, no caso de diversas classes ou frações no poder." [16]

Em suma, o que se percebe nesses aspectos fundamentais do Estado capitalista é que o Estado engendra uma correlação de forças, possui uma autonomia relativa que organiza e resguarda uma

---

[14] POULANTZAS (1985), Op. cit. p. 147.
[15] POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978. p. 328.
[16] POULANTZAS (1978),. Op. cit. p. 328.

dominação política como bloco de poder que, caracterizados numa estrutura de classes sociais, tem como objetivo fundamental garantir a unidade concreta das classes para a dominação política. Este Estado, por outro lado, é o "coração da sociedade civil"[17], é o aspecto propriamente político destas relações de classe.

2.3. ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: ELITES ORGÂNICAS E AÇÃO COLETIVA E O PAPEL DOS INTELECTUAIS NA MEDIAÇÃO DA HEGEMONIA

A idéia de hegemonia adquiriu uma poderosa ênfase cultural, que levou a produção de uma nova concepção sobre os intelectuais. Para Gramsci, os intelectuais exercem a função clássica de "mediar a hegemonia das classes exploradoras sobre as classes exploradas através de sistemas ideológicos, dos quais eles são os agentes organizadores".[18]

Assim, o intelectual precisa elaborar sua concepção de mundo a partir da relação dialética do saber-compreender-sentir, uma adesão orgânica, apaixonada e de representação real. Assim,

> O elemento popular "sente", mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual "sabe", mas nem sempre compreende e, muito menos, "sente". (...) O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa *saber* sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo, compreendendo-as e, assim, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como, relacionando-as dialèticamente (sic) às leis da história, a uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, que é o "saber"; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. Na ausência deste nexo, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática e formal; os intelectuais se tornam uma casta ou sacerdócio (o chamado centralismo orgânico).
> Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, se estabelece graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivencialmente), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o "bloco histórico".[19]

---

[17] O'DONNELL, Guilhermo. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vertice, 1986. p. 16.
[18] ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. In. *Crítica marxista : a estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo: Joruês, 1986, p. 23.
[19] GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. p. 138-39.

Esta mediação de natureza orgânica, sentimento-paixão e representação, faz dos intelectuais o cimento necessário para a construção de uma estrutura social, de uma classe social, que é o reflexo da ideologia que a cimenta:

> deve-se conceber o homem como uma série de relações ativas (um processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é todavia o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) outros homens; 3) a natureza. Mas o segundo e o terceiro elementos não são tão simples quanto poderia parecer. O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos. Desta forma, o homem não entra em relações com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica. [20]

Para exercer esta organicidade o indivíduo intelectual pode, segundo Gramsci, desempenhar três papéis fundamentais: construtor ou criador, organizador e, persuasor ou divulgador. Efetivamente

> (...) o trabalho do intelectual criador, do intelectual organizador e do intelectual divulgador no interior de uma sociedade tem, num momento histórico específico, um peso político diverso, uma repercussão maior ou menor no conjunto geral das relações sociais, dependendo das peculiaridades e do momento do processo hegemônico, da situação objetiva da classe a que o intelectual está vinculado, das estratégias de luta do projeto político assumido pelas classes fundamentais, das exigências de manutenção ou de conquista da hegemonia".[21]

Portanto, a posição política do intelectual, permite identificar , muitas vezes, onde são exercidos as funções de dominação e de hegemonia, em particular o domínio desta hegemonia, ao nível da superestrutura. Gramsci, neste caso, estabelece dois grandes níveis da superestrutura

> (...) o que devemos chamar de nível da "sociedade civil", quer dizer o conjunto dos organismos comumente chamados "privados", e o outro da "sociedade política" ou do Estado. Estes dois níveis correspondem, de um lado, à função de "hegemonia" que os grupos dominantes exercem sobre a sociedade e, de outro, àquele de "dominação direta" ou de comando que se exprime no Estado e no governo jurídico. [22]

A Hegemonia passa a ser revestida de coerção, na medida em que a concepção mais geral de Estado possui elementos de Sociedade Civil e da Sociedade Política, destacando-se do elemento puramente chamado de governo, pois

> Permanecemos sempre no terreno da identificação de Estado e de governo, identificação que não passa de uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, pois deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção).

---

[20] GRAMSCI, A. (1986), Op. cit. p. 39.

[21] GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7.ed. Rio de janeiro: Civilização brasileira, 1989, p. 8.

[22] GRAMSCI, A. Apud. ANDERSON, Perry. Op. cit. p. 23.

> Numa doutrina que conceba o Estado como tendencialmente passível de extinção e de dissolução na sociedade regulada, o argumento é fundamental. [23]

Fruto desta dominação direta com a centralização e domínio no governo como Poder Executivo, verificou-se a crescente intervenção do Estado (Sociedade Política e Sociedade Civil) nas sociedades modernas em todas as esferas da vida, até nos casos mais particulares do cotidiano dos cidadãos. Assim, os intelectuais interagem nos diversos níveis superestruturais e, para se elevar a uma concepção superior de vida, os homens devem ser o sujeito e não o objeto da história, pois vivem uma relação de organicidade intersubjetiva" que acontece fundamentalmente no e com o mundo, na medida em que o caráter orgânico dos indivíduos com outros homens forma o próprio homem e suas organizações, pois,

> (...) pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivo. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico do conformismo e do homem massa do qual fazemos parte? Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desregrada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas, e instituições de uma filosofia futura que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa, portanto, criticar, também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um "conhece-te a ti mesmo" como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário. [24]

Desta forma, os limites entre o Estado e a sociedade, com o processo de unificação mundial ou globalização, dada uma concepção de mundo, se tornam cada vez menos nítidos dentro do espaço social privado. Estes limites são historicamente influenciados pelas problematizações conseqüentes do próprio processo de desenvolvimento e "(...) se concretiza através de sucessivas tomadas de posição (ou políticas) de diferentes agentes sociais e estatais"[25], dadas, particularmente, as suas concepções de mundo e suas estratégias de ação. Os resultados destas tomadas de posição se refletem na "dinâmica social gerada por este processo e seus efeitos de retroalimentação sobre o comportamento dos agentes estatais" junto e

---

[23] GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980. p. 149.

[24] GRAMSCI, A. (1986), Op. cit. p. 12.

[25] OSZLAK, Oscar. Políticas públicas e regimes políticos: reflexões a partir de algumas experiências Latino-americanas. In. *Revista de administração pública*. Rio de janeiro: 16 (1): 17-60, jan/mar. 1982. p. 27.

consonantemente com os "encadeamentos de comportamentos intraburocráticos que transformam a política em ação"[26] ao nível da Sociedade Política.

2.4. FORMULAÇÃO *VERSUS* IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INTERESSES ESPECÍFICOS E LUTA INTRABUROCRÁTICA

Os encadeamentos intraburocráticos, por transformarem interesses políticos específicos em ação concreta, de classe, consolidam o Estado como uma arena privilegiada de conflitos políticos no âmbito institucional, prevalecendo a luta de interesses contraditórios. Desta forma, a fisionomia e a composição do Estado "(...) não podem ser senão um produto histórico, um resumo oficial da sociedade civil. Isso significa que a natureza de seu aparato administrativo e produtivo fica afetada pelas vicissitudes dessa permanente luta intraburocrática, expressão, por sua vez, de outras confrontações sociais." [27]

Desta forma, composição do aparato estatal, nos aparelhos de Estado, não significa apenas "o resultado de um processo racional de diferenciação estrutural e especialização funcional e não pode, por isso, ajustar-se em seu desenvolvimento a um esquema planejado e coerente"[28], pois, a partir desta composição, o processo de implementação de políticas públicas tem, tradicionalmente, sido considerado como esfera própria do Poder Executivo, como esfera própria da atividade da administração pública, elevado como paradigma institucional de governo democrático.

Para o senso comum da sociedade, as políticas públicas são traduzidas como interesse geral da sociedade, na sua expressão mais pura e genuína, dado o caráter de legitimidade derivado de um processo eleitoral democrático e do caráter dos conhecimentos técnicos racionais como critérios para a solução dos problemas sociais. Entretanto, a implementação de políticas públicas se dá no âmbito da burocracia estatal, considerado o "reino da rotina da ineficiência e da corrupção. Por isso na vinculação entre política e administração (ou, alternativamente, entre a atividade de formulação de políticas públicas e atividade da máquina burocrática responsável pela sua implementação) tende-se a destacar as qualidades da primeira e a natureza intrinsecamente diferente ou anômala da segunda." [29] Contraditoriamente, por exemplo, quando

[26] OSZLAK, Oscar. Op. cit. p. 27.
[27] OSZLAK, Oscar. Op. cit. p. 27.
[28] OSZLAK, Oscar. Op. cit. p. 27.
[29] OSZLAK, Oscar. Op. cit. p. 20.

há o fracasso das políticas governamentais, a burocracia se torna a responsável pelo fato de haver resistências à implementação de objetivos e programas que foram formulados por "legisladores ou técnicos inspirados, que utilizam instrumental e conhecimentos adequados, mas que carecem do poder necessário para fazer aceitar suas propostas." [30]

Neste caso, quando há a separação entre formulação de políticas da sua implementação, cria-se as condições para a preservação da legitimidade da instituição que formulou e transferiu os ônus da mal sucedida operação para uma instância da engrenagem burocrática anônima, que em última instância será "não responsável".

Neste sentido, a separação entre a formulação e a implementação de políticas públicas demonstra e fortalece o argumento de que as relações que se estabelecem no interior da máquina estatal nem sempre se ajustam a esquemas normativos formais, pois a legislação e os organogramas não necessariamente indicam o real funcionamento desta estrutura. Portanto, a máquina estatal torna-se dominada e dirigida de acordo com as características específicas de cada classe ou fração de classe, que ocupam uma posição de poder no interior do aparato estatal e/ou na sociedade civil, com o objetivo de manter o controle das relações políticas, numa perspectiva hegemônica. Desta forma, para se identificar o controle das relações políticas na relação Estado-Sociedade é necessário recuperar o dinamismo da Sociedade Civil para além dos condicionamentos decorrentes da estrutura estatal em si.

2.5. ELITES ORGÂNICAS: AGENTES POLÍTICO-ESTRATÉGICOS DA AÇÃO E DO PODER DE CLASSE

A dinâmica da sociedade civil burguesa, como organizações de classe, tem sido objeto de poucos estudos empíricos sistemáticos, uma vez que o esforço tem se dado no sentido de caracterizar o padrão de desenvolvimento capitalista, no qual a iniciativa privada desempenha um papel fundamental. [31]

A influência dos empresários capitalistas como atores políticos revela-nos um grau de coesão muito grande com o Estado. Em termos políticos, significa para o empresário desempenhar um papel que já representa uma elaboração social superior, caracterizado por uma certa capacidade dirigente e técnica

---

[30] OSZLAK, Oscar. Op. cit,. p. 21.

[31] BOSCHI, Renato R. *Elites industriais e democracia*. Rio de janeiro: Graal, 1979.

(intelectual) [32]. Esta capacidade não deve estar restrita apenas a atividade específica e de sua iniciativa, na sua unidade de produção (empresa), mas sim, a outras esferas, principalmente as mais próximas da produção econômica. Desta forma, o empresário-capitalista "cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc, etc." Deve-se destacar ainda que o empresário-capitalista deve ser "um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da 'confiança' dos que investem em sua fábrica, dos compradores de suas mercadorias etc." [33] Portanto, para garantir a reprodução do mundo da produção econômica, o empresário-capitalista necessita de espaços, caminhos e modos que lhe permitam desenvolver-se concretamente para manter seu poder de classe:

> se não todos pelo menos uma elite deles - devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os prepostos (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica. [34]

Para se identificar esta parte da elite empresarial, torna-se necessário a identificação de suas "Elites Orgânicas"[35] e que podem significar um importante avanço para a superação dos impasses em pesquisas sobre órgãos de representação política.[36] Estas elites orgânicas são "agentes coletivos político-ideológicos especializados no Planejamento estratégico e na implementação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe", que, ao constituir-se como elite orgânica, tendem a diferenciar-se

> do conjunto das classes dominantes e mesmo dos interesses representados no bloco de poder do qual faz parte, lidera e viabiliza, operando assim como fator de poder num nível especificamente político, embora *organicamente vinculada* ao seu universo sócio-econômico e cultural, esta diferenciação é imprescindível para uma intervenção política eficaz e eficiente, na medida em que a classe dominante é una na sua diversidade de unidades de acumulação competitivas - seja no nível da competição de capital no plano da produção setorial ou no universo dos grupos econômicos -, às quais correspondem essencialmente percepções e atitudes corporativas ou de solidariedade (e não atitudes "políticas"), expressas em associações, sindicatos ou federações de classe. [37]

---

[32] Cf. GRAMSCI, A. (1989), Op. cit. p. 04.
[33] GRAMSCI, A. (1989), Op. cit. p. 03-4.
[34] GRAMSCI, A. (1989), Op. cit. p. 04.
[35] DREIFUSS, René. *A Internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. 2. ed. Rio de janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
[36] MINELLA, Ary C. *Organização corporativa e extra-corporativa do empresariado: uma reflexão teórico-metodológica*. Florianópolis: Mimeo. UFSC, 1988.
[37] DREIFUSS, R. (1987), Op. cit. p. 24.

As elites orgânicas alavancam para a luta as classes dominantes, agindo como "frentes móveis de ação" na mediação para a formação de blocos no poder.[38] Esta posição privilegiada e estratégica das elites orgânicas tornam-nas responsáveis pela elaboração do discurso político ideológico para o conjunto das classes, no interesse coletivo do capital. Ela é a "pensadora" de classe, "parcela esclarecida da burguesia - funcionando como auto-consciência cultural e política e núcleo de autocrítica da classe dominante." [39] Ela contribui fundamentalmente para a "homogeneidade requerida, procurando transformar as contradições e antagonismos em simples diferenças, passíveis de (re) conciliação, assim como estabelecer a unidade organizacional e política na diversidade ideológica classista interna, incorporada e interiorizada em seu programa de ação e em seu projeto de Estado." [40]

Para se obter esta homogeneidade, a percepção da relação entre as organizações da Sociedade Civil com a Sociedade Política, e o sucesso ou não nos embates ou na concretização dos interesses, requer-se a existência de maior ou menor grau de vinculação da sociedade civil com as elites orgânicas. Isto ocorre pela influência dos seus intelectuais sobre o poder dentro dos aparelhos burocráticos-chaves de decisão do Estado, caracterizando-se, assim, como verdadeiros Grupos de Interesse. [41] Nesta vinculação, pode ou não haver coincidência de interesses entre as elites orgânicas no poder e a direção dos órgãos de representação empresarial, numa dada conjuntura. As relações de poder podem se dar ao nível de elites orgânicas com menor ou nenhuma incidência sobre o poder estatal. A Sociedade Civil a partir de seus organismos corporativos como "os sindicatos e associações pode(m) integrar a ação estratégica dessas elites no sentido de conquistar maior espaço ou poder político." [42]

Neste sentido, estas relações permitem a identificação das elites orgânicas e seus intelectuais na composição das funções dirigentes dos órgãos de representação de classe, bem como, seus vínculos: empresariais, políticos e outras conexões sociais, culturais e militares. Trata-se portanto, de identificar como, concretamente, os órgãos de representação de classe se integram, se expressam e atuam na complexa e contraditória trama dos aparelhos de Estado, possibilitando a conformação estrutural e política do bloco no poder no Estado.

---

[38] DREIFUSS, R. (1987), Op. cit. p. 24.
[39] DREIFUSS, R. (1987), Op. cit. p. 26.
[40] DREIFUSS, R. (1987), Op. cit. p. 26.
[41] Ver OFFE, Claus. A atribuição de *status* público aos grupos de interesses. In. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989. pp. 223-68.
[42] MINELLA, Ary C. Op. cit. p. 20.

2.6. PODER PÚBLICO E PRODUÇÃO MATERIAL: ALGUNS REQUISITOS INSTITUCIONAIS PARA A MANUTENÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS.

Numa discussão recente sobre os problemas de ordem estrutural do Estado capitalista, propõe-se uma visão alternativa sobre o conceito de Estado, que parte do princípio de que o Estado não favorece, absolutamente, interesses específicos. Entretanto, em vez disso o Estado se comporta de maneira tal que

> protege e sanciona instituições e relações sociais que por sua vez, constituem o requisito institucional para a dominação de classes do capital. O Estado nem está a serviço nem é "instrumento" de uma classe ou outra. Sua estrutura e atividade consistem na imposição e na garantia duradoura de regras que institucionalizam as relações de classe específicas de uma sociedade capitalista. O Estado não defende os interesses particulares de uma classe, mas sim os interesses comuns de todos os membros de uma sociedade capitalista de classes. [43]

Assim sendo, o Estado "refere-se a uma forma institucional de poder público em sua relação com a produção material"[44], abstraindo-se evidentemente as diferenças históricas importantes e as mudanças estruturais e de função. Esta forma institucional pode ser caracterizada, especialmente, de acordo com quatro determinações funcionais importantes:

a). **Privatização da produção**: O conceito de público e privado, é um conceito definido juridicamente pelo próprio Estado e a utilização da propriedade pública se dá de forma privada; assim, a "utilização política não está sujeita a decisões políticas"[45] pois as estratégias de utilização e aplicação da propriedade pública são as mesmas adotadas pelo capital privado perseguindo os mesmos objetivos que colocam à disposição deste capital esta produção "política", a baixos custos, bem como bens infra-estruturais tais como: eletricidade, transportes, metalurgia, telecomunicações etc.

b). **Dependência dos impostos**: O Estado cria todo um complexo sistema tributário para garantir a sua existência e manutenção, e é através de mecanismos do sistema tributário que o poder público depende, indiretamente, do volume de acumulação privada. Neste caso, todo o detentor de posição de poder tende a manifestar este poder por meios de suas relações materiais, principalmente com o capital privado.

c). **A acumulação como ponto de referência:** Os interesses dos detentores do poder do Estado consistem em manter seu poder exteriorizado criando as condições políticas para o favorecimento dos

---

[43] OFFE, Claus & RONGE, Volker. Teses sobre a fundamentação do conceito de "Estado capitalista" e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
[44] OFFE & RONGE, Op. cit. p. 123.
[45] OFFE & RONGE, Op. cit. p. 123.

interesses do processo privado de acumulação. Assim, para se preservar o exercício público do poder (e em conseqüência, garantir o processo de acumulação privada), o interesse geral do Estado se pauta no sentido de garantir sua não vinculação a "quaisquer alianças entre o aparelho estatal e certas classes ou camadas, nem no acesso privilegiado dos membros da classe capitalista aos centros de decisão do Estado. Este acesso privilegiado, quando ocorre, não é causa, mas sim o reflexo institucional da dependência estrutural da atividade em relação ao funcionamento da acumulação." [46] Assim agindo, a instrumentalização do poder estatal não se dá fundamentalmente pelos agentes do processo de acumulação, mas ao contrário "são os agentes do poder estatal que - afim de assegurar sua própria capacidade de funcionamento - obedecem, como seu mandamento mais alto ao imperativo da constituição e consolidação de um desenvolvimento econômico favorável"[47]

d). **A legitimação democrática**: No Estado capitalista, sob as condições de um sistema de governo parlamentar democrático, um agrupamento ou um partido político possui como condição básica para a sua apropriação do poder político conseguir a obtenção do apoio majoritário da população pela via das eleições gerais. O exercício do poder estatal se fundamenta nos recursos materiais que é capaz de manipular e que "dependem em primeira instância dos ingressos extraídos do processo de acumulação, e de que a utilização desses recursos somente é determinada pelas preferências do público eleitor na medida em que essas preferências estejam em consonância com os requisitos de uma acumulação continuada." Ou seja, o Estado está sujeito a uma dupla determinação do poder político: forma e conteúdo. "Segundo sua forma institucional, este poder é determinado pelas regras do governo democrático-representativo; segundo o seu conteúdo é determinado pelo desenvolvimento e pelos requisitos do processo de acumulação." [48] Esta questão, levou os autores a defenderem a tese de que há somente uma e única estratégia geral de ação do Estado, que consiste em "criar as condições segundo as quais cada cidadão é incluido nas relações de troca (...) enquanto cada proprietário conseguir introduzir a sua propriedade em relações de troca, não há razão para o Estado intervir no processo privado de alocação. "[49] (Grifos do autor)

---

[46] OFFE & RONGE, Op. cit. p. 124.
[47] OFFE & RONGE, Op. cit p. 124.
[48] OFFE & RONGE, Op. cit. p. 125.
[49] OFFE & RONGE, Op. cit. p. 125.

Desta forma, o fundamental para a operacionalização e harmonia destas quatro determinações funcionais, na percepção dos autores, é que a "forma-mercadoria é o elo de ligação entre as estruturas políticas e as econômicas da sociedade capitalista",[50] no sentido de que

> (...) a estabilidade de cada uma dessas estruturas depende da universalização da forma-mercadoria.
> (...) a estrutura do Estado capitalista só se torna problemática quando não se dá a incorporação das unidades individuais de valor às relações de troca. A forma-mercadoria pode, por isso, ser encarada como o "ponto de equilíbrio geral" do Estado capitalista. Ela é também o ponto de equilíbrio geral da acumulação, já que relações de troca só podem ser duráveis com base na expectativa (confirmada) de uma produção lucrativa. [51]

Em suma, como se pode perceber, estas determinações funcionais são fundamentais para a determinação e adoção de políticas no Estado capitalista e indicam que o objetivo central e específico delas não é a proteção especial para determinados interesses de classe, mas, são elevadas como se fossem interesses gerais de todas as classes na base das relações de troca capitalista, tendo na mercadoria seu elo de ligação.

2.7. ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS PARA A REORGANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TROCA

O Estado possui também, estratégias alternativas a sua disposição no tratamento às unidades de valor (proprietários) quando há a paralisação do processo de troca, ou seja, " (1) o de que os proprietários, seja de força de trabalho, seja de capital, são constantemente desincorporados das relações de troca e portanto da forma-mercadoria, e (2) o de que mesmo para os economistas liberais há poucas razões para supor que entrem em ação processos automáticos para reincorporar essas unidades de valor."[52] As estratégias alternativas para o Estado, tem como objetivo geral a reorganização das relações de troca nos mercados, no sentido de preservá-las e generalizá-las. São elas:

---

[50] "A economia capitalista representa a união do processo técnico-material com suas formas sociais, isto é, a totalidade das relações de produção entre as pessoas, e vice-versa. O objetivo último da ciência é compreender a economia capitalista como um todo, como um sistema específico de forças produtivas e relações de produção entre as pessoas. (...) Coerentemente aplicada, a distinção feita por Marx entre processo técnico material da produção e sua forma social coloca em nossas mãos a chave para a compreensão de seu sistema econômico." Cf. RUBIN, Isaak Illich. *A Teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987, pp. 14-15.

[51] OFFE & RONGE, Op. cit. p. 126.

[52] OFFE & RONGE, Op. cit. p. 128.

a. **Contemplação passiva**: O Estado se coloca numa posição, e parece ser a mais ultrapassada, "laissez-faire", ou seja, aliando-se a expectativa de mecanismos auto-corretivos nas relações de troca, esperando que unidades de valor reencontrem seu próprio caminho; esta confiança repousa

> na suposição de que as conseqüências da "inatividade" (da força de trabalho ou do capital) se tornem, com o tempo, tão insuportáveis (não podendo ser mitigadas sequer pela intervenção do Estado "assistencialista" que, mais cedo ou mais tarde, tanto os proprietários de força de trabalho quanto os proprietários de capital acabarão reaparecendo no mercado (seja com preços reduzidos, seja em outro tipo de trabalho). Essa posição é mais notável pelo cinismo que pela lucidez. [53]

b. **Condição de segurança às unidades de valor**: Para as unidades de valor que se encontram em situação crítica nas suas relações de troca, o Estado cria, por exemplo: zonas de proteção artificiais, salários especiais, bens (subvenções e transferências), numa postura deveras assistencialista. Entretanto

> esses pagamentos de transferências e essas subvenções, que beneficiam as unidades de valor invendáveis, são - do ponto de vista econômico-orçamentário do estado - extremamente pesados, porque não são autofinanciáveis, como os gastos estatais "produtivos", isto é, não são compensados posteriormente por receitas fiscais acrescidas. Esses pagamentos não ampliam a base dos ingressos futuros do Estado, mas a reduzem. [54]

c. **Criação política das condições de troca**: Esta estratégia se caracteriza por ser a "mais racional" e significa criar politicamente as condições para tornar possível e eficaz a relação de troca entre os sujeitos jurídicos e econômicos. Desdobra-se em três direções:

> a capacidade de troca de força de trabalho é ampliada por medidas e programas que têm como objetivo melhorar a formação profissional, a educação, a mobilidade regional e a capacidade de adaptação geral da força de trabalho.
> A capacidade de troca dos bens de capital e outros bens é elevada mediante a integração supranacional de mercados de capital e de bens, as políticas de pesquisa e desenvolvimento, as políticas estruturais regionais e outras.
> Aqueles setores especificados por ramos, regiões, estruturas de mercado de trabalho, etc que não conseguem manter-se na relação de troca são "saneados passivamente" de forma planejada, isto é, são simultaneamente expostos à pressão de adaptação dos mercados e à pressão modernizadora criada e reforçada politicamente. Isso deve levá-los a se transformarem no sentido da aquisição de maior "competência de mercado".[55]

---

[53] OFFE & RONGE, Op. cit. p. 130.
[54] OFFE & RONGE, Op. cit. p. 130.
[55] OFFE & RONGE, Op. cit. p. 131.

2.8. DIRECIONAMENTO POLÍTICO: UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS ESPECÍFICOS

Outra característica importante, é a utilização pelo Estado de determinados instrumentos específicos de direcionamento político com o objetivo de incentivar o comportamento competitivo ou, de certa forma, reprimir as estratégias opostas, são eles:

a) **Ordens e Proibições Legais:** Consiste em Leis e medidas para a proteção da parte mais fraca nas relações de troca, evitando assim, uma "relação de violência aberta", como por exemplo o Direito do Trabalho e a estrutura institucional trabalhista, CLT, etc.

b) **Incentivos Financeiros**: tem como objetivo a competitividade, assegurando a sobrevivência econômica de um determinado agente econômico da relação de troca;

c) **Investimentos Estatais de Infra-estrutura**: objetiva atender certas categorias de proprietários de mercadorias no sentido de conceder, assegurar ou promover a manutenção das relações de troca, tais como: escolas de todos os tipos, hospitais, transportes, abastecimento, energia, telecomunicações, petróleo, etc.;

d) **Mecanismos Coletivos de Negociação de Grupos**: desenvolveu-se mais recentemente e são as "tentativas de impor um modo de alcançar decisões ou de obter um financiamento coletivo que permita a certos grupos fora do processo de troca, negociarem eles próprios, de forma organizada e previsível, suas condições de troca." São mecanismos de "negociação, de entendimento e de distribuição de encargos, organizados ou sancionados pelo Estado"[56], seja para a área salarial, construção de moradias, sistemas educacionais, proteção ao meio ambiente, finanças, câmaras setoriais, etc.

Estes métodos de direcionamento político produzem efeitos contraditórios, pois freqüentemente, tendem a ameaçar a continuidade do processo de troca, num movimento de desapropriação parcial que

> atinge certas indústrias e certos direitos de disposição durante certos períodos de tempo. Quando tais tentativas de direcionamento têm êxito, ou elas se dão às custas do capital-dinheiro, cujo volume é diminuído através de impostos, ou leva a uma "desapropriação" do tempo de trabalho e de força de trabalho, ou ainda limitam a liberdade de utilizar o capital e a força de trabalho da forma mais imediatamente lucrativa. [57]

---

[56] OFFE & RONGE, Op. cit. p. 132.
[57] OFFE & RONGE, Op. cit. p. 133.

2.9. CONTRADIÇÕES ESTRUTURAIS: TENTATIVAS DE ESTABILIZAÇÃO DA FORMA-MERCADORIA

Por outro lado permeiam, no interior do Estado capitalista certas contradições estruturais que podem se transformar em focos de conflitos sociais e lutas políticas, dada a sua tentativa de estabilização da forma-mercadoria pelos métodos de direcionamento político-administrativos. Podem ser encontradas em três níveis inter-relacionados e não necessariamente, sistêmicos:

A. **Nível econômico**: o processo de intervenção e as tentativas de direcionamento para o processo de troca, leva o Estado a algumas situações paradoxais, na medida em que sobrecarrega os proprietários de capital com "efeitos de privação", ameaçando as relações de troca entre os próprios proprietários de mercadorias. Um exemplo são os controles sobre as taxas de juros, uma vez que os proprietários do capital-dinheiro exercem fundamental importância no processo de troca de mercadorias, pois ficam a sua disposição, enquanto fração hegemônica, os critérios para transformação do capital em constante ou variável (investimentos e/ou salários);

B. **Nível político**: este nível tem a ver com as estruturas organizacionais de poder geradas no bojo das estratégias reformistas do Estado. As políticas de reforma do Estado capitalista não têm em absoluto, "(...) a *função* inequívoca de "*servir*" aos interesses comuns da classe capitalista, o que se mostra no fato de que tais reformas freqüentemente se defrontam com a resistência decidida das organizações políticas capitalistas. " [58] (grifos do autor)

Neste caso observa-se uma contradição entre as estruturas organizacionais de poder, geradas no contexto destas estratégias reformistas onde, "as tentativas do estado de preservar e universalizar a forma mercadoria tornam necessárias organizações cujo modo de operação ultrapassam os limites de forma mercadoria." [59] Os autores observam que determinados setores não se encontram sob o controle dos mecanismos de mercado e se encontram em franco crescimento quantitativo, seja em relação ao crescimento da força de trabalho, seja quanto a participação no produto nacional; "exemplos seriam a administração estatal e todas as agências por ela criadas e controladas, tais como escolas, sistemas de trânsito, postos de

---

[58] OFFE & RONGE, Op. cit. p. 133.
[59] OFFE & RONGE, Op. cit. p. 134.

correio, hospitais e outros serviços públicos, burocracias do seguro social, instituições militares, etc." [60] É justamente o setor de bens públicos que faz parte da produção global e não é dirigido pelo mercado, que se desenvolve e cresce através das estratégias adotadas pelo Estado no sentido de perpetuar e universalizar as relações de troca entre proprietários de mercadorias.

C. **Nível ideológico**: neste nível se questiona a infra-estrutura normativa e moral da sociedade capitalista, pois as mercadorias precisam ser aceitas pela sociedade e precisam ter oportunidades de troca, uma vez produzidas; a sociedade deve aceitar a sua mediação pelo mercado.

Na medida em que as relações de troca não decorrem naturalmente da dinâmica imperscrutável dos mecanismos de mercado, troca mas são produzidas e causadas por estratégias estatais visíveis, de caráter político e administrativo, o valor de factual que cada unidade de valor (força de trabalho ou capital) alcança no mercado aparece como duplamente determinado, ou seja, de um lado, por medidas políticas e de outro, por estratégias individuais pelas contingências dos processos naturais de mercado.[61]

Em síntese, a política do Estado capitalista pode ser vista como sendo determinada por um conjunto de estratégias que constantemente se produzem de acordo com as afinidades e compatibilidades entre as diversas determinações estruturais do Estado capitalista. A política caracteriza, desta forma, o aspecto dinâmico da estrutura estatal. [62] Assim sendo, procurou-se resgatar nesta parte do trabalho alguns aspectos teóricos que caracterizam o Estado capitalista e servem de orientação importante para se entender o papel político e a conformação estrutural deste Estado.

---

[60] OFFE & RONGE, Op. cit. p. 134.
[61] OFFE & RONGE, Op. cit. p. 136-7.
[62] OFFE & RONGE, Op. cit p. 125.

3. PAPEL HISTÓRICO DO ESTADO NA CONSOLIDAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS INTERNAS

3.1. A EXPANSÃO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: UM ESTADO CADA VEZ MAIS POLÍTICO-ECONÔMICO-MILITAR COM MUDANÇAS NO CARÁTER DA DOMINAÇÃO

Neste segundo capítulo procurar-se-á demonstrar alguns aspectos relacionados ao papel histórico do Estado, em geral, que interage e cria as condições necessárias para as transformações internas nos Estados nacionais.

A partir da segunda metade do século XIX, com o declínio da política colonial dos países imperialistas e com o advento do capitalismo monopolista moldado pela expansão das grandes empresas e dos cartéis, com a maior competição entre capitais, exacerba-se a rivalidade imperialista na disputa pelos mercados, na procura de novos caminhos para investimentos e, estrategicamente, pela disputa ao acesso às matérias primas mais baratas e raras. Neste movimento de expansão, os resultados da política colonial consolidaram os grandes monopólios financeiros.. "O capital financeiro acrescentou aos numerosos 'velhos' motivos da política colonial o da luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais,las 'zonas de influência' - isto é, pelas zonas de vantajosas transações, de concessões, de lucros de monopólio, etc. - e, finalmente, pelo território econômico em geral.[63]

O desenvolvimento dos impérios coloniais, caracterizados pela investida internacional dos grandes capitais, demonstrou ser a gênese da fase superior do capitalismo, o Imperialismo capitalista. O imperialismo capitalista, envolvido nos problemas da crescente desproporção entre o desenvolvimento das forças produtivas (meios de produção e métodos técnicos) e a forma política intrínseca a este desenvolvimento (a organização política das classes), condicionou a formação de Estados nacionais com características cada vez mais político-econômicas. Estes Estados nacionais emergentes, "dada a pobreza e as baixas taxas de crescimento das colônias, sua demanda por produtos industriais era implicitamente limitada; dificilmente seriam um substituto dos mercados lucrativos que se achavam nos próprios países

---

[63] LÊNIN, Vladimir I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo.* 4 ed. São Paulo: Global, 1987, p.123.

industriais, cujo fechamento sistemático - mediante altas tarifas sobre bens e capitais importados, estabelecidas no final do século XIX - apressou o ímpeto colonial."[64]

No século XX, as grandes potências industriais emergentes, EUA, Alemanha, Inglaterra e Japão, já não dispunham de grandes espaços territoriais para sua expansão externa, uma vez que o mundo fora divido relativamente cedo, beneficiando os países da Europa ocidental. O que estava em jogo neste momento não era apenas o destino em si dos grandes negócios que representavam alguns milhões de dólares ou libras, mas sim, a disputa de mega-estruturas industriais e financeiras, cujos ativos alcançavam centenas de milhões de dólares. A tendência crescente desta competição, expandindo-se por sobre as fronteiras dos Estados nacionais, e sua natureza destrutiva das relações internas, tornou-se cada vez mais pronunciada em direção a militarização, constituindo-se numa estrutura político-militar-econômica, fundamentada ideologicamente, justificando e glorificando a guerra.

> Seu desenvolvimento prodigioso resultou em vigorosa ameaça à distribuição territorial existente. Perturbava o equilíbrio concomitante de poder político e econômico. O conflito crescente entre as forças produtivas que então surgiam e as estruturas políticas predominantes cada vez menos podiam ser contidas pela diplomacia convencional ou por escaramuças militares locais. As coalizões de potências, fortalecidas por esse conflito, apenas o exacerbam, fazendo prever que atingiriam um momento explosivo. A explosão ocorreu com a Primeira Grande Guerra.[65]

Os reflexos da guerra espalharam-se pelo mundo, amenizando de certa forma, a crescente contradição no seio do mundo capitalista entre a economia e a política. A questão fundamental nestes conflitos foi a busca de espaços para a medição de forças visando a conquista da hegemonia mundial, exercida assim através de uma combinação estratégica entre força militar e superioridade econômica. As disputas pela hegemonia, e pelas ideologias em particular, desencadearam diversos movimentos revolucionários, tendo o seu auge na Revolução Russa de 1917, refletindo-se num novo comportamento por parte das classes dominantes, criando-se um "ocidente" capitalista e o "oriente" socialista, exacerbando o conflito no que diz respeito ao processo de produção da riqueza: "capitalista x socialista".

Nas décadas de 1930 e 1940, as grandes potências imperialistas-capitalistas que hegemonizavam estavam representadas pelos EUA, Alemanha, Japão e a Grã Bretanha, sendo aliados secundários França e Itália. O caráter da guerra se transforma

---

[64]MANDEL, Ernest. *O significado da segunda guerra mundial.* São Paulo: Ática, 1989, p. 10.
[65] MANDEL, E. Op. cit. P. 10.

> A conquista imperialista do mundo não é apenas, nem mesmo principalmente, uma investida para ocupar vastos territórios de maneira permanente com milhões de soldados. Ao contrário, a força motriz da Segunda Grande Guerra foi a necessidade dos Estados capitalistas mais importantes de dominar a economia de continentes inteiros mediante investimentos de capital, acordos preferenciais de comércio, controle monetário e hegemonia política. O que se visava com a guerra era a subordinação não só do mundo menos desenvolvido, mas também de outros Estados industriais, fossem eles inimigos ou aliados, às prioridades de acumulação de capital de uma potência hegemônica. [66]

A guerra muda de significado e o aprofundamento da internacionalização das relações capitalistas, torna possível uma grande diferenciação nas divisões imperialistas e entre países dominantes e dominados.

Um exemplo típico é o da América Latina, onde a dominação pelos Estados Unidos através de operações econômicas e de intervenção militar relativamente marginal, fez emergir novas formas de Estado, disputando dentro de um sistema mundial, mesmo sob diferentes regimes: democráticos, autoritários, e até mesmo socialistas. Isto significa transformações internas importantes, em que o papel das organizações multilaterais, agindo como grandes elites orgânicas, torna-se estratégico e fundamental, pois,

> a "obsolescência" do Estado-Nação, na América Latina, é um processo que tem sido impulsionado pelas organizações multilaterais, públicas e privadas. Essas organizações realizam diagnósticos, propõe diretrizes ou implementam soluções que afetam os assuntos internos dos países em causa. Assuntos econômicos, políticos, militares, trabalhistas, culturais, religiosos e outros podem ser influenciados ou decisivamente re-direcionados pelas "elites" que operam nessas organizações. Aí reúnem-se empresários, membros de agências governamentais, representantes de multinacionais, delegados militares, intelectuais emprestados de universidades e outros. Mobilizam conhecimentos científicos e técnicos, conjugados com minuciosas informações sobre este ou aquele país. Sugerem diretrizes e adotam soluções que se tornam políticas efetivas de governos, empresas, igrejas, universidades, e outras instituições do país objeto de deliberações. [67]

Este processo de obsolescência é o resultado da desintegração das economias regionais, de seus valores culturais, políticos e sociais definindo-se agora um novo contexto, com os países do chamado terceiro mundo-subdesenvolvido, espremidos entre o primeiro-capitalista-desenvolvido e o segundo-socialista-em-formação. De forma geral, os impactos resultantes dessa intervenção condicionaram o desenvolvimento histórico e específico de cada país, e sofreram de forma diferenciada a internacionalizaçãodo capital. Estes países terceiro-mundistas enfrentaram problemas diferenciados dos países capitalistas avançados, principalmente com a intervenção militar local formando Estados autoritários,

---

[66] MANDEL, E. Op. cit., p. 13.

[67] IANNI, Octavio. *A formação do estado Populista na América Latina.* São paulo: Ática, 1989, p.146.

bem como, a expansão imperialista resultou no enfraquecimento/fortalecimento relativo do poder político de suas oligarquias, burguesias, castas, e grupos dominantes locais.

> É claro que os movimentos do capital internacional, vistos em seus desdobramentos nacionais e setoriais, no interior de cada país, ocorrem simultaneamente às relações políticas, culturais, militares, geopolíticas e outras. [68]
> (...) A crise do Estado-Nação é a do Estado Burguês, do modo pelo qual ele se relaciona com a sociedade, o povo, o cidadão, os grupos e classes.[69]
> (...) É verdade que esse Estado, na medida em queos interesses de grupos e classes dominantes, nacionais e estrangeiros, reage a esse impasse. Desenvolve, sem parar, as agências do poder estatal, em todos os setores da vida nacional, desde a economia à cultura. Organiza corporativamente as relações dos trabalhadores entre si e com o poder estatal. Transforma grande parte da questão social em problema de administração. Dilui o povo em população, massa, multidão, com a assistência dos meios de comunicação de massas e da indústria cultural. Reduz o cidadão à cidadania administrada, tutelada, tolerada. O cidadão e o companheiro são transformados em consumidores, poupadores, investidores. Tudo passa a ser avaliado pelo princípio da quantidade, como se o reino da qualidade não fosse a essência da liberdade. [70]

Assim, os impactos internos destas transformações mudam a forma de pensar e de agir das pessoas, aumentam o poder do Estado tornando-o, no caso específico da América Latina, mais autoritário, diminuem a capacidade de reação das classes oprimidas através da repressão às suas organizações, transformam o Estado cada vez mais num espaço privilegiado para o capital, e a Nação, relativa e ideologicamente, condicionada às vicissitudes dos países centrais.

No caso brasileiro, a partir da década de 1930, ocorrem profundas transformações internas, tanto no que se refere a estrutura de poder quanto a organização do Estado, pois marcam o declínio do domínio do poder oligárquico local, abrindo espaços para a ascensão de uma tecnoestrutura estatal e capitalista, e altamente centralizada no Poder Executivo, a partir das Interventorias Federais e do Estado Novo.

> Desde 1930, quando havia entrado em colapso o predomínio da burguesia agrário-comercial baseada na cafeicultura, desde aquela ocasião havia-se formado no Brasil uma situação de crise de hegemonia. O poder burguês passou a ser exercido por uma combinação tácita, ou declarada conforme a ocasião, de vários grupos e classes. Os desenvolvimentos das forças produtivas e relações capitalistas de produção, na cidade e no campo, na indústria e agricultura, provocaram tais desenvolvimentos das classes sociais, suas relações e antagonismos, que surgiu da necessidade de os governantes - burocratas e tecnoburocratas, civis e militares, políticos e intelectuais, nacionalista e pró-imperialismo - exerceram o poder estatal a serviço de um bloco de poder no qual não havia uma classe hegemônica. Aliás todos os anos 1930-64 estão marcados por essa crise de hegemonia. E o populismo que se forma, desenvolve e transforma ao

---

[68] IANNI, O. (1989) Op. cit. p. 150
[69] IANNI, O. (1989) Op. cit. p. 151
[70] IANNI, O. (1989) Op. cit. p. 151

> longo desses anos, é uma expressão dessa crise de hegemonia. O bloco de poder populista expressa tanto a crise de hegemonia como a importância da aliança de classes. [71]

O impacto dessas mudanças, provoca profundas transformações nas coordenadas das atividades econômicas em relação ao último século, dando início a conformação de uma tecnoestrutura estatal, devido a grande participação do Estado na economia. Foram transformações consideráveis do Estado, indicando uma tendência acentuada para a ampliação do fortalecimento do Poder Executivo e a maior intervenção no conjunto da vida econômicae social, em consonância com o declínio das Instituições da democracia política: do parlamento, dos partidos, dos sindicatos, das associações, entidades de classe, enfim, da Sociedade Civil. Desta forma, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil caracteriza-se fundamentalmente pela ação do Estado. [72] Assim sendo, o ano de 1930,

> (...) carrega em seu bojo, então, a construção de um Estado moderno, à feição ocidental, suporte indispensável da futura industrialização (pesada), em grande escala, um Estado criador das classes sociais modernas (burguesia industrial e proletariado), uma vez que os grupos sociais existentes antes, durante a chamada República Velha, eram simples arremedo de classes, fragmentárias e em estágio de formação; portanto, fracas. [73]

O ano de 1930 carrega o ponto de inflexão com a chamada "revolução de 1930" que teve a participação fundamental das classes médias, representadas pelos funcionários públicos, militares, profissionais liberais, empregados em serviços, comerciantes etc., insatisfeitas com o domínio oligárquico durante praticamente toda a República Velha (1889-1930). As pretensões da classe média mobilizada, eram a realização de um ideário liberal-democrático e consoante com as transformações globais:

> Antes da Revolução já se aprofundara bastante o debate sobre vários dentre os problemas com os quais deveria defrontar-se o governo, após a deposição do Presidente Washington Luís, em outubro de 1930. Haviam-se examinado e debatido problemas tais como os seguintes: democratização do sistema político em geral, particularmente o processo eleitoral e o exercício efetivo dos poderes; protecionismo alfandegário e defesa da incipiente industria brasileira; reforma e ampliação do sistema nacional de ensino, em seus níveis elementar, médio e superior; formalização das relações de trabalho e das atividades sindicais; as funções do poder público, na proteção e incentivo às atividades econômicas instaladas e a instalar-se; a importância e a necessidade de uma política governamental de defesa e aproveitamento das riquezas minerais. [74]

---

[71] IANNI, O. *O ciclo da revolução burguesa.* Petrópolis, 1985, p. 81.

[72] Ver o interessante trabalho de IANNI, Octácio. *Estado e planejamento econômico no Brasil.* 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, entre outros. Os temas que envolvem a discussão das relações Estado/Soic

[73] TRONCA Ítalo. *Revolução de 1930: a dominação oculta.* 5a. ed. São paulo: Brasiliense, 1986, p. 8.

[74] IANNI, O. (1986), Op. cit. p. 27.

Estas propostas básicas se constituíram no principal ponto de apoio na luta contra os interesses agrário-exportadores[75], principalmente o coronelismo cafeeiro, apesar de grande parte da classe média viver nas grandes cidades e fora da influência direta dos Coronéis no campo. Entretanto, estas classes médias "lideradas pelo seu segmento mais radical, os 'tenentes', desencadeiam um ciclo de movimentos armados, cujo início é a revolta do Forte de Copacabana (1922), sucedendo-lhe a chamada Revolução de São Paulo (1924), que culmina com a formação da Coluna Prestes-Miguel Costa (1924-1927)."[76] A natureza urbana das classes médias formadas neste processo: era fruto do grande avanço do trabalho assalariado com a crescente industrialização do país. Entretanto, sua dependênciacomo grupo social estava atrelada as vicissitudes da grande propriedade agrária. Estes grupos sociais exerciam uma forte tendência para formação de um consistente movimento operário, o que acabou não acontecendo, pois foram

> duramente reprimidos pelo Estado Oligárquico, de um lado, e divididos internamente em diversas correntes políticas (anarquistas, comunistas, socialistas, cristãos), de outro, o operariado teria se constituído, no máximo, numa "ameaça potencial" ao regime dominante. E esse perigo derivaria, sobretudo, da ação dos trabalhadores desencadeada no final da década anterior (1917-1920), quando os operários das grandes cidades, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, realizaram uma onda de greves sob a liderança dos anarquistas. [77]

Estes aspectos devem ser considerados, pois o contexto político ideológico da revolução de 1930 traz a tona a memória dos vencedores pela lógica da dominação dos grupos que venceram esta luta, uma vez que

> a sistemática exclusão, repressão do movimento operário pelas classes dominantes e por aqueles que se autodenominaram representantes dos trabalhadores - esses são os suportes da idéia da Revolução de 30.
> (...) O que havia, como de resto continua havendo, era um confronto fundamental entre burguesia e proletariado. A idéia de que existiu uma revolução em 30 cumpre precisamente o papel de apagar o real, ou seja, o confronto do qual resultou a derrota do proletariado. [78]

Esta revolução foi um marco importante para a derrota do poder oligárquico dominante, e o ponto de inflexão para que o país encontrasse o caminho de um novo projeto de desenvolvimento, alicerçado na luta de classes (principalmente intra-classes), em confronto, o que levou a profundas modificações na estrutura do poder nos seus aspectos político-econômicos e sócio-culturais.

---

[75] Ver SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. Neste trabalho, Sérgio Silva estuda as origens da industrialização no Brasil, a partir do exame da economia cafeeira, levando-se em consideração as fortes desigualdades regionais e econômicas em todo o Brasil.
[76] TRONCA, I. Op. cit. p. 9.
[77] TRONCA, I. Op. cit. p. 12.
[78] TRONCA, I. Op. cit. p. 13-14.

Assim sendo, após a revolução e o que se denominou Estado Novo (1937-1945), percebeu-se com mais propriedade estas transformações internas, pois,

> nos anos de 1930 a 1945, o governo brasileiro, sob Getúlio Vargas, adotou uma série de medidas econômicas e realizou inovações institucionais que assinalaram, de modo bastante claro, uma nova fase nas relações entre o Estado e o sistema político-econômico. Todavia, as medidas econômico-financeiras adotadas, as reformas político-administrativas realizadas e a própria reestruturação do aparelho estatal não foram o resultado de um estudo objetivo e sistemático das reais condições preexistentes. O próprio desenrolar das soluções adotadas após 1930 mostra que o governo foi respondendo aos problemas e dilemas conforme eles apareciam no seu horizonte político, por injunção de interesses e pressões econômicos, políticos, sociais e militares. Às vezes as pressões e os interesses - principalmente econômicos e financeiros - eram de origem externa. [79]

Assim, de 1930 a 1945 o país passa por profundas transformações internas no campo econômico e principalmente no campo político, nas disputas internas em torno do poder do Estado, prevalecendo, como resultado desse confronto, um Estado autoritário e que marcou uma nova correlação de forças em todo o território nacional a partir das Interventorias Federais nos estados regionais e do Estado Novo.

Entretanto, no processo inicial de construção deste novo projeto de desenvolvimento marcado pela revolução de 1930, percebe-se, com mais intensidade uma articulação política estreita do empresariado com as instituições do poder público constituindo e consolidando um bloco no poder político-empresarial.

> Os estudos sobre as décadas iniciais do processo de substituição de importações no Brasil tendem a enfatizar (...), o papel preponderante de um Estado forte, controlado por uma elite burocrático-militar, no desenvolvimento e posterior evolução de um estilo de desenvolvimento capitalista no qual a burguesia desempenharia um papel dependente e subordinado. A burguesia brasileira se constituiria, desde suas origens, de acordo com esse padrão, afirmando-se como uma classe caudatária do Estado, incapaz de assumir a liderança do processo de industrialização e modernização. Assim, no período de 1930/1945, as decisões estratégicas do ponto de vista da expansão do capitalismo industrial no país, refletiram as opções da elite burocrática, civil e militar, que assumiria o controle do aparelho estatal, com o desdobramento da Revolução de 1930.[80]

Percebe-se, entretanto, queburguesia brasileira não era hegemônica nas fases iniciais do processo brasileiro de industrialização, mas desempenhou um papel estratégico como ator político na costura das alianças de classe que permitissem um projeto de desenvolvimento econômico voltado para a industrialização, destacando o esgotamento das atividades do processo primário-exportador que sustentava grande parte do desenvolvimento econômico durante a República Velha. Esta costura política, realizada por empresários e intelectuais, teve seu papel importante a partir do desenvolvimento de uma sociedade civil,

---

[79] IANNI, O. (1986) Op. cit. p. 26-7.

[80] DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 94-95.

através de suas organizações corporativas (Sindicatos, Federações, Confederações) e extra-corporativas (Partidos Políticos, Associações, Ordens, Conselhos, Institutos, Escolas, etc.). [81]

Assim sendo, pode-se destacar, na década de 50, o papel que o Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, entre outros, uma elite orgânica constituída com a participação de grandes intelectuais, formulando e construindo um projeto de desenvolvimento para o país. O ISEB foi criado em julho e 1955 no governo de Café Filho e extinto em 1964, após o golpe de Estado, pelo Marechal Castello Branco. Entretanto, teve grande influência e participação na vida intelectual do Brasil, apesar da curta duração de sua existência:

> (...) a criação do ISEB talvez tenha representado uma espécie de dupla consolidação do projeto alimentado por um grupo de intelectuais que queria fazer-se ouvir e criar discípulos, principalmente dentro do aparelho estatal. Primeiro, conseguiu uma base econômica e organizatória estável, para realizar, cursos, conferências, seminários de estudos, pesquisas e publicações. Segundo, instalou-se diretamente dentro do aparelho de Estado, como órgão do Ministério da Educação. Essas foram condições especialmente favoráveis para um grupo de intelectuais que se empenhava em criar uma "ideologia do desenvolvimento" e torná-la uma espécie de "idéia-força" do capitalismo industrial, isto é, monopolista, que adquiria um impulso excepcional nos anos cinqüenta. Vale a pena lembrar aqui alguns fatos notáveis, quando o capitalismo monopolista entrava em fase de expansão no país: a criação do Banco Nacional do Econômico e Social (BNDE) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952; a criação da Petrobrás em 1953; a deposição do Presidente Vargas, o seu suicídio e a publicação da sua carta-testamento em 1954; o governo Café Filho, que durou alguns meses em 1955-56, sob o qual promulgou a Instrução 113, da SUMOC, que favorecia a entrada de maquinaria do exterior e criava outras facilidades para o capital estrangeiro; a criação da SUDENE em 1959. Todos esses fatos expressam o contexto econômico e político do "desenvolvimentismo" brasileiro dessa década. Foi esse, provavelmente, o contexto no qual o ISEB se inseriu como uma matriz importante da "ideologia do desenvolvimento", que então tomava conta dos governantes e amplos setores das populações urbanas.[82]

Esta ideologia do desenvolvimento construiu ao nível da estrutura de poder, e como herança do processo histórico, uma nova fase da centralização e de fortalecimento do Poder Executivo e da sua administração-burocracia no papel estratégico de organização e direcionamento do poder político.

No desdobramento político do caso brasileiro, o fundamento ideológico do modelo denominado "segurança e desenvolvimento" foi elaborado, também nesse período, a partir da Escola superior de Guerra - ESG, atuando também enquanto elite orgânica do bloco militar e que vem cumprindo seu papel político desde 1949 quando foi fundada.

---

[81] Ver com mais profundidade sobre a estrutura: DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato R. *Agregação e representação de interesses do empresariado industrial: sindicatos e Associações de classe.* Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979, 78 p.

[82] IANNI, O. (1985), Op. cit. p. 57.

> A Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949, produziu um modelo para o desenvolvimento político e econômico do Brasil. É claro que o modelo denominado *segurança e desenvolvimento*, não surgiu pronto, delineado, desde o começo. Foi elaborado ao longo dos anos de 1949-64. E nos anos seguintes, desde 1964, quando posto em ação, ganhou outros desdobramentos práticos e ideológicos. Aliás, nos começos, a ênfase maior do modelo era dada à doutrina de segurança nacional. Depois, quando se torna a base das políticas, planos, programas e projetos governamentais, ganhou a sua feição mais elaborada, na articulação mais dinâmica do desenvolvimento capitalista "associado", ou "interdependente", com a segurança interna. [83]

A partir de 1950, o país experimentou um grande processo de transformação econômica e social, uma grande dose de modernização capitalista, onde, nem o latifúndio, nem a relativa dependência face ao capital multinacional, serviram de obstáculo à esta modernização. As discussões sobre as políticas e/ou projetos de modernização acelerada, passaram longe dos movimentos populares, dos partidos de esquerda tradicionais, e portanto, de "propostas alternativas" de desenvolvimento. Foi um processo dirigido pelo alto, altamente centralizado numa elite intelectual civil e/ou militar e na tecnoburocracia estatal, representantes dos interesses de um bloco no poder industrial nacional-associado e multinacional. Este bloco conseguiu arrastar consigo, no plano ideológico, amplas massas de trabalhadores urbanos e rurais e pequenos proprietários. As estratégias adotadas para a direção política, implicava na utilização de mecanismos de força e de autoridade, por meios legais e legítimos, e da ruptura institucional. [84] Isto foi possível graças a processos de cooptação, acordos e repressão, a partir das frações militares e empresariais que hegemonizaram esse bloco no poder. As soluções pelo alto, elitistas e profundamente anti-populares, foram opções de desenvolvimento da classe dominante no Brasil. Soluções estas que possuem a marca histórica de nossas elites, desde a Independência, passando pela Proclamação da República, revolução de 1930 o golpe de estado de 1964. Neste contexto, as condições para o avanço da democracia no país não tem sido uma tarefa fácil pois,

> em primeiro lugar, as propostas de avanço democrático encontram fortes e naturais resistências numa sociedade que apenas abriu mão do autoritarismo, mas dele não se livrou na prática pública e privada. Segundo, a estrutura de dominação que nasce das economias industriais, é, ao mesmo tempo, complexa na formação dos grupos de interesse, liberal nas relações de propriedade e na disposição da riqueza e despótica nas relações de trabalho e no processo de geração de renda, entregue as decisões da fração que detém o monopólio dos meios de produção. [85]

---

83 IANNI, O. (1985), Op. cit. p. 63.

84 Ver DREIFUSS, René A. (1981) Op. cit. e também ALVES, Maria H. Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1985, entre outros.

85 BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Intervenção legítima. In: Revista *Isto é Senhor*, nº 1.071, 28.03.90.

As organizações de classe no Brasil, atuando geralmente como "grupos de interesse"[86], participaram historicamente da elaboração das várias dimensões das crises ocorridas, sejam elas políticas, econômicas e/ou crises ideológicas, definindo-as numa estrutura de poder, a partir da correlação de forças entre as classes e frações de classe no interior do Estado.[87] Entretanto, pode-se referenciar à distinção entre os diversos grupos de interesse e reafirmar sua posição de classe[88] na medida em que se considera, por um lado, estes grupos como organizações de classe, que englobam o lado da oferta ou da demanda do mercado de trabalho, ou ainda como organizações de fração de classe, que são os grupos de interesse organizados que exercem um papel de representação de coletividades afetadas pelas políticas governamentais.

Neste sentido, estas crises (ou crises ao mesmo tempo econômicas, políticas e ideológicas), desencadeadas pela classes em luta, servem de referência importante para se entender as causas da intervenção, cada vez mais complexas, do Estado na economia.

Para se entender o tipo de capitalismo que prosperou no Brasil, principalmente a partir da crise de 1930, e a evolução do seu sistema político-econômico, torna-se necessário identificar o desenvolvimento e a convergência de duas importantes tendências:

> Em primeiro lugar, o Estado foi levado a desempenhar funções cada vez mais complexas no conjunto da economia. Essa participação crescente teve caráter direto e indireto, desde a freqüente formulação e reformulação das "regras do jogo" das forçasno mercado até a criação de empresas estatais. Em segundo lugar, a política econômica governamental tornou-se cada vez mais complexa e ambiciosa, chegando a configurar-se como política econômica planificada. Note-se entretanto, que a política econômica governamental brasileira nem sempre foi política deliberada de desenvolvimento. Às vezes, orientou-se no sentido da harmonização (ou

---

86 Ver DINIZ, Eli. BOSCH, Raul. Op. cit.

87 Ver a interessante discussão de LINDBLON, Charles. *O processo de decisão política*. Brasília: Universidade de Brasília , 1981. O autor procura entender como se dá o processo de decisão política na sociedade, quem ou o quê é o responsável pela formulação de políticas. Para Lindblon é necessário ter em mente as características dos participantes, os papéis que eles desempenham, a autoridade e os poderes que detém, bem como, sua relação de liderança uns com os outros e como eles se controlam mutuamente. Neste caso, para o autor, dados os diferentes tipos de participantes e de modalidades, cada um exerce uma função específica ou especial, tais como: cidadãos comuns, os legisladores, os líderes legislativos, ativistas de partidos, magistrados, servidores públicos, técnicos, professores e empresários ou homens de negócios, etc.

88 OFFE & WIESENTHAL (1984) Op. cit. p. 56-118 num artigo denominado "*Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização*", argumentam que o conceito de grupos de interesse é utilizado como prática dominante de "codificação" da realidade social, obscurecendo o conceito de classe social. Entretanto, procuram eles "fornecer evidências teóricas para a proposição segundo a qual da mesma maneira como conceitos econômicos de mercado, mercadoria, liberdade de contrato, oferta e procura (igualmente aplicada ao capital e ao trabalho) tendem a negar, e mesmo a bloquear, o acesso cognitivo à realidade de classe, o conceito de interesse de grupo, como produto de uma certa 'lógica da ação coletiva', inespecífica em termos de classe, e como forma neutra que pode igualmente ser preenchida por 'interesses' heterogêneos, desempenha a mesma função de obscurecimento da categoria de classe social, através da prática intelectual de equacionar o desigual".

integração) de setores produtivos e subsistemas regionais do país. Portanto, nem sempre o crescimento da renda nacional foi resultado da política econômica governamental, planificada ou não. Ao contrário, em diversas ocasiões o crescimento da Economia não foi senão o resultado de decisões, investimentos e condições de mercado funcionando sem qualquer direção governamental. [89]

Para o desenvolvimento, com relativa autonomia, deste projeto industrializante, e de certa forma resultante de uma política governamental amplamente identificada pelo populismo e pelo militarismo, a ideologia do desenvolvimento se expressava pelas ações estratégicas que levassem em consideração o apelo ao "avanço das massas", ou seja, no discurso da ampliação dos direitos e da cidadania, comumente designado pelo nome de "realização dos ideais democráticos" no Brasil.

Por outro lado, esta prática demonstrava sua faceta tecnoburocrática, pois, a partir da intervenção estatal atraves das diferentes políticas econômicas, criou-se as condições necessárias para uma grande reformulação das estruturas político-administrativas, tornando-se um elemento ideológico importante nas transformações da estrutura e da organização do próprio Estado. Estas transformações estruturais tornaram-se possíveis graças a reformas administrativas com a criação e reformulação de ministérios, secretarias de Estado, institutos, departamentos, grupos executivos, bancos estatais, companhias abertas, fundações, conselhos, departamentos, secretarias, divisões, etc. No bojo deste processo, tendo em vista a crescente expansão e diferenciação interna da sociedade brasileira, estava em curso o aprofundamento do processo de divisão técnica e social do trabalho, [90] condições fundamentais para o aprimoramento do capitalismo no Brasil.

Na década de 1960, principalmente a partir do golpe de Estado de 1964, estas transformações estruturais comprometem se as forças militares, a partir da Escola Superior de Guerra - ESG, a bancar essa ideologia sustentada num regime em que as forças/aparelhos repressivos do Estado atuavam no sentido de garantir a hegemonia do capital multinacional, industrial, financeiro e oligopolista, que acabara de se instalar no Brasil a partir do Plano de Metas de Juscelino Kubistchek (1956-1960). Sob a dominação deste novo bloco multinacional-industrial-militar criou-se, a partir de uma intensa crise política, um "Estado de Exceção",[91] não havendo o consenso político para a dominação política a partir da disputa democrática,

---

[89] IANNI, O. (1986) Op. cit. p. 301

[90] Para um estudo mais aprofundado sobre a divisão técnica e social do trabalho, consultar RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor.* São Paulo: Polis, 1987. principalmente o capítulo II - A teoria de Marx sobre o valor trabalho, pp.75-212.

[91] POULANTZAS, N. (1978, p. 69) ao delimitar sua tese sobre o fascismo procura mostrar que " a crise política, que pode levar a um Estado de Exceção, reside essencialmente em certas características particulares do campo da luta de classes, do campo das 'relações sociais'. Ela é acompanhada, contudo, por rupturas profundas do sistema institucional,

pela negociação política das reformas estruturais e sociais mais profundas, reivindicadas pelos movimentos populares e parte da Sociedade Civil. O Golpe militar tornou-se necessário para justificar a intervenção e garantir o projeto desenvolvimentista. Construiu-se, assim, um Estado tecnocrático, autoritário, repressivo e profundamente antidemocrático.

---

isto é, dos aparelhos de Estado - tal como a situação revolucionária é caracterizada, deste ponto de vista, pelo 'duplo poder', traço específico que concerne a instância estatal: é, entre outras, a estas rupturas que responde o Estado de Exceção". Entretanto, "os inícios do processo de fascização, com efeito, correspondem a uma radicalização dos partidos burgueses em direção a formas de Estado de Exceção. No entanto, a solução pretendida por estes partidos era a de um endurecimento do Estado sob formas diferentes - indo mesmo até a solução de uma ditadura de tipo militar -, no quadro das quais estes partidos *teriam podido prosseguir, ou restaurar, a sua direção sobre a cena política.*" POULANTZAS, N. (1978) Op. cit. p. 80.

4. A CONFORMAÇÃO DOS ELEMENTOS DO PODER POLÍTICO NA ESTRUTURAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O objetivo deste capítulo é resgatar uma parte das articulações políticas no interior do Estado, destacando historicamente algumas relações políticas importantes, mas não necessariamente determinantes, para a construção de uma estrutura de poder regional em Santa Catarina.

Este resgate permite identificar a relação entre os principais intelectuais (sujeitos históricos) com os principais espaços de poder, e que levaram ao desenvolvimento de uma administração política na gestão do Estado. Procurar-se-á destacar também os movimentos revolucionários que ocorreram no interior de Santa Catarina, num processo intenso de luta, inclusive com deslocamento de tropas armadas e esquadras, entre as diversas frações da classe dominante na disputa pelo poder político durante o período colonial.

4.1. AS POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO MERIDIONAL BRASILEIRO: OBJETIVOS ESTRATÉGICO-MILITARES

O Brasil caracteriza-se durante o período colonial (1500-1822), do ponto de vista de sua geopolítica-administrativa, pela organização em Capitanias hereditárias com os Governos Gerais e, mais tarde, com os Vice-Reinados.

> Assim, em 1549, é estabelecida a sede do Governo Geral na Bahia, com a chegada de Tomé de Souza, como primeiro governador-geral, que tem a preocupação pela posse do território, tendo percorridó o litoral até São Vicente.
> Sucedem-se os Governadores-Gerais tendo como sede a cidade de Salvador (Bahia), mas, prossegue a conquista e fixação portuguesa no litoral.
> Em substituição aos Governadores-Gerais foi criado o Vice-Reino do Brasil e, em Portugal, para estabelecer a política que convinha ao Brasil e ao vasto império português foi criado, em 1643, o Conselho Ultramarino.
> Mas, até 1710 o Rio de Janeiro vai se subordinar à Bahia, como cabeça da "Repartição do Sul", abrangendo o atual Brasil-Meridional.
> E é, tendo Gomes Freire de Andrade, como Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro que vai se criar a Capitania da Ilha de Santa Catarina. [92]

---

[92] PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: sua história.* Florianópolis: UFSC/Lunerdelli, 1983, p. 120.

As administrações regionais eram exercidas por um comandante militar subordinado diretamente ao Vice-Rei do Brasil. Nesta nova política, o primeiro governante escolhido para comandar Santa Catarina, foi o engenheiro-militar e brigadeiro José da Silva Paes, que permaneceu no cargo de 1739 a 1749. Seu objetivo estratégico era a ocupação da região meridional do Brasil e protegê-la das invasões estrangeiras, principalmente espanholas. Em 1738 a Ilha de Santa Catarina, que pertencia a Capitania de São Paulo, passou a ser subordinada ao Rio de janeiro.

> Várias razões levaram, evidentemente, a Coroa Portuguesa a pensar na criação da Capitaniada Ilha de Santa Catarina, concretizada na Provisão Régia de 11 de agosto de 1738, desincorporando os territórios da Ilha de Santa Catarina e o Continente do Rio Grande de São Pedro da jurisdição dos Capitães-Generais de São Paulo, passando-se à jurisdição do Rio de Janeiro.
> As razões são, principalmente, de ordem política, tendo-se em vista a recente fundação da Colônia do Sacramento (1680) e a conseqüente necessidade de dar-lhe cobertura militar-estratégica, com a implantação de um sistema defensivo litorâneo, onde se incluía a Ilha de Santa Catarina e a barra do Rio Grande.
> Para efetivação de tal intento viu-se a Coroa Portuguesa obrigada a comprar aos herdeiros de Pero Lopes de Souza as terras da Capitania de Santo Amaro e Terras de Sant' Anna. [93]

Nos planos da Coroa Portuguesa incluíam-se projetos militares contendo a construção de diversas fortalezas, cujo objetivo estratégico era a proteção, com a garantia da manutenção da póvoa de Nossa Senhora do Desterro em mãos portuguesas, ponto estratégico entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata. Daí a necessidade de ocupar militarmente a região: "construíram-se, dentro desse sistema as fortalezas de Santa Cruz da Ilha de Anhatomirim, de São José da Ponta Grossa, de Santo Antonio da Ilha dos Ratones Grande, e de N. Sra. da Conceição da Barra do Sul".[94] Silva Paes, para "dar início à sua gestão trouxe alguns funcionários civis, como Manoel Rodrigues Araújo, Comissário de Mostras, José Inácio Souto-Maior, Demarcador e Repartidor, Félix Gomes de Figueiredo, Provedor da Fazenda, e o Capitão José Cardoso Ramalho, engenheiro, e um grupo de índios mansos para os trabalhos braçais, [e] [...] André Vaz Figueira que desenhou as fortalezas".[95] Para completar a ocupação e garantir as condições econômicas necessárias para a manutenção do Regimento de Infantaria de Linha, base militar criada na Ilha, Silva Paes elaborou um projeto de povoamento com base na imigração.

O projeto entrou em ação a partir de 1748, quando uma leva de imigrantes (principalmente casais) oriundos das Ilhas dos Açores e da Madeira foram trazidos para o litoral brasileiro e,

---

[93] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 123.
[94] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 124.
[95] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 124.

principalmente, para a Ilha de Santa Catarina. Este projeto baseava-se na doutrina do *uti possidetis* (direito fundado na ocupação efetiva) defendida pela Coroa Portuguesa nas suas relações diplomáticas, como parte da sua política externa, em relação às fronteiras sul-americanas com a Espanha. O caráter estratégico da ocupação militar era a garantia do domínio sobre a região do Atlântico Sul, pois, após a separação entre Espanha e Portugal (1640), a Espanha procura consolidar seus domínios na região mais meridional como em Buenos Aires (Argentina), Montevidéu (Uruguai) e Assunção (Paraguai), territórios importantes para consolidação e exploração das riquezas minerais, do comércio, do controle sobre a rota marítima ligando o Atlântico sula ao Pacífico, bem como a ocupação dos territórios localizados na costa do pacífico..

O Brigadeiro Silva Paes era um grande conhecedor do litoral brasileiro, tanto que foi um dos que propiciaram as bases cartográficas para a elaboração do tratado de Madri, de 1750:

> A Corte de D. João V, em Portugal, tendo em vista as condições dos limites entre as duas nações, nos territórios ultramarinos, vai propor uma composição amigável.
> Assim, a 08 de fevereiro de 1749, o Secretário de Estado, Marcos Antonio de Azeredo Coutinho, remete para Madri o mapa manuscrito, em duplicata, que haveria de servir aos plenipotenciários espanhol e português na discussão do tratado, porquanto uma via do mesmo deveria ficar na Corte de Lisboa e outro na de Madri; era o chamado *"Mapa das Cortes"*[96]

Por outro lado, o povoado de Desterro ganha *status* de capital de Santa Catarina com a sua subordinação à capitania do Rio de Janeiro, podendo, desta forma, constituir uma estrutura política mínima para seu funcionamento. Com a nova capital, o Comandante Silva Paes foi o responsável pela construção de uma estrutura de poder e do traçado urbano e geográfico da Ilha: construiu a Casa do Governo de Santa Catarina e a Câmara de Vereadores, promoveu a ocupação de diversas freguesias, realizou o calçamento do centro da vila de Nossa Senhora do Desterro, bem como o traçado urbano característico construído a partir das ordenações portuguesas. Neste sentido, pode-se considerar que foi sob a égide militar no governo de Silva Paes que se estabeleceram concretamente os primeiros elementos estruturais da administração pública em Santa Catarina.

Após a gestão de José da Silva Paes, e o período compreendido até o final do período colonial, 1822 (tal período não será aqui analisado.), foram nomeados vários outros governantes militares. Houve também um período de invasão e domínio espanhol. Pode-se destacar: Manoel Escudeiro Ferreira de Souza (1749-1753); José de Mello Manoel (1753-1762); Francisco Cardoso de Meneses e Souza (1762-1765); Francisco de Souza Meneses (1765-1775): Pedro Antonio da Gama Freitas (1776-1777); **Invasão e domínio**

---

[96] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 160.

espanhol (23.02.1777 a 04.08.1778); Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara (1778-1779); Francisco Moraes Araújo Teixeira Omem (1778-1786); José Pereira Pinto (1786-1791); Manoel Soares Coimbra (1791-1793, natural do Rio de Janeiro, foi o primeiro brasileiro a governar a Província); João Alberto Miranda Ribeiro (1793-1800, faleceu no cargo e foi substituído até 08.12.1800, por um triunvirato composto por: Tenente Coronel José da Gama Lobo Coelho D'Eça, pelo Ouvidor Aleixo Maria Caetano e pelo vereador José Pereira da Cunha); Joaquim Xavier Curado (1800-1805); Luís Maurício da Silveira (1805-1817); João Vieira Tovar e Albuquerque (1817-1821); e Tomás Joaquim Pereira Valente (1821-1822).[97]

A Revolução do Porto em Portugal, ocorrida em 1821, provoca o retorno da Corte e da Família Real para Portugal, no Brasil desde 1808. Por outro lado, as então Capitanias passam a se denominar Províncias:

> foi resolvida no Rio de Janeiro a convocação de uma Assembléia de Procuradores das Câmaras das cidades e Vilas, não só brasileiras, mas de todos os domínios portugueses: era o Decreto de 18 de fevereiro de 1821.
> A partir daí lavrou descontentamento no Ministério, com demissões, e as próprias tropas que saíram à rua, a 26 de fevereiro de 1821, face ao que são lavrados decretos anulando a convocação da Assembléia de Procuradores, faz-se um ato de juramento da Constituição Portuguesa e, a partir daí, a 28 de fevereiro de 1821, as Capitanias passam a denominar-se Províncias.[98]

Com o retorno do Rei para Portugal, o Brasil passa por um processo de reestruturação na sua administração política, as Capitanias ascendem a condição de Províncias com representação na Corte, e elegem-se os novos deputados brasileiros para a Corte em Lisboa. Representando Santa Catarina estava o Padre Lourenço Rodrigues de Andrade. Por outro lado, na Província de Santa Catarina foi eleita uma Junta de Governo: "teve esta Junta posse, a 22 de maio de 1822, sendo composta do Capitão-Mor de Ordenanças Jacinto Jorge dos Anjos Corrêa, como Presidente, do Major de Estado-Maior José da Silva Mafra, como Secretário, e como vogais o Capitão João de Bittencourt Pereira Machado e Souza, o Vigário Joaquim de Sant' Ana Campos e o Major de Milícias Francisco Luis do Livramento".[99]

Assim, neste período colonial conforma-se uma estrutura necessária, na capital e no interior da Província, para a organização mínima das atividades administrativas, políticas e econômicas do governo colonial, com a Casa do Governo, a Câmara de Vereadores, a Ouvidoria, a Provedoria da Fazenda Real,

---

97 PIAZZA, W. (1983) Op. cit. p. 128-133.
98 PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 225.
99 PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 133.

construção de novas fortalezas, formação de Companhias de ordenanças e Cavalarias militares, impulso à agricultura, armações de baleias, construção naval, Intendência da Marinha, a Igreja Matriz, bem como a construção de estradas no interior da Província ligando a região de Tubarão ao planalto até Nossa Senhora das Lagens (hoje Lages), Desterro a São Francisco, São José a Lagens, e a criação de diversas freguesias e cidades, entre outros.

4.2. AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS E INSTITUCIONAIS A PARTIR DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL.

Com a Independência do Brasil de Portugal em setembro de 1822, o país adquiriu o "status" de Império, e para a sua organização política interna constituíram-se os novos cargos executivos de Presidente de Província, cujo preenchimento era de pessoas indicadas pelo poder central. As indicações passavam pelo crivo do Partido Liberal, que dispunha de maioria na Assembléia Geral do Império, e/ou prevalecia a livre nomeação por parte do Imperador D. Pedro I.

Entretanto, em Santa Catarina, a Junta Governativa, que tomou posse em maio de 1822 e governou até 16 de fevereiro de 1824, só recebeu a notícia da Independência um mês depois do fato acontecido:

> Com a independência política lavrada nas margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, a 07 de setembro de 1822, a notícia de tal evento chegou a Santa Catarina, a 07 de outubro, comoveu a população, de maneira que, naquele dia, reuniram-se membros da Junta Governativa, o Comandante das Armas, e demais autoridades civis, militares, judiciárias e eclesiásticas, para tomarem conhecimento do ocorrido, mas também, verem a forma de comemorarem.
> Foi elaborada, a 12 de outubro, uma "ata de aclamação", na qual se declarou, na Câmara da Vila de Desterro, aceitar a independência, e nela apuserem sua assinatura 143 pessoas.
> Na mesma data, o mesmo ritual se procedeu em S. Francisco, Laguna e Lages.
> Aceitava-se, pois, em terras catarinenses a consumação da Independência pátria.[100]

Observa-se que este ato histórico, que marcaria os destinos do Brasil, ocorreu na mais pura passividade em Santa Catarina, com a notícia surpreendendo grande parte das autoridades locais e se manifestando somente um mês depois do ocorrido, dado a debilidade do processo de comunicação à época. Os Presidentes das províncias eram, independentemente de sua terra natal, nomeados para assumir o cargo em diversas outras regiões do Império de acordo com os interesses do poder central. O que se percebe neste

---

[100] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 226.

processo é a grande rotatividade nestes cargos, em razão das diversas crises políticas por que passou o Brasil no seu processo de transição após a Independência de Portugal, aliados ao clientelismo político e a movimentos de grandes proprietários-latifundiários, bem como de manifestações populares: Cabanagem no Pará (1833), Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835), Levante dos escravos na Bahia (1835), Balaiada no Maranhão (1838), República Catarinense em Santa Catarina (1839), Praieira em Pernambuco (1849) e a Guerra do Paraguai (1865).

Em 1823, logo após a Independência, a capital Desterro já constituía uma estrutura administrativa mínima e foi elevada a categoria de cidade. Sua característica específica de Ilha atlântica e a sua posição geográfica estratégica (a partir do seu porto na rota marítima nacional e internacional), serviram de apoio importante para o abastecimento dos navios que por aqui passavam em direção a região do Prata na Argentina, ao Rio de Janeiro e ao nordeste brasileiro, bem como suporte para outras rotas internacionais.

No dia 25 de março de 1824 foi promulgada a primeira Constituição Política do Império do Brasil, onde seu "principal autor" destacou o seu feito:

> o povo não havia entendido muito bem a necessidade da dissolução da Câmara, e pelas esquinas ouvia-se chamar o monarca pelos piores nomes. Para dar provas, no entanto, de que ninguém mais do que ele detestava a tirania, D. Pedro mandou-me imediatamente trabalhar numa nova Carta Constitucional para ser outorgada à nação brasileira.
> A elaboração de tal Carta não me tomou mais que um mês. Para prepará-la tive apenas que fazer uma eficaz junção das Constituições européias. A idéia dos conselhos gerais saiu da Carta belga, a fusão das câmaras importei da Noruega e o resto veio da França e Portugal. Uma ou outra coisa inventei eu mesmo.
> Mal acabei de redigi-la e, contente pelo término do trabalho enfadonho e orgulhoso de minha obra, fui apresentá-la ao Imperador.
> (...)Disse-lhe que o Legislativo, o Judiciário e o Executivo eram na verdade três irmãos gêmeos, e, como sói acontecer aos irmãos, em muitas matérias eles não se entendem, discutem e socam-se, quebrando cristais e arruinando a harmonia familiar. Observei que para evitar este caos é necessário um pai de mão forte, que freie estes instintos. Então perguntei em altos brados: "quem deve ser o pai nesta grande família que é a nação brasileira?"
> "O Imperador, o Imperador!", respondeu D. Pedro como um aluno que deseja mostrar que decorou o ponto.
> "Pois, sim, meu senhor, é exatamente isso. O Imperador deve pairar como um grande pai sobre os três poderes, e, de vez em quando, deve empunhar as chinelas para se fazer respeitar. Essas chinelas são o Poder Moderador"[101]

---

[101] Cf.GOMES DA SILVA, Francisco. Que conta como o jurista Francisco Gomes da Silva participou da criação da primeira Constituição brasileira e de seu merecido prêmio pela brilhante elaboração da mesma. In. TORERO, José Roberto. *Galantes memórias e admiráveis aventuras do virtuoso conselheiro Gomes: o Chalaça*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 126-27.

Esta Constituição de 1824, a primeira do Império e do Brasil, estabeleceu os critérios para a organização da estrutura de poder, com destaque para a manutenção do poder do Imperador como Moderador.

> Nela, no Título IV, Capítulo V, trata dos "*Conselhos Gerais da Província e suas atribuições*". Cada Província deverá, pois, estabelecer um "*Conselho Geral da Província*" (art. 72), e sua constituição numérica é fixada de 21 membros para as províncias mais numerosas e de 13 para as demais (art. 73), e nestas se insere Santa Catarina. A escolha desses membros far-se-á na mesma ocasião dos representantes da nação e "*pelo tempo de cada legislação*" (art. 74) e eles deveriam ter "*a idade de vinte e cinco anos, probidade e decente subsistência*" (art. 75) e estavam impedidos de integrá-lo o Presidente da Província, o Secretário e o Comandante das Armas.
> Quanto às suas funções estava explícito que "*todos os anos haverá sessão, e durará dois meses, podendo prorrogar-se por mais de um mês, se nisso convier, a maioria do Conselho*" (art. 77), e a sua atribuição era "*propor, discutir, e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas províncias; formando projetos peculiares e acomodados às suas localidades e urgências*". (art. 81).
> Esses projetos dependeriam da decisão do Imperador (art. 86), ouvida, sempre a Assembléia Geral (art. 85, 86, 87 e 88). [102]

A eleição para o Conselho Geral da Província de Santa Catarina aconteceu a partir da publicação de um Decreto de 26 de março de 1824, e foram escolhidos como regiões "cabeças de distritos" a cidade de Desterro e as vilas da Laguna e de São Francisco. O Conselho provincial deveria contar com 13 membros e deveria ser formado "a partir de eleições de Assembléias paroquiais, com a nomeação dos eleitores paroquiais, e que deveria ser eleito 'homem probo e honrado, de bom entendimento sem nenhuma sombra de suspeita e inimizade à causa do Brasil', e que tivessem 'renda líquida anual de cem mil reis por bens de raiz, indústria, comércio, ou empregos".[103] A Nova Constituição definia-se por uma estrutura regional de poder presidencialista, em seu Título VII, capítulo I: "Haverá em cada província um presidente, nomeado pelo Imperador, que o poderá remover, quando entender que assim convém ao bom serviço do Estado" (art. 165) e complementa: "A lei designará as suas atribuições, competência e autoridade, e quanto convier ao melhor desempenho desta administração"(art. 166) [104]. Também delineava a nova estrutura municipal das Câmaras de Vereadores, no seu capítulo II: presidencialista na forma de poder, determinado por eleição, bem como definia as suas funções:

> "serão eletivas e compostas de número de vereadores que a lei designar, e o que obtiver maior número de votos será presidente" (art. 168) e, ainda estipula: "O exercício de suas funções municipais, formação de suas posturas policiais, aplicação das suas rendas" e "dos empregados"

---

[102] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 228.
[103] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 229.
[104] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 229.

> e com o título de "Regimento das Câmaras Municipais do Império" permaneceu em vigor até 1891, ou seja em pleno regime republicano".[105]

O primeiro Presidente nomeado para a província de Santa Catarina chamava-se João Antonio Rodrigues de Carvalho e assumiu o cargo em 16 de fevereiro de 1824, antes mesmo da outorga da Carta, permanecendo até 1825. João Antonio Rodrigues de Carvalho nasceu em 1770, "o seu berço é atribuído, ora à Bahia, ora ao Rio de Janeiro, ora ao Ceará"[106]. Seu pai era natural de Portugal e se chamava Joaquim Antonio de Carvalho, e sua mãe era do Rio de Janeiro e se denominava Joana Maria Josefa de Mendonça. "Dos seus estudos de humanidades nada se sabe. Entretanto, tem-se a sua matrícula, a 31 de outubro de 1791, na Universidade de Coimbra, ali bacharelou-se em Direito Civil".[107] Quando retornou ao Brasil foi nomeado, em agosto de 1808, juiz na Vila de Goiânia em Pernambuco, e logo em seguida, em setembro, foi nomeado "Provedor da Fazenda dos Defuntos e ausentes, resíduos e capelas" na mesma vila. Em 1814, foi nomeado para exercer o cargo de Ouvidor da Comarca do Ceará, sendo sua jurisdição toda a Capitania do Ceará. Em 1817, foi preso por ligar-se a Revolução de 1817 em Pernambuco, sendo enviado para Salvador e depois para Lisboa, onde foi absolvido. Em 1821, foi nomeado para o cargo de Desembargador da Relação da Bahia, ocupando o Cargo na Casa da Suplicação. Em 1822, foi eleito para a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, e sua atuação foi marcada por um projeto de grande repercussão:

> Passa a atuar decisivamente, na Assembléia, onde apresenta um projeto de grande repercussão, cassando e revogando a Alvará de 30 de março de 1818, que extinguia as sociedades secretas e, evidentemente, se dirigia à maçonaria, a qual pertencia Rodrigues de Carvalho, que se filiava a loja "Firmeza e Lealdade", onde se alcunhava "Ajácio". Tal projeto ele defende, ardorosamente, nas seções de 17 de maio, 20 de maio, 30 e 31 de maio e 02 de junho.
> Defende, sucessivamente, a Lei de Liberdade de Imprensa, chama a atenção para a anarquia administrativa reinante.
> Sua atuação é constante até o golpe de fechamento daquela Assembléia, na noite de 11 para 12 de novembro de 1823. [108]

Com o golpe, retorna à sua atividade de Desembargador. Em 1824, foi nomeado pelo Imperador D. Pedro I para assumir a Presidência de Santa Catarina, assumindo em 16 de fevereiro de 1824, substituindo a Junta Governativa que estava no poder desde 1822. Permaneceu no cargo até 12 de março de 1825, e por ironia dos fatos históricos, "Rodrigues de Carvalho, em Santa Catarina, adquiriu o apelido de 'Gazeteiro' e diz-se que pleiteou sua substituição por ter medo das trovoadas catarinenses..."[109]. Entretanto,

---

[105] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 229.
[106] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 229.
[107] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 230.
[108] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 231.
[109] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 231.

seu governo criou as condições necessárias para a instituição do Arciprestado[110] de Santa Catarina, bem como a construção de estradas que ligassem a capital, Desterro, até o uruguai, território das Missões. [111]

O segundo Presidente de Santa Catarina nomeado no período Imperial foi o brigadeiro Francisco de Albuquerque Mello, que permaneceu no cargo até 1830. Em sua gestão foi instalada a primeira agência dos Correios na Ilha (1829), bem como agências postais em Laguna e São Francisco (1830), construindo, assim, a estrutura para o aprimoramento das informações: o transporte das correspondências nesta época era realizado com cavalos entre as regiões próximas ou por navios nas distâncias mais longas. Para sucessão do Brigadeiro foi nomeado o Almirante Miguel de Souza Mello e Alvim, permanecendo no cargo por um período de um ano, sendo deposto com D. Pedro I, que renuncia ao Trono em 1831 em favor de seu filho, menor de idade, Pedro II.[112]

O Almirante Mello e Alvim era português, bem como seus principais auxiliares de governo: o dirigente político Diogo Duarte da Silva e o Comandante das Armas Brigadeiro Miguel Pereira de Araújo Barreto. Este governo foi deposto pelas forças nacionalistas ligadas ao exército, sob a liderança do Capitão-de-engenheiros Jerônimo Francisco Coelho, que servia no 4° Batalhão de Artilharia de Posição e foi um dos principais articuladores do movimento nacionalista na capital, fundando a Sociedade Patriótica Catarinense, responsável pela publicação do primeiro jornal em Santa Catarina *O Catharinense*.

Jerônimo Francisco Coelho nasceu na Laguna em 30 de setembro de 1806 e era filho de militar de carreira no exército brasileiro. Seguiu seu pai na carreira militar e estudou na Escola Militar do Rio de Janeiro a partir de 1820 e

> Sucessivamente galga postos da hierarquia militar: 2° tenente, por decreto de 20 de junho de 1823, 1° tenente, pelo de 12 de outubro de 1823, e capitão, por outro de 12 de outubro de 1824.
> A 12 de junho de 1831 segue para Santa Catarina, onde, com recursos obtidos e outros fornecidos pelas lojas maçônicas, com um pequeno prelo e material tipográfico vai fazer nascer a imprensa catarinense, com o jornal "O Catharinense", cujo primeiro número apareceu em 23 de julho de 1831.
> E, ainda, na capital da sua Província, fundou a "Sociedade Patriótica Catarinense", que muito propugnou pelo progresso local, e, ainda, fundou a loja maçônica "Concórdia", onde reuniu os prosélitos feitos por Alexandre José Tinoco, enviado pela Maçonaria do Rio de Janeiro a Santa Catarina, em 12 de setembro de 1822.[113]

---

110 A jurisdição de Arcipreste, pessoa que desempenha papel de "chefe" de padres em determinado clero de um bispo.
111 A estrada que hoje se designa BR-101, que corta todo o litoral catarinense.
112 D. Pedro I renunciou ao Trono em 07 de abril de 1831 e faleceu em Portugal no dia 24 de setembro de 1834 no Palácio Queluz.
113 PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 276.

O momento político à época era delicado e os soldados das guarnições militares estavam descontentes com o governo, pois há onze meses não recebiam seus soldos. Entretanto, sob influência de Jerônimo Coelho, grande parte dos oficiais dos Batalhões de Desterro integravam a Sociedade Patriótica. A deposição de Pedro I, aliado a grande insatisfação da tropa, criaram as condições necessárias para a deposição do Presidente-Almirante Alvim e do Comandante das Armas Brigadeiro Miguel Barreto. Este Movimento inseriu-se no que se denominou de "abrilada"

> (...) a câmara de Desterro, presidida pelo rico negociante José da Costa Pereira, decidiu realizar um grande baile nos salões do Paço Municipal, do qual se pôs à frente o Major José Antonio da Luz, para comemorar a elevação de D. Pedro II ao trono brasileiro.
> A 22 de abril, quando diante do Paço Municipal, quatro bandas de música se revezavam em alegrar o ambiente, reunia-se grande massa popular, os cadetes e sargentos dos batalhões confabulavam. Às 21 horas em ponto, quando o Presidente Alvim deu entrada nos salões, surgiram gritos de "Fora o Presidente. Fora o Governador das Armas! Fora os Pés de Chumbo!"
> Ao tentar esclarecer a gritaria o Comandante das Armas soube que era uma sedição militar. Imediatamente o Presidente Alvim foi para o Palácio, com o Comandante das Armas, convocando uma reunião do Conselho do Governo, composto pelo Vice-Presidente Francisco Luis do Livramento, de João Prestes Barreto da Fontoura e do Coronel Joaquim Soares Coimbra, enquanto os oficiais se dirigiam para os quartéis.
> No momento em que se realizava a reunião do Conselho do Governo, as tropas do 8°, 10° e 13° batalhões já chegavam à frente do Palácio.
> Perguntando-lhes o Coronel Joaquim Soares Coimbra o que desejavam, lhes responderam: deposição imediata do Presidente e do Comandante das Armas e entrega do Governo ao Vice-Presidente. Após muita confabulação foi aceita a exigência das tropas. Nesta noite, ainda, grupos extremados quebravam, com pedras e garrafas, as vidraças das casas dos partidários do Presidente.
> E, no dia 23 de abril de 1831, às 10 horas, assumiu o governo de Santa Catarina, o Vice-Presidente Francisco Luís do Livramento.
> Neste dia, todas as ruas estavam engalanadas, nas casas e nas roupas se viam ramos de cafeeiro, enquanto grupos exaltados gritavam "Fora os pés de chumbo!"[114]

4.2.1. O movimento nacionalista: o surgimento da assembléia provincial em santa catarina

Com a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho Pedro II, inicia-se no Brasil um período marcado pelas Regências: Regência Trina Provisória, Trina Permanente e Regência Una.

Em Santa Catarina, com a deposição do Presidente-Almirante Mello e Alvim, assume a Presidência da província no dia 23 de abril de 1831, o Vice-Presidente Major Francisco Luís do Livramento, e que era catarinense. O Major Francisco Luís do Livramento, neste processo, pareceu ser o nome capaz de conciliação entre as forças em disputa. Foi durante sua rápida gestão que se instituiu a Tesouraria da

---

[114] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 238. "Pés de Chumbo", "caramuru" ou "corcunda" eram denominações que se davam aos grupos políticos Restauradores da Monarquia. (p. 289).

Fazenda Provincial, a Força Policial da Província, bem como a freguesia de São João Batista do Rio Vermelho, na Ilha de Santa Catarina. São José, São Miguel e Porto Belo elevaram-se a categoria de Vilas. Sua estada no poder foi breve, uma espécie de transição para as propostas nacionalistas e liberais de Jerônimo Coelho, pois em 3 de agosto de 1831 assume a presidência da província Feliciano Nunes Pires, um desterrense. Feliciano Nunes Pires governou até novembro de 1835, quando foi designado e deslocado para presidir a província do Rio Grande do Sul, onde já se iniciavam as fagulhas da Revolução Farroupilha.

Feliciano Nunes Pires nasceu em Desterro em 1786 e ocupou o cargo de Inspetor da Alfândega em Desterro, depois elegendo-se suplente de Deputado federal de 1827 a 1828 pelo Rio Grande do Sul. Foi na sua gestão que se organizou efetivamente a estrutura financeira da província com a Tesouraria da Fazenda Provincial, garantiu a Força Policial (gênese da atual Polícia Militar), extinguiu o cargo de Comandante de Armas, criou a Administração dos Correios de Santa Catarina e deu início às explorações da bacia carbonífera no sul. A Província começava a se delinear e foi dividida em duas comarcas: a do norte situava Lages, São Francisco, São Miguel e Porto Belo em direção a Lapa (hoje Paraná) e a do sul compreendia Desterro, São José, Laguna e todo litoral em direção ao Rio Grande do Sul. Em sua gestão foi instalado o Poder Legislativo da Província, a Assembléia Provincial, substituindo o Sistema de Conselhos Gerais instituído pela Constituição de 1824.

A Assembléia Provincial, como Poder Legislativo, contribuiu para descentralização do governo do Rio de Janeiro, que impedia a real autonomia das províncias, concedendo uma autonomia relativa para as Províncias, bem como fortalecendo politicamente as oligarquias regionais. Assim sendo, através da Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834, conhecida como Ato Adicional, ficou estabelecida a competência legislativa para as Assembléias nas Províncias: legislar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica; instrução pública; polícia; economia municipal; orçamento e fixação dos impostos; criação de cargos públicos; obras públicas; estradas; navegação; prisões; empréstimos; desapropriação; fiscalização das verbas públicas; e regulamentação da administração dos bens provinciais, entre outras.

No dia 9 de novembro de 1834, foi realizada a primeira eleição para o Legislativo catarinense. Os Parlamentares Provinciais eram eleitos num processo de dois turnos, sendo que no primeiro turno votavam os eleitores qualificados:

> (...) em número variável conforme o número de votos existentes na paróquia, para escolher os eleitores, também em número proporcional ao de votantes, e no segundo turno, estes eleitores votavam nos candidatos de sua preferência para o mandato de deputado, resultando serem

> proclamados eleitos os mais votados, em escrutínio realizado nas câmaras Municipais, competindo à Capital diplomar todos os eleitos, após o exame de uma junta Eleitoral. [115]

De característica paroquial, e não existindo ainda partidos políticos organizados na Província, os novos deputados foram eleitos para um mandato de dois anos, identificados pelas suas correntes que já haviam se defrontado na "abrilada".

> A política catarinense nos tempos do Império só vai se definir após a "abrilada", quando há um forte atrito entre os liberais brasileiros e conservadores, adeptos dos velhos métodos da administração colonial portuguesa.
> Assim, para a composição da primeira Assembléia Legislativa Provincial, instalada a 1° de maio de 1835, já se sente um choque entre as duas correntes, destacando-se na sua Iª secretaria Jerônimo Francisco Coelho, mas estando no seu plenário homens como João Prestes Barreto da Fontoura e o Almirante Miguel de Souza Mello e Alvim. Desta forma as duas correntes de opinião tinham representação naquela Assembléia.[116]

A primeira legislatura se estendeu até 1837, como forma de "homogeneizar" as eleições em todas as Províncias para a realização de "eleições simultâneas" em todo o país. Dentre os grupos políticos que se destacavam á época muitos já possuíam identificação política nas várias correntes que haviam se formado atéentão:

> (...) já se conduziam por correntes definidas. Havia os "restauradores", os "republicanos" e os "liberais" catarinenses. Os restauradores desejam a volta de D. Pedro I, os republicanos batalhavam pela abolição da monarquia e pela reforma da Carta Constitucional de 1824. Os liberais defendiam a monarquia e a preservação da regência provisória. Como se constata, certa maioria (de restauradores e liberais), no fundo, desejava a mesma coisa. Constituíam-se em correntes dentro do próprio sistema governamental, com eventuais dimensões, mais que se acumpliciavam com a dominação do poder. A meta dos grupos políticos era a alternância do poder, o que não ocorria por evidente predomínio de restauradores e liberais, uma espécie de **Arena** da época. [117] (grifo do autor)

Na Assembléia Provincial, os deputados gozavam de imunidade parlamentar, recebiam subsídios e eram indenizados pelas despesas de viagem. Se fossem funcionários públicos tinham o emprego garantido devendo desincompatibilizar-se para exercer o cargo. Era permitido acumular cargos em diversas Assembléias Provinciais, bem como o de Presidente de Província, mas eram impedidos de acumular os proventos e as duas funções ao mesmo tempo. A Assembléia de Santa Catarina possuía em torno de 20 deputados pois a província era considerada uma das menos populosas do Império (até 1881, quando passou a ser de 22 deputados). Nas províncias mais populosas este número podia chegar até 36 deputados. As Leis votadas eram sancionadas pelo Presidente da Província, que detinha também o direito de veto. Entretanto,

---

[115] CABRAL, Oswaldo R. Breve Notícia sobre o Poder Legislativo de Santa Catarina, 1975, Apud. LENZI, Carlos Alberto S. *Partidos e Políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1983, p. 25.
[116] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 271.
[117] SILVEIRA LENZI, C., Op. cit. p. 24. Quanto a observação do autor sobre a ARENA, a referência é a Aliança Renovadora Nacional, partido que deu sustentação à ditadura militar pós 1964.

em alguns casos poderia sofrer apreciação da Assembléia Geral da Nação. As Leis que regulamentavam as despesas e empregos municipais eram de competência exclusiva do Legislativo podendo votá-las e/ou promulgá-las. No início das sessões Legislativas anuais o Presidente da Província encarregava-se de relatar seus trabalhos, fazendo as prestações de contas, demonstrando obediência as Leis votadas, bem como, solicitando as medidas Legislativas de interesse do "bem público".

O Primeiro Presidente da Assembléia foi Manoel Paranhos da Silva Veloso, que ocupava à época o cargo de Juiz da Comarca.

4.2.2. Os conflitos com o federalismo: as disputas internas entre os Repúblicanos - as províncias do sul contra o Império.

Em 1835, como se observou, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti foi nomeado para a presidência de Santa Catarina substituindo Feliciano Nunes Pires, deslocado para presidir o Rio Grande do Sul. O novo Presidente assumiu com instruções específicas de manter a "causa da legalidade" nas províncias sulinas, uma vez que eclode no Rio Grande de São Pedro a Guerra dos Farrapos, e tende a estender-se a Santa Catarina. A "Revolução Farroupilha" como ficou conhecida, teve seu início em 1835, alimentada por ideais Republicanos e Federalistas, sendo comandada por Bento Gonçalves da Silva, quando da criação das Assembléias Provinciais no Rio Grande.

> O entendimento do federalismo, pelos rebeldes, consistia na idéia da constituição de estados independentes, voltados para o atendimento de suas necessidades locais e ligados por laços de federação. A adoção do federalismo, na sua forma republicana, por sua vez, está diretamente relacionada com as necessidades de uma província com sua economia voltada para o abastecimento do mercado interno e, como tal, dependente dele por laços de complementaridade econômica. A preocupação com a manutenção desses laços e com a continuidade da exportação dos produtos gaúchos para o mercado interno brasileiro poder ser apreciada com a tentativa farroupilha de estender a revolução para Santa Catarina, ampliando para além do Rio Grande a proposta de uma federação de repúblicas. Tal procedimento revela o interesse na aquisição de um porto marítimo (Laguna) para o escoamento da produção gaúcha, uma vez que o porto de Rio Grande se manteve em poder dos legalistas durante todo o período de guerra." [118]

Com este entendimento, procurando garantir sua base econômica de cunho nacionalista e exigindo maior autonomia para as províncias, os gaúchos se diferenciavam nas suas propostasde organização e estruturação do poder político para o país. Estas propostas possuíam princípios políticos e

---

[118] PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A revolução farroupilha*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 61-2.

ideológicos em torno dos quais os gaúchos se organizavam e em nome dos quais lutavam. Estes princípios eram defendidos por uma elite revolucionária gaúcha, que os fundamentava apropriando-se das idéias liberais que circulavam pela Europa, tentando adaptá-las aos seus problemas locais. Assim:

> De Locke, foi recolhido o princípio de legitimidade para o enfrentamento de um poder que ameaçava a propriedade e a soberania dos rio-grandenses. Entenda-se, no caso, o conceito de soberania como capacidade de livre determinação e interiorização dos mecanismos de decisão na província, com o fim de orientar-se para a satisfação dos interesses locais. [119]
> Quanto à adoção da forma republicana, parece certo afirmar que, dentre as diversas tendências presentes no movimento, venceu aquela que optou pela separação política do Brasil, mantendo, contudo, os laços econômicos com o mercado consumidor.
> Viabilizaram-se dessa maneira os anseios do liberalismo político e do federalismo, resguardando-se a soberania dos rio-grandenses sem que se desarticulasse o sentido mercantil de sua economia.
> De Montesquieu, os farroupilhas recolheram a idéia da divisão dos poderes, traduzida, em termos ou interesses locais, na adoção de um governo constitucional representativo. Na sua experiência republicana regional, os farrapos convocaram uma Assembléia Geral Constituinte e uma Legislativa, baseando-se no princípio de que, com a elaboração de um corpo de leis e na separação de poderes, se poderia contrapor os excessos de um poder executivo. Embora tais preocupações refletissem tanto a tensão presente na província entre o Centro e as oligarquias regionais, na prática a República Rio-Grandense funcionou de maneira bastante centralizada.
> A bagagem ideológico-liberal farroupilha comportava ainda as idéias de Rosseau no que dizia respeito à questão das liberdades ou direitos individuais do cidadão. O governo liberal almejado pelos rebeldes era aquele que, fundamentado na divisão de poderes e firmado sobre a lei, garantisse a soberania dos povos, assim como a vida, a liberdade e a propriedade dos cidadãos. Ora, na acepção local, a referência a "liberdades individuais" ou a "povo" dirigia-se exclusivamente à camada de homens livres e proprietários, únicos detentores de direitos políticos. [120]

E com base nestes ideais, a revolução invade o território catarinense ocupando as cidades de Lages (1838) e Laguna (1839), onde foram declaradas parte integrante da República de Piratini, então proclamada no Rio Grande de São Pedro. Os principais sujeitos neste processo revolucionário, que tomaram parte efetiva na luta, foram o italiano-revolucionário Giuseppe Garibaldi, os catarinenses Anita Garibaldi (Ana Maria de Jesus Ribeiro) e Davi Canabarro, entre outros, que fundaram em Santa Catarina a República Catarinense, cuja sede foi instalada em Laguna e presidida inicialmente por Davi Canabarro.

> Assim, a 22 de julho de 1839, estava Laguna em poder dos "farroupilhas". E nesse mesmo dia, deram-lhe o nome de "Cidade Juliana da Laguna" e instalaram o Governo Provisório da "República Catarinense", sob a Presidência de Daví Canabarro.
> A posse de Laguna significou para os "farroupilhas" o aprisionamento de quatro escunas de guerra, catorze embarcações mercantes, 463 carabinas, 15 canhões, mais de 30.000 cartuchos embalados, além de outros artigos bélicos. [121]

---

[119] PESAVENTO, S. Op. cit. p. 60.
[120] PESAVENTO, S. Op. cit. p. 62-3.
[121] Cf. PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 296 e 299.

Tomado o poder em Laguna, a nova República Catarinense instituída de forma revolucionária necessitava organizar-se formalmente e foram convocadas eleições para eleger o seu Presidente. Na disputa elegeu-se o Coronel Joaquim Xavier Neves, natural de São José. Entretanto, sua eleição não foi reconhecida pelos revolucionários pois alegavam sua fortes ligações com governo da província, o que poderia por em risco a nova República, sendo, então, empossado em seu lugar o padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, natural de Enseada de Brito e que havia sido candidato a Vice-Presidente nas mesmas eleições, Assim,

> Tomada Laguna e alastrado o avanço revolucionário para o norte, alcançando as imediações da cidade de Desterro, Daví Canabarro propôs que se organizasse, de forma democrática, a nova República, e, para tal, ordenou que a Câmara Municipal procedesse a eleição provisória do Presidente da "República Catarinense", o que foi feito a 07 de agosto de 1839, sendo, então, eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Coronel Joaquim Xavier Neves e o Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, que assumiu a presidência, tendo em vista achar-se aquele impedido pela pressão e fiscalização sobre si exercida pela Presidência da Província. [122]

Formada a Nova República, um dos primeiros atos do governo foi aextinção de todos os impostos que incidiam sobre o comércio do gado e a indústria pastoril, seguindo as determinações das políticas mais gerais do Movimento Revolucionário Farroupilha. Assim,

> no tocante aos empresários da "revolução", não resta a menor dúvida que eles se circunscreviam nos quadros da chamada elite rio-grandense, camada favorecida da sociedade e que tinha o seu patrimônio fundamentado na posse da terra, do gado, dos escravos. Em outras palavras, constituíam-se de estancieiros, em sua maior parte, charqueadores, que tinham seus interesses prejudicados com a política econômico-financeira imposta pelo centro e que, dentro dos quadros de um sistema político excludente, tinham condição de fazer valer seus direitos nos cargos eletivos locais. [123]
> (...) A justificativa de posição assumida se complementava com uma série de ataques ao governo central pela sua atuação, que acarretavam prejuízos para o Rio Grande do Sul. As acusações recaíam sobre a má gestão dodinheiro público e o processo de discriminação das rendas entre gerais e províncias, com prejuízo para o Rio Grande do Sul; criticava-se a política tributária, que fazia incidir altos impostos sobre o sal e baixas tarifas de importação sobre o charque platino; denunciava-se que os impostos mais baixos eram pagos pelos produtos de exportação (o que implicitamente atendia os interesses dos cafeicultores), bem como que o dinheiro do Rio Grande era desviado para outras províncias; as queixas eram ainda dirigidas contra o fato de que as guerras desorganizavam a produção, e a província, que fornecia homens, cavalos e gado às tropas, não era indenizada pelo centro. Neste sentido, o Rio Grande do Sul assumia a conotação de verdadeira "estalagem do Império".[124]

Por outro lado, o início das investidas com as medidas tomadas pelo governo legalista catarinense para reprimir o movimento só favoreceram a causa republicana em Laguna e em Lages.

---

[122] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 298.
[123] PESAVENTO, Op. cit. p. 54-5.
[124] PESAVENTO, Op. cit. p. 58-9. Percebe-se que o Rio Grande do Sul, à época, era uma espécie de "ABC paulista" que fornecia os meios de transporte necessários (cavalos, muares) para o país se movimentar e, principalmente, para as forças armadas.

Neste entretanto, quando eclode a revolução farroupilha na província do Rio Grande do Sul, o governo de Santa Catarina envia tropas para a cidade de Lages no intuito de impedir o avanço dos farrapos pela região serrana. A política adotada pelo governo legalista, como eram chamados as forças militares oficiais, baseou-se no recrutamento violento dos cidadãos, apropriação indébita do gado e de mantimentos, causando indignação à população e as lideranças locais, fazendo com que apoiassem ainda mais a causa republicana dos farroupilhas. Esta ação governamental inicia-se em fevereiro de 1836 quando o Comendador Francisco Luiz do Livramento assume o governo da Província e organiza uma expedição à Laguna, onde se encontra um clima totalmente favorável a causa Farroupilha, não conseguindo ultrapassar os limites da Vila. Francisco Livramento foi substituído então pelo Coronel José Joaquim Machado de Oliveira, em janeiro de 1837, e buscou uma política de conciliação com os farrapos, uma vez que o povo havia aderido em massa ao movimento. Como não conseguiu costurar sua política conciliatória, foi substituído pelo Brigadeiro João Carlos Pardal. O Brigadeiro João Pardal era de origem portuguesa e havia acompanhado D. Pedro I para Portugal após a sua abdicação. Governou com despotismo, força e arbitrariedade, aguçando ainda mais a causa Farroupilha, com a tomada de Laguna, e reforçando sobremaneira as bases liberais em todo o litoral catarinense.

Em março de 1838 com um contingente farroupilha de 1.300 homens, o Ministro da Guerra da República Riograndense, José Mariano de Matos, tomou a vila de Lages juntamente com Bento Gonçalves da Silva. Depois de muitas batalhas nos campos de Lages com os legalistas, os farrapos obtiveram várias vitórias e tomaram a cidade:

> O Governo Imperial e a Presidência da Província de Santa Catarina sentem que os "campos" de Lages, estão muito próximos à área da atividade revolucionária e mandam, para lá, forças militares para impedir o avanço dos "farroupilhas".
> Estas forças governamentais procedem a violento recrutamento, apossam-se de gado e de mantimentos, sem o necessário pagamento, ocasionam descontentamentos, que se juntando a outros acontecimentos, forçam Antonio Inácio de Oliveira, em princípio de Janeiro de 1838, a declarar-se partidário da República Riograndense e as forças enviadas para combatê-lo são derrotadas no passo do Correia e, em seguida, no passo do Caveiras.[125]

Entretanto, um dos principais articuladores e responsáveis pelas investidas das forças legalistas em Santa Catarina foi o Marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa. Francisco de Andréa foi nomeado para a presidência da Província de Santa Catarina e governou de 1839 a 1840. Nasceu em Lisboa em 1781 e era militar de carreira. Acompanhou a família Real em 1808 ocupando cargo no Arquivo

---

[125] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 292-93.

Militar e no Real Corpo de Engenheiros. Esteve em Pernambuco em 1817, para a função de Secretário e organizador da força militar do governo local. Atuou em Santa Catarina na construção de fortificações em 1822 e no Rio Grande em 1828. Em 1829, foi nomeado governador das armas em Santa Catarina e comandante das forças brasileiras no Uruguai. Em 1835, foi nomeado presidente do Pará, permanecendo até 1939, sendo efetivado como Marechal de Campo. Em 18 de agosto de 1839, foi nomeado para presidir a Província de Santa Catarina e sua função estratégica era o "esmagamento" da revolução farroupilha e da República Catarinense. Por outro lado, Francisco de Andréa nomeou o coronel Joaquim Xavier Neves (presidente eleito da República Catarinense) Coronel da Guarda Nacional, cargo de confiança do governador!

Com um efetivo de 400 homens trazidos do Rio de Janeiro e mais de 3 mil lotados em Santa Catarina, mais 16 navios armados e detendo amplos e totais poderes, desmontou a estrutura republicana catarinense, afastando seu presidente e fazendo com que Garibaldi e Anita se refugiassem no Rio Grande do Sul, de onde partiram para a tomada de Lages e depois para suas lutas na América Latina e na Itália.

> O Governo Regencial face à tomada de Laguna e a expansão dos liberais pelo litoral catarinense foi designado encarregado da defesa marítima da Província o Chefe-de-esquadra Miguel de Souza Mello e Alvim, mas, ao tomar conhecimento da extensão dos fatos investiu na Presidência da Província de Santa Catarina o Marechal Francisco José de Souza Soares Andréa e foi determinado ao Capitão-de-mar-e-guerra Frederico Mariath que assumisse o comando das forças navais, o que fez, no porto de Desterro, a 13 de agosto de 1839.
> E, prontamente, organizou a repressão à ação revolucionária com dezesseis embarcações armadas, distribuídas ao longo do litoral, do Desterro para o sul.
> A atuação de Mariath foi das mais decisivas, pois, a 15 de novembro de 1839 deu-se o choque decisivo entre as forças de ambos os lados, no combate naval da Laguna, quando a flotilha de Garibaldi foi derrotada, em que se perderam todas as embarcações "farroupilhas", afundadas ou apresadas, além de grande quantidade de material bélico. [126]

Assim a República Catarinense e seus revolucionários, numa ação conjunta de mar e terra pelas forças legalistas, perderam a primeira batalha e foram derrotados pelo governo Imperial em Laguna e expulsos da vila de Lages, em novembro de 1839, sob o Comando do Brigadeiro Francisco Xavier da Cunha. Entretanto o Brigadeiro morre em combate no Passo do Pelotas em 14 de dezembro do mesmo ano. No dia 26 de dezembro uma contra-ofensiva farrapa com cerca de 500 homens, sob o comando do Coronel J. Teixeira Nunes, retoma o comando da vila e são perseguidos e derrotados pelas tropas oficiais, em 12 de janeiro de 1840, em Curitibanos nas margens do rio Marombas, onde as forças legalistas capturam uma das principais lideranças do movimento, Anita Garibaldi. Entretanto, à noite, Anita consegue

---

[126] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 294.

fugir e encontra-se com as tropas farrapas lideradas por Giuseppe Garibaldi em Lages. Em abril de 1840, os legalistas precisam de reforços e deslocam para Lages uma divisão de tropa vindas de São Paulo, sob o comando do General Pedro Labatut, que toma a cidade e permanece até agosto, avançando posteriormente para o Rio Grande do Sul. Em novembro e dezembro de 1840 sob o comando de Bernardino Soares e Joaquim Pedro Soares, os Farroupilhas, com um contingente de 160 homens, tomam novamente a vila e permanecem em Lages até fevereiro de 1841.

> Acossados os "farroupilhas" adentram-se no Rio Grande do Sul, sob a pressão das forças legalistas, comandadas pelo General Pedro Labatut.
> E, a Província de Santa Catarina tem, agora, a governá-la o Marechal Antero José Ferreira de Brito.
> E, os "farroupilhas" vendo que as forças legalistas do General Pedro Labatut, tinham se dirigido à região de São Francisco de Paula, na Província do Rio Grande, retomam, mais uma vez, Lages, sob o comando do Coronel Joaquim Pedro Soares, onde ficaram até 11 de fevereiro de 1841. E, ali, ainda, a 26 daquele mês de fevereiro, teve lugar uma série de tropelias de um bando "farroupilha", sendo seus integrantes mortos, aprisionados ou dispersados.
> E, desta forma, deu-se por finda a ação "farroupilha" em Santa Catarina. [127]

Durante a tomada de Lages o governo catarinense proíbe o comércio com a vila, principalmente para o fornecimento de sal. Os conflitos e os problemas entre os moradores e as forças militares se tornam cotidianos pela região, uma vez que havia a apropriação do gado e os saques se tornaram generalizados. Estes acontecimentos resultaram numa grande desestabilização econômica para a região, com perda considerável para sua economia, baseada eminentemente na criação e no comércio do gado. A vila de Lages era local de passagem de grande parte de rebanhos (gado bovino, cavalos e muares) que se deslocavam para São Paulo e daí para o Nordeste brasileiro. A Guerra se estabilizou no período de 1840 a 1842, e os farrapos ainda resistiam no Rio Grande do Sul. Entretanto

> O governo central, por seu lado, ainda não concentrara seus efetivos no Sul, uma vez que *enfrentava* rebeliões em outros pontos do país.
> A partir de 1843, registrou-se o declínio farroupilha.
> No lado das forças rebeldes, começaram a registrar-se cisões entre os chefes. O Império, tendo debelado todas as demais revoltas, pôde dedicar-se integralmente ao Rio Grande do Sul.
> Para a província foi mandado Caxias, que oferece aos revoltosos anistia geral se depusessem as armas, além das condições de paz extremamente honrosas para os gaúchos.
> A assinatura da Paz de Ponche Verde, a 28 de fevereiro de 1845, nos campos de Dom Pedrito, em plena campanha gaúcha, teve um significado ideológico fundamental para a imagem do movimento, que foi guardado pelas gerações futuras e habilmente explorado pela historiografia oficial.[128]

---

127 PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 298 e 300.
128 PESAVENTO, S. Op. cit. p. 64.

A negociação nesta guerra foi muito bem articulada por Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que ofereceu aos revoltosos uma "paz honrosa". Inclusive, foi eleito pelos próprios estancieiros o Presidente da Província do Rio Grande do Sul. Todavia o Império brasileiro estava preocupado com os conflitos e o desenrolar político entre os países do extremo sul da América Latina, Argentina, Uruguai e Paraguai, e que desembocou mais tarde, em 1865, na Guerra do Paraguai. A estratégia da negociação com os farroupilhas era de garantir o apoio militar e econômico do Rio Grande do Sul, e principalmente o seu território como campo básico de operações de guerra. Assim sendo

> Os farrapos não sofreram uma derrota final nos campos de batalha, apesar de se encontrarem já bastante desgastados. Além disso, foi-lhes oferecida uma "Paz honrosa", que atendia os revoltosos em muitas das suas antigas reivindicações. Foi concedido aos estancieiros gaúchos o direito de escolherem o seu presidente de província; dívidas da República Rio-grandense seriam pagas pelo governo central; os generais farrapos poderiam, se o quisessem, passar para o exército brasileiro com os mesmos postos que ocupavam nas forças rebeldes; o governo central garantia o direito de propriedade e a segurança individual de todos os revolucionários; os prisioneiros de guerra seriam soltos, e aqueles que estivessem fora da província poderiam retornar sem receio; seria elevada em 25% a taxa alfandegária sobre a entrada do charque platino no mercado brasileiro; o governo reconheceria a liberdade dos escravos que haviam servido na revolução como soldados. [129]

Enfim, o governo Imperial brasileiro através de seu exército, saiu-se vitorioso.

4.2.3. As mudanças de estratégia: os efeitos da guerra do Paraguai e as políticas de colonização no sul

Durante a atuação de Francisco de Andréa no governo, em função dos "esforços de Guerra", sua atuação na gestão do estado favoreceu as obras de melhoramentos de estradas no Estreito até São José, em Lages, criando inclusive condições para a construção de uma estrada que ligaria Lages a Itajaí e até Lapa (hoje Paraná). Estabeleceu regulamentação: aos portos, à Secretaria de Governo, escolas da Província e matadouros públicos. Trouxe professores do Rio de Janeiro para a formação de novos professores a partir da Escola Normal, bem como um grupo de pessoas para fazer o calçamento das principais ruas da capital, organizou local para o cemitério público e comprou lampiões que iriam iluminar as vias públicas da capital. Andréas era um grande estrategista militar e, ao final de sua gestão, elaborou para o seu sucessor, Bernardo de Souza Franco, um relatório militar minucioso sobre as condições de defesa da região tais

---

[129] PESAVENTO, S. Op. cit. p. 64-5.

como: a questão da Guarda Nacional e os comandos militares, as condições das fortalezas, necessidade de construção de hospitais militares, de faróis na Ilha do Garça e do Arvoredo, estradas com guarnição militar. Construiu pontes em São Francisco e Aririú e reconstruiu outras. Governou Santa Catarina até janeiro de 1840, sendo nomeado então para a presidência do Rio Grande do Sul, permanecendo apenas um mês no posto, pois a revolução farroupilha ainda não havia acabado. Após seu governo em Santa Catarina, e logo após o desfecho da revolução farroupilha, foi Deputado pelo Rio de Janeiro entre 1841 e 1843. Entre 1843 e 1844, foi nomeado Presidente de Minas Gerais e de 1844 a 1846, foi nomeado também governador da Bahia. Em 1848 retorna como presidente do Rio Grande, permanecendo até 1849. Em 1854, foi condecorado como "Barão de Caçapava", e possuía a "Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro" e a "Comenda da Ordem da Rosa".

Em 1850 toma posse no governo da Província João José Coutinho, nascido no Rio de Janeiro na freguesia de Santa Rita da Corte, em 1809. Em 1832 bacharelou-se em direito na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi nomeado Juiz Municipal em Angra dos Reis e Cabo Frio no Rio de Janeiro. Em 1849, foi eleito Deputado provincial pelo Rio de Janeiro e no mesmo ano, também nomeado presidente da Província de Santa Catarina através de Carta Imperial de 19 de novembro de 1849. Tomou posse em 24 de janeiro de 1850, permanecendo até 1859.[130] Seu governo foi marcado pelo início do movimento migratório liderado principalmente pelo Dr. Hermann Blumenau, dando continuidade, assim, a política do Governo Imperia; para a ocupação dos espaços regionais em Santa Catarina, após um período conturbado do movimento revolucionário farroupilha. Desta forma João José Coutinho foi receber a primeira leva de imigrantes trazidos pelo Dr. Blumenau, em 1850, bem como os do Príncipe de Joinville, em 1851.

O desenvolvimento dos trabalhos de colonização ficou sob a responsabilidade da Comissão de Terras, encarregada de estudar as condições para implantação das colônias e planejar o sistema viário de Santa Catarina. Para dar sustentação ao desenvolvimento das colônias, o Presidente da Província colocou a disposição dos empresários coloniais material e equipamentos, técnicos especializados, bem como assistência jurídica para dar cobertura legal ao novos habitantes da região. Desta forma, criou as condições necessárias para a manutenção do programa Imperial brasileiro. Seu governo foi marcado pela construção do primeiro mercado público da capital, em 1851, a fundação das colônias de Blumenau (1850) e Joinville

---

[130] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 474-75.

(1851). Criou o Montepio dos servidores públicos, instalou a Caixa Econômica (1854), a Biblioteca Pública (1855) e o Liceu Provincial (1857) no qual o naturalista Fritz Müller foi professor. Em 1860, após deixar o governo de Santa Catarina, foi nomeado administrador do Correio da Corte. Era possuidor do título de "Cavaleiro da Legião de Honra da França", do "Hábito da Ordem da Rosa", do título de "Comendador da Ordem de Cristo" e de "Dignatário da Ordem da Rosa"[131]

Devido aos conflitos internos para a reorganização dos interesses políticos mais diversos, nesta fase de transição do Império para a República, após o governo de João José Coutinho, a ocupação do cargo de Presidente da Província de Santa Catarina foi amplamente marcada por sucessivas trocas de governo, caracterizando-se pela "alta rotatividade". O período compreendido entre 1850 e 1889 diverge do período de 1824 a 1850, pois os militares se afastam do cargo de Presidentes de Províncias e constituem-se número reduzido, abrindo espaços para os Bacharéis em Direito, condição básica da transição para um Estado liberal. Neste período, de um total de 35 Presidentes: 6 são militares; 2 pertencem a Igreja e e os demais trazem o título de Bacharel em Ciências Jurídicas e procedem das Academias de Direito. Este processo de transição, com as forças em luta, inclusive com a Guerra do Paraguai, caracteriza-se pelas relações clientelistas, pelos apadrinhamentos políticos, dificultando as ações de ordem da gestão do Estado, refletindo-se, entretanto, em algumas alterações para o desenvolvimento da Província.

As obras de caráter público se arrastavam de governo em governo, bem como ganhava impulso o processo de colonização com a ocupação dos espaços regionais, a partir da imigração, o que favorecia o Tesouro da Província com o aumento de suas fontes de receita, devido também aos repasses em função dos gastos com a Guerra. Este processo reflete, sobremaneira, as articulações em torno das disputas pelo poder regional, e está intimamente ligado com os desenvolvimentos da correlação de forças do poder central do Brasil Imperial e também com os países latinos do "cone sul".

Desta forma, sucederam a João José Coutinho na Presidência da Província, de 1860 a 1870:

> dr. Esperidião Elói de Barros Pimentel (na qualidade de 1° Vice-Presidente), dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, dr. João José de Andrade Pinto (como 3° Vice-Presidente), dr. Inácio da Cunha Galvão, Pe. dr. Vicente Pires Mota, Comendador João Francisco de Souza Coutinho (na qualidade de 1° Vice-Presidente), Capitão-tenente Pedro Leitão da Cunha, Comendador Francisco José de Oliveira (na situação de 1° Vice-Presidente), dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, novamente o Comendador Francisco José de Oliveira (como Vice- Presidente), dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, outra vez o Comendador Francisco José de Oliveira e, novamente o Comendador João Francisco de Souza Coutinho (como Vice-

[131] PIAZZA, W. (1985), Op. cit. p. 188.

> Presidente), dr. Carlos Cerqueira Pinto (como 1° Vice-Presidente), dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu, Coronel Joaquim Xavier Neves (na qualidade de 3° Vice-Presidente), dr. Manoel Nascimento da Fonseca Galvão (como 2° Vice-Presidente), dr. André Cordeiro de Araújo Lima, novamente o dr. Manoel Nascimento da Fonseca Galvão (na qualidade de Vice-Presidente), dr. Manoel Vieira Tosta (como 1° Vice-Presidente), dr. Francisco Ferreira Correa, novamente o dr. Manoel Vieira Tosta ... [132]

Paralelamente aos acontecimentos políticos, e com o fim da Guerra do Paraguai, desenvolve-se o movimento da colonização e, consequentemente, o crescimento das fontes de produção com a introdução de novas manufaturas e da pequena indústria, criando as condições necessárias para o desenvolvimento de novas bases de produção, num processo de alteração das relações de produção na Província. Em 1877, a vila de Joinville passou a condição de cidade e contava com uma população de 10 mil habitantes. Blumenau, por outro lado, contava com aproximadamente 6 mil habitantes e com 92 fábricas já instaladas.

Por outro lado, as disputas pela hegemonia do Cone Sul da América Latina foram marcadas pela Guerra do Paraguai, que durou de 1865 a 1870, fomentada e financiada pela Inglaterra, que não admitia ver o Paraguai como potência hegemônica na América Latina e, ainda mais, liderada por Solano Lopes.

Desta forma, Santa Catarina serviu de ponto estratégico para abastecimento e envio de tropas à região de combate. As disputas políticas à época foram marcadas também pelos interesses da guerra, e pelas disputas dos espaços de poder, ao mesmo tempo em que a sociedade se transformava, europeizava-se, com a grande influência política e econômica da Inglaterra no Império brasileiro. Este processo era concomitante com a migração em massa de alemães, suíços, noruegueses, poloneses, etc. Articulavam-se, desta forma os interesses econômicos e políticos com a guerra.

> A guerra contra o Paraguai, também denominada na literatura histórica latino-americana como Guerra da "Tríplice Aliança", porquanto Brasil, Argentina e Uruguai aliaram-se contra o Paraguai vai, evidentemente, gerar problemas e em sua decorrência ver-se-á reflexos não só no quadro social de Santa Catarina, mas, principalmente, no setor econômico e em razão disto uma ponderável contribuição à "modernização" da então Província.
> Se, de um lado, tem-se uma intensa movimentação de tropas, fazendo do porto de Desterro, um pivô no tráfego marinho do sul do país, com a recepção e encaminhamento de soldados para a linha de frente, inclusive de prisioneiros de guerra, por outro lado, a cessação da guerra vai refletir no mesmo como uma conseqüência de uma evolução tecnológica. [133]

A necessidade da guerra fez surgir em Santa Catarina o aprimoramento do sistema de comunicações a partir da instalação do telégrafo elétrico, uma vez que o sistema funcionava "a cavalo". Em 1867, são realizadas as primeiras comunicações entre Desterro e Laguna, Desterro e o Rio Grande do

---

[132] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 442-43.
[133] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 460.

Sul, Laguna e Itajaí, Desterro e Itajaí, Itajaí e Joinville (1870), Joinville a Morretes-PR. (1870). Em 1872, depois de terminada a Guerra, foi iniciada a construção de um cabo submarino a partir de Desterro ligando-se com o litoral do Rio Grande do Sul, sendo inaugurado em 1874 com a estação de despachos na capital desterrense controlada pela "Brazilian Telegraph Limited".

> A Guerra do Paraguai mostrara, ainda, ao Brasil a necessidade de produzir combustíveis, como o carvão de pedra, para desenvolvimento da navegação a vapor para ativamento das estradas-de-ferro, que se construíssem no país.
> Com este objetivo vai ser dado andamento a um velho plano. Já havia, em 1842, o Visconde de Barbacena, pensado na exploração do carvão de pedra de Santa Catarina, o que conseguiu a 06 de fevereiro de 1861, quando o Governo Imperial aprovou o contrato que lhe dava o direito de lavrar as minas de carvão do vale do Tubarão, e, simultaneamente, pleiteou a concessão da construção da Estrada de Ferro.
> Com capitais Ingleses organizou-se a "*The Tubarão Brazilian coal Mining Co. Ltda.*", para explorar o carvão, autorizada pelo Governo Imperial, pelo Decreto nº 8.856, de 19 de janeiro de 1883.
> Paralelamente, o Governo Imperial de Santa Catarina, autorizou a contratação da construção da ferrovia e o Governo Imperial concedeu a fiança à garantia de juros ao empreendimento, por decretos de 21 de outubro de 1871 e 24 de setembro de 1873. Com esta sustentação fundou-se, em Londres, a "*Dona Thereza Christina Railway Co.*", permitida a funcionar no país em 06 de março de 1876 e teve seus estatutos aprovados em 1878. [134]

Os trechos concluídos da nova ferrovia ligavam Imbituba a Laguna, Laguna a Tubarão, e Tubarão até "Minas" (hoje a cidade de Lauro Müller). Em 1886, o Visconde de Barbacena associa-se a Antonio Martins Lage Filho, e, em 1887, transfere todos os seus interesses na região à firma Lage & Irmãos, que passam a explorar as jazidas de carvão e a construção de um quebra-mar em Imbituba, para dar sustentação às exportações do carvão.

De 1870[135] a 1889, já nos últimos 20 anos da Monarquia brasileira, houve uma sucessão intermitente no cargo de Presidente da Província, sendo substituídos pelo seus primeiros, segundos, terceiros e/ou quartos vice-presidentes, sendo que muitos permaneceram somente alguns meses no cargo, dando continuidade ao processo de transição.

Passaram pelo cargo: dr. Joaquim Bandeira de Gouvea (1871-72), dr. Manoel Vieira Tosta (primeiro vice 1871), dr. Guilherme Cordeiro Cintra (1872), dr. Delfino Pereira de Ulhoa Cintra Júnior (1872), dr. Inácio *Anacioli* de Almeida (terceiro vice, 1872), dr. Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão (segundo vice, 1872-73), tenente-coronel Luiz Ferreira do Nascimento Melo (quarto vice, 1873 e 1875), dr.

---

134 Cf. PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 463.

135 Cf. PIAZZA, W. (1983), 1870 marca o fim da Guerra do Paraguai, e muitos catarinenses que participaram, cairam em combate: Tenente Silveira, Trajano, Alvaro de Carvalho, Marechal Guilherme (educador de Cruz e Souza), General Bittencourt, Fernando Machado, entre outros.

Pedro Afonso Ferreira (1873), dr. João Tomé da Silva (1873-75), dr. João Capistrano Bandeira de Melo Filho (1875-76), major Alfredo D'Escragnolle Taunay (1876-77), dr. Hermínio do Espírito Santo (primeiro vice, 1877), dr. José Bento de Araújo (1877-78), dr. Lourenço Bezerra Cavalcanti de Albuquerque (1878), dr. Joaquim da Silva Ramalho (primeiro vice, 1878 e 1879), dr. Antônio Almeida Oliveira (1879-80), coronel Manoel Pinto de Lemos (primeiro vice, 1880), dr. João Rodrigues Chaves (1880-82), dr. Ernesto Francisco de Lima Santos (1882), dr. Joaquim Augusto do Livramento (terceiro vice 1882, duas vezes), dr. Antônio Gonçalves Chaves (1882-83), dr. Teodureto Carlos Faria Couto (1883), coronel Manoel Pinto de Lemos (primeiro vice, 1883 e 1885), dr. Francisco Luiz da Gama Rosa (1883-84), dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá (1884-85), dr. Antônio Lara de Fontoura Palmeiro (1885), dr. Francisco José da Rocha (1885-88), coronel Augusto Fausto de Souza (1888-89), dr. José Ferreira de Mello (1889), cônego Joaquim Elói de Medeiros (segundo vice, 1889), dr. Abdon Batista (primeiro Vice- 1889) e dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello (1889).[136]

Durante todo este período a Província de Santa Catarina expandiu seus espaços territoriais e se distribuiu política e geograficamente, onde foram criadas várias comarcas, tais como: Tijucas (1873), Curitibanos e Tubarão (1875), Campos Novos e Joinville (1883) e a de Blumenau (1886). Durante a fase provincial, a política partidária era travada pelas posições do Partido Conservador e Partido Liberal, sendo que entre 1878 e 1885 os Ministérios e os cargos de Presidente das Províncias estiveram hegemonicamente sob o poder dos liberais. Com o advento da República os Liberais e parte dos Conservadores formaram o Partido Republicano Federalista, de tendência parlamentarista, enquanto que os republicanos históricos aliados a alguns conservadores fundaram o Partido Republicano de aspiração presidencialista.

4.3. A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO DO GOVERNO IMPERIAL BRASILEIRO E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO EM SANTA CATARINA

As políticas de imigração desenvolvidas pelo governo imperial brasileiro no final do século XIX, no intuito de substituir a mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado, bem como ocupar os espaços

---

[136] Cf. DIÁRIO CATARINENSE. ***Governadores de Santa Catarina: 1739/1993***. 254 anos da história catarinense. SC Império: Presidentes ficavam pouco no cargo. Florianópolis: Diário Catarinense, 25.11.93, p. 10, 1 c. Dados reorganizados pelo autor.

regionais que ainda encontravam-se vazios e eram disputados pelos espanhóis, tiveram reflexos diferenciados no nível regional.

Em Santa Catarina, a partir da segunda metade do século XIX, as características específicas do seu processo de desenvolvimento econômico, político e social, contaram com a participação decisiva do processo de colonização. Este processo ocorreu de forma induzida e de acordo com os interesses em disputa, mesmo ao nível internacional. Esta diferenciação pode ser observada a partir da ocupação de seus espaços, tanto regionais quanto políticos, culturais e ideológicos (pelos mais diferentes grupos étnicos e sociais). Isto tornou-se possível pela concretização da "política de povoamento" na complexa e contraditória trama do aparelho de Estado no período Imperial e na Primeira República.

Em Santa Catarina, durante o período Imperial, como se pode observar, as forças organizadas no governo e nos grupos políticos se articulavam com mais intensidade com as forças repressivas do Estado, principalmente o exército, ligadas à Corte Imperial no Rio de Janeiro.

A partir da segunda metade do século XIX, desenvolve-se uma política de mudança de seu padrão de desenvolvimento, conformando-se uma estrutura produtiva mínima, mas dentro do processo de acumulação e valorização do capital em geral. Desta forma, começam a se estruturar no Vale do Itajaí as primeiras indústrias: a dos irmãos Hering em 1879; a Roeder, Karsten & Hadlich em 1882; a produção de couro em 1880, com August Otte; a indústria metalúrgica em 1886, com a pequena fundição de K. Ernst Auerbach; a indústria tipográfica para a edição de jornais e livros, e também uma grande quantidade de cervejarias, entre muitas outras.

Os projetos coloniais se transformaram em cidades e contaram com o apoio do governo Imperial brasileiro e, concomitante, com o apoio da Alemanha no fornecimento de máquinas e equipamentos para a conformação de um parque industrial que, historicamente, se transformou hegemonicamente capitalista, com o desenvolvimento do trabalho assalariado.

Entretanto, ao nível das relações políticas no Estado, caracterizavam-se as relações de poder militar-oligárquicas, hegemonizadas por intelectuais de grupos ligados ao Exército, ao comércio e aos grandes proprietários-latifundiários do planalto catarinense, que detinham o poder político e se relacionavam muito proximamente com os desenvolvimentos políticos nacionais, principalmente durante a República Velha (1889-1930).

Inicialmente, como já vimos anteriormente, a ocupação dos espaços regionais, principalmente no litoral catarinense, se dá, excepcionalmente, pelo povoamento induzido, ou provocado, com os povos vindos das Ilhas dos Açores e da Madeira, e tiveram objetivos político-militares.

> É certo que se encontram no passado alguns exemplos deste tipo de povoamento; são contudo, excepcionais. Empregou-se sobretudo para povoar e ocupar regiões de valor estratégico que a imigração expontânea deixava ao abandono; foi o caso de alguns setores fronteiriços da colônia que a metrópole desejava ver ocupados e assim defendidos contra a concorrência espanhola. É o que se deu em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Empregaram-se aí sobretudo colonos naturais das ilhas dos Açores, concedendo-lhes facilidades para o transporte e o estabelecimento.[137]

A Espanha utilizou-se da mesma estratégia, com os colonos das Ilhas Canárias, dando origem ao povoamento de Montevidéu, na República Oriental do Uruguai.[138]

Por outro lado, o processo de colonização impetrado em Santa Catarina a partir da segunda metade do século XIX, que deu origem às mudanças do seu padrão de produção, está ligado a política de ocupação dos espaços regionais desencadeada pelo Governo Imperial brasileiro, garantindo e distribuindo terras a partir de 1850. Este processo iniciou-se com a vinda de colonos de várias partes da Europa, principalmente da Alemanha. O objetivo então era o de contrapor-se ao trabalho escravo no Brasil, criando as bases para a reprodução do trabalho assalariado e respondendo às fortes pressões desencadeadas pela Inglaterra para que o Brasil acabasse com a escravidão e se integrasse à nova dinâmica internacional capitalista. Os resultados desta política, foram a base para o desenvolvimento das relações capitalistas em Santa Catarina.

O tráfico de escravos ainda era intenso e supriam as necessidades de mão-de-obra para as lavouras brasileiras de algodão, café e cana, entre outras, até que a intransigência da Inglaterra provocou sua interrupção. Desta forma, a idéia da imigração européia e da colonização voltou a ocupar os planos da política brasileira.

> Reativa-se a política de povoamento, e a par das colônias oficiais ou mesmo particulares, mas organizadas segundo o sistema tradicional que consistia em distribuir aos colonos pequenos lotes de terra agrupados em núcleos autônomos, aparece um novo tipo de colonização: fixação dos colonos nas próprias fazendas e grandes lavouras, trabalhando como subordinados e num regime de parceria. Este tipo de colonização representa uma transiçãoo sistema primitivo que resultava na formação de pequenos proprietários e camponeses independentes, para aquele que se adotará mais tarde quase exclusivamente: a colonização por assalariados puros. E correspondente a um período em que começa a se manifestar a premência do problema imediato

---

137 PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil.* 30 ed. São Paulo: brasiliense, 1984, p. 183.
138 Cf. PRADO JÚNIOR, C. Op. cit. p. 95.

> da mão-de-obra: convinha mais encaminhar os imigrantes diretamente para as grandes lavouras necessitadas de braços. [139]

O primeiro a se utilizar desta nova política, e um de seus idealizadores, foi o latifundiário plantador de café Senador Nicolau de Campos Vergueiro, grande proprietário no município de Ibicaba, São Paulo. Esta sua atitude foi articulada por uma grande quantidade de outros fazendeiros no interior da província de São Paulo.[140]

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro nasceu em Portugal e mudou-se para São Paulo no ano de 1802. Em 1821, foi eleito membro do Governo Provisório e também Deputado à Constituinte portuguesa. Entretanto, recusou-se a assinar a Constituição uma vez que, para ele, os direitos do Brasil não foram atendidos pela Carta, bem como havia adotado o Brasil como sua Pátria. Em 1823, foi eleito para a Constituinte brasileira e, como membro do Partido Liberal, foi preso quando a Assembléia Constituinte foi dissolvida pelo Imperador Pedro I. Exerceu o mandato de Deputado pelas províncias de Minas Gerais e São Paulo, em 1826, e em 1828 elegeu-se senador. Nicolau Vergueiro foi um dos que assinaram a famosa "Representação", documento assinado por diversos políticos e endereçado ao Imperador Pedro I, no dia 17 de março de 1831, e que resultou num dos fatores para a sua Abdicação. Nicolau Vergueiro foi eleito então, um dos membros da Regência Provisória. Ocupou o cargo de Diretor do Curso Jurídico de São Paulo no período de 1827 a 1842. Em 1846 obteve a Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro e as honras de Gentil Homem da Imperial Câmara. Ocupou a pasta da Justiça em 1847. Faleceu, aos 81 anos, no Rio Grande do Sul, no dia 18 de setembro de 1859. [141]

A princípio, os resultados dessa política foram surpreendentes, chegando a contar 70 colônias em São Paulo. Mas as contradições desta política logo se fizeram sentir na realidade concreta brasileira, pois a situação dos imigrantes estrangeiros frente às condições de trabalho e ao poder autoritário dos senhores de engenho e café nas relações de trabalho, acabou sensibilizando sobremaneira grande parte dos governos europeus, principalmente o do Império alemão.

> Os proprietários, habituados a lidar exclusivamente com escravos, e que continuavam a conservar muitos deles trabalhando ao lado de colonos, não tinham para com estes a consideração devida à sua qualidade de trabalhadores livres; os contratos de trabalho que os emigrantes assinavam antes de embarcar na Europa e desconhecendo ainda completamente o meio e as condições do país *onde* se engajavam, eram geralmente redigidos em proveito

---

139 PRADO JÚNIOR, C. Op. cit. p. 186-7.
140 Cf. PRADO JÚNIOR, C. Op. cit. p. 1871.
141 Cf. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *O Legislativo estadual paulista*. São Paulo: DROAG-SP. set-1984, p. 18.

> exclusivo do empregador e não raro com acentuada má fé. Além disto, a coexistência nas fazendas, lado a lado, de escravos que formavam a grande massa dos trabalhadores, e de europeus livres fazendo o mesmo serviço deles, não podia ser muito atraente para estes últimos e e representava uma fonte de constantes atritos e indisposições. Doutro lado, o recrutamento de colonos na Europa se fazia sem maior cuidado; os agentes dele incumbidos não tinham outra preocupação que o número, pois por ele se calculava sua remuneração. Aceitavam qualquer candidato, sem indagar da sua prestabilidade para o trabalho agrícola, e sobretudo o pesado esforço exigido por uma agricultura tropical de desbravamento. Chegavam a emigrar para o Brasil não raro até enfermos e velhos inválidos. Pode-se imaginar o desapontamento e a indisposição dos fazendeiros para com seus colonos quando, depois de longa e demorada espera, recebiam destas turmas de trabalhadores imprestáveis a que se tinham prendido por contratos que eram obrigados agora cumprir! [142]

Por conta das repercussões na Alemanha, que noticiavam os maus tratos aos seus emigrados, o governo alemão proibiu a emigração de colonos e foi criada, em Hamburgo, a Sociedade de Proteção aos Emigrantes Alemães. Em 18 de setembro de 1850, o Governo Imperial brasileiro publica a Lei n. 601, conhecida como "Lei das Terras", servindo de base à formulação da proposta Imperial para a ocupação das terras devolutas do Império e determinando a sua medição, demarcação e utilização. Esta Lei dispunha de regras para: a utilização das terras indígenas, a autorização para a fundação de povoações e à colonização, aquisição de terras por parte de estrangeiros, e ingresso de imigrantes europeus, bem como a naturalização deles:

> Para o futuro as terras públicas só seriam adquiridas por meio da compra, com a extinção do regime anárquico das ocupações. Sobre este estatuto se fixou a disciplina administrativa das terras, com a presença do poder público nas medições e demarcações, completado com a reforma hipotecária de 1864. Uma inspiração mal esboçada continha a Lei de 1850: a possibilidade de estimular, por seus preceitos, a colonização, com o imigrante adquirindo o chão de seu cultivo. Nesse campo, sombreado pela ineficiência de seus dispositivos o estatuto territorial conserva, no regime da concessão, a velha energia da sesmaria tradicional, que atribui ao Estado o objetivo do povoamento produtivo, com a propriedade particular comprometida a um fim, sem o cumprimento do qual reverte à sua origem.
> (...) Os sistemas legais - a sesmaria (até 1822), a posse (até 1850), a venda e a concessão (depois de 1850) - traduzem os conflitos e tensões, tentativas e objetivos harmônicos com o curso geral da economia. Dado o caráter agrícola do país, "essencialmente agrícola", repete-se a toda hora, o regime da terra forma a base fundamental da expansão econômica, fundamental mas não a única e não independente do fator exportação, o verdadeiro núcleo ativo das forças atuantes na colônia e no Império.[143]

A regulamentação da Lei de terras, criava a "Repartição Geral das Terras Públicas" que tratava

> da medição das terras públicas, da revalidação e legitimação das terras, do modo de extremar o domínio público do particular, da medição das terras que se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, da venda das terras públicas, das terras reservadas, das terras devolutas situadas nos limites do Império com países estrangeiros, da conservação das terras devolutas e alheias e do registro das terras possuídas.[144]

---

142 PRADO JÚNIOR, C. Op. cit. p. 187.

143 FAORO, Raimundo. *Os donos do poder:* formação do patronato político brasileiro. v. 2, 8. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989, p. 409.

144 Cf. PIAZZA, W. (1983), Op. cit p. 333.

Desta forma, percebe-se que o Estado imperial brasileiro interferiu diretamente para a conformação de seu espaço regional, criando as condições necessárias (jurídicas e políticas) na tentativa de transformar as relações de produção, substituindo um processo escravagista em decadência por um modo de produção em que a gênese seria o trabalho assalariado, tanto para as lavouras quanto para a indústria que se expandia. Os reflexos desta política se fizeram sentir em Santa Catarina, onde foram firmados vários "Contratos de colonização" com o Governo Imperial brasileiro, possibilitando as condições necessárias para o desenvolvimento de Colônias de imigrantes em espaços territoriais da província, desencadeando, consequentemente, um amplo processo de ocupação de seus espaços, tanto regionais quanto culturais.

4.3.1. Os Contratos de colonização: ocupação induzida dos espaços regionais

Por outro lado, a "Sociedade de Proteção aos Emigrantes Alemães" de Hamburgo desempenhava seu papel, ou seja, tratar das questões relacionadas às condições de vida dos colonos alemães em terras brasileiras, bem como, estudar "in loco" a proposta do Governo Imperial brasileiro para a ocupação das terras do Brasil meridional, notadamente nas Províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Assim, a "Sociedade" contratou para a tarefa, o jovem Doutor Hermann Bruno Otto Blumenau.

> Hermann Bruno Otto Blumenau nascera a 26 de dezembro de 1819, em Hasselfelde, no então Ducado de Brunsvique, e era filho caçula do engenheiro florestal Carlos Frederico Blumenau e Da. Cristina Sofia Kegel. Freqüentou, dos sete aos dez anos, a escola da cidade natal, preparado para o ginásio o cursou em Brunsvique. Em 1836 interrompeu os estudos para tornar-se aprendiz de farmácia, o que o fez em várias farmácias. Em 1846 cola grau de Doutor em Filosofia, defendendo tese sobre alcalóides (...).[145]

Entretanto, enquanto Blumenau defendia a sua tese para a conclusão de seu doutoramento em Filosofia, vinculava-se ao um projeto de colonização, pois, apenas sete dias após sua defesa de tese, o Dr. Blumenau, contratado pela Sociedade de Proteção aos Emigrantes, viaja ao Brasil no dia 30 de março de 1846 no veleiro Johannes , dirigindo-se, primeiramente, para o Rio Grande do Sul. Do Rio Grande viaja para o Rio de Janeiro, passando por Santa Catarina, permanecendo no Rio de Janeiro até abril de 1847. Em janeiro de 1848 retorna à Santa Catarina e desloca-se para a região onde se localiza o rio Itajaí-açú percorrendo toda sua extensão. Em alguns pontos do rio já haviam colonos instalados e que teriam abandonado a primeira Colônia alemã de São Pedro de Alcântara (1829), também em Santa Catarina.

---

[145] Cf. PIAZZA, W. (1983), Op. cit p. 333.

Nesta viagem de 1848, Blumenau já intencionava criar sua própria Companhia Colonizadora associada ao negociante Fernando Hackardt, empreendendo o reconhecimento de área própria para a exploração dos recursos naturais com o objetivo de fundar uma colônia para lhe dar sustentação. Desta forma exploraram o curso do rio Itajaí-açú, observando sua navegabilidade, as condições do local, bem como os recursos naturais existentes. Enquanto Hackardt permaneceu na Província para criar as condições necessárias ao preparo do local, montando a estrutura básica, construindo uma serraria e derrubando árvores, preparando ranchos, realizando plantações, bem como afastando os índios, o Dr. Blumenau realizava contatos formais com o Governo Imperial a fim de regularizar a situação das terras, para a devida medição e demarcação da área, bem como atrair colonos para seu projeto. Em 26 de março de 1848, o Dr. Blumenau oficializa seu pedido de terras junto à Presidência da Província de Santa Catarina, na qualidade de "Procurador" da "Sociedade de Proteção aos Emigrantes Alemães no Sul do Brasil".

Entretanto, é interessante destacar que neste meio tempo foi "dissolvida" a "Sociedade de Proteção aos Emigrantes Alemães" em Hamburgo, e em Santa Catarina o Presidente-General Antero Ferreira de Brito sancionou o projeto aprovado pela Assembléia Provincial, já com a denominação da nova empresa criada por Blumenau e que se chamava Blumenau & Hackardt. Os termos do contrato previam a aquisição de uma gleba de terras na região do vale do rio Itajaí-açú. Consolidado o negócio, o Dr. Blumenau retorna para a Alemanha em busca de colonos para a sua colônia. A princípio, Blumenau contrata 17 emigrantes que embarcam no veleiro Christian Mathias Schroeder, chegando ao porto de Desterro após 72 dias de viagem, e foram guiados até a colônia pelo sobrinho do Dr. Blumenau, onde chegaram no dia 02 de setembro de 1850. Para garantir seu projeto de colonização e o desenvolvimento da colônia, e não incorrer nos erros das políticas adotadas nas lavouras de São Paulo, Blumenau foi muito seletivo na escolha dos colonos, pois, a princípio, entre os imigrantes encontravam-se pessoas com especialidades profissionais importantes e estratégicas, tais como: agrimensor, carpinteiro, marceneiro, funileiro, ferreiro e lavradores. "Entretanto, nem todos eles permaneceram na colônia, mas, a supremacia de artesãos sobre o número de lavradores vai ser uma constante nas demais e posteriores listas de imigrantes da colônia, e, de certa forma, unida à rápida estruturação urbana desta colônia, vai explicar a tradição industrial que se firmará como base econômica da área." [146]

---

[146] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 335.

A colônia possuía um caráter privado de negócio e até 1852 não havia recebido muitos imigrantes, considerando-se, entretanto, o tempo suficiente para se estruturar uma colônia e demarcar as terras em lotes urbanos e rurais. Em agosto de 1852, foram entregues os dez primeiros lotes coloniais, beneficiando-se deles: marceneiro, sapateiro, padeiro, ferreiro e cinco lavradores, bem como um lote ao naturalista Fritz Müller. [147] A colônia foi progredindo e com ela o poder político de seus construtores, tanto que, em abril de 1855, o Dr. Blumenau intercede junto ao Governo Imperial um empréstimo a título de financiamento,

> o Dr. Blumenau solicitou ao Governo Imperial um auxílio, que lhe foi concedido, em termos de financiamento, sendo vinte e cinco contos no primeiro ano e dez contos por ano, nos seis seguintes, e pelo mesmo contrato, obrigava-se o Governo Imperial a pagar um ministro protestante para a colônia, o que significava uma expressão liberal do governo Imperial, considerando que, então, a Religião Católica era oficial e que os seus ministros - Vigários colados ou encomendados eram, em última análise, funcionáriosdo Estado. [148]

As políticas de colonização que se esboçavam neste período demonstravam que o Estado estava disposto, efetivamente, a bancar uma política de migração de massa, mesmo com toda a sua complexidade. Neste sentido

> ao Estado, a realidade mais ativa da estrutura social, coube o papel de intermediar o impacto estrangeiro, reduzindo-o à temperatura e à velocidade nativas.[149]
> (...) O Tesouro, ao mesmo tempo que reflete a realidade econômica, a ordena e a dirige, na ânsia, depois de 1850 acentuada, de erguer o país do marasmo, de adequá-lo ao mundo moderno e de impor-lhe maior ritmo de progresso. Ele expressa, no contexto do aparelhamento estatal, a face da dependência e, na preocupação de desenvolvimento, a fisionomia larvamente autonomista. [150]
> (...) A política volta ao aliado tradicional, o comércio, e à especulação, esquecida dos arrogantes e opulentos sustentáculos do trono de D. João VI e de D. Pedro I deslembrada dos fumos das agitações regenciais. Na ribalta, novos atores põe-se a máscara, para que o espetáculo, presidido pelo Imperador, continue, animado pela orquestra da gente cobiçosa e insaciável de lucro. Sobre todos o Tesouro vale e provê, pródigo em concessões garantidas, em proteções alfandegárias, em emissões, em patentes bancárias, socorrendo, na hora das crises, as fortunas desfalcadas. Nesse sistema, com o Estado presente na atividade econômica, pai da prosperidade geral, a política dá as mãos ao dinheiro, como outrora. Depois de 1850, na acelerada onda que sucede à tímida, mas ascendente economia cafeeira, com o dinheiro do tráfico jorrando no Rio de Janeiro, o país ferve de euforia, euforia sustentada por uma expansão da renda. [151]
> (...) No âmago da crítica, ao repelir o estímulo público às empresas particulares, pulsa a ideologia liberal, também sensível nas idéias de Tavares Bastos e Rui Barbosa. Anima-a, também, discretamente, a lembrança do velho estamento, florescente sobre cargos públicos, enredado nas combinações do Tesouro.

---

[147] Fritz Müller era grande cientista e naturalista. Amigo de Charles Darwin, que foi perseguido pelas suas idéias evolucionistas e que colocavam em "xeque" alguns pilares da Igreja à época, como a origem das espécies e do próprio homem.
[148] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 336.
[149] FAORO, R. Op. cit. p. 401.
[150] FAORO, R. Op. cit. p. 402.
[151] FAORO, R. Op. cit. p. 405.

> (...) A prosperidade, ao regionalizar os interesses, com a decadência do norte e o florescimento do sul, levará à descrença do estímulo oficial, preparando, no anseio do *Self-government* a ruptura do estamento. Os núcleos geográficos, integrados em perspectivas próprias e dissonantes do Rio de Janeiro, acordarão os protestos contra a centralização, em favor do federalismo, bandeira que acolherá o reclamo liberal pela soberania da nação.[152]

As perspectivas geradas no bojo deste momento histórico eram que o grande auge da centralização do poder Imperial serviria de "fio condutor" para as transformações subsequentes, garantindo assim as bases para o surgimento de mudanças significativas na sociedade brasileira e estatal, dado: a necessidade de se acabar com as relações escravistas ainda vigentes; o domínio do latifúndio monocultural; a ruptura com o estamento; a formação de uma federação que possibilitasse maior autonomia aos governos regionaissob a égide do liberalismo; a ascensão de uma indústria nascente; e a formação de um mercado de trabalho.

> Entre 1808, com a abertura dos portos, e 1850, no auge da centralização imperial, modificara-se a pacata, fechada e obsoleta sociedade. O país europeizava-se, para escândalo de muitos, iniciando um período de progresso rápido, progresso conscientemente provocado, sob moldes ingleses. O vestuário, a alimentação, a mobília mostram, no ingênuo deslumbramento, a subversão dos hábitos lusos, vagarosamente rompidos com os valores culturais que a presença européia infiltrava, juntamente com as mercadorias importadas. O contato litorâneo das duas culturas, uma dominante já no período final da segregação colonial, articula-se no ajustamento das economias. [153]

Estas transformações se fizeram sentir na Província catarinense com maior intensidade sob a perspectiva da cultura germânica, onde os projetos de uma parte da burguesia alemã convergiam para o domínio da região meridional do território brasileiro, apostando no seu futuro enquanto espaço de preservação de sua cultura, de seus hábitos, bem como em criar as condições necessárias ao desenvolvimento de relações sociais, diferenciadas do escravismo interno.

Um dos pontos importantes a ser destacado é que o projeto do Dr. Blumenau foi elaborado e pensado em todos os seus detalhes, pois

> deve-se ressaltar que, o Diretor-proprietário da colônia, Dr. Blumenau, tinha consciência da necessidade de seleção dos imigrantes, não só no tocante às suas qualidades pessoais, mas, principalmente, quanto às suas aptidões, o que, freqüentemente, o obrigava a solicitar aos seus representantes, na Alemanha, o engajamento de tal ou qual profissional.
> Para tal celebrou o Dr. Blumenau contratos a 17.04.1885, com o Governo Imperial para a introdução de 4.000 imigrantes (Aviso n. 3, de 21.04.1885 e Decreto n. 914, e 26-08-1855). [154]

A viabilidade dos projetos de colonização implantados no Brasil meridional, fez com que se desencadeasse na Alemanha uma grande discussão quanto ao futuro das colônias, pois o projeto de

---

[152] FAORO, R. Op. cit. p. 406-7.
[153] FAORO, R. Op. cit. p. 401.
[154] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 337.

colonização que se desenvolveu a contento foi incorporado à estrutura administrativa da Província de Santa Catarina através da Lei n°461, de 06 de agosto de 1858, e em 1860 ele é definitivamente incorporada à estrutura oficialdo Império. "O ano de 1859 representa, também, o fim da colônia, como estabelecimento particular, porquanto a 13 de janeiro de 1860 conclui o Dr. Blumenau a cessão da sua colônia ao Governo Imperial, ocasião em que faz o acerto da sua dívida e fica, a título efetivo, nas funções de Diretor da colônia".[155]

Tal fato representa o prosseguimento da mesma orientação administrativa até então tomada, e a equação dos mais graves problemas da dinamização da vida colonial representa, efetivamente, um grande impulso no movimento colonizador, graças, notadamente, aos recursos, a partir de então, a ela destinados pelo Governo Imperial. [156] Muitos alemães, principalmente os capitalistas ligados às grandes empresas de navegação, [157] acreditavam na continuidade do desenvolvimento das colônias teuto-brasileiras e estavam "impressionados pelo fato de lá já se terem formado quistos étnicos alemães como resultado da imigração, principalmente depois de 1850, e da extraordinária natalidade das famílias imigradas. Em 1891, segundo estimativa do Ministério das Relações Exteriores Alemão, estavam vivendo cerca de 200 mil pessoas de língua alemã no sul do Brasil." [158]

Por outro lado, o Governo Imperial brasileiro celebra contrato com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, fundada em 1849 pelo senador Christian Mathias Schroeder, com o objetivo de firmar contratos de colonização visando especificamente a ocupação das terras na Província de Santa Catarina pertencentes ao dote da Princesa Dona Francisca, filha de D. Pedro I. Neste contrato existiam cláusulas que proibiam a utilização de trabalho escravo na colônia. "Estas terras foram medidas entre 1845 e 1846, com oito léguas quadradas, sob a direção do então Major de Engenheiros Jerônimo Francisco Coelho. Iniciada a demarcação a 20 de dezembro de 1845, foi concluída em meados de março de 1846." [159]

---

[155] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 337.
[156] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 337.
[157] Cf. RICHTER, Klaus. *A Socieade colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau*. Florianópolis: UFSC; Blumenau:FURB, 1992, p. 18-19 (fotos). Os capitalista eram: Heirich Wiegand, diretor-geral da empresa de navegação "Norddeutscher Lloyd" de Bremen e principal fundador da Sociedade Colonizadora Hanseática; A.W. Sellin, como primeiro diretor da colônia Hansa no período de 1897 a 1900; Carl Fabri, diretor da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, entre muitos outros. PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 341.
[158] RICHTER, K. Op. cit. p. 13.
[159] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 341.

Em razão dos acontecimentos políticos ocorridos na França com a derrota dos operários, de 1848, e a ascensão de Napoleão,[160] "refugiados na Inglaterra, por força da Revolução de 1848, havida na França, viram-se, o Príncipe de Joinville e sua consorte, a Princesa Dona Francisca, na contingência de promoverem o aproveitamento econômico do seu dote."[161] Assim sendo, em 05 de maio de 1849, esta sociedade firmou contrato com François Ferdinand Philippe, o Príncipe de Joinville, e com a Princesa Francisca, aprovado pelo Decreto nº 537 de 15.05.1850, com o objetivo de explorar o patrimônio da Princesa na Província, e introduzir 1.500 pessoas em cinco anos. O Contrato com o Príncipe de Joinville, deu origem a "Colônia Dona Francisca".

> Os primeiros imigrantes, em número de 124, partem de Hamburgo, em janeiro de 1851, e destes 118 chegam com vida à colônia, no dia 09 de março de 1851, pelo navio "Colon", sendo, na sua totalidade, suíços, na maioria lavradores, pois, de acordo com os desejos dos colonizadores "os primeiros núcleos deveriam representar um caráter rural". Entretanto, também, entre eles estavam tecelões. E, no dia seguinte, desembarcaram 61 noruegueses, dos quais, em fins de 1852, restavam na colônia, apenas, nove, mas que foram de grande valia, nos primeiros meses, pois eram marceneiros, padeiro, ferreiro, e, evidentemente, alguns lavradores.
> (...) Esta população vai apresentar, desde logo, não só heterogeneidade étnico-cultural, trabalhando, lado a lado, suíços, noruegueses, alemães, dinamarqueses e outros grupos étnicos, mas, uma diversidade de formação intelectual, digna de registro.
> A leva de setembro de 1851, por exemplo, apresenta em seu conteúdo, oficiais do antigo exército alemão, capitalistas, agrimensores, teólogos e médicos, além de artesãos.

---

160 Ver MARX, Karl, *O dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 7-143. Este livro trata dos acontecimentos que culminaram no Golpe de Estado na França, dando origem ao conceito de "Bonapartismo" utilizado por diversos autores para caracterizar Estados autoritários. Destacam-se três períodos principais: o período de 24 de fevereiro, data da queda de Luis Felipe até 4 de maio de 1848 data da instalação da Assembléia Constituinte; de 4 de maio de 1848 a a 28 de maio de 1949 período que compreende a Assembléia Nacional Constituinte ou a Constituição da República; e de 28 de maio de 1949 a 2 de dezembro de 1851 com a Assembléia Nacional Legislativa ou República Constitucional (p. 23). Desta forma para Marx, Napoleão "criou na França as condições sem as quais não seria possível desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as fôrças produtivas industriais da nação que tinham sido libertadas; além das fronteiras da França êle varreu por toda a parte as instituições feudais, na medida em que isto era necessário para dar à sociedade burguesa da França um ambiente adequado e atual no continente europeu." (p.18).

161 PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 341. O Principe de Joinville era um dos representantes da Monarquia destituída pela Revolução de 1848. Era o terceiro filho de Louis-philipe (1773-1850 - Rei da França de 1830 a 1848, filho do Duque Louis-Philippe d'Orleans), e integrou o movimento que poderia reconhecer o momento da República e mais tarde, quando no poder, converter a cadeira presidencial novamente em trono. Assim "circularam rumores sôbre a candidatura de Joinville, aguçou-se a curiosidade do público e, alguns meses mais tarde, em setembro, após a rejeição da reforma constitucional, sua candidatura foi publicamente proclamada. A tentativa de realizar uma fusão de orleanistas e legitimistas, portanto não só fracassara como destruíra sua *fusão parlamentar*, sua forma comum republicana, e fragmentara o partido da ordem em seus elementos componentes; mas quanto mais crescia a divergência entre Claremont e Venesa, quanto mais falhavam as possibilidades de acordo e a agitação de Joinville ganhava terreno, tanto mais vivas e intensas se tornavam as negociações entre o ministro bonapartista Faucher e os legitimistas." (...) "A Assembléia Nacional frustara as esperanças de Bonaparte em uma prorrogação constitucional de seus poderes; a candidatura do príncipe de Joinville impedia maiores vacilações." MARX, K. (1978) Op. cit. p. 93-94 e 104, respecitamente). Ver com maior profundidade a questão da Revolução de 1848 em MARX, Karl, *As lutas de classe na França (1848-1850)*. São Paulo: Global, 1986. Também MARX, Karl, *A guerra civil na França*. São Paulo: Global. 1986.

> Por outro lado, os agricultores possuíam uma tradição agrícola, onde, ao invés de trabalharem a terra com enxadas, utilizavam arados de ferro, puxados à tração animal, predominantemente cavalar, (...) surgem experimentos de lavouras extensivas. [162]

A Sociedade Colonizadora de 1849, em Hamburgo, notabilizou-se por se dedicar à introdução de uma grande quantidade de colonos alemães no Brasil meridional, ou seja, "durante o período principal das suas atividades, de 1850 a 1888, encaminhara 17.408 colonos à Colônia Dona Francisca, em Santa Catarina, fundando os núcleos coloniais de Joinville e São Bento do Sul."[163]

Na Europa, os ativistas alemães mais entusiasmados com a fundação de colônias no Brasil tentavam convencer o público alemão do caráter estratégico que elas proporcionavam, a partir de diversos periódicos destinados à discussão específica dos problemas migratórios. Nas discussões procuravam destacar a importância para a indústria e para o comércio alemão, uma vez que

> os colonos alemães até então introduzidos lá, já estariam formando a classe dominante na economia sul-brasileira. Esperava-se que eles, embora cidadãos brasileiros, ficassem economicamente vinculados ao Império Alemão. Assim, a Alemanha conseguiria impor um domínio econômico no sul do Brasil, tal como no século 18, a Inglaterra havia imposto em Portugal que, embora de jure independente, de fato tinha sido reduzido à dependência da economia inglesa. [164]

No que se refere a dependência política dos teuto-brasileiros em relação a Alemanha, muitos acreditavam que seria possível manter a relação com a pátria mãe[165] pois "a maioria aceitava a integridade territorial e soberania nacional do Brasil e o fato conseqüente que, daí, os filhos dos imigrantes alemães seriam cidadãos brasileiros, embora exigindo que a Alemanha ficasse a 'pátria ideal' dos colonos

---

[162] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 343-4.
[163] RICHTER, K. Op. cit. p. 15.
[164] RICHTER, K. Op. cit. p. 14.
[165] A imprensa alemã elogia de bom grado os alemães do Brasil por terem sabido, no estrangeiro, se tornar paladinos do germanismo, do *Deutschtum*. Preservar a germanidade *(Deutschtum)* para eles significa conservar ao mesmo tempo a língua, os costumes, as atitudes do país natal e a lealdade estritamente alemã? Lutar pelo *Deutschtum* significa querer implantar o nacionalismo alemão em terra brasileira? Esta concepção tem alguns adeptos entre os colonos alemães do Brasil e estes não são os menos inteligentes nem os menos empreendedores. Os grandes comerciantes que vivem nos portos em Porto Alegre, Pelotas, São Pedro, são amiúde, sem comprometimento, violentos inimigos de tudo o que é brasileiro. Isto não significa que tenham mantido a nacionalidade alemã; a maior parte deles é, ao contrário, naturalizada brasileira; muitos nasceram no Brasil. Mas, ricos e sadiamente ambiciosos em ampliar seu comércio, vêem-se obstaculizados nos seus esforços pela fraqueza, má vontade e avidez do governo local. Representam, sem dúvida alguma, o elemento mais ativo da população. Tem formação mercantil, espírito de ordem e empreendimento, capital. Também desprezam e detestam a administração indolente, imprevidente, às vezes concussionária, que atrasa simultaneamente o desenvolvimento do país e o de sua fortuna". Cf. TONNELAT, Ernest. As colônias Alemãs no Brasil. (tradução de Valberto Dirksen), In. *Revista Catarinense de História*, n. 2, Terceiro Milênio, 1994, p. 57. A Revista Catarinense de História é uma publicação do Departamento de História da UFSC. E, este artigo relata as impressões de Ernest Tonnelat em 1907, sobre as colônias alemãs no Sul do Brasil e os "perigos" que ela representava a partir da expansão do "pan-germanismo", da "germanidade" e da relação entre o governo brasileiro, com suas hostilidades, e os conflitos entre os pastores. Foi traduzido do artigo intitulado *Les Colonies au Brésil.* Revue de Paris, t. 2, 14 (1907), p. 352-372.

fixados no Brasil, cujo dever seria preservar a etnia, língua, cultura e os demais valores de vida alemães".[166] Outro argumento importante utilizado pelos alemães na defesa de suas propostas, era o de que, a partir da Proclamação da República no Brasil (1889), criariam-se as condições necessárias para efetivar-se a soberania dos três estados meridionais e, conseqüentemente, o Brasil se dissolveria em Repúblicas independentes, alavancando as bases para a criação de uma República meridional teuto-brasileira. Desta forma os imperialistas alemães

> (...) recomendavam que fossem estabelecidos estreitos núcleos políticos entre esses estados e a Alemanha. Um deles era Karl Fabri, gerente e mais tarde diretor da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, pessoa de alto destaque nas atividades colonizadoras em Santa Catarina (...) A 19 de novembro de 1889, num memorial apresentado ao governo alemão, Fabri opinava que, com a Proclamação da República, o Brasil se dissolveria em várias repúblicas independentes. Entre outras, se constituiria uma república meridional teuto-brasileira. O Império Alemão, segundo Fabri, deveria fomentar a criação de tal estado, usando ao mesmo tempo tanto meios diplomáticos como pressão militar através de navios de guerra. Os teuto-brasileiros, sobretudo pela sua imprensa, neste caso dariam o apoio propagandístico necessário. Uma vez formada a república meridional teuto-brasileira, esta serviria como alvo ideal de expansão para comércio, investimentos e colonização alemã em grande escala. [167]

Entretanto, o governo alemão representado pelo seu Chanceler Bismarck, não concordava com tais planos e os considerava "sinistros": "Bismarck como Chanceler, com sua perspicácia comum em assuntos externos, (...) achou que o Brasil não faria parte das zonas mundiais de interesse alemão, mas que, ao contrário, estaria ligado aos interesses globais dos Estados Unidos da América. Seria mister evitar que a Alemanha se visse intrometer em assuntos brasileiros." [168]

Assim, somente a partir de 1894, com o esmagamento do movimento proclamado revolução Federalista é que as condições para uma situação favorável aos novos projetos foi concretizada.

A partir de 1890 a Sociedade Colonizadora enfrenta problemas no seu projeto de colonização. Entretanto, devido a atuação de seu gerente (desde 1887) Karl Fabri, estabelece-se amplas negociações com industriais e banqueiros da Renânia e de Berlim para a criação de uma nova Sociedade de Colonização e que seria capaz de manter seus ideais e garantir as atividades da futura sociedade no Brasil.

> Ao mesmo tempo, Fabri conseguiu estabelecer contatos pessoais com as mais altas autoridades do "Reich", em Berlim, a serem: o novo Chanceler Caprivi, sucessor de Bismarck, e os Ministros do Interior, da Fazenda e do Comércio. Ficou discutida a questão de abolir o Restrito Von der Heydt, que desde 1859 havia proibido aos agentes de emigração de angariar emigrantes ao Brasil em território prussiano, e que mais tarde havia sido adotado também, por outros estados alemães, criando sérios obstáculos a uma emigração em grande escala para o Brasil.

---

[166] RICHTER, K. Op. cit. p. 14.
[167] RICHTER, K.Op. cit. p. 14-15.
[168] RICHTER, K. Op. cit. p. 15.

> Tratava-se, além disso, de dirigir uma maior parte da emigração alemã para o sul do Brasil e de vinculá-la com os interesses comerciais alemães.
> O Ministro do Comércio favorecia uma abertura em tal sentido. Receava que, em conseqüência da legislação protecionista recentemente adotada pelos EUA, as exportações alemãs para lá diminuiriam, sendo, portanto, urgente explorar novos mercados transatlânticos. No seu ver, o sul do Brasil teria condições de se tornar mercado consumidor importante de produtos industriais alemães, desde que se conseguisse introduzir lá um número suficiente de novos colonos alemães e teuto-brasileiros. [169]

Por outro lado, haviam pressões contrárias à colonização em grande escala, principalmente do Ministro das Relações Exteriores, tendo como base pareceres do embaixador Dönhoff em Petrópolis e dos Cônsules Weber do Rio de Janeiro e Koser de Porto Alegre. O Ministro aconselhou o Chanceler a não aprovar tal iniciativa. A visão que prevalecia nos círculos governamentais alemães era de que o Brasil ainda não teria condições de receber uma emigração em grande escala, pois estava sacudido por crises internas e conflitos armados no Sul, o que só veio a terminar em 1894. [170] Desta forma o embaixador alemão no Brasil à época, Kreuel, fez uma visita às áreas de colonizaçãoteuta e

> em 1895, compilou um relatório extremamente positivo sobre a situação dos alemães e seus descendentes no sul do país. Teriam alcançado posição econômica fortíssima em Santa Catarina, dominando o comércio de importação. Joinville seria uma cidade alemã. Haveria abastança em qualquer parte. Língua e cultura teriam sido preservadas, graças às escolas e igrejas. Existiriam quatro jornais alemães. Austríacos, húngaros, russos, suíços, dinamarqueses e noruegueses se teriam ligado ao grupo alemão predominante. Mesmo assim, Kreuel lamentava que os teuto-brasileiros ainda não exercessem grande influência política e que, devido ao número insuficiente de imigrantes, até então não teriam conseguido penetrar a região de forma favorável aos interesses alemães.[171]

O impacto do relatório junto ao Imperador alemão foi favorável, e ele ficou tão impressionado pelas informações e argumentos, que ordenou estudos que viabilizassem os meios necessários para se promover a colonização alemã no Sul do Brasil. As discussões sobre a formação da nova sociedade teuta no Brasil meridional tiveram como resultado a formação de um novo consórcio, reunindo duas, entre as três maiores companhias de navegação transatlântica da Alemanha, o "Norddeutsche Lloyd" e a "Hamburg-Südamerikanische Dampfschiffahrts - Gesellschaft". Além destas, algumas grandes casas comerciais que possuíam negócios com o Brasil, e que assumiriam novo contrato de colonização em terras catarinenses. O contrato seria um pré-requesito fundamental para a constituição definitiva da nova sociedade colonizadora. Desta maneira "foi firmado a 28 de maio de 1895, em Florianópolis, [contrato] entre o Governo de Santa

---

169 RICHTER, K. Op. cit. p. 15-16.
170 Estes conflitos ficaram conhecidos na história como a "Revolução Federalista" e a "Revolta da Armada".
171 RICHTER, K. Op. cit. p. 17.

Catarina, sob a administração de Hercílio Pedro da Luz, e Carl Fabri como representante da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo,estabelecendo a base para uma futura colonização em larga escala. "[172]

Assim, pode-se perceber, através destas considerações históricas, que o ano de 1850 serviu como ponto de inflexão para os destinos de Santa Catarina. Anteriormente, a tradição estava fundamentada pelo "Regimento Português" condicionado pela metrópole através de um "Conselho Ultramarino" que propunha a localização de colonos com o objetivo nitidamente militar. A partir de 1850, a imigração de colonos de outros pontos da Europa, principalmente de alemães, trouxe o trabalho assalariado, a manufatura, a "ideologia modernizadora da Revolução Industrial", e o interesse de grandes grupos ligados ao "comércio" da colonização, e no seu bojo, a gênese das relações capitalistas para Santa Catarina. Após 1850, a colonização se difundiu e fundaram-se outros núcleos colonizadores, além da colônia Blumenau e da colônia Dona Francisca: a colônia militar Santa Teresa, colônia Teresópolis, colônia Itajaí-Brusque, colônia nacional Angelina, bem como a grande colonização italiana, a colonização polonesa e a contribuição árabe, e etc. Todo este movimento, em todas as direções dos espaços da Província de Santa Catarina, promoveu o desenvolvimento de um novo processo de urbanização criando as cidades, e conseqüentemente, as bases de um novo processo de produção.

Assim sendo, a estrutura produtiva de Santa Catarina se desenvolveu, *a priori*, através dos engenhos de farinha, engenhos de açúcar, alambiques, moinhos, serrarias, fábricas de charuto, de cervejas e de vinagre, olarias etc. Assim, foi possível um considerável aumento da produção pelo aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, que, por sua vez, proporcionaram um aumento significativo na produtividade do trabalho. Desenvolveu-se a pequena agricultura e seus ramos essenciais, a cultura das terras e a criação de gado. O aperfeiçoamento do artesanato e a importação de máquinas e equipamentos da Europa, principalmente da Alemanha, convertiam-se gradualmente em atividades com ramos diferenciados e de existência própria no âmbito da economia e na reprodução dos indivíduos. O desenvolvimento do artesanato como ramo independente propiciou as condições objetivas para a produção dos artigos para a troca e não somente para o consumo próprio, ao contrário do produtor rural. Os núcleos colonizadores dão origem às cidades onde

> Há uma concentração na cidade com a terra como território seu; a agricultura em pequena escala, produzindo para consumo imediato; e a manufatura, como trabalho subsidiário,

---

[172] RICHTER, K. Op. cit. p. 20.

> doméstico, das esposas e filhas (fiando e tecendo) ou alcançando existência independente em umas poucas ocupações artesanais (fabril, etc). [173]
> (...) a concentração na cidade proporciona à comunidade como tal a existência econômica; a mera presença na cidade é, em si mesma, algo diferente da simples multiplicidade de casos separados. Neste caso, o todo não consiste apenas na reunião de suas partes isoladas, é uma forma de organismo independente".[174]

Assim, começam a se estruturar as primeiras indústrias têxteis, nascidas através do artesanato familiar. E a primeira a se instalar foi a dos irmãos Hering, em 1879 (hoje o Grupo Hering), que haviam emigrados da Saxônia; em 1882 Johann Karsten, Gustav Roeder e Heinrich Hadlich fundaram a Roeder, Karsten & Hadlich (o que é hoje a Cia Têxtil Karsten e a Empresa industrial Garcia). Em 1880 inicia-se a produção de couro por August Otte; em 1886, da indústria metalúrgica, com a pequena fundição de K. Ernst Auerbach (o que é hoje a Eletro-aço Altona), e surge a indústria tipográfica para a edição de jornais e livros, bem como, para pequenos trabalhos de impressão.[175] Enfim, as colônias se transformam internamente e se fortalecem com a Alemanha fornecendo máquinas e equipamentos, visando a conformação de um parque industrial, hegemonicamente capitalista, com trabalho assalariado. [176]

> Nas colônias , entretanto, vigorava a determinação de não se fazer uso da mão-de-obra escrava. Os homens tinham que ser livres, pois tal condição era indispensável para desimpedir, juridicamente, o caminho - enquanto processo histórico - para a formação de um mercado capitalista de trabalho assalariado e, consequentemente, para a disseminação e consolidação das relações capitalistas de produção. [177]
> (...) Durante considerável tempo, a pequena propriedade policultora familiar sustentou a geração e o desenvolvimento do processo de industrialização nas áreas de imigração. Nas fases iniciais, os excedentes produzidos possibilitaram a acumulação primitiva do capital. Estabelecidas as primeiras unidades fabris de produção, essas mesmas pequenas propriedades policultoras foram responsáveis pelo fornecimento - e pela reprodução - da força de trabalho (eram baixos os salários dos trabalhadores).[178]

A partir daí o esforço do imigrantes se deu no sentido de garantir os espaços de acumulação e, para tanto, o que se observa é a existência de uma relação da cadeia produtiva em expansão com as políticas de desenvolvimento adotadas pelo Estado para a conformação da estrutura econômica em novas bases. A economia no início do século, caracterizou-se pela exportação de produtos de origem agropastoril: erva-mate, banha, farinha de mandioca, arroz, manteiga, madeira, pregos, açúcar, gado, feijão, couro, etc.

---

173 MARX, Karl, *Formações Econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 70-1.
174 MARX, K. (1975), Op. cit. p.75.
175 Cf. PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 406.
176 Para um estudo mais detalhado sobre o esta fase do desenvolvimento e da gênese da industrialização em Santa catarina e suas origens culturais e ideológicas, ver PIAZZA (1983), Op. cit. capítulo XVIII, Item 3. A industrialização (de 1850 a 1900), p. 405-37.
177 AURAS, Marli. *Poder oligárquico catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "opção pelos pequenos"*. São Paulo: PUC-SP, 1991. p. 207 [Tese de Doutoramento].
178 AURAS, M. Op. cit. p. 209.

Entretanto, é a partir da Primeira Guerra mundial que a economia catarinense passa a se fortalecer efetivamente como economia industrial. Entretanto, "a guerra de 1939-45 criou vários impactos na economia catarinense devido ao intercâmbio comercial mantido, notadamente, com a Alemanha, que fez diminuir e mesmo cessar de todo as nossas importações."[179] A análise das pautas de importação da região relativas aos anos anteriores demonstra a interrupção dos fluxos em algumas áreas, "salientando-se serras, agulhas de fiação e tecelagem, trilhos, cremalheiras, soda cáustica, folha de flandres, máquinas, aços, corantes, etc."[180] Do início da colonização européia até meados do século XX, Santa Catarina estrutura seu processo de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se conforma um Estado, vinculado às questões conjunturais do país e do mundo, refletindo sobre a região as conseqüências da Primeira e da Segunda Guerras, uma vez que grande parte de seus habitantes eram de origem germânica.

[179] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 649.
[180] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 649.

5. O PODER POLÍTICO EM SANTA CATARINA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A COMPOSIÇÃO OLIGÁRQUICA (1889 A 1930)

O objetivo deste capítulo é construir, na fase de formação da "República Velha" ou Primeira República (1889-1930), um "inventário político" dos principais sujeitos históricos desta fase, que são intelectuais e possuem organicidade nas estruturas do Estado. Procurar-se-á identificar os espaços (ambientes) que eles ocupam na sua "trajetória política", componentes importantes fundamentais para as articulações em torno da conformação política do bloco no poder em Santa Catarina neste período.

As relações entre os indivíduos enquanto sujeitos e as estruturas, o seu ambiente, não são relações mecânicas, pois

> São ativas e conscientes, ou seja, correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenha o homem individual. Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o ponto central. Neste sentido, o verdadeiro filósofo é - e não pode deixar de ser - nada mais do que o político, isto é, o homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto das relações de que o indivíduo faz parte. Se a própria individualidade é o conjunto destas relações, conquistar uma personalidade significa adquirir consciência destas relações, modificar a própria personalidade significa modificar o conjunto destas relações. [181]

No conjunto destas relações as atividades dos homens modificam seus próprios ambientes, onde determinadas forças políticas saem vitoriosas nos confrontos, também armados, que se sucedem pelas disputas do poder. Estas disputas fundamentavam-se nas concepções republicano-presidencialistas, e permaneciam orgânica e profundamente ligadas ao Partido Republicano Catarinense - PRC. O Partido Republicano era o principal instrumento político que expressava os interesses entre os integrantes das Forças Armadas locais e nacionais, das frações comerciais do litoral, da indústria emergente no Vale do Itajaí e do coronelismo do planalto serrano com fortes traços urbanos. Portanto, as bases de poder detinham sustentação no exército, no comércio, na indústria emergente, e no latifúndio rural, que lhes dão sustentação até 1930.

Desta forma, percebe-se que a posição e a trajetória política do intelectual, permite identificar os espaços onde são exercidos as funções de dominação e de hegemonia (Sociedade Política e Sociedade Civil). Procurar-se-á destacar, em particular, o domínio desta hegemonia ao nível da sociedade política, ou do

---

[181] GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1986. p. 39-40.

governo jurídico do Estado, que lhes dá legitimação e permite a centralização e o domínio do poder no espaço do Poder Executivo, desencadeando uma crescente intervenção do Estado na construção da sociedade catarinense. Assim, procurar-se-á construir um inventário sobre os principais intelectuais, os Governadores de Estado, e sua interação nos diversos níveis superestruturais como sujeitos históricos importantes, pois vivem uma relação de "organicidade intersubjetiva" que acontece fundamentalmente no e com o mundo no espectro das relações sociais. Assim sendo, este inventário político, destaca o perfil e as atuações destes sujeitos históricos na estrutura do Estado no período de constituição de seu poder Político de classe.

5.1. LAURO SEVERIANO MÜLLER: O PRIMEIRO GOVERNADOR REPUBLICANO-MILITAR NOMEADO - OS CONFLITOS ARMADOS DA "REVOLUÇÃO FEDERALISTA" E DA "REVOLTA DA ARMADA" (1889-1894)

Com a Proclamação da República (1889), o primeiro governo republicano de Santa Catarina foi o de Lauro Severiano Müller.

Nascido em Itajaí, em 08 de novembro de 1863, é descendente dos imigrantes alemães Pedro Müller e Ana Michels. Seus primeiros estudos foram feitos em Itajaí e, aos 14 anos muda-se para o Rio de Janeiro, trabalha no comércio e logo em seguida ingressa na Escola Militar fazendo carreira no exército: assentou praça na Escola Militar em 1882; Alferes em 1885; 2º Tenente em 1890; Major em 1900; Tenente Coronel em 1906; Coronel em 1912; General de Brigada em 1914; e General de Divisão em 1921. Lauro Müller, simultaneamente, fez sua carreira política, sendo aluno de Benjamin Constant, intelectual, considerado o pai da República brasileira e um dos principais propagadores das idéias positivistas, o qual foi um dos responsáveis pelo encaminhamento de Lauro Müller à política no Rio de Janeiro. Lauro Müller não pertencia à família tradicional como a maioria dos políticos. Era filho de imigrantes alemães e, apoiado por sua carreira militar, traçava sua trajetória política nos espaços políticos da sociedade brasileira. Como descendente de imigrantes alemães, foi um dos grandes defensores da imigração em massa para Santa Catarina e da convivência multirracial. Lauro Müller pode ser considerado um dos mais importantes articuladores políticos da história catarinense.

No período conturbado da história brasileira após a Proclamação da República, exerceu o cargo de governador de Santa Catarina por quatro vezes, apesar de efetivamente ter governado apenas nove meses (1889-90, 1890-91, 1902-06, 1918-22), foi eleito Deputado a Assembléia Nacional Constituinte (1891). à 1ª

legislatura (1891-1893), à 2ª legislatura (1894-1896), à 3ª legislatura (1897-1899), e à 4ª legislatura (1900-1908); também foi eleito Senador (1900-1904, 1912-1921 e 1921-1930); licenciado do cargo de Senador foi nomeado Ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Rodrigues Alves (1902); também renunciou ao mandato de Senador em maio de 1912 para ser nomeado Ministro das Relações Exteriores (1912-1917)[182], bem como foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (1912) sucedendo ao Barão do Rio Branco nos dois cargos, inclusive. Também foi patrono da cadeira 26 na Academia Catarinense de Letras.

Durante sua gestão à frente do Ministério da Viação, destacou-se com o projeto de saneamento do Rio de Janeiro, obtendo o apoio do Dr. Oswaldo Cruz. Sua política no Ministério voltava-se para o sistema de transportes visando o melhoramento dos portos e do sistema ferroviário nacional.

Em Santa Catarina garantiu a construção de uma extensão de trilhos da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina até a região das Minas no sul do estado (hoje cidade de Lauro Müller). Como Ministro das Relações Exteriores procurou fortalecer os laços com os países do extremo meridional da América Latina durante os governos de Hermes da Fonseca e Wenceslau Brás, até sua renúncia do Ministério em maio de 1917. Tornou-se, desta forma, um grande articulador político e se destacou a nível nacional e internacional. Foi um dos principais fundadores do Partido Republicano Catarinense - PRC, juntamente com Hercílio Luz, em 1897, sendo considerado um republicano histórico.

Assim sendo, com a Proclamação da República Lauro Müller foi nomeado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro Governador republicano de Santa Catarina, juntamente com Raulino Horn (primeiro-vice) e Gustavo Richard (segundo-vice). Para a escolha de Lauro Müller teve um papel importante a indicação e o peso político de Benjamin Constant e do catarinense Antônio Esteves Júnior. Esteves Júnior

> de formação liberal, dedicou-se ao abolicionismo e à propaganda republicana. Assinou o "Manifesto" de 1870. Ao ser fundado o Clube Republicano do Desterro (27.6.1887), foi dado o seu nome ao mesmo. Como representante de Sta. Catarina participa do 1º Congresso Republicano (14.07.1888), juntamente com Alfredo Esteves, Lídio Martins Barbosa (...) e Ante-Dutra (sic). Proclamada a República indica ao Mal. Deodoro da Fonseca o nome de Lauro Severiano Müller para Governador de Sta. Catarina. Senador por Sta. Catarina à Constituinte Republicana (1890-1899), com reeleição, por mais nove anos (1899). Como Senador recebeu dos seus conterrâneos uma pena de ouro para assinar a Constituição de 1891, o que fez, dando-a, em seguida, ao seu professor, José Joaquim Lopes. Faleceu, no Rio de Janeiro, a 9.3.1900. [183]

---

[182] Cf. PIAZZA, Walter (org.). *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985, p. 359.
[183] PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 214.

Para compor seu gabinete de governo Lauro Müller nomeou o Tenente Carlos Augusto de Campos como Secretário e o civil José Artur Boiteux para oficial de gabinete. Lauro Müller toma posse na Câmara Municipal de Desterro em 2 de dezembro de 1889 e, no dia 7 de janeiro de 1890 dissolve as Câmaras municipais e, em seu lugar, institui os Conselhos de Intendentes Municipais, sendo um dos precursores na criação das intendências municipais em Santa Catarina. Entretanto, em 24 de agosto de 1890, Lauro Müller toma posse como Deputado à Assembléia Nacional Constituinte transferindo o cargo para o Vice-Governador Gustavo Richard. Em 29 de setembro de 1890 retorna à Santa Catarina e reassume novamente o governo do estado, pois o Marechal-Presidente Deodoro havia dissolvido o Congresso Nacional e Gustavo Richard se coloca a favor das medidas, causando uma séria crise dentro do PRC. Em 5 de outubro de 1890, transmite o cargo para seu primeiro-vice Raulino Horn e reassume novamente o cargo de Deputado federal no Rio de Janeiro, uma vez que, com a renúncia do Marechal-Presidente Deodoro da Fonseca em 22 de novembro de 1890, o Vice-Presidente Floriano Peixoto toma posse e reconvoca novamente a Assembléia. Por outro lado Raulino Horn permanece formalmente no cargo somente por 5 dias e retorna ao Rio de Janeiro para reassumir o seu cargo de Senador. Novamente assume o segundo-vice Gustavo Richard.

Devido a intransigência e ao autoritarismo do Marechal Floriano Peixoto no cargo de Presidente do Brasil, em novembro de 1891 Lauro Müller volta a reassumir o governo de Santa Catarina para garantir a legitimidade do novo governo. Entretanto, Floriano Peixoto não impediu que a oposição catarinense pressionasse Lauro Müller e este teve de renunciar logo em seguida, em 28 de dezembro, devido às fortes pressões internas, pois reacendeu-se os ideais federalistas no estado destituindo o seu governo. Lauro Müller então retorna à capital federal para reassumir a Câmara Federal. A sua renúncia se deu pelas pressões dos federalistas dentro do próprio Partido Republicano, bem como, segundo ele, para evitar o derramamento de sangue em combates em Santa Catarina. Lauro entrega o governo ao Major Firmino Lopes do Rego, que o repassa a uma Junta Governativa integrada por Luís dos Reis Falcão, coronel do Exército, pelo Tenente da Armada Arthur Deoclesiano de Oliveira e por Cristóvão Nunes Pires, principais líderes federalistas de Santa Catarina.

Neste meio tempo, Hercílio Pedro da Luz, então florianista, organizou uma marcha para defender o governo republicano de Lauro Müller, reunindo em Blumenau cerca de 120 homens armados e

dirigindo-se para a capital. Quando chegava a Tijucas, recebeu a notícia de que Lauro Müller havia renunciado e imediatamente repudiou a Junta Governativa instalada.

Os conflitos se tornaram freqüentes entre republicanos e federalistas, inclusive com a influência do Partido Federalista criado no Rio Grande do Sul para dar sustentação à luta. Em fevereiro de 1893 estes conflitos resultaram em vários confrontos armados na cidade de Blumenau, envolvendo diversos líderes republicanos partidários de Hercílio Luz e ferindo a bala o líder federalista Elesbão Pinto da Luz, inclusive parente de Hercílio Luz. Assim "teve início a movimentação bélica do governo catarinense e foram despachados do Desterro para o Rio Grande 120 soldados do 25° Batalhão, sob o comando do capitão Teófilo Cardoso". [184] Santa Catarina foi um dos últimos redutos federalistas no país, tomando o poder pela força e instituindo um Governo Provisório da República Federalista. Este governo foi sufocado pelas forças legalistas de Floriano Peixoto e, no final do conflito, o país acabou presenciando a ação brutal do Estado autoritário com muitas mortes e fuzilamentos sumários (sem julgamentos legais) tendo como cenário a Desterro e suas fortalezas, principalmente a da Ilha de Anhatomirim.

A revolução Ffederalista como ficou conhecida, saída das entranhas históricas do movimento liberal da revolução Farroupilha, pode-se acrescentar, surgiu no Rio Grande do Sul em oposição ao governo constitucional gaúcho de Júlio de Castilhos e ao autoritarismo de Floriano Peixoto. A diferença das disputas políticas se dava em torno da forma de governo republicano a ser instituída: liberal-parlamentarista e/ou republicano-presidencialista: "A revolução, ou movimento insurrecional de 1893 teve seu estopim aceso em 1891, acionado pela disputa política do Rio Grande do Sul, entre Júlio de Castilhos (representante de facção republicana, eleito presidente constitucional), Silveira Martins (de tradição parlamentarista e orientação liberal-federativa) e Floriano Peixoto (republicano presidencialista, na montagem das suas próprias intenções)". [185]

O movimento exigia do governo federal o cumprimento da Constituição de 1891, e a adaptação da Constituição Gaúcha à Federal, bem como a destituição de Júlio de Castilhos. Floriano Peixoto, por outro lado, querendo manter-se no poder, pretendeu o Golpe: a partir da promulgação da Constituição no dia 24 de fevereiro de 1891, o presidente da República seria eleitodiretamente pelo voto, dos cidadãos

---

[184] DIÁRIO CATARINENSE, Os federalistas, movimento surge no sul. Op. cit. p. 21, c. 3-4.
[185] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 57.

homens maiores de 21 anos e alfabetizados. As províncias passariam a ser Estados com relativa autonomia política e administrativa. Entretanto,

> Na realidade, a Carta Constitucional de 1891, artigo 42, dispunha, expressamente, que em caso de vacância da Presidência ou da Vice-Presidência, não havendo decorridos dois anos de mandato, dever-se-ia proceder nova eleição. Deodoro faleceu a 23 de agosto de 1892, e nem daí se conta a vacância, pois a renúncia deu-se antes. Assim o proclamador da República não chegara a estar no exercício do mandato por dois anos. Necessária tornava-se a realização de eleições, de sufrágio direto e maioria absoluta de votos, conforme a letra do artigo 47 da Constituição republicana. [186]

O movimento federalista se expande para Santa Catarina e Paraná como franca oposição ao autoritarismo de Floriano Peixoto, que assumira a Presidência da República na qualidade de Vice-Presidente desconsiderando o preceito Constitucional para a convocação de novas eleições. Os conflitos se tornam intestinos e acirram Republicanos históricos e Federalistas emergentes. Em fevereiro de 1892, Floriano Peixoto nomeia o Tenente Manoel Joaquim Machado para substituir a Junta Governativa instalada com a renúncia de Lauro Müller, e passa a atuar como Interventor Federal em Santa Catarina. O Tenente Machado assumiu em março, tendo como vice Eliseu Guilherme da Silva. O Tenente Manoel Joaquim Machado

> Assumiu o governo em 1º de março de 1892. A 15 de setembro do mesmo ano foi eleito pelo Congresso Representativo do Estado para o cargo de Governador, administrando até 8 de setembro de 1893.
> Rompendo com Floriano Peixoto, acusou-o de anarquizador, subversivo e culpado do derrame de sangue que poderia ter ocorrido no Estado. Denunciado pelo deputado federal Felipe Schmidt, foi afastado do Governo, quando entregou a administração a Eliseu Guilherme da Silva, Vice-Governador e presidente do Partido Federalista Catarinense. [187]
> (...) A situação cada vez mais se agrava com as atitudes despóticas e arbitrárias do Tenente Machado que, por todos os meios, coagiu, pressionou, amesquinhou os republicanos catarinenses e tudo isso levou aquele militar a se distanciar do florianismo. A 24 de abril de 1893 Manoel Joaquim Machado rompeu oficialmente, com Floriano Peixoto e já irrompera no Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista.[188]

Eliseu Guilherme da Silva assume a causa federalista, destituindo o Tenente Manoel Machado e tornando-se Presidente eleito pelo Congresso Representativo composto basicamente por Federalistas, dado a não participação de Republicanos no pleito. O movimento federalista ganha força e desta forma, no dia 7 de julho de 1892 foi promulgada a segunda Constituição do estado catarinense com características liberais e federalistas.

---

186 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 57-8.

187 DIÁRIO CATARINENSE. *Manoel Joaquim Machado: Nomeado interventor, em 1892, por decreto de Floriano Peixoto, com quem acabou rompendo.* Op. cit. p. 20, c.1.

188 DIÁRIO CATARINENSE. *Os federalistas: Decretado estado de sítio no Sul,* Op. cit. p. 22, c. 5.

Entretanto, os republicanos não aceitam o movimento federalista e reagem, sendo que no dia 15 de julho de 1893, o Cruzador República aborda o navio Júpiter e prende o Almirante Eduardo Wandekolk, um dos principais líderes revolucionários. No dia 17 de julho, Hercílio Luz marcha com tropas sobre Tijucas e Tubarão e depõe os Intendentes Municipais. Em 22 de julho, a câmara municipal de Blumenau proclamou Hercílio Luz governador e decretou a cidade como capital provisória do Estado. No dia 29 de julho, Hercílio Luz marchou sobre Desterro com a Guarda Cívica, criada e treinada em Blumenau pelo Tenente Carlos Camisão, aquartelando-se no 25° batalhão de Infantaria. No dia I° de agosto, as tropas comandadas por Hercílio Luz entraram no Palácio do Governo, após um grande combate na madrugada de 31 de julho, destituindo do governo o Coronel Eliseu Guilherme da Silva. Hercílio Luz, então, instala um governo provisório e pede apoio a Floriano Peixoto, que prontamente o desaprova na sua investida e não reconhece seu governo, fazendo-o abandonar o Palácio do Governo. Floriano Peixoto, inclusive, destituiu Hercílio Luz do cargo que ocupava em Blumenau como engenheiro-chefe da Comissão de Terras, encarregada do processo de colonização. Eliseu Guilherme é preso no Rio de Janeiro e assume em seu lugar o vice Cristóvão Nunes Pires, "(...) a 28.7.1893, pressionado pelos adversários políticos, sob a chefia de Hercílio Pedro da Luz (...), entrega o governo a Cristóvão Nunes Pires (...), a 24.8.1893. Preso na Casa de Correição do Rio de Janeiro. [189]

O Ministro da Marinha Almirante Custódio José de Melo, preconizava, no primeiro momento, a deposição de todos os governadores adeptos do Marechal Deodoro, deposto, ocasião que acarretou a destituição de Lauro Müller do governo catarinense. Por outro lado, não aceitava as medidas adotadas por Floriano, num segundo momento, uma vez que as forças internas da Marinha brasileira perdiam, com o fortalecimento do Exército, seu espaço e poder. O Ministro da Marinha, então, subleva-se contra o poder instituído de Floriano Peixoto e desloca a Armada sublevada para Santa Catarina.

Em abril de 1893, o Governador-tenente Manoel Joaquim Machado lança um manifesto rompendo com Floriano Peixoto e adere ao movimento federalista. As forças da Marinha se rebelam e eclode a chamada Revolta da Armada.

> Com a Proclamação da República, a Marinha perdeu prestígio e passou a ser um centro de oposição à nova forma de governo, que naquele momento estava nas mãos do Exército. Esta situação criava várias crises dentro do Exército e da Marinha, na qual não estava sendo respeitada a hierarquia. Em 1893, Custódio de Melo, Ministro de Floriano Peixoto, renunciou e

---

[189] PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 523.

> denunciou o Presidente da República, sublevando a Armada. A isso se chamou Revolta da Armada.
> A 19 de janeiro de 1893, as fortalezas do Rio de Janeiro se rebelaram, dentro de uma trama revolucionária e política que teve ramificações em vários pontos do território nacional. Em seguida, a 5 de abril do mesmo ano, foi divulgado o Manifesto dos 13 Generais contra a política de Floriano Peixoto. [190]

Assim, percebe-se que a Marinha passou a ser um foco de oposição ao novo governo ocasionando uma série de conflitos internos nas forças armadas. Santa Catarina tornou-se um grande foco de resistência ao autoritarismo do novo governo e serviu de base para a construção da estratégia de resistência. Esta estratégia pressupunha as forças políticas aliadas ao Rio Grande do Sul e eram frontalmente contra a política florianista, aglutinando, inclusive, as oposições a nível nacional. Santa Catarina dispunha de condições estratégicas para a resistência, pois possuía espaços seguros para atracamento dos vários navios revoltosos nas baías que circundavam a Ilha, garantindo a proteção necessária.

Floriano Peixoto logo tomou a decisão de decretar estado de sítio nos estados rebelados do sul, em 25 de setembro de 1893. Por outro lado, contrariando o estado de sitio, institui-se em Santa Catarina no mês de outubro de 1893 o Governo rebelde provisório da República (federalista). No dia 04 de outubro de 1893 a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em reunião, assume a causa federalista e "solidariza-se com a rebelião da Marinha e declara Santa Catarina separada do Governo da União. (...) Neste mesmo dia, o tenente Manoel Joaquim Machado reassume o governo do estado, substituído que fora, primeiro pelo Vice Elizeu Guilherme da Silva e, depois, pelo 2º Vice, Cristóvão Nunes Pires." [191] Entretanto, a deflagração do Estado de Sítio foi instituída por Floriano Peixoto porque,

> em 26 de setembro de 1893, o Capitão de Mar-e-Guerra Frederico Guilherme de Lorena, a bordo do cruzador República, ancorou na Baía Sul, defronte a Desterro. Nos 18 dias que esteve sem desembarcar, recebeu inúmeras visitas de revolucionários gaúchos, federalistas catarinenses e revoltosos da Armada; fez os opositores civis e militares assinarem uma Ata de Capitulação, mudou os comandos militares da Capital e organizou o Governo, que se instalou nas salas do Palácio do Governo Estadual.
> O Governo ficou constituído de Lorena, como presidente, e cinco ministérios nas mãos de dois ministros, os tenentes Aníbal Cardoso e Carlos Mourão dos Santos. A idéia inicial, pelo menos a proposta por Silveira Martins e Custódio de Mello, líderes dos federalistas gaúchos e da Armada, era organizarem um governo composto por representantes dos dois movimentos, com pesos iguais, ou, no máximo, também com um representante catarinense, que sediava o órgão.[192]

---

190 DIÁRIO CATARINENSE, *Os federalistas: Com a Proclamação da República, a Marinha perdeu o poder que passou para o Exército.* Op. cit. p. 21, c.1.
191 PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 169.
192 DIÁRIO CATARINENSE. *Os federalistas: Republicanos perdem no Paraná,* Op. cit. p. 22, c.1-2

Entretanto, o estabelecimento do governo provisório promoveu a centralização do poder na figura do Capitão-Presidente Frederico Guilherme de Lorena e, para manter o controle da situação, estabeleceu um governo militar distante dos ideais e dos objetivos do movimento federalista na construção de uma República Independente e Parlamentarista no Brasil Meridional. A centralização do poder serviu de estopim para a deflagração de uma crise interna de poder:

> Os equívocos de Lorena começaram aí, já que, à revelia daqueles líderes, constitui um governo militar e centralizado, contrário a todo o discurso da oposição civil a Floriano Peixoto. Ele não ofereceu nenhum cargo aos federalista gaúchos ou catarinenses e ainda nomeou dois políticos adversários entre si para embaixadores no Uruguai e Argentina: o líder gaúcho Gaspar Silveira Martins (na época exilado na Argentina e não no Uruguai, para onde foi nomeado) e o positivista Demétrio Nunes Ribeiro, que rompera com Júlio de Castilhos.[193]

Por outro lado, a pressão dos líderes civis federalistas em exigirem maior participação nas decisões do novo governo, aliados às precárias condições econômicas, faziam com que o novo Governo federalista não pudesse criar raízes suficientes para se manter a estrutura e o poder da nova República.

> Sem condições econômicas para tomar qualquer iniciativa de maior vulto, o Governo federalista não deslanchava. Nos primeiros dias de dezembro chegaram a Desterro dezenas de revolucionários gaúchos e da Marinha, chefiados por Gumercindo Saraiva e Custódio de Mello, que aqui se reuniram para tomar decisões políticas e militares. A pressão de vários líderes para a deposição de Lorena e a constituição de uma junta governativa foram mais poderosas. Porém com o apoio do Governo catarinense e dos políticos federalistas locais, Lorena se viu prestigiado e lançou violento manifesto contra documento do almirante Saldanha da Gama, no Rio de Janeiro, em apoio aos revolucionários, mas de caráter revisionista. [194]

Estas articulações levaram a tomada de Curitiba no dia 20 de dezembro pelas tropas comandadas por Gumercindo Saraiva destituindo o governo republicano de Vicente Machado. Com a tomada do poder em Curitiba, os federalistas paranaenses exigem uma maior participação nas decisões do Governo federalista de Lorena. O Ministério da Justiça criado por Lorena estava demissionário e enfraquecera seu governo. Lorena estava prestes a exonerar-se do cargo de Presidente: "Este estava bastante enfraquecido e, como derradeiro esforço para se manter no Governo, a 24 de janeiro instituiu um Supremo Tribunal de Justiça, em Desterro. Para substituir o Ministério demissionário, em Desterro os paranaenses mandaram o desembargador Emígdio Westphalem, que concentrou todas as pastas e pressionou a saída de Lorena".[195]

---

193 DIÁRIO CATARINENSE. *Os federalistas: Decretado estado de sítio no Sul*, Op. cit. p. 22, c. 1.
194 DIÁRIO CATARINENSE. *Os federalistas: Decretado estado de sítio no Sul*, Op. cit. p. 22, c. 1.
195 DIÁRIO CATARINENSE. *Os federalistas: Republicanos perdem no Paraná*, Op. cit. p. 22, c. 2-3.

No dia 31 de janeiro de 1894, pelo "Decreto nº 1677, o Marechal Floriano Peixoto prorrogou o estado de sítio no Distrito Federal e estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, até o dia 25 de fevereiro, tendo em vista a Revolução Federalista". [196] O estado de sítio foi prorrogado por diversas vezes até a tomada definitiva do poder pelos republicanos. Da mesma forma, no dia 7 de fevereiro de 1894 Floriano Peixoto baixa Decreto nº 1668 que dava as instruções necessárias para a realização de eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, e que se realizaria em primeiro de março, excetuando-se Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Entretanto, os federalistas aplicam o golpe dentro do golpe e destituem o Capitão Lorena do posto de presidente:

> A 11 de março de 1894, Frederico de Lorena se exonerou e o Governo passou a ser constituido por Westphalen, representante do Paraná; pelo catarinense José Ferreira de Mello, e uma vaga foi prometida a um gaúcho, porém esta nunca chegou a ser ocupada. Westphalen impôs sua presença no Governo, apagando o representante catarinense. Entretanto, sem condições financeiras e militares, viu se esgotarem as razões (...) em que se misturavam pensamentos republicanos, federalistas e centralistas, monárquicos, positivistas, militares e civilistas, enfim pouco prováveis de se misturar, mesmo que tendo por objetivo a queda de Floriano Peixoto, pouca ou nenhuma chance de sucesso poderia ter do aspecto político estratégico. Gumercindo Saraiva, a 15 de abril, saiu do Paraná em direção ao Rio Grande do Sul e três dias depois os legalistas tomam desterro. [197]

No dia 17 de março de 1894, o Marechal Floriano Peixoto baixa Decreto mobilizando a Guarda Nacional no Distrito Federal, São Paulo, e nos três estados rebelados, colocando-as sob a responsabilidade do Ministério da Guerra. No dia 19 de março morre no interior de Minas Gerais o grande Poeta Simbolista catarinense João da Cruz e Souza, sendo sepultado no Rio de Janeiro no Cemitério de São Francisco.

5.1.1. A vitória dos florianistas: Anhatomirim e Floriano (polis).

Com o enfraquecimento do movimento federalista e a aglutinação da Guarda Nacional às tropas do Ministério da Guerra, bem como operações de mar comandadas pelo Almirante Jerônimo Francisco Gonçalves, o Marechal-Presidente Floriano Peixoto retoma o poder em Santa Catarina.

O desfecho se desenvolveu no dia 16 de abril de 1894, com o combate naval travado na baía norte da Ilha de Santa Catarina, quando o navio dos legalistas, "Gustavo Sampaio", comandado pelo primeiro-tenente Altino Flávio de Miranda Correa, derrotou o que restava da esquadra federalista, pondo a

---

[196] PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 26.
[197] DIÁRIO CATARINENSE. *Os federalistas: Republicanos perdem no Paraná*, Op. cit. p. 22, c. 4-5.

pique o encouraçado "Aquidaban", comandado por Alexandrino de Alencar. Com a vitória florianista, foi enviado para Desterro, no dia 19 de abril, o Coronel Antônio Moreira César, delegado do Governo Federal, que toma posse no governo no dia 22 de abril com o objetivo de tomar e as rédeas da situação, bem como punir os revoltosos. Sua ação foi fulminante para com os principais líderes dos federalistas e simpatizantes da Monarquia.

Para chegar à vitória, Floriano Peixoto equipou a Marinha de guerra com a aquisição de novos navios e reequipou outros, compondo a esquadra: o encouraçado "Bahia"; os cruzadores "Andrada", "Tiradentes", "Niterói" e "Paraíba"; os torpedeiros "Gustavo Sampaio", "Pedro Afonso", "Silvado", "Tamborim" e "Sabino Vieira",[198] que, armados, rumaram para Santa Catarina para o combate final à resistência dos Federalistas.

Chegando à Santa Catarina, em abril de 1894, travou batalha com o "Aquidaban", navio federalista que guardava o Porto de Desterro. O "Aquidaban" foi destruído e os legalistas tomaram novamente o poder, assumindo o governo em 22 de abril de 1894, através do Coronel Antonio Moreira César.

O palco principal da luta após a retomada do poder foi a Ilha de Anhatomirim com o fuzilamento sumário dos líderes federalistas, simpatizantes políticos, monarquistas, entre outros. O autoritarismo de Floriano tornou-se incontestável.

> A atuação repressora de Moreira César, além de operação militar contra-revolucionária federalista, atingiu não somente àqueles que se engalfinhavam no cenário da guerra, mas também inocentes, como crianças, mulheres estupradas, lares invadidos e honras violentadas. A violência política, aliás, é descendente direta da luta travada em torno do poder. É problema que se desenvolve entre dominantes e dominados (ou algumas vezes entre as cúpulas das oligarquias ou grupos disputantes), aqueles, que por disporem da força imanente do próprio poder, e os outros, por se posicionarem, na disputa do mesmo poder. [199]

Com a vitória dos florianistas, no dia 22 de abril, Moreira César dissolve a Assembléia Legislativa estadual.

No dia 25 de abril teve início as condenações na fortaleza de Anhatomirim, e foram fuzilados e enforcados, sumariamente, os que haviam sido presos. Foram fuzilados ou enforcados, entre centenas de outros (mais de 185 cidadãos):

---

198 Cf. DIÁRIO CATARINENSE. *Os federalistas: Legalistas retomam o poder*, Op. cit. p. 23, c. 1. Cf. PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 313 PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 422.
199 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 64.

"Marechal Manoel Almeida Gama Lobo d'Eça, Barão de Batovi, o capitão-de-mar-e-guerra Frederico Guilherme de Lorena, Coronéis Luís Gomes de Caldeira de Andrada, Israel de Sá e Fernandes Goulart; Tte. Cel. Sérgio Tertuliano Castelo Branco; majores dr. Alfredo de Paula Freitas e Elesbão Pinto da Luz; 1°s. tenentes da Armada Àlvaro Augusto de Carvalho, Artur A. de Carvalho, Delfino de Lorena, Carlos Augusto de Melo Camisão, e Dr. José Armando Coutinho Barata; capitães Tobias Becker, Júlio Cesar da Silva Lima, Romualdo Carvalho de Barros, Antônio Manoel da Silva Coelho Júnior, João Evangelista Leal, José Bittencourt, Luís Inácio Domingues; tenentes Brasiliano Alves do Nascimento, e Manoel Constâncio; alferes João Machado Lemos, Emídio Teixeira Teles de Azevedo, José Gomes da Silva Fraga, Olimpio Saturnino Alves; aspirantes Pedro de Lorena e Álvaro de Mota; cadetes Aquiles Constantino, Domingos Vieira de Souza, Higino Schutel, José Becker, Manoel Teles e Raul José de Souza; Drs. Alfredo da Gama d'Éça, Joaquim Lopes de Oliveira, Carlos Guimarães Passos e Francisco Vieira Caldas, e os civis Caetano Nicolau de Moura, Miguel Cascaes, Edmundo Buette, Charles Müller e M. Etienne. Estes três últimos, engenheiros franceses que atendiam às avarias dos navios 'federalistas' ".[200] [entre centenas de outros cidadãos].

No dia 16 de maio Moreira César restaura a Constituição de 11 de junho de 1891, revogada pelo tenente Manoel Joaquim Machado. Com a posse de Hercílio Luz no governo, a capital, Nossa Senhora do Desterro, passou a se chamar Florianópolis, em homenagem aos vencedores, dignificando a imagem de Floriano Peixoto e das forças armadas, servindo como marco histórico da vitória republicana pela disputa do poder político e ideológico.

5.2. HERCÍLIO PEDRO DA LUZ: O PRIMEIRO GOVERNADOR REPUBLICANO-CIVIL ELEITO - A LIDERANÇA DO PARTIDO REPUBLICANO CATARINENSE. (1894-1898, 1918-1922, 1922-1924)

Hercílio Pedro da Luz foi o primeiro Governador republicano-civil, eleito para um mandatode 4 (quatro) anos, após os conflitos armados com a revolução federalista e desde a Proclamação da República. Tomou posse no dia 28 de setembro de 1894.

Hercílio Pedro da Luz nasceu em Desterro, em 29 de março de 1860, descendente de Açorianos. Foi o sexto filho do casal Jacinto José da Luz e Joaquina Anania Neves da Luz, filha de Joaquim Xavier Neves, ex-presidente da Província de Santa Catarina (11.08.1869 a 10.11.1869 em substituição a Carlos Augusto Ferraz de Abreu). Estudou primeiramente no Ateneu Provincial em Desterro, foi para o Rio de Janeiro fazer seus estudos secundários e ingressou na escola Politécnica onde estudou Humanidades. Fez seu curso superior na Bélgica, na Universidade de Liege, onde formou-se em Engenharia de Artes e

---

200 PIAZZA, W. (1983) Op. cit. p. 515-517.

Manufaturas.[201] Retornou ao Brasil em 1883; foi Juiz Comissário de Terras (1885-86); engenheiro da Província (04.06.1888 a 07.03.1891); Engenheiro de Obras Públicas (1889) e chefe da Comissão de Terras (1891). Fez sua carreira política no bojo da revolução federalista enquanto defensor do florianismo republicano, liderando a "reação republicana" em Blumenau contra a Junta Governativa que destituiu Lauro Müller, e também como engenheiro chefe da Comissão de Terras, sendo destituído por Floriano Peixoto; foi Conselheiro Municipal de Desterro (1893); ainda, chefe do Distrito telegráfico de Morretes (PR) a Torres (RS), quando participa da resistência contra as tropas do General Antônio Gomes Carneiro, líder federalista, por ocasião da tomada da cidade de Lapa (cidade contestada pelo Paraná); Deputado federal à 4ª legislatura (1900-1902), renunciando ao mandato por ter sido eleito simultaneamente Senador com mandato de seis anos, substituindo o catarinense Antônio Justiniano Esteves Júnior; três vezes Senador (1900-1906, 1906-1914 e 1915-1924); eleito primeiro Governador republicano de Santa Catarina, ocupou o cargo por três vezes, sendo o primeiro eleito após a Proclamação da República (1894-1898, 1918-1922 e 1922-1925), licenciando-se em 1924 para tratamento de saúde. Faleceu em 20 de outubro deste mesmo ano.[202]

Em 1885, Hercílio Luz, participando do governo conservador de José Lustosa da Cunha Paranaguá (07.1884 a 06.1885), foi nomeado para exercer o cargo de Juiz comissário em Lages, o que lhe permitiu uma maior aproximação com as lideranças lageanas, principalmente com Vidal de Oliveira Ramos. Entretanto, no governo seguinte foi exonerado por Francisco José da Rocha (1885 a 1888). No governo de Augusto Fausto de Souza (1888 a 1889), foi nomeado para ocupar novo cargo de Engenheiro da Província, permanecendo até o início da República. A partir da Proclamação da República foi nomeado engenheiro-chefe da Comissão de Terras sediada em Blumenau, o que lhe permitiu um amplo contato e conhecimento com o processo de colonização e ocupação das terras pelos imigrantes.

Diferentemente de Lauro Müller, que ocupou muitas vezes o cargo mas não governou efetivamente pretendendo as articulações nacionais, Hercílio Luz ficou como governador por três períodos e teve um papel importante no exercício do poder político no Estado, articulando o Partido Republicano

---

201 A informação de PIAZZA, W. Op. cit. (1983) p. 489, e (1985) p. 313, é de que Hercílio Luz "cursou a faculdade de Ciências Agronômicas de Gembloux, Bélgica." A informação utilizada neste trabalho parte do DIARIO CATARINENSE,Op. cit. p. 24 c.1, levantando a mesma polêmica e citando um jornal da época: "Acha-se entre nós o nosso comprovinciano Hercílio Pedro da Luz, que vem de completar seus estudos na Bélgica como engenheiro de Artes e Manufaturas".

202 Cf. PIAZZA, W. (1985) Op. cit. 313.

Catarinense - PRC, desenvolvendo projetos, criando as condições para o efetivo desenvolvimento industrial, capitalista, no Estado, e garantindo a continuidade do processo migratório, após tomar posse no seu primeiro governo.

No período conturbado da revolução Federalista, Hercílio Luz passou a ocupar o cargo de Engenheiro-técnico no governo central no Rio de Janeiro, e, a serviço de Floriano Peixoto, esteve na Vila de São Bento (SC) com o objetivo de identificar os componentes de grupos federalistas da região, bem como mapear as estradas que os inimigos poderiam utilizar na marcha contra o governo, construir pontes estratégicas e planejar as obras de defesa. Logo após a retomada do poder dos Federalistas, em 1894, Hercílio Luz retornou ao Rio de Janeiro com a família, permanecendo até primeiro de setembro. Neste meio tempo foi escolhido, pelo PRC, candidato ao governo do estado na Convenção do Partido, em primeiro de julho de 1894.

> Ausente da Convenção, achava-se no Rio de Janeiro buscando apoio da presidência da República, teve a seu favor uma esmagadora maioria de votos dos convencionais, contra apenas três que tenderam para o nome de Paula Ramos. Liderou a oposição José Bonifácio da Cunha. Polidoro Olavo de S. Thiago, do Sul do Estado, foi escolhido candidato a Vice-Governador. Sem oposição foram eleitos, na data prevista, e empossados a 28 de setembro. Na mesma convenção foram indicados candidatos, Gustavo Richard ao Senado; Lauro Müller, Francisco Tolentino, Paula Ramos e Emilio Blum, à Câmara Federal. [203]

As eleições ocorreram nos dias 8 e 9 de setembro de 1894 e Hercílio, juntamente com Polidoro Olavo Santiago, escolhido como vice, foram eleitos com 8 mil votos, apenas pelo eleitorado masculino à época. [204]

A partir da Proclamação da República a política de colonização foi descentralizada e os estados passaram a assumir a responsabilidade sobre o processo. Dada a relação de Hercílio Luz com os colonizadores, e seu trabalho de engenheiro-chefe da Comissão de Terras, e também especialista em manufaturas, assinou, oito meses depois de tomar posse, um contrato com Karl Fabri, da "Sociedade Colonizadora de 1849" em Hamburgo, no qual estabeleciam-se as bases para a venda das terras e o incremento da colonização em larga escala. As cláusulas do Contrato foram as seguintes:

> "1° : A Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, ou a Companhia que ela organizar naquela cidade, fica autorizada durante 20 anos, da data do presente contrato, a introduzir e localizar anualmente neste Estado até 6 mil imigrantes europeus.

---

203 PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 422.
204 DIÁRIO CATARINENSE. *Hercílio Luz: Integração foi a sua prioridade*, Op. cit. p. 27, c. 1.

2° : Essa introdução e localização terá por fim a aumentar a criar novas colônias brasileiras européias, obrigando-se para isso o governo deste Estado a vender à referida Sociedade, pelo preço de 1.500 réis o hectare, 600 mil hectares de terras devolutas, das que tiver disponíveis nesta data nas zonas de São Bento, Blumenau, Curitibanos e Lages, e bem assim de outras zonas designadas pela sociedade, que deverá declarar até o 1° de janeiro de 1896 quais essas outras zonas, não podendo porém em caso algum a Sociedade ou Companhia medir terrenos à margem das estradas de rodagem ou vias férreas construídas ou em construção por conta do Estado, na extensão a 3 km. de cada margem.
3° : Os terrenos a conceder na zona de Blumenau só compreenderão o vale do Braço do Norte e do rio Itajaí do Norte, conforme figura nas plantas e cartas do Estado.
4° : O Governo obriga-se a vender à Sociedade, pelo preço de 2 mil réis o hectare, os terrenos do ex-patrimônio dos senhores Conde e Condessa d'Eu, no vale do Itapocú, exceto o ex-patrimônio hoje ocupado por colonos com títulos legítimos, assim como de expedir dentro do prazo de 6 meses, depois de recebidos pela Sociedade, os intrusos que os estiverem ocupando.
5° : O Governo obriga-se, depois da assinatura deste contrato, a não mais vender a qualquer pretendente algum terreno do referido ex-patrimônio.
6° : O Governo obriga-se a não celebrar contrato para introdução de imigrantes com companhias ou empresas colonizadoras da Alemanha. Poderá entretanto receber e localizar em outros terrenos imigrantes que o governo federal lhe remeter, embora de procedência alemã.
7° : A Sociedade fica obrigada a declarar até o 1 de janeiro de 1896 em quais zonas da concessão ela pretende requerer as terras devolutas, e qual a extensão em cada zona.
8° : A Sociedade obriga-se a pagar ao Tesouro do Estado 30 contos de réis, como hipoteca e primeira rata do pagamento das terras adquiridas, até o 1° de janeiro de 1896, do já mencionado ex-patrimônio, e a quantia de 50 contos de réis relativos às terras devolutas concedidas. O resto do pagamento dos terrenos do ex-patrimônio será feito um mês depois da retirada do último intruso que o estiver ocupando. As terras devolutas formarão, segundo as circunstâncias, territórios de diferente extensão que serão adquiridos um a um à proporção que forem medidos e demarcados. As despesas com a medição e demarcação correrão por conta da Sociedade. Dentro do mês de janeiro de cada ano, deve a Sociedade entrar para o Tesouro do Estado com a quantia relativa aos terrenos medidos pela Sociedade no ano anterior. Até o 1° de abril de cada ano, exceto o de 1896, é obrigada a Sociedade, durante o tempo que durar o contrato, apresentar ao Governo um relatório especificado sobre todos os trabalhos do ano findo, com as respectivas plantas anexas.
9° : A Sociedade obriga-se a iniciar os seus trabalhos de demarcação e medição em princípio de janeiro do ano próximo.
10° : Todas as terras devolutas adquiridas pela Sociedade, em virtude deste contrato, podem ser exploradas e utilizadas pela Sociedade somente para a introdução e localização de colonos europeus e fundação de estabelecimentos industriais. Todos os terrenos concedidos, mas não ocupados por colonos, reverterão no fim deste contrato ao Governo do Estado, sem direito de restituição ou indenização de qualquer despesa que seja feita pela sociedade.
11° : A Sociedade não é obrigada a receber colonos de quaisquer outras empresas colonizadoras organizadas dentro ou fora do país, e nem a lhes conceder lotes nas suas colônias. O Governo também não poderá enviar colonos para as colônias da Sociedade.
12° : O presente contrato poderá ser anulado pelo Governo do Estado só no caso em que a Sociedade deixe de cumprir qualquer das cláusulas nele estipuladas, sempre exceto os casos de força maior. [205]

Este contrato foi o pré-requisito para que o governo alemão pudesse favorecer e dar continuidade ao processo de emigração aos estados do Sul do Brasil, principalmente com a revogação, em julho de 1896, do "Restrito Von de Heydt", que impunha condições restritivas à emigração de colonos. O contrato entrou em vigor em 1896, quando se conseguiu cumprir a cláusula 8ª para pagamento da hipoteca

[205] RICHTER, K. Op. cit. p. 20-22.

de 80 (oitenta) contos de réis, graças ao "Norddeutsche Lloyd" e a "Hamburg-Süd", que desembolsaram o equivalente a 100 (cem) mil marcos. Em relação as cláusulas 2ª e 7ª, foram prorrogadas até 1º de julho de 1896, quando o procurador da Sociedade e chefe da colônia Dona Francisca em Joinville, Axel Von Diringshofen, encaminhou, em 18 de junho de 1896, requerimento ao governador do estado Hercílio Luz designando as áreas de interesse da Sociedade.

> Pediu que fossem adjudicadas e vendidas, além das terras no vale do Braço do Norte do rio Itapocú (50 mil hectares), terras na zona de Garopaba (50 mil hectares), no vale do Itajaí-Mirim (50 mil hectares), no sertão de São Bento (9 mil hectares), no município de Lages (30 mil hectares), no município de Curitibanos (100 mil hectares) e no município de São Bento (11 mil hectares). Ficou deferido tal requerimento por despacho do dia seguinte. [206]

Desta forma, ainda mais que nos governos anteriores o processo de colonização se deu de forma descentralizada, regionalizada nos estados e fortalecendo o Tesouro com os recursos contratados, o qual, por sua vez, propiciou os meios necessários para a continuação dos projetos, seja processando as concessões e medindo as terras, e estrategicamente, garantindo a infra-estrutura viária necessária para o escoamento da produção, seja, principalmente, interligando as regiões e cidades que se erguiam e se fortaleciam rapidamente. Este processo de colonização teve desde seu início, um caráter comercial, com a venda das terras aos empresários-capitalistas das empresas de colonização e, conseqüentemente, a venda das terras aos imigrantes, transformando terras indígenas e devolutas em mercadorias.

> Pelo contrato de 1895, haviam sido, portanto, criadas condições para que uma futura companhia colonizadora vinculada às grandes empresas de navegação transatlântica alemãs, dispusesse das terras para desenvolver um novo programa de colonização em Santa Catarina. Era este exatamente o pré-requisito para que o governo alemão daí em diante, favorecesse a emigração ao sul do Brasil. Uma das primeiras medidas foi a revogação do Rescrito Von der Heydet, que antes havia dificultado tal emigração. Embora de forma não comunicada ao público oficialmente, ficou revogado a partir de julho de 1896. No ano seguinte, foi decretada a primeira Lei Nacional de Emigração do Império Alemão, que através de um sistema de concessões para agências emigratórias e companhias de navegação, procurava dirigir a corrente dos emigrantes a certas regiões. O sul do Brasil era uma delas. [207]

Para as empresas de colonização a expectativa de lucro era certa, de acordo com três hipóteses básicas para a realização do negócio com o governo de Santa Catarina:

> Primeiro, que seria possível fixar nas terras adquiridas em Santa Catarina ao mínimo, 400 famílias de colonos de mil pessoas, anualmente. Segundo, que o hectare comprado pela empresa do governo de Santa Catarina, conforme o contrato, a 1,50 respectivamente 2 marcos, devia ser vendido pela empresa ao colono a 24 (vinte e quatro) marcos. Terceiro, que a empresa receberia as subvenções estabelecidas pelo Governo Federal no decreto nº 528, de 28 de julho de 1890, a respeito da introdução e localização de imigrantes no Brasil: para cada casa construída

---

[206] RICHTER, K. Op. cit. p. 22.
[207] RICHTER, K. Op. cit. p. 22-23.

> 250$000, para cada família instalada 200$000, para cem famílias instaladas 5.000$000, e para cada quilômetro de estrada, entre 800$000 e 1.500$000. Vê-se, daí, que foram visados lucros principalmente, através da exploração do colono quanto ao preço pago pelo lote e da obtenção de subvenções vindas diretamente do orçamento Federal. [208]

Desta forma, como as expectativas eram otimistas em relação ao negócio, pois a margem era de 22 marcos (2 marcos para a compra e 24 marcos para a venda), além, é claro, das subvenções do Tesouro nacional, organizou-se um consórcio de empresas alemãs com o objetivo de criar uma nova Sociedade e efetivar o negócio o mais rapidamente possível.

> Se constituiu, definitivamente o consórcio fundador, formado antes de tudo, pelo "Norddeutsche Lloyd" sob a direção de Heinrich Wiegand, o mais interessado, além da "Hamburg-Südamerikanische Dampschiffahrts-Gesellschaft" e de diversas grandes casas comerciais das cidades de Bremen e Hamburgo, ligadas ao comércio com o Brasil. Arrecadou os meios necessários para financiar a compra das propriedades da velha Sociedade Colonizadora de 1849, pela futura Sociedade. A 11 de janeiro de 1897, o conselho da antiga Sociedade, conforme resolução tomada na sessão dos acionistas, transferiu todas as propriedades ao consórcio fundador da Sociedade Colonizadora Hanseática. O contrato foi aprovado pela sessão dos acionistas a 21 de abril de 1897, ficando a Sociedade Colonizadora de 1849 liquidada a partir desta data. [209]

5.2.1. A gestão de Hercílio Luz: prioridades para o povoamento e a infra-estrutura viária

Durante o governo de Hercílio Luz, principalmente no seu primeiro período, foi dada ênfase a colonização. Com a colonização foi dado incremento à malha viária estadual: praticamente neste período se delineou o sistema viário em Santa Catarina, interligando a capital - agora Florianópolis - a Tijucas, Blumenau, ao Vale do Itapocú, conectando-o a Joinville; do Estreito até Taquaras (Rancho Queimado - residência de campo de Hercílio Luz), com o objetivo de torná-la viável até Lages; e melhoria dos portos e do transporte marítimo e fluvial, propiciando as comunicações fluviais de Blumenau a Itajaí, com a abertura do banco de areia do rio-Itajaí-açú em Gaspar, instituindo-se a navegação fluvial com o transporte de pessoas e mercadorias até Itajaí (porto).

Por outro lado, a gestão se fez presente na área educacional com o ensino rural, criando a primeira Estação Agronômica e Veterinária do estado em 1895, bem como projetos para uma segunda em Rio do Cedros, no Vale do Itajaí. Foi instituída a Lei da reforma do ensino primário e secundário, sancionada em 1895, com o ensino secundário sendo ministrado em escolas da capital, juntamente com as já

---

[208] RICHTER, K. Op. cit. p. 23.
[209] RICHTER, K. Op. cit. p. 23-24.

existentes (Ginásio Catarinense), a Escola Normal, inclusive dotando-a de um gabinete de Física e Química e a Escola de Artes e Ofícios. Reformou algumas escolas e melhorou o mobiliário existente. Concedeu estímulos à pecuária e a agricultura, bem como propiciou a construção de linhas telegráficas entre Joinville e São Bento e entre o litoral e Lages.

Hercílio Luz foi um dos integrantes do grupo que criou em 7 de setembro de 1896 o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - IHGSC; uma eleite orgânica, pode-se destacar -, consolidando-se num importante aglutinador de intelectuais preocupados com o processo histórico bem como com a pesquisa em Santa Catarina servindo, inclusive, de fio condutor para a orientação política, uma "elite orgânica" pode-se destacar. Este Instituto consolidou-se num espaço importante para a produção de informações, valiosas e estratégicas para a ação política e governamental, para o fortalecimento da hegemonia, bem como a construção da história oficial catarinense.

Foi executada durante sua primeira gestão a reforma total do velho Palácio da, agora, Praça XV de Novembro, construído por Silva Paes, instalando o Gabinete do Governador e a Secretaria de Governo no andar superior e as demais diretorias e o arquivo no andar térreo.

> Suas toscas paredes dianteiras receberam, a partir da reforma realizada ao longo de todo o primeiro governo de Hercílio Luz, decoração mais aprimorada e nichos de cada lado da grande porta de entrada.
> Os lances das alas laterais foram reconstruídos integralmente e estátuas colocadas no alto do prédio em todo o contorno. Entre elas destacavam-se o Deus Mercúrio - símbolo do comércio da cidade de Florianópolis - a Deusa Anfitrite - deusa do mar, sugerindo o comércio marítimo - e Santa Catarina, que deu nome ao Estado.
> (...) No interior do casarão, as transformações foram totais, com todo o madeirame substituído. Melhorou a iluminação com a luz que passou a entrar pela cúpula. Utilizou-se a construção em cimento armado no segundo piso. Criou-se uma escadaria em mármore de dois lances para o acesso. O uso de grandes vidros nas janelas e a pintura das paredes em rosa fez surgir um edifício novo e belo na Praça XV de novembro. O vago estilo colonial dos tempos de Silva Paes assumiu definições de neo-clássico, ao mundo acadêmico do final do século XIX. [210]

Foi durante o seu governo criada a Lei orgânica do Município de Florianópolis, idealizando a lei do calçamento com paralelepípedos das ruas da capital. Também foi construída aos moldes das obras de saneamento do Rio de Janeiro, capitaneada pelo Ministro Lauro Muller, a "Avenida do Saneamento" na capital (hoje avenida Hercílio Luz). Esta avenida procurava resolver os problemas do Ribeirão da Bulha, córrego que percorria a maior área plana no Centro da cidade e servia para lançamento de despejos das casas a sua volta. Este projeto contrastava com as ruas da cidade, que eram estreitas.

---

[210] DIÁRIO CATARINENSE. *Hercílio Luz: Palácio da Praça XV ganhou nova identidade*, Op. cit. p. 27, c. 4.

Para a Secretaria de Governo foi nomeado José Artur Boiteux, que também ocupou o cargo de oficial de gabinete de Lauro Müller. O governo de Heriberto Hülse empenhou-se na recuperação financeira do estado, reformulação da Constituição e do sistema administrativo. Foi o responsável pela sanção ao projeto de Lei do Legislativo que alterava o nome da cidade de Nossa Senhora do Desterro para Florianópolis, pela Lei nº 111 de 1º de outubro de 1894, [211] homenagem ao Marechal-Presidente Floriano Peixoto, bem como parte das comemorações dos vitoriosos sobre os "revolucionários federalistas". Foi o responsável também pela criação dos símbolos estaduais: das armas; da bandeira e do Hino do estado. As armas derivaram de um esboço de Henrique Boiteux, a Bandeira de José Artur Boiteux e o Hino de autoria de Horácio Nunes Pires (letra) e José Brasilício de Souza (música).

Durante o primeiro período de governo, Hercílio Luz caracterizou-se pelo "ímpeto de modernização", responsável pelo projeto que criaria as condições para a instalação do sistema de iluminação elétrica e o sistema de esgoto da capital e de Joinville, com o objetivo, inclusive, de se instalar na capital o transporte de passageiros através de bondes elétricos, pela concessão dos serviços públicos à iniciativa privada.

No governo, Hercílio Luz contava com a presença de José Artur Boiteux, que foi um dos grandes intelectuais, pois como político militante defendia os interesses das frações políticas de Santa Catarina na política nacional e estadual. Nasceu no dia 9 de dezembro de 1865 na foz do Rio Tijucas-Grande, na então Vila de São Sebastião e era filho do negociante Henrique Carlos Boiteux e Maria Carolina Jacques Boiteux. Seu estudo primário foi feito na Vila onde nasceu, particularmente, com o professor belga Felix Vaes. Após completar o primário muda-se para Desterro para cursar Humanidades no Colégio Conceição e no Ateneu Provincial. Participou, quando jovem, dos movimentos literários ao lado de Cruz e Souza e Virgílio Várzea, em 1881. Em 1883 muda-se para o Rio de Janeiro e matricula-se na Faculdade de Medicina, mas só consegue chegar ao segundo ano do curso. Sob as orientações de Esteves Júnior dedica-se às atividades políticas e exerce militância no jornalismo defendendo idéias republicanas e abolicionistas. Com a Proclamação da República, retorna à Santa Catarina para ocupar o cargo de Oficial de Gabinete de Lauro Müller, com o objetivo de organizar a Seção de Estatística Comercial do estado. Com a deposição de

---

[211] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 67.

Lauro Müller, retorna ao Rio de Janeiro e ocupa o cargo de Oficial da Secretaria do Interior e Estatística da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Com a vitória dos Florianistas em 1894, elege-se Deputado à Assembléia Constituinte e Legislativa Estadual ocupando o cargo de 1° Secretário da Constituinte e da 1ª legislatura (1894-1895); entretanto é nomeado para a Secretaria do Governo de Hercílio Luz (09.1894 a 06.1896). Eleito também Deputado estadual na 2ª legislatura, como 1° Secretário (1896-1897), e na 3ª legislatura, também como 1° Secretário (1898-1900). Elegeu-se Deputado federal na 4ª legislatura (1900-1902), Formou-se Bacharel em Direito em 1905, retornando à Santa Catarina e afastando-se por um longo período da carreira política. Volta somente em 1916, quando elegeu-se Deputado estadual à 9ª legislatura (1916-1918), ocupando o cargo de 1° Secretário (1918), mas renuncia ao cargo, pois, com o retorno de Hercílio Luz ao Governo do estado (1918), passa a assumir a Secretaria do Interior e Justiça (1918-1922). Ao final do Governo de Hercílio Luz foi nomeado Juiz de Direito e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado (posse: 12.07.1922).[212]

Como política de exaltação aos políticos catarinenses, com o objetivo de torná-los parte integrante da história na consciência popular, bem como popularizar a arte da escultura, tornou-se grande defensor na construção de estátuas, bustos e placas comemorativas e evocativas. Também era um grande conhecedor da História e da literatura Catarinense. José A. Boiteux foi o idealizador do Instituto Histórico e Geográfico Catarinense (1896) e o criador, em 1917, do primeiro estabelecimento de Ensino Superior no estado, o Instituto Politécnico de Santa Catarina. Em 1920 organizou a Sociedade Catarinense de Letras, transformada em Academia Catarinense de Letras. Dedicou-se então, ao magistério e ao jornalismo e, em 1932, foi um dos fundadores da Faculdade de Direito, embrião da Universidade Federal de Santa Catarina. Faleceu em 8 de janeiro de 1934 em Florianópolis.

---

212 PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 97.

5.2.2. O segundo mandato de Hercílio Luz: Lauro Müller se elege mas não assume - manobras políticas e base populista. (1918-1922).

No final do governo de Felipe Schmidt em 1918, Hercílio Luz procurou se destacar como uma grande liderança política e popular, dando a linha política para o PRC. Em 1918 foram convocadas novas eleições para governador e a cúpula do PRC, chefiada por Lauro Müller, indicava o Senador Abdon Batista, representante da região norte do estado. Abdon Batista não conseguiu apoio na ala popular do partido que queria ver Hercílio Luz como candidato natural ao pleito, inclusive com a campanha já ganhando as ruas.

> Mantendo-se afastado da direção partidária mas não divorciado da ação política Hercílio Luz ascendeu na liderança popular. Ele se destacará pelo contato direto com o povo, nas incursões que fazia aos municípios do interior e, mesmo, na Capital, onde tornou-se figura carismática. Buscava a volta ao governo do Estado com o apoio popular. (...) Lauro Müller cada vez mais longe da realidade catarinense, mantinha a chefia suprema do PRC, sustentada pelo grupo oligárquico que formou. Em 1918 tenta impor o nome de Abdon Batista, como sucessor de Felipe Schmidt. Tinha o apoio da convenção, mas sem respaldo popular. A convenção homologatória estava marcada para 27 de agosto. Dois dias antes os "hercilistas" promovem uma concentração popular na Capital. O movimento surpreende a cúpula partidária. Nos dias que seguem populares realizam passeatas exaltando o nome de Hercílio. [213]

Para dirimir os conflitos internos, a Convenção do partido apresentou uma solução estratégica. Uma vez esvaziada a candidatura de Abdon Batista, pois era ex-federalista, ele próprio indicou o nome de Lauro Müller como candidato a governador. Hercílio Luz foi indicado na mesma chapa por Vidal Ramos como o candidato a vice. A decisão gerou inúmeros protestos e aumentou a pressão para a desistência de Lauro Müller em favor do Vice. As pressões partiam do próprio governador Felipe Schmidt. Mesmo assim, a chapa foi acordada numa grande negociação interna.

> A candidatura de Abdon Batista esvaziava. Ele próprio sugere o nome de Lauro Müller, para honrar sua renúncia. Hercílio sai como Vice-Governador. A fórmula apaziguadora levava a outros acertos: Lauro Müller não assumiria o governo. Eleito sem sair do Rio de Janeiro, nem veio a Santa Catarina para a posse. Hercílio permaneceu no exercício do governo por todo o quatriênio. Procurou-se o fortalecimento do que se pode chamar de "hercilismo".[214]

O PRC elegeu Lauro Müller que não chegou a tomar posse e desistiu em favor do Vice. Hercílio Luz foi empossado pelas mãos do Deputado José Artur Boiteux no dia 28 de setembro de 1918, e

---

[213] PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 425-26.
[214] PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 426.

fez constar em ata que o governador eleito não tomou posse pois "deixou de prestar juramento" devido a sua ausência!. [215]

Neste período de gestão (1918-1922), o governo de Hercílio Luz se caracterizou pela reforma tributária com o objetivo de ampliar as fontes de receita, adaptando as contas do Tesouro do Estado à nova realidade que se impunha, com o final da Primeira Guerra Mundial, o final dos conflitos do movimento conhecido como "a guerra do Contestado" disputa que envolveu parte do território com o Paraná, o povoamento da região Oeste, e a economia catarinense entrando numa nova fase de expansão com a produção em larga escala.

O Secretário da Fazenda e organizador das bases da proposta de reforma era Adolpho Konder, que encaminhou seu projeto de Lei à Assembléia Legislativa em outubro de 1918. No projeto constava: a instituição do imposto territorial, que já havia sido criado em 1917 mas não implementado, e que incidia sobre todas as propriedades rurais (atingindo os latifúndios do planalto) e não exclusivamente às que não possuíam benfeitorias; redução em 50% dos direitos de exportação sobre os principais produtos do estado (beneficiando setores exportadores); abolição das restrições impostas à exportação da produção agrícola e isenção dos impostos de capital a todas as benfeitorias rurais (criando as condições para a transição de uma economia rural para uma economia industrial). O governo de Hercílio Luz, neste período, destacou-se pela construção da ligação Ilha-Continente através de uma ponte pênsil chamada de "Ponte da Independência", (renomeada para Ponte Hercílio Luz, em homenagem ao seu idealizador).

A conjuntura havia se transformado, seja pelo fim dos esforços com a guerra, seja pela evolução da indústria no Vale do Itajaí nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. A Capital também se transformou. As condições para o abastecimento da Ilha ainda eram precárias e realizadas com o transporte marítimo por meio de barcos e balsas, lanchas motorizadas, canoas e baleeiras à vela, bem como botes menores. Um dos problemas para o transporte das pessoas e de mercadorias eram os constantes e fortes ventos que vinham do sul. Os "ventos-sul" provocavam vários transtornos e acidentes que prejudicavam os serviços de transporte e de abastecimento da Ilha. Como a Capital não era auto-suficiente no abastecimento, a maior parte do que era produzido concentrava-se nos bairros (intendências) do Estreito, de Santo Antônio de Lisboa, do Ribeirão da ilha e nos atuais municípios de São José, Palhoça,

---

[215] DIÁRIO CATARINENSE. *Hercílio Luz: Manobra política garantiu posse*, Op. cit. p. 29, c. 1.

Antônio Carlos, Biguaçú e Ganchos (Governador Celso Ramos), que traziam suas mercadorias para serem vendidas nas feiras-livres ao lado da Alfândega (hoje o Mercado Público).

A construção de uma Ponte ligando a Ilha ao Continente impunha-se como uma das soluções viáveis para a resolução dos problemas enfrentados. Foi então elaborada uma proposta pelo Governo e o projeto foi realizado por dois engenheiros norte-americanos chamados David B. Steinmar e Holton D. Robinson. O projeto tornou-se viável graças aos empréstimos realizados nos Estados Unidos. Primeiramente, foi realizado um empréstimo de US$ 5 milhões, tomado junto ao grupo financeiro Imbrie & CO, e assinado um Contrato preliminar no dia 13 de outubro de 1919, complementado por outro contrato que previa a conversão da dívida em 5 mil apólices de mil dólares cada uma. Para a colocação destes títulos no mercado foi necessária a assinatura de umoutro contrato com o "trust" Equitable Company of New York. O Contrato de construção foi finalmente assinado em 27 de setembro de 1920. Entretanto, o início da obra foi retardado pois a empresa que forneceu o empréstimo faliu e o governo só havia recebido uma parcela de US$ 1,803,622.00 do montante total dos cinco milhões de dólares já contratado. Para dar continuidade às obras, o governo de Hercílio Luz realizou um novo empréstimo de igual valor ao anterior, de US$ 5 milhões, em Nova York, agora com a empresa Halsey Stuart & Co, em 14 de julho de 1922. Desta forma foi possível dar início as obras de construção em 21 de novembro de 1922, com o canteiro de obras iniciando-se pelo lado continental, com as sondagens do subsolo. [216]

5.2.3. O terceiro mandato: Hercílio Luz falece e assume o Vice-Governador Pereira Oliveira (1922-1926)

Em 1922, Hercílio Luz se elege novamente Governador e permanece no poder, tendo como seu Vice Antônio P. da Silva e Oliveira. As eleições estaduais foram realizadas simultaneamente com as de Presidente da República e foram muito agitadas, sendo que Hercílio Luz participou ativamente, criando as condições para a sua reeleição. A base de sustentação de Hercílio Luz foi possível graças a formação estratégica da Junta Republicana Catarinense - JRC, fundada em 1918 ainda na sua gestão anterior, cujos objetivos eram garantir o espaço político dos "hercilistas" e resgatar o imobilismo e o desgaste do PRC,

---

216 DIÁRIO CATARINENSE. *Hercílio Luz: Ponte começa a virar realidade*, Op. cit. p. 31, c. 5.

em razão da guerra do Contestado (1910-1916) com o Paraná, ocorridos durante os governos de Vidal Ramos e Felipe Schmidt. A JRC servia de base para as articulações e a ascensão de um movimento populista em Santa Catarina, funcionando ideologicamente como elite orgânica para atender aos interesses das frações hercilistas dentro do próprio PRC.

> Procurou-se o fortalecimento do que se pode chamar de "hercilismo". Criou-se a Junta Republicana Catarinense. Adaptava-se ao pré-populismo que, a partir do final da Primeira Guerra, começa a minar as bases oligárquicas da República Velha. A JRC orienta-se doutrinariamente. Será "*uma associação política que terá por fim fazer a propaganda em todo o Estado por uma melhor prática do regime democrático: Entre os primeiros objetivos a atingir está a propaganda por alistamento eleitoral mais perfeito de modo a ter-se uma expressão mais completa e mais verdadeira da opinião popular*". A Junta instala-se a 10 de agosto de 1918, tendo como diretoria provisória João Pedro de Oliveira Carvalho, presidente; Antonio Mâncio da Costa e Antonio Coelho Pinto, secretários. Eram membros: Henrique Rupp Júnior, Pompílio Bento e Abelardo Luz.
> (...) Henrique Rupp Júnior traçou a linha ideológica da Junta (...) "*...ela não representa um partido. É apenas um órgão de manifestação do povo, orientador de suas tendências, guarda avançada na continuidade da prática do sistema republicano*".
> A Junta não iria sobrepor-se ao Partido que é presidido por Vidal Ramos e secretariado por Dorval Melquíades de Souza, com a participação atuante do filho Nereu [Ramos]. [217]

Assim sendo, fortalecidas as suas bases desde 1918, Hercílio Luz desincompatibilizou-se, em 31 de dezembro de 1921, para fazer sua campanha a Governador e coordenar políticamente os pleitos estadual e nacional, pois era ano de eleição para Presidente da República. Entregou o cargo para o Presidente do Congresso Estadual, o Coronel Raulino Júlio Adolfo Horn. Na campanha para Presidente da República, Hercílio Luz fez campanha a favor de Artur Bernardes contra Nilo Peçanha, na oposição. Em Santa Catarina a oposição era capitaneada pelos Ramos, Vidal e Nereu, que apoiavam Nilo Peçanha.

> O PRC, presidido por Hercílio Luz, fica com Artur Bernardes, candidato oficial. No pleito de 1° de março Bernardes recebe 12.460 votos contra 900 dados a Nilo. Neste ano o PRC elege Hercílio governador e Antônio Pereira e Oliveira, que será assediado por novas lideranças que se formam na política catarinense, com destaque para Adolfo Konder, deputado federal e Secretário da Fazenda. Adolfo planta semente de sua candidatura no governo do Estado, na reformulação partidária proposta e aceita em princípios de 1926. [218]

Assim, Hercílio Luz vence as eleições, tendo como Vice-Governador Antônio Pereira e Oliveira, e assume pela terceira vez o cargo de Governador, permanecendo oficialmente até 20 de outubro de 1924, quando veio a falecer. Durante seu mandato governa efetivamente por um período de apenas 16 meses, afastando-se do cargo devido a problemas de saúde, assumindo em seu lugar o Vice.

---

[217] PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 426-27.
[218] PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 427.

O Vice-Governador Antônio Pereira da Silva e Oliveira nasceu na Lapa (Província de São Paulo, hoje Paraná), em 17 de julho de 1848, filho de Francisco Pereira da Silva e Oliveira e Manoela Rosa dos Santos Pacheco e Oliveira. A partir de 1852 sua família muda-se para Lages para explorar o comércio, permanecendo até os 27 anos de idade. Em 1875, muda-se para São José (SC), onde instala-se trabalhando também com o comércio. Sua trajetória política iniciou-se como Juiz de Paz na cidade de Lages em 1868; foi também vereador do município de São José em 1875; Deputado à Assembléia Provincial na 24ª legislatura, ocupando o cargo de Suplente de Secretário (1882-1883); Deputado Provincial na 25ª legislatura (1884-1885); 26ª legislatura (1886-1887); 27ª legislatura (1888-1889); Deputado à Assembléia Constituinte Estadual e à 1ª legislatura (1894-1895); à 2ª legislatura, onde ocupou o cargo de vice-presidente da Assembléia (1896-1897); também à 4ª legislatura (1901-1903), ocupou o cargo de Presidente do Congresso Representativo do estado (1901,1902 e 1903); à 5ª legislatura (1904-1906); foi Presidente do Congresso Representativo (1904, 1905 e 1906); à 6ª legislatura (1907-1909), Presidente do Congresso (1907, 1908 e 1909); Deputado à Assembléia Constituinte Estadual e Presidente da Assembléia (1910); e à 7ª legislatura (1910-1912) como Presidente do Congresso (1910 e 1911). Deputado à Câmara Federal à 8ª legislatura (1912-1914); e à 10ª legislatura (1918-1920). Foi também Superintendente Municipal (Prefeito) de Florianópolis por um período de nove anos. Elegeu-se Senador em 1926, por três anos, substituindo Lauro Müller que faleceu em 30.07.1926. Antônio Pereira e Oliveira faleceu em Florianópolis no dia 18.11.1938.[219]

Antônio Pereira Oliveira assumiu várias vezes o governou na ausência de Hercílio Luz: de 3 de fevereiro até 16 de junho de 1923. Foi substituído em 9 de maio de 1924 pelo Presidente do Congresso Estadual Antônio Vicente Bulcão Vianna, quando se candidatou ao Senado. Retornou ao Governo estadual em 2 de setembro de 1926 para dar posse ao novo Governador eleito Adolpho Konder em 28 de setembro de 1926. Adolpho Konder governou até 1930.

Bulcão Vianna foi o responsável pela inauguração da nova ponte, batizada de "Hercílio Luz", que ficou pronta em 13 de maio de 1926.

---

219 PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 370-71.

5.3. FELIPE SCHMIDT: O TERCEIRO GOVERNADOR REPUBLICANO E MILITAR (ELEITO) - AS ARTICULAÇÕES "LINHA-DURA" COM OS "CORONÉIS" DO PLANALTO SERRANO (1898-1902, 1914-1918)

Felipe Schmidt é o terceiro governador do período republicano, o segundo eleito e o segundo militar de carreira a ser empossado, o primeiro foi Lauro Müller, definindo uma nova linha partidária no PRC.

Felipe Schmidt nasceu na cidade de Lages, no dia 04 de maio de 1859, sendo filho de Felippe e Felisbina Schmidt. Ainda criança seus pais mudaram-se para a cidade de Tijucas (SC), onde completou seu estudo primário na escola pública local. Para realizar seus estudos secundários mudou-se para a capital, Desterro. Foi Militar de carreira e assentou praça como voluntário na Escola Militar, adido ao Batalhão de Engenheiros (1876). Na sua trajetória militar: tornou-se Alferes-aluno (1881); 2° tenente de artilharia (1882); como engenheiro, trabalhou na construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré; recebeu a condecoração de Cavaleiro da Ordem do Rosa (1883); graduou-se 1° tenente (1883); ocupou o cargo de Ajudante de Ordens no governo paranaense de Alfredo d'Escragnolle Taunay (1885); foi Ajudante da Comissão encarregada da construção da estrada União da Vitória-Palmas (1888); Ajudante do Diretor da Colônia Militar de Chapecó (1888); Ajudante da Comissão designada para a fundação de uma colônia militar em Foz do Iguaçú (1888); Capitão (1890); Ajudante do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro (1890); elegeu-se Deputado à Assembléia Nacional Constituinte (1891), e ao seu primeiro mandato de Deputado na Iª legislatura (1891-1893); promovido a Major por merecimento (1892); fica a disposição do 4° Distrito Militar (1893); Chefe de polícia (1894); participa da defesa da cidade da Lapa e é encarregado da construção de obras militares em Santa Catarina (1897-1898) e em Minas Gerais (1898); eleito governador de Santa Catarina (1898-1902); promovido a tenente-coronel (1900); Senador por seis anos na vaga de Lauro Müller (indicado Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas); promovido a Coronel (1909); eleito Senador (1909) para um mandato de 9 anos, renunciando ao cargo por ter sido eleito novamente governador de Santa Catarina (1914-1918); promovido a General de Brigada (1918) e reformado como

General de Divisão; eleito novamente Senador após deixar o segundo mandato até sua morte no Rio de Janeiro no dia 10.05.1930. [220]

Ingressou no exército em 1876 quando ainda jovem de 16 anos e no ano seguinte ingressou na Escola de artilharia. Em 1883 terminou dois cursos que estava fazendo, o de Estado Maior e de Engenharia Militar, quando foi requisitado para trabalhar na construção da ferrovia Madeira-Mamoré, que liga o Mato Grosso a Bolívia. Em 1885 foi nomeado ajudante de ordens do então Presidente do Paraná e Major de Engenheiros Alfredo d'Descragnolle Taunay. Integrou a expedição legalista no Paraná contra a invasão federalista liderada por Gumercindo Saraiva. Foi Diretor da Colônia Militar de Chapecó, no oeste catarinense. Ocupou o cargo de chefe de Polícia durante o governo de Lauro Müller, seu primo, elegendo-se posteriormente, em 1890, Deputado federal Constituinte defendendo idéias republicanas, representando Santa Catarina ao lado de Lauro Müller, Carlos Augusto de Campos e José Cândido Lacerda Coutinho.

Seu primeiro governo, tendo como Vice-Governador o Coronel Firmino Lopes do Rego, foi marcado pela continuação administrativa de seus antecessores, ou seja, pela construção e ampliação da malha viária para a integração regional, principalmente com o planalto serrano. Receberam especial atenção as ligações: entre Itajaí e Curitibanos, Florianópolis e Lages, e Tubarão e São Joaquim. Sua gestão também se destacou pela preocupação com o ensino médio e agrícola. Os gastos receberam atenção no sentido da contenção das despesas públicas pois a situação financeira do estado era precária.

Durante o quadriênio que permaneceu no cargo, sua gestão foi marcada mais por questões políticas do que por realizações de obras que marcassem seu governo, exercendo sua administração sem sair da capital, inclusive causando uma grande dissensão dentro do PRC.

> Evaldo PAULI (...) salienta que "*as divisões de correntes políticas que se cindem e se fundem, se dão em função das eleições*", aponta a função "conciliadora" de Hercílio Luz, na cisão, dividindo os republicanos em "linha aberta", e "linha dura", integrada por Felipe Schmidt, Gustavo Richard, Vidal Ramos e José Bonifácio da Cunha. Os da "linha aberta" entendiam que Hercílio seria o homem certo, para tomar o lugar de Lauro Müller, na liderança do partido. Os da segunda linha estavam com o governador Felipe Schmidt, primo de Lauro Müller.
> As dissensões, evidente, culminaram com a crise partidária na eleição para o Congresso do Estado, marcada para 2 de dezembro de 1900. Antes do pleito as facções lideradas, de um lado, pelo governador Felipe Schmidt, que contava com os republicanos "autênticos" e com "hercilistas" cooptados, e, de outro, Hercílio Luz, seus seguidores "autênticos" e também alguns líderes federalistas aderidos, (Lauro Müller omitiu-se na cisão), já se engalfinhavam na formação da lista de candidatos a deputado estadual (mandato de três anos), lista esta que abrangeria vinte e dois nomes. [221]

---

[220] PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 515-16.
[221] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 75.

Felipe Schmidt, neste período como governador, foi um dos principais responsáveis pela cisão dentro PRC ao destituir o Superintendente da Capital, Raulino Horn. Este seu ato estabeleceu sérios atritos dentro do PRC e com o Tribunal de Justiça, que através de um mandado de segurança havia garantido a permanência do Superintendente. O Governador não acatou a decisão do Tribunal e empossou um substituto, num ato de autoritarismo, alegando manter seu poder enquanto chefe do Executivo. Entretanto, o objetivo era a disputa interna no PRC visando: as eleições de 2 de dezembro de 1900; a disputa pela liderança partidária; e a discussão da questão da região contestada pelo Paraná, que dividiu o PRC entre os "linha aberta" e os "linha dura". Entretanto:

> Todo o desacordo dentro do Partido aconteceu por causa da lista de deputados estaduais elaborada por Felipe Schmidt, com 22 nomes. Os membros da Comissão Diretora do PRC - Hercílio Luz, Raulino Horn e Firmino Lopes do Rego -, acusaram o então governador de favorecer em sua chapa empregados públicos e pessoas sem nenhuma expressão eleitoral.
> O clímax desta luta dentro do PRC aconteceu com a deposição pela Força Policial (Corpo de Segurança) do Superintendente Municipal de Florianópolis e líder republicano histórico, ex-senador Raulino Horn. O objetivo de Hercílio Luz nesta luta pelo poder era o afastamento de Felipe Schmidt do governo estadual. Neste momento a liderança de Lauro Müller foi colocada à prova. Felipe Schmidt foi pressionado, de um lado pelo governo de seu primo, e de outro pela maior parte de seu partido. [222]

Esta ação de Felipe Schmidt provocou dissidências dentro da Comissão Diretora do PRC, formada por governistas, hercilistas e federalistas e liderada por Hercílio Luz, criando-se, então, três chapas concorrentes. Num ato autoritário, Felipe Schmidt, na apuração dos votos, esvaziou os poderes do Conselho Municipal da Capital, presidido por Hercílio Luz, responsável pela apuração.

> O governador Schmidt que não conseguiu impor a sua chapa pretendeu, formarsua bancada estadual usando o artifício da depuração ou a "degola" como comumente chamava-se à rejeição, pela Junta Apuradora, de Candidatos eleitos. Por isso desautorizou a Comissão presidida por Hercílio Luz e impôs outra composta por elementos de sua confiança. Foi presidente, Antonio Pereira da Silva e Oliveira, secretário Gustavo Richard e membros: Artur Satiro Izeti, Felisberto Bonasis e João Firmino Beirão. Apesar dos protestos e até ação judicial, oficializou-se o resultado da Junta governista. Com isto foram depurados Abilio Justiniano de Oliveira, Antonio Pinto da Costa Carneiro, Francisco Antonio das Oliveiras Margarida, Hipólito Boiteux, da linha hercilista e os federalistas Abdon Batista, Dorval Melquíades de Souza e Polidoro de S. Thiago.[223]

Outro episódio que gerou atritos aconteceu quando Felipe Schmidt empossou um novo Desembargador, contrariando a decisão do Tribunal de Justiça, que já havia nomeado outro. Felipe Schmidt, enquanto governador, anulou o ato do Tribunal por sua própria conta, entrando em atrito com o Partido liderado por Hercílio Luz. Este fazia muitas críticas ao Governo através de seu jornal "República"

---

222 DIÁRIO CATARINENSE. *Felipe Schmidt: Crise política rachou o partido*, Op. cit. p. 35, c.1.
223 PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 423.

e, para defender-se, Felipe Schmidt criou o jornal "O Dia". Lauro Müller, entretanto, permanece com seu mandato de Senador no Rio de Janeiro, posicionando-se apenas como "observador" das discussões políticas em Santa Catarina. Retorna com força total em 1902 para tentar uma fusão entre federalistas e republicanos dentro do PRC, o que Hercílio Luz não havia conseguido durante sua primeira gestão (1894-1898). Lauro Müller articula dentro do Partido, e mais uma vez sai candidato ao governo do estado.

> A chamada "fusão de 1902" repetia projeto político, que Hercílio Luz tentara no seu quatriênio de governo 1894/1898, quando buscou aproximação com o Partido Federalista, frustrado pela oposição da "linha dura" do PRC. A coordenação de Lauro Müller foi mais eficaz. As conversações tiveram início no Rio de Janeiro, em março do ano eleitoral de 1902. Lauro entende-se com governador Felipe Schmidt, cujo mandato expirava-se e com os líderes federalistas Eliseu Guilherme e Alexandre Bayma. Em Florianópolis Hercílio Luz e Abdon Batista acertam outros detalhes. A principal dificuldade estava na escolha do sucessor do governador Felipe Schmidt. Este pretendia o nome de Vidal José de Oliveira Ramos. A candidatura de Gustavo Richard era a preferência de Lauro. Nenhuma delas encontrou trânsito na ala "hercilista". A solução foi Lauro Müller lançar-se a si próprio tendo Vidal como Vice.[224]

Desta forma, o acordo e as adesões foram homologados: a primeira adesão, na Convenção partidária de 30 de março da ala governista de Felipe Schmidt; a segunda em 8 de abril, dos federalistas; e a terceira, em 16 de abril, da ala hercilista. Entretanto, eleito, Lauro Müller, permanece menos de um mês no governo e retorna para o Rio de Janeiro onde é nomeado para o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas do governo de Rodrigues Alves, assumindo o Vice-Governador Vidal Ramos, que durante a sua gestão consegue unificar Fderalistas e Republicanos:

O quatriênio 1902/1906 será exercido pelo Vice Vidal Ramos. Nas eleições legislativas de 1903 o acordo entre republicanos e federalistas é cumprido em mais uma etapa. Com eleição para a Câmara Federal passam a figurar na bancada catarinense Eliseu Guilherme da Silva e Abdon Batista, do ex-PF, ao lado de Francisco Tolentino de Souza, Manoel Vitorino de Paula Ramos e Luiz Antonio Ferreira Gualberto, do PRC. Duas cadeiras no Senado ficam com a "linha dura" representada por Felipe Schmidt e Gustavo Richard. Com esta fusão o Partido Republicano Catarinense tornou-se único no Estado. Esta situação não significa pacifismo. Quando interesses entram em jogo surgem as dissidências. [225]

---

[224] PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 424.
[225] PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 524.

5.3.1. O segundo mandato de Felipe Schmidt: o acordo na questão do Contestado - cenário de fundo das lutas "intestinas" nas oligarquias (1914-1918)

No segundo governo de Felipe Schmidt (1914-1918), o período caracteriza-se pelo fim da questão e da guerra do Contestado na região do Meio-Oeste catarinense, com a negociação resultando num Acordo pondo fim ao conflito sangrento com os "fanáticos" e o litígio com estado do Paraná. Para tanto, por um lado havia a necessidade de um projeto de colonização para as regiões de conflito. Por outro lado, era oportuno a expansão da malha viária de Santa Catarina para a garantia do escoamento da produção das cidades coloniais que se expandiam no vale do Itajaí, abrindo estradas ligando Brusque a Itajaí e São Bento à Joinville, principalmente as estradas de Brusque a Itajaí, de Pedrinhas a Braço do Norte e de Pirabeiraba a São Bento do Sul. Além disso destaca-se a instalação da rede de esgotos na capital, o estímulo ao ensino e a melhoria da situação financeira do estado.

Neste entretanto, quando Felipe Schmidt assumiu o governo herdou de seu antecessor Vidal Ramos, a questão do Contestado, deveras complexa e que se estendeu por um longo período, fato este responsável pelas cisões no poder político em Santa Catarina. As principais divergências no poder político estavam na discussão sobre a melhor forma de se resolver o conflito, pois já se extendia desde o final do século XIX. As divergências pautavam-se na negociação visando um acordo "arbitral", defendido por alguns, e o reconhecimento puro e simples das decisões do Supremo Tribunal Federal, adotado por outros. A questão adquire grande complexidade a partir de 1912 com a "guerra dos Fanáticos" (1912-1916) como ficou conhecida, e se instalou justamente nos locais contestados pelo Paraná, desencadeando uma sangrenta guerra envolvendo "caboclos fanáticos", fazendeiros, e as tropas do Exército brasileiro.

Felipe Schmidt, nessa sua segunda gestão no governo, foi o responsável pelo desfecho da questão do Contestado. Esta questão ficou pendente por longo tempo e foi a responsável pelas lutas intestinas dos donos do poder, envolvendo terras, poder, e uma disputa judiciária intensa com o vizinho estado do Paraná. Desta forma, Felipe Schmidt foi o governador responsável pela assinatura do Acordo de Limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná, no dia 20 outubro de 1916. [226]

---

[226] Esta discussão pauta-se, principalmente, no trabalho de COSTA, Licurgo. *Um cambalacho político*: a verdade sobre o "acordo" de limites Paraná-Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

A "Questão do Contestado", como ficou conhecida na historiografia oficial, tem suas raízes no processo de ocupação do território catarinense.

Em 1894 já havia sido proposto um "arbitramento". Este arbitramento possuía como parâmetro o litígio com a Argentina, em 1881, quando o que estava em jogo era a demarcação da linha divisória dos limites territoriais entre o Brasil e a Argentina, e que ficou conhecido como a questão do território de "missiones". O interesse da Argentina era "cunhar" no oeste da província de Santa Catarina uma área de 30.622 quilômetros quadrados em território brasileiro.[227] A proposta do arbitramento surgiu durante a primeira gestão de Hercílio Luz, defendida por alguns deputados de Santa Catarina e do Paraná. Esta proposta foi defendida também por Hercílio Luz e pretendia estabelecer em comum acordo com o governador do Paraná, José Pereira dos Santos Andrade, a indicação de um 'árbitro" para solucionar a questão dos limites entre Santa Catarina e Paraná. O Árbitro escolhido para se pronunciar foi o Jurisconsulto e Vice-Presidente da República (1894-1898) Dr. Manoel Victorino Pereira.

Para se entender melhor esta discussão, a questão do Contestado tem sua origem à época das Capitanias hereditárias de São Vicente e Santo Amaro e Terras de Sant'Anna, por volta de 1534, quando Portugal resolveu dividir as terras doando-as a Pero Lopes de Souza, que mais tarde se transformaram na Ouvidoria de Santa Catarina quando desmembradas da Ouvidoria de Paranaguá. Entretanto, 215 anos depois da doação, em 20 de novembro de 1749, "foram estabelecidos entre ambas (...) limites muito precisos: ao Norte pela Barra austral do Rio de São Francisco, pelo Cubatão do mesmo rio Negro que se mete no grande rio de Curitiba (Iguaçu)". [228]

A história dos limites inicia-se na demarcação do território com as possessões da região do planalto:

> A fundação da Póvoa, depois Vila de N.Sa. dos Prazeres do sertão das Lages (sic), iniciada a 1° de janeiro de 1767, teve motivação militar: a formação de um núcleo de defesa contra possíveis tentativas de invasão dos castelhanos procedentes das Missões Jesuíticas. Com este propósito, Dom Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, Capitão General da Capitania de São Paulo, não dando valor ao que diziam estar o estabelecido, ou ignorando ou fingindo ignorar os limites de sua jurisdição, encarregou Antonio Correa Pinto de Macedo, conhecedor daquelas paragens, da importante empreitada. Deu-lhe Dom Luiz Antonio uma patente de Capitão-Mor Regente e mais títulos de Fundador e Diretor da Póvoa e seu Termo.
> (...) Em 1773 o Capitão General de S. Paulo determinou que
> *"O Cap. Mór Regente Antonio Correia Pinto declare ao pé desta todas as confrontacoens e Demarcoens da Villa dos Prazeres das Lages (sic) que tiver ajustado e demarcado com os*

---

227 COSTA, L. Op. cit. p. 22.
228 CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Laudes, 1970, Apud. COSTA, Op. cit. p. 15.

Governos vizinhos p ª. ficarem escripturadas, etc (...)" (S. Paulo 21 de dezbr. de 1773 - Com a Rubrica de S. Exª".
Correia Pinto Anotou ao pé da ordem todos os limites e juntou cópias de cartas e certidões relativas à ordem recebida, terminando com a seguinte declaração
"(...) *E pª. parte norte desta Capitania (o termo das Lagens confina) com o Ribeiram do Campo da Estiva, cujo limite confina em dito Ribeiram com a Villa de Curityba. Nesta forma se conservam em tranquilidade as ditas Divizoens, como declarado tenho. Sam Paulo a 22 de dezembro de 1773 - Antonio Correa Pinto. "Documentos interessantes do Arquivo do Estado de S. Paulo" - Volume XXXV.*[229]

Esta história dos limites entre os dois estados se estende até o início do século XX, sendo a área contestada de mais de 68.000 Km² [230]. A região, era também reivindicada pelo Paraná, alegando que havia ocupado as terras devolutas e portanto fazia parte de sua jurisdição. Por outro lado, Santa Catarina reclamava a área contestada pelo Paraná como de sua jurisdição, baseada em documentos oficiais que "comprovavam" serem suas as áreas contestadas de fato e de direito, desde o Termo[231] com a fundação da Vila de Nossa Senhora das Lagens (hoje Lages) por Antônio Correia Pinto.

Esta disputa teve grande repercussão no cenário político nacional e, principalmente, na a política local. Em 1891, logo após a Proclamação da República, os deputados que representavam Santa Catarina no Congresso Nacional, Lauro Müller, Felipe Schmidt, Carlos Campos e Lacerda Coutinho, apresentaram um Projeto à Câmara para que se reconhecessem e se fixassem definitivamente, os limites territoriais entre o Paraná e Santa Catarina:

"O Congresso Nacional Resolve:
Art. 1º. - Os limites do Estado de Santa Catarina com o do Paraná são:
§ 1º. No litoral do Rio Sahy-Guassú até a Serra-Geral pela abertura entre os Picos Araraguara e Inkrim, conforme o auto de demarcação de 2 de maio de 1771.
§ 2º. Da Serra para o interior, o Rio Negro e o Igassú até a fronteira argentina, como determina a Provisão de 20 de junho de 1749.
Art. 2º. - Revogam-se as disposições em Contrário.
Sala de Sessões, 27 de julho de 1891".[232]

A votação deste Projeto foi adiada, por interferência de Nilo Peçanha como membro da Comissão de Diplomacia e Tratados, até que fosse resolvida a questão pendente com a Argentina. Neste caso, a situação envolvia a figura de um árbitro, e foi escolhido o então Presidente Cleveland dos Estados Unidos da América. A sentença do Presidente Cleveland foi favorável ao Brasil. Desta forma, os deputados

---

229 COSTA, L. Op. cit. p. 15 e 17. O autor tenta provar neste livro que a demarcação das terras feitas por Correia Pinto para a Vila de Lages situava-se até os limites com Curitiba.
230 COSTA, L. Op. cit. p. 85, segundo o autor, dados de Henrique Fontes.
231 Cf. COSTA, L. Op. cit. p. 17, "convém notar que a palavra **Termo**, segundo o "Endsaio sobre Synonymos da Língua Portugueza", do Padre Francisco de São Luiz, editado em Lisboa, em 1824, designava. 'originariamente o **marco**, o signal elevado que demarcava os limites das terras, jurisdições, estradas, fronteiras, etc. (...) se tomou pelos próprios **limites**, em cujas extremidades se costumavão ordinariamente colocar signais'."
232 Cf. COSTA, L. Op. cit. p. 24.

de Santa Catarina e do Paraná propunham, também, a saída para o litígio entre os dois estados a partir de um processo de arbitramento.

Quando da primeira gestão de Felipe Schmidt (1898-1902), a questão do acordo e/ou do arbitramento se tornara problemática e o governo decidiu então levar o caso para o Supremo Tribunal Federal, mantendo na defesa dos interesses de Santa Catarina o Jurisconsulto e ex-Ministro da Justiça (1882) Manoel da Silva Mafra, que já havia sido nomeado por Hercílio Luz durante a gestão anterior.

Desta forma, partindo do princípio de que os fundamentos do conflito encontravam-se a partir da fundação de Lages, o Conselheiro Mafra (como ficou conhecido) aprofundou suas pesquisas em documentos disponíveis nos arquivos do municipio de Lages, em trabalho conjunto com o então Superintendente Vidal Ramos. Ao mesmo tempo, José Artur Boiteux viaja para Portugal a fim de realizar outras pesquisas com o objetivo de encontrar documentos originais. O Conselheiro Mafra também fez minuciosas pesquisas nos arquivos do estado de Santa Catarina e em São Paulo. [233] Todo o trabalho objetivava preparar as razões a serem apresentadas no Processo ao Supremo Tribunal Federal.

> No dia 6 de janeiro de 1902 o Conselheiro Mafra deu entrada no Supremo Tribunal Federal, no Rio de Janeiro, à petição inicial de uma ação ordinária proposta pelo Estado de Santa Catarina contra o Estado do Paraná, com o fim de compeli-lo
> "*a reconhecer e respeitar os limites (...) pelos rios Sahy, Negro e Iguassú e restituir-lhe quaisquer territórios que, além desses rios, esteja de posse".*
> *Ação Ordinária n° 7 fls. 20."*[234]

A Ação foi julgada procedente e, a partir da petição inicial, foi por três vezes julgada pelo Supremo Tribunal Federal, que deu ganho de causa a Santa Catarina. Por outro lado, o Paraná sempre recorria das sentenças com Embargos Declaratórios, e eram, por sua vez, rejeitados pelo Supremo:

> O Paraná não se deu por vencido e interpôs embargos declaratórios, que o Supremo rejeitou, nos termos do seguinte Acórdão:
> "*N. 7 - Vistos, expostos e discutidos estes autos de embargo de declaração, em que é embargante o Estado do Paraná e embargado o Estado de Santa Catarina, rejeitam os ditos embargos de fls. 1.272 para manter o acordam embargado de fls. 1.259 visto não haver nos termos do artigo 175 N. 1 do regimento interno, ambiguidade ou contradição que deva ser declarada, tendo-se ao contrário, estabelecido no referido accordam que os limites de Santa Catarina, do lado norte, eram o Sahy Guassu, o Rio Negro e o Iguassu e que este, desde a foz do Rio Negro às extremas do território brasileiro com a República Argentina, ficava sendo o limite de Santa Catarina com o Estado do Paraná: além disto, por não se poder em virtude de semelhante recurso, alterar o julgamento que foi proferido conforme o direito e as provas dos autos. Custas ex causa. Superior Tribunal Federal, 25 de julho de 1910. H. do Espírito Santo,*

---

[233] Cf. COSTA, L. Op. cit. p. 26. Estas pesquisas deram origem ao trabalho "Exposição histórico-Jurídico por parte do Estado de Santa Catarina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná", elaborada pelo Conselheiro Mafra contendo 714 páginas.
[234] COSTA, L. Op. cit. p. 27.

V. P. - André Cavalcanti, relator, Oliveira Ribeiro, Canuto Saraiva, Godofredo Cunha - Pedro Lessa".[235]

Com a rejeição dos seus embargos declaratórios, e esta já era a terceira, o Paraná fez uma grande campanha na imprensa para impressionar a opinão pública, principalmente do Rio de Janeiro, onde afirmava que seus pareceres estavam sob a orientação de Ruy Barbosa e Clóvis Bevilacqua, renomados jurisconsultos brasileiros, fazendo crer que a razão estava com o Paraná. Do lado Catarinense, parte dos políticos resistiam às pressões para uma saída negociada e/ou arbitrada para a causa, principalmente os políticos do planalto liderados por Vidal Ramos.

Entretanto, em 1912 desencadeam-se os conflitos armados, justamente na gestão de Vidal Ramos, com a "guerra dos fanáticos" ou "guerra do Contestado".[236] Este conflito teve uma grande repercussão pública. A detonação do conflito armado não se deu apenas por causa da construção da ferrovia Rio Grande-São Paulo, do capitalista Farquhar, mas também por "fanatismo religioso e exploração política".[237]

Segundo Licurgo Costa, este movimento teve a influência direta de políticos paranaenses, cujo objetivo era impressionar a opinião pública nacional e local, criando as condições necessárias para o desgaste político do Governador catarinense Vidal Ramos, pressionando-o para uma saída negociada do impasse via "Acordo", comungando com a proposta do então governador do Paraná, Affonso Camargo, para uma solução definitiva ao conflito.

Entretanto,

> Logo depois que o Supremo, pelo Acórdão de 24 de dezembro de 1909, deu a segunda vitória a Santa Catarina, a oligarquia paranaense, sabidamente agindo por detrás dos bastidores políticos, sentindo a causa definitivamente perdida no Judiciário, intensificou a manipulação de outros recursos para desobedecer aos ditames do mais alto Tribunal do País. Assim, em princípios de 1910, reuniu-se em Porto União um grupo de elementos de projeção municipal e de velhos cabos eleitorais e instalou uma "Junta Governativa" com o propósito de criar o Estado das Missões. [238]
> Foram várias as causas que concorreram para a eclosão do movimento insurrecional que ensangüentou o Planalto de Santa Catarina, de junho de 1912 a princípios de 1916 e que passou à história com a denominação de "Guerra dos Fanáticos". Entre elas, entretanto, foi decisiva uma espécie de "amadurecimento" de um fanatismo que nascera e começara a avolumar-se desde 1844 [surgimento do primeiro monje -VAS], mais ou menos. Naquele ano de 1912, um falso monge surgiu na área contestada, juntou gente para ouvir suas pregações e interessados

---

235 COSTA, L. Op. cit. p. 33-4.
236 Ver o interessnte trabalho de AURAS, Marli. *Guerra do Contestado*: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: UFSC-Cortez, 1984.
237 COSTA, L. Op. cit. p. 43.
238 COSTA, L. Op. cit. p. 42.

paranaenses, em tirar dividendos políticos e econômicos, provocaram uma agitação que deu em resultado o sangrento episódio a que nos referimos.[239]
Este monge e seu reduto foram rapidamente eliminados por forças militares bem reduzidas. (...) Emigraram eles para Irani, no território contestado e, em vez de serem aniquilados (...),cresceram rapidamente em número, armas, munição e até com muitas "cerveja nos redutos" (Aujor Ávila da Luz - "Os fanáticos"- Edição do autor-Florianópolis - 1952). E foram aparecendo bandos de fanáticos com fuzis "Mauser", "Manulich", "Comblain" e até pistolas "Parabelum". De onde vinha tudo isto? Aujor Luz, na obra citada, diz que os fuzis Mauser tinham a marca ou eram usados pela polícia paranaense. Seriam? O historiador não dá a fonte de onde colheu tal informação.
Mas, por outro lado, já começam a aparecer referências a documentos que identificam as origens do armamento e das caixas de cerveja, segundo os quais os provedores dos redutos eram os componentes da Junta Governamental do fracassado Estado das Missões. [240]

A partir desta constatação,[241] o autor faz uma interessante observação e traz um dado significativo para fundamentar sua tese:

A todos os que escreveram sobre o episódio do Contestado - e creio que li, praticamente, tudo o que foi publicado - passou desapercebido ou não lhe deram importância um dado que me parece sumamente significativo. Nas andanças de mais de cinco anos os "errantes do novo século" do bíblico Douglas Teixeira Monteiro, "erraram" pouquíssimo, pois tirante uma breve incursão em território abusivamente ocupado pelo Paraná - a de Irani - passaram o tempo todo em terras de Santa Catarina, na evidente intenção de quem estava por detrás deles, de turvar as águas que o Supremo Tribunal Federal tentava tornar cristalinas. De fato, de dezenove redutos, entre grandes e pequenos que formaram os fanáticos em menos de 20.000 quilômetros quadrados de Santa Catarina, apenas uns seis ou oito, onde se travaram grandes e decisivos combates, tornaram-se famosos: Irani, Taquaruçu (1 e 2), Caragoatá, São Sebastião, Pinheiro, São Pedro, Perdizes, Santa Maria, Talvez Timbó e mais dois ou três. Os restantes, onde ocorreram simples escaramuças ou nem mesmo se travou alguma luta não alcançaram relevo, mas constam dos roteiros dos cronistas da saga sangrenta.
Curioso, muito curioso é observar que de quase duas dezenas de redutos, apenas um - Irani ficou além do Rio do Peixe, limite da abusiva invasão paranaense. E os restantes, repetimos, nunca sairam de território catarinense. Isto, com os fuzis paranaenses, a farta munição para eles e as caixas de cerveja em profusão, nos redutos, é muita coincidência.
O Paraná tinha, de fato, até uma quinta coluna integrada por elementos seus e políticos e politicóides catarinenses, ervateiros e aproveitadores infiltrados nas hostes de Santa Catarina. E foi por isto que, mesmo com o Supremo a seu favor, a vitória se lhe escapou das mãos. [242]

Durante longo tempo correu o processo no Judiciário. O Conselheiro Mafra faleceu em 1907, sendo substituído pelo Visconde de Ouro Preto, que também faleceu em 1912. Para substituí-lo o Governador Vidal Ramos entregou a defesa do caso para o Senador da Paraíba Epitácio Pessoa. Epitácio Pessoa era recém-aposentado Ministro do Supremo Tribunal, também fora Ministro da Justiça no Governo Campos Salles, Procurador-Geral da República e Presidente da República, eleito depois, em 1919. Durante toda a sua gestão Vidal Ramos resistiu às pressões para o estabelecimento de um acordo com o

---

239 COSTA, L. Op. cit. p. 42-3.
240 COSTA, L. Op. cit. p. 43-4.
241 Estas informações coletadas pelo autor mereciam ser aprofundadas no sentido de se estabelecer as relações objetivas entre o surgimento do "movimento jagunço do Contestado" na região contestada e a questão política dos limites e das disputas do território entre Paraná e Santa Catarina.
242 COSTA, L. Op. cit. p. 44-5.

Paraná. Vidal Ramos, além de possuir grande cultura e saber histórico, sendo um profundo conhecedor dos problemas do Contestado, analisava o fato pelo seu caráter histórico e jurídico, respeitando uma decisão tomada pelo Supremo.

Entretanto, no final de seu segundo governo (1910-1914), as discussões em torno de sua sucessão relacionavam-se ao processo do arbitramento. Vidal Ramos diante da situação analisava a questão com cuidado e decidiu que era necessário no governo um candidato que possuisse idéias contrárias ao malfadado arbitramento. Surgiram dois candidatos dentro do Partido Republicano, um a favor do arbitramento e outro contra.

> (...) Vidal, referindo-se à sua próxima sucessão, revela que os partidários de Lauro haviam decidido eleger um governador favorável à arbitragem (Hercílio Luz), o que o levara a resolver não omitir-se, isto é, a não ser imparcial, como era de sua intenção e sim indicar um candidato contrário à orientação do então Ministro das Relações Exteriores. Ele sabia que tinha prestígio suficiente para fazer vitorioso o seu candidato e, realmente, Felipe Schimdt foi eleito, assumindo o Governo em 28 de setembro de 1914, para terminar seu quatriênio em 1918. Vidal não levou na devida conta que Schmidt, além de amigo, era primo-irmão de Lauro e, no caso, não merecia confiança. O Chefe lageano julgava os outros por si e se equivocou. [243]

Com Vidal Ramos fora do Executivo, e a ascenção de Felipe Schmidt, parente próximo de Lauro Müller, o governo do Paraná prossegue na sua intenção de não seguir o cumprimento da sentença, "sob alegação de que não havia lei federal regulamentando sua execução".[244] As discussões, bem como a atuação dos que eram partidários de uma arbitragem, haviam evoluído para a proposta de acordo entre as partes. Em 4 de agosto de 1915, Epitácio Pessoa entra com outra petição no Supremo. Entretanto a proposta de acordo entre as partes já contava com o apoio do próprio Presidente da República, Wenceslau Bráz:

> E tanto é verdade que o PRESIDENTE DA REPÚBLICA, seu Ministro das Relações Exteriores (Lauro) e alguns representantes de Santa Catarina na Câmara Federal, no Senado, e no Congresso Estadual cometiam um indecoroso ultraje à Justiça, deixando continuar a comédia do uso do recurso à Lei, que menos de dois anos depois de WENCESLAU BRAZ assumir o cargo, foi assinado o famigerado "acordo" de limites pelo qual o Paraná se apropriou indevidamente segundo Henrique Fontes, de 38.120 quilômetros quadrados de terras catarinenses. [245] (grifos do autor)

Assim, o "acordo" foi assinado no dia 20 de outubro de 1916. Nos instantes finais que antecederam a assinatura, houve ainda uma posição contrária de Felipe Schmidt que queria resistir até o último momento, à assinatura do acordo. Entretanto, segundo Licurgo Costa, o relato feito pelo mediador

---

[243] COSTA, L. Op. cit. p. 55.
[244] COSTA, L. Op. cit. p. 55.
[245] COSTA, L. Op. cit. p. 56.

do Presidente Wenceslau Brás no conflito, o Capitão-de-Fragata da Marinha de Guerra Thiers Fleming, destacava que o Presidente negociva duro e fazia sérias ameaças políticas que colocavam em jogo a participação de catarinenses em seu governo, segundo Fleming:

> "Ha qualquer coisa no ar. Troco impressões com o Dr. Wenceslau Braz, a quem o Dr. Paulo de Frontin acabava de perguntar, si (sic) as festas continuavam apesar do que se murmurava. ... S. Ex. replicou que sim, sem dúvida alguma. E. S. Ex. e eu abordamos a hypothese do fracasso do accordo. Disse-me S. Ex., então, calma e energicamente: si (sic) essa reviravolta se désse o governo do Estado de Santa Catharina não teria mais o seu apoio, deixando mesmo de ter participação no seu Ministério. Combinámos, então, que eu faria chegar por mim, com responsabilidade minha, essa notícia a quem fosse de interesse, e com toda reserva ... Parti celere, para o Hotel Avenida, onde estava hospedado o Governador Felippe Schmidt; passando antes pelo restaurante da "Brahma", encontro Adolpho Konder que jantava; nem uma palavra sobre o "accordo"; pergunto pelo Governador e sou informado que estava no Hotel, em seus aposentos. Subo; sou recebido; diversos catharinenses me cercam; acho-o triste. Peço-lhe, pouco depois de uma conversa geral e banal uma palavra em particular; chegamos a sacada e eu confidencialmente, como seu amigo, pedindo-lhe não me comprometer segredei-lhe o que acabara de ouvir do Dr. Wenceslau Braz. Pouco depois dispersaram-se as nuvens negras, clareou-se o horizonte. O accordo foi assignado".[246]

Desta maneira, finalmente foi assinado o Acordo e a solução proposta pelo Presidente Wenceslau Braz para a questão do Contestado foi aceita pelos dois estados. As forças que apoiavam Hercílio Luz, "linha aberta", sairam fortalecidas do processo, pois Hercílio era um dos principais defensores do Acordo, enquanto os "linha dura", que não queriam a negociação, saíram enfraquecidos e o próprio Vidal Ramos, com a guerra do Contestado, perdeu grande prestígio. Neste sentido foram delimitados os marcos geográficos e criados, do lado catarinense, os municípios de Mafra, Porto União, Chapecó e Cruzeiro (hoje Joaçaba). Fica então as indagações...

> Neste feio caso do "Contestado", não há argumentos aceitáveis para justificar a atitude do Supremo Tribunal Federal.
> Se acolheu o pleito é porque achava de sua alçada julgá-lo;
> Se deu três sentenças favoráveis a Santa Catarina, com elas deu-lhe ganho de causa;
> Se tinha força da Lei e a força Moral para fazer cumprir suas resoluções, por que não reagiu a palhaçada paralela dirigida ostensivamente por Wenceslau Braz?
> Por que não exigiu a Força Federal para obrigar o Paraná a cumprir suas sentenças?[247]

---

[246] Cf. COSTA, L. Op. cit. p. 82-83.
[247] COSTA, L. Op. cit. p. 87.

5.4. VIDAL RAMOS: ELEITO VICE-GOVERNADOR ASSUME NO LUGAR DE LAURO MÜLLER - PODER POLÍTICO DA OLIGARQUIA DO PLANALTO E A "GUERRA AOS FANÁTICOS"

Como vimos anteriormente, Lauro Müller não chegou a governar todo o período para o qual foi eleito (1902-1906), pois, foi indicado para exercer o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas no Governo de Rodrigues Alves. No seu lugar assumiu o vice-governador Vidal Ramos.

Vidal José de Oliveira Ramos (ou Júnior) nasceu na cidade de Lages em 24 de outubro de 1866 e era filho de Vidal José de Oliveira Ramos (Sênior) e de Júlia Ribeiro de Souza Ramos. Vidal Ramos fez seus estudos primários na Fazenda de seu pai, a "Guarda-Mor", com o professor Simplício dos Santos Souza, além de ter frequentado as escolas públicas de Lages. Os estudos de humanidades realizou no Colégio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo (RS) (1883-1884). Foi grande colaborador do jornal "O Lageano". Vidal Ramos teve vida política desde cedo: Deputado à Assembléia Legislativa Provincial, 26ª legislatura (1886-1887), ocupando o cargo de 2º secretário (1886); à 27ª legislatura (1888-1889); Deputado à Assembléia Estadual Constituinte (1891) e à 1ª legislatura (1891-1893); à Assembléia Estadual Constituinte e à Iª legislatura (1894-1895), sendo 2º secretário da Constituinte (1894); à 2ª legislatura (1896-1897), quando ocupou o cargo de suplente da secretaria do Congresso (1897); também foi Superintendente (Prefeito) municipal de Lages (1895-1902); Deputado estadual à 4ª legislatura (1901-1903, ocupando o cargo de vice-presidente do Congresso (1901 e 1902); eleito vice-governador, assumiu como governador (1902-1906); eleito à Câmara dos Deputados à 6ª legislatura (1906-1908); à 7ª legislatura (1909-1911); eleito governador (1910-1914); Senador (1915-1917); Senador à 10ª legislatura (1918-1927); Deputado federal à 13ª legislatura (1927-1929); Senador (1935), sendo destituído pelo Estado Novo (1937). Faleceu no Rio de Janeiro no dia 2 de janeiro de 1954.

Como se observa, Vidal Ramos em 1886, então com 20 anos, foi eleito Deputado Provincial pelo Partido Conservador, sob o governo de Francisco J. da Rocha, quando adquiriu sua bagagem política enquanto militava no Partido. Foi reeleito em 1888. Com a Proclamação da República ficou com os republicanos históricos ao lado de Floriano Peixoto, Lauro Müller, Hercílio Luz e Felipe Schimdt, entre outros, permanecendo por longo período no P.R.C.. Fazendo parte da elite do partido, quando Deodoro da Fonseca proclama a República, Vidal Ramos foi empossado simultaneamente na Prefeitura de Lages, em 15 de novembro de 1889. Foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

O poder político de Vidal Ramos e de sua família fizeram grande parte da história política catarinense, construindo uma poderosa força política: elegeu 5 governadores, dois filhos - Nereu e Celso; dois sobrinhos - Aristiliano e Cândido; um neto - Aderbal, além de muitos outros de peso político relevante. A família Ramos ocupou praticamente todos os cargos na estrutura estatal: Secretarias, Assessorias, Câmara de vereadores, Assembléia Legislativa, Câmara Federal, Senado, Ministérios, Interventoria e até o cargo de Vice-Presidente da República e de Presidente, com o filho Nereu Ramos (11.11.55 a 31.01.56). Entre as lideranças políticas que se destacaram na família Ramos encontram-se (por ordem alfabética): Accácio, Aderbal, Aristiliano, Belizário, Cândido, Celso, Emiliano, Henrique, Hugo, Joaquim, Jonas, Laerte, Manoel, Mauro, Nereu, Nereu Filho, Rubens, Saulo, Vidal, Vidal Júnior, Vidal Neto, entre outros descendentes.

No início da década de 1920, como vice-presidente do PRC, Vidal Ramos rompe com Hercílio Luz e com o Partido, e passa a fazer grande oposição. Procura então construir, juntamente com seu filho Nereu Ramos, a Aliança Liberal, aliada às forças gaúchas e que culminou com a vitória do Getulismo em Santa Catarina em 1930. As propostas da Aliança Liberal arrastaram consigo importantes lideranças como Felipe Schmidt e o próprio Lauro Müller, que passou a fazer grandes enfrentamentos com Hercílio Luz.

Lages foi considerada a capital política do estado, estabelecendo uma relação política, historicamente, estreita com o Rio Grande do Sul. Estas relações podem ser observadas a partir da influência na formação escolar e cultural das lideranças locais, pela homogeneidade regional e pelas suas tradições gaúchas. Além disto, as relações políticas estavam articuladas com as burguesias comerciais do litoral.

Assim, o poder político de Lages tem sua origem com o velho "Coronel" Laureano Ramos (Avô de Vidal Ramos) e o surgimento do "coronelismo":

> "Às carreiras, só com a família, solitário cargueiro e uma escrava nova do porte de um pote d'água..."
> Assim chegara ao Desterro, naquele final de março de 1839, Laureano José Ramos, senhor da Coxilha Rica.
> Escorraçado pelos farrapos, que, a dez daquele mês, haviam proclamado a República em Lages, vinha, amigo e correligionário, pedir amparo e proteção ao Brigadeiro João Carlos Pardal.
> "Para os lageanos só tenho pólvora e balas!"
> Furioso, o Governador da Província não proporcionou apenas amplexo e guarida ao companheiro banido de teres e haveres.
> Fez muito mais que isso.
> Junto, uma promessa solene:
> "Tão logo expulsa seja a escumalha sediciosa, haverás, meu amigo, o mando e o comando de Lages e seus povos!"

> E assim foi feito.
> Sem o saber, naquele patético momento, o Brigadeiro João Carlos Pardal acabava de decretar o início de uma era.
> O coronelismo.
> Que, por mais de um século, dominaria, oligarquicamente, a história de Santa Catarina.
> Lages, a sede desse novo poder.
> Que emanava dos fundos da Coxilha Rica.
> Guarda-Mor, útero do nascente Império.
> De lá, seja pelas antigas trilhas dos Morrinhos e do Cajuru ou pelos corredores de tropas do Escurinho, beirando o Raposo, fluíam os desejos e as ordens do supremo chefe, o coronel.
> Acólitos a usufruir do inconteste domínio patriarcal, os barões da campanha, coronéis menores sustentáculos do maior.
> Casamentos, alianças e compadrios selavam esses laços inquebrantáveis pela Igreja dos Céus.
> Na base da pirâmide, a equilibrá-las com sangue, suor e conformismo, peões, changadores, pinantes, aguateiros, capangas, esposas, concubinas e escravos.
> À margem ou marginalizados, bugres, quilombolas, mestiços, chinas, párias de beira de corredor, meeiros, índios vagos, gaudérios, taipeiros, a ralé borracha dos bolichos de fundo de campo e, entre eles, alguns renegados bem nascidos, pequenos proprietários destinados ao nada.[248]

Desta forma é que se compõe a estrutura social da região, e a partir do conflito armado surge então uma nova relação de poder o "Coronel".

Por outro lado, a resposta de seu Governo à questão da "guerra aos fanáticos" foi a repressão com tropas do exército ao movimento que se caracterizou como a "guerra do Contestado", na qual morreram milhares de pessoas entre civis e militares.

> Coube ao "Coronel" Vidal Ramos. latifundiário dos Campos de Lages, governador do Estado, na fase inicial do conflito armado, solicitar ao governo da República o imediato auxílio da força federal na tarefa de debelar o "atrevido movimentode sertanejos" dar um basta ao "banditismo que ensanguentou uma parte do território nacional". Todo o regimento de segurança do Estado de Santa Catarina foi deslocado para a área conflagrada. "Na capital, não ficou uma única praça; as próprias ordenanças do governador marcharam". Coube, ainda, ao então governador, dar informações "claras e precisas" ao Supremo Tribunal Federal, levando-o a negar o pedido de "*habeas corpus*" impetrado, num solitário gesto humanitário em favor dos sertanejos, pelo advogado fluminense Dioclesiano Martyr. Quando transmitiu o governo do Estado ao seu sucessor, Felipe Schmidt, o "coronel" Vidal Ramos, apesar de estar com sérios problemas de saúde, incorporou-se, pessoalmente, às forças policiais que se achavam reunidas para defender a cidade de Lages, acompanhando inclusive as vigílias noite adentro. [249]

Neste período de guerra (1912-1916), aliada aos interesses políticos do Paraná no conflito, pode-se dizer, a repressão do Estado se deu de forma violenta, contra trabalhadores rurais plantadores de erva mate, trabalhadores desempregados com o fim da construção da estrada de ferro Rio Grande-São Paulo, posseiros pequenos plantadores, e caboclos mestiços das regiões contestadas. Do ponto de vista dos latifundiários, o objetivo era propiciar a valorização das terras com o avanço da estrada de ferro sangrando o interior catarinense.

---

248 CAMARGO COSTA, Márcio. *Qüeras*. Florianópolis: UFSC-Letras Contemporâneas, 1994, p. 17.
249 AURAS, M. Op. cit.p. 228.

> Por ocasião da Guerra do Contestado (1912-1916), a violência estatal patrocinou o extermínio físico de milhares de caboclos que, no Oeste catarinense, ousaram lutar pela terra e dizer "não" ao avanço da ordem capitalista - representada sobretudo pelas empresas do Grupo Farquhar (Brazil Railway Company e Southern Brazil Lumber and Colonizaton Company) - invasora abrupta de seu espaço e de seu tempo. Os "coronéis" beneficiaram-se com a presença do Grupo. Tiveram suas vastas terras valorizadas, transformadas em valor de troca, em mercadoria, daí sua aliança política com as novas forças econômicas e o pronto aval do governo ao trabalho de Farquhar. [250]

Estas relações do governo com o poder privado multinacional, foram possíveis graças aos contatos de Lauro Müller, então Ministro de Viação e Obras Públicas, com Percival Farquhar, grande capitalista americano:

> A desconsideração da luta sertaneja pela terra, da marginalização progressiva dos homens pobres do interior, permitiu ao governo "resolver" o problema pela força das armas. A assinatura do Acordo dos Limites foi festejada, nos salões palacianos e na historiografia oficial, como o ponto final da contenda. Enfim, a paz foi restabelecida por obra e graça dos governantes.
> Lauro Müller, nas esferas do poder federal, mantinha relações cordiais com Percival Farquhar, que chegara ao Brasil quando aquele era ministro da Viação e Obras Públicas. Farqhaur obteve de Lauro Müller várias concessões públicas para seus arrojados empreendimentos empresariais. *"Em 1913, Farquhar, como o maior americano no Brasil, convidou o já Ministro do Exterior, Lauro Müller, ao Grande almoço no Jockey Club do Rio oferecido por Farquhar ao ex-Presidente Theodoro Roosevelt, chegado ao Brasil a convite de Lauro Müller para caçar e explorar, na Amazônia"*[251]

Entretanto, com a eclosão da revolta armada no meio-oeste catarinense, na região contestada, os jornais cariocas e catarinenses já exaltavam a necessidade de se fazer o "Acordo" ou a "Luta". As pressões de políticos e parlamentares contra Vidal Ramos eram de toda ordem, e tendiam para que o governador deixasse de ser irredutível e assinasse o famigerado acordo com o Paraná. Entretanto, apesar de não haver conflito armado com o Paraná, o sangue corria nos sertões, o que evidenciava o fortalecimento da tese do acordo através do arbitramento. O governo se manteve irredutível, pois Nereu de Oliveira Ramos, advogado formado em 1909 pela Faculdade de Direito de São Paulo, assessorando seu pai Vidal, sustentava que o arbitramento não seria possível pois não haviam dúvidas nem controvérsias sobre os limites já que existiam três acórdãos emitidos pelo Supremo que demonstravam isto.

Vidal Ramos, usando os argumentos de Nereu, foi irredutível na sua posição e terminou seu governo sem resolver o problema do conflito da região contestada e com sangue jorrado nas coxilhas e redutos dos sertões de Santa Catarina.

---

[250] AURAS, M. (1991), Op. cit. p. 227.
[251] AURAS, M. (1991), Op. cit. p. 231.

5.4.1. Apesar da guerra a reforma do ensino: a experiência da escola americana-paulista em Santa Catarina

Apesar da guerra estabelecida contra os "fanáticos", o governo de Vidal Ramos destacou-se, principalmente, pela reforma do ensino, construindo a infra estrutura necessária em determinadas regiões do estado. Para desenvolver o projeto educacional seguiu a linha básica das escolas públicas do estado de São Paulo, contratando o professor Orestes Guimarães e sua esposa, a professora Cacilda Guimarães. Para tornar eficiente o projeto, o governo instituiu diversos decretos que alteraram profundamente o ensino público em Santa Catarina. A estratégia adotada pelos educadores foi o contato direto com as escolas vinculadas ao projeto, onde se dirigiam pessoalmente no sentido de implementar os novos métodos de ensino. Até 1915 eles realizaram em torno de 2.250 aulas e palestras por todo o estado de Santa Catarina, visando obter a uniformidade nas mais diferenciadas e complexas regiões do estado e fazer com que os professores fossem obrigados a cumprir o programa de ensino como um todo rígido, sem fazer alterações de partes, saltear ou inverter a ordem do programa. Outra característica importante de ensino foi a uniformização do período de matrícula nas Escolas, uma vez que, anteriormente, os alunos eram recebidos durante todo o ano letivo. Crianças entre 7 e 14 anos que residissem numa área em torno de até dois quilometros de uma Escola Pública eram obrigados a se matricular. [252]

Assim, todas as determinações do projeto eram fiscalizadas com extremo rigor pela Inspetoria Geral da Instrução Pública, criada especialmente para implementar o novo programa bem como organizar um sistema de estatística escolar que lhe permitisse fazer uma melhor avaliação da eficiência dos estabelecimentos implantados. A proposta de Vidal Ramos possuía um caráter nacionalista no que se referia a educação e se destacava das políticas educacionais adotadas pelos seus antecessores, que utilizaram métodos inspirados em modelos europeus. O novo projeto trazia como desafio criar um sistema educacional capaz de resolver o problema do analfabetismo e, ainda, "assimilar" os grupos étnicos estrangeiros, principalmente alemães e italianos. [253]

A base do novo projeto fundamentava-se no modelo da Escola Americana instalada em São Paulo, desde 1871, por missões de protestantes oriundos dos Estados Unidos. Esta escola instituiu

---

252 DIÁRIO CATARINENSE. *Vidal Ramos: Foi proibido decorar os compêndios ou apontamentos*, Op. cit. p. 43, c.4.
253 DIÁRIO CATARINENSE. *Vidal Ramos: A meta era reformar o ensino*, Op. cit. p. 42, c. 1.

oficialmente a reforma educacional neste estado, sob o comando da professora americana Marcia Browne, a partir de 1893. A proposta básica de Marcia Browne configurava-se pela reformulação do ensino levando-se em consideração aulas mais curtas e alternadas com uma série de atividades como cantos, ginástica, trabalhos manuais, trabalhos em tornos, ou modelagem, entre outros. Seu objetivo era o de explorar a curiosidade natural das crianças, concedendo-lhes espaços apropriados para o desenvolvimento de atividades, tais como prédios apropriados, móveis em perfeito estado, bom ambiente de estudo, e que fossem adequados à idade e ao ensino das crianças.

> No governo de Vidal Ramos, pela primeira vez a solução dos problemas da educação catarinense deixou de ser buscada em modelos adotados em "países adiantados" e passou a se inspirar em propostas nacionais (sic).
> (...) Tradicionalmente, acreditava-se que a reorganização do ensino deveria iniciar pela montagem de um sofisticado esquema administrativo. Original, o professor paulista ao invés de construir a reforma a partir de uma superestrutura administrativa, iniciou sua ação reformando as bases, ou seja, os estabelecimentos de ensino. [254]

Desenvolveu-se uma estrutura educacional que serviu de base para o ensino público estadual, e que sobreviveu por várias décadas: a Escola Normal, o Grupo Escolar, a Escola Isolada, a Escola Reunida e a Escola Complementar. A construção deste novo projeto passava pela reforma dos estabelecimentos já existentes, deixando de lado a idéia de uma sofisticada estrutura administrativa, apadrinhamentos e empreguismo político. Desta forma, o Professor Orestes Guimarães:

> de personalidade forte, absolutista, irritava-se profundamente com o empreguismo e o apadrinhamento político. Dava ordens que deviam ser seguidas à risca. Suas decisões eram irrevogáveis. "*Ele tem sido uma espécie de ditador dentro do Estado em matéria de ensino. Entregamos tudo a ele - a organização, a fiscalização geral, a direção, etc. Faz o que entende e damos por bem feito*", definiu o deputado federal Lebon Régis ao discursar na Câmara em 1917.
> Em sua atuação, Orestes Guimarães visitava constantemente as escolas do Estado, orientando-as e fiscalizando-as. Podia permanecer até cinco dias em visita de inspeção a um mesmo estabelecimento. Usava cavalo para alcançar longínquas escolas rurais e sempre costumava deixar o veículo no qual estava viajando distante do prédio. Gostava de chegar discreto, inesperadamente e assim surpreender a escola em seu mais autêntico funcionamento. [255]

Assim sendo, com todo o rigor, a Escola Normal foi uma das primeiras unidades a serem atingidas pelo projeto, reorganizando-se o processo de admissão e um novo regulamento. Passou por reformas físicas, ampliação, aumento de horas de atividades escolares, com a inclusão do ensino de Pedagogia e Psicologia, bem como um terço de tempo deveria ser feito com aulas práticas.

---

254 DIÁRIO CATARINENSE. *Vidal Ramos: A meta era reformar o ensino.* Op.. cit. p. 42, c. 1e 2.
255 DIÁRIO CATARINENSE. *Vidal Ramos: fiscalização inesperada*, Op. cit. p. 42, c. 2 e 3.

O Grupo Escolar veio no sentido de substituir a escola primária tradicional, onde um só professor ministrava aulas a todos os alunos. Com o novo modelo, instituiu-se a divisão das disciplinas em que congregavam várias classes de alunos, cada uma com seu professor e sob a supervisão de um diretor. Cada uma destas Escolas foi dotada de gabinetes de física e química, bibliotecas e um museu escolar. Em 1911 foram criados os primeiros Grupos, que serviriam de unidades-modelo nas principais cidades de Santa Catarina, os quais foram nomeados com as personalidades de Santa Catarina: em Lages foi construído o Grupo Escolar Vidal Ramos; em Itajaí o Vitor Meirelles; em Joinville o Conselheiro Mafra; em Blumenau o Luiz Delfino; o de Laguna, Jerônimo Coelho e dois em Florianópolis, denominados de Lauro Müller e Silveira de Souza.

As Escolas Isoladas eram típicas do meio rural e reproduziam a estrutura anterior onde um só professor era o responsável pelas aulas de todos os alunos matriculados na unidade vindos de determinada região ou localidade.

As Escolas Reunidas surgiram em 1915 numa tentativa de adaptar a estrutura de ensino dos Grupos Escolares urbanos ao meio rural. Terminadas as "fases" nos Grupos Escolares, os alunos ingressavam nas Escolas Complementares matriculando-se no terceiro ano da Escola Normal.

Nas regiões de colonização as dificuldades eram grandes pois os imigrantes se recusavam a matricular seus filhos nas escolas públicas onde só se podia falar o português, preferindo educar seus filhos no idioma de origem. Desenvolveram-se nos núcleos coloniais escolas mantidas por congregações religiosas, escolas comunitárias ou coloniais, enquadrando-se na estrutura oficial como "escolas estrangeiras", onde disciplinas eram ministradas na língua de origem de seus alunos, geralmente italiano e alemão, procurando-se reproduzir a cultura original.

O sistema escolar público não era uma preocupação do governo federal nas regiões coloniais, uma vez que a Constituição Federal de 1891 considerava o ensino primário como alçada do poder público municipal e estadual. Entretanto a questão permanecia em aberto, para que o governo federal pudesse intervir nos estados e municipios quando necessitasse interferir no ensino primário. A partir da Primeira Grande Guerra Mundial contra a ascenção do Império Germânico, o governo federal se empenha em fazer pressão sobre os governos estaduais, principalmente os do Sul do país, e determina uma maior interferência no ensino primário das regiões colonizadas.

Esta intervenção visava o processo de nacionalização do ensino em todo o território das colônias estrangeiras. Vidal Ramos instituiu este plano de "nacionalização do ensino" em Santa Catarina e construiu escolas públicas nas regiões coloniais, onde o ensino nelas deveria ser ministrado exclusivamente em Português.

Este sistema funcionava sob forte controle, centralizado, pela Inspetoria Geral de Instrução Pública, chefiada pelo próprio Guimarães, e sob rígida disciplina exigida aos alunos: empregava-se penas disciplinares e normas regulatórias até para o período de pausa ou recreio, em que os alunos deviam fazer fila, um a um, por ordem de tamanho, e aguardar o sinal da diretora para poder adentrar às salas de aula, inclusive com a separação de alas feminina e masculina. Entretanto esta reforma sofreu algumas alterações e assimilou certos valores da cultura estrangeira adaptando-se relativamente às condições regionais, estimulando certos valores que não fossem contrários aos valores e atitudes nacionais.

> O plano de nacionalização do ensino em Santa Catarina iniciado em 1911, sob a inspiração de Orestes Guimarães, resultou, como uma de suas ações diretas, na criação de escolas públicas nas ex-colônias. Nelas, o ensino deveria ser ministrado exclusivamente em Português, e tornava-se necessário respeitar os feriados nacionais e estaduais. Apesar de rigorosa com a italianização e a germanização pedagógicas em curso no Estado, a reforma absorveu alguns valores vigentes nos grupos étnicos de origem estrangeira.
> Assim procurou-se estimular nas escolas destinadas a nacionalização certos valores e atitudes que não se chocavam com a vida nacional e que eram especialmente apreciados pela cultura germânica: trabalhos manuais, ginástica calistênica, festas escolares e disciplina semi-militarizada. Esse fato deu à escola catarinense uma certa ambivalência. [256]

Assim sendo o governo de Vidal Ramos se caracterizou por uma certa contradição em processo, ou seja, ao mesmo tempo em que implanta uma grande reforma do ensino público com uma mão, com a outra, golpeou a ferro e fogo uma população que insistia em sobreviver e lutar pela sua terra, criando, as condições para seu próprio desgaste político.

5.5. GUSTAVO RICHARD: O GOVERNO DA FUSÃO PARTIDÁRIA ENTRE REPUBLICANOS E FEDERALISTAS (1906-1910)

No dia 21 de novembro de 1906, toma posse no Governo do estado Gustavo Richard, recebendo-o das mãos de Abdon Batista, ex-integralista.

---

[256] DIÁRIO CATARINENSE. *Vidal Ramos: Aulas só em português*, Op. cit. p. 43, c. 3.

Gustavo Richard era filho dos franceses Henrique Richard e Carlota Ana Amélia Coulon Richard. Nasceu no Rio de Janeiro em 29 de agosto de 1847, mudando-se com a família para Desterro dois anos depois. Seus pais eram comerciantes e se transferiram para uma colônia francesa em formação na capital da Província, onde tinham várias casas comerciais na rua do Príncipe (atual Conselheiro Mafra). Em 1859, Gustavo Richard, então com 12 anos de idade, é enviado para a França com o objetivo de completar seus estudos. Foi matriculado num colégio Ginasial em "Belleville" para cursar humanidades. Estudou em outras instituições de Paris até completar o curso na "L'École Supérieure du Commerce". Retornou ao Brasil e casou-se com Mathilde Lebarbenchon e viveu algum tempo no litoral paranaense, em Paranaguá, quando sua esposa veio a falecer num parto. Retornou para Desterro em 1868 para exercer suas atividades com a família no comércio. Algum tempo depois, foi convidado a trabalhar como administrador na "Sociedade Bancária Sbarbi Osuña e Cia" em Buenos Aires, na Argentina. Viveu em Buenos Aires no período de 1873 a 1880, quando também foi professor de línguas e de outras disciplinas científicas na Academia Britânica de Buenos Aires. Neste período conheceu sua segunda esposa, Maria del Rosário Sbarbi y Osuña. Em 1880, retornou novamente para Desterro, onde auxiliou sua mãe na casa comercial da família, pois seu pai havia falecido. Gustavo Richard, lecionou também no Liceu de Artes e Ofícios de Desterro. [257]

Gustavo Richard era muito bem relacionado com a "elite" política da região, ocasião em que fundou o Colégio Franco-Brasileiro, frequentado pelos filhos das principais famílias da cidade.

Gustavo Richard comungava das idéias republicanas e foi um dos seus principais propagadores. Foi redator dos jornais *Voz do Povo* e *A Evolução,* no qual foi diretor. Neste período o Imperador Pedro II adoece, e juntamente com a sua doença

> (...) a propaganda abolicionista do segundo reinado traziam os espíritos agitados e muitos cidadãos desiludidos com o regime monárquico aspiravam a uma nova forma de governo. Raulino Horn, Gustavo Richard, Emílio Blum, Carlos Napoleão Poeta, José Araújo Coutinho e o estudante rio-grandense Herculano de Freitas formavam o grupo de seis moços de idéias avançadas que se reuniram em 1887 no Hotel da Praça para trocarem impressões sobre a evolução democrática que se estendia, pouco a pouco, em todo o Brasil. Após caloroso debate, ficou deliberado o início da propaganda da nova idéia em toda a província e com esse fim a publicação de um jornal doutrinário *A Voz do Povo*, ficando sob a direção de Araújo Coutinho, colaborando nele os adeptos da democracia. Assim foi fundada a primeira agremiação republicana de Santa Catarina, por esses seis amigos da liberdade. A formação do novo partido foi tida como insensatez, sendo o primeiro grupo de itimoratos democratas ridicularizados

---

257 DIÁRIO CATARINENSE. *Gustavo Richard: aos 12 anos foi estudar na França, voltou a Desterro e trabalhou, por algum tempo, no comércio.* Op. cit. p. 37, c. 1.

> como loucos. Na época em que a questão militar estava em seu auge apareceu aqui, vindo do Paraná, o propagandista republicano Manoel Correia de Freitas. Pondo em contato os históricos e classistas (dissidentes do Partido Liberal), esforçou-se por unir os dois grupos políticos dando mais vitalidade à agremiação. A fusão fez-se com os aplausos e entusiasmos de todos os membros presentes, adotando-se nesta ocasião, como programa, o manifesto dos republicanos paulistas aceito e votado em 1872. Fundou-se então o Clube Esteves Júnior, que tomou o nome de um ilustre catarinense, residente no Rio e grande propagandista das novas idéias. [258]

Sua transição para a política estava consolidada: eleito em 1887 para o cargo de vereador do Conselho Municipal, permaneceu até 1889. Em 1890, foi nomeado para a presidência do Conselho Municipal (até novembro de 1890). Dedicou-se a propaganda republicana no estado como republicano histórico; obteve a patente de Tenente-Coronel da Guarda Nacional; Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional da Comarca da Capital (1891). Foi nomeado, também, Agente Consular da República Francesa na Província de Santa Catarina. Foi nomeado segundo Vice-Governador de Lauro Müller (1889) bem como assumiu o governo como Primeiro Vice-governador, quando Raulino Horn deixou o governo para assumir o cargo de Senador. Em 1894 foi eleito Senador para a 2ª legislatura (1894 a 1896); e também à 6ª legislatura (1906-1915), renunciando ao cargo para assumir o cargo de Governador do estado (1906-1910); Deputado federal à 8ª legislatura (1912-1914); foi um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, bem como de outras instituições científicas e literárias no Rio de Janeiro. Faleceu em Florianópolis no dia 10 de outubro de 1929. [259]

Em 24 de agosto de 1890, Gustavo Richard assume o Governo do estado, pois Lauro Müller toma posse como Deputado federal. Em 29 de setembro de 1890, Lauro Müller retorna ao estado e reassume o governo, pois Deodoro havia dissolvido o Congresso Nacional e Gustavo Richard se coloca a favor das medidas, causando uma séria crise dentro do PRC. Em 10 de outubro de 1890, Gustavo Richard reassume novamente o governo, pois Raulino Horn primeiro vice, permanece no cargo oficialmente somente por 5 dias e reassume no Rio de Janeiro o cargo de Senador, já que Lauro Müller também reassume o cargo de Deputado federal.

A reconvocação da Assembléia Nacional Constituinte foi feita pelo então Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto, uma vez que o Marechal-Presidente Deodoro da Fonseca havia renunciado em 22 de novembro de 1890. Em novembro de 1891, Lauro Müller tenta reassumir o governo, mas é obrigado

---

[258] Este trecho foi publicado no Jornal Folha Nova no dia 17 de janeiro de 1929, parte integrante do livro que sua neta, a professora Sylvia Amélia Carneiro da Cunha está para publicar sob o título provisório de Gustavo Richard - Um republicano Histórico em Santa Catarina - vida e obra. Cf. DIÁRIO CATARINENSE, *Gustavo Richard: um democrata de idéias avançadas*. Op. cit. p. 38, c. 2 a 5.

[259] PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 495-96.

a renunciar em 28 de dezembro de 1891, pois o Palácio do governo foi tomado pelos federalistas em Santa Catarina. Lauro Müller renuncia e retorna à Câmara Federal, pressionado pelos federalistas dentro do próprio partido. Lauro entrega então o governo ao Major Firmino Lopes do Rego e este à junta governativa integrada pelos principais líderes federalistas de Santa Catarina. Gustavo Richard, com o final da revolução Federalista e a vitória dos florianistas, foi nomeado, por ato do então Presidente da República Floriano Peixoto, em 18 de outubro de 1894, Coronel da Guarda Nacional do 1º Batalhão de Artilharia, por "serviços prestados" à República.

Gustavo Richard foi eleito Governador do estado em 28 de setembro de 1906, tendo como Vice-Governador Abdon Batista. Até o dia 21 de dezembro de 1906 Abdon Batista assumiu o governo, por impedimento ocasional de Gustavo Richard. A sua eleição foi marcada pela Política dos Governadores, pois, "Ministro de Estado, Lauro agia como peça importante da 'política dos governadores' que Campos Sales inaugurou e que se tornou praxe na República Velha. Com este instrumento Lauro Müller leva Gustavo Richard ao governo do estado em 1906 ao lado do ex-integralista Abdon Batista, como vice." [260]

Esta eleição foi a consolidação da fusão partidária acontecida entre os Republicanos e Federalistas, iniciada com Lauro Müller, em 1902, em Santa Catarina e que acabou reforçando a ala "linha dura" dentro do PRC. Seu governo foi marcado pela forte oposição dos "hercilistas", comandada pelo próprio Hercílio Luz, rompendo relações em fevereiro de 1908, pois havia resistências a seu nome dentro do governo para a substituição de Lauro Müller na presidência do PRC no ano anterior. Hercílio Luz resolve então fazer franca oposição ao governo Gustavo Richard e "bancar" um jornal para combater o governo e fazer a "Campanha Civilista", pró candidatura Rui Barbosa à Presidência da República.

> Encontrando resistência no novo governo Hercílio Luz presente (sic) a dificuldade de convivência. A 15 de novembro [1907] dirige uma circular aos seus correligionários. Anunciava o lançamento de um jornal "*que orientarei no sentido de ser um veículo de propaganda de tudo quanto interessar ao Estado de Santa Catarina; é um órgão de combate em defesa dos princípios democráticos consubstanciados nas leis básicas da República e do Estado*". Os princípios do jornal são definidos: "no momento em que na feliz frase do venerável e ilustre senhor Presidente da República, como é que o Brasil bafejado por um sopro de nova vida, não pode o Estado de Santa Catarina permanecer na situação em que, pesarosos, todos o encontramos. [261]

Desta forma, no dia 15 de janeiro de 1908 surge em Santa Catarina mais um jornal de caráter político a "Gazeta Catarinense", sob a direção do próprio Hercílio Luz e tendo como redator chefe o

---

[260] PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 424.
[261] PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 424.

jornalista Crispim Mira. O rompimento com o governo é anunciado na própria "Gazeta Catarinense" através de uma "Carta Política", no dia 16 de março de 1908, na qual Hercílio Luz declarava: "a responsabilidade que me cabe nos negócios políticos do meu estado, não me permite por mais tempo silenciar sobre os motivos que me impeliram a assumir a atitude de franca oposição ao Senhor Cel. Gustavo Richard".[262]

Entretanto, no mês de maio a cúpula do PRC se reúne no Rio de Janeiro para tentar uma reconciliação entre as alas. Lauro Müller renuncia ao comando do partido por não obter êxito na empreitada. Em Florianópolis a recomposição do partido acontece apenas em novembro, elegendo o seu diretório, mas sem a participação de Hercílio Luz e consolidando Lauro Müller:

> Fica assim organizado: Conselho Supremo: Lauro Müller, presidente e Abdon Batista, vice. Comissão Executiva: Antonio Pereira da Silva e Oliveira, Francisco Silveira, Emílio Blum, Gustavo Lebon Régis e Carlos Wendhausen. Representantes dos municípios: Belisário José de Oliveira Ramos (Araranguá), Victorino de Paula Ramos (São Bento e Campo Alegre), Luiz Antonio Ferreira Gualberto (São Francisco), Alvin Schrader (Blumenau), Francisco Tavares da Cunha Melo Sobrinho (Joinville), Lauro Marques Linhares (Florianópolis), Pedro Ferreira e Silva (Itajaí) e Vicente Silveira (Palhoça).[263]

O Brasil nesta época fervilha com a política dos governadores, onde as oligarquias locais passam a deter um peso político mais acentuado e importante nas decisões em relação ao poder central. Rui Barbosa inicia sua "campanha Civilista" apelando para o revisionismo constitucional e Hercílio Luz segue o mesmo discurso em Santa Catarina, utilizando-se da Gazeta Catarinense. Rui Barbosa pretendia que

> "no dia em que a União deixe de ser o guarda-costas das oligarquias locais, e entre a zelar seriamente com as atribuições que a Constituição já lhe dá e as que a reforma constitucional lhe der, contra os desregramentos pelos quais nos Estados, se anula ou subverte o sistema republicano federativo, a autonomia dos membros da federação começará, desde logo, a ter foros de verdade, e a política brasileira deixará de ser, como é o sindicato dos governadores presidido pelo Chefe do Poder Executivo".[264]

Hercílio Luz então, forma em Santa Catarina a "Junta Civilista", assumindo o discurso de Rui Barbosa e apoiando-o na sua campanha à Presidência da República. Entretanto a cúpula do PRC fazia campanha para Hermes da Fonseca, que obteve dois terços dos votos em Santa Catarina no pleito de I° de março de 1910. Este momento político significa também um momento de renovação política de seus intelectuais, pois passam a compor o cenário novas lideranças que se formam no bojo da "Campanha Civilista": a família Konder de Itajaí, representados por Adolpho, Victor e Marcos.

---

262 PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 424-25.
263 PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 425.
264 PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 425.

5.5.1. A gestão de Gustavo Richard e as bases do populismo com Hercílio Luz

Sua gestão foi marcada: pela construção de pontes metálicas sobre rios importantes no estado; abertura de novas estradas, ligando Itajaí a Camboriú e de Tijucas a Biguaçú, ligando o vale do Itajaí a Capital, início da construção da Estrada-de ferro- São Paulo-Rio Grande do Sul, pela "*Brazil Railway Co.*" de Percival Farqhuar (conhecida como Sindicato Farqhuar); instalação na capital do serviço telefônico, a Biblioteca Pública, Diretoria de Higiene, Liceu de Artes e Oficios, a iluminação elétrica e o serviço de abastecimento público de água; inaugurou-se a primeira sede do Palácio da Assembléia Legislativa (que se incendiou em 1956), o calçamento da Praça XV, bem como, a reforma do Jardim Oliveira Belo, a construção de edificios públicos e escolares na capital e em diversas regiões do estado. Foi instituído durante a sua gestão o Montepio do Servidor público do estado. [265]

Gustavo Richard entregou seu governo ao governador eleito Vidal Ramos em 1910 e, em 1912, foi eleito Deputado federal. Assim sendo,

> O grupo oligárquico majoritário elege Vidal Ramos, governador e Eugenio Muller, vice. Mantem-se a distribuição equitativa dos cargos no legislativo. Hercílio, Lauro, Schmidt e depois Abdon Batista no Senado. Com interesses satisfeitos ocorre um período sem cisões. Hercílio reaproxima-se da cúpula do PRC. Para o quatriênio governamental de 1914/1918, volta Felipe Schmidt. Dorval Melquíades de Souza, eleito Vice-governador, renuncia antes da posse. Pereira Oliveira é guindado ao posto. Mantendo-se afastado da direção partidária mas não divorciado da ação política Hercílio Luz ascendeu na liderança popular. Ele se destacará pelo contato direto com o povo, nas incursões que fazia aos municípios do interior e, mesmo, na capital, onde tornou-se figura carismática. Buscava a volta ao governo do Estado com o apoio popular. "*Sua máquina para a nova conquista do poder já estava azeitada pela campanha que realizava pelo interior do Estado acionando, inclusive, incipientes segmentos populares que lhe dedicavam ovação e aplausos quando de sua aparição em público.*" [266]

Desta forma, Hercílio Luz foi o responsável pela inauguração em Santa Catarina das bases do populismo que cresce e se desenvolve, exprimindo as rupturas internas da classe dominante e a crise ideológica que se instalou entre as frações dentro do PRC.

Terminado o mandato de deputado, Gustavo Richard deixou a vida pública oficialmente:

> Quando terminou seu mandato de deputado federal, por desgosto com a nova orientação do Partido Republicano Catarinense, que ele ajudou a fundar com tanto idealismo, não aceitou mais nenhum cargo público e se afastou totalmente da política. Passou a residir na sua formosa residência, vivendo exclusivamente para a família, a quem dedicava profunda e consciente importância, dando-lhe muito valor.

---

265 DIÁRIO CATARINENSE. *Gustavo Richard: Capital ganha iluminção elétrica.* Op. cit. p. 37, c. 3 e 4.
266 PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 425.

> Dividiu seu tempo escrevendo artigos para jornais sob o título *Reminiscências políticas*, lecionando matemática e francês aos netos, relendo os livros de sua excelente biblioteca e praticando seu hobby predileto, que era o desenho. "*Fazia retratos a crayon e bico de pena de personagens ilustres da época*", conta a professora. [Sylvia Amélia Carneiro da Cunha, neta - VAS].
> Dedicou-se a sua chácara plantando árvores frutíferas e flores, entre as quais belas orquídeas. Richard recebia muitas visitas aos domingos, como o coronel Pereira Oliveira, Almirante Durval Melquíades de Souza, Vidal Ramos, entre outros. Sempre tinha convidados à mesa do jantar e fazia questão de servir-lhes, preparados por ele mesmo, tanto pratos nacionais quanto os elaborados com as boas receitas da cozinha francesa. "*Seus patês eram famosos*", comenta Sylvia Amélia. [267]

5.6. ADOLPHO KONDER: A RENOVAÇÃO DOS QUADROS PARTIDÁRIOS E A ASCENÇÃO DA PODEROSA FORÇA POLÍTICA DAS FAMÍLIAS KONDER-BORNHAUSEN (1926-1930)

Adolpho Konder torna-se um dos novos rebentos na reformulação partidária acontecida em 1926. Depois de ser Secretário da Fazenda, elege-se Governador sucedendo Antônio Pereira e Oliveira, pois Harcílio Luz havia falecido em 1924, defendendo reformas dentro do PRC e com o apoio dos "hercilistas".

Adolpho Konder nasceu em Itajaí no dia 16 de fevereiro de 1884 e era filho do imigrante alemão Marcos Konder (Sênior) e Adelaide Flores Konder, filha do Major José Henrique Flores (uma das grandes lideranças dos Conservadores). Adolpho foi o quarto filho do casal Konder: Evelina (casada com Alois Fleischmann), Arno (Diplomata), Victor (Ministro de Viação no Governo de Washington Luiz), Marcos (empresário continuador das atividades econômicas da família, Deputado estadual e Prefeito de Itajaí), Elisabeth (casada com Oswaldo Reis, pais de Antonio Carlos Konder Reis), e a caçula Maria (casada com Irineu Bornhausen, pais de Jorge, Roberto e Paulo Konder Bornhausen) eram os seus irmãos.

Sua infância se passou em Itajaí e, em 1894, foi para o internato do Colégio Santo Antônio, fundado pelo padre Jacobs em Blumenau, juntamente com seu irmão Marcos. Após o falecimento de seu pai em Hamburgo, na Alemanha , em 30 de maio de 1898, foi estudar no Rio Grande do Sul, juntamente com seu outro irmão Victor.

A família Konder é originária da Alemanha, mais precisamente na região do Mosela em Schweich, onde nasceu Marcos Konder (pai). Marcos Konder fez seus estudos primários na sua cidade natal e mais tarde foi enviado a Treveris, capital do Mosela, onde recebeu seu diploma de Professor rural, a partir

---

[267] DIÁRIO CATARINENSE. *Gustavo Richard: nunca festejou as suas vitórias*. Op. cit. p. 39, c. 1.

do Seminário Pedagógico realizado na região. Marcos Konder tinha apenas 16 anos. Entretanto, com a guerra franco-prussiana (1870-1871), foi designado para trabalhar no Convento de Treveris, transformado em hospital, e fazer os registros dos mortos e feridos. Logo após a guerra, recebeu a visita de seu conterrâneo e rico comerciante em Itajaí (Santa Catarina), Nicolau Malburg, que visitava a Alemanha naquele período (1872). Nicolau Malburg, então, convida-o para trabalhar como professor particular de seus filhos, recebendo ajuda de custo, como casa e comida. [268] Assim sendo, Marcos Konder viajou para o Brasil saindo de Hamburgo num navio vapor, chegando ao Rio de Janeiro e daí dirigindo-se para Itajaí.

> Nessa ocasião o município de Itajaí abrangia enorme área territorial, onde se incluíam as colônias de Blumenau, Itajaí (também denominada Brusque) e Príncipe Dom Pedro, e pelo recenseamento do Império do Brasil a sua população orçava em 16.265 brasileiros e 5.107 estrangeiros, distribuída quanto à situação social em 20.542 livres e 830 escravos, totalizando 21.372 habitantes.
> Esclarece-se ainda que o porto de Itajaí era, então, a passagem natural e obrigatória de uma vasta hinterlândia que se desenvolvia populacional e economicamente.[269]

Marcos Konder teve uma rápida ascenção profissional, conseguindo acumular uma quantidade suficiente para abrir seu próprio negócio em 1876, deixando de trabalhar como funcionário da Casa Comercial de Nicolau Malburg:

> Chegando a Itajaí, Marcos Konder (Sênior), de entremeio com as aulas, tornou-se prestimoso auxiliar da casa comercial de Nicolau Malburg, e devido a sua operosidade ingressou no quadro de empregados da firma, tornando-se mais tarde seu procurador.
> Assim, em 1873, já se dedicava inteiramente aos negócios da firma, desde o atendimento à freguesia até a escrituração dos livros mercantis e a correspondência mais sigilosa e importante.
> Nos intervalos das atividades comerciais ainda encontrava tempo para ensinar piano e entre os seusalunos estava Adelaide da Silveira Flores, filha do latifundiário e chefe local do Partido Conservador, Coronel José Henrique Flores.
> Em 1876 deixava a firma Malburg e estabelecia-se por conta própria.
> A 24 de julho de 1877 consorciava-se com sua ex-aluna de piano, Adelaide Flores. [270]

Neste entretanto, a firma de Marcos Konder tornou-se agente do Banco Nacional do Comércio e do Banco Alemão Transatlântico passando a atuar no comércio de exportação de madeiras e importação e exportação de gêneros coloniais. Assim sendo, Marcos Konder

> "*enriquecido com a exportação de madeira, pôde adquirir toda a partilha dos herdeiros e aproveitar assim o grande terreno lateral, onde construiu o atual palacete (de residência)*", em Itajaí, e "*ao casar-se em 1877, (...) comprou o famoso cassarão achatado e comprido, com três portas e muitas janelas. Uma metade servia de moradia e outra, com duas portas, de escritório e armazém*".[271]

---

[268] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 424.
[269] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 424.
[270] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 424.
[271] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 424.

A firma Konder, entretanto, teve seu negócio prejudicado devido as grandes enchentes que assolaram o Vale do Itajaí no ano de 1880. Arrumou as malas e foi para o Rio de Janeiro:

> Os negócios, entretanto, devido à enchente de 1880, foram prejudicados. Pagou os credores e rumou para o Rio de Janeiro, onde, numa casa comissária portuguesa, aprendeu o relacionamento, com as regras da época, para a exportação de produtos agrícolas. Daí retornou a Itajaí e montou seu escritório de comissões e despachos, que se tornou a mais importante organização exportadora e importadora daquele porto.
> (...) "*A firma Konder era agente do Banco Nacional do Comércio e do Banco Alemão Transatlântico*".
> Nasceu, assim, uma sólida organização que seria desenvolvida pelos filhos e genros. Com o fruto do esforço de Marcos Konder (Sênior) estudaram Victor Konder (futuro Ministro da Viação do Governo de Washington Luiz), Adolfo (futuro Governador do Estado de Santa Catarina), Marcos (o continuador da obra paterna nas atividades econômicas, além de deputado estadual e prefeito de Itajaí, foi autor de interessantes estudos e monografias), Arno (diplomata), além das filhas, Evelina (que foi casada com Alois Fleischmann), Marieta (que foi casada com o industrial e Governador de Santa Catarina, Irineu Bornhausen) e Elisabeth (que foi casada com o Sr. Oswaldo Reis, pais do Senador e Governador Antônio Carlos Konder Reis).
> Marcos Konder (Sênior) faleceu a 30 de maio de 1898, em Hamburgo, Alemanha, tendo sido os seus restos mortais transferidos para Itajaí. [272]

Para a continuação dos projetos de Marcos Konder, sua família tratou de investir a fortuna que ele havia feito durante sua estada em Santa Catarina e "com o fruto de sua fortuna, os seus filhos e seu genro, Alois Fleischmann, implantaram a primeira usina de açúcar em Santa Catarina, a Usina Adelaide, na localidade de Pedra de Amolar, cuja montagem e direção foi executada, a partir de 1918, pelo técnico tcheco José Brizza, que a pôs em funcionamento normal em 1919."[273]

Após o falecimento do pai, Adolpho e Victor Konder foram para a cidade gaúcha de São Leopoldo estudar na escola secundária Colégio Conceição, construída pelos Jesuítas e que se destacava pela qualidade do ensino! Adolpho bacharelou-se em Ciências e Letras em São Leopoldo. Realizado o curso ginasial, ambos mudaram-se para São Paulo, e foram estudar na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, bacharelando-se em Direito em 1907. Neste mesmo ano retornam para Santa Catarina. Adolpho e Victor Konder foram alunos de destaque na faculdade: Victor ganhou o Prêmio Viagem à Europa por ter conseguido as melhores notas; e Adolpho recebeu a missão de saudar o Chanceler brasileiro Barão do Rio Branco, que só deixou o cargo quando faleceu, em 1912, sendo substituído por Lauro Müller.

Adolpho Konder iniciou sua trajetória política em Itajaí, fundando e dirigindo o Jornal *O Novidades* de Itajaí. Mais tarde tornou-se proprietário do jornal *Diário da Tarde* em Florianópolis. Na sua vida pública sempre defendeu os princípios liberais e no seu retorno à Itajaí fez a Campanha Civilista,

---

272 PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 424-25.
273 PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 425.

juntamente com Hercílio Luz, apoiando o candidato à Presidente da República Rui Barbosa. Mesmo com a derrota de Rui Barbosa, Adolpho foi exercer a carreira diplomática no Ministério das Relações Exteriores a convite de Lauro Müller. Em 1913, foi chefe do Escritório de Guerra do Itamaraty, e deve ter tido um grande peso na decisão do Exército brasileiro em liberar tropas e armas para o enfrentamento do "fanáticos do contestado", pois era o governo de Vidal Ramos.

Em 1918 fez parte da "Junta Republicana", juntamente com Cid Campos, Henrique Rupp Júnior, Oscar Rosas e João Oliveira, encarregada de difundir as idéias do "Hercilismo". Ocupou o cargo de Secretário da Fazenda Obras Públicas e Agricultura no governo de Hercílio Luz, permanecendo de 28.09.1818 a 27.10.1920. Elegeu-se Deputado federal em várias legislaturas: à 11ª legislatura (1921-1923); à 12ª legislatura (1924-1926); elegeu-se governador do estado (1926-1930); Senador (1930), [274] ocasião em que foi destituído pela "revolução de 1930". Deputado à Assembléia Nacional Constituinte (1935) e à 1ª legislatura (1935-1937), elegendo-se pela coligação partidária "Por Santa Catarina".

Adolpho Konder elegeu-se Governador de Santa Catarina, tomando posse em 28 de setembro de 1926, juntamente com o lageano Valmor Argemiro Ribeiro Branco como Vice-Governador. A morte de Felipe Schmidt, em 10 de maio de 1930, deixou a cadeira de Senador politicamente em vacância e realizaram-se eleições para o Senado, em 9 de agosto de 1930, para preenchimento da vaga. Adolpho Konder se elegeu Senador com 43.867 votos.

Com a eclosão da revolução de 1930, foi preso no Rio de Janeiro e mantido em cárcere num navio da Companhia Nacional de Navegação Costeira, fundada pelo catarinense e empresário Henrique Lage. Em 1933, juntamente com Irineu Bornhausen, que também estava exilado no Rio, promoveu amplo processo de alistamento eleitoral no vale do Itajaí. Adolpho Konder assumiu a presidência do PRC, e se elegeu Deputado à Assembléia Nacional Constituinte em 1934, defendendo idéas a partir de uma concepção de "democracia multiracial".

> (...) Adolpho Konder se elegeu deputado à Assembléia Nacional Constituinte, em 1934, onde sua atuação foi impecável, combatendo a opinião de Miguel Couto sobre a imigração japonesa para o Brasil. Foi Adolpho Konder quem defendeu a tese da conveniência e da oportunidade da vinda para o Brasil de todas as nacionalidades para que o país pudesse ser a maior democracia racial do mundo. [275]

---

[274] PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 271.
[275] DIÁRIO CATARINENSE. *Adolpho Konder: defendia democracia multiracial.* Op. cit. p. 46, c. 1.

Permaneceu no cargo como Deputado federal até 1937. Numa eleição suplementar para Deputado federal, em 1936, Adolpho Konder foi derrotado, vencendo no primeiro turno, mas, estrategicamente, o partido adversário, resolvendo derrotá-lo, votou em outro candidato de sua chapa. Adolpho era amigo pessoal de Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, José Almeida e Felinto Müller. Durante todo o periodo do Estado Novo (1937 a 1945), Adolpho permaneceu no Rio de Janeiro advogando em seu escritório particular, onde recebia várias pessoas do mundo político, principalmente de catarinenses. Com o processo de redemocratização do país, em 1945, foi um dos criadores da União Democrática Nacional - UDN, juntamente com Henrique Rupp Júnior e Aristiliano Ramos. [276]

5.6.1 A gestão de Adolpho Konder e a nova onda de colonização: a ocupação da região do "Contestado" por colonos alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul

No plano de sua gestão de governo, foi o responsável pela ocupação do Oeste e Meio-Oeste catarinense, região onde ocorreu a "guerra do Contestado". O objetivo era ocupar os espaços a partir da migração interna de colonos de origem alemã e italiana vindos do Rio Grande do Sul.

Em 1928, Adolpho Konder fez uma viagem estratégica até o extremo oeste catarinense, na fronteira com a Argentina e divisa com o Rio Grande do Sul, e encontrou-se com o então governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, para verificar *in loco* a possibilidade de ocupação das terras. Seu objetivo era fazer um reconhecimento da região e das possibilidades de ocupação do vasto território. Para tanto contava com a experiência histórica da grande colonização alemã e italiana na região do vale do Itajaí.

Suas viagens pelo interior foram marcadas pelas mais diversas circunstâncias, pois teve de locomover-se de várias formas: a cavalo, de barco, em carroças, de carro e de trem. Numa dessas viagens, em 1929, sofreu um acidente automobilístico na estrada que ligava São João a Palmas, quando retornava da fronteira com a Argentina. Entretanto, no final da viagem, percorreu o mesmo trajeto feito pela Coluna Prestes, passando pela cidade de Separação, onde a Coluna se dividiu, quando uma parte foi para a Bolívia e a outra para a Argentina. [277]

---

[276] PIAZZA, W. (1985),Op. cit. p. 271.
[277] DIÁRIO CATARINENSE. *Adolpho Konder: viagem inédita acabou na Argentina*, Op. cit. p. 47. c. 1. Cf.

Nesta viagem histórica de Adolpho Konder, articulou-se com Getúlio Vargas a necessidade de ocupação daqueles espaços regionais, com a implementação de novas políticas de colonização, agora para o Oeste catarinense, com colonos vindos do interior do Rio Grande do Sul.

As políticas buscavam desenvolver uma campanha para o cultivo de trigo e da erva-mate, com uma política florestal que regulamentava o corte e a poda organizada dos ervais, a derrubada de florestas e a preservação dos cursos d'água. Instituiu o Dia da árvore e o ensino da silvicultura nas escolas. Num discurso que Adolpho fez em 1928 destacava: "E maldito seja o que faz sangrar a floresta sem aproveitar a clareira aberta! Malditos os criminosos do machado e os que dos seus crimes se socorrem".[278]

Também criou um programa para o setor rodoviário visando a integração regional do Meio-Oeste com o Oeste, ou seja, abriu estradas: de Cruzeiro (Joaçaba) para as cidades de Concórdia, Xanxerê e Chapecó, e daí para São Carlos, Palmitos, Porto Feliz (Mondaí) até atingir a fronteira da Argentina com o Rio Grande do Sul, em Itapiranga. Em seguida, deslocou-se para a região noroeste do estado, para Descanso, Separação, Maria Preta e finalmente Barracão (Dionísio Cerqueira), onde criou uma escola e nomeou autoridades fiscais e policiais com o objetivo de zelar pela fronteiras do estado com a Argentina. Outras políticas desenvolvidas no setor de transportes foram as melhorias nos portos de Itajaí, São Francisco e Florianópolis. As obras de dragagem do Rio Cachoeira foram importantes para a ligação entre Joinville e Curitiba, melhorando as condições de tráfego entre as duas cidades. Outra obra de peso foi a ligação rodoviária entre Florianópolis-Itajaí-Joinville-São Bento até atingir Porto União na divisa com o Paraná.

Na capital, criou as condições de acesso à cabeceira da ponte Hercílio Luz e até o centro da cidade; remodelou o prédio do Mercado Público Municipal; construiu o Trapíche Miramar; a Penitenciária Estadual na região da Agronômica; contribuiu para a criação da Província Eclesiástica de Santa Catarina; a criação da Pinacoteca, bem como, atenção especial à Biblioteca Pública. Adolpho Konder foi ainda, sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e o fundador da Cadeira número 26 na Academia Catarinense de Letras.

Remodelou a Polícia Militar do Estado, realizou o Primeiro Congresso Estadual de Professores e o Primeiro Congresso Catarinense de Municípios, ação estratégica para "sentir o clima" da realidade e da

---

278 MEIRINHO, Jali, Adolpho Konder - Opinião: ele tinha a visão da modernidade. In. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 48 c. 3.

política catarinense e estabelecer novas relações de caráter modernizante. No final de seu governo desincompatibilizou-se para concorrer ao Senado, transmitindo o cargo para o Presidente do Congresso Representativo do Estado, Antonio Vicente Bulcão Vianna, em 26 de março de 1930, que permanece até a posse de Fúlvio Aducci, em 28 de setembro de 1930.

Adolpho Konder faleceu no Rio de Janeiro em 24 de setembro de 1956 e foi sepultado em Florianópolis conforme seu desejo.

5.7. FÚLVIO ADUCCI: GOVERNADOR ELEITO E DEPOSTO PELA "REVOLUÇÃO DE 1930" (1930)

A trajetória política de Fúlvio Aducci foi marcada pelos acontecimentos políticos de todo o período da República Velha, e se tornou a última e a menor gestão de um Governador eleito, a qual marcou o fim República Velha ou Primeira República (1889-1930).

Fúlvio Coriolano Aducci nasceu na cidade de Desterro em 8 de fevereiro de 1884, e era filho de Alexandre Magno Aducci e Hortência do Livramento Aducci. Seu pai era conferente da Alfândega na capital. Formou-se em Ciências Jurídicas em 1908 pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1911 foi nomeado Promotor Público de Palhoça.

Sua carreira política iniciou-se como Deputado à Constituinte Estadual (1910) ocupando o cargo de suplente de Secretário, e à 7ª legislatura (1910-1912); Deputado estadual à 8ª legislatura (1913-1915), ocupando o cargo de Suplente de secretário (1913, 1914 e 1915) tendo renunciado em 1915; à 10ª legislatura (1919-1921); à 11ª legislatura (1922-1924); à 12ª legislatura (1925-1927); também Deputado federal à 13ª legislatura (1927-1929); e à 14ª legislatura (1930-1932), eleito simultaneamente ao cargo de Governador, sendo deposto pela "revolução e 1930" menos de um mês após ter assumido; exerceu também o cargo de Secretário Geral do estado (28.09.1914 a 2.07.1918), Secretário do Interior e Justiça (28.09.1926 a 22.11.1926), no final do governo de Hercílio Luz, sendo exonerado quando Adolpho Konder assumiu o governo (20.09.1926); também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina; Professor, Diretor e um dos fundadores da Faculdade de Direito de Santa Catarina; Diretor do Instituto Politécnico de

Florianópolis; Presidente da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil; Diretor da Caixa Econômica Federal em Santa Catarina.[279]

Na sua primeira legislatura foi um dos 16 deputados Constituintes, bem como suplente do secretário da mesa diretora. Foi reeleito em 1913, mas desincompatibilizou-se em 1914 para assumir a pasta de Secretário Geral do Governo de Felipe Schmidt. Foi reconduzido à Assembléia e permaneceu de 1919 até 1925, quando renunciou ao mandato em 7 de outubro de 1925 para se canditadar à Câmara Federal sendo eleito em 11 de julho de 1926. Na sua segunda investida como Deputado federal em 1930, candidatou-se simultaneamente à Governador e foi eleito para os dois cargos, assumindo o Executivo.

Fúlvio aducci foi eleito Governador para o período de 1930 a 1934, assumindo o cargo no dia 29 de setembro de 1930, juntamente com José acácio Soares Moreira como Vice-Governador eleitos pelo PRC. Entretanto, já no dia 3 de agosto, a oposição, através da Aliança Liberal encabeçada por Nereu Ramos e Rupp Júnior, contestou as eleições perante a Justiça Eleitoral alegando fraude eleitoral.

No dia 25 de outubro de 1930 a Ilha de Santa Catarina capitula, diante da deposição de Washington Luiz no Rio de Janeiro. Assume o Comando da capital catarinense uma junta militar que imediatamente passa o Comando para a Interventoria do General Ptolomeu de Assis Brasil, na manhã de 26 de outubro, acompanhado de seus correligionários gaúchos e catarinenses, entre eles, Vidal Ramos, Nereu Ramos e Henrique Rupp Junior. Fúlvio Aducci e seu secretariado fogem num barco no dia 25 à noite pela Praia de Fora (Beira-Mar Norte) em direção ao Rio de Janeiro.

Durante todo este período da Primeira República, os Governadores eram nomeados e eleitos pelo Partido Republicano, que se tornou hegemônico, representando um sistema de gestão baseados no poder oligárquico na maioria dos estados brasileiros. Políticos catarinenses ocuparam cargos estratégicos no Governo Federal com Lauro Müller, Ministro de Viação e Obras Públicas no Governo de Rodrigues Alves, Victor Konder, Ministro de Viação e Obras Públicas e Agricultura, Contra-Almirante Arnaldo Pinto da Luz, Ministério da Marinha e General Nestor Sezefredo Passos, Ministério da Guerra, no Governo de Washington Luiz (deposto), entre outros.

---

[279] PIAZZA, W. (1985) Op. cit. p. 21.

Com a vitória da revolução de 1930, os Liberais que a comandavam na tomada do poder, destituiram todos os Governadores e a orientação geral era de que os cargos fossem ocupados por Interventores Federais que estivessem de comum acordo com o Movimento revolucionário; muda-se, desta forma, a correlação de forças internas.

6. O PODER POLÍTICO OLIGÁRQUICO DOS RAMOS E KONDER-BORNHAUSEN: DA "REVOLUÇÃO DE 1930" AO PLANEJAMENTO DA AÇÃO ESTATAL (1930-1960)

O início da década de 1930 foi um período conturbado na história política catarinense e destacou-se pela reorgnização do bloco no poder, iniciando-se com as "Interventorias Federais" no estado. Quando o Presidente da República Washington Luiz foi deposto por Getúlio Vargas, o governador eleito Fúlvio Aducci permaneceu fiel ao Presidente deposto. Santa Catarina foi então invadida pelas tropas revolucionárias vindas do Rio Grande do Sul comandadas pelo General Ptolomeu Assis Brasil, e o governo de Fúlvio Aducci foi deposto, em 25 de outubro de 1930. Instala-se inicialmente uma "Interventoria Militar do Governo Revolucionário", a primeira com o General Ptolomeu de Assis Brasil (1930), sendo auxiliado pelo Professor Barreiros Filho. A segunda Interventoria (1932) ficou a cargo do Major Zobaram, "meio-irmão" do General Assis Brasil, mas permaneceu no cargo por pouco tempo devido às fortes pressões sofridas por parte dos gaúchos e catarinenses. O Major Zobaran foi substituído, então, pelo líder revolucionário lageano Aristiliano Ramos, assumindo a terceira Interventoria (1933) até 1935. Em 1935 foi marcada eleição indireta para Governador, via Assembléia Legislativa, e vence o pleito Nereu Ramos, primo de Aristiliano Ramos, que governa até 1937. Com a instituição do Estado Novo (1937) Nereu Ramos permanece no poder também como Interventor Federal nomeado por Getúlio Vargas até 1945.

6.1. A "REVOLUÇÃO DE 1930" E AS INTERVENTORIAS FEDERAIS: PRESSÃO DOS "CORONÉIS" - ARISTILIANO RAMOS NO PODER (1930-1935)

Com a capitulação da Ilha de Santa Catarina, os "revolucionários" tomam o poder de assalto. Um dos primeiros atos do General Assis Brasil na primeira Interventoria foi a nomeação do Professor da Escola Normal Catarinense, Francisco Barreiros Filho, como seu Secretário particular, e de Armando Fay de Azevedo como Oficial de Gabinete. Uma decisão estratégica foi a imediata apropriação do jornal, porta-voz do governo anterior, *A República*, que se tornou o orgão encarregado de fazer a publicidade do novo

governo revolucionário. Foram nomeados para a redação do jornal Oswaldo Mello, Haroldo Callado, Antônio Mâncio da Costa, João Batista Pereira e Jairo Callado. [280]

Para garantir o processo revolucionário, instituindo a "nova ordem", foram instaladas em todos os municípios "Comissões de Sindicância" no intuito de efetivar a operacionalização das novas determinações do governo revolucionário. Desta forma foram substituídos todos os Prefeitos, os delegados e suplentes de delegados de polícia, além dos "cargos de confiança" da administração pública estadual: empossados o novo Comandante da Força Pública Capitão Risoleto Barata (13° Regimento de Infantaria), Celso Salles para o cargo de Chefe da Interventoria de Estradas de Rodagem e Minas do Estado e Manoel Pedro da Silveira como Secretário do Interior e Justiça. [281]

O novo Interventor, General Ptolomeu Assis Brasil, viaja para todas as regiões do estado no intuito de fazer averiguações "in loco" dos acontecimentos e tentar a conciliação com os ex-governistas derrotados. Viaja principalmente para a região do Vale do Itajaí, principal base e reduto eleitoral dos Konder e Bornhausen e "o maior foco de resistência à Revolução de 30, pois ali estava a base eleitoral de Victor Konder, Ministro da Viação do Governo deposto de Washington Luis, e de toda sua família. Assis Brasil também visita a região serrana e o Sul do estado"[282] e faz diversas viagens ao Rio de Janeiro estabelecendo os contatos com o governo central e informando sobre a situação local. Em julho de 1931, faz declarações de que em Santa Catarina "reina a ordem e o trabalho". Em outubro de 1931, devido às pressões e o grande desgaste político que o governo revolucionário vinha sofrendo devido a instauração e a ação repressora das Comissões de Sindicância, Assis Brasil assina Decreto concedendo anistia política aos responsáveis, civis e militares, por crimes eleitorais e que participaram em movimentos sediciosos de qualquer natureza, bem como dissolvendo as Comissões de Sindicância.

Devido a correlação de forças internas pelo poder entre gaúchos, paranaenses e catarinenses, o mesmo dilema dos federalistas no século passado, o General Assis Brasil renuncia ao cargo em abril de 1932, alegando problemas particulares e pessoais de saúde. "Durante este período ainda assumiram interinamente secretários de estado, como Cândido Ramos, Manoel Pedro da Silveira, Luis Carlos de

---

280 DIÁRIO CATARINENSE. *Interventores de 30: Assis Brasil governou sem as lideranças catarinenses*, Op. cit. p. 51 c. 3.

281 DIÁRIO CATARINENSE. *Interventores de 30: Assis Brasil governou sem as lideranças catarinenses*, Op. cit. p. 51 c. 3.

282 DIÁRIO CATARINENSE. *Interventores de 30: Assis Brasil governou sem as lideranças catarinenses*, Op. cit. p. 51 c. 3.

Morais, Plácido Olímpio de Oliveira e Fontoura Borges do Amaral Mello." [283] Aos jornais da época, sua renúncia aconteceu por problemas políticos devido ao seu apoio não-oficial à "Frente Única dos Pampas - FUP" - e a "revolução paulista" de 1932. Entretanto, as pressões advinham das próprias lideranças catarinenses, pois sua gestão havia sido marcada pelo isolamento político destas lideranças, as quais conduziram a Aliança Liberal até a tomada do poder. [284]

Em seu lugar foi nomeado outro gaúcho e meio-irmão do General Assis Brasil, o Major Rui Zobaran. Assumiu em 26 de outubro de 1932 e permaneceu até 19 de abril de 1933, quando, por forte pressão das forças políticas dentro do Partido Liberal Catarinense - PLC, foi substituído pelo coronel lageano Aristiliano Ramos. O PLC foi criado em 1931 pela família Ramos no bojo da Aliança Liberal com os gaúchos e foi um dos pilares da revolução de 1930.

Aristiliano Ramos assumiu a Interventoria em Santa Catarina, no dia 19 de abril de 1933, por interferência do governador do Rio Grande do Sul, e seu compadre, Borges de Medeiros, assumindo o poder pelo PLC. Aristiliano Ramos recebeu o governo das mãos do Interventor Interino Manoel Pedro da Silveira, que ocupava o cargo de Secretário do Interior e Justiça na gestão Zobaran, nomeando para Prefeito da capital o Almirante Dorval Melquíades de Souza.[285]

Aristiliano Laureano Ramos nasceu na cidade de Lages no dia 10 de maio de 1888, filho de Belisário José de Oliveira Ramos (Irmão de Vidal Ramos) e de Theodora Ribeiro dos Santos Ramos. Fez seus primeiros estudos na Fazenda Morrinhos, em Lages, com os professores particulares Fernando Ataíde e José Rodrigues Castelo Branco, entre outros. Cursou humanidades no Colégio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo (RS) no período 1901 a 1904.

Sua carreira política foi marcada pelo jornalismo político. Entretanto, sua trajetória política foi marcada pelo poder da família Ramos no cenário político: foi vereador na cidade de Lages por dez anos (1906 a 1916); Deputado ao Congresso Representativo do Estado à 9ª legislatura (1916-1918), ocupando a função de Suplente de Secretário do Congresso (1916, 1917 e 1918); eleito Deputado estadual à 10ª legislatura (1919-1921), sendo Suplente (1919 e 1920); ocupou o cargo de Superintendente municipal

---

[283] DIÁRIO CATARINENSE. *Interventores de 30: Santa Catarina foi o último Estado a entregar a administração aos revolucionários de 1930.* Op. cit. p. 51 c. 1.
[284] DIÁRIO CATARINENSE. *Interventores de 30: Assis Brasil governou sem as lideranças catarinenses*, Op. cit. p. 51 c. 3.
[285] DIÁRIO CATARINENSE. *Interventores de 30: Aristiliano Ramos chega ao poder*, Op. cit. p. 53 c. 1.

(Prefeito - de jan. de 1919 a dez. de 1922), substituindo seu pai Belisário Ramos; chefiou uma das "colunas revolucionárias" que marchou do planalto em direção à capital, em apoio às forças liberais para a tomada do poder em Florianópolis; Interventor Federal (18.04.1933 a 01.05.1935); foi um dos principais fundadores da União Democrática Nacional - UDN, no estado (1945), juntamente com Adolpho Konder e Henrique Rupp Júnior; após a morte de seu primo Nereu Ramos, passou a integrar o Partido Social Democrático - PSD (1958); Deputado à Câmara dos Deputados, suplente convocado à 4ª legislatura (1959-1962). Aristiliano Ramos faleceu em Lages no dia 17 de abril de 1976. [286]

Durante a gestão de Aristiliano Ramos na Interventoria uma nova ordem se estabelecia para as disputas à Assembléia Nacional Constituinte e para a Assembléia Legislativa do Estado, bem como a elaboração de uma nova Carta Estadual, pois a Constituição de 1928 já não estava mais em vigor. A Assembléia Estadual se encarregaria de eleger indiretamente o novo Governador e dois Senadores, em março de 1935.

Nas disputas para as vagas da Assembléia Nacional Constituinte, entram em cena o filho do ex-governador Vidal Ramos, Nereu Ramos, pelo Partido Liberal Catarinense e Adolpho Konder, pela coligação "Por Santa Catarina".

> Com Aristiliano Ramos à frente do Governo, cresceu a luta interna entre os líderes políticos do Estado. As disputas travavam-se em torno das vagas para a representação catarinense à Constituinte Nacional. Pelo PLC (Partido Liberal Catarinense) foram eleitos Nereu Ramos, Carlos Gomes de Oliveira e Arão Rebelo. A Coligação por Santa Catarina elegeu Adolpho Konder. Em 1934 surge a AIB (Ação Integralista Brasileira), que se desenvolve nas regiões de colonização européia não-portuguesa. [287]

No bojo da revolução de 30 as dissidências começam a se manifestar e Henrique Rupp Júnior, um dos principais críticos e combatentes da Interventoria de Assis Brasil, "racha" com o PLC de Nereu Ramos e funda a Legião Republicana Catarinense - LRC, mantendo ainda relações com Getúlio Vargas no Governo Provisório e com chefes gaúchos da revolução. Manoel Pedro da Silveira, apoiado pelo Major Zobaran, funda o Partido Social Evolucionista - PSE. Retorna ao cenário o Partido Republicano Catarinense - PRC, sob a liderança de Adolpho e Victor Konder.

"Em 1934 são realizadas eleições para compor a Assembléia Legislativa Estadual. Para Governador, acontecem em março de 1935. Esta Constituinte Estadual se encarregou de eleger o novo

---

286 PIAZZA, W. (1985), Op. cit. p. 466.

287 DIÁRIO CATARINENSE. *Interventores de 30: Aristiliano Ramos chega ao poder*, Op. cit. p. 53 c. 1.

governador. As candidaturas dos primos Aristiliano e Nereu Ramos geraram um rompimento de forças dentro do PL (Partido Liberal) e como consequência a disputa acirrada ostensiva no cenário político catarinense."[288] Assim sendo, a Assembléia Legislativa Catarinense elege para Governador Nereu Ramos, que disputou a vaga com seu primo e Interventor Aristiliano. Depois desta disputa, Aristiliano rompe com Nereu e passa para a oposição. Nereu Ramos governa de 1935 até 1937, quando então, com o golpe de Getúlio Vargas e a formação do Estado Novo, permanece no governo e assume novamente, sob a forma de Interventoria Federal, até 1945, quando Getúlio Vargas é derrubado do poder.

6.2. NEREU RAMOS NO PODER: GOVERNADOR ELEITO INDIRETAMENTE (1935) E INTERVENTOR FEDERAL NOMEADO POR GETÚLIO VARGAS DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945)

A Assembléia Legislativa estadual elege Nereu Ramos Governador em 1935. De 1937 a 1945, vigora o Estado Novo com Getúlio Vargas no poder recriando as Interventorias regionais e nomeando Nereu Ramos novamente ao governo de Santa Catarina. Com a queda de Getúlio Vargas em 1945, Luís Galloti é nomeado para substituir Nereu Ramos na transição. Quando o General Eurico Gaspar Dutra assume o Governo Federal, nomeia para o governo de Santa Catarina Udo Deeke, permanecendo transitoriamente até as eleições de 1947. Assim, Nereu Ramos permanece no poder do estado por um período de dez anos, de 1935 a 1945.

Nereu de Oliveira Ramos nasceu na cidade de Lages no dia 3 de setembro de 1888, e era um dos treze filhos de Vidal José de Oliveira Ramos e Tereza Fiúza de Carvalho Ramos. Nereu Ramos fez seus primeiros estudos em Lages, na própria fazenda onde moravam - a "Guarda-Mor" -, com professores especialmente contratados pelo pai para lhe dar a devida educação. Nereu Ramos fez seus estudos secundários em São Leopoldo - RS, no Colégio Nossa Senhora da Conceição e, em 1905, foi estudar na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1909. Depois de sua formatura dedicou-se à advocacia e à política: em 1911 se elegeu Deputado ao Congresso Representativo estadual à 7ª legislatura (1911-1913), por influência de seu pai Vidal Ramos e, seguindo os passos de Lauro Müller, em 1912

---

[288] DIÁRIO CATARINENSE. *Interventores de 30: Aristiliano Ramos chega ao poder*, Op. cit. p. 53 c. 1.

renunciou ao mandato de deputado para assumir a função de Secretário da delegação brasileira à Conferência de Direito Marítimo e Cambial de Haia e Bruxelas. Terminados os trabalhos da Conferência foi nomeado Chefe de Gabinete na gestão de seu pai Vidal Ramos permanecendo até 1914. Trabalha como redator do Jornal O Dia, fundado por Felipe Schmidt e, em seguida, funda seu próprio jornal, denominado A Noite, para defender o governador Felipe Schmidt das investidas de Hercílio Luz contra seu governo bem como, desenvolver extensa campanha pela declaração de guerra contra a Alemanha; em 1919 elege-se novamente Deputado estadual à 10ª legislatura (1919-1921).

Neste período Nereu Ramos rompe definitivamente com Hercílio Luz e torna-se um dos articuladores, juntamente com Vidal Ramos, da Reação Republicana em Santa Catarina. Os objetivos da "Reação" eram: fazer campanha contra Hercílio Luz; apoiar Lauro Müller e Felipe Schmidt ao Governo e Vice, respectivamente; e apoiar a campanha de Nilo Peçanha à Presidência da República. Assim,

> em mensagem aos eleitores Nilo define o movimento: "a Reação Republicana", que exprime e que fala pelos sofrimentos, pelos desenganos e pelas aspirações do país, não combate tão-somente uma candidatura oficial à presidência; ela sacode, nos seus fundamentos, uma organização política viciada e pervertida de cerca de cem anos e onde ora dominavam os imperadores, depois as autocracias, mas onde acaba de chegar o povo". Na verdade, o movimento da Reação Republicana, era mais uma coligação de lideranças estaduais, do que de agremiações partidárias, como as que formavam o Partido Republicano Fluminense (liderado por Nilo Peçanha), o Partido Liberal Baiano, os republicanos de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. Nos demais Estados, formavam a Reação, dissidências republicanas, como aqui em Santa Catarina, liderados por Vidal Ramos e seu filho Nereu Ramos, que haviam rompido violentamente com Hercílio Luz e seus liderados. [289]

Entretanto, as articulações partidárias e a força do nascente populismo de Hercílio Luz elegem novamente Lauro Müller ao governo, mas é Hercílio Luz, como Vice-governador, quem assume o cargo efetivamente, permanece no governo até sua morte, em 1924, deixando sua herança política e as "rédeas" do Partido Republicano Catarinense aos Konder.

> Doente o governador não terá mais condições físicas para comandar o Partido. A direção partidária fica com o governador em exercício, Pereira Oliveira, que será assediado por novas lideranças que se formam na política Catarinense, com destaque para Adolfo Konder, deputado federal e Secretário da Fazenda. Adolfo planta semente de sua candidatura no governo do Estado, na reformulação partidária proposta e aceita em princípios de 1926. Lei orgânica, Programa Político e Regulamento Interno de Comissão Diretora são as propostas aprovadas em Convenção, de 20 e 21 de janeiro. Na mesma ocasião o PRC elege a sua Comissão Diretora que ficou assim composta: Antonio Pereira e Oliveira, Victor Konder, Ulisses Costa, Raulino Horn, Leonardo Jorge de Campos Júnior, Edmundo da Luz Pinto, João Guimarães Cabral, José Acácio Soares Moreira, Manoel dos Passos Maia, Carlos Wendhausen, Pedro Cristiano Federsen, Fúlvio Coriolano Aducci e Álvaro Monteiro de Barros Catão. [290]

---

[289] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 88-89.
[290] PIAZZA, W. (1985), Op. cit. p. 427.

Com esta reformulação, Victor Konder expressa seu protesto e das novas forças políticas contra as antigas lideranças e as suas formas de se fazer política:

> "o que nós não queremos nunca mais é um partido sob a direção discricionária de uma pessoa só, e um comando distante e sem comunhão de ideais e de objetivos com os correligionários e a opinião do Estado; o que não queremos mais é um partido existindo principalmente para as vantagens do chefe, seus parentes e apaniguados; o que não queremos mais na vida partidária é um ambiente de intriga, de mentiras, de mistificação e de desconfiança recíproca ..." o que nós queremos é um partido governado por expressões legítimas da opinião, que sintam e compreendam as nossas necessidades e anseios, um partido em que haja apreço ao merecimento e campo aberto às gerações novas..."[291]

Com a morte de Hercílio Luz, em 1924, ainda governador, o PRC retorna às mãos dos "hercilistas" com Adolpho Konder assumindo a liderança partidária. Novos sujeitos entram em cena e rompe-se, de certa forma, com a hegemonia da oligarquia que se revezou e predominou por três décadas, praticamente por toda a "República Velha": Lauro Müller, Hercílio Luz, Felipe Schmidt e Vidal Ramos. Estes políticos e intelectuais garantiram para si, neste entretanto, o poder político de seus mandatos até suas mortes.

Com a regeneração e o fortalecimento do PRC, Nereu Ramos e seu grupo político aliam-se, em 1926, ao Partido Democrático de São Paulo, liderado por Antônio Prado, numa constante campanha contra o governo republicano de Washington Luiz, bem como articulam-se em torno do movimento gaúcho chamado "Aliança Liberal", responsável pela campanha política de Getúlio Vargas à Presidência da República.

Em 1929, Nereu Ramos percorre o nordeste brasileiro com diversos nacionalistas e correligionários: Adolpho Bergamini, Maurício de Lacerda e João Neves da Fontoura, entre outros, que engrossam a "Campanha Democrática" do General Ptolomeu Assis Brasil. Neste mesmo ano, Nereu, Aristiliano e Vidal Ramos, Henrique Rupp Júnior, entre outros fundam a Aliança Liberal em Santa Catarina. Em 1930, com as eleições gerais, Nereu Ramos elege-se o Deputado Federal mais votado de Santa Catarina e o único oposicionista da bancada. Entretanto, a própria Aliança Liberal contesta o pleito alegando fraude nas eleições, em plena efervescência política, pois Getúlio Vargas fora derrotado e, em julho, o candidato a vice de Getúlio, João Pessoa, fora assassinado. Getúlio Vargas e as forças que o apoiavam rebelam-se contra o novo Governo de Washington Luiz, e em Santa Catarina

---

[291] PIAZZA, W. (1985), Op. cit. p. 427.

> integrado no movimento revolucionário para depor o presidente Washington Luiz, no Rio de Janeiro, Nereu Ramos e outros aliancistas marcharam do Rio Grande do Sul em direção ao norte, acompanhando as tropas gaúchas que, após resistência armada, entraram na capital catarinense. [292]
> (...) A entrada das forças revolucionárias em Florianópolis deu-se a 24 de outubro de 1930. O Presidente Fúlvio Aduci, o vice, José Acácio Soares Moreira, o seu filho, que exercia o cargo de Procurador da República em Santa Catarina, Edmundo Acácio, o presidente do Congresso Representativo do Estado, General Antônio Vicente Bulcão Vianna, o Secretário da Fazenda, Arthur Ferreira Costa, e o do Interior e Justiça, Ivo D'Aquino e as lideranças políticas do PRC (Adolfo Konder e outros "legalistas"), ao sentir a vitória do movimento, tomam o vapor da "Costeira" e seguem para o Rio de Janeiro comboiados por dois vasos de guerra da Marinha que se encontravam na baía sul da ilha. O chefe do governo, em exercício, Lopes Vieira, entregou-se ao General Assis Brasil.
> (...) A 25 de outubro toma posse o Interventor, General Ptolomeu de Assis Brasil. Da sacada central do palácio do governo "falaram à grande massa popular - diz o jornal [O Estado] - os srs. Oswaldo Mello, deputado Nereu Ramos, Dr. Rupp Júnior, general Ptolomeu Assis Brasil, acadêmico de direito e porta bandeira, José Neves da Fontoura e o industrialista Ernesto Lacombe". Foram designados para Secretários do governo pelo Interventor da revolução vitoriosa, Manoel Pedro da Silva e Cândido Ramos. [293]
> (...) Coube a Nereu Ramos, apoiando inicialmente o Interventor, fundar o Partido Liberal, representante das novas propostas políticas nacionais, contra o antigo regime dos coronéis e das oligarquias republicanas.[294]

Getúlio Vargas com suas tropas, marcha sobre o Rio de Janeiro e depõe o Presidente eleito Washington Luiz, assumindo o poder central na Capital Federal. Instala-se como Chefe do Governo Provisório e imediatamente fecha o Congresso Nacional fazendo com que Nereu Ramos perdesse seu mandato de Deputado Federal.

Ainda antes de chegar ao Rio de Janeiro, pronunciando discurso na cidade de Curitiba (PR), Getúlio Vargas enfatizava o "ideal da revolução", as reformas. Alguns trechos deste discurso foram publicados no Jornal *O Estado* de 21.10.30, no qual Getúlio Vargas enfatizava que

> "a Revolução vai realizar a obra de paz nacional que os chefes da política de reação não lograram obter"... "O glorioso Exército Brasileiro, que em 1889 se negava a caçar negros fugidos das senzalas (sic), em 1930 se obstina em não caçar os brancos revoltados contra o cativeiro das oligarquias estaduaes. Este movimento - prossegue - triunpha por meio de uma revolução, a qual deve trazer em seu bojo a realização de reformas mais radicaes do que as que constituíram, de início, o programa da Aliança Liberal, reformas de natureza política, administrativa, econômica e financeira e modificações da legislação social no sentido de amparar os trabalhadores"... "Estamos em marcha contra a fraude eleitoral; o suborno das consciências e a compressão dos direitos. A victória nos acena e bem perto está", salientava a publicação. [295]

Com a tomada do poder pelos revolucionários, os estados passam a ser governados por Interventorias Federais, com a deposição de todos os governadores eleitos e, principalmente, os que

---

292 CORRÊA, Carlos Humberto (Org.). *Nereu Ramos*. Florianópolis: FCC Edições: Associação Portobello de Cultura, 1988, p. 26.
293 SILVEIRA LENZI C., Op. cit. p. 102.
294 CORRÊA, C. Op. cit. p. 27.
295 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 101-102.

apoiavam Washinton Luiz. Em 1932 com a maioria liberal no domínio do poder político e o centralismo de Getúlio Vargas, emergem as disputas por maior democracia, eclodindo em São Paulo um movimento constitucionalista. Nereu Ramos apoia a causa, demite-se do Partido Liberal e é preso pelo General Assis Brasil.

> (...) em São Paulo, a oposição a Getúlio Vargas aumentou, eclodindo na Revolução Constitucionalista que exigiu do Chefe do Governo o retorno imediato à democracia. Em Santa Catarina, Nereu apoiou o movimento paulista, demitindo-se da direção do Partido Liberal. Com a derrota dos revolucionários em outubro daquele ano, Nereu recebeu prisão domiciliar por algum tempo, estando impedido de deixar a capital catarinense. Diante da anistia dada aos revolucionários, Nereu retornou ao Partido Liberal, que estava nas mãos de seu primo e então Interventor Federal em Santa Catarina, Aristiliano Ramos, candidatando-se à Constituinte Federal e obtendo consagradora votação.[296]

Nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, Nereu Ramos integrava a Comissão Constitucional como Relator de Substitutivos. Os constituintes tiveram seus mandatos prorrogados com a promulgação da nova Constituição e Nereu passou a integrar as Comissões de Constituição e Justiça, Reforma do Código Eleitoral e Estatuto dos Funcionários Públicos.

Em 1934, surge em Santa Catarina a AIB - Ação Integralista Brasileira - e que ganha intenso apoio nos locais de colonização alemã e italiana. Nas eleições de 1934, Nereu Ramos candidatou-se simultaneamente à Câmara Federal e ao governo do estado, disputando com seu primo Aristiliano e elegendo-se para ambos os cargos. Assumiu como Governador em 13 de maio de 1935, e seu primo Aristiliano passou para a oposição, unindo-se a Adolpho Konder e Henrique Rupp Júnior.

> A disputa para o Governo do Estado de Santa Catarina foi uma das páginas de melhor demonstração de luta partidária. Candidataram-se Nereu Ramos e seu Primo, Aristiliano Ramos, então Interventor Federal e Presidente do Partido Liberal Catarinense. As oposições, lideradas por Adolpho Konder, do Antigo Partido Republicano, e Henrique Rupp Júnior, da Legião Republicana Catarinense, juntamente com outros pequenos partidos, sabedores da impossibilidade da vitória, não lançaram candidatos, preferindo se omitirem do pleito.

---

[296] CORRÊA, C. Op. cit. p. 27. Getúlio toma posse em 3 de novembro de 1930. Desta forma "o programa político do novo governo projetava a reconstrução nacional (anistia, reforma eleitoral, e do judiciário, reorganização do exército, entre outras medidas), mas para alguns jovens políticos, intelectuais e militares, que haviam feito a revolução, não vislumbravam a modificação da estrutura política da Nação. Por Isso, esse grupo de jovens (onde juntavam-se os pensamentos da direita e da esquerda), tentou a formação de um partido nacional revolucionário, denominado Legião Revolucionária, lançado a 11 de novembro em São Paulo por João Alberto, Miguel Costa e Mendonça Lima. Em Minas Gustavo Capanema e Francisco Campos criaram a Legião Mineira. (...) A 26 de março de 1931 ("O Estado" de 27/03/1931) na sede do Clube Doze de Agosto em Florianópolis, foi fundada a Legião Revolucionária Catarinense, integrada por oficiais da Guarnição Federal, sendo presidente Henrique Rupp Júnior; vice, o Desembargador Sálvio Gonzaga; primeiro secretário, Tenente Frederico Drumond, segundo secretário, o Tenente Idálio Sandenberg; tesoureiros, o Capitão Mário Gomes e o Tenente Sylvio Bandini. Os Estatutos do Movimento foram compostos nos moldes da Legião Revolucionária de São Paulo (...). A Legião Revolucionária, entretanto, teve vida efêmera, pois os cordéis da política catarinense, pós-revolução, estavam sendo manejados pela família Ramos, com a criação do Partido Liberal Catarinense, que, de novo, somente tinha o nome". Cf. SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 109.

> lideradas por Adolpho Konder, do Antigo Partido Republicano, e Henrique Rupp Júnior, da Legião Republicana Catarinense, juntamente com outros pequenos partidos, sabedores da impossibilidade da vitória, não lançaram candidatos, preferindo se omitirem do pleito. Deixaram assim, as duas maiores lideranças do Partido Liberal na arena, disputando o cargo de Governador, sendo que Aristiliano, além de Interventor e Presidente do partido era amigo íntimo de Getúlio Vargas e Flores da Cunha, Interventor no Rio Grande do Sul.
> O Partido Republicano e a Legião Republicana Catarinense reuniram-se sob a legenda "Por Santa Catarina", caracteristicamente de oposição, enquanto que Aristiliano Ramos contava com o apoio de seus amigos Flores da Cunha e Getúlio Vargas. As dificuldades de entendimento entre os primos aumentavam e, gradativamente, o Partido Liberal se rachava sem que fosse anunciado um futuro de conciliação.
> Nereu Ramos contava com a maioria dos deputados eleitos pelo Partido Liberal e Aristiliano deveria tentar se aproximar dos deputados oposicionistas para que dessem a maioria necessária na votação.
> Em relação aos acontecimentos, Getúlio Vargas telegrafou a Flores da Cunha, assim se referindo: **"é governo número e não qualidade. Quem possue maioria tem direito governar"**[297] (grifos meus)

Desta forma, o que se percebe nesta eleição para Governador é a "aliança branca" em torno da candidatura de Nereu Ramos por parte da oposição, do PRC e da Legião Republicana Catarinense, sucessora da Legião Revolucionária Catarinense: [298]

> Procedeu-se, depois, à eleição para governador, em cumprimento ao dispositivo constitucional e dos dois senadores. Para o senado, Cândido de Oliveira Ramos obteve 18 votos e Arthur Ferreira da Costa 17. Este último, da "Coligação Republicana", declarou, na oportunidade, que "bem compreendia não ter sido eleito com votos de seu partido, e que não estranhava, porque seu nome já tinha sido preterido, e agora preferido por todos os partidos, na renovação de Itapocu" (referia-se à sua eleição para deputado estadual). Disse ainda, "que votaria em um candidato de seu partido, para governador do Estado, mesmo que fosse de cultura secundária, à do candidato adversário, mas que o indicado pertencesse à Coligação Republicana" (referia-se a Aristiliano Ramos que originariamente pertencia ao Partido Liberal Catarinense). "Uma vez - ressalta - que aos seus companheiros era concedido o direito de ir buscar um nome, fora da agremiação partidária, apesar de seu partido contar em abundância com elementos de real valor, a ele tinha que ser concedido o mesmo direito. De posse desse direito, não teve a mínima vacilação, o nome de Nereu Ramos, deveria ser o preterido, por razões de sobra" ("A Gazeta", 2/5/35).[299]

---

[297] CORRÊA, C. Op. cit. p. 27.

[298] Getúlio toma posse em 3 de novembro de 1930. Desta forma "o programa político do novo governo projetava a reconstrução nacional (anistia, reforma eleitoral, e do judiciário, reorganização do exército, entre outras medidas), mas para alguns jovens políticos, intelectuais e militares, que haviam feito a revolução, não vislumbravam a modificação da estrutura política da Nação. Por Isso, esse grupo de jovens (onde juntavam-se os pensamentos da direita e da esquerda), tentou a formação de um partido nacional revolucionário, denominado Legião Revolucionária, lançado a 11 de novembro em São Paulo por João Alberto, Miguel Costa e Mendonça Lima. Em Minas Gustavo Capanema e Francisco Campos criaram a Legião Mineira. (...) A 26 de março de 1931 ("O Estado" de 27/03/1931) na sede do Clube Doze de Agosto em Florianópolis, foi fundada a Legião Revolucionária Catarinense, integrada por oficiais da Guarnição Federal, sendo presidente Henrique Rupp Júnior; vice, o Desembargador Sálvio Gonzaga; primeiro secretário, Tenente Frederico Drumond, segundo secretário, o Tenente Idálio Sandenberg; tesoureiros, o Capitão Mário Gomes e o Tenente Sylvio Bandini. Os Estatutos do Movimento foram compostos nos moldes da Legião Revolucionária de São Paulo (...). A Legião Revolucionária, entretanto, teve vida efêmera, pois os cordéis da política catarinense, pós-revolução, estavam sendo manejados pela família Ramos, com a criação do Partido Liberal Catarinense, que, de novo, somente tinha o nome". Cf. SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 109.

[299] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 117.

Nereu Ramos venceu o pleito e governou de 1935 a 1937. Em 10 de novembro de 1937 quando Getúlio Vargas dá o golpe de estado, fecha o Congresso Nacional e extingue os Partidos Políticos, renasce no Brasil um período de autoritarismo e implanta-se uma nova ditadura, apoiada pelas oligarquias estaduais que detinham o poder local. Nereu Ramos, de governador, continua no cargo, agora como Interventor Federal, permanecendo até 1945, período este, caracterizado como Estado Novo: um regime burocrático, centralizado no Poder Executivo e com ausência de representação partidária e sindical.

> A indicação de Nereu para a Interventoria em novembro de 1937 foi muito bem trabalhada. Em janeiro daquele ano, precisamente no dia 26, Nereu compareceu ao encontro de governadores em Poços de Caldas, provocado pelo mineiro Benedito Valadares. À reunião compareceram os mandatários de Pernambuco e da Bahia. Os governadores reunidos teriam dado apoio às pretensões do então presidente Getúlio Vargas em endurecer o regime, em decorrência das precipitações e convulsões sociais que ocorriam. Era o golpe de novembro que estava sendo armado, inclusive, contra as pretensões do paulista Armando Salles de Oliveira e do gaúcho Flores da Cunha, em galgar a presidência da República. Nereu Ramos convalidou a deliberação e permaneceu no poder. Cessada a atividade partidária, desapareceram as siglas republicana e liberal, mas não estancara a atividade política. [300]

6.2.1. A gestão de Nereu Ramos durante o Estado Novo: nacionalização do ensino e os conflitos com a colonização estrangeira

Durante sua gestão frente ao Estado Novo, Nereu Ramos deu continuidade à política desenvolvida anteriormente por seu pai, Vidal Ramos, caracterizando-se como um governo de cunho fortemente nacionalista e que se notabilizou pela implantação do projeto de nacionalização do ensino, repercutindo de maneira autoritária nas localidades colonizadas:

> O aspecto político que mais salientou durante sua administração foi a nacionalização do ensino, que provocou profundos conflitos com as populações de origem estrangeira, principalmente alemães e italianos, simpatizantes, na época, do nazismo, integralismo e fascismo. As manifestações pró-eixo, principalmente durante a II Guerra foram proibidas, seus simpatizantes presos, bem como fechados seus clubes e sociedades de todos os gêneros e principalmente as escolas que ensinavam língua estrangeira. Uma crítica que se fez a tal atitude diz respeito ao fato que, na verdade, tais escolas não foram substituídas na mesma quantidade no território catarinense, havendo, portanto, uma conseqüente redução da escolaridade após o período da guerra. [301]

Nereu Ramos no governo foi apontado pela oposição como o inimigo dos imigrantes. As oposições partidárias foram postas na ilegalidade, aglutinando-se e manifestando-se a partir da Faculdade de Direito de Santa Catarina, instituição que o próprio Nereu ajudou a fundar em 1932, fazendo parte de seu

---

[300] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 131.
[301] CORRÊA, C. Op. cit. p. 28.

quadro acadêmico como professor de Direito Constitucional e Teoria do Estado. Nereu proibiu que as comunidades adotassem nomes estrangeiros às escolas e aos núcleos populacionais. A política de migração, em função da II Guerra Mundial, voltou a centralizar-se no Governo Federal com maior controle da imigração e colonização, limitando a entrada de estrangeiros. O objetivo era priorizar a força de trabalho nacional dentro de uma política nacionalista de desenvolvimento.

A política educacional desenvolvida por Nereu Ramos, caracterizava-se pela construção de escolas em todo o estado, instituindo a obrigatoriedade da educação primária para as crianças entre 8 e 14 anos. Para fortalecer seu projeto criou a Inspetoria Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, que se encarregaria de implementar sua política educacional, ocasionando um certo trauma entre a população.

> O Estado de Santa Catarina, através de seus governantes, só em 1919 toma as primeiras medidas visando a nacionalização do ensino, com a criação da Inspetoria de Nacionalização do Ensino, sendo seu primeiro Inspetor, o Prof. Orestes Guimarães. Entretanto, os resultados, apesar de bem expressivos, não conduzem à assimilação total das populações de fala não portuguesa.
> Para tornar o problema mais agudo tem-se, a partir de 1933, a intromissão das ditaduras fascistas, alemã e italiana, através de vários processos de escolarização das áreas de colonização, onde predominavam os descendentes de imigrantes daqueles países.
> Face a este problema o Interventor Nereu Ramos sanciona os decretos-leis nº 88, de 31 de março de 1938, e 301, de 24 de fevereiro de 1939, pelos quais desenvolve a nacionalização do ensino na área catarinense. São proibidos nomes estrangeiros nas escolas, e dizendo, taxativamente, que as escolas particulares não poderiam funcionar sem licença do Estado.
> Surge daí uma verdadeira angústia para as áreas de colonização: fechamento de escolas particulares e a conseqüente abertura de escolas públicas para substituí-las, o que ocasionou trauma nas populações com o fechamento da escola, a dispensa - na maioria das vezes - de professor ligado à comunidade, criação da escola pública - quando houve, imposição de professores estranhos à comunidade - e, por isto, segregados e hostilizados -, e, daí a natural reação à medida imposta, além da obrigatoriedade da quitação escolar - documento comprobatório da matrícula em estabelecimento de ensino dos filhos em idade escolar.
> Há uma tendência na utilização da escola particular, em 1935, 1936 e 1937, caindo, a um número desprezível (682) em 1938, nas matrículas, o que desce em 1939 (404) e 1940 (419) (sic). [302]

Para a área da saúde, transformou a Diretoria de Higiene em Departamento de Saúde Pública, construiu o edifício do Departamento em Florianópolis e diversos postos de saúde, maternidades, creches, bem como as Colônias Sant'Ana, para tratamento de doentes mentais, e Santa Tereza, para tratamento da hanseníase. Sua política para o setor rodoviário manteve-se ao nível da conservação das estradas já traçadas, com pequeno acréscimo à malha rodoviária. O eixo central de seu governo, como se observa, caracterizou-se pelas políticas educacionais e de saúde. Nereu Ramos governou até 29 de outubro de 1945.

---

[302] PIAZZA, W. (1983), p. 649.

6.2.2. O poder político de Nereu Ramos com o fim do Estado Novo: a transição para o processo de redemocratização (1945-1956)

Com o enfraquecimento do governo e a deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, todos os Interventores foram substituídos por outros Interventores, nomeados pelo então Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que assumiu o governo no bojo do movimento pela redemocratização do país. Neste sentido, em Santa Catarina Nereu Ramos entregou o cargo para Ivo d'Aquino, que por sua vez, foi substituído com a nomeação de Luís Gallotti. O objetivo dos novos Interventores era o de garantir as condições gerais do processo de redemocratização, depois de 10 anos de centralismo, visando a realização de eleições para a Presidência da República, Assembléias Constituintes Federal e Estaduais. Luis Gallotti governou Santa Catarina de 6 de novembro de 1945 até 8 de fevereiro de 1946.

Antes da sua queda Getúlio Vargas acenava com mudanças no Estado Novo para logo após o término da Segunda Guerra mundial, instituindo um amplo processo de redemocratização para o país. Em 1944, surgiu um movimento de articulação com o objetivo de criar um Partido de caráter nacional que desse sustentação às propostas do governo de Vargas. Neste sentido diversos Interventores, Nereu Ramos em Santa Catarina, Ernani Amaral Peixoto no Rio de Janeiro, Benedito Valladares em Minas Gerais e Agamenon Magalhães em Pernambuco, entre outros, formaram o Partido Social Democrático - PSD. Apesar do apoio dos Interventores, o governo de Getúlio continuava se enfraquecendo e Vargas foi deposto no dia 29 de outubro de 1945. Desta forma foram rompidas as amarras do Estado Novo, marcado pela centralização e pelo autoritarismo, rumo ao novo processo de redemocratização, que implicava novamente na ocupação dos espaços de poder político, garantindo assim as condições necessárias ao surgimento de diversos novos Partidos Políticos:

> Nasceram, assim, os dois grandes partidos políticos nacionais, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), e, ainda, com menor expressão, a criação getuliana, Partido Trabalhista Brasileiro, (PTB). Em São Paulo renasce o "Partido Republicano Paulista", liderado por Sílvio de Campos, e o "Partido Constitucionalista". No Rio Grande do Sul voltam o "Partido Republicano Rio-Grandense". Na Bahia, o "Partido Autonomista", de Otávio Mangabeira. Surgem também os alternativos, como o "Partido Trabalhista Nacional", de São Paulo, que desaparece e volta em 1960, o "Partido Popular Sindicalista", de Marrey Júnior e Miguel Reale, também de São Paulo, como a "União de Resistência Nacional", de Plínio de Oliveira e Godofredo da Silva Teles. A "Resistência Democrática", do Rio, cujo manifesto é

> assinado por Genolino Amado, Barreto Filho, Murilo Mendes, Sobral Pinto, Jaime Ovale e outros. O "Partido Agrário Nacional", comandado por Rolin Teles (ligado ao integralismo e candidato à presidência da República no pleito de 2 de dezembro de 1945) , a "Coligação Democrática Radical" (contra os integralistas), e ainda o "Movimento Democrático Progressista" de Ademar de Barros, uma cisão do Partido Republicano Paulista, que se transformou mais tarde no 'Partido Social Progressista". O "Partido Democrático Cristão", que nasce também em São Paulo, no ano de 1945, tendo como dirigente, o professor Casariano Júnior.
> Congregando as esquerdas, aparecem a "União Democrática Socialista" (UDS), a "Esquerda Democrática" (ED) e o 'Partido Socialista Brasileiro", (PSB), sendo que mais tarde, as duas primeiras agremiações fundem-se no 'Partido Socialista".
> O "Partido Comunista do Brasil" (PCB), que mesmo na ilegalidade, atuava desde 1931, ressurge com vida legal em 1945, fazendo prosélitos e disputando eleições.[303]

O PSD em Santa Catarina teve sua primeira Convenção estadual no dia 17 de julho de 1945, presidida por Nereu Ramos.

Neste sentido, em Santa Catarina o PSD constituiu-se a partir do ex-Partido Liberal e com algumas das dissidências republicanas, e era capitaneado por Nereu Ramos. A UDN, formou-se a partir dos remanescentes do ex-Partido Republicano Catarinense e dos "Hercilistas", que permaneceram unificados até 1920, comandado por Adolpho Konder, Afonso Wanderlei Júnior, bem como a ala dissidente dos Ramos, liderada pelo Coronel Aristiliano Ramos.

Por outro lado, com a saída de Nereu Ramos da Interventoria de Santa Catarina, em fins de outubro de 1945, assume o cargo Ivo D'Aquino Fonseca, que permanece até 8 de novembro de 1945, quando toma posse efetivamente Luiz Gallotti, que coordenou as eleições gerais e governou até 5 de fevereiro de 1946.

Luiz Gallotti nasceu na cidade de Tijucas no dia 15 de agosto de 1904, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro; Inspetor de Bancos do Distrito Federal do Rio de Janeiro (1927); Deputado à Assembléia Constituinte estadual (1928) e à 13ª legislatura (1928-1930); nomeado para exercer o cargo de Procurador da República no Distrito Federal (1929). Interventor em Santa Catarina (1945); Sub-Procurador Geral da República (1947); em 22.09.1949, foi nomeado pelo Presidente Dutra Ministro de Supremo Tribunal Federal, cargo no qual permaneceu (como Presidente) até sua morte em 1978; Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (1955); Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal (dez. 1962); Presidente do Supremo Tribunal Federal (eleito em 1966). Membro da Academia Catarinense de Letras na cadeira 22; era ainda, portador da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito, Ordem do Sol

---

[303] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 134-35.

Nascente do Japão, Ordem de Santo Olavo da Noruega, Ordem de Rio Branco, Ordem do Mérito do Chile, Ordem de São Miguel e São Jorge da Inglaterra e Grã-Cruz da Ordem Piana do Vaticano, entre outras. [304]

No dia 2 de dezembro de 1945, realizaram-se as eleições gerais em todo o território nacional, de importância estratégica, pois elegeria os futuros Deputados e Senadores que se encarregariam de elaborar a nova Constituição Federal.

Realizadas as eleições, Nereu Ramos, depois de dez anos no poder e sem oposição oficial, mostrou que seu governo não foi bem recebido no Vale do Itajaí, mas fez a maioria dos votos para seu novo partido, o PSD, Entretanto, na disputa para a Presidência da República, dois militares - Exército e Aeronáutica - eram candidatos pelos grandes novos partidos:

> em Santa Catarina, num total de 248.086 eleitores inscritos, teve o comparecimento de 216.827, o que significou uma abstenção de 12, 1/2%.
> É de suma importância conhecer os resultados obtidos pelos partidos existentes à época, porquanto representam as diversas lideranças regionais. O Partido Social Democrático, liderado por Nereu Ramos, obteve expressiva maioria em todo o Estado, com 110.090 votos, sendo derrotado, somente no Vale do Itajaí pela União Democrática Nacional. Esta, capitaneada, naquele momento, por Adolfo Konder, Henrique Rupp Júnior e Aristiliano Laureano Ramos, obteve 69.173 votos. O Partido de Representação Popular, representando, em parte, remanescentes da antiga Ação Integralista Brasileira, teve maior representatividade no litoral, no sul, no norte e no vale do Itajaí, com 8.771 votos. O Partido Trabalhista Brasileiro, lançado por adeptos de Getúlio Vargas, sem ter, no entanto, o seu apoio ostensivo obteve 13.913 votos. O Partido Comunista Brasileiro, liderado a nível nacional por Luís Carlos Prestes, obteve 2.012 votos.
> Vencida a eleição nacional, para Presidente da República pelo General Eurico Gaspar Dutra, candidato do Partido Social Democrático, derrotando o Candidato da União Democrática Nacional, Brigadeiro Eduardo Gomes.
> É, então, eleito um Senador pelo Estado, na pessoa de Nereu Ramos, pela legenda do Partido Social Democrático. [305]

Assim, a maioria dos votos 50,8% ficou com o PSD, contra 31,9% da UDN, 4,1% do PRP, 6,4% do PTB e o PCB apenas 0,9%.

Os resultados gerais das eleições em Santa Catarina podem ser asim observados:

> (...) Eurico Gaspar Dutra, 136.399 votos, Eduardo Gomes, 69.676, Yedo Fiúza, 1.802 e Mário Rolin Teles, 38 sufrágios. O eleitorado era de 248.086 pessoas, tendo votado, 216.421. Para o Senado, o PSD colocou seus dois candidatos, Nereu Ramos (110.740 votos) e Ivo D'Aquino Fonseca (110.548). Pela UDN concorreram Adolfo Konder (71.125 votos) e Aristiliano Ramos (71.220). O PC. concorreu com Luiz Carlos Prestes (1.895 votos) e Álvaro Ventura (1.638). Getúlio Vargas disputou pelo PTB, recebendo 10.385 votos. Das 9 vagas para a Câmara Federal, o PSD preencheu 7, fazendo legenda de 110.090 votos, elegendo, Nereu Ramos (28.007), Aderbal Ramos da Silva (20.488), Ivo D'Aquino Fonseca (14.691), Altamiro Lobo Guimarães (14.346), Octacilio V. Costa (9.806), Orlando Brasil (6.907) e Roberto Grossenbacher (5.933). A UDN elegeu Max Tavares do Amaral (14.434) e o Cônego Tomaz A.

---

[304] PIAZZA, W. (1985), Op. cit. p. 242.
[305] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 656-7.

> Silva Fontes (9.636), atingindo uma legenda de 69.173 sufrágios. Concorreram ainda o PRP (8.771) votos), PTB (13.915) e o PCB 2.012. [306]

Nas eleições presidenciais, o PSD também faz a maioria, 63% dos votos para o General Eurico Gaspar Dutra, mantendo a liderança, contra 32,2% para o Brigadeiro Eduardo Gomes da UDN. Nereu Ramos consegue maioria absoluta para o Senado com 51,2% e Ivo D'Aquino 51,1%. A UDN, com Adolpho Konder e Aristiliano Ramos, ambos com 32,9%, mantendo a tendência com os votos para Governador.

Realizadas as eleições, e com a vitória de Nereu Ramos, é nomeado Udo Deeke como Interventor para substituir Luiz Gallotti. Udo Deeke, "gente do Nereu" [307], permaneceu no cargo de 8 de fevereiro de 1946 até 26 de março de 1947, período de transição, quando passou o cargo à Aderbal Ramos da Silva, primeiro Governador eleito pelo voto popular desde Fúlvio Aducci, deposto pela revolução de 1930.

Udo Deeke nasceu em Blumenau no dia 29 de dezembro de 1905. Cursou a Escola Politécnica do Rio de Janeiro sendo diplomado em 1928; de 1928 a 1930 trabalhou em empresa privada; exerceu o cargo de Chefe do Serviço Técnico da Diretoria de Terras e Colonização do estado de Santa Catarina (1930-1932); exerceu cargos na Inspetoria de Estradas de Rodagens e de Minas, Diretoria de Obras Públicas na Interventoria de Aristiliano Ramos, e em todo o governo de Nereu Ramos (1933-1945) foi diretor no Serviço de Água, Esgoto, Luz e Força de Florianópolis. Ocupou o cargo de Secretário de Viação e Obras Públicas e Agricultura durante a Interventoria de Luiz Gallotti. Interventor Federal (8.02.1946 a 26.03.1947); foi também o candidato do PSD ao governo do estado, em 1950, sendo derrotado por Irineu Bornhausen, da UDN.

Durante sua gestão, num clima de redemocratização geral, realizaram-se as eleições de 1947 para a composição dos postos chaves da política nacional e estadual: Senadores, Deputados Federais e Estaduais e Governador. Com as eleições de 1947, mais uma vez Nereu Ramos sai vitorioso e consegue eleger seu sobrinho Aderbal Ramos como Governador, concorrendo com o banqueiro Irineu Bornhausen, da UDN, pela oposição, bem como elege também os dois Senadores para as três vagas disputadas:

> Ao Governo do Estado concorrem os Dr. Aderbal Ramos da Silva, pelo Partido Social Democrático, que vence as eleições com 95.740 votos, o Sr. Irineu Bornhausen, pela União

---

306 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 223.

307 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 225. Udo Deeke era assim chamado pela oposição, principalmente por Adolpho Konder em seu "Diário da Tarde", uma vez que a indicação de Deeke ao cargo de Interventor teve a indicação e influência direta de Nereu Ramos.

> Democrática Nacional, que alcança 81.313 votos, enquanto o Sr. Carlos Sadá, concorrendo pelo Partido de Representação Popular, soma 2.538 votos.
> Ao Senado Federal os Drs. Francisco Benjamin Gallotti e Lúcio Correa, do Partido Social Democrático, são eleitos completando a representação de três Senadores para cada Estado.
> Para Deputados Federais, também completando a representação do Estado, é eleito pelo Partido Social Democrático o Dr. Joaquim Fiúza Ramos.
> Para a Assembléia Legislativa estadual são eleitos: pelo Partido Social Democrático, os Srs. Pedro Lopes Vieira, Rui César Feuerschüette, Armando Calil Bulos, João Ribas Ramos, Biase Agnésio Faraco, Protógenes Vieira, Heitor Pereira Liberato, Gasparino Zorzi, Cid Loures Ribas, João Estivalet Pires, Félix Odebrecht, José Boabaid, Antenor Tavares, Orty de Magalhães Machado, Antonio Dib Mussi, Antonio Nunes Varela, Oto Augusto Guilherme Urban, pela União Democrática Nacional, os Srs. Max João Colin, Luís Dalcanale, Antonio Carlos Konder Reis, Ramiro Emeriano, Waldemar Rupp, Walter Müller, Paulo de Tarso da Luz Fontes, Antonio de Barros Lemos, Artur Müller, Oswaldo Bulcão Viana, Fernando Ferreira de Melo, João José de Souza Cabral e Ricarte de Freitas; pelo Partido Trabalhista Brasileiro, os Srs. Brás Joaquim Alves e Saulo Ramos; pelo Partido de Representação Popular, os Srs. Cláudio Lorenzoni e José Maria Cardoso da Veiga; e o Partido Comunista Brasileiro não elegeu nenhum deputado. [308]

Neste sentido, consolidou-se mais uma vez a vitória de Nereu Ramos e do PSD, pois o objetivo traçado era manter o poder com o partido e com a parte da família Ramos comandada por Nereu, em que pese ele ter ficado no governo desde 1935 e durante todo o período autoritário do Estado Novo (1937-1945). O PSD elegeu, além dos dois Senadores, 17 deputados estaduais, contra 13 da UDN, 2 do PTB e 2 do PRP.

6.2.3. Nereu Ramos como Vice-Presidente da República (1946-1950): ascende à Presidência da República na crise política de 1955 - garantia da transição democrática para a posse de Juscelino Kubitscheck e João Goulart (1946-1958)

No período de 1945 a 1956, Nereu Ramos assume seu papel político com grande destaque: na Assembléia Nacional Constituinte, sendo eleito Senador, assume a Vice-Presidência do Senado; eleito Deputado federal assume a presidência da Câmara; nomeado Vice-Presidente da República, e Presidente da República num período conturbado da transição brasileira rumo à democratização, garante a posse do Presidente Juscelino Kubistchek (PSD) e do Vice João Goulart (PTB), eleitos.

Em 1945, Nereu Ramos elegeu-se simultaneamente para o Senado e para a Câmara dos Deputados, pois a legislação assim o permitia. Com a vitória do General Eurico Gaspar Dutra, do PSD, para a Presidência da República (não havia Vice-Presidente), Nereu Ramos foi eleito Presidente da

---

[308] PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 657.

Comissão Constitucional e teve a consolidação de seus trabalhos com a divulgação da nova Constituição no dia 18 de setembro de 1946.

No dia 19 de setembro, Nereu Ramos foi eleito pelos Constituintes Vice-Presidente da República, compondo com o General-Presidente Gaspar Dutra, tomando posse ao mesmo tempo como Presidente do Senado, conforme previa a nova Constituição.

Entretanto, Nereu Ramos destacava-se como força política do PSD, garantindo seu espaço e seu poder político. Desta forma, foi indicado pela Comissão Diretora do PSD ao cargo de Presidente Nacional do partido, substituindo Benedito Valladares.

Por outro lado, Nereu Ramos renuncia a presidência do Partido e rompe com o General Dutra, pois o Presidente não deu o apoio às articulações políticas para a sua candidatura à Presidência. Nereu Ramos era o candidato natural à sucessão de Dutra em 1950.

> Como Vice-Presidente da República, exerceu a Presidência de 13 a 30 de maio de 1949, durante a viagem do General Dutra aos Estados Unidos.
> Presidente Nacional do Partido Social Democrático, por ocasião das lides de conversações acerca da substituição do Presidente Eurico Gaspar Dutra Nereu Ramos era o candidato natural à Presidência da República. Para tanto coube aos deputados Agamenon Magalhães e Leite Neto redigirem manifesto que foi subscrito pela quase unanimidade do Diretório Nacional do Partido Social Democrático indicando aquele catarinense à candidatura ao mais alto cargo da República, Entretanto, a política de "União Nacional", idealizada por Dutra, na qual participavam políticos dos demais partidos no Ministério, impedia a aspiração do catarinense. Após muitas conversações entre Nereu, o ex-presidente Artur Bernardes, do Partido Republicano, e Prado Kelly, da UDN, na tentativa de alcançarem êxito num possível pacto político, o presidente Dutra não apoiou o PSD, provocando imediato rompimento com Nereu e sua posterior renúncia à Presidência do Partido. [309]

Entretanto, o PSD entra em conflito interno com a renúncia de Nereu à Presidência do Partido. O PTB lança, então, Getúlio Vargas de volta ao cenário político, articulado numa coligação com o PSP.

> A UDN lançou o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República; o PSD, Cristiano Machado, de Minas Gerais, enquanto que o Partido Trabalhista Brasileiro apresentou Getúlio Vargas, lançado por João Goulart num comício. O candidato vitorioso à vice-presidência na chapa de Vargas, foi João Café Filho, do Partido Social Progressista. Nas eleições de outubro de 1950 em Santa Catarina, o PSD tinha lançado Udo Deeke para concorrer com Irineu Bornhausen, ao governo Estadual. Parente da família Konder, do antigo Partido Republicano, Irineu, agora na UDN, venceu facilmente o governo Estadual em substituição a Aderbal Ramos da Silva, sobrinho de Nereu.[310]

Getúlio Vargas, com o PTB, vence as eleições presidenciais.

---

[309] CORRÊA, C. Op. cit. p. 32.
[310] CORRÊA, C. Op. cit. p. 32.

Durante a sua gestão a oposição acusa seu governo de estar envolvido em casos de corrupção, clientelismo político e mandonismo. Mas o ápice da crise se manifestou mesmo no país em 1954, quando o jornalista Carlos Lacerda, líder da oposição à Getúlio, sofreu um atentado a bala na rua Toneleiros em frente a sua residência. Este incidente provocou a morte do Major-aviador Rubens Vaz. O envolvimento da Força Aérea Brasileira foi imediato no sentido de descobrir os mandantes do atentado. Getúlio Vargas sofreu a maior pressão política de todo o seu governo, quando o inquérito instaurado indiciou o Chefe da Guarda Pessoal do Presidente como o responsável pelo atentado e pelo assassinato. Os oposicionistas da UDN, tendo a frente o Deputado federal Afonso Arinos, solicitaram a renúncia imediata de Getúlio Vargas. Getúlio não renunciou oficialmente, mas suicidou-se.

> Diante das pressões políticas e militares, vendo seus familiares sendo envolvidos no inquérito instaurado pela Aeronáutica, Getúlio Vargas, a 24 de agosto de 1954, suicidou-se com um tiro no coração.
> Mesmo diante da reação da oposição, Café Filho, Vice-Presidente da República, de imediato tomou posse do governo, convidando Nereu para o Ministério da Justiça. Com a recusa, foi escolhido o jurista Miguel Seabra Fagundes. [311]

Com as eleições marcadas para aquele mesmo ano, os partidários do PSD, alguns integrantes da UDN e de outros partidos, advogavam pela prorrogação do prazo do pleito devido ao trágico acontecimento com Getúlio, que consternara toda a nação. Entretanto, o Presidente Café Filho manteve inauterado o prazo das eleições para 03 de outubro de 1954.

Nestas eleições Nereu Ramos se reelege Senador e derrota seus adversários políticos da UDN em Santa Catarina, Adolpho Konder e seu primo Aristiliano Ramos. Ainda em 1954, no mês de novembro, o Diretório Nacional do PSD, mesmo com a abstenção dos representantes de Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, indica o nome do governador de Minas Geris, Juscelino Kubitscheck de Oliveira, para ser o candiadato à Presidência da República no pleito de 1955.

Nereu sentiu-se prejudicado pois era o nome natural do partido a sucessão de Vargas, como Vice-Presidente do Senado era o segundo homem da hierarquia na sucessão, o que o aproximava ainda mais com a morte do Presidente, pois em 1951, Nereu Ramos havia sido diplomado para a Câmara Federal, e em 1952, fora reeleito como Presidente da Câmara dos Deputados, passando a ser, segundo a própria Constituição, o segundo nome à sucessão presidencial.

---

[311] CORRÊA, C. Op. cit. p. 34.

Entretanto, as disputas se acirravam no contexto político nacional e regional, com a definição por parte dos Partidos de seus candidatos á Presidente da República:

> O nome de Kubitscheck foi ratificado pela Convenção nacional do PSD. E em fevereiro, Nereu Ramos e Etelvino Lins, de Pernambuco, passaram a liderar um grupo dissidente do qual participavam ainda políticos da Bahia e do Distrito Federal, além de quase toda a bancada pedessista gaúcha.
> Procurando um apoio mais amplo, a liderança do PSD conseguiu um acordo com o PTB, lançando o nome de João Goulart para concorrer como vice de Juscelino. Goulart, posteriormente, obteve o apoio do Partido Comunista Brasileiro. A UDN lança a chapa Juarez Távora-Milton Campos. Nas eleições de novembro de 1955, Juscelino e Goulart foram eleitos.[312]

Nas eleições estaduais em Santa Catarina, a coligação UDN, PDC, PRP e PSP, com o candidato Jorge Lacerda, venceu as eleições para governador e derrotou o candidato da coligação PSD-PTB, Francisco Gallotti. Esta derrota de Gallotti, significou uma derrota também para Nereu Ramos no seu estado.

Depois de apurados os votos para Presidente da República, uma nova crise política ameaçava o país: o Presidente Café Filho adoece e se afasta do cargo; a oposição alega que os eleitos não possuíam a maioria absoluta dos votos e não poderiam tomar posse; o Presidente substituto sofre "impeachment" e os militares se manifestam; havia um perigo iminente de ruptura institucional e o país mergulharia numa ditadura militar, já em 1955.

> No setor militar, o coronel Jurandir Mamede fez pronunciamento de declarada oposição ao Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, que era favorável à posse dos eleitos.
> Nos primeiros dias de novembro, o Presidente Café Filho teve que internar-se, passando o governo ao Presidente da Câmara Carlos Luz que, negando-se punir o Coronel Mamede, demitiu o Ministro da Guerra Teixeira Lott.
> Reagindo contra o ato, o Ministro, com o apoio dos mais categorizados oficiais do exército, ocupou a Capital Federal em 11 de novembro, obrigando Carlos Luz a se refugiar no Ministério da Marinha e embarcar no cruzador Tamandaré. De imediato o Congresso Nacional reuniu-se e, em apoio ao General Lott, aprovou a posse dos eleitos bem como decidiu o impedimento de Carlos Luz, com 257 votos contra 72.[313]

Entretanto, na madrugada do dia 11 de novembro, as negociações políticas já fervilhavam, e Nereu Ramos foi convidado a assumir a Presidência da República a convite do General Teixeira Lott. Nereu Ramos aceitou o convite e assumiu no dia 12 de novembro, e no dia 21 de novembro, o Congresso Nacional aprovou o nome de Nereu Ramos,[314] bem como o "Impeachment" do próprio Presidente afastado, Café

---

312 DIÁRIO CATARINENSE. *Nereu Ramos: Morte de Vargas muda jogo político*. Op. cit. p. 59, c. 1.
313 CORRÊA, C. Op. cit. p. 42.
314 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 249, Nereu Ramos obteve "185 votos contra 72 da bancada udenista, sendo empossado no dia seguinte".

Filho, que ficou confinado em sua residência. No dia 24 de novembro Nereu Ramos declarou estado de sítio no país, por pressão de muitos militares. Nereu teria justificado seus motivos à oposição, quando

> (...) em pronunciamento feito na Câmara Federal, o Deputado Afonso Arinos, referindo-se ao fato, fez citação de palavras de Nereu a ele: "Desejo comunicar-lhe, 'disse Nereu' os motivos da minha ação. São estes: se eu não tivesse assumido deliberada e conscientemente, a posição que assumi, estaria findo o poder civil e o Brasil entregue a uma ditadura militar".[315]

Desta forma Nereu Ramos tomou posse como Presidente da República e, com a restituição da calma política e com os militares voltando para a caserna, governou até a posse de Juscelino Kubtscheck e João Goulart, no dia 31 de janeiro de 1956.

> Nereu não assumiu o governo naquele conturbado período por ser uma solução a mais. Assumiu-o por ser também o único em condições políticas capaz de estancar uma situação que se desenvolvia incontrolavelmente e que traria, na época, funestas consequências ao Brasil. Portanto, apesar da política e das pressões contra a posse do Sr. Juscelino Kubitschek durante seu período de governo, Nereu Ramos soube garantir a ordem constitucional e entregar pacificamente o governo ao Presidente eleito, confirmando uma liderança forte e necessária à ordem durante os três meses que dirigiu a Nação como seu mais alto mandatário.[316]

Nereu Ramos encerrou suas atividades políticas num acidente aéreo próximo da cidade de Curitiba, no dia 16 de junho de 1958, quando se dirigia para o Rio de Janeiro. No avião viajavam o Governador de Santa Catarina Jorge Lacerda (UDN) e o Deputado federal Leoberto Leal (PSD).

6.3. ADERBAL RAMOS DA SILVA: A CONTINUAÇÃO DO PODER DOS RAMOS NO GOVERNO DE SANTA CATARINA (1947 - 1952)

Nas eleições estaduais de 1947 mais um membro da família Ramos ascende ao poder. Desta vez Nereu Ramos consegue eleger seu sobrinho Aderbal Ramos como Governador de Santa Catarina, com uma diferença de 14.427 votos sobre o candidato da UDN Irineu Bornhausen.

Aderbal Ramos da Silva nasceu em Florianópolis, dentro, literalmente, do Palácio do Governo, no dia 18 de janeiro de 1911. Aderbal era filho do Desembargador João Pedro da Silva e Rachel Ramos, filha mais velha de Vidal Ramos. Seu nascimento aconteceu em Florianópolis por ocasião da grande enchente que assolou o Vale do Itajaí, naquele início de 1911, pois Rachel Ramos, grávida, veio abrigar-se provisoriamente na casa do pai, que, por circunstâncias, era o próprio Governador do estado, e a casa o

---

[315] CORRÊA, C. Op. cit. p. 43.
[316] CORRÊA, C. Op. cit. p. 45.

Palácio do Governo, que servia de Residência Oficial. Nesta época, seus pais residiam em Blumenau, pois o pai, João Pedro, exercia o cargo de Juiz na cidade.

Aderbal fez seus primeiros estudos no Grupo Escolar Luiz Delfino, em Blumenau. Aos oito anos mudou-se para Florianópolis onde completou seus estudos no Grupo Escolar Silveira de Souza passando a estudar no Colégio Catarinense, até 1927. Em 1928 mudou-se para o Rio de Janeiro para exercer um cargo e ficou à disposição do Ministério da Viação e Obras Públicas, cujo Ministro, Victor Konder, ele era afilhado. [317] Em 1932 bacharelou-se em Direito pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, e seu primeiro emprego como advogado foi em Florianópolis na banca de Nereu Ramos, seu tio. Nereu Ramos foi o padrinho político de Aderbal, pois, segundo ele próprio costumava dizer, "Depois de Nereu, ninguém mais me ensinou nada. O resto aprendi sozinho." [318] Ocupou o cargo de Inspetor de Ensino Secundário no estado, bem como o primeiro cargo de Inspetor Federal da Faculdade de Direito de Santa Catarina, quando da sua fundação. Foi um dos dirigentes do jornal *A República,* caixa de ressonância do Partido Liberal Catarinense, no qual chegou a presidência do diretório municipal de Florianópolis. Elegeu-se Deputado à Assembléia Estadual Constituinte em 1935 e à 1ª legislatura (1935-1937) pelo Partido Liberal Catarinense, por influências de Nereu Ramos. Exerceu o cargo de diretor das Organizações Hoepcke, sendo que, em 1936, casou-se com com Ruth Hoepcke.

Desde 1937, com a implantação do Estado Novo, permanece o tempo todo ao lado de Nereu Ramos assessorando-o no governo. Em 1945, com a redemocratização elegeu-se Deputado Federal Constituinte, sendo um dos signatários da Constituição de 1946 e à 1ª legislatura (1947-1950). Em 1946 fundou o jornal "O Estado" para fazer frente às idéias das forças políticas do PSD. Em 1947 foi eleito Governador do estado, aos 35 anos, sendo considerado um dos mais jovens. Aderbal Ramos assumiu o cargo em 26 de março de 1947, recebendo-o da mãos do Interventor Udo Deeke. Em 1955, elegeu-se novamente para o cargo de Deputado Federal pela Aliança Social Trabalhista - AST, renunciando ao cargo.[319]Aderbal Ramos faleceu no dia 13 de fevereiro de 1985, em Florianópolis.

---

[317] DIÁRIO CATARINENSE. *Aderbal Ramos da Silva: Neto de Vidal e sobrinho de Nereu Ramos, começou cedo na política. Aos 23 anos foi eleito deputado.* Op. cit. p. 67, c.

[318] 1. DIÁRIO CATARINENSE. *Aderbal Ramos da Silva: tudo o que sabia foi ensinado pelo tio.* Op. cit. p. 67 c. 5).

[319] "Somente algumas décadas depois é que falou sobre os motivos que o levaram a renunciar ao mandato de deputado federal, pela Aliança Social Trabalhista: "Cansei de ver deputado iniciar seu discurso, um assunto sério e, de repente, quando conferia o plenário, não tinha mais ninguém. Aquilo me desiludiu, mas nunca deixei de participar politicamente. Aliás sem querer ferir ninguém, o fato é que o nível intelectual das assembléias está caindo". Cf.

6.3.1. A gestão de Aderbal Ramos: ausência causa "rombo" e desgaste político para Nereu Ramos

Aderbal Ramos governou Santa Catarina efetivamente por dois anos e meio, pois teve que afastar-se, em janeiro de 1948, para tratamento de saúde no exterior, só retornando ao Executivo em 1950. Foi substituído durante sua ausência por José Boabaid, então presidente da Assembléia Legislativa, pois o cargo de Vice-Governador só foi incorporado nas eleições de 1955. Esta ausência implicou em perda de espaço político por parte dos Ramos em Santa Catarina:

> Do ponto de vista administrativo, sua ausência praticamente emperrou a máquina estadual, apesar dos esforços de Boabaid. Seus adversários costumavam dizer que aquele era um dos piores governos catarinenses de todos os tempos. E os jornais de oposição, *o Diário da Tarde*, pertencente a Adolpho Konder, e *A Gazeta*, dirigida por Jairo Callado, faziam duras críticas ao marasmo reinante, enquanto *O Estado*, pertencente a Aderbal desde 1946, procurava, sem muita convicção, fazer a defesa do Governo. Ao retornar ao posto, entretanto, Aderbal tentou recuperar o tempo perdido. [320]

A gestão de Aderbal/Boabaid preocupou-se pelo desenvolvimento rural, criando o Serviço Florestal do estado. Construiu a adutora de Pilões para abastecer de água a capital, bem como as torres de transmissão de energia elétrica desde a Usina Hidrelétrica de Capivari até Florianópolis resolvendo grande parte dos problemas de abastecimento de luz e água na capital. Construiu o sistema de esgotos em Tubarão e em Lages. Na área de educação consolidou a reforma do projeto da escola primária, iniciado na gestão de Nereu Ramos, bem como a conclusão e a inauguração da Maternidade Darci Vargas, em Joinville. Ainda em Joinville, criou as condições para que o Governo Federal encampasse a empresa do setor elétrico, Empresul, de capital alemão e proprietária da "Usina de Bracinho" no Vale do Itajaí.

Logo após as eleições de 1947, no início da gestão de Aderbal, o poder político dos Ramos se fez sentir sob a forma de retaliação política, pois,

> naquele ano, praticamente todo o Estado ficara em mãos pessedistas. O município de Araranguá, porém, era uma das exceções. Após uma disputa ferrenha entre o candidato do PSD, Altíssimo Tournier, e o da UDN, Afonso Ghizzo, o pleito foi vencido pelo candidato udenista. O fato irritou tanto o vice-presidente da República, Nereu Ramos, quanto Aderbal. Em represália, para dividir o poder udenista em Araranguá, o último criou o município de Turvo,

---

DIÁRIO CATARINENSE. *Aderbal Ramos da Silva: naquela época, o cargo era exercido sem qualquer pompa*. Op. cit. p. 68 c. 4).

[320] DIÁRIO CATARINENSE. *Aderbal Ramos da Silva: candidato percorreu o Estado em três taxis, e derrotou o adversário Irineu Bornhausen da UDN*. Op. cit. p. 68 c. 1.

através do decreto estadual número 247, de 30 de dezembro de 1948. Passaram a integrar o território do novo município os distritos de Meleiro, Timbé do Sul, Jacinto Machado e Praia Grande até então pertencentes a Araranguá. [321]

Com o fim do mandato do Marechal-Presidente Eurico Gaspar Dutra, como vimos anteriormente, articulava-se a candidatura do Vice-Presidente Nereu Ramos, por se caracterizar como o candidato natural à sucessão.

Quando Nereu percebeu que suas chances de sair candidato se reduziram, com o não apoio do Marechal- Presidente Dutra, o PSD se dividiu e ele retornou a Santa Catarina para coordenar as eleições.

As eleições marcadas para 3 de outubro de 1950 eram gerais: Presidência da República, Senado, Câmara Federal, Governos estaduais, Assembléia Legislativa, Prefeituras e Câmaras municipais. O Retorno de Nereu também teve um caráter estratégico, pois significava proteger sua sobrevivência política como liderança incontestável junto aos pessedistas catarinenses e também como Presidente do Diretório Nacional do PSD. Em Santa Catarina, portanto, o PSD estruturava suas estratégias para se manter no poder, e contava com um agravante complicador: a ausência de Aderbal Ramos do governo deixara um grande "rombo político". Este rombo, bem como a posição derrotistade Nereu e a divisão do PSD a nível nacional, preocupavam as lideranças pessedistas e contribuiram sobremaneira para o desgaste político do partido no estado.

A oposição, ao se referir ao líder pessedista, dizia que "Nereu, um filho de um Estado pequeno não foi candidato à presidência da República, porque não conseguiu pacificar a sua terra". A palavra era de Adolfo Konder, que acusava também Nereu de perseguir a população alemã em Santa Catarina, salientando que "não há nazistas nem carpideiras do hitlerismo no núcleo germânico de Santa Catarina" (Diário da Tarde", 7/7/50) [322]

Por outro lado, a UDN se rearticulava em todo o estado, procurando minar as bases pessedistas e construindo a candidatura de Irineu Bornhausen, que havia sido derrotado nas eleições anteriores por Aderbal Ramos. Para tanto a UDN utilizava como estratégia política a "cisão" do PTB, fiel da balança política estadual, pois "servia os pratos do PSD e da UDN, como opção aos eleitores mais ou menos fixos."[323] Desta forma, Nereu Ramos e o PSD saíram derrotados da eleição e a UDN assumiu o governo com Irineu Bornhausen

---

321 DIÁRIO CATARINENSE. *Aderbal Ramos da Silva: dono de grande perspicácia*. Op. cit. p. 68 c. 3.
322 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 234.
323 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 235.

6.4. IRINEU BORNHAUSEN: A OPOSIÇÃO TOMA O PODER DOS RAMOS - BANQUEIRO E PLANEJAMENTO NO PODER ESTATAL (1951-1956)

Nas eleições de 1950 Irineu Bornhausen sai vitorioso, derrotando o candidato do PSD, Udo Deeke, e governou Santa Catarina de 31 de janeiro de 1951 até 31 de janeiro de 1956.

Irineu Bornhausen nasceu na cidade de Itajaí em 25 de março de 1896 e era filho de tradicional família na cidade, João e Guilhermina Bornhausen. Realizou seus estudos primários em Itajaí. Trabalhou como despachante aduaneiro de 1922 a 1932. Neste período foi um dos fundadores do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina - INCO. Irineu Bornhausen casou-se com Maria Konder, Irmã de Victor e Adolpho. Teve três filhos, Paulo, Roberto e Jorge Konder Bornhausen. Irineu iniciou sua carreira política ao lado dos irmãos Konder no PRC, inclusive como seu presidente (1927-1930): eleito vereador em Itajaí por duas legislaturas (1923-1927 e 1927-1930), foi presidente da Câmara; eleito Prefeito de Itajaí em 1930, sendo destituído pelo movimento da revolução de 1930, e elegendo-se novamente Prefeito em 1935, mas não chegando a tomar posse; mudou-se para o Rio de Janeiro com a família. Em 1937; com início do Estado Novo, retornou a Itajaí para ocupar novamente o cargo de Prefeito, nomeado por Nereu Ramos, então Interventor Federal em Santa Catarina, permanecendo até 1939; foi um dos fundadores da UDN no estado e Vice Presidente do Diretório Nacional da UDN; elegeu-se Governador (1951-1956); Senador da República (1959-1967) e, simultaneamente, elegeu-se Deputado Federal à 4ª legislatura (1959-1962), optando, entretanto, pelo cargo de Senador. Irineu Bornhausen faleceu em Itajaí no dia 11 de agosto de 1974.

Em 1945, com o processo de redemocratização, Irineu Bornhausen foi um dos fundadores da UDN no estado com a extinção do PRC. As articulações políticas de Irineu Bornhausen na UDN explicitavam melhor sua relação de classe, pois fundamentavam-se concomitantemente às suas relações com os setores da indústria, do comércio e dos serviços, sendo que nos anos 20 tornou-se um dos fundadores e também Presidente do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina - INCO.

> Com relação à UDN e à família Konder-Bornhausen, certamente a fundação do Banco Inco já se constituiu num pólo aglutinador de importantes setores da burguesia do Vale do Itajaí, que necessitavam criar seus próprios mecanismos de financiamento.
> Faziam parte do quadro de acionistas do Banco, em 1950 (...), figuras como Albano Schmidt (Grupo Tupy); Ingo Hering, vários membros da família Renaux (sendo que um dos fundadores e sócio-proprietário do banco era da família); Germano Stein; Udo e Ari Garcia (ligados ao ramo de fiação e tecelagem). Embora o fato de ser acionista não indique relação política direta com

> os Bornhausen, ou com seu partido - a UDN -, certamente se estabeleceram vínculos de interesse econômico a partir do Banco Inco. Além disso, a UDN contava ainda em seus quadros, com empresários do porte de Diomício Freitas, Álvaro Catão e outros. No período bipartidário praticamente todo o empresariado catarinense parece ter se acomodado nas relações com o partido do governo. [324]

Entretanto, a UDN ficou sob liderança dos Konder, aliada aos Bornhausen por laços familiares e econômicos, e também a uma parcela da família Ramos, ligada a Aristiliano Ramos, por relações políticas, enquanto que o PSD era ainda liderado por Nereu e representava a outra parte da família Ramos ligadas a Vidal Ramos.

> Segundo o depoimento de Celso Ramos Branco (*) o ato de criação da União Democrática Nacional em Santa Catarina foi realizado na cidade de Ibirama, um território neutro, na casa de Henrique Rupp Júnior, que à época era interventor da "Ansiática", uma empresa estatal exploradora de madeira que havia falido. Deu-se a coordenação da fundação da agremiação naquela cidade - politicamente inexpressiva - porque havia divergência na liderança política do grupo republicano, principalmente, entre Adolfo Konder e Aristiliano Ramos. Estiveram presentes à reunião, o anfitrião, Aristiliano Ramos, Irineu Bornhausen (representando) Adolfo Konder, brigado com Aristiliano), Celso Ramos Branco, Max do Amaral, James Schneider e Mauro Nerbas. Discursou no ato, para tentar aplacar as dissenções e reafirmar a fé partidária, o promotor público José Fontes.
> (...) Entretanto, o primeiro movimento constituído como embrião da futura UDN no estado, nasceu em São Joaquim, denominado, "União Democrática Pró-São Joaquim" sob forma de Comitê Central Provisório pró-candidatura Eduardo Gomes tendo como líderes (ou presidentes de honra); Genovêncio de Matos, Franalízio Pinto Arruda, Egídio Martorano e Joaquim Pereira de Medeiros, entre outros ("Diário da Tarde" de 23 de abril de 1945), seguindo-se o Diretório Provisório da "União Democrática Nacional", de Mafra, presidido pelo coronel José Severiano Maia (o mesmo jornal de 12/4). [325]

A UDN, portanto, teve suas origens no Planalto Serrano e sob influência do "anfitrião" Aristiliano Ramos, que havia "rachado" com a família Ramos, em franca oposição a Nereu Ramos. A grande estratégia da UDN, apesar das divergências entre Adolpho Konder e Aristiliano Ramos, era minar as bases eleitorais de Vidal e Nereu Ramos no planalto serrano, pois Lages, considerada a capital política do estado, era o segundo e mais cobiçado reduto eleitoral (13.719 eleitores), perdendo apenas para Florianópolis (17.548 eleitores). [326] As articulações políticas e a montagem da Comissão Executiva ficaram a cargo de Aristiliano Ramos, dedicando intenso trabalho para minar as "bases do Nereu" e do

---

[324] CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979).* Florianópolis: UFSC, 1990, p. 136.

[325] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 155-56. SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 158. SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 159. DIÁRIO CATARINENSE. *Irineu Bornhausen: Aliança com PTB derrotou o PSD.* Op. cit. p. 75, 1 c. SILVEIRA LENZI, C., Op. cit. p. 241. DIÁRIO CATARINENSE. *Irineu Bornhausen: Aliança com PTB derrotou o PSD.* Op. cit. p. 75, 1 c. DIÁRIO CATARINENSE. *Irineu Bornhausen: Administração inovadora, criou vários municípios.* Op. cit. p. 72, 3 c. MEIRINHO, Jali. O velho Colono. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 75, 2 c. MEIRINHO, Jali. O velho Colono. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 75, 2 c.

[326] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 158.

PSD. Com este trabalho Aristiliano consegue trazer ao novo Partido figuras de peso da sociedade lageana e membros da família Ramos:

> (...) formando a Comissão Executiva, com o Coronel Belisário José de Oliveira Ramos, Dr. Carmosino Camargo de Araújo, Dr. Aujor Luz, Rufino de Figueiredo, José Anastácio de Lins Lemos, Carlos Vidal Ramos, Henrique da Silva Ramos, Jorge Domingues Arruda, Eugênio Augusto Neves, José Boanerges Lopes, Francisco Vicente Ataíde, Laurindo Vieira Borges, Manoel Augusto Neves, Veríssimo de Campos, Anastácio Gonçalves Araújo, Hermelino Engrácio de Araújo, e Aristides Ramos. Era Secretário Geral o Dr. Celso Ramos Branco, participando como membros da secretaria, Armando Ramos de Carvalho, Dr. Célio Belisário Ramos, Dr. José Batalha da Silveira, Jaime de Arruda Ramos, Alceu Goulart e Solon Vieira, entre outros, que compunham a Comissão de Finanças e a Comissão de Alistamento e Propaganda. Este apoiamento em Lages, foi antecipado por um abaixo-assinado, formado por 116 pessoas de relativa representatividade social e política, e por mais de 21 membros da primeira "Ala Moça" udenista que surgiu no Estado, destacando-se os nomes de José Vieira Lemos, Jorge Holler Bleyer, Sueli Godinho Machado, Ibamor Tartaroti, Mauro Farias, Neusa Ramos, Acácio Godinho, Edú Alaor Lemos, Alda Neves Godinho, Alda Góes, Clóvis Silva, Clênio A. Ferreira, João Guimarães Silva, Antonio Vieira Neto e Heleodoro Muniz. [327]

Desta forma, em 26 de agosto de 1945, conformou-se a estrutura da UDN em Lages a partir da formação da Comissão Executiva, composta por grande parte da elite intelectual lageana, e com o poder político dos Ramos bastante dividido na cidade.

Por outro lado, o poder de influência dos Konder-Bornhausen manifestava-se nas regiões do litoral de São Francisco do Sul e no Vale do Itajaí, principalmente nas regiões de colonização alemã, como Blumenau e Joinville. Aproveitando-se da política eleitoral anterior, Irineu Bornhausen utiliza toda a carga da sua própria imprensa: "(...) a imprensa udenista era forte e seu principal órgão de divulgação foi o *Diário da Tarde* fundado por Adolpho Konder em 1945. Este jornal foi o braço ativo da UDN catarinense. A partir do primeiro ano do governo Irineu Bornhausen, o jornal *A Gazeta* passa a ser o porta-voz do partido e de sua administração. Também se comenta que, antes de entrar noGoverno, Irineu criou a rádio *Diário da Manhã.*"[328] (grifos do autor)

Desde o momento em que Irineu Bornhausen torna-se uma referência partidária devido ao seu trabalho na Prefeitura de Itajaí, cada vez mais amplia suas articulações políticas, até o momento em que se torna uma referência nacional no partido assumindo, inclusive, sua vice-presidência. Tanto é que, em 1947 ele é escolhido para presidir o Partido em Santa Catarina e em 1950 é lançado como candidato da oposição ao governo do estado, na disputa com AderbalRamos, pelo PSD.

---

[327] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 159.
[328] DIÁRIO CATARINENSE. *Irineu Bornhausen: Aliança com PTB derrotou o PSD.* Op. cit. p. 75, 1 c.

> A escolha do nome de Irineu Bornhausen para concorrer no pleito de outubro de 1949 (sic) foi resolvida na residência de Wanderley Júnior. Lá estavam João Bayer Filho, Henrique Rupp e Adolfo Konder. Foi ventilado, inicialmente, o nomede Bayer Filho para ser o candidato da UDN. Este descartou a hipótese, alegando que não dispunha de suporte financeiro para enfrentar a campanha eleitoral. Entre o desfile de nomes, Wanderley Júnior lembrou o de Irineu, ex-prefeito de Itajaí, banqueiro e político de prestígio no Vale. Adolfo Konder relutou em aceitar, alegando o seu parentesco (eram cunhados, sendo os dois mantinham relações muito formais) mas foi finalmente convencido. Wanderley, então, embarcou para Itajaí, como porta-voz da cúpula partidária, para comunicar ao candidato, a escolha. [329]

Estabelecido o candidato pela UDN, a estratégia utilizada foi a articulação com as forças que compunham o PTB, o qual se tornou o fiel da balança. Desta forma, Irineu Bornhausen: "para derrotar o PSD (Partido Social Democrático) e chegar ao governo do estado, fez aliança com o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), sem muita expressão no estado. Também procurou o PCB (Partido Comunista Brasileiro, já na ilegalidade em 1947) para apoia-lo, quando foi derrotado pelo PSD, mas os comunistas preferiram os sociais-democratas." [330]

Entretanto, para as eleições de 1950, Irineu retorna com toda a força e com o apoio político de Getúlio Vargas e se elege Governador, utilizando como "slogan" da campanha "Irineu Bornhausen, o candidato que está no pensamento e no coração dos Catarinenses."[331] Assim, como síntese deste processo, observa-se que,

> O processo de redemocratização de 1945, no Brasil, chegou a Santa Catarina colocando frente a frente correntes antagônicas, depostos e vitoriosos de 1930. No núcleo do Partido Social Democrático, estavam os líderes que assimilaram o Estado Novo. Na União Democrática Nacional, aqueles com raízes no antigo Partido Republicano Catarinense e opositores da ditadura Varguista. Nas eleições presidenciais os dois partidos radicalizaram, o que viria acirrar-se mais na campanha para o Governo do Estado em 1947, quando o PSD saiu-se vitorioso com Aderbal Ramos da Silva sobre Irineu Bornhausen.
> O quadro ganhou conotação curiosa na sucessão estadual, em 1950. Coincidindo com a eleição presidencial, paradoxalmente, a UDN que representava o anti-Vargas, em Santa Catarina compôs-se com o Partido Trabalhista Brasileiro, de Getúlio. A aliança, mais o apoio de pequenos partidos, levou Irineu Bornhausen ao Governo para o período de 1951-1956.[332]

A ascensão de Irineu Bornhausen ao governo do estado representou uma nova orientação política, com a introdução acentuada de novas técnicas para a elaboração de suas propostas de políticas de governo. Este processo tinha como objetivo criar as condições para a utilização de "instrumentos de planejamento" mais eficientes para a ação governamental, refletindo-se inclusive, na ampliação da estrutura estatal.

---

329 SILVEIRA LENZI, C., Op. cit. p. 241.
330 DIÁRIO CATARINENSE. *Irineu Bornhausen: Aliança com PTB derrotou o PSD.* Op. cit. p. 75, 1 c.
331 DIÁRIO CATARINENSE. *Irineu Bornhausen: Administração inovadora, criou vários municípios.* Op. cit. p. 72, 3 c.
332 MEIRINHO, Jali. O velho Colono. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 75, 2 c.

6.4.1. O Plano de Obras e Equipamentos - POE: planejamento para a ação do Estado

A partir de 1945, com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial e o intenso movimento para a reconstrução da Europa devastada pela Guerra, aliados ao processo de redemocratização brasileiro, surge em Santa Catarina a idéia de se adaptar formas mais racionais de planejamento com o objetivo de analisar a realidade catarinense dentro de um novo projeto de desenvolvimento. Desta forma, aliando sua experiência de banqueiro, as idéias de planejamento ganham maior espaço no governo de Irineu Bornhausen, pois,

> num período em que a obtenção de recursos externos, canalizados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, dependiam de um seguro planejamento, propôs a criação do Plano de Obras e Equipamentos - POE, cujo objetivo foi a planificação da administração estadual para o futuro. No campo econômico, reformulou a Secretaria da Fazenda e criou a Bolsa de Valores, fundamental para o desenvolvimento industrial e comercial. [333]

Entretanto, a idéia de planejamento tinha origem nas propostas da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL, do Banco Mundial, bem como outras Instituições internacionais encarregadas de fomentar a organização de estruturas para dar sustentação a um novo processo de desenvolvimento para o pós-guerra, garantindo a expansão da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina.[334] Estas propostas previam a utilização do planejamento como instrumento de governo, ampliando a estrutura estatal criando Bancos de Desenvolvimento e outros órgãos nacionais, estaduais e regionais de desenvolvimento. Neste sentido, no Brasil, este processo vinha sendo discutido e, experimentalmente, implementado, consubstanciado ao movimento da revolução de 1930:

> "Se entendermos planejamento em sentido amplo, de organização da economia a partir da atuação de órgãos ou colegiados governamentais, se não confundirmos com o muitas vezes

---

333 MEIRINHO, Jali. O velho Colono. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 75, 2 c.

334 "A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos resultou de acordo celebrado em 19 de dezembro de 1950 entre os Governos brasileiro e americano." "(...) É interessante notar que Vargas já havia sido eleito Presidente em outubro, com posse marcada para 31-1-51, e já havia mesmo escolhido seu Ministro das Relações Exteriores (João Neves da Fontoura), encarregado de preparar a participação brasileira na IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, marcada para março de 1951 em Washington e destinada a coordenar o apoio latino-americano à intervenção dos EUA na Coréia. Na verdade, desde 1946, mas particularmente desde o início de 1950, através do Ministro Raul Fernandes, o Brasil já vinha reivindicando - estimulado pelo lançamento do Programa do Ponto IV por Truman, em 1949 - financiamento norte-americano para um vasto programa de reequipamento e expansão de setores de infra-estrutura. Aparentemente, o início da Guerra da Coréia e a vitória de Vargas contribuíram para acelerar a decisão norte-americana." [nota de rodapé do autor], Cf. MALAN, Pedro Sampaio. *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52).* 2 ed. Rio de janeiro: IPEA/INPES, 1980, p. 60.

irrelevante processo de redação de um plano a partir de uma agência central, veremos que desde 1934 experimentações desse tipo estiveram presentes na administração pública brasileira.
(...) Pode-se notar que esse período (refere-se a partir de 1934) se caracteriza por importantes debates em torno da idéia de planificação nacional, onde, além das posições doutrinárias, se podem relacionar sugestões objetivas e mesmo a criação de órgãos que, não obstante em sua curta existência ou mesmo inatividade, marcam uma linha de orientação bem definida do Governo Federal"[335]

Foi somente a partir do Governo de Irineu Bornhausen que as idéias ganharam força e se concretizaram como Projeto de Governo e Santa Catarina destacou-se como um dos primeiros estados brasileiros a se utilizar desta nova técnica, [336] momento em que, o planejamento foi implementado como política oficial de um governo, base para a administração política do Estado. O projeto denominava-se Plano de Obras e Equipamentos - POE - e era capitaneado por Victor A. Peluso Júnior[337], com base em dois planos nacionais: "foi inspirado no Plano Federal de Obras e Equipamentos, com o objetivo de impulsionar, pela criação de um orçamento especial, a realização de obras públicas bem como o incentivo a indústrias básicas, e no Plano SALTE. Dessa forma, o primeiro lhe emprestou o nome e o segundo inspirou os setores em que se concentrariam os recursos, sendo exceção apenas os gastos em educação."[338]

Desta forma, o POE foi o instrumento que serviu de "plano de gestão" para os governos de Irineu Bornhausen e Jorge Lacerda/Heriberto Hülse e estava previsto para um período de dez anos; durou até 1960. "Ressalte-se, contudo, que a primeira grande observação que se pode fazer do referido plano é a de que ele foi previsto para ser decenal, porém ficou restrito a um período de 5 anos, tendo em vista a mudança do comando político havida na administração pública, sucedendo-lhe, então, o PLAMEG."[339] O PLAMEG - Plano de Metas do Governo - foi instiuído na gestão seguinte de Celso Ramos (1961-1966) e baseava-se no PLAMEG, federal, de Juscelino Kubitscheck (1956-1960).

---

335 Cf. DOELLINGER, Carlos Von, analisando as tentativas de planejamento no Brasil na introdução do livro "Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira" (1978:12), citado por SCHIMITZ, Sérgio. Planejamento Estadual: a experiência Catarinense como Plano de Metas do Governo - PLAMEG - 1961/1965. Florianópolis: UFSC-UDESC, p. 28.

336 Cf. PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 666.

337 "VICTOR ANTÔNIO PELUSO JUNIOR, nasceu em Florianópolis, a 05.07.1909, filho de Victor Antonio Peluso e de Da Liduina Peluso. No Boletim Geográfico publicou: paisagens catarinenses (a. 1, 1° jan. 1947, p. 1-62; a. 1, n° 2, jul. 1947, p. 75-127; a.2, n° 3, jan. 1948, p. 87-89; a.2, n° 4, jul. 1948, p. 39-46); A Vila de Ituporanga (a. 2, n° 3, jan. 1948, p. 1-39; a.2, n° 4, jul.1948, p. 19-34; a.3, n° 5, jan. 1949, p. 14-36); e Lages, estudo de geografia urbana (a.3, n° 6, jul. 1949, p. 1-27). Publicou, ainda, no Anuário Catarinense, Florianópolis: Geografia aérea de Joinville (v. 4 1951, p. 113-122); Efeméridas de 1952 e a sua significação geográfica (v. 5, 1952, p. 22-33); e O "Estreito" do Rio Uruguai (v.6, 1953, p. 19-25). Presidente da IHGSC, de 1971 até a presente data." Cf. PIAZZA (1983), Op. cit. p. 33.

338 SCHIMITZ, S. Op. cit. p. 53.

339 SCHIMITZ, S. Op. cit. p. 53.

O projeto do POE foi encaminhado à Assembléia Legislativa em 3 de março de 1955. No projeto havia a proposta de um aumento de 20% no Imposto sobre Vendas e Consignações - IVC, que seria utilizado para alavancar recursos e dar sustentação ao projeto de desenvolvimento que o governo propunha. O Projeto previa investimentos em obras de infra-estrutura como formade dinamizar as suas prioridades de governo, centradas: na Produção (dinâmica empresarial) - indústria e agricultura, e na Distribuição (transportes) - estradas de rodagem, energia elétrica. Tais investimentos serviriam de base, segundo o Plano, para o desenvolvimento de Santa Catarina. As políticas de investimento também previam recursos para a educação e a saúde. Desta forma, o POE serviu como um importante instrumento técnico para o controle do Programa de Governo de Irineu Bornhausen, um orçamento paralelo, constituindo-se na reunião de vários programas setoriais, aos moldes do Plano SALTE, vigente a partir de 1949 no final do Governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1950). "Embora o POE não significasse mais do que um orçamento paralelo de investimento submetido a tratamento especial, não se podendo titulá-lo como um plano global, representou a primeira tentativa, no estado, de vinculação de recursos a um programa plurianual de investimentos em obras pré-definidas"[340]

Entretanto, o Plano SALTE havia sido elaborado a partir dos programas de cada Ministério, sem as características específicas de orientação sistêmica: inter-relacionado e interdependente. "A falta de uma ação coordenadora deu ensejo a orientações contraditórias, muitas vezes conflitantes, o que dificultou seriamente sua execução".[341]

Por outro lado, "o Plano SALTE representou um marco importante no processo evolutivo de planejamento/orçamento. Objetivando acelerar o processode desenvolvimento econômico, houve apenas um princípio de implementação, não foram desenvolvidos mecanismos de controle e avaliação, nem uma análise econômica apropriadapara o exame das prioridades"[342]

Em Santa Catarina,

> O Plano de Obras e Equipamentos - POE, então, muito ao sabor das primeiras idéias de planejamento no Brasil, foi uma listagem de obras que seria a culminância de um processo pretendido. Não teve um antecedente escrito; imaginava-se que, gerando um efeito cívico, mudar-se-ia o contexto da sociedade catarinense. Em resumo, o instrumental teórico e técnico

---

[340] Cf. MATTOS, Fernando Marcondes. Santa Catarina, nova dimensão. Florianópolis: UFSC, 1973, p. 295. Apud, SCHIMITZ, Sérgio, Op. cit. p. 49.
[341] SCHIMITZ, S. Op. cit. p. 50.
[342] Cf. MIRANDA NETO, Manoel José de. A crise do Planejamento. Rio de janeiro: Nórdica, 1981, p. 107-8. Apud. SCHIMITZ, S. Op. cit. p. 50.

> do início da década de 50 era logicamente muito diferente do final da mesma década e início dos anos 60; haja vista que o orçamento-programa no Brasil é de 1964 (...)[343]

No poder foi essa a forma de perceber o desenvolvimento do estado, assimilada pela visão empresarial a que Irineu Bornhausen estava vinculado, imprimindo-lhe uma ideologia político-empresarial:

> Político, empresário e banqueiro, Bornhausen imprimiu à sua administração uma dinâmica empresarial. Lança-se numa política voltada para as prioridades exigidas para o desenvolvimento do Estado, centrada na produção e transportes.
> A aproximação com Vargas e o fato de **o Ministro da Agricultura pertencer à UDN**, vindo da dissidência pernambucana, facilitaram a captação de recursos federais. [344] (grifos meus)

Entretanto, "o relacionamento de Irineu com o Governo Vargas criou atritos com a cúpula nacional da UDN, o que ele habilmente foi contornando e superando (...)."[345] Para implementação do projeto, havia a necessidade de uma grande quantidade de recursos financeiros.

> Ao assumir o Governo em 1951, Irineu Bornhausen herdou uma receita de apenas 200 milhões de cruzeiros. Pagou todas as dívidas deixadas pelo seu antecessor (sic) e conseguiu, no mesmo ano, uma arrecadação de 312 milhões de cruzeiros.
> Encerrou o ano de 1951 com um saldo de 7 milhões nos cofres públicos do Estado.
> Político experiente marcou seus anos no Governo de Santa Catarina sem responder superficialmente às críticas feitas a sua administração. Sempre respondeu com números, fatos e muitas realizações. [346]

Assim sendo, Irineu Bornhausen conseguiu ampliar suas receitas em 56%, no seu primeiro ano de governo em relação ao anterior, de Aderbal Ramos. Encerrou o ano de 1951 com um caixa positivo de 2,2% do que havia arrecadado em todo o primeiro período. Entretanto, o que se percebe do Plano de Irineu Bornhausen é que ele deixou a desejar nas áreas sociais:

> "Alguns culpam o POE, como peça de planejamento; de ter sido o responsável pelo resultado eleitoral que tirou do poder as forças políticas que o idealizaram.
> (...) Bastante estranha essa afirmativa, quando se sabe que foi justamente em plataforma eleitoral com ênfase absoluta em planejamento que levou à vitória o grupo político que iria suceder ao POE.
> (...) Reduzido a 5 anos, o Plano já não poderiater realizado mais de 50% das metas previstas. As realizações do POE, com relação aos programas rodoviário e energético, parece que podem ser considerados bastante eficientes. Já no tocante aos setores de educação, saúde e agricultura, os resultados foram bastante desanimadores"[347].

Tanto é, que quando Celso Ramos retornou ao poder em 1960, encaminhou para a Assembléia Legislativa um Projeto de Lei nº 184/61, no dia 30 de junho de 1961, tecendo considerações sobre a necessidade de se alterar o planejamento do estado no sentido de "melhorar a administração pública

---

343 SCHIMITZ S., Op. cit. p. 52.
344 MEIRINHO, Jali. O velho Colono. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 75, 2 c.
345 MEIRINHO, Jali. O velho Colono. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 75, 2 c.
346 DIÁRIO CATARINENSE. *Irineu Bornhausen: Respondeu as críticas com obras.* Op. cit. p. 72, 1 c.
347 Cf. MATTOS, F.M. Apud SCHIMITZ, S. Op. cit. p. 43.

estadual", incorporando o POE ao novo plano, o PLAMEG - Plano de Metas do Governo. O governo de Celso Ramos justificou-se da posição assumida, pois o POE

> (...) não havia realizado na primeira metade de sua atuação 50% da sua missão, como deveria ter feito. Os investimentos previstos para os dez anos de duração do Plano montaram, nos diferentes setores, Cr$ 1,8 milhões arredondados. Nos cinco primeiros anos foram canalizados ao POE e por ele despendidos recursos da ordem de Cr$ 1,4 milhões de cruzeiros. O projeto de Lei que criou esse Plano propunha um aumento de 20% no Imposto sobre Vendas e Consignações - IVC, pelo prazo de dez anos, e os recursos daí decorrentes financiariam, então, o programa decenal de construção de obras e aquisição de equipamentos. [348]

6.4.2. A gestão de Irineu Bornhausen: prioridade aos programas setoriais - base do POE

Para desenvolver seus projetos, o Governo estabeleceu as suas prioridades a partir dos programas setoriais estabelecidos no POE.

Para o setor da agricultura, desvinculou-o da Secretaria de Viação e Obras Públicas e criou uma Secretaria de estado própria, a Secretaria de Agricultura, em 1953:

> Para agilizar a área criou a Secretaria de Agricultura, dotando-a de vários organismos como o Projeto 17, futura Acaresc; o Fundo de Mecanização da Lavoura, abrindo financiamento aos agricultores para aquisição de máquinas; motivou a colonização, particularmente no extremo Oeste. Os resultados positivos alcançados na agricultura, *motivaram lembrar-se a figura de Irineu como o Velho Colono.* [349]

Em 1953 o Ministério da Agricultura, onde Antônio Carlos Konder Reis exercia o cargo de Chefe de Gabinete do Ministro João Cleófas, da UDN de Pernambuco, fez uma estimativa favorável à produção agrícola de Santa Catarina: "estimou em 200 mil toneladas de grãos a produção catarinense, uma vitória do estado, que passou a ser respeitado em nível nacional." [350] Como política agrícola o governo de Irineu Bornhausen:

> Auxiliou o lavrador com sementes, mudas, adubos e instrumentos agrícolas. Em sua gestão foram construídos diversos armazéns de trigo nos municípios de Concórdia, Joaçaba, Caçador, Lages e outros. Também foram feitos silos e postos agropecuários e de suinocultura. Mas a cultura do trigo foi a que mereceu maior atenção e estímulo.
> (...) As terras e o clima favoráveis para a cultura do café fizeram com que o governador pedisse ao Governo Federal a instalação de um escritório do Instituto Nacional do Café, em Santa Catarina (sic). O Presidente da República, Getúlio Vargas, deu apoio aos planos agrícolas de Irineu Bornhausen.

---

[348] SCHIMITZ, S. Op. cit. p. 54.

[349] MEIRINHO, Jali. O velho Colono. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 75, 2 c.

[350] DIÁRIO CATARINENSE. Irineu Bornhausen: Agricultura tem produção recorde. Op. cit. p. 72 , 1 c. DIÁRIO CATARINENSE. Irineu Bornhausen: Respondeu as críticas com obras. Op. cit. p. 71 , 3 c. DIÁRIO CATARINENSE. Irineu Bornhausen: Respondeu as críticas com obras. Op. cit. p. 71 , 4 c. DIÁRIO CATARINENSE. Irineu Bornhausen: Agricultura tem produção recorde. Op. cit. p. 72 , 1 c.

> O Governador sempre se defendia das acusações de seus inimigos políticos dizendo que as intrigas só faziam que ele tivesse mais força e obstinação para o trabalho e o desenvolvimento do estado. [351]

Para a região do planalto serrano a idéia era a de aproveitar a potencialidade de culturas que lhe servissem de sustentação econômica: "Na visão do governador Irineu Bornhausen, a região do Planalto tinha um clima propício ao desenvolvimento de culturas privativas dos climas europeus".[352]

Para o setor de Energia, criou a Comissão de Energia Elétrica com o objetivo de "planificar os recursos existentes e expandir a rede distribuidora. Nesta época o Senado aprovou a criação da Termo-elétrica de Tubarão, construída na administração seguinte".[353]

Durante a sua gestão Irineu Bornhausen tratou de ampliara estrutura do estado com gastos improdutivos e realizou parte do orçamento para a construção: do Palácio Residencial da Agronômica, residência oficial do Governador no bairro da Agronômica, em Florianópolis, do Edifício das Secretarias e do Edifício Sede das Diretorias, "edifício público de 10 andares, foi iniciado no final de 1953. Esta obra também recebeu críticas da oposição"[354], e a restauração do Teatro Álvaro de Carvalho, em Florianópolis.

Em outros municípios do estado, a gestão de Irineu desenvolveu-se com a instalação da rede de água e esgostos de Itajaí e a instalação de quartéis da Força Pública em Joaçaba, Chapecó e Dionísio Cerqueira. Paralelamente construiu várias Cadeias Públicas em diferentes regiões do estado.

O setor de transporte destacou-se pela remodelação de duas importantes rodovias, a que liga Joinville ao Porto de São Francisco do Sul, e a que liga Blumenau a Itajaí, esta inclusive calçada com paralelepípedos, por ser uma das mais importantes estradas de Santa Catarina, servindo de corredor para o escoamento das exportações de Blumenau e região até o Porto de Itajaí. Entre outras, garantiu a manutenção da estrada que liga Blumenau a Jaraguá do Sul, Blumenau a Rio do Sul, Campos Novos a Joaçaba, e, em Florianópolis, a estrada que liga o centro às praias do norte da Ilha, até Canasvieiras. "É em seu governo que inicia a obra de abertura da rodovia da Serra do Rio do Rastro, um empreendimento arrojado e necessário".[355] Esta estrada era apenas um caminho de tropas que ligava o litoral sul ao Planalto, ou "Serra do 12", como é popularmente conhecida na região.

---

351 DIÁRIO CATARINENSE. Irineu Bornhausen: Agricultura tem produção recorde. Op. cit. p. 72 , 1 c.
352 DIÁRIO CATARINENSE. Irineu Bornhausen: Respondeu as críticas com obras. Op. cit. p. 71 , 3 e 4 c.
353 MEIRINHO, Jali. O velho Colono. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 75, 2 c.
354 DIÁRIO CATARINENSE. Irineu Bornhausen: Agricultura tem produção recorde. Op. cit. p. 72 , 1 c.
355 DIÁRIO CATARINENSE. Irineu Bornhausen: Respondeu as críticas com obras. Op. cit. p. 71 , 3 c.

Em sua gestão de Governo atendeu algumas necessidades da região do Meio-Oeste catarinense construindo pontes: "em três anos de governo foram feitas 33 pontes, deixando clara a preocupação do governador com a agricultura e a pecuária do estado. (...) Entre as mais importantes estão três sobre o Rio do Peixe e uma sobre o Rio Itajaí do Sul. [356]

Considerando como "setores" o educacional e a Saúde, o Governo criou a Secretaria de Educação Saúde e Assistência Social, desvinculando-a da Secretaria de Interior e Justiça. Com a criação da nova Secretaria "foram construídos na sua gestão cerca de 49 novos estabelecimentos escolares e muitos sofreram reforma ou ampliação. Foram criados 420 cargos de regentes de ensino primário, 100 de professores e 9 Inspetores escolares. Estes últimos uma novidade (sic) no Estado ".[357]

Uma questão estratégica adotada durante a sua gestão foi o processo de ocupação dos espaços regionais no Meio-Oeste e Oeste catarinense, com a imigração de inúmeras famílias de descendentes de alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul. Entretanto, para preservar os interesses de Santa Catarina e manter o poder político na região, Irineu criou as condições necessárias para emancipação e formação de novos municípios, seguindo a política iniciada por Adolpho Konderr para o Oeste e Meio-Oeste catarinense. [358]

Irineu Bornhausen, desde que assumiu as rédeas de sua campanha para Governador, assumiu também a liderança e o controle da UDN, procurando criar "sangue novo" nas hostes partidárias, devido à crise por que passava a UDN durante a sua gestão; por isso procurou uma política de conciliação para eleger seu sucessor.

> Neste mister procurou afastar as antigas lideranças, incentivando a participação de uma nova geração. Assim no encaminhamento da sucessão governamental de 1955, enfrentou uma tensa crise partidária. A fórmula conciliadora, foi buscar um nome fora dos quadros udenistas, o do deputado Jorge Lacerda, do Partido de Representação Popular que, pela sua popularidade e através de uma coligação, capitaneada pela UDN, reuniu o PSP, PL e PDC e saiu-se vitorioso, fortalecendo a liderança de Irineu Bornhausen dentro da UDN catarinense.[359]

---

[356] DIÁRIO CATARINENSE. Irineu Bornhausen: Respondeu as críticas com obras. Op. cit. p. 71 , 4 c.

[357] DIÁRIO CATARINENSE. Irineu Bornhausen: Agricultura tem produção recorde. Op. cit. p. 72 , 1 c.

[358] Foram instalados e desmembrados de CHAPECÓ: Dionísio Cerqueira em 04.02.54; Itapiranga (15.11.54); Mondaí (27.12.54); Palmitos (02.03.54); São Carlos (21.02.54); Cambuizal (27.02.54) e Xaxim (20.02.54); de JOAÇABA: Herval D'Oeste (04.02.54); de IBIRAMA: Presidente Getúlio (30.12.53): de CONCÓRDIA: Seara (03.04.54); de ARARANGUÁ: SulBrasil (04.04.54). Cf. DIÁRIO CATARINENSE. Irineu Bornhausen: Famílias dominam a vida política - Criação de Municípios. Op. cit. p 74, 3 c.

[359] MEIRINHO, Jali. O velho Colono. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 75, 2 c.

6.5. JORGE LACERDA: CONCILIAÇÃO INTEGRALISTA COM O PODER DOS KONDER-BORNHAUSEN (1956-1958)

Jorge Lacerda vence uas eleições de 1955 numa coligação partidária e governou até 1958, quando veio a falecer no acidente aéreo de 16 de junho de 1958.

Jorge Lacerda nasceu no litoral paranaense, no município de Paranaguá, no dia 01 de agosto de 1915. [360] Era filho dos imigrantes gregos Kominos e Anastacia Atherino Lacerda. Seu sobrenome original era *Lakierdis*, e tem origem na ilha grega de *Casteloris* na região chamada de *Dodecaneso*. Seus pais se casaram em janeiro de 1914 na Grécia e, em março do mesmo ano, emigraram para o Brasil, onde o avô paterno de Jorge já residia. O nome "Lakierdis" foi adaptado para Lacerda, de origem portuguesa. Com a morte da avó paterna os Lacerda mudaram-se para a Ilha de Santa Catarina, com o objetivo de integrar-se a colônia grega existente na capital. [361]

Jorge Lacerda estudou nos cursos primário e Secundário em Florianópolis no Colégio Catarinense. Formou-se em Medicina pela Universidade do Paraná, em 1937, mas não chegou a exercer a profissão, mudando-se para o Rio de Janeiro. No Rio de janeiro dedicou-se ao Jornalismo, onde dirigiu o suplemento literário "Letras e Artes" do jornal "A Manhã" de Mário Rodrigues (pai do escritor Nelson Rodrigues). "Ainda na área cultural, empenhou-se na defesa da construção do Museu de Arte do Rio de Janeiro. O Trânsito nos altos círculos intelectuais da República elevou seu cacife político, (...)"[362] Bacharelou-se em Direito, em 1949, pela Faculdade de Direito de Niterói. Ainda estudante entrou para as fileiras da Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado. [363]

---

360 MEIRINHO, Jali. *Datas históricas de Santa Catarina: 1500-1985*. Florianópolis: UFSC-Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985, p. 129.

361 DIÁRIO CATARINENSE. *Jorge Lacerda: Dirigiu suplemento Letras e Artes*. Op. cit. p. 78, 2 c.

362 A Ação Integralista Brasileira - o "integralismo" - teve um papel de destaque em Santa Catarina, pois era bem organizado, ostentando sua força política no desfile do dia 06.10.1935 em Blumenau no qual compareceram o Chefe Nacional Plínio Salgado, o Chefe Regional Othon d'Eça e o Chefe Municipal Alberto Stein. Cf. Walter Piazza, Op. cit. p. 640. Assim sendo "a doutrina integralista recusa a luta armada, nega o **darwinismo social** (que confere aos mais fortes o direito de domínio e considera legítima a luta como instrumento de dominação, apologia do fascismo). Entendia Plínio Salgado que o fascismo italiano nada mais era do que a ressurreição da hierarquia dos processos políticos do Império Romano (neste ponto encaixam os desfiles monumentais do nazismo hitleriano, com bandeiras, estandartes e pompas, cópias expressivas das vitóriosas legiões romanas) e a essência da estrutura rural da Idade Média." Cf. SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 195.

363 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 237.

Durante sua residência no Rio de Janeiro trabalhou como oficial de gabinete do Ministro da Justiça Adroaldo Mesquita da Costa. Também residiu em São Paulo. Tornou-se um destacado líder do Movimento Integralista em Santa Catarina e fez uma carreira política meteórica, elegendo-se Deputado Federal à 2ª legislatura (1951-1954) pela UDN e reelegendo-se, em 1954, à 3ª legislatura (1955-1958) pelo mesmo Partido, como o mais votado no estado, e, em 1955 elegendo-se Governador do estado, assumiu em 31 de janeiro de 1956, renunciando ao mandato de Deputado Federal.

Com o suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, as lideranças das forças políticas já articulavam seus interesses em torno da escolha dos candidatos à Presidência da República para as eleições de 03 de outubro do ano seguinte. Assim, 1955 era o ano das grandes decisões na política nacional: o PSD homologou o nome do mineiro Juscelino Kubitscheck de Oliveira e a UDN o do cearense Juarez Távora. Entretanto, as negociações para a eleição presidencial levaram as várias forças políticas a se coligarem: Juscelino do PSD com o PTB; Juarez Távora da UDN com PR, PL e PDC; Adhemar de Barros do PSP com PTN, PST e Plínio Salgado saiu sozinho com o PRP. Juscelino Kubitscheck e João Goulart venceram as eleições: num período político complicado, com a doença de Café Filho e o afastamento de Carlos Luz, havia a tentativa para a não homologação da vitória da coligação PSD e PTB. Entretanto Nereu Ramos, eleito Senador, assume a Presidência da República neste período de transição até a posse de JK e Jango. As eleições estaduais ocorreram neste clima de crise institucional, mas as baterias se concentravam regionalmente, e em Santa Catarina manifestou-se com a conseqüente crise dentro dos partidos hegemônicos, PSD e UDN. Entretanto,

> O problema político estadual (sucessão governamental, maioria no legislativo estadual, municipal e prefeituras) era bem mais importante do que a disputa para a presidência da República. Destaque-se, que à época funcionava mais expressivamente o regime federativo do que nos dias atuais. A força política a nível estadual (mercê da pressão das lideranças) era respeitada, acatada e valorizada pelo comando efetivo das lideranças, desinterferenciadas do poder central, porque, enfim, o parlamento (ou o poder Legislativo) era poder de fato e de direito. [364]

Jorge Lacerda, disposto a concorrer ao governo, articulou sua candidatura com dois partidos pequenos, o PDC (Partido Democrata Cristão) e o PSP (Partido Social Progressista).

> O deputado federal Jorge Lacerda (...), eleito em 1950 e reeleito em 1954 pela UDN (tendo sido o mais votado nos dois pleitos), médico e advogado, homem culto, criador do Suplemento Literário do jornal "A manhã" do Rio de Janeiro, não escondia as suas pretensões governamentais. Sua campanha foi tecida com lances populares de simpatia, frequentador que

---

[364] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 251-2.

> era da Rua Felipe Schmidt e dos bairros pobres, estendendo incursões no interior do estado. Sua origem política era do PRP, por isto, criaram-se bolsões de resistência à candidatura dentro da UDN que estava potencialmente dividida. João Colin (brigado com Irineu Bornhausen) foi lançado candidato ao governo pelo diretório de Joinville, recebendo o apoio de Aristiliano Ramos, Bayer Filho, Wanderley Júnior, Melquíades Fernandes, Arno Müller e outros. Isto em maio de 1955. [365]

Por isso, era capaz de causar preocupação e estragos ao poder da UDN, pois "afinal no curto período de cinco anos ele se elegeu duas vêzes Deputado Federal e depois governador, mesmo pertencendo a um dos chamados pequenos partidos, o PRP (Partido de Representação Popular) , que sozinho não costumava ter legenda nem para eleger um deputado."[366] Mesmo assim, os jornais já anunciavam sua candidatura:

> a candidatura de Jorge Lacerda ao governo do estado foi lançada no início de abril de 1955 pelo Partido Democrata Cristão e pelo Partido Social Progressista. "A Gazeta", de 3 de abril, divulga com destaque: *"Via aérea seguiu ontem para a Capital da República, o culto e dinâmico parlamentar Jorge Lacerda, já indicado pelo PDC e PSP como candidato dessas duas agremiações partidárias ao pleito de 3 de outubro próximo para a escolha do futuro sucessor do ilustre Governador Irineu Bornhausen.*[367]

O jornal "A Gazeta" era o órgão de divulgação da UDN e do governo de Irineu Bornhausen, dirigido por Jairo Callado, e diante das divergências internas da UDN em Santa Catarina, em função da candidatura de João Colin de Joinville, a conciliação e aceitação do candidato foi feita a partir de uma coligação partidária articulada por Jorge Lacerda e Irineu Bornhausen:

> (...) Lacerda foi astucioso na rampa sucessória. Como ex-integralista e contando com o apoio maciço do Partido de Representação Popular, articulou o seu lançamento por dois outros pequenos partidos, com a finalidade de comprometer o situcionismo (sic) udenista. A 7 de abril (e a informação ainda está registrada no jornal dirigido à época por Jairo Callado), foi criada a "*Coligação Política em Santa Catarina*", através da qual, "*a UDN, PSP, PRP estão unidos para em comum escolher o candidato a governador do Estado, sendo que convidarão os outros partidos a participarem da coligação*". O protocolo foi assinado a 6 de abril, estabelecendo "*condições para a escolha em comum do candidato*", com as firmas de Heriberto Hülse, como presidente da UDN, deputado Leopoldo Erig, presidente do PSP, Archimedes Monguilhott, presidente do PRP e Martinho Callado Júnior, dirigente do PDC. A "Coligação" foi denominada, posteriormente, de "Frente Democrática". [368]

Esta coligação levou Jorge Lacerda, pela UDN, ao governo do estado, pois, contando ainda com o suporte de Deputado federal mais votado nas eleições de 1954, aliando suas características populistas e dono de grande oratória, Jorge Lacerda empolgava as massas com seus inflamados discursos, subia os

---

365 DIÁRIO CATARINENSE. *Jorge Lacerda: Irineu apoiou carreira meteórica - Sem candidato para ter chances contra o PSD, a UDN teve que entrar na coligação com o PRP.* Op. cit. p. 77, 1 c.

366 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 253.

367 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 254.

368 DIÁRIO CATARINENSE. *Jorge Lacerda: Lider integralista, em 1955 candidatou-se ao Governo Catarinense e surpreendeu UDN e PSD.* Op. cit. p. 76 , 1 c.

morros e acariciava as bases populares. Era um político bem relacionado no cenário político nacional, tanto era que "seu nome chegou a ser cogitado para concorrer à presidência da república. Falava-se que ele comporia, nas eleições de 1960, a chapa apoiada por Juscelino Kubitscheck, o que não seria fora de propósito uma vez que Plínio Salgado era o líder nacional do PRP e obtivera 800 mil votos - uma votação expressiva para a época - na disputa do pleito anterior com JK." [369]

Entretanto, Jorge Lacerda antecipando-se na disputa política pelo governo estadual e tirando proveito das crises internas dos partidos hegemônicos, articulou com Irineu Bornhausen propondo uma coligação dos partidos que o apoiavam com a UDN, para fazer frente à poderosa força política do PSD. Este acordo propunha que Irineu Bornhausen indicaria o candidato na vice-liderança da chapa e ainda teria direito a duas Secretarias de Estado: a secretaria da Fazenda e de Obras Públicas. "Com isso, os dois grandes grupos políticos da época - o PSD e a UDN - ficaram à margem, pela primeira vez, do comando da política estadual, ainda que os udenistas tenham entrado na coligação de cinco partidos que apoiou Lacerda, eleito o Vice Heriberto Hülse e ficado com duas importantes secretarias - Fazenda e Obras Públicas."[370]

O que se percebe nestas articulações é o fato de que Irineu Bornhausen perdeu, de certa forma, as rédeas da sucessão dentro do seu próprio partido e teve de abrir mão do cargo mais importante, o de governador, para negociar duas importantes e estratégicas Secretarias de Estado. Jorge Lacerda conquistou seu espaço político, e mostrou aos "caciques" da política catarinense que eles estavam perdendo seu poder hegemônico, seja entre a população, seja ao nível do poder político no próprio Estado.

Por outro lado, a crise se manifestou porque uma ala da UDN, nas disputas internas, queria um candidato saído do próprio partido e resistia à coligação, devido as origens políticas de Jorge Lacerda no integralismo. Essa resistência durou até a convenção do partido nos dias 11 e 12 de junho de 1955, onde saiu vitoriosa a definição pela coligação:

> O governador Irineu Bornhausen, habilidosamente, mantinha-se à margem do processo sucessório, mas conduzindo a sua vontade pelas internas redes partidárias, resistindo à tendência do grupo que formava a "candidatura", ou seja, às posições do prefeito de Joinville, João Colin (candidato declarado), de Wanderley Júnior, Aristiliano Ramos, Bayer Filho, Adolfo Konder, a grei dos Rupp-Bulcão e outros. Sabia o governador, que Jorge Lacerda tomara a dianteira, reunindo em torno do seu nome os pequenos partidos já mencionados, como também, razoável contingente do seu próprio partido. [371]

---

[369] DIÁRIO CATARINENSE. *Jorge Lacerda: Lider integralista, em 1955 candidatou-se ao Governo Catarinense e surpreendeu UDN e PSD.* Op. cit. p. 76 , 1 c.
[370] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 254.
[371] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 252-3.

A ala da "resistência era liderada por Aristiliano Ramos e assumiu posição em favor da candidatura própria de João Colin, criando o que se denominava "bolsão de resistência", inclusive composto por Adolpho Konder, entre outros. As posições desta ala de resistência se expressaram publicamente num artigo do jornal "Região Serrana", de Lages, e transcrito na primeira página do Jornal "O Estado" de 12 de abril de 1955, jornal inclusive de propriedade de Aderbal Ramos e dirigido por Rubens de Arruda Ramos. O artigo tinha como título "Tomando Posição", e criticava as posições assumidas "pelos elementos de proa", outra ala de lideranças da UDN, procurando caracterizar "os rumos errados" pelos quais percorria o partido. O artigo era assinado por Aristiliano Ramos:

> (...) Saíram-nos estas candentes considerações ao correr da pena, ouvindo e lendo que se conserta à sorrelfa, a candidatura do ilustre deputado federal Jorge Lacerda para o governo do Estado, num conluio em que se acha envolvida a UDN por alguns dos seus elementos de proa. Não entramos na análise das qualidades do ilustre representante do PRP na Câmara Federal, nem cogitamos do jus feito no seio da UDN para merecer sua preferência ou as preferências desses que a concertam, com tanta desenvoltura sem auscultar a sua receptividade no ânimo do eleitorado e dos chefes que os tem e muitos a UDN em muitos municípios, relegando-os a plano secundário. (...) Esquecem-se esses estouvados que se arrogam conduzir a estalo de chicote, como se tange uma tropa de bois, homens livres de conceito, no seio do eleitorado e o próprio eleitorado, como coisa própria.
> O que queremos deixar claro (...) é a posição que assumiremos nesta batalha que se avizinha e da qual não fugiremos, por nos sentirmos à vontade dentro de um ambiente moral e político propício para o respirar dos nossos pulmões do Jornal que se aparelhou para as lutas de opinião no vértice dos acontecimentos, desde os primeiros anos após o advento da República.
> Sempre achamos que as alianças partidárias, dada a pluralidade de agremiações existentes em nosso país, são naturais e inevitáveis, sobretudo quando seus programas não colidem. O ideal seria cada qual concorrer isoladamente à conquista dos postos de representação e de administração, porque menos tolhidos estariam seus movimentos e mais desassombradas e eficientes seriam suas atuações nas assembléias e no parlamento aproveitando melhormente o povo e os negócios públicos.
> Mas não sendo isto ainda possível (...)por carecermos de educação política adequada, forçoso é aceitar arreglos, não espúrios ou eivados de interesses subalternos, pouco condizentes com o altruísmo com que são apresentados. Amparados nesses princípios que nos acompanham desde o nosso nascimento, não abdicaremos de defendê-los no interesse da agremiação para a qual tendem nossas simpatias e para que não se suicide ela sem uma advertência amiga. [372]

Estas referências e "candentes considerações", objetivavam restringir o espaço do o candidato de Irineu Bornhausen na UDN, pelo fato da origem políica de Jorge Lacerda ser do PRP, partido saído do Movimento Integralista de caráter fascista e que teve uma aceitação muito grande nos locais de colonização alemã, reduto eleitoral da UDN. [373] Entretanto, no dia 27 de abril de 1955, o Diretório Regional da UDN,

---

[372] Evidentemente, este fato mereceria maiores estudos concretos, pois estes estudos poderiam detectar a importância do peso eleitoral de Jorge Lacerda, no balisamento das posições tomadas por Irineu Bornhausen, bem como grande parte dos dirigentes da UDN nesta coligação. Este peso eleitoral pode ter como base o fato de Jorge Lacerda "ter sido" integralista, com grande expressão política no Vale do Itajaí, região de colonização alemã e italiana, o que provocaria a perda do espaço político de Irineu Bornhausen.
[373] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 255.

sob a presidência de Heriberto Hülse, resolveu indicar para a Convenção partidária o nome de Jorge Lacerda, de acordo com o protocolo firmado com o PDC, PRP e o PSP. Na convenção partidária realizada nos dia 11 e 12 de junho de 1955, foram homologados os nomes de Jorge Lacerda ao governo do estado e Heriberto Hülse candidato a Vice-Governador. Entretanto "na Convenção não compareceram as delegações de Joinville, Curitibanos, Lages, e Guaramirim, que não aceitavam candidato que não fosse oriundo dos quadros udenistas." [374] Desta forma, os partidos saíram às ruas coligados e sob a denominação de "Frente Democrática", composta por UDN, PRP, PDC e PSP.

Assim procedendo, Jorge Lacerda teve que sustentar sua campanha ao governo do estado com uma coligação de partidos em que, concorrendo na sua chapa, haviam representantes de três candidatos distintos à Presidência da República, e em eleições simultâneas: "Afinal, concluído o período de negociações, concorreram Juarez Távora (UDN/PR/PL/PDC), Adhemar de Barros (PSP/PTN/PST), Plínio Salgado (PRP) e Juscelino Kubitscheck (PSD/PTB)." [375] A situação para Jorge Lacerda era politicamente muito delicada naquelas circunstâncias. Entretanto

> (...) administrou com incrível habilidade aquela convergência no plano estadual que não poderia ser afetada pela divergência no plano nacional.
> Certa vez, num comício, alguém o aparteou para perguntar qual era afinal, seu candidato à Presidência da República. Não se perturbou com a incômoda interpelação. Disse que a questão proposta era irrelevante diante do fato de que os três candidatos à Presidência da República tinham um só candidato ao Governo de Santa Catarina. A multidão delirou com a resposta, que na verdade não respondeu coisa alguma, como não poderia mesmo, nas circunstâncias, responder, enquanto o aparteante, surpreso e vencido, encolhia-se em prudente silêncio...[376]

6.5.1. A gestão de Jorge Lacerda: continuidade do POE - "energia" concentrada para a Termoelétrica de Capivari - SOTELCA

De 1956 a 1958, pode-se considerar como período efetivo de seu governo. O programa de governo de Jorge Lacerda baseava-se no Plano de Obras e Equipamentos - POE, de Irineu Bornhausen, que se destacou pela "implementação" da Sociedade Termoelétrica de Capivari - SOTELCA, em Tubarão (hoje Usina Jorge Lacerda). A SOTELCA era uma sociedade anônima em que o governo estadual era o

---

374 DIÁRIO CATARINENSE. *Jorge Lacerda: Campanha mostrou sua habilidade.* Op. cit. p. 77, 2 c.
375 UNGARETTI, Norberto. Jorge Lacerda: Político com alma de poeta. Apud. DIÁRIO CATARINENSE, Op. cit. p. 76, 2 e 3 c.
376 DIÁRIO CATARINENSE. *Jorge Lacerda: Obras foram terminadas por Hülse.* Op. cit. p. 78, 1 c.

principal acionista individual, com as cotas restantes divididas entre o gerno de Jorge Lacerda baseava-se no Plano de Obras e Equipamentos - POE, de Irineu Bornhausen, que se destacou pela "implementação" da Sociedade Termoelétrica de Capivari - SOTELCA, em Tubarão (hoje Usina Jorge Lacerda). A SOTELCA era uma sociedade anônima em que o governo estadual era o principal acionista individual, com as cotas restantes divididas entre o Governo Federal, a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e os mineradores de carvão da região sul, os principais interessados no empreendimento. Entretanto, o

> Secretário particular do ex-governador, o desembargador Norberto Ulysséia Ungaretti afirma hoje que Lacerda poderia ter utilizado o dinheiro disponível para construir centenas de pequenas obras, capazes de trazer rendimento eleitoral imediato, mas preferiu buscar soluções para o futuro, que servissem de fato ao desenvolvimento de Santa Catarina. O investimento que fez na Sotelca é um exemplo nítido da visão de estadista de Lacerda, porque seria impensável o sistema energético do Sul do País sem aquele complexo, que mais tarde, por lei federal, recebeu o nome de seu idealizador e grande propulsionador. [377]

Outra obra de vulto foi o asfaltamento da estrada que liga Blumenau a Itajaí (Hoje rodovia Jorge Lacerda) propiciando a melhoria do escoamento da produção através do Porto de Itajaí. Entretanto, a única estrada asfaltada passava por Lages e, no plano estratégico, "a importância da pavimentação da estrada Itajaí-Blumenau pode ser medida pelo fato de que, à época, apenas a BR-2, hoje 116, era asfaltada, sendo uma obra do Governo Federal que, dizia-se, convertia Santa Catarina em mero corredor de passagem entre o Paraná e o Rio Grande do Sul, sem se constituir numa obra que alavancasse o desenvolvimento catarinense."[378]

Além disso, outras obras de caráter social e de infra-estrutura viária foram palco de sua gestão: hospitais, escolas, pontes, rodovias e pequenas hidrelétricas. Terminou as obras iniciadas por Irineu Bornhausen, bem como construiu o acesso ao aeroporto de Florianópolis (hoje rodovia Jorge Lacerda) e a segunda ponte sobre o Rio Tubarão. Ainda,

> foi em seu período de governo que se elaborou a planta e se iniciou a construção do Instituto Estadual de Educação, em Florianópolis, se fez o levantamento aerofotogramétrico de todo o território de Santa Catarina, se prosseguiu a construção do Palácio das Diretorias, (hoje Edifício das Diretorias, que abriga parte das secretarias de Estado) e se instalou a nova Assembléia Legislativa, cujas instalações anteriores foram destruídas por um incêndio). [379].

A maioria das obras da gestão de Jorge Lacerda foram terminadas no governo de Heriberto Hülse em função da morte daquele governador no dia 16 de junho de 1958.

---

377 DIÁRIO CATARINENSE. *Jorge Lacerda: Obras foram terminadas por Hülse.* Op. cit. p. 78, 1 c.
378 DIÁRIO CATARINENSE. *Jorge Lacerda: Obras foram terminadas por Hülse.* Op. cit. p. 78, 1 c.
379 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 260.

A morte das três lideranças políticas do estado, Nereu Ramos, Jorge Lacerda e Leoberto Leal, provocou mudanças significativas nas tendências para as articulações políticas em Santa Catarina:

> Estas mudanças já estavam em curso, em razão das posições no quadro político, de Jorge Lacerda e Leoberto Leal.
> O primeiro, desestabilizava o esquema da UDN na montagem de sua candidatura ao governo do Estado, como vimos anteriormente. O segundo, incomodava identicamente o PSD. Comentava-se, inclusive, que Nereu Ramos teria vindo discursar (e realmente o discurso proferido no encerramento da Convenção pessedista foi sintomático) em cima do trabalho de Leoberto Leal, que ganhava espaços no objetivo de firmar-se como candidato do partido (e possíveis coligações) para disputar a eleição para governador, em 1960.
> Diante da fatalidade que atingia mais fortemente o PSD, a cúpula tratou de armar-se para o pleito legislativo de 1958, quando seriam preenchidas vagas ao Senado (uma), na Câmara Federal, Assembléia Legislativa e colegiados municipais. Celso Ramos, presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina [FIESC), passou a dirigir o partido (Nereu, mesmo cumprindo mandato era o presidente quando faleceu e Celso o Vice). [380]

6.6. HERIBERTO HÜLSE ASSUME: O GOVERNO DE VOLTA AOS KONDER-BORNHAUSEN (1958 - 1960)

Com a morte do governador Jorge Lacerda assume seu vice Heriberto Hülse e dá continuidade ao poder político do grupo de Irineu Bornhausen na máquina do estado.

Heriberto Hülse nasceu na cidade de Tubarão em Santa Catarina no dia 30 de abril de 1902. Era filho de Augusto e Delfina Orige Hülse. Heriberto teve dois filhos: José Corrêa Hülse (já falecido) e Ruy Hülse (ambos engenheiros). A família Hülse também é de origem alemã e migrou nas primeiras levas de colonos para Santa Catarina:

> a família Hülse é originária da Westfalia, sul da Alemanha, conta o filho de Heriberto, Ruy Hülse. Dali se transferiu para a vila de São Pedro de Alcântara, hoje pertencente a São José - destino das primeiras levas de imigrantes alemães que chegaram a Santa Catarina em 1829. Depois disso o bisavô de Ruy Hülse mudou-se para Santa Filomena em Tubarão, onde seu avô, que nasceu ali, exerceu a profissão de ferreiro. Ruy conta que seu trisavô, Gaspar Hülse, participou da batalha de Leipzig, uma das mais importantes da Guerra Napoleônica. [381]

O filho de Heriberto Hülse, Ruy Hülse, foi um dos braços direitos do pai na sua empreitada política. Ruy nasceu no dia 7 de fevereiro de 1926 em Criciúma. Formou-se em engenharia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre em 1950. Começou a trabalhar no setor de carvão e chegou a gerente na Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá - CBCA, onde seu pai era

---

380 DIÁRIO CATARINENSE. *Heriberto Hülse: Administrador austero, leal aos companheiros*. Op. cit. p. 80, 4 c.
381 PIAZZA (1985), W. Op. cit. p. 265.

diretor; exerceu o cargo de Diretor Industrial da Cerâmica Criciúma SA. - CECRISA e da Cerâmica Santa Catarina - CESACA, ambas de Criciúma; Em 1954, enquanto o pai Heriberto Hülse foi nomeado para ser o Secretário da Fazenda de Irineu Bornhausen, elegeu-se Deputado estadual à 3ª legislatura, permanecendo por três legislaturas (1955 até 1966), exercendo numa delas o cargo de Presidente da Assembléia (1957) e primeiro vice-presidente (1960); também se elegeu Prefeito de Criciúma (1966-1970).[382] Assim sendo, Ruy Hülse que

> presidiu o Parlamento catarinense de 57 a 60 (sic) e, no curto período entre 30 de dezembro deste ano e 10 de janeiro de 61, na condição de presidente da Assembléia (sic), ocupou o cargo de governador em virtude de uma licença do pai.
> Ruy Hülse também foi prefeito de Criciúma entre 1966 e 1970 e a partir de 1971 dirigiu a Cecrisa (Cerâmica Criciúma S.A.). [383]

Entretanto, o pai Heriberto Hülse fez o curso primário no Colégio São José e no Colégio São Ludgero (hoje município). Os "cursos preparatórios" no Colégio Catarinense. Formou-se como técnico em contabilidade: "Não teve formação humanística apurada, fazendo o curso primário e se formando como técnico em contabilidade, exercendo depois a atividade de guarda-livros."[384]

Em 1923 mudou-se para Criciúma e iniciou suas atividades profissionais no setor carbonífero, como funcionário das Organizações Lage, na Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá - CBCA - na qual chegou a ocupar a presidência, foi diretor da Companhia Nacional de Mineração do Barro Branco e Companhia Docas de Imbituba. Em 1925 Heriberto entrou para as fileiras do PRC e, em 1934, elegeu-se Deputado estadual Constituinte (1935) e à 1ª legislatura (1935-1937). A partir de 1945 fundou a UDN em Criciúma.

> O mandato de deputado não chegou a ser integralmente cumprido, pois o golpe de Estado perpetrado pelo presidente Getúlio Vargas em 1937 interrompeu a atividade de todos os parlamentares. Em 1945, com a redemocratização, surgiu a UDN (União Democrática Nacional), partido pelo qual Hülse candidatou-se a deputado federal no ano seguinte, ficando como segundo suplente. Depois disso, somente em 1954 foi chamado pelo governador Irineu Bornhausen para ser seu secretário da Fazenda. Em 1956 em eleição separada, foi escolhido como vice de Jorge Lacerda, eleito pela coligação PRP/UDN/PDC/PSP/PL (sic), vindo a ser empossado no dia 16 de junho de 1958, com a morte do titular. Passou o governo a Celso Ramos, eleito em 1960 pelo PSD (Partido Social Democrático), no dia 31 de janeiro de 1961.[385]

---

382 DIÁRIO CATARINENSE. *Heriberto Hülse: de pai para filho.* Op. cit. p. 80, 1 c.
383 DIÁRIO CATARINENSE. *Heriberto Hülse: Administrador austero, leal aos companheiros.* Op. cit. p. 80, 3 c.
384 DIÁRIO CATARINENSE. *Heriberto Hülse: Assumiu o Governo com a morte de Jorge Lacerda, de quem era vice, eleito pela coligação de 5 partidos.* Op. cit. p. 80, 1 c.
385 DIÁRIO CATARINENSE. *Heriberto Hülse: Administrador austero, leal aos companheiros.* Op. cit. p. 80, 4 c.

Pelos seus conhecimentos específicos de contabilidade, pois trabalhou como guarda-livros e como empresário, encaixou-se perfeitamente aos interesses de Irineu Bornhausen, quando convidou-o para assumir a pasta de Secretário de Estado da Fazenda pois, "Como diretor das Organizações Lage, de Criciúma, mostrou ser um administrador austero, correto e, ao contrário de Jorge Lacerda, pouco afeito ao cortejo da popularidade. Colocou em ordem as finanças do estado, que encontrou desequilibradas - uma vez que Lacerda, político excepcional, não restringia devidamente os gastos e comprometeu o Tesouro."[386]

Entretanto, Heriberto Hülse retornou bastante conhecido na região de Criciúma, onde ajudou a construir um estádio de futebol (o Estádio Heriberto Hülse) que leva o seu nome. Em contrapartida, era mais monástico, pragmático, preocupado com as obras e afinado com a linguagem matemática".[387]

A gestão de Heriberto Hülse foi marcada pela continuação da administração anterior baseada no Plano de Obras e Equipamentos - POE, idealizado durante a gestão de Irineu Bornhausen e capitaneada por Peluso Júnior:

> Eu já era secretário no governo de Jorge Lacerda. Com a morte do governador, o vice, que era o Heriberto Hülse, assumiu, e ele manteve os secretários que encontrou do governo anterior.
> (...) Cabia à Secretaria de Obras o programa de energia eletrica, parte do plano de estradas e de educação. Na parte de eletricidade, obtivemos na época cooperação para a construção da linha de transmissão da Usina de Capivari a Joinville. Nós reunimos a importância para o pagamento da parte que cabia ao Estado na construção desta linha e o governador foi de grande rigor em todos os passos da construção desta obra. Tudo que se destinava a educação ele atendeu, também com muita realidade.
> (...) Em contato diário, eu sempre verifiquei o escrúpulo do governador Heriberto Hülse em todos os assuntos de interesse do Estado. Posso dizer que ele agia como um gerente de uma empresa que trata de obter o maior proveito possível da aplicação dos recursos. Talvez muito político tenha algum ponto a reprovar na administração do Heriberto, mas quem tratou de administração com ele é unânime: foi um administrador perfeito, escrupuloso e com grande interesse em tudo que dizia respeito ao Estado de Santa Catarina.
> Heriberto era muito frio em relação a todos os assuntos que chegavam a ele. Não era apaixonado. Em discussões, ele aceitava as ponderações dos técnicos em todos os assuntos. Nunca vi o Heriberto Hülse exaltado, discutia. Ele não impunha sua opinião. Era o homem que não se deixava levar por sonhos, por preconceitos. Não. Para ele havia uma linha traçada, à qual seguia firmemente.
> A maneira do governador Heriberto de disputar verbas eu desconheço, Nunca lidei com ele neste assunto, porque o meu campo era completamente inverso. Eu tinha uma verba determinada para administrar e não podia sair daquilo, de forma que eu não tinha oportunidade de ver qual a ação dele em relação ao Governo Federal nem nas disputas políticas, porque eu também não era político (sic).[388]

---

386 DIÁRIO CATARINENSE. *Heriberto Hülse: Administrador austero, leal aos companheiros.* Op. cit. p. 80, 4 c.
387 PELUSO JÚNIOR, Victor Antonio. Opinião: não se deixava levar por preconceitos. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 83, 2 e 3 c.
388 DIÁRIO CATARINENSE. *Heriberto Hülse: Ampliou e construiu várias usinas.* Op. cit. p. 83, 1 c.

Desta forma, foi durante sua gestão que se inaugurou a segunda etapa da SOTELCA em Tubarão, a construção e ampliação de outras pequenas usinas geradoras em outros pontos do estado. Investiu em educação e saúde, infra-estrutura, etc.:

> Sobressaem-se ainda as negociações que resultaram no convênio de implantação e funcionamento da Faculdade de Medicina (depois integrada à Universidade Federal de Santa Catarina), em 1961, em Florianópolis; a planificação da Cidade Universitária, no bairro Trindade, onde instalou a Faculdade de Filosofia; a conclusão das obras do Instituto Estadual de Educação; a continuação e entrega da pavimentação da estrada Itajaí-Blumenau, hoje rodovia Jorge Lacerda (a mais importante rodovia estadual da época); a entrega do edifício das Diretorias, sede, hoje, de diversas secretarias de Estado; a construção do hospital de Lages e a ampliação do de Joinville; o apoio à extensão rural e a construção dos fóruns de Criciúma e Tubarão.
> É importante ressaltar também o prosseguimento e a conclusão das obras da estrada da Serra do Rio do Rastro, que interligou definitivamente o litoral Sul com o Planalto Serrano, permitindo a utilização de automóveis num trajeto que antes era feito apenas a cavalo ou de carroça; a conclusão da estrada de acesso ao aeroporto Hercílio Luz, em Florianópolis (hoje avenida Jorge Lacerda); inúmeras obras rodoviárias nas regiões de Lages, Vale do Rio do Peixe e Oeste; e o apoio a criação das primeiras cooperativas de eletrificação rural de Santa Catarina, como a Forquilhinha/Criciúma e a Salto Doner/Rodeio, que aparecem, inclusive, entre as primeiras do gênero no Brasil. Hülse construiu inúmeros outros hospitais e estimulou o surgimento das Pioneiras Sociais, entidades subvencionadas pelo governo do estado e vinculadas à Secretaria da Saúde e Assistência Social, com carros equipados com gabinetes médicos e dentários para a prestação desses serviços nas comunidades carentes. A presidente nacional das Pioneiras era a primeira-dama Sarah Kubitscheck. [389]

Entre outras obras da gestão de Heriberto Hülse, destacam-se as construções de pontes de concreto:

> Foi em seu período de governo, por exemplo, que se construíram a ponte de concreto sobre o rio Chapecó, na estrada Chapecó-São Carlos, com 215 metros de comprimento; a ponte sobre o rio Itajaí-Açú, em Gaspar, com 162 metros; a ponte sobre o Rio do Peixe, entre Joaçaba e Herval D'Oeste, com 198 metros; e duas pontes sobre o rio Tubarão, uma entre Orleans e Urussanga, de 100 metros, e outra no centro de Tubarão, de 137 metros.
> Além da pavimentação pioneira da rodovia Itajaí-Blumenau, iniciada por Jorge Lacerda, Hülse calçou com paralelepípedos o trecho entre Joinville e São Francisco do Sul e investiu nas estradas que ligam Blumenau a Jaraguá do Sul e Trombudo Central à BR 2 (hoje BR 116), além de haver retificado, revestido e alargado inúmeros trechos em todas as regiões de Santa Catarina, num tempo em que os deslocamentos eram penosos e a integração estadual era dificultada pela ausência de boas estradas.
> Entre outras obras dignas de registro aparecem a edificação do Abrigo de Menores, em Florianópolis, num terreno de 12 hectares, no bairro da Agronômica; a conclusão de novos pavilhões no Hospital Colônia Santana, em São José; a implantação ou ampliação de serviços de água e esgoto em Itajaí, Tubarão, Lages e Florianópolis e o estímulo à eletrificação rural e à construção de pequenas usinas hidrelétricas em vários pontos do Estado. [390]

Após a sua gestão como governador de Santa Catarina, Heriberto Hülse foi nomeado para exercer o cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, em 1961, durante o

---

389 DIÁRIO CATARINENSE. *Heriberto Hülse: Cidades foram ligadas por pontes*. Op. cit. p. 84, 1 c.

390 DIÁRIO CATARINENSE. *Heriberto Hülse: Administrou com objetividade - eleições de 1958, o primeiro grande teste*. Op. cit. p. 82, 2 e 3 c.

governo de Jânio Quadros e, até 1965, fez parte do Conselho Consultivo da empresa. Ainda em 1965, durante o governo do Presidente-Marechal Humberto Castello Branco, foi nomeado para exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina - CEF/SC. Faleceu em Florianópolis no dia 11 de novembro de 1972.

Por outro lado, menos de quatro meses após ter tomado posse como governador, Heriberto Hülse se deparou com novas eleições parlamentares, em 03 de outubro de 1958, e com a responsabilidade de eleger Irineu Bornhausen para o Senado Federal disputando uma única vaga com Celso Ramos, do PSD. Este pleito seria uma prévia às eleições para governador marcadas para 3 de outubro de 1960, uma vez que, com a morte de Nereu Ramos, Jorge Lacerda e Leoberto Leal, o cenário havia se modificado. A conjuntura, alicerçada nas políticas desenvolvidas pelo PLAMEG de Juscelino Kubistchek e João Goulart, sinalizava para o grande enfrentamento nas eleições para governador em 1960, e as articulações políticas das principais forças políticas se davam em torno dos pequenos partidos, os quais tentavam manter seus acordos realizados pelas cúpulas, principalmente do PSD em relação ao PTB.

A morte de Nereu Ramos e Leoberto Leal desestabilizou o PSD. A morte de Jorge Lacerda fortaleceu Irineu Bornhausen que conseguiu se eleger Senador vencendo Celso Ramos na disputa, embora o PSD tenha eleito um Deputado a mais que a UDN:

> Como sempre, os pequenos partidos eram o fiel da balança, e para onde pendesse o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) certamente penderia a vitória nas urnas.
> Sem a anunciada adesão do PTB ao PSD - pela falta de acordo e porque o trabalhista Carlos Gomes de Oliveira, hoje com 99 anos, não abriu mão de concorrer -, o udenista Irineu Bornhausen superou Celso Ramos, na legenda, por 27.729 votos. No mesmo pleito, o PSD elegeu cinco deputados federais (Osmar Cunha, Joaquim Ramos, Attílio Fontana, Elias Adaime e Lenoir Vargas Ferreira), a UDN quatro (Aroldo Carneiro de Carvalho, Antônio Carlos Konder Reis, Irineu Bornhausen - também Senador - e Lauro Carneiro Loyola) e o PTB um (Doutel de Andrade).
> Para a Assembléia Legislativa, a UDN elegeu 16 deputados, o PSD 15, o PTB seis, o PSP dois, o PRP e o PDC um cada. Dos partidos em disputa, somente o Partido Libertador, que concorreu com apenas 10 candidatos, não conseguiu representação no Parlamento. [391]

Apesar da UDN eleger o Senador, o PSD elegeu cinco Deputados federais contra quatro da UDN, e o PTB apenas 1 (um). Para o Legilastivo estadual a UDN fez 16 Deputados contra quinze do PSD e o PTB, que era o fiel da balança, elegeu seis, o que daria maioria, neste caso, para o PSD no Parlamento estadual naquele momento se houvesse a coligação PTB/PSD (o resultado também poderia ter sido outro!).

---

[391] Cf. PIAZZA, W. (1983), Op. cit. p. 662.

Somente em 1960 o PSD se coligou com o PTB formando a "Aliança Social Trabalhista" e elegendo Celso Ramos ao Governo do estado.

7. A MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA ESTATAL: PLANEJAMENTO E PODER POLÍTICO TECNOBUROCRÁTICO - A DITADURA MILITAR E OS PLANOS DE GOVERNO (1960-1979)

7.1. CELSO RAMOS: O ÚLTIMO DOS RAMOS: MODERNIZAÇÃO E PLANEJAMENTO PARA O PODER POLÍTICO - A ASCENÇÃO DA TECNOBUROCRACIA (1961-1966)

A derrota sofrida por Celso Ramos para Irineu Bornhausen, em 1958, serviu para mostrar aos estrategistas que Celso Ramos era mesmo "bom de voto", apesar de neófito politicamente como candidato às urnas. Entretanto, as eleições serviram para introduzir Celso Ramos no contexto das eleições e lançá-lo candidato ao Governo nas eleições de 1960 pelo PSD. Mesmo derrotado nas eleições de 1958 para o senado, Celso Ramos assumiu como presidente do diretório estadual do PSD em substituição ao seu irmão Nereu Ramos, e, no pleito de 1960, entrou para a disputa ao Governo do estado novamente contra Irineu Bornhausen. Desta vez Celso Ramos derrotou Irineu Bornhausen e substituiu o POE pelo PLAMEG, num amplo processo de modernização administrativa, ampliando sobremaneira a estrutura estatal e mudando a linguagem nas relações políticas dentro do estado.

Celso de Oliveira Ramos nasceu na cidade de Lages no dia 18 de dezembro de 1897 e era um dos filhos do Coronel Vidal de Oliveira Ramos e Tereza Fiúza Ramos. Fez o curso primário em Lages, o secundário no Ginásio Catarinense em Florianópolis e o de Humanidades no Colégio Conceição, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. [392] Celso Ramos não seguiu a carreira do Irmão Nereu Ramos, como advogado, e foi estudar engenharia na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Abandonou o curso no 3º ano e retornou para Lages, onde retomou seus trabalhos com a pecuária na fazenda da Coxilha Rica. Casou-se em 1922 com Edith Gama, filha do desembargador Ayres de Albuquerque Gama e de Da. Augusta Müller Gama. Em 1938 foi nomeado para exercer o cargo de agente da Companhia de Navegação Costeira em Florianópolis, transferindo residência para a Capital. Aposentou-se neste cargo mais tarde. Celso Ramos tinha grandes relações políticas com os empresários do setor madereiro, com os industriais e os

---

[392] DIÁRIO CATARINENSE. *Celso Ramos: Realizou o 1º Seminário Sócio-Econômico de SC, que levantou todos os problemas do Estado.* Op. cit. p. 85, 1 c.

comerciantes de exportação, pois a região do Planalto vivia seu auge na exploração da Araucária, madeira de lei típica da região serrana, como se pode observar:

> As exportações para o exterior revelaram outra configuração, onde as matérias-primas em bruto e preparadas respondiam por 75% das vendas e os gêneros alimentícios e bebidas por outros 21,3%. Corresponde a dizer que, nas relações com o exterior, Santa Catarina mantinha um nível de intercâmbio menos evoluído sob o aspecto qualitativo, pois exportava matérias-primas e produtos do setor primário, enquanto mais de 50% das importações eram constituídas por bens de capital e insumos.
> As exportações para o exterior, em 1960, alcançaram US$ 26,5 milhões, cerca de 2% do total nacional.
> Santa Catarina vendia para o exterior madeira de pinho em toras e serradas, a qual contribuía, em 1960, com 72% das transações externas do Estado, subindo para 88% em 1963. [393]

Beneficiado com o "ciclo da madeira" na região do planalto catarinense, com as exportações garantindo o equilíbrio das importações de máquinas e equipamentos para a indústria, e com a venda da madeira para a construção da nova Capital Federal, Brasília, Celso Ramos foi um dos principais fundadores da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC, a qual passou a representar os interesses do empresariado catarinense dentro da estrutura sindical oficial instituída no primeiro governo de Getúlio Vargas. Foi seu primeiro Presidente, sendo reeleito mais três vezes. Como Presidente da FIESC, ocupou também o cargo de presidente do conselho regional e diretor do Serviço Social da Indústria - SESI (1952), e de presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI (1954) em Santa Catarina. Foi o representante catarinense na Confederação Nacional da Indústria - CNI. Foi o fundador da Fundação Vidal Ramos, que, à época, era a mantenedora da Faculdade de Serviço Social e da Faculdade de Educação em Santa Catarina. Celso Ramos foi Governador do estado no período de 1961 a 1966, eleito pela Aliança Social Trabalhista - AST, uma coligação partidária que envolveu o PSD e o PTB. Após deixar o governo, elegeu-se Senador para mandato de oito anos, de 1967 a 1974, pela Aliança Renovadora Nacional - ARENA.[394]

Celso Ramos, capitaneando a FIESC, foi um dos responsáveis pela implementação do I° Seminário Sócio-Econômico cujo objetivo era fazer uma "radiografia" dos principais problemas enfrentados por Santa Catarina, bem como servir, estrategicamente, de plataforma política e de Plano de governo. Esta

---

[393] CUNHA, Idaulo José. *O salto da indústria catarinense*: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992, p. 81.
[394] PIAZZA, W. (1985), Op. cit. p. 468.

proposta formularia as bases para a elaboração do Plano de Metas do Governo - PLAMEG, que viria a substituir o POE do ex-governador Irineu Bornhausen.

> A eleição de 1958 para o preenchimento de uma vaga no Senado desenvolveu-se em campanha, como prévia da sucessão estadual de 1960. Celso Ramos rodeado de uma excelente equipe de assessores (principalmente da Federação das Indústrias), já mobilizava lideranças políticas e número expressivo de empresários, na armação do famoso "Seminário Sócio-Econômico" (os adversários, mais tarde, apelidaram de "Celso Econômico"). Sua grande esperança no pleito do Senado, era a desistência da candidatura Carlos Gomes de Oliveira do PTB, cujos votos definiriam o vencedor. Para isto o PSD tentou o possível, mas o "trabalhista de Barra Velha" foi inquebrantável. [395]

Celso Ramos ocupava a Vice-presidência do Partido quando o Presidente do PSD e Senador Nereu Ramos faleceu em acidente aéreo naquele 16 de junho de 1958. As eleições de 3 de outubro de 1958 serviriam de pano de fundo para o "grande espetáculo" de 1960, onde PSD e UDN iriam medir novamente suas forças. A questão principal naquele momento era o acordo firmado entre o PSD e o PTB que visava as articulações para eleições de 1958 ao Senado e a de 1960 para o Governo do estado. Entretanto o PTB, a partir de suas lideranças estaduais, afirmava que desde 1955 haviam assinado um protocolo em que o PSD apoiaria o PTB nas eleições de 1958:

> A celeuma sobre o acordo entre PSD e PTB, com vistas ao pleito para a vaga do Senado (1958) e ao governo do Estado (1960), prolongou-se nas edições de "O Estado" (22) e "A Gazeta" (27) do mês de agosto, alegando a liderança pessedista, em resumo, que a direção nacional do PTB entendeu de incluir no acordo que somente haveria apoio ao candidato do PSD ao governo estadual, caso o PTB saísse vitorioso no pleito de 1958. Os petebistas, por seu turno, invocaram um protocolo assinado em 1955 pelas duas siglas partidárias, através do qual na "cláusula sétima", o PSD se comprometeu a apoiar o candidato do PTB ao Senado em 1958, o que não se verificou, pois o Partido Social Democrático negava, de início, a existência daquele protocolo e, posteriormente, negou a sua validade. Arremata a nota do PTB que "quando surgiu a possibilidade da candidatura do Sr. Plínio Salgado, ao Senado, por Santa Catarina, já estava o PSD comprometido com o PTB, em virtude do protocolo firmado em 1955. Mas, mesmo assim, o PTB lealmente, dispôs-se a estudar a viabilidade de apoiar ao ilustre Chefe Nacional do PRP, mas sempre afirmando que tal estudo só se verificaria após o apoio da UDN e do PSD. Veio a convenção do PSD - finaliza - e este não indicou, como se esperava, o nome do Sr. Plínio Salgado para o Senado". [396]

Desta forma, o PSD saiu com candidato próprio ao Senado, com Celso Ramos e, "segundo pudemos constatar, através de depoimentos a monobra visava à divisão de forças, pois o apoio do PTB ao PSD significava a derrota da candidatura do ex-governador Irineu Bornhausen à vaga do Senado".[397] Entretanto, neste período, o PTB já havia modificado suas lideranças regionais e respondia por ele Doutel

---

[395] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 265.
[396] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 262.
[397] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 263.

de Andrade, que havia sobrepujado a liderança tradicional de Saulo Ramos, pois, Doutel, era o enviado de João Goulart:

> Depois de tomar posse no cargo de Vice-Presidente da República, em 31 de janeiro de 1956, João Belchior Marques Goulart expande e adestra mais ainda a sua máquina política, visando a primeira magistratura da nação. O Pacto firmado com o Presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira, implicava na entrega ao herdeiro de Vargas, do controle de vários órgãos federais, ligados, principalmente, ao Ministério do Trabalho e a política sindical. Com isto, Jango alimentava o clientelismo político-partidário, engordando a sigla petebista, e, conseqüentemente, as lideranças estaduais e municipais.
> (...) Armindo Marcílio Doutel de Andrade, jornalista, político emérito, orador de massas e amigo pessoal de João Goulart, torna-se Secretário Geral da Executiva Nacional do PTB. No Rio de Janeiro, já havia conhecido a sua atual mulher, Lígia Moellmann Doutel de Andrade, filha do influente udenista catarinense, o engenheiro José da Costa Moellmann. Era fraternal amigo do então petebista Volney Collaço de Oliveira (eleito para a Assembléia Legislativa do Estado em 1950), e, por último, mantinha estritas ligações com próceres do PTB do Rio Grande do Sul, que de fato, muito influíam no trabalhismo do Oeste de Santa Catarina. Estaria, assim, armado o palco do futuro ator, que iniciava a sua trajetória vitoriosa em 1957.
> Alguns depoimentos, sobre o fato, nos informam que Doutel de Andrade teria vindo para Santa Catarina (como também poderia ter ido para Belém, no Pará), em decorrência de contatos entre Jango e Irineu Bornhausen (que eram amigos por interesses turísticos). [398]

Desta forma Doutel fincou liderança política em Santa Catarina e se elegeu, em 1958, o único Deputado federal pelo PTB de Santa Catarina, estabelecendo uma renovação partidária desbancando as lideranças tradicionais (Saulo Ramos, Carlos Gomes, Telmo Ribeiro, Miranda Ramos, Acácio Garibaldi, entre outros). Entretanto, para o PTB não ter apoiado o PSD para o Senado em 1958, fortalecendo a candidatura de Irineu Bornhausen, pode estar relacionado a que[399]

> Os novos figurantes do PTB traziam na bagagem, o mutirão do Ministério do Trabalho e da Previdência Social para o Estado, com o aval direto de João Goulart, que pretendia imprimir comportamento mais dinâmico ao seu partido, eis que suas pretensões finais voltavam-se para a presidência da República. Veio também um novo discurso, baseado na interpretação política da Carta de Vargas, no enfoque nacionalista, na rearrumação sindical, tudo de acordo com o modelo de dominação clientelística, exercido através da máquina das Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, do IAPETEC, IPASE, IAPI, IAPC, IAPM, IAPB, SAMDU, SAPS e outras vinculações. O PSD e a UDN (esta sempre mais ligada ao militarismo-golpista) funcionavam na base das ligações junto aos grupos financeiros estaduais e ao poder rural local mandonístico. Daí a excelência das alianças com o PTB. [400]

Desta forma, Irineu Bornhausen articulado ao PTB saiu vitorioso nas eleições para o Senado, pois os resultados demonstraram que a estratégia de Irineu Bornhausen em manter o PTB longe do PSD funcionou, e já sonhava com sua reeleição para o governo em 1960.

---

398 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 174-5.

399 A esposa de Doutel de Andrade era filha do Engenheiro José da Costa Moellmann, udenista e um dos proprietários da empresa responsável pela construção de diversas obras públicas em Santa Catarina, principalmente do Edifício das Secretarias construídas no governo de Heriberto Hüulse. Esta relação carece de estudos mais aprofundados para se detectar sua importância política à época.

400 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 264.

Transcorrendo as eleições de 1958, Irineu Bornhausen pode saborear sua vitória sendo que na apuração dos votos

> Irineu Bornhausen recebeu 216.775 sufrágios, seu suplente, Brasílio Celestino Oliveira, 193.786. Celso Ramos obteve 190.993 e o suplente coligado do PRP, Jade Magalhães, 191.819. Carlos Gomes de Oliveira, 55.556 e o seu companheiro de chapa Telmo Vieira Ribeiro, 48.146 votos.
> (...) Mas é importante destacar os votos em branco (para senador) 18.386 e os anulados... 12.340, que somados, cobriram a diferença entre os candidatos da UDN e do PSD. Nos suplentes os números dobraram; em branco, 50.744 e os anulados 9.555.
> No pleito para a eleição dos deputados federais por Santa Catarina, o PSD obteve legenda de 211.776 votos, elegendo 5 deputados (Osmar Cunha, 45.911 votos, Joaquim Ramos, 30.791, Atílio Fontana , 29.694, Elias Adaime, 24.786 e Lenoir Vargas Ferreira, com 20.116 sufrágios. A UDN conseguiu 195.511 votos de legenda, colocando 4 deputados federais (Aroldo Carneiro de Carvalho, 39.896, Antônio Carlos Konder Reis 39.174. Irineu Bornhausen, elege-se senador e deputado federal (27.722) e Lauro Carneiro Loyola 15.253 sufrágios). O PTB logrou obter de legenda, 53.829 votos, estreando Armindo Marcílio Doutel de Andrade com 28.217 votos.[401]

Ainda ficaram como suplentes à Câmara Federal pelo PSD: Aristiliano Ramos (com a morte do primo Nereu, retorna ao PSD), Vilmar Orlando Dias, Arão Rebelo e Érico Müller. Suplentes pela UDN: Fernando José Caldeira Bastos, Afonso Wanderley Júnior, Celso Branco, Brasílio Pelágio Parigot de Souza e Walmor Aguiar Borges. Os suplentes pelo PTB de maior votação estavam vinculados a Doutel de Andrade: José Miranda Ramos, Rodrigo de Oliveira Lobo, José Vitorino de Lima, Percy Dacia Barreto e Atílio Ferreira Miranda.

Para a Assembléia Legislativa estadual os resultados foram favoráveis à UDN, que elegeu 16 Deputados com legenda de 179.283 votos. O PSD elegeu 15 com 165.116 votos e o PTB 6 Deputados com 65.836. Os 16 deputados eleitos pela União Democrática Nacional foram:

> Eduardo Santos Lins (12.047 votos), Ruy Hülse (9.272), Albino Zeni (7.654), Dário Geraldo Salles (6.803), Mário Olinger (6.713), Afonso Ghizzo (6.126), Laerte Ramos Vieira (6.126), Tuppy Barreto (5.383), Mário Orestes Brusa (5.318), Romeu Sebastião Neves (5.306), Evaldo Amaral (5.252), José Waldomiro Silva (5.189), Adhemar Paladini Ghisi (5.107), Frederico Kürten (4.895), Francisco Canziani (4.726), e Benedito Terézio de Carvalho Júnior (4.657). Ficaram na suplência: Walter Müller, Willian Duarte da Silva, João Muxfeldt, Fernando B. Viegas, Ulisses Marcílio Longo, Aldo Pereira de Andrade, Udo Altemburg, João C. Mac Donald, Geraldo M. Günther, Darci Souza Vieira, Gentil Bellani, Gerthardt C.F. Neufert, Adolfo Heinz, Paulino João de Bem, Manoel Donato da Luz, Eugênio Vitor Schmockel, Euclides Simões Almeida, Paulo Menezes Mendonça, Otávio Celso Rauen, João Correa Bittencourt, Tadeu Bragola, Hercílio Isolani, Norberto Ulysséa Ungaretti, João Silveira Primo, Nelson Rosa Brasil, Artur Caesar Júnior, Francisco Mascarenhas, Octacílio Nascimento e Ramiro Cabral Ulysséa.[402]

---

401 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 265-6.
402 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 266.

Os 15 eleitos pelo Partido Social Democrático:

Orlando Bertolli (7.377) votos), Waldemar Salles (6.850), José Bahia Bittencourt (6.757), Walter Vicente Gomes (5.882), Pedro Zimmermann (5.877), João Estivalet Pires (5.758), Ivo Silveira (5.535), José Gonçalves (5.516), Osni de Medeiros Régis (5.508), Elydio Lunardi (5.192), Lecian Slowinski (5.192), Ivo Reis Montenegro (5.109), Antônio Gomes de Almeida (5.090), Oscar Rodrigues da Nova (4.455), Augusto Bresola (4.377).

Tornaram-se suplentes pela ordem de votação:

Dib Cherem, Hilário Giacob Zortéa, Erwin Prade, Antônio Edú Vieira, Lauro Locks, Elvert de Oliveira, Raul Schaefer, Epitácio Bittencourt, Ivo Müller, Mário Tavares da C. Mello, Frederico Heise, Aylton Müller, Manoel S. Bello, Paulo Preiss, José Edgar Eckert, Salustiano da Costa Jr., Olívio Nóbrega, Theobaldo Costa Jamundá, Orly de Magalhães Machado, Emílio Manke Júnior, João Palma Moreira, Napoleão de Oliveira, Heitor de A. Guimarães Filho, Miguel Lopes da Silva, Adílio Fortes, Odilon Bartolomeu Vieira, Benjamin B. Barreto, Antônio da S. Cascaes Jr., Sílvio Ferraro, Nazil Bento.

O PTB ampliou sua bancada de 5 deputados (em 1950 e 1954) para 6 parlamentares, onde foram eleitos:

Walter Roussenq (5.682) sufrágios), Evilásio Nery Caon (4.297), Agostinho Mignoni (3.769), Walmor Oliveira (3.627), Braz Joaquim Alves (3.542), Paulino Búrigo (3.458). Repare-se que os eleitos (com exceção de Braz Joaquim Alves, mas que também aderiu) eram da corrente de Doutel de Andrade, que a partir daquele pleito, conquistou a hegemonia e a liderança do PTB catarinense. Ficaram na suplência: Ingeborg C. Barbosa Lima, Olice Pedra Caldas, João Colodel, Luiz Meneguzzi, Francisco Machado de Souza, Gentil Teles, Manoel Bertoncini, Fausto Lobo Brasil, Peluiz Monteiro Pifféro, Natalício Pereira Barcelos, Caetano Evora Silveira Jr. Rodolfo Koffke, Abdon Fóes, Paulo Marques, Aldo Pedro Dietrich, Jorge Alberto N. Fontoura, Parísio G. Velho, Francklin de Oliveira, Archilles Duarte Santana, Gentil Borges Filho e Urgel Figueiredo de Liz.

O PSP manteve a mesma bancada de 1954, elegendo 2 parlamentares:

Manoel Menezes (4.501 votos) e Volney Collaço de Oliveira (3.450). Suplentes: Altir Weber de Mello, Venceslau Borini, Ari Milles, Delamar Filomeno Vieira, Rubens Carvalho Rauen, Newton Borges Reis, Fúlvio Emmendoerfer, Nivaldo Werner, Estanislau Romanowski, Harold Henrich Letazow, Haroldo C.B. de Oliveira, Antonio B. Schauffert, Adolpho Francisco da Silva, Priano F. Amaral e Silva, Alcebíades c. Pinheiro, Alceu Furtado Goulart, Conrado de Mira e Carlos Schramm.

O PRP elegeu 1 deputado (em 1950 tinha eleito 2):

Querino Alfredo Flach, com (2.501 votos). Suplentes: Honorato Tomelin, Livadário Nóbrega, Walter Francisco da Silva, Arlindo Alberto Trebien, Roland Dornbusch, Arthur Barichello, José Holthausen, Fran Josef Schwerghofer, Cariso Von Linsiger Jr. Valemiro Jablonski, Lauro Triches, Flodoardo Sena, Max Meinicke, Cláudio Lorenzoni, Henrique J. Ramos da Luz, Leopoldo Weiss, Helvídio de C. Velloso Filho, José Ghizzo Genovez, Curt Hosang, Jucélio Costa, Caetano Aurélio Michelluzzi, Ariosto J. Carvalho Costa e Paulo Horn.

O PDC conseguiu reeleger o lageano Rubens Nazareno Neves (3.642 votos): "Suplentes: José Zanin, Roberto Tuffi Mattar, Raymundo Stahuke, Adolfo Sachette, Américo Silveira D'Ávila, Luiz Fiúza Lima, Getúlio José Uba, Francisco Rangel, João Paulo Ferreira, Calvino Ferreira e César Martorano."

O PL não conseguiu eleger nenhum deputado, sendo concorrentes pela legenda: "José Kurtz, Roberto Drewus, Orly Machado Furtado, Caetano Deeke Figueiredo, Antônio Francisco Gaio, Martins Hermínio Quintilhan, Lourival Lapes Freitas, Tito Carvalho, Cônego Thomás Fontes, Ermenegildo Cyrillo Carbelini".[403]

Estes foram os resultados das eleições de 1958, na qual Celso Ramos não conseguiu se eleger para o Senado. Entretanto, esta eleição definiu a nova correlação de forças no interior da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Esta Legislatura constituiu-se no final do Governo de Heriberto Hülse até a metade do governo de Celso Ramos, 1962. Estas eleições serviram para mostrar:

> (...) à primeira vista, que o falecimento de Nereu Ramos teria afetado, profundamente a máquina política do PSD. Celso, na verdade, enfrentou o pleito consciente de que não seria o vencedor.
> O lançamento do nome do então presidente do PSD, foi antes de tudo, uma demonstração de que o pessedismo, apesar de oposição a nível estadual, não havia sido carburado pelo fogo que retorceu os ferros do Convair da "Real" (sic) que se acidentara próximo ao aeroporto da capital paranaense. Afinal, em política, as situações, por mais trágicas que possam ser, quase nunca são definitivas. Golpear, receber golpes, repeli-los e até assimilá-los, são atitudes da mais alta sabedoria e fazem parte intrínseca do jogo.[404]

Esta derrota de Celso Ramos para Irineu Bornhausen serviu para mostrar que Celso Ramos era "bom de voto", apesar de estar estreando na política como candidato, e serviu para lançá-lo como o próximo candidato ao Governo nas eleições de 1960 pelo PSD.

Mesmo derrotado nas eleições de 1958 para o senado, Celso Ramos, como presidente do diretório estadual do PSD, candidatou-se ao pleito de 1960 para disputar as eleições para o Governo do estado, e, novamente, contra Irineu Bornhausen. Celso Ramos estava consciente da perda, e da distância política que o separava de Nereu Ramos, e que o PTB seria o partido que definiria as eleições contra a UDN de Bornhausen. O PSD procurou se articular e fomentar as discussões em torno dos seus diretórios municipais para a definição do candidato a sucessão de Heriberto Hülse. Foi, entretanto, a "Carta de Blumenau", de 6 de março de 1959, que formalizou política e estrategicamente, a candidatura de Celso Ramos pelo partido. No plano estratégico, a candidatura estava consubstanciada na realização do Seminário Sócio-Econômico organizado por um grupo de intelectuais do PSD e articulados em torno da FIESC-CNI-ESG. Por outro lado, pela primeira vez foi utilizado o Rádio como instrumento de propaganda política, o que consagrou Celso Ramos pelo interior de Santa Catarina.

---

403 Todas as citações acima foram extraídas de SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 266-9.
404 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 275.

Desta forma, o PSD procurava se articular para a campanha ao governo do estado e

> por iniciativa do suplente de deputado federal, Wilmar Orlando Dias, foi montada em Blumenau uma reunião de lideranças pessedista (afirma o parlamentar, em entrevista ao O Estado de 8/3/59) que "encontrando, acidentalmente, na manhã de sexta-feira (6), em Blumenau, vários pessedistas influentes, alguns com mandato partidário, lembrei-me de coordenar, com os companheiros, ao ensejo de minha permanência por dois dias ali, uma reunião informal para debater o assunto que a todos nós preocupa" a 6 de março de 1959, no Hotel Rex, com o escopo principal de indicar o candidato do PSD à sucessão governamental que se daria a 3 de outubro de 1960. A evidência de montagem de conclave, resultou no comparecimento das mais expressivas lideranças, do PSD do vale e do Alto Vale do Itajaí, do litoral, planalto e oeste.
> (...) Discursaram, na ocasião, veementemente, Wilmar Dias, Aarão Rebelo, Ingo Renaux, Luiz Stoltz, Mário Mafra, Jota Gonçalves, Ivo Montenegro e Epitácio Bittencourt, todos no sentido do lançamento da candidatura do então presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, que, concomitantemente, já preparava um outro instrumento, que teria larga repercussão, o chamado "Seminário Sócio-Econômico".[405]

A Carta de Blumenau justificava a candidatura de Celso Ramos pelo PSD "considerando que o último governo e o em curso não souberam dar nem criarem as bases e os estímulos para o progresso e o desenvolvimento do estado em qualquer dos setores da atividade reservada ao Poder Público." Proclamavam ainda a necessidade de mudanças no tratamento dado aos problemas catarinenses "a se seguir mediante a vigência, a ação dinâmica e o planejamento e austeridade." [406]

Celso Ramos utilizou-se da estrutura da FIESC à sua disposição e estruturou sua campanha em torno do I Seminário Sócio-Econômico. " A Coordenação do Seminário coube à equipe formada pela Federação das Indústrias do Estado, comandada pelo professor Alcides Abreu, tendo como principais colaboradores, Glauco Olinger, Fernando Marcondes de Mattos, Wilmar Dallagnol, Antonio Lara Ribas, Clóvis e Célio Goulart, e outros especialistas."[407]

O Seminário estabelecia as bases para campanha de Celso Ramos ao governo do estado e amarrou as duas propostas à uma caraterística diferenciada para a ação política, pois, "inverteu-se a sistemática dos congressos e das reuniões, e quem daria a solução seria a própria coletividade interessada em vencer certa ou localizada insuficiência. O diagnóstico tinha como objetivo o levantamento da opinião pública, a fim de verificar em que medida poderia influir no projeto brasileiro o comportamento econômico-social do povo catarinense".[408]

---

405 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 276.
406 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 277.
407 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 280.
408 SCHMITZ, Sérgio. *Planejamento Estadual*: a experiência catarinense com o plano de metas do governo - PLAMEG - 1961/1965. Florianópolis: UFSC/UDESC, 1985, p. 58.

Parte dos recursos para a elaboração e execução deste Seminário eram originários do Conselho Nacional da Indústria e a idéia consubstanciada na Escola Superior de Guerra - ESG:

> As primeiras manifestações em torno da instrumentação divulgatória do Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina, surgiram no mês de julho de 1959, na cidade de Chapecó, rastreamento à idéia criadora de Eurico da Costa Carvalho (segundo depoimento de Alcides Abreu), técnico do Conselho Nacional da Indústria do Rio de Janeiro e membro da Escola Superior de Guerra.
> A intenção - ainda segundo Alcides Abreu - era a de realizar um diagnóstico global da realidade catarinense, envolvendo entidades públicas e privadas. Para isto, foi inicialmente criado um grupo de trabalho pelo Conselho Nacional da Indústria, que, inclusive dispunha de dotação financeira para o empreendimento, grupo este composto de técnicos e especialistas nos diversos setores a serem enfocados.
> O diagnóstico inicial previa a mobilização de líderes comunitários (cerca de três mil especialistas) que detinham funções públicas e significativa posição social, no sentido técnico, atendendo resposta de questionários e elaborando entrevistas." [409]

A estrutura básica do Seminário estava dividida geopoliticamente em macrorregiões contendo sete cidade pólos do estado, constituindo-se em dezessete microrregiões. Foram criadas duas grandes comissões para dar andamento nas discussões dos problemas regionais: a Comissão de Desenvolvimento Econômico e a de Problemas Especiais. Destas derivaram mais duas subcomissões: a primeira subcomissão tratava dos temas relacionados a agricultura, crédito, educação, energia elétrica, mão-de-obra, saúde pública e transporte; a segunda incorporava o planejamento regional, turismo, integração do oeste, carvão, mate, madeira e pesca. [410]

A idéia básica do Seminário era a de criar as condições necessárias para a transformação estrutural da economia catarinense a partir da ideologia desenvolvimentista pessedista de Juscelino Kubitscheck, e que desse sustentação para a formulação de uma política global que inserisse Santa Catarina no projeto desenvolvimentista brasileiro. O Seminário foi realizado em três etapas: reuniões informais com contatos pessoais e um questionário previamente elaborado; encontros regionais nas principais cidades do estado, e o Seminário propriamente dito, de onde saiu o "Documento Básico".

Na primeira etapa foram distribuídos cerca de três mil questionários com questões relativas a realidade catarinense e agrupando as cidades por zonas geoeconômicas, com dezesseis sedes constituindo grupos de trabalho que garantiam a organicidade do Seminário:

> Às dezesseis cidades compareceram representantes da agricultura e de atividades pecuárias, industriais, comerciantes, operários, representantes da administração pública, da Igreja e outros. Essa etapa foi constituída por contatos pessoais e respostas aos questionários, discutindo-se as

---

[409] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 279.
[410] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 281.

> informações editadas sobre eles. Dessa comunhão de pessoas nasceram as diretrizes que nortearam os grupos de trabalho, que mais tarde foram convidados para os encontros regionais.[411]

A primeira reunião foi realizada no município de Chapecó e, em seguida, realizaram-se mais quinze reuniões em todas as sedes. O objetivo destes contatos e reuniões era que os participantes se envolvessem na campanha e se apropriassem da metodologia e do conteúdo do Seminário.

Assim sendo, a segunda etapa caracterizou-se pela realização de Encontros Regionais, cujo objetivo era garantir a coordenação e a síntese dos trabalhos da primeira etapa, que seriam desmembrados em grupos temáticos:

> Nesses, em número de sete nas principais cidades catarinenses, discutiram-se as informações e as conclusões dos grupos locais, que serviram para a elaboração de dezoito documentos sobre diversos tópicos: 1. educação; 2. transportes; 3. energia; 4. financiamento; 5. agricultura; 6. saúde pública; 7. valorização e recuperação de terras, colonização, fixação do homem à terra, indústria pesqueira; 8. problemas habitacionais; 9. recursos mineralógicos, aproveitamento do Carvão; 10. comunicações; 11. turismo; 12. investimentos estrangeiros; 13. industrialização em geral; 14. problemas sociais, o trabalhador; 15. comércio internacional e nacional; 16. indústria da madeira; 17. indústria do mate; 18. integração do Oeste no processo econômico de Santa Catarina.[412]

A terceira etapa foi a realização do Seminário propriamente dito, com o comparecimento das pessoas que participaram das etapas anteriores, discutindo e aprofundando os documentos elaborados. O fruto destes debates originou o "Documento Básico" do Seminário Sócio-Econômico, uma síntese de toda a discussão.[413]

Por outro lado, o objetivo estratégico do Seminário era a de provocar a discussão em torno da candidatura de Celso Ramos ao governo. Objetivo este alcançado com pleno sucesso em 3 de outubro de 1960, e, portanto, teve um caráter político marcante, mais do que propriamente técnico. Vencida a primeira etapa, com a eleição de Celso Ramos,

> O documento do Seminário foi finalmente debatido pelas comissões, redigidas as atas na reunião ocorrida em Florianópolis, de 3 a 5 de dezembro de 1960, tendo como local a tradicional Faculdade de Direito da Rua Esteves Júnior. O comparecimento de "Congressistas" (esta a expressão que está no calendário-programa) foi muito expressivo, já que à altura dos acontecimentos, os resultados do Seminário tinham maiores inflexões políticas do que técnicas, em decorrência da vitória eleitoral de Celso Ramos no pleito de outubro.[414]

Assim sendo, no documento final do Seminário refletiu-se o pensamento de Celso Ramos e da classe que ele representava, bem como a base de inspiração do novo modelo. Segundo o documento:

---

411 SCHMITZ, S. Op. cit. p. 58.
412 SCHMITZ, S. Op. cit. p. 59.
413 SCHMITZ, S. Op. cit. p. 59.
414 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 280.

"A Federação das Indústrias de Santa Catarina, no exercício de seu indeclinável dever de zelar pelos interesses da classe industrial, vem de longa data tomando conhecimento ativo e crítico do processo cultural brasileiro em seus aspectos globais". Notava que a "visão particularista" dos problemas da indústria não traria conseqüências satisfatórias, acentuando que a tendência política de transformação da estrutura brasileira (evidencia o "gênio inspirado no Presidente Kubitscheck" no lançamento de bases sólidas da "grande arrancada econômico-cultural dos anos 60, previa futuros com um "modelo novo, fértil e inédito".
O trabalho, na verdade, marcou experiência "inédita e original" para a época, referendada pela improvisação dos programas administrativos, pretendendo que "contivesse a um só tempo o levantamento das condições do estado e a tentativa de esboçar a formulação e difusão da ideologia do desenvolvimento econômico e cultural que caracteriza o processo brasileiro", visando "reformulações sucessivas por parte da população de sua própria decisão". Preconizava o documento a "posse de uma consciência autêntica", para um "projeto autônomo de vida", abstraindo o legado da formação e situação colonial, que abrigou os radicais, por longos anos a "uma atitude alienada e de empréstimo". Lançou desafios para a produtividade e para o trabalho, ação conjunta dos governados.
(...) Ao finalizar a apresentação assinada por Celso ramos, salienta: "O documento que segue e os trabalhos anexados que deram suporte e origem, são o fruto de cuidadoso exame por parte dos técnicos da CNI - Fiesc, da população que compareceu às reuniões do Seminário, dos principais problemas estruturais do Estado com objetivo de submeter à consideração dos convencionais presentes, uma tentativa de formulação de uma política global que situe Santa Catarina no seu esforço regional dentro do projeto desenvolvimentista do Brasil, e na expectativa de que o governo federal, se associe e estimule o esforço, a boa vontade e o anseio de unidade nacional que ora se extravasa, nesta reunião, do coração mas, principalmente da consciência cívica do povo catarinense". [415]

Por outro lado, outra estratégia para a consolidação da campanha de Celso Ramos consistia na utilização de uma emissora de rádio como instrumento de comunicação a serviço de uma campanha política. A campanha pelo rádio se revelaria benéfica como estratégia de campanha e

pela primeira vez na história política catarinense, um candidato usou o rádio, na época o meio de comunicação mais atual, como forma efetiva de propaganda.
Para tanto, uma cadeia de emissoras de rádio, simpatizantes do PSD (26 aproximadamente), era formada duas vezes por dia, às 12 h. e às 18h.30min., para a transmissão de meia hora de programação. Os programas eram elaborados por uma equipe de 15 colaboradores coordenados por Agrida de Castro Faria. O sucesso da iniciativa logo ficou comprovado: quando Celso Ramos e sua comitiva chegavam aos municípios para comícios ocasionais, a população já estava identificada com seu programa." [416]

A iniciativa deu tão certo, que Celso Ramos, após eleito, utilizava o rádio para fazer as prestações de conta de seu governo a cada 31 de janeiro. Para a campanha ao governo do estado foi utilizado o programa "Você com Celso ao Governo", gravados na própria residência de Celso Ramos. Entretanto Celso Ramos solicitou à sua assessoria que gravassem os programas em disco durante a campanha:

"Grave. assim os compromissos serão lembrados. Por mim que os assino, e pelo povo, a quem eles dizem respeito". "Você com Celso ao governo" foi o programa que a Rádio Guarujá de Florianópolis comandou ao longo da campanha para as eleições governamentais de 1960 em

---

415 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 280-1.
416 DIÁRIO CATARINENSE. *Celso Ramos: Provou ser bom de voto nas eleições ao Senado*. Op. cit. p. 85, 3 e 4 c.

> Santa Catarina, Celso respondendo perguntas e propondo alternativas a Santa Catarina. Os programas, cerca de 30, semanais, eram gravados na residência do candidato por Acy Cabral Teive, como entrevistador. Sobre as rádio-entrevistas o futuro governador a mim me disse: "Passe os programas da fita para discos. Assim os compromissos serão lembrados...". Não se precisou recorrer aos discos. O Governador foi além dos compromissos. Os discos existem. Na voz do dono. [417]

7.1.1. A gestão de Celso Ramos: ampla reestruturação do Estado com a implementação do PLAMEG

Como vimos anteriormente, Celso Ramos venceu as eleições a partir da campanha em torno do Seminário Sócio-Econômico realizado com o apoio e a estrutura da FIESC. Para consolidar suas propostas de governo, Celso Ramos elaborou o PLAMEG - Plano de Metas do Governo, que substituiu o POE da gestão de Irineu Bornhausen. Com as eleições de 1958, a UDN havia feito maioria na Assembléia Legislativa (elegeu 16 deputados), contando ainda com o apoio do PTB. Em 1960 o PTB se articulou com o PSD e ocupou a vice-governança na figura de Doutel de Andrade. Isto permitiu a Celso Ramos implementar grande parte do que havia proposto no PLAMEG, pois PSD (15 deputados) e o PTB (6), juntos, faziam maioria na Assembléia Legislativa de Santa Catarina. O PLAMEG foi aprovado pela Assembléia Legislativa através da Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961.

> Para a execução do Plano de Metas, o Poder Executivo ficou autorizado a despender nos exercícios entre 1961 a 1965, verificadas as conveniências financeiras e as possibilidades materiais de execução, o volume de aplicações em despesas de capital em Cr$ 17,5 milhões de cruzeiros. Era um programa qüinqüenal de investimentos, ao qual era destinada quantia correspondente a mais de 35% da arrecadação estadual prevista para o período. Estava aberta a oportunidade para a adoção do orçamento-programa. A dotação foi autorizada, na Lei de Meios, de forma global. [418]

Os principais objetivos do PLAMEG, estavam consubstanciado no Art. 1º da Lei nº 2.772 e se resumiam na "execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado".[419] Estes objetivos foram desmembrados em 3 grandes metas: o Homem, o Meio e a Expansão Econômica.

---

[417] ABREU, Alcides. Lembranças de um grande homem. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 88, 2 c.
[418] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 63.
[419] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 63-64.

1. O Homem - investimentos para a melhoria das condições de vida, 26,7% do total dos recursos, distribuídos nos programas setoriais: Educação (11,6%), Justiça e Segurança Pública (5,6%), Saúde e Assistência Social (6,6%) e Sistemas de Água e Esgoto (2,9%);

2. O Meio - investimentos em infra-estrutura, 58,3%, distribuídos em: Energia (26,6%), rodovias (28,3%), Obras e Arte (3,4%);

3. Expansão econômica - investimentos para expansão agrícola e industrial, 15%, distribuídos: Agricultura e Pecuária 7,6%, [subdivididos em Armazenagem e ensilagem (1,5%), Exp. Fomento e Aparelhamento (4,7%), e Agropecuário (1,4% - abastecimento)]; Indústria 5,7% (participação em empreendimentos); e Crédito 1,7% (Banco do Estado). [420]

A partir das metas, os respectivos programas foram fixados aos montantes de investimentos. Para realizar o PLAMEG, houve a necessidade de ampliação da Receita tributária, bem como a criação de diversos Fundos que garantiriam os recursos para se atingir os abjetivos e teriam origem: com a criação de seis Fundos vinculados a parcelas da Receita Tributária do estado; Fundos e contribuições da União Federal; as Letras do Tesouro de Santa Catarina; empréstimos junto a Agências e Instituições financeiras nacionais e estrangeiras; governos federal e estaduais; elevação da alíquota do Imposto sobre Vendas e Consignações; criação de taxas, tais como, a Taxa sobre Veículos Automotores Particulares e de Passageiros, Selo sobre o Papel, Taxa de Assistência à Indústria Local, Taxa da Educação e Saúde e da Taxa de Valorização. Os Fundos tinham como objetivo garantir a continuidade do processo de desenvolvimento, uma vez que as prioridades e diretrizes já estavam pré-determinadas para um período de cinco anos. Seguiu a mesma estrutura do POE neste sentido:[421]

1. Fundo Estadual de Educação:

> destinado à construção, reconstrução, ampliação e equipamento de prédios escolares de ensino primário, médio e superior, inclusive aperfeiçoamento de serviços, melhoria dos padrões pedagógicos e subvenções e ajudas financeiras e técnicas a entidades particulares ou oficiais de outra órbita, vinculadas ao setor. Era constituído de 50% da arrecadação da Taxa de educação e Saúde, 3% do Imposto sobre Vendas e Consignações - IVC e da renda proveniente da aplicação do Decreto Federal nº 50.423, de 08/04/61.

2. Fundo de Aparelhamento da Justiça e Segurança Pública:

> destinado à construção, ampliação e equipamento de prédios de interesse da justiça e segurança pública, bem como à melhoria e aperfeiçoamento de serviços que lhes são próprios. Esse Fundo

---

[420] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 64.

[421] As informações abaixo foram extraídas de SCHMITZ, S. Op. cit. p. 65-67.

era constituído da arrecadação da Taxa sobre o Registro de Veículos, 70% da Taxa de Veículos Automotores Particulares e de Passageiros e da arrecadação do Selo sobre Papel.

3. Fundo de Assistência aos Municípios:

destinado ao financiamento das obras de abastecimento de água e redes de esgoto dos municípios, e á compra de equipamentos rodoviários e a outros serviços municipais, sendo constituído o Fundo de 3% do Imposto sobre Venda e Consignações; a diferença entre a quantia orçada para socorrer o pagamento da quota de que trata o Art. 20 da Constituição Federal e a que se apurar devida aos municípios, segundo o balanço geral do exercício financeiro, e sempre que o município concordar em participar do Fundo.

4. Fundo de Saúde Pública:

destinado à construção, ampliação e equipamento de prédios de interesse da saúde e Assistência Social e à melhoria e aperfeiçoamento dos serviços que lhes são afetos, sendo constituído de 50% do produto da Taxa de Educação e Saúde, 3% do Imposto sobre Vendas e Consignações - IVC, e das rendas dos hospitais e maternidades do Estado.

5. Fundo de Obras e Equipamentos:

destinado a custear investimentos e infra-estrutura (estradas, energia e obras de arte) e bem assim a compra de equipamentos necessários ao desenvolvimento do estado, sendo constituído da arrecadação da Taxa do Plano de Obras e Equipamentos - POE, (Lei nº 1.365, de 4 de novembro de 1955; Lei nº 1.623, de 20 de dezembro de 1956 e Lei nº 1.627, de 18 de junho de 1956), da Taxa de Investimentos (Lei nº 1.981, de 20 de março de 1959), da Taxa de Valorização (Lei Federal nº 854, de 10 de outubro de 1949) e da arrecadação da Contribuição de Melhoria (devida e cobrada segundo também a Lei Federal nº 854, de 10 de outubro de 1949) e de 30% da taxa sobre Veículos Automotores Particulares de Passageiros.

6. Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Industrial:

destinado a investimentos para a expansão agroindustrial e agropastoril do Estado, bem como para o desenvolvimento industrial em geral, sendo constituído da arrecadação do Imposto de Exportação, Imposto sobre Tabacos e Derivados de Bebidas Alcoólicas, Taxa de Assistência à Indústria Local, Imposto Territorial, Taxa de Classificação de Produtos Vegetais, 1% do Imposto Sobre Vendas e Consignação - IVC e Taxa sobre Transações e serviços.

Para fiscalização destes recursos o PLAMEG possuía um Conselho em que o Governador exercia o voto de minerva. Este Conselho

> visava evitar o arbítrio político na administração dos recursos do governo. No caso de haver empate, o governador poderia usar o voto de minerva para decidir. (...) Afinal, representantes de todas as regiões catarinenses tinham assento no conselho do Plameg (Plano de Metas do Governo) ajudando, portanto, a administrar o orçamento do Estado. [422]

No entanto, para administrar os recursos que garantiriam a distribuição aos Fundos, o artigo 18 da Lei nº 2.772, que havia instituído o Plano, permitia que estes recursos seriam distribuídos anualmente e diretamente para os diversos setores componentes do PLAMEG, no intuito de assegurar a execução das atividades, simultaneamente, de obras e serviços.

---

[422] DIÁRIO CATARINENSE. *Celso Ramos: Conselho administrava orçamento.* Op. cit. p. 86, 1 c.

O que se pode perceber na distribuição dos recursos é que mais da metade deles foi designada para investimentos em infra-estrutura, garantindo ao setor industrial mais energia elétrica, o que propiciava a ampliação do parque produtivo e o aumento da produção. Por outro lado, os recursos para a construção de rodovias objetivavam o escoamento da produção e a criação das condições necessárias para a circulação dos novos modelos de automóveis e caminhões que eram produzidos pela indústria automobilística, que acabara de se instalar efetivamente no Brasil. Os investimentos sociais e da agricultura ficaram em segundo plano. Os investimentos diretos na indústria ocuparam o quarto lugar nas prioridades do PLAMEG.

Entretanto, o Plano também havia criado, estrategicamente, o Gabinete de Planejamento subordinado diretamente ao Governador. Desta forma, por Decreto, o Governador centralizou os recursos neste Gabinete e passou a controlá-los, bem como garantir recursos para o novo banco estatal criado pelo Plano, o BDE:

o Decreto nº 323, de 11 de agosto de 1961, que regulou a constituição e o destino dos citados Fundos, especificava que a arrecadação de todos os tributos vinculados a estes era contabilizada pelo Tesouro do Estado e diariamente colocada à disposição do Gabinete de Planejamento - GP, do Plano de Metas, em conta aberta no Banco de Desenvolvimento do Estado - BDE, e, na falta deste, em estabelecimento bancário designado pelo governador. [423]

Para a execução do PLAMEG foi criado, com a Lei nº 2.772, o Gabinete de Planejamento - GP, uma estrutura específica e centralizada, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira, cujo objetivo era a articulação dos interesses do governo estadual com o Governo Federal, outros estados, municípios e com o setor privado, procurando sistematizar as ações do governo no que se referia aos seus investimentos.

A função do Gabinete de Planejamento era, por sua vez, a de "prever, organizar, planejar e executar as obras e serviços consubstanciados no Plano de Metas do Governo, diretamente, ou mediante delegação", bem como possuía a capacidade de "contrair empréstimo junto a estabelecimentos bancários, governos federal e estaduais, bancos oficiais nacionais ou estrangeiros, agências e estabelecimentos financeiros, nacionais, estrangeiros, inter-governamentais". [424]

---

[423] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 67.

[424] Conforme o Decreto nº 322 de 11.08.61, nos seus artigos 3º e 4º e no Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 1.032 de 23.02.62. Cf. SCHMITZ, S. Op. cit. p. 69.

O Gabinete de Planejamento estava subordinado diretamente ao Gabinete do Governador e "foi na verdade uma Autarquia com autonomia plena, podendo movimentar livremente as dotações, com prestações de contas, perante o Tribunal de Contas, "*a posteriori*"."[425] (grifos do autor)

A estrutura interna do Gabinete de Planejamento era composta de Órgãos de Direção, Técnicos e Administrativos.

1. Os Órgãos de Direção constituíam-se de Grupo de Consulta e da Secretaria Executiva. O Grupo de Consulta era formado: "pelo titular da Secretaria de Estado Sem Pasta; titular da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda; titular da Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas; titular da Secretaria de Estado interessada no assunto que seria objeto da reunião. A presidência cabia sempre ao Secretario de Estado Sem Pasta." [426] O objetivo do Grupo de Consulta era a fixação e a orientação das políticas a serem seguidas para as obras e serviços públicos, bem como "traçar os planos a longo prazo do Gabinete e os programas anuais de trabalho a serem encaminhados ao Conselho de Desenvolvimento".[427]

Quanto a Secretaria Executiva, era o órgão encarregado de direção do PLAMEG e responsável pela política de desenvolvimento e, consequentemente, "a ele convergiam as normas para execução e os estudos para a planificação dos projetos destinados à composição dos programas anuais e à efetiva transformação dos planos em empreendimentos".[428]

2. Os Órgãos Técnicos eram compostos de estruturas menores: Assessoria Técnica (AT); Divisão de Planejamento e Organização (DPO); Divisão de Execução (DE); Divisão de Fiscalização e Controle (DFC); e Divisão de Finanças e Orçamento (DFO).

a. Assessoria Técnica (AT):

---

[425] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 69.

[426] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 71.

[427] O que se percebe, é que se construiu um grande espaço para a institucionalização de Grupos de Interesse no interior do aparelho de Estado: "o Conselho de Desenvolvimento do Estado foi criado pelo Decreto nº 324, de 11/08/61, em conformidade com a Lei 2.772, como órgão de estudo da vida sócio-econômica de Santa Catarina e de Supervisão do Gabinete de Planejamento. Tinha como finalidade fixar as diretrizes da política de desenvolvimento estadual, em consonância com o progresso harmônico da região e do país; aprovar os programas anuais de trabalho apresentados pelo GP e apreciar os resultados da execução dos planos e programas. Era presidido pelo governador do Estado, tendo como Secretário Geral o Secretário de Estado Sem Pasta. O CDE era composto pelos representantes do Governo e das classes produtoras. A Secretaria de Estado Sem Pasta foi criada pela Lei nº 2.772, com o objetivo de interligar as relações entre o GP e o Governador do Estado, com as atribuições de presidir o Grupo de Consulta e os encargos da Secretaria Geral do CDE. Promovia a coordenação da política administrativa de Santa Catarina, mantendo vinculação com as demais Secretarias, órgãos do Poder Executivo e Prefeituras Municipais, servindo de ligação com o GP. (Nota de Rodapé). Cf. SCHMITZ, S. Op. cit. p. 71-72. O Secretário de Estado Sem Pasta era Paulo da Costa Ramos.

[428] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 71.

> (...) órgão incumbido de manifestar-se sobre os aspectos técnicos dos programas e projetos setoriais do GP, cabendo-lhe a elaboração dos estudos para a composição dos programas anuais de trabalho da Autarquia, a feitura dos projetos específicos setoriais, a orientação à análise e ao acompanhamento da execução dos empreendimentos, a par dos estudos e pesquisas para o levantamento dos programas a longo prazo, além de um constante assessoramento aos demais técnicos do Gabinete de Planejamento.
> Integrava ainda a assessoria Técnica (AT) uma Assessoria para assuntos de Educação, para assuntos de Economia e Finanças, uma assessoria Jurídica e, finalmente, uma assessoria para assuntos de Saúde Pública e assistência Social. [429]

b. Divisão de Planejamento e Organização (DPO): "(...) uma extensão da Assessoria Técnica, e sendo um órgão de Planejamento e Organização dos projetos específicos, estava vinculado à planificação, organização e metodização dos programas e projetos setoriais contidos no Plano de Metas."

c. Divisão de execução (DE): "Tinha por finalidade promover a execução dos projetos setoriais específicos empreendidos pela autarquia."

d. Divisão de Fiscalização e Controle (DFC) "Essa divisão técnica concentrava o volume total das obras e serviços empreendidos pelo Gabinete, no que se referia à sua fiscalização e acompanhamento da execução, isto é, nos seus aspectos técnicos, econômicos e financeiros."

e. Divisão de Finanças e Orçamento (DFO): "(...) órgão incumbido do registro e controle dos recursos, da programação e execução orçamentária e da contabilização dos Fundos e despesas da Autarquia, operados em função dos projetos setoriais do Plano de Metas do Governo e da sua própria administração."[430]

3. Órgãos Administrativos:

a. Procuradoria Administrativa (PA): "(...) órgão de representação da Secretaria do Gabinete de Planejamento do Plano de Metas na Capital da República e nos Estados da Federação."

b. Divisão de Administração (DA): "(...) órgão incumbido de realizar os serviços burocráticos, a administração do pessoal e do material da Autarquia, colaborando com os demais órgãos em tudo que respeitasse a sua competência."

Entretanto, para a questão específica da Educação, foi instituído, e subordinado diretamente ao Gabinete de Planejamento, o Grupo Executivo de Prédios Escolares, cujo objetivo era "projetar, com especificações e orçamento, os padrões de unidades escolares, prevendo para o ensino primário três tipos:

---

[429] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 73.
[430] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 72.

rural, suburbano e urbano; e para o ensino médio, edifícios para ginásios industriais, ginásios e colégios normais e escolas agrícolas." [431]

Com o objetivo de fiscalizar as ações financeiras e contábeis foi instituído uma Junta de Controle, a partir da Lei 3.150, de 20 de dezembro de 1962, e sua composição era de cinco membros nomeados diretamente pelo Governador: "(...) um representante do Tribunal de Contas, isto é, um dos membros do seu corpo deliberativo e que ocupava a Presidência da Junta; um representante do Conselho de Desenvolvimento do Estado; um representante do Ministério Público; um representante da Secretaria da Fazenda e um representante do Sindicato dos Economistas Profissionais de Santa Catarina".[432]

Por outro lado, toda esta estrutura necessitava de quadros de Pessoal para ocupar seus espaços, que eram organizados em cargos e funções de "staff" e de execução. Estes cargos e funções eram providos por contratos específicos e/ou por requisição de servidores de outros órgãos da administração pública:

> Aplicava-se ao pessoal do GP o regime jurídico da Lei nº 198, de dezembro de 1954, e ao pessoal extranumerário a legislação específica do serviço público. Eram condições para a admissão dos servidores na Autarquia, exceto no caso de requisitos, idade inferior a cinqüenta anos e superior a 18 anos; gozar de boa saúde; ter bons antecedentes; comprovar capacidade intelectual e técnica. era facultado ao GP requisitar servidores do Quadro do Poder Executivo e bem assim solicitar o concurso de funcionários de outros Poderes do Estado, da União e de outros Estados, de municípios, de autarquias, entidades paraestatais, sociedades de economia mista ou de organismos nacionais ou internacionais de assistência técnica. [433]

Assim sendo, o Gabinete de Planejamento contava com o trabalho de 97 (noventa e sete) pessoas, e as despesas de custeio não poderiam ultrapassar o limite de 3% do total dos investimentos:

> conforme Relatório encaminhado ao Governador pelo Secretário Executivo, era a seguinte a lotação no Gabinete de Planejamento: Gabinete 3; Assessoria Técnica 6; Divisão de Planejamento e Organização 4; Divisão e Execução 10; Divisão de Fiscalização e Controle 8; Escritório do GP em São Bento do Sul 2; Escritório do GP em Rio do Sul 2; Serviço de Fiscalização do GP em Joinville 1; Serviço de Fiscalização do GP no Sul do Estado 1; Serviço de Fiscalização do GP na Zona Serrana 1; Residência do DER em Joinville 4; Divisão de Finanças e Orçamento 18; Procuradoria na Guanabara 1; Conselho de Desenvolvimento 5; Junta de Controle 3; Grupo Executivo de Prédios Escolares 3; Gabinete de Relações Públicas 2. A situação do pessoal entre efetivos 4; extranumerários 2; contratados 74 e requisitados 17, totalizando 97 o pessoal lotado no Gabinete de Planejamento, onde as despesas de custeio eram sempre limitadas ao máximo de 3% do total dos investimentos. [434]

---

[431] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 73.
[432] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 73.
[433] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 73-74.
[434] SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento do PLAMEG. Relatório apresentado ao Governador pelo Secretário Executivo. Florianópolis. 1964, p. 55. Apud. SCHMITZ, S. Op. cit. p. 74.

Em suma, como se observa, o PLAMEG para ser implementado necessitou de uma ampla reestruturação do aparelho de Estado, definindo-se uma série de funções novas para esta estrutura, bem como as decisões foram centralizadas no Gabinete do Governador, que em última instância decidia.

7.1.2. Reestruturação do Estado: características do novo sistema de planejamento

Como se pode observar no item anterior, a criação do Gabinete de Planejamento impôs um novo ritmo à administração pública catarinense com a evidência de um amplo processo de reestruturação, caracterizado pelo aprofundamento da hierarquização a partir de Conselhos, Assessorias, Divisões e Serviços, definindo-se para cada um suas próprias funções. O gabinete de Planejamento, embora criado como uma estrutura autárquica, desempenhava o papel de Secretaria de Estado, com a responsabilidade de programar, financiar e fiscalizar os investimentos feitos pelo setor público, sob a forma de uma organização central de Planejamento. Assim sendo, para a efetiva implementação do PLAMEG o Gabinete de Planejamento contava ainda com a assessoria de diversos outros órgãos:

> (...) de uma Assessoria Técnica do Poder Executivo, do Conselho Estadual de Educação, da Comissão de Energia Elétrica, da ACARESC, do Departamento de Estradas e Rodagens, do Departamento Estadual de Estatísticas, do Departamento de Engenharia Sanitária- órgãos esses autárquicos ou autônomos; do Banco de Desenvolvimento do Estado e da CELESC - sociedades de economia mista, e das Secretarias de Estado. [435]

Assim sendo, o encaminhamento do PLAMEG se dava da seguinte forma:

1. a responsabilidade pela elaboração dos programas do PLAMEG ficava a cargo das diversas Assessorias Técnicas, que encaminhavam as propostas para o Conselho de Desenvolvimento, órgão de cúpula responsável pela política de investimentos, que possuía a responsabilidade de aprovar ou não o programa (anual) de trabalho;

2. a proposta orçamentária e o plano de trabalho ficavam a cargo: da Comissão de Orçamento, formada por Assessores Técnicos nas diversas áreas (economia e finanças, rodovias, agricultura, saúde, justiça, educação, etc.); do Presidente da Comissão de Energia Elétrica; e pelo chefe da Contadoria Geral do Estado;

---

[435] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 77.

3. Os recursos eram divididos, segundo suas fontes, em Receitas Correntes e Receitas de Capital, sendo que os recursos estaduais próprios constituíam-se na maior fatia do Plano (97% em 1964)[436] Por outro lado, no período de 1961/1964, os recursos do PLAMEG correspondiam às Receitas da arrecadação provenientes de Créditos Orçamentários (84,96%), Créditos Suplementares (12,85%) e Auxílios Federais Diversos (2,05%);[437]

4. Para elaboração dos projetos, o Departamento Estadual de Estatística fornecia pesquisas com dados quantitativos e estava tecnicamente vinculado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que centralizava as informações estatísticas do estado;[438]

5. a execução dos programass e projetos ficava a cargo dos órgãos da administração direta, por convênios com entidades interessadas e/ou pelo processo de terceirização à outras empresas do setor privado. Para a execução das obras programadas, constituíam-se contratos específicos com empresas especializadas e/ou utilizava-se a própria estrutura do estado, com os órgãos específicos da administração tradicional responsáveis pelos empreendimentos;

6. para o financiamento dos projetos e programas, total ou parcial, utilizava-se do Banco de Desenvolvimento do Estado, responsável pelo financiamento à agricultura, pecuária, pequenas e médias empresas do setor industrial, bem como projetos específicos para o setor público. O financiamento a outros projetos e programas ficava a cargo do próprio PLAMEG, a partir dos Fundos;

7. para projetos específicos, como o Plano de Eletrificação, os recursos eram captados a partir de recursos estaduais, de órgãos federais e através da poupança do setor privado, centralizados nas Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC. O setor rodoviário mantinha-se através do Fundo Rodoviário Nacional, administrado pelo Departamento de Estradas de Rodagem; [439]

8. o controle físico das obras, ficava sob a responsabilidade da Divisão de Fiscalização e Controle, distribuindo seus técnicos em diversas regiões de Santa Catarina, exercendo o devido registro financeiro, bem como contando ainda com o suporte de uma seccional da Contadoria Geral do Estado. Para exercer a atividade de controle legal das contas entrava em cena a Junta de Controle, que elaborava os

---

[436]Cf. SCHMITZ, S. Op. cit. p. 79-80.
[437] Cf. SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento do PLAMEG. Quarto ano de trabalho. Publicação n° 7, Florianópolis. 1965, p. 8. Apud. SCHMITZ, S. Op. cit. p. 82.
[438] Cf. SCHMITZ, S. Op. cit. p. 78.
[439] Cf. SCHMITZ, S. Op. cit. p. 77.

relatórios e pareceres que eram encaminhados, juntamente com as prestações de contas do Governador, ao Tribunal de Contas do Estado. [440]

Do ponto de vista das metas e objetivos do PLAMEG, observa-se que a elaboração do plano se deu conforme uma programação setorial, e esta programação não sofreu reformulações substanciais, mantendo-se os critérios estabelecidos. Entretanto, as reformulações ocorridas aconteciam a partir da correção dos custos, atualizados pelos índices de inflação a cada ano: "daí concluir-se que o sistema era flexível, pois permitia não somente as revisões anuais das metas, mas também sua permanente adequação aos recursos efetivamente disponíveis." [441]

9. No que diz respeito às Despesas, elas estavam divididas em Despesas Correntes de Custeio e de Capital. As despesas de custeio, eram formadas pelo gastos com o pagamento de pessoal, aquisição de material e serviços de terceiros e encargos diversos, bem como as transferências correntes (juros pagos devido aos empréstimos).

> As despesas de custeio representaram nesse exercício financeiro 1,93% dos gastos globais do PLAMEG em 1965, enquanto as despesas correntes, compreendendo custeio e juros, representaram 2,95%, notando-se claramente que as despesas de custeio correspondiam a um percentual muito baixo, levando-se em conta que o Gabinete dispunha de uma importância igual a três por cento do total dos investimentos para custear sua administração. [442]

Por outro lado, as Despesas de Capital, de acordo com os diversos setores do plano, correspondiam a 22,07% do total em 1965. Comportavam os gastos com Educação e Cultura (14,30%); Justiça e Segurança Pública (1,56%); Saúde e Assistência Social (4,76%) e Serviços de Água e Esgoto (1,45%). Os investimentos em infra-estrutura levaram 76,18% do total das despesas, sendo: gastos com Energia (15,03%) e com Rodovias e Obras de Arte (61,15%). Os gastos com infra-estrutura tiveram, ainda, despesas classificadas sob o título "Serviços em regime de Programa Especial" conforme o Artigo 4° e 5° da Lei n° 2.772, e que se relacionavam à incorporação do Plano de Obras e Equipamentos - POE - ao PLAMEG, que correspondiam a 5,30% do total das Despesas.[443] Os gastos com a expansão econômica somaram apenas 1,75% e foram divididos em: Armazenagem e Ensilagem (0,05%); Experimentação,

---

440 SANTA CATARINA. Junta de Controle do PLAMEG. Relatórios do segundo e terceiro ano de trabalho. Florianópolis. 1966, p. 10. Apud. SCHMITZ, S. Op. cit. p. 79.
441 SCHMITZ, S. Op. cit. p. 79.
442 SCHMITZ, S. Op. cit. p. 80.
443 Cf. SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento do PLAMEG. Quarto ano de trabalho. Publicação n° 7, Florianópolis. 1965, p. 10. Apud. SCHMITZ, S. Op. cit. p. 81.

Fomento e Aparelhamento Agropecuário (1,22%); participação em empreendimentos pioneiros (0,28%); e Banco de Desenvolvimento do Estado (0,20%)

> Ressalta-se, contudo, que o ponto alto no setor financeiro e de ação do Plano de Metas na política econômica foi a criação do Banco de Desenvolvimento do Estado - BDE, através da Lei nº 2.719, de 27 de maio de 1961, promovendo o crédito oficial às iniciativas do setor privado, sendo uma das metas do PLAMEG, servindo como suporte financeiro, captador e criador de mecanismos de orientação do setor privado. [444]

Assim sendo, o governo de Celso Ramos, durante a sua gestão, e utilizando-se do PLAMEG como instrumento efetivo para a ação do Estado (viabilização de políticas públicas e da ação governamental), inaugurou uma série de obras e tratou de ampliar a estrutura do estado criando, assim: um banco estatal, o BDE - Banco de Desenvolvimento do Estado; um fundo de desenvolvimento para alavancar o setor produtivo, o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - FUNDESC; uma empresa pública concessionária de energia elétrica, as Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC; para o meio rural, criou a Empresa de Eletrificação Rural de Santa Catarina - ERUSC; uma Universidade estadual, a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC; e a Secretaria dos Negócios do Oeste.

Além destas obras, construiu diversas escolas, sendo que "em 1963, de um golpe só inaugurou 300 escolas. Decidiu-se por cortar a fita inaugural de uma apenas, situada em Biguaçú, ali dando por consumada, simbolicamente, a inauguração dos demais prédios." [445] O setor de transportes e obras foi o que representou a maior parcela dos gastos com infra-estrutura (61,15%), e mereceu destaque, pois, "no período ainda, foram pavimentadas 551 quilômetros de estradas, o dobro dos 339 quilômetros que havia quando assumiu."[446] Entretanto, destacam-se, estrategicamente, os recursos gastos na área de energia elétrica, onde:

> Ao retirar as amarras que praticamente impediam o desenvolvimento da economia estadual, durante sua gestão a potência elétrica produzida passou de 30 MW em 1959 para 103 MW em 1964.[447]
> (...) sua gestão teve nas torres de eletricidade uma espécie de marca registrada. Quando assumiu o governo, as regiões industriais como o Vale do Itajaí, dispunham de apenas três horas de energia elétrica duas vezes por semana. A energia elétrica que bancava a produção das empresas era particular. A disponibilidade existente chegava a 100 mil quilowatts. Havia energia, mas não se dispunha de meios para transmiti-la. Por isso entre suas obras destaca-se a

---

[444] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 83.
[445] DIÁRIO CATARINENSE. *Celso Ramos: Torres de eletricidade marcaram o Governo.* Op. cit. p. 86, 5 c.
[446] DIÁRIO CATARINENSE. *Celso Ramos: Um grande canteiro de obras.* Op. cit. p. 86, 3 c.
[447] DIÁRIO CATARINENSE. *Celso Ramos: Um grande canteiro de obras.* Op. cit. p. 86, 3 e 4 c.

construção da estação de transmissão de Ilhota, em 1962, que garantiu fornecimento da energia existente ao parque industrial da região." [448]

As estratégias montadas para a efetivação do PLAMEG ficaram a cargo de Alcides Abreu, que definiu-as como

> (I, e, M) (S, V). Tudo quanto há ou possa haver resulta da combinação de I, informação, E, energia, e M, materiais. I, E e M se arranjam segundo estratégias, S, e em conseqüência de decisões, V. A prosperidade catarinense deve ao Governador Celso Ramos nesta equação três coisas fundamentais. I, informação, foi suprida (1) através de milhares de novos professores qualificados em serviço em milhares de novas salas de aula, (2) da universalização (quase) do segundo grau e (3) da criação da Universidade para o Desenvolvimento e (4) a interiorização conseqüente do ensino superior. Em energia, E, a economia saiu do racionamento de eletricidade para o suprimento, da escassez para a abundância, da intermitência para o abastecimento contínuo. Linhas de transmissão de primeiro mundo juntaram as fontes geradoras com as cidades industriais do Vale do Itajaí e do Nordeste catarinense e com as regiões pioneiras, do Planalto Serrano e do Oeste. O Governador foi extremamente competente em aplicar vontade política (5) na implantação das estratégias que transformaram Santa Catarina no primeiro estado industrial em produto industrial por habitante. [449]

Segundo ainda Alcides Abreu, Celso Ramos foi o governador da transição, o último representante direto das oligarquias do planalto serrano e o primeiro dos "novos tempos" em que as cidades passaram a ser o lastro do poder Político:

> O último da Terra; o primeiro da cidade. Cinco, seis meses atrás, em visita ao Governador, o diálogo andou para refazer memória e avaliar política. Fácil foi chegar a uma conclusão. Entre o passado, em que a energia da terra era que alimentava a política e o poder político, e o tempo de agora, em que a informação (conhecimento) e a eletricidade (energia) criaram a cidade e deram lastro à política e ao poder político, Celso Ramos foi e fez a transição. Coube-lhe ser o último governante válido da terra e, por escolha, o primeiro dos novos tempos. [450]

Entretanto, parte do financiamento do PLAMEG se deu com recursos externos, oriundos da Aliança para o Progresso no governo americano de John F. Kennedy:

> Pormenor? Em 1963 o Governo do Presidente Kennedy levou aos Estados Unidos o Governador de Santa Catarina. Era o tempo da Aliança para o Progresso. E o Plameg - Plano de Metas do Governo Celso Ramos já era sucesso nacional. Ceará e Alagoas seguiram-lhe os Métodos e enfoques. Virgílio Távora até a resignação repetiu. A América foi feita em três semanas. Nova York no retorno; Washington e a Casa Branca; agricultura no Meio Oeste; estações experimentais; indústrias rurais; bancos de extensão. O Governador viajou com ajuda de custo que lhe foi arbitrada segundo os critérios do Ministério das Relações Exteriores. Retornou com saldo, que no Tesouro do Estado recolheu.[451]

---

448 DIÁRIO CATARINENSE. *Celso Ramos: Torres de eletricidade marcaram o Governo*. Op. cit. p. 86, 5 c.
449 ABREU, Alcides. Lembranças de um grande homem. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 88, 2 c.
450 ABREU, A. Lembranças de um grande homem. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 88, 3 c.
451 ABREU, A. Lembranças de um grande homem. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 88, 3 c.

7.1.3. As principais transformações institucionais realizadas pelo PLAMEG

Como fruto da centralização e do controle do PLAMEG, a sua viabilização necessitava de ajustes na estrutura governamental, e os recursos para investimento foram reunidos num mesmo organismo. Na concepção do governo Celso Ramos, os órgãos federais e estaduais deveriam se articular mutuamente para a ação administrativa: "defendia o Governo, na época, a tese de que a União devesse centralizar o planejamento, ouvidos os órgãos regionais, no sentido de promover uma integração administrativa, pela qual se eliminariam o paralelismo de serviços e a aplicação inconseqüente de recursos escassos".[452]

Neste sentido, fomentou-se uma política de integração regional com a criação, nos três estados do Sul, de um banco regional e de um conselho de desenvolvimento, para traçar as diretrizes de seu funcionamento: O BRDE e o CODESUL; órgãos importantes para o repasse de recursos federais e internacionais, para a região sul.

> O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE - foi instituído no ano de 1961, como uma instituição que servisse de base para a execução de uma política de correção de desequilíbrios regionais, através de financiamentos para a formação de capitais. Um organismo de caráter executivo, mantido como autarquia interestadual de natureza econômica, incumbido de fomentar o desenvolvimento harmônico e continuado da economia da região Extremo Sul do país, atuando através de financiamentos, prestação de garantias, investimentos diretos e outras transações compatíveis com a natureza da instituição. Concomitantemente ao aparecimento do BRDE, surgiu o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul - CODESUL, entidade destinada a estudar o sistema sócio-econômico dos três Estados meridionais do País e a traçar diretrizes básicas de funcionamento do BRDE, mediante a elaboração de planos regionais. [453]

No plano interno, no bojo do PLAMEG, o governo de Celso Ramos elaborou uma política de reformulação mais ampla da estrutura do estado, uma "Reforma Administrativa", na qual reorganizou e criou serviços, ampliou e reformulou Secretarias de Estado criando departamentos, divisões, secretarias, serviços etc.

> A idéia central contemplada era que o planejamento fosse praticado como processo contínuo por todos os órgãos que direta ou indiretamente integrassem a administração pública. Atingindo esse estágio, a administração pública passou, em conjunto, a agir planejadamente, cabendo ao PLAMEG coordenar e harmonizar os vários planos das Secretarias ou Departamentos Autônomos. O PLAMEG estava sendo, em Santa Catarina, uma experiência totalmente nova, a nova técnica administrativa. O objetivo geral era o desenvolvimento, essa era a bandeira, contra a rotina estiolante, diziam os técnicos do PLAMEG. [454]

---

[452] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 85.
[453] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 85 (nota de rodapé).
[454] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 86.

No plano setorial, fez diversas reformulações e investiu os recursos de acordo com os diversos setores designados pelas metas traçadas pelo PLAMEG: o Homem; o Meio e a Expansão Econômica.

1. A Meta: O Homem

1.1. Setor: Educação e Cultura - Este setor foi considerado prioritário dentro desta meta, como investimento para a formação de "capital humano" visando o mercado de trabalho para os setores produtivo, serviços e setor público. Também visava a formação básica como elemento estratégico do desenvolvimento econômico. A estrutura da Secretaria da Educação foi reestruturada:

> Foi um plano de investimento prioritário, com vistas à formação do elemento humano para o trabalho e para a universidade. Foi um plano de investimento para o ensino e um programa decisivo de escolarização total, construindo 2.500 salas de aulas para grupos escolares e escolas rurais, a fim de oferecer 200.000 oportunidades novas de escolarização. Para o ensino médio foram construídos vários ginásios e colégios (Instituto Estadual de Educação - Florianópolis, Colégio Celso Ramos - Joinville, Colégio Vidal Ramos - Lages, Ginásio Industrial Aderbal Ramos da Silva - Florianópolis, Colégio Pedro II - Blumenau (2ª ala), Colégio Industrial - Tubarão), além do programa de transformação dos antigos cursos normais regionais em ginásios e a preparação do seu corpo docente, possibilitando que de 26.000 matrículas em estabelecimentos de nível médio existentes no Estado, em 60, fosse constatado o número de 46.000, em março de 1964. [455]

A reestruturação também foi realizada sob a ótica de "reformas" na estrutura da Secretaria da Educação para adequar-se ao plano: "A Secretaria da Educação mereceu duas reformas: a primeira, na sua estrutura e a segunda, afetando-a organicamente pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, que institui o Sistema Estadual de Ensino sob a responsabilidade do Conselho Estadual de educação."[456] Desta forma, construiu-se as bases do Ensino superior em Santa Catarina para a formação do "capital humano" necessário ao desenvolvimento, com características regionais, dentro das especificidades e potencialidades de cada região de Santa Catarina, como se observa:

> Dessa dinâmica surgiram a Faculdade de Educação, a Escola Superior de Administração e Gerência, a Faculdade de Engenharia de Joinville e a Faculdade de Veterinária de Lages, culminando com a criação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC. A Escola Superior de Administração e Gerência era destinada a formar o pessoal técnico que a administração pública e privada de Santa Catarina requeria. Foi criada com a pretensão de ser orientada para o preparo e treinamento especializado, não somente no tocante à diferenciação nos cursos regulares, um para o setor público e outro para o privado, como também nos diferentes níveis de formação universitária e de pós-graduação, e bem assim ao treinamento de pessoal de nível médio para setores específicos de atividades referentes a pessoal, material, secretaria, controle e outros. [457]

---

[455] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 88.
[456] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 88.
[457] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 88.

Os programas também levavam em consideração a área rural e suas necessidades de formação de quadros para o seu desenvolvimento:

> Para o qüinqüênio fixou-se o objetivo de atender, em cursos intensivos de treinamento e aperfeiçoamento, a 5.000 professores rurais. Tal programação foi cumprida integralmente, mediante convênio entre o PLAMEG, a Secretaria de Educação e Cultura e a Faculdade de Educação. Foram beneficiados pelos cursos 5.094 professores rurais, o que resultou no cumprimento total do programa. Por sugestão do PLAMEG, foi implantado junto à Faculdade de Educação um Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, com financiamento inicial do Plano.[458]

A capacitação técnica para dar organicidade ao plano foi feita juntamente com a CEPAL, que garantiu o treinamento para um grupo de pessoas, onde "foram beneficiados 19 profissionais, entre eles economistas, engenheiros, bacharéis em Direito e acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina."[459]

1.2. Setor: Justiça e Segurança Pública - Neste setor, houve a preocupação de reestruturar as "forças repressivas", com orientação e aperfeiçoamento por parte do governo americano, bem como, a construção de quartéis militares, *foruns*, hospitais militares, e ampliação do Corpo de Bombeiros:

> Foram construídos oito Fóruns, totalizando 9.096,46 m² de área, edifícios destinados aos serviços de segurança pública, totalizando 4.826,50 m² de área construída, Quartéis para unidades e destacamentos do Corpo de Bombeiros. Criou-se, na Capital, a Rádio-Patrulha, com um serviço policial de urgência. Foi construído um Hospital Militar, equipado com moderna aparelhagem; deu-se efetivo cumprimento às disposições legais que determinavam a inscrição das praças da PM como contribuintes do IPESC; estabelece-se o seguro de grupo, como prêmio pago pelo Estado; atribuiu-se remuneração condigna aos policiais e instituiu-se a gratificação por risco de vida. O aperfeiçoamento técnico profissional dos componentes do organismo policial do Estado foi cuidado. Oficiais de outras corporações policiais ministravam diversos cursos, principalmente, por técnicos norte-americanos, em decorrência de convênio firmado com a Agência Internacional de Desenvolvimento - AID. Ainda em decorrência de outros convênios, considerável quantidade de equipamentos e viaturas foi adquirida. Diversos oficiais da PM e funcionários da SSP. seguiram para os Estados Unidos, a fim de freqüentarem cursos e aperfeiçoamento.[460]

1.3. Setor: Saúde Pública e Assistência Social - Foi reestruturada a Secretaria de Saúde e Assistência Social, devido aos estudos realizados pela Assessoria do PLAMEG nesta área:

> Com base nos estudos e levantamentos realizados em 1960, a Assessoria de Saúde e Assistência Social do PLAMEG elaborou programas de imunização geral contra doenças infecto-contagiosas. A medicina preventiva foi desenvolvida. Novos órgãos foram criados, como o Instituto de Cancerologia e Cardiologia, o Laboratório Hemoterápico e Laboratórios Gerais. Construíram-se diversas unidades hospitalares e executou-se um programa de melhoria de nível técnico, através de concessão de bolsas de estudo para pessoal de nível superior e nível médio.

---

[458] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 89.
[459] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 89.
[460] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 90.

> O ponto alto na execução do programa de Saúde e Assistência Social foi a construção do Hospital dos Servidores do Estado, meta prioritária do Plano. [461]

1.4. Setor: Sistema de Água e Esgoto - Para desenvolver os projetos ligados ao setor para o abastecimento de água às cidades catarinenses, este setor contou com recursos financeiros oriundos do convênio com a Agência americana USAID.

> A execução do programa prioritário de abastecimento de água, constante do Plano de Metas do Governo, foi delegada ao Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária. Com os recursos atribuídos pelo PLAMEG, o DAES deu progressiva execução ao seu programa de trabalho, visando a dotar os centros urbanos de melhores condições de abastecimento de água. Com recursos repassados pelo Plano com auxílio da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública e da United States Agency for Development Mission to Brazil - USAID, foram executados projetos prioritários de abastecimento de água e ampliação de redes, em várias cidades do Estado de Santa Catarina. [462]

2. A Meta: O Meio

2.1. Setor: Energia - Este setor foi altamente estratégico na concepção do Plano de Metas, pois o desenvolvimento econômico almejado necessitaria de energia elétrica, já que a estrutura existente caracterizava-se pela exploração privada. Na concepção dos estrategistas havia a necessidade de intervenção do estado com o objetivo de integrar as diversas regiões produtoras, recuperando e ampliando o potencial instalado.

> (...)a capacidade instalada, em 1960, estava na ordem de 101.543,6 Kw, o que, para a população de então, representava os modestos índices de 49,22 Watts por habitante, um dos mais baixos de todo o país; por outro lado, (...), se em 1958 o Kw/hab./ano era de 123, em 1960 baixava para 119, atestando um recesso alarmante entre índices de crescimento demográfico em relação aos acréscimos havidos de potência instalada. [463]

Para solucionar estes problemas estruturais, a Comissão de Energia Elétrica conjuntamente com a CELESC, elaborarou um Plano Qüinqüenal de Eletrificação, que incluía um Plano de Eletrificação Rural com a formação de Cooperativas, cujo objetivo era chegar em 1965 com 140 kW/hab/ano no potencial instalado:

> dada a complexidade do problema, o programa qüinqüenal foi desdobrado em dois planos, um de emergência, o outro de longo prazo e mais tarde foi acrescentado ainda um Plano de Eletrificação rural, planos esses que objetivavam colocar Santa Catarina num processo de desenvolvimento sócio-econômico equilibrado em todos os seus setores e em todas as regiões. A meta foi efetivamente alcançada. Em cinco anos, a potência instalada elevou-se para 214.131 KW, distribuídos por todas as áreas geográficas do Estado. No setor específico de eletrificação rural, a ação do PLAMEG distribuiu pelas áreas interioranas 64 cooperativas de eletrificação,

---

461 SCHMITZ, S. Op. cit. p. 90.
462 SCHMITZ, S. Op. cit. p. 90.
463 SCHMITZ, S. Op. cit. p. 91.

> que operaram de modo a oferecer um verdadeiro exemplo de conquista sócio-econômica das áreas rurais. [464]

No setor de telecomunicações, não houve prioridade uma vez que havia um plano nacional para o setor, cujo objetivo era criar um sistema integrado dentro do projeto de "Segurança Nacional".

2.2. Setor: Rodovias e Obras de Arte - A viabilização do programa rodoviário ficou a cargo da Secretaria de Viação e Obras Públicas, sendo seu órgão executor o Departamento de Estradas e Rodagem - DER: "A ação se desdobrou na implantação de novas rodovias como a SC-21 (Porto União-São Francisco), SC-23 (Curitibanos-Itajaí), SC-36 (São Bento do Sul-Corupá), SC-55 (Criciúma-Urussanga-Orleans), SC-41 (Luzerna-Herciliópolis). (...) na melhoria e conservação de 6.000 Km de estradase na construção de obras de arte." [465]

3. A Meta: Expansão Econômica

3.1. Setor: Agricultura - O objetivo dos programas relacionados à agricultura, caracterizavam-se por garantir ao produtor rural, as condições necessárias para o aumento da produtividade do setor e, concomitantemente, a sua renda. O papel do estado era o de criar as condições através da assistência técnica, fertilizantes, sementes selecionadas, reprodutores selecionados, financiamento e mercado adequado à circulação das mercadorias, bem como para as exportações, reformulando os Portos.

> A posição do Governo, nessa política agrária, executada pelo Plano, foi a de estimulador, fiscalizador e controlador de produção, e não de produtor. Somente nos casos em que a iniciativa privada era desinteressada pela produção de fatores imprescindíveis ao desenvolvimento econômico-social, atuava o Governo, na qualidade de pioneiro, porém, objetivando sempre entregar a empresa, começada pelo Estado, à iniciativa particular. (...) a criação da Escola Agrícola "*Caetano Costa*" e(sic) economia doméstica [Lages-VAS], sendo ainda construído o Centro Prático de Treinamento - CETRE, com capacidade para 42 alunos, localizado em Itacorubi, Florianópolis. [466]

O PLAMEG ampliou a estrutura de assistência técnica no setor da agricultura através de recursos técnicos e materiais conveniados com a Universidade de Bohn, da então República Federativa da Alemanha, FAO, Instituto Oceanográfico de São Paulo através do Departamento de Caça e Pesca, entre outros: "o PLAMEG prestou assistência técnica direta em agricultura, pecuária e economia doméstica às famílias rurais através de 47 Escritórios Locais e 8 Escritórios Regionais de Extensão Rural."[467] Para

---

[464] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 91.
[465] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 91-92.
[466] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 92.
[467] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 92.

desenvolver estes trabalhos, a vinculação dos recursos era feita através do Banco de Desenvolvimento do Estado - BDE, que objetivava baratear e fornecer facilidades de créditoaos produtores rurais. Para desenvolver os trabalhos de extensão rural os recursos eram repassados através da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina - ACARESC:

> Assim, o PLAMEG, através dessa Associação, mantinha acordo com o BDE, objetivando promover o crédito rural, orientado aos pequenos e médios produtores. Este tipo de crédito se caracterizava pela desburocratização, prazo adequado e supervisão técnica da aplicação de recursos. Para a manutenção dos serviços de Extensão, contribuíam financeiramente, além do PLAMEG, a ABCAR, os Ministérios da Agricultura e Educação e as Prefeituras Municipais, onde existiam Escritórios instalados. [468]

O PLAMEG ainda estabeleceu uma política de fomento à produção, que colocava à disposição do produtor:

> (...) semente, reprodutor de boa raça, os materiais de defesa contra pragas e doenças que atacam as plantas e os animais, fertilizantes e máquinas. Para o Projeto Gado de Corte, o PLAMEG importou da Inglaterra reprodutores da raça Hereford e da raça Charolesa. Para o projeto de Gado Leiteiro foram adquiridos e revendidos animais das raças Holandesas e Jersey. O PLAMEG instalou ainda estrutura à Casa Rural e definiu suas responsabilidades na execução da política agrária delineada para o qüinqüênio. Em cada Casa Rural funcionavam três elementos fundamentais de ajuda ao produtor: a Agência do Banco de Desenvolvimento do Estado, propiciando crédito; a Secretaria da Agricultura ou o Serviço de Extensão Rural, garantindo a assistência técnica, principalmente no tocante à boa aplicação do empréstimo levantado do BDE; e a sede da Associação Rural local, contendo o setor de revenda dos fatores de produção e reuniões dos produtores. [469]

Com relação aos problemas de mercado e de armazenamento da produção para garantir estoques reguladores mínimos, o governo construiu uma série de armazéns e silos.

> Assim, cada armazém era provido de secador e câmara de expurgo, de forma a alcançar com as sementes as características exigidas pela padronização necessária à garantia do preço mínimo. Por outro lado, a carga e a descarga de granéis, no porto de São Francisco do Sul, eram realizadas de modo primitivo, ocorrendo perdas elevadas de grãos. Após as conclusões de um estudo para delimitar as condições do porto, o PLAMEG construiu um silo de 5.000 toneladas de granéis, em convênio com o Governo Federal.[470]

3.2. Setor: Crédito - Dentro da Meta para a expansão econômica, a estratégia era a criação de um banco de desenvolvimento que desse sustentação e suporte financeiro ao Plano, com seus recursos garantidos pelo Tesouro em Lei orçamentária. Foi criado o Banco de Desenvolvimento do Estado - BDE:

> De acordo com os seus Estatutos, podia praticar quaisquer operações bancárias e na sua organização foram estruturados dois Departamentos de Operações; um de crédito Especializado e outro de Crédito Rural. O primeiro(sic) se subdividia em duas divisões: de Crédito Rural e de Crédito para o desenvolvimento profissional. O segundo(sic) também em duas: de Crédito Geral

---

468 SCHMITZ, S. Op. cit. p. 93.
469 SCHMITZ, S. Op. cit. p. 93.
470 SCHMITZ, S. Op. cit. p. 93-94.

> e de Crédito Público. A Lei nº 2.719, de 27 de maio de 1961, que autorizou a organização do Banco, mandava consignar em lei orçamentária, anualmente, a importância de 3 a 5 por cento da renda ordinária do estado, para o aumento de seu capital. [471]

Assim sendo, para as políticas industriais era necessário que o Banco servisse de instrumento de crédito para desenvolvimento das atividades produtivas, disciplinando os investimentos públicos e estabelecendo uma política de "seletividade" de acordo com o potencial de cada região em Santa Catarina.

> A política do Banco, no concernente ao setor industrial, foi executada em três frentes: a de financiamentos de capital de giro, a de participação em inversões para a ampliação do capital fixo e a de prestação de garantias. Em 1965 o Banco se credenciou como agente financeiro do FUNDECE e FINAME. O primeiro, Fundo de Democratização do Capital das Empresas, atendia indústrias repartidas pelos mais diversos ramos de atividade, notadamente a indústria alimentar, metalúrgica, mecânica, elétrica e madeireira. O segundo, Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais, financiava equipamentos e caminhões pesados para as indústrias locais. [472]

Deste modo, o BDE era o principal agente financeiro e atuava efetivamente no financiamento direto à produção, seja operando com as Letras e Obrigações do Tesouro do Estado, seja avaliando ou afiançando empreendimentos e repassando recursos de Instituições financeiras nacionais. Além disso, pela Lei nº 3. 390 de 1963, foi instituído o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - FUNDESC, e que seria administrado pelo BDE:

> Esse Fundo tinha como objetivos promover estudos e projetos vinculados ao desenvolvimento econômico e social, promover financiamentos de estímulo e empreendimentos e serviços que visassem ao desenvolvimento econômico e social do Estado, de preferência em suas áreas economicamente menos desenvolvidas. O objetivo final era a elevação da taxa de crescimento do setor industrial, com todas as conseqüências econômicas e sociais daí resultantes. [473]

Do ponto vista da "seletividade regional" as políticas do BDE levavam em consideração a potencialidade de cada região, o que na realidade demonstrava o poder político e de barganha das empresas vinculadas em cada setor e em cada região de Santa Catarina, dependendo do peso político de suas lideranças, seja no Poder Executivo, seja no Parlamento, onde ocupavam espaços de representação política e de poder:

> Observa-se, assim, que quanto aos problemas das matérias primas locais, a ação do Banco tinha em mira os seguintes objetivos: no Sul do Estado, aproveitamento do Carvão; no Planalto, o uso racional do pinho; no Meio-Oeste, expansão da indústria de Carnes de pequenos animais e da indústria mecânica; no extremo-Oeste, definição de pólos de industrialização; no Planalto de Canoinhas, a implantação de indústria de solúvel; no Litoral em Geral, a implantação e racionalização da indústria pesqueira. [474]

---

[471] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 95.
[472] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 95.
[473] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 95-96.
[474] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 96.

Neste sentido, "atribuía-se absoluta prioridade a três grandes setores ou projetos globais: aproveitamento do carvão, industrialização de madeira e produtos alimentares." [475] Para efetivar suas políticas regionais, o governo catarinense procurou se aproximar ainda mais dos recursos federais, e até mesmo internacionais, inclusive com projetos de investimentos diretos.

Para o Sul de Santa Catarina, a prioridade era a exploração do Carvão mineral sendo que na época o governo

> (...) elaborou o que se convencionou denominar de um "*projeto de desenvolvimento do sul*", que procurava definir a conveniência do aproveitamento do carvão e projetos específicos de empreendimentos industriais. Procurou o concurso da Comissão do Plano de Carvão Nacional - CPCAN à execução de estudos de propostas apresentadas por empresas estrangeiras como a Renault Engennering da França, a Kaiser engineering dos Estados Unidos, a Klockner Humboldt da Alemanha e a SERETE um consórcio francês-brasileiro. Para o financiamento dos estudos pretendia solicitar a participação de agências financeiras nacionais e internacionais, nomeadamente do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. [476]

Para a região do Planalto Serrano, que passava pelo seu ciclo da madeira com grande produção no estado, e destaque nas exportações, definia-se o aproveitamento industrial da madeira:

> (...) os objetivos eram fornecer, sob todos os prismas, a expansão da Olinkraf (sic) e a concretização de uma empresa denominada CICOPEL, ambas para a produção de celulose e papel, e cujos investimentos ascendiam, na época, a Cr$ 38,5 bilhões em moeda nacional e U$ 8,2 milhões em moeda estrangeira. Pretendia-se elaborar, também, um projeto para o aproveitamento dos resíduos de madeira, promovendo-se um "pool" de interessados, notadamente de madeireiros.[477]

No que se refere a indústria de produtos alimentares "foram perseguidos alguns programas que tinham como objetivos a implantação de indústrias de carnes de grandes animais e a expansão das indústrias de pequenos animais."[478]

Para o setor rural instituiu um programa de crédito rural seletivo para pequenos e médios produtores rurais. Além disto, "criou créditos às Prefeituras, através de três tipos de operações, como o crédito para aquisição de equipamentos rodoviários, antecipação de receita com garantia da quota de retorno estadual e operações com as Letras do Tesouro." [479]

Assim sendo, percebe-se que a utilização de instrumentos de planejamento para a gestão do estado e para a ação política em Santa Catarina precede de um diagnóstico elaborado sobre a sua realidade

---

[475] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 96.
[476] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 96.
[477] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 96.
[478] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 96.
[479] SCHMITZ, S. Op. cit. p. 95.

sócio-econômica, que definiu seus interesses econômicos setoriais e regionais, bem como as articulações políticas e institucionais para a implementação de Objetivos, Metas, Programas, Projetos e resultados a serem alcançados com o Plano de Metas do Governo.

Percebe-se também que, com o Golpe Militar de 1964, não houve modificações substantivas na correlação de forças ao nível do bloco no poder em Santa Catarina, não houve mudança de governo, com Celso Ramos garantindo a transição institucional para o regime militar sem ruptura em Santa Catarina. Ao deixar o governo em 1966, garantiu as bases políticas e seu projeto desenvolvimentista para os governos de Ivo Silveira (1966-71) e Colombo Machado Salles (1971-75) que se utilizaram das bases do PLAMEG, garantindo sua continuidade com o PLAMEG II e o PCD - Projeto Catarinense de Desenvolvimento, respectivamente.

Ao deixar o governo do estado, Celso Ramos retornou à presidência da FIESC e candidatou-se a uma vaga no Senado, disputando mais uma vez contra Irineu Bornhausen, vencendo-o por esmagadora maioria de votos. Celso Ramos cumpriu seu mandato de Senador até 1974, quando perde sua esposa, Edith Gama Ramos, afastando-se oficialmente da vida partidária embora tenha continuado sempre ativo politicamente, uma vez que, conforme Alcides Abreu, "todos os governadores que vieram depois dele, pelo menos tiveram passagem por sua casa, quer para reverenciá-lo, quer para pedir orientação".[480].

7.2. IVO SILVEIRA E A CASSAÇÃO DO VICE-GOVERNADOR: O PODER POLÍTICO DOS KONDER BORNHAUSEN E O BI-PARTIDARISMO (1966 - 1971)

Ivo Silveira foi o substituto de Celso Ramos ao Governo do estado nas eleições de 03 de outubro de 1965, pelo PSD, na continuidade da coligação com o PTB, tendo derrotado o candidato da UDN, o então Senador Antônio Carlos Konder Reis. Ivo Silveira derrotou também o candidato de Celso Ramos, Alcides Abreu, na Convenção do PSD que escolheria o candidato a governador, mas o poder ainda permanecia sob a égide dos Ramos.

Ivo Silveira nasceu no dia 26 de março de 1918 na cidade de Palhoça em Santa Catarina e era filho do funcionário público Vicente Silveira de Souza Júnior e de Lídia Sanseverino Silveira. A origem de

---

[480] DIÁRIO CATARINENSE. *Celso Ramos: Conselho administrava orçamento*. Op. cit. p. 86, 1 c.

Ivo Silveira não estava vinculada às famílias tradicionais que ocupavam os meandros do poder no estado, e era o único filho homem de um total de cinco. Realizou seus estudos primários na sua cidade, Palhoça, e os estudos secundários em Florianópolis. Em 1940 foi nomeado Adjunto de Promotor Público (26.06.40 a 15.11.43). Exerceu o cargo de Contador Municipal (1944-47) na cidade de Palhoça. No dia 22 de dezembro de 1945 bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Catarina, sendo paraninfo Nereu Ramos. Ainda em 1945 foi um dos fundadores do PSD e se tornou secretário do Partido. Também exerceu o cargo de Delegado Adjunto na Delegacia de Ordem Política e Social - DEOPS - (de 12 abril a 25 junho de 1947). Entretanto, o cargo de Delegado impedia-o de concorrer ao cargo de Prefeito, sendo então exonerado do cargo e, ao mesmo tempo (25.06.47), nomeado Consultor Jurídico no Departamento de Municipalidades, órgão que analisava as contas e os balancetes das Prefeituras de todo o estado. Com esta manobra política, Ivo Silvera pode candidatar-se e elegeu-se Prefeito de Palhoça com 3.382 votos contra 1.229 de seu adversário. Foi empossado Prefeito no dia 23.12.47 e permaneceu no cargo até 22.12.50. Em 1950 foi nomeado pelo governador Aderbal Ramos da Silva, Consultor Jurídico efetivo no Gabinete do Governador e permaneceu até 10 de abril de 1951. [481] Elegeu-se Deputado estadual por quatro legislaturas: à 2ª legislatura (1951-1954), na qual foi líder da bancada do PSD, em oposição ao governo de Irineu Bornhausen; à 3ª legislatura (1955-1958); à 4ª legislatura (1959-1962), destacando-se como líder do governo de Celso Ramos (1961-1962); à 5ª legislatura (1963-1966), e exerceu o cargo de Presidente da Assembléia (1963-1964); também exerceu interinamente o governo substituindo Celso Ramos,[482] e ocupou também a função de Vice-lider e líder da oposição, destacando-se na presidência de várias comissões técnicas da Assembléia. Elegeu-se Governador do estado nas eleições de 03 de outubro de 1965, derrotando o Senador Antônio Carlos Konder Reis, da UDN, por uma diferença de mais de 23 mil votos. [483]

Na Convenção do Partido que escolheria o candidato a governador, Ivo Silveira derrotou o candidato de Celso Ramos, Alcides Abreu, pois estava mais ligado ao grupo do ex-governador Aderbal Ramos da Silva, dada sua maior proximidade política e partidária com o já falecido Nereu Ramos: "(...) 'sou um homem que vim de mim mesmo', costuma dizer Ivo Silveira, certamente pensando em como foi difícil

---

481 DIÁRIO CATARINENSE. *Ivo Silveira: Ajudou a fundar o PSD. foi prefeito de Palhoça e eleito quatro vezes à Assembléia Legislativa.* Op. cit. p. 89, 1 c.
482 PIAZZA, W. (1985), Op. cit. p. 533-34.
483 DIÁRIO CATARINENSE. *Ivo Silveira: Ajudou a fundar o PSD. foi prefeito de Palhoça e eleito quatro vezes à Assembléia Legislativa.* Op. cit. p. 89, 1 c.

para ele, que não pertencia à nenhuma família tradicional, chegar a ser governador de Santa Catarina. É verdade que para isso - ele mesmo alega - contou com o apoio incondicional de uma raposa da política: Aderbal Ramos da Silva."[484]

Após deixar o governo, voltou a exercer o cargo de Consultor Jurídico (16.03.71 a 30.09.71) no Gabinete do Governador Colombo Machado Salles, sendo nomeado, posteriormente, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (24.09.71 - 83), quando aposentou-se. Neste entretanto, no dia 11.02.82 foi nomeado para exercer o cargo de Secretário de Estado da Fazenda no governo de Jorge Bornhausen, permanecendo até o final do governo, em 15. 03.83.

O governo de Celso Ramos provocou uma "guinada" em termos de administração pública em Santa Catarina, pois ampliou os espaços do estado e abriu margem para que as forças em disputa dispusessem de maior espaço de manobra e negociação interna pela disputa e manutenção do poder, criando, conseqüentemente, uma tecnoburocracia estatal que viria a mudar, inclusive, as relações políticas dentro dos espaços de poder. Este novo projeto, iniciado com o PLAMEG, refletiu-se internamente nos Partidos políticos, criando uma nova orientação na relação partidária com as políticas públicas, onde os partidos perdem espaço na determinação dos projetos de governo, dando espaço ao planejamento "racional", da tecnoburocracia:

> A expressiva vitória do pessedista Celso Ramos, no pleito de 1960, fez aparecer no seu governo, um novo estilo político-administrativo. Poucos acreditam que o antes desprojetado irmão de Nereu Ramos, pudesse assimilar e por em prática um novo quadro de administração liderado por Alcides Abreu, na realização de um dos governos mais profícuos que Santa Catarina já experimentou. Entretanto, a tecno-burocracia que movimentava as estruturas dos estados, entrava em atritos constantes com os políticos tradicionais do PSD, habituados ao pragmatismo utilitário e à política cartorial e de clientela. Ocorriam, assim, choques entre os tecno-burocratas (também denominados grupo da "Sorbone") e os "paraguaios", liderados por Aderbal Ramos da Silva. [485]

Entretanto, nas disputas internas do PSD para a sucessão de Celso Ramos estava quase evidente que o candidato natural seria o Professor, mentor, assessor e planificador do PLAMEG, Alcides Abreu. Esta questão estava por obra e graça do próprio Celso Ramos que naturalmente se desligou dos problemas partidários para concentrar-se na implementação do seu plano de governo. Por outro lado, Alcides Abreu estava muito prestigiado dentro do governo com o sucesso do PLAMEG e pretendia sair

---

484 DIÁRIO CATARINENSE. *Ivo Silveira: Sem dinheiro para comprar um carro, andava de ônibus.* Op. cit. p. 91, 1 e 2 c.

485 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 331.

candidato à sucessão de Celso Ramos. O PSD não podia se expor e alimentar uma dissensão interna, e sempre procurava o consenso entre seus militantes, onde, segundo Celso Ramos numa entrevista:

> o PSD sempre partia unido para as eleições, mas isto não significava ausência de debate ou falta de contraditórios. Em certas ocasiões divergíamos bastante, em nossos pontos de vista. Quando isto acontecia, sentávamos e conversávamos. Levávamos várias horas nessas conversas. No final sempre saíamos com a solução de consenso. Isto nos mantinha unidos e tornava o Partido forte. Briga dentro do Partido nunca foi para ganhar eleição.[486]

Assim sendo, o candidato de Celso Ramos, Alcides Abreu, não era consenso dentro do PSD, e este dissenso era comandado por Aderbal Ramos que se opunha às pretensões de Alcides Abreu. As articulações para a montagem da chapa incluíam a continuação da aliança com o PTB. A decisão para a escolha do candidato foi tomada na casa de Joaquim Ramos, nas preparações da Convenção partidária marcada para os dias 15 e 16 de junho de 1965.

> Fizemos muitas reuniões e muitos conchavos. Uma delas, talvez, a principal, realizada na minha casa. Ali compareceram todos os integrantes das bancadas do Partido na Assembléia e na Câmara e outras lideranças da sigla. Alguns foram até de smooking pois era em 11 de junho, data em que a Marinha promovia um baile de gala para comemorar sua data maior. Conversa vai, conversa vem, e não se chegava ao procurado acordo. Propus então uma votação secreta. Feitas as cédulas, o companheiro Atílio Fontana passou a recolhê-las em seu chapéu. Procedida à apuração, deu Ivo Silveira na cabeça. Mas o consenso continuava inexistindo. Entre os outros nomes lembrados, além do de Alcides Abreu, estavam Fontana, Osni Régis e Serafim Bertaso. No dia da Convenção, lançou-se, na sede do Partido uma lista de adesões à candidatura Ivo Silveira e Ibrahim Simão encarregou-se de colher assinaturas, desempenhando com presteza a eficiência dessa missão. Ao final (...) a lista assumiu um porte tamanho que o nome do candidato não poderia ser outro senão o do então Deputado de Palhoça, sufragado na memorável convenção efetuada no auditório da Rádio Guarujá. O mais importante de toda esta história (...) é que, oficializada a candidatura de Ivo Silveira, todo o PSD uniu-se, formando uma corrente que se lançou a campo percorrendo o Estado de ponta à ponta à procura da vitória que acabou acontecendo. Assim, os possíveis perdedores (se é que houve), souberam, democraticamente, curvar-se ao desejo da maioria e cerraram fileiras em torno do nosso candidato.[487]

Escolhido o candidato do PSD para a cabeça da chapa, a aliança com o PTB confirmaria o companheiro de chapa de Ivo Silveira, Francisco Dall'Igna. A chapa contava ainda com o apoio de dois outros partido pequenos, o PRP , PSP, bem como uma grande ala do PDC.

Na oposição, a UDN também escolhia seu candidato, e como não poderia deixar de ser, as disputas foram acirradas, com o partido se dividindo. As dissensões partiam de Joinville, pois os seus udenistas queriam como candidato Nilson Bender, Prefeito da cidade pela UDN: "já em abril de 1965, quando da eleição do Diretório Regional da UDN, sendo presidente Oswaldo Bulcão Vianna, representante

---

[486] RAMOS, Celso, entrevista ao Jornal O Estado, de 15.11.81. Apud. SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 332.
[487] RAMOS, Joaquim, entrevista ao Jornal O Estado, de 15.11.81. Apud. SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 332-33.

da ala liderada pelo Senador Irineu Bornhausen, Bender se opunha à ala ortodoxa, já que desejava ser o candidato do partido ao governo do Estado." [488] Entretanto, na correlação interna de forças, o poder estava com Irineu Bornhausen que conseguiu impor seu candidato: "a convenção udenista foi realizada em junho na sede da agremiação (no velho prédio localizado nas escadarias, final da Rua Trajano), sendo um dos conclaves mais disputados, vendo-se indicado como candidato, o Deputado Antônio Carlos Konder Reis (Laerte Ramos Vieira foi o vice). Bender perdeu a disputa por um voto."[489]

7.2.1. O bi-partidarismo volta à tona: a cassação do Vice-Governador eleito abre o espaço para a negociação: entra em cena pelos bastidores Jorge Konder Bornhausen

A coligação PSD-PTB saiu-se vitoriosa no dia 03 de outubro de 1965, mas logo após a eleição o governo militar impôs o Ato Institucional nº 2 de 27 de outubro de 1965, e o Ato Complementar nº 4, em 20 de novembro de 1965, extinguindo todos os 13 partidos políticos criados em 1945 e impondo restrições a formação de novos partidos, condicionando à formação do bi-partidarismo. "(...) estabeleceu que as agremiações partidárias que viessem a se organizar, posteriormente, deveriam possuir, pelo menos, 120 deputados federais e 20 senadores, criando-se de forma indireta, o bipartidarismo, corporificando na ARENA (Aliança Renovadora Nacional partido do governo e dos que apoiavam o sistema) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) dos integrantes das oposições".[490]

Esta nova rearticulação partidária, imposta de cima para baixo pelo governo militar, provocou uma nova rearticulação política conformando uma nova correlação de forças nas disputas pela hegemonia nos poderes locais, provocando divergências intestinas, definindo-se uma ala bastante conservadora e que deu sustentação as ações do governo militar e sua posição autoritária, bem como uma outra ala com perfil "mais democrático":

> (...) agasalhou na Aliança Renovadora Nacional, os remanescentes conservadores do pessedismo, do udenismo, do PL, PR, PDC, PRP, PSP e forças do comércio e da indústria que haviam apoiado o movimento de 1964. No MDB, como que ensacados ficaram ex-pessedistas e ex-udenistas dissidentes (os chamados nacionalistas e os da bossa nova), trabalhistas (a bancada

---

488 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 331-32.
489 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 332.
490 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 338.

> federal, em 67 foi quase integralmente cassada) socialistas e outros dos pequenos partidos antigos. [491]

Neste sentido, o governo militar abria um grande espaço para a negociação política, uma vez que Ivo Silveira também sentia que poderia ser cassado pelo regime e tratou de articular a formação do novo partido, ARENA, tendo que negociar com a participação das velhas "raposas" da UDN. Nas negociações Ivo silveira tencionava que o presidente do novo partido fosse da sua ala, Valério de Assis, que havia sido Secretário de Saúde durante a gestão de Celso Ramos, e o candidato a Senador fosse o próprio Celso Ramos. "(...) 'Formamos aqui um entendimento. A comissão diretora do diretório estadual do novo partido seria composta por 40 membros da ex-UDN e 40 do ex-PSD'. Ivo Silveira queria que o presidente fosse do seu partido. Era o médico Armando Velério de Assis. Já o senador Irineu Bornhausen, dirigente máximo da ex-UDN, tinha direito à reeleição, mas os pessedistas queriam que o candidato da Arena fosse Celso Ramos".[492]

As negociações se estenderam e Irineu Bornhausen abriu mão de sua candidatura ao senado e da presidência do novo partido em troca da vaga de Vice-Governador, o que foi prontamente negociado, pois era o espaço necesário que garantiria a reprodução do poder político da família Konder-Bornhausen, pois

> Em troca da escolha do nome de Valério de Assis para a presidência da Arena estadual e da oficialização da candidatura de Celso Ramos para o Senado, os udenistas queriam indicar o vice de Ivo Silveira. A escolha recaiu sobre um jovem advogado de Blumenau.
> Esse advogado era filho de Irineu Bornhausen, Jorge Bornhausen, na época com 25 anos de idade quando a Constituição Estadual estabelecia em 35 anos a idade mínima para governador e vice. [493]

Assim sendo, a confirmação do nome de Valério de Assis saiu no dia 9 de março de 1966, e as petições para o registro do partido no TRE foram feitas no dia 16 de março do mesmo ano. A ARENA ficou assim constituída:

> no dia 15 do mesmo mês era instalado o Gabinete Executivo da ARENA, sendo presidente o referido Armando Valério de Assis; vices-presidentes (sic), Atílio Fontana, Álvaro Catão e Diomício Freitas. Secretário Pedro Harto Hermes; Tesoureiro, Abel Àvila dos Santos. Vogais; Eduardo Santos Lins, Nilton Cherem, Ademar Garcia, Àureo Vidal Ramos e Ivo Montenegro, Celso Ramos e Irineu Bornhausen eram os representantes estaduais na Comissão Diretora Nacional. 85 outros políticos egressos da UDN e do PSD integravam o Diretório Regional, numa centrada divisão do bolo do poder. [494]

---

[491] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 338.
[492] DIÁRIO CATARINENSE. *Ivo Silveira: Vice foi cassado pelos militares*. Op. cit. p. 90, 3 e 4 c.
[493] DIÁRIO CATARINENSE. *Ivo Silveira: Vice foi cassado pelos militares*. Op. cit. p. 90, 4 e 5 c.
[494] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 339-40.

No mês de julho de 1966 iniciou-se o chamado movimento de "caça às bruxas", cassando o mandato de Parlamentares e impondo eleição indireta para a Presidência da República. "Na verdade, as cassações de mandatos parlamentares e de postos nos executivos, eram manobras no sentido de fazer o governo majoritário, nas casas congressuais, sem incômodos, eliminando focos de resistência anti-revolucionária, bem como, tinham sentido de apagar as imagens de líderes políticos, os carismáticos, inclusive, que ameaçavam a consolidação do movimento de março de 1964".[495]

Por outro lado, as cassações tinham como objetivo garantir maioria partidária do governo para assegurar a consolidação da eleição indireta para a Presidência da República. Assim sendo no mês de outubro

> são eleitos para a presidência e vice-presidência da República, o general Arthur da Costa e Silva e o deputado Pedro Aleixo, da ex-UDN mineira, como uma esperança de que o sistema pretendia, aos poucos, fazer voltar o poder nacional ao comando dos civis. Antes desta eleição, o então ministro da Justiça, Juracy Magalhães, advertia aos que desejavam pleito direto para a presidência da República, que não insistissem, porque a *"atitude era subversiva e os que assim pensavam estavam contra o governo"*. No dia 12 de outubro são cassados mandatos de mais de seis deputados federais, sendo que o presidente da Câmara, Adauto Lúcio Cardoso não reconheceu as punições.[496]

Foi neste movimento que o Vice-Governador eleito, que também era deputado estadual, foi cassado pelo regime militar, deixando vago o cargo de Vice-Governador: "A 19 de julho, por ato do presidente da República (decreto datado de 16 de julho e publicado no Diário Oficial da União a 19 do mesmo mês) 'fundamentado em disposições constitucionais' eram suspensos os direitos políticos, pelo prazo de dez anos e cassado o mandato do vice-governador de Santa Catarina, Francisco Roberto Dall"Igna, que também era deputado estadual, embora não acumulasse as funções".[497]

A formação do novo partido, representou a aglutinação das forças políticas mais conservadoras em Santa Catarina, onde as disputas e divergências se davam no campo político partidário, pela disputa dos espaços políticos de poder no interior do Estado, e não propriamente em divergências ideológicas de fundo, o que viria a satisfazer os anseios pela busca da hegemonia no campo eleitoral e nos quadros partidários. Tanto é que a negociação do cargo de Vice com Ivo Silveira, pressionado pelo Governo Federal e por Irineu Bornhausen, se deu antes mesmo da cassassão oficial de Francisco Dall'Igna, como se pode observar pela cronologia descrita acima.

---

[495] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 344.
[496] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 343.
[497] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 344.

Entretanto, Ivo Silveira encaminhou para a Assembléia Legislativa somente no dia 19 de janeiro de 1967 a emenda Constitucional que alterava de 35 para 25 anos a idade mínima exigida para ocupar o cargo de Governador e de Vice-Governador de Santa Catarina. Assim o teatro foi montado e

> Diomício Freitas pedia que o presidente Castelo Branco indicasse um nome. Eram apontados também os nomes de Renato Ramos da Silva, general Vieira da Rosa, sendo que um grupo da ex-UDN articulava o nome de Afonso Ghizzo, uma outra ala do ex-PSD fazia fé no nome de Francisco Grillo. Como se sabe, "deu zebra", pois em janeiro de 1967 foi eleito, indiretamente, pelo Legislativo o advogado blumenauense, Jorge Konder Bornhausen. [498]

Esta reorganização partidária promoveu o bi-partidarismo por obra e graça do governo militar, como retaliação a vitória do PSD-PTB em vários estados importantes da federação, principalmente na ex-Guanabara e em Minas Gerais, e foi interpretada como uma contestação anti-revolucionária. O autoritarismo do governo se fez sentir com os processos de cassação, desarticulando grande parte de políticos ligados à oposição no novo regime.

Em Santa Catarina formaram-se ARENA E MDB, que conformaram uma nova situação político-partidária, definindo-se mais claramente os espaços de atuação das diversas lideranças constitutivas dos diversos partidos até entao existentes. A centralização do poder no Governo Federal, e a dominação sobre as esferas do poder público, levou a ARENA a se organizar em todos os lugares com grande facilidade, o que não aconteceu com a oposição, o MDB. As eleições estavam marcadas para o dia 15 de novembro de 1966, para ocupação dos cargos de deputados federais e estaduais e Senadores.

> A campanha eleitoral, assim transcorreu mugentemente, plácida como aqueles riachos serpenteantes em tardes de verão. O partido da oposição somente conseguiu formar diretórios em 82 municípios. Em 24 organizou comissões interventoras, e nos restantes 88 compareceu às urnas sem quaisquer representantes. A ARENA rapidamente formada - e facilmente, já que dispunha dos mecanismos oficiais - tinha diretórios nos 194 municípios do estado. [499]

Assim sendo, a organização da oposição não foi uma tarefa fácil em função do difícil período autoritário: "A formação do partido de oposição - o MDB - foi muito difícil, na medida em que segmentos importantes que se opuseram ao movimento de 1964 estavam fora da vida política do país. Além disso, no quadro de um regime autoritário como o que se instaurava, pouco teria a fazer um partido de oposição. Faltou inclusive credibilidade ao MDB no início de sua vida, como partido de oposição".[500]

---

498 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 345.
499 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 345.
500 CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)*. Florianópolis: UFSC, 1990, p. 88.

As principais lideranças estaduais do MDB neste início, eram oriundas do PTB, PSD e UDN: do PTB saíram "Armindo e Lígia Doutel de Andrade; Paulo Macarini; Genir Destri; Rodrigo Lobo; Dejandir Dalpasqualle, Pedro Ivo Campos; Evilásio Caon; Manoel Dias; Walmor Oliveira e Haroldo Ferreira, entre outros"; do PSD "Evelásio Vieira, Henrique de Arruda Ramos, entre outros"; e da UDN "Laerte Vieira; Walter Ziguelli, entre outros". [501] Desta forma, o MDB se estruturou em Santa Catarina e teve sua Comissão Diretora Regional aprovada:

> O Movimento Democrático Brasileiro teve sua Comissão Diretora Regional (composta por Laerte Ramos Vieira, Walter Ziguelli, Germano Amorin e Henrique de Arruda Ramos) aprovada por acórdão do TRE de 2/6/66, ficando o Gabinete Executivo assim constituído: presidente, Armindo Marcílio Doutel de Andrade; vices-presidentes (sic), Laerte Ramos Vieira, Genir José Destri e Henrique de Arruda Ramos, secretário, Walter Ziguelli; Tesoureiro, Haroldo Ferreira e vogais, Paulo Macarini, Rodrigo Lôbo, Evilásio Nery Caon e Walmor de Oliveira.[502]

Por outro lado, a ARENA, que se estruturou rapidamente e que era liderada agora, sob o mesmo teto partidário, pelos Ramos e Konder-Bornhausen, possuía suas dissensões internas pelos setores descontentes com a política adotada por suas lideranças maiores e pela política oligárquica imprimida, uma vez que Jorge Konder Bornhausen, como síntese, já se colocava como alternativa em substituição e continuidade da política de sua família. Os "descontentes" tentaram reverter o quadro apelando para instâncias superiores do partido:

> Mesmo acomodados dentro da ARENA, setores do ex-udenismo não deixaram as suas dissensões, como foi o caso do então prefeito de Joinville, Nilson Bender e do Deputado Lauro Carneiro de Loyola, mais três deputados estaduais e 43 membros efetivos, do diretório municipal, que através do edil, remeteram telegrama ao presidente Castelo Branco, Ministro do Exército, Comando da 5ª RM, do 5º DN, ao Gal. Golbery, ao Senador Daniel Krüger, ao dep. Rondon Pacheco e ao Mal. Cordeiro de Farias, denunciando manobras do Diretório Regional da Arena, ante a decisão de modificar a composição do colegiado, deixando o prefeito joinvillense em minoria. No final do telegrama, datado de 16.08.66, diz Bender: "Município Joinville na corrente política, prefeito contribui com dezesseis mil votos para formação Arena ao passo que demais forças políticas contribuem apenas oito mil votos. Apesar dessa disparidade participação forças composição Arena, grupo oligárquico Konder Bornhausen que domina política estadual Arena visando sufocar movimento renovação política, executou manobra que se for referendada pela Comissão Diretora Nacional, destruirá definitivamente numerosos líderes municipais simpáticos à substituição da política de oligarquia, familiar por lideranças jovens e atuantes delas desvinculados. Confiando discernimento líderes políticos nacionais e seu elevado espírito de justiça, renovo vossência minha solidariedade e irrestrito apoio." [503]

Mesmo com os dissensos internos, foi deflagrado o pleito eleitoral no dia 15 de novembro de 1966 e a obviedade das urnas se concretizou com a vitória esmagadora da ARENA, elegendo 34 deputados

---

[501] CARREIRÃO, Y. Op. cit. p. 89.
[502] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 340.
[503] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 342.

estaduais, 11 federais e o Senador. O MDB, por sua vez, elegeu 11 deputados estaduais e 3 federais. No interior de Santa Catarina a ARENA superou em muito o MDB:

> A votação no interior, onde ambos os partidos tinham diretórios municipais foi o percentual de 60,3% para a ARENA e 25% para o MDB; Onde havia comissões Interventoras, 71,9% contra 17,9%. Sem diretórios, a Arena extrapolou com 76,9% contra 13,0%. Isto na votação para a Câmara Federal. Para a Assembléia Legislativa foram os seguintes e respectivos percentuais; 62,0% - 25,8%, 73,5%, 17,5% e 77,5%, 13,3%, [respectivamente]. [504]

> Assim sendo, os 34 deputados estaduais eleitos pela ARENA foram:

> Aldo pereira de Andrade, Fernando Viégas, Fioravante Massolini, Nelson Pedrini, Gentil Bellani, Ivo Reis Montenegro, Áureo Vidal Ramos, Antonio Pichetti, Afonso Ghizzo, Waldemar Salles, Abel Ávila dos Santos, Pedro Colin, Mário Olinger, João Custódio da Luz, Lecian Slowinski, João Bertoli, Hermelino Largura, Celso Ivan da Costa, Adhemar Garcia Filho, Laulo Locks, Paulo Rocha Faria, Epitácio Bittencourt, Hélio Carneiro, Antonio Guglielmi Sobrinho, Celso Ramos Filho, Elgydio Lunardi, Sebastião Netto Campos, Evaldo Amaral, Zany Gonzaga, Walter Vicente Gomes, Fernando José Caldeira Bastos, Pedro Harto Hermes, Argelino Rosa e Nilton Kucker.[505]

Para a Câmara Federal a ARENA elegeu 11 deputados: "Genésio de Miranda Lins, Ademar Ghizzo, Aroldo C. de Carvalho, Osmar Cunha, Joaquim Fiuzza Ramos, Albino Zeny, Lauro Carneiro de Loyola; Romano Massignan, Osni de Medeiros Régis, Lenoir Vargas Ferreira e Osmar Dutra." Na eleição para o Senado foi eleito o ex-governador Celso Ramos, com 380.245 votos (57%) dos 667.117 votantes, sendo 113.072 (16,95%) de votos brancos e nulos. [506]

O MDB por outro lado, elegeu 11 candidatos como deputados estaduais: "Genir José Destri, Pedro Ivo Campos, Evilásio Nery Caon, Fausto Lobo da Silva Brasil, Nilo Bello, Manoel Dias, Evilásio Vieira, Ivo Luiz Knoll, Waldir Luiz Buzato, Carlos Büschele e Lourenço Antonio Brancher."[507]Para Deputado federal foram eleitos: "Lígia Doutel de Andrade (seu marido Doutel já havia sido cassado), Paulo Macarini e Eugênio Doin Vieira." Para o Senado "o MDB correu(sic) com dois candidatos, Brasílio Celestino de Oliveira (103.572 votos) e Cid Cesar Pedroso (81.228 votos)",[508] obtendo 15,53% e 12,18%, respectivamente, do total de votantes.

---

504 RIBEIRO, Telmo. As eleições Catarinenses de 1966. Revista Brasileira de Estudos Políticos, (23/24), p. 228. Apud. SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 348.
505 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 347.
506 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 348.
507 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 347.
508 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 348.

Esta era portanto, a composição da Assembléia Legislativa, na qual Ivo Silveira iria governar dali para a frente. Assim sendo, no dia 9 e março de 1967, Jorge Konder Bornhausen foi eleito Vice-Governador de Santa Catarina por parte desta Assembléia eleita em 1966:

> Jorge Konder Bornhausen foi eleito vice-governador, pela Assembléia Legislativa, recebendo 32 votos favoráveis, um contra do deputado Antonio Pichetti e uma abstenção do presidente Lecian Slowinski. A bancada do MDB retirou-se do plenário, comunicando o seu líder, deputado Evilásio Caon, que o partido se negava a participar da votação. Fernando Bastos votou a favor, declarando as razões de seu gesto.
> O Novo Vice-Governador prestou compromisso e tomou posse diante do poder Legislativo no dia 10 de março de 1967. [509]

7.2.2. A Gestão de Ivo Silveira na nova conformação partidária: garantia de continuidade com o PLAMEG II

O governo de Ivo Silveira, com a nova composição da Assembléia Legislativa, deu continuidade ao projeto de desenvolvimento de Celso Ramos nas mesmas bases, com o PLAMEG II.

> (...) Ivo Silveira afirma que quase não enfrentou dificuldades em sua administração e lembra que adotou como slogan a expressão Paz e prosperidade por entender que "na desordem e no desentendimento ninguém produz". Eleito em 1965 para o qüinqüênio 1966-1971, manteve um bom relacionamento com os poderes central, legislativo e municipais. Entre o Executivo e o Legislativo, o clima era dos melhores. Afinal atuara durante 14 anos no legislativo estadual e além disso havia sido eleito por uma coligação de cinco partidos sendo que seu vice, Francisco Dall'Igna, pertencia as fileiras do PTB.
> Parte da tranqüilidade desfrutada deve-se, recorda, ao fato de ter concluído todas as obras iniciadas por Celso Ramos de cujo programa, o lendário Plameg (Plano de Metas do Governo), fora defensor enquanto deputado. Como Colombo Salles adotou a mesma postura na administração seguinte, Silveira assegura que a partir de Celso até o final do governo Salles, em 1975, administrativamente, Santa Catarina "teve 15 anos de continuidade sem continuismo"[510]

Assim sendo, o governo de Ivo Silveira representou a continuidade dos interesses das forças componentes do governo anterior, mantendo parte da estrutura do estado, e assegurando em Santa Catarina as condições para o desenvolvimento e manutenção dos governos militares, durante a sua gestão:

> Recorda ter trabalhado com nove secretarias. Manteve quatro secretários da gestão Celso Ramos incluindo Annes Gualberto, que respondia pela pasta do plameg(sic). Com a morte de Gualberto essa secretaria foi entregue a Colombo Salles.
> Limitou-se a criar apenas a Secretaria Especial da Casa Civil originada da Casa Civil. Também decidiu manter a Secretaria dos Negócios do Oeste implantadas na administração anterior.
> (...) O diálogo com o Governo Central, lembra o ex-governador, era dos melhores: "nosso Estado não apresentava luta de classe (sic) e vinha progredindo. Enquanto governei Santa Catarina, o Brasil foi presidido por Castelo Branco, Costa e Silva, a Junta Militar e o Médici."

---

[509] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 351.
[510] DIÁRIO CATARINENSE. *Ivo Silveira: "Na desordem, niguém produz"*. Op. cit. p. 90, 1 c.

> Numa comprovação de que as relações eram boas de fato, o mandato de Silveira, que deveria terminar em 31 de janeiro, só acabou mesmo em 31 de março de 1971. [511]

Do ponto de vista da sua gestão, foi responsável pela construção da (atual) sede de Assembléia Legislativa de Santa Catarina, pois, a sede anterior fora destruída por um incêndio, e as sessões eram realizadas bem ao estilo da conjuntura à época:

> em 1956, um incêndio destruiu o prédio da Assembléia Legislativa. Ela estava instalada onde hoje é a Telesc, na praça Pereira Oliveira, no centro da capital. Ivo Silveira estava em seu segundo mandato como deputado estadual pelo PSD. Emergencialmente, as sessões, diárias, passaram a ser realizadas numa ala do quartel da Polícia Militar, na Avenida Rio Branco, mas a improvisação continuavaaté 1965, quando ele assumiu o governo estadual e decidiu iniciar as obras do novo prédio.
> "Botei a primeira pedra e abri a porta do prédio para inaugurá-lo", vangloria-se, lembrando que também iniciou as obras do Tribunal de Justiça, na mesma Praça Tancredo Neves [hoje], onde se encontra a Assembléia. [512]

Foi durante o governo de Ivo Silveira que se realizou a licitação e o início da construção da segunda ponte que liga a ilha ao continente, na capital, e que leva o nome do seu sucessor, Colombo Salles:

> É o início das obras da ponte Colombo Salles que ele relata emocionado: "Recebi um informe do então Ministro do exterior, Magalhães Pinto, dizendo-se preocupado com o fato de que a única ponte de Florianópolis, a Hercílio Luz, era, no seu estilo, uma das três existentes no mundo. De todas, informava o Ministro, uma havia sido interditada e outra havia caído. Ele temia que pudesse estar havendo fadiga de material na nossa ligação. Eu não podia publicar isto na imprensa porque iria alarmar a população e decidi dar início à construção de uma segunda ponte, que na verdade eram duas."
> Para comprovar a afirmação, o ex-governador mostra uma das duas faturas pagas por empréstimo de 10 milhões de dólares dos quais recebeu a metade. O dinheiro foi destinado ao pagamento da empreiteira que deixou atuando no canteiro de obras quando saiu do governo. A obra estava orçada, em valores da época, em 57 milhões de cruzeiros. Ele prefere não comentar o motivo pelo qual a segunda ligação entre a Ilha e o Continente acabou sendo batizada com o nome de Colombo Salles. Salles, que substituiu Silveira no governo, era secretário do Plameg, a pasta que publicou o edital para a construção da ponte. [513]

Com relação ao setor agrícola, procurou solucionar o problema dos agricultores incentivando o cooperativismo e a construção de armazéns para estocagem dos produtos, bem como linhas especiais de crédito: "Era o ano de 1965 e os agricultores perdiam muito dinheiro por não ter armazéns para estocar sua produção vendendo-a na oportunidade certa. Para solucionar o problema, Ivo Silveira determinou à Secretaria do Plameg que abrisse uma linha de crédito especial, com juros baixos e prazos longos, para financiar cooperativas agropecuárias que quisessem construir seus armazéns".[514]

---

511 DIÁRIO CATARINENSE. *Ivo Silveira: "Na desordem, niguém produz"*. Op. cit. p. 90, 1 c.
512 DIÁRIO CATARINENSE. *Ivo Silveira: Deu início às obras da segunda ponte*. Op. cit. p. 92, 1 c.
513 DIÁRIO CATARINENSE. *Ivo Silveira: Deu início às obras da segunda ponte*. Op. cit. p. 92, 1 c.
514 DIÁRIO CATARINENSE. *Ivo Silveira: Estado cresceu e serviu de exemplo para o país*. Op. cit. p. 92, 2 c.

A Secretaria da Agricultura teve um papel estratégico para o governo de Ivo Silveira, destacando-se com níveis de produção agropecuária ultrapassando a média nacional: "Entre 1965 e 1969 a agricultura catarinense que havia sido entregue ao comando do secretário Glauco Olinger, cresceu 19%. A média do crescimento brasileiro do setor era de 6%, sendo de 4,40% na América Latina. Em 1969, enquanto o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) nacional era de 9%, e o da América Latina 6,40%, o de Santa Catarina estava em 16,90%".[515]

Outro setor de destaqe foi o de eletrificação, ampliando a rede de distribuição e o número de localidades servidas de energia elétrica, bem como garantindo à CELESC uma sede própria:

> o número de localidades que podiam contar com eletricidade havia passado de 134 em 1966 para 715 em 1968. Graças à reforma que empreendeu na rede de distribuição de energia e o aumento das linhas alimentadoras, fez subir de 18.302 para 25.807 o número de consumidores, o que resultou um aumento de demanda da ordem de 60% entre 1965 e 1969.
> A expansão levou luz a pontos de Florianópolis como Rio Tavares, Campeche, Morro das Pedras, Armação, Pântano do Sul, Tapera, Canto da Lagoa, Vargem Pequena, Ponta das Canas, Lagoinha, Rio Vermelho e Ingleses, entre vários outros.
> Além disso, o Estado possuía 47 cooperativas de eletrificação rural com 16.423 associados, sendo que o país todo contava com 117 cooperativas e 10.580 associados. Durante a gestão de Silveira, foi construída a última usina hidrelétrica do estado, e de Campos Novos. De lá para cá nenhuma outra obra destinada à geração de eletricidade foi inaugurada.[516]

Sua gestão também foi responsável pela ampliação do abastecimento de água na Capital com "a construção da segunda adutora de Pilões e a extensão da rede de abastecimento de água até a Barra da Lagoa, Canasvieiras e Ribeirão da Ilha..."[517]

Para o setor educacional também deixou sua marca registrada: "Mas ele também implantou o Plano Estadual de Educação, pioneiro no Brasil e que resultou na construção de 3.500 salas de aula. Inaugurou cerca de 100 escolas, o mesmo número de prédios de ensino que Blumenau conquistara ao longo de toda a sua história. Num período em que a inflação não ultrapassava 30% ao ano, aumentou, no quatriênio, o salário das professoras normalistas em 482% e o dos estatísticos em 783%".[518]

No setor de telecomunicações criou a COTESC - Companhia de Telecomunicações de Santa Catarina, que mais tarde se transformou no que é hoje a TELESC, ampliando o número de usuários, somente em Florianópolis, de 2.200 para 3.300 o número de telefones existentes.[519] Além disso o seu

---

515 DIÁRIO CATARINENSE. *Ivo Silveira: Estado cresceu e serviu de exemplo para o país*. Op. cit. p. 92, 2 e 3 c.
516 DIÁRIO CATARINENSE. *Ivo Silveira: Estado cresceu e serviu de exemplo para o país*. Op. cit. p. 92, 4 a 6 c.
517 DIÁRIO CATARINENSE. *Ivo Silveira: Professores receberam aumento de 482%*. Op. cit. p. 92, 6 c.
518 DIÁRIO CATARINENSE. *Ivo Silveira: Professores receberam aumento de 482%*. Op. cit. p. 92, 6 c.
519 DIÁRIO CATARINENSE. *Ivo Silveira: Professores receberam aumento de 482%*. Op. cit. p. 92, 6 c.

governo foi o responsável por outras políticas que ampliaram a estrutura do estado e a construção de várias obras públicas:

> Implantou o Deatur, o primeiro órgão de turismo da Capital e ampliou o Hospital Nereu Ramos. Criou a Avenida Beira Mar Norte, o manicômio Judiciário, o Laboratório Central de Saúde Pública e deu à Celesc uma sede.
> Resultaram de seu governo ainda a Casa de Detenção, aprimeira delegacia de Polícia da Ilha (junto à penitenciária) e a do Estreito, bem como o prédio da Imprensa Oficial, o da Escola de Polícia, o Centro Hemoterápico e o asfaltamento da avenida Rubens de Arruda Ramos. Fundou a Caixa Econômica Estadual, mais tarde extinta. [520]

Essas foram as principais realizações do governo de Ivo Silveira, e estavam no marco do PLAMEG II. Sobre o período de seu governo, Ivo Silveira faz uma análise política daqueles tempos em relação as bases partidárias e a ética na política, percebendo as transformações acontecidas, dizendo que

> "Se antes importava a vida da pessoa e o programa do partido, hoje tudo é produção.
> "No nosso tempo era uma luta braba de poeira nas estradas e de palanque. E não se precisava adiar decisões alegando que iríamos consultar nossa base como fazem hoje. Já sabíamos o que ela pensava porque estávamos sempre em contato com ela e com o programa do partido. Eu, por exemplo, mesmo como presidente da Assembléia continuei morando em Palhoça, atendendo os eleitores, aprendendo com eles, sabendo o que eles estavam precisando. Só me mudei para Florianópolis porque a condição de governador assim exigia.
> "Havia mais ética. Não tinha o desrespeito de hoje. Se você estava na oposição, ficava nela. E era uma oposição construtiva. Predominava o interesse de Santa Catarina. Quando eu fui lançado para governador, meus colegas de Assembléia decidiram contribuir cada um com 100 cruzeiros por mês. Eu recebia do tesoureiro e passava um recibinho. Além disso, minhas contas foram totalmente aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado.
> "O político era mais ou menos o mensageiro das coisas. Ia para o interior e levava as notícias da cidade, do governo." [521]

Assim, temos o final de um governo que foi eleito diretamente pelo voto popular em 3 de outubro de 1965, que marcou o fim de um período de lideranças partidárias, populares e/ou populistas, mas que deixaram marcas num período de grande efervescência democrática com o fim do Estado Novo em 1945 e, após 1947, com a eleição de Aderbal Ramos da Silva. Os acontecimentos políticos pós 64, com o golpe de Estado, levaram a substituição dos grandes embates políticos das urnas, pelas "negociatas" nos meandros do poder político no Brasil e em Santa Catarina: "De um lado, vive-se o final de uma época de lideranças partidárias, populares e semi-burguesas, aberta com Aderbal Ramos da Silva, em 1947; do outro, a implantação, por substituição, de um outro poder, fora das urnas, aqui em Santa Catarina, entregue no mandato seguinte ao Sr. Colombo Machado Salles, secretário de Planejamento de Ivo Silveira, mas, nem de longe, correligionário ou admirador da administração política ou civil".[522]

---

[520] DIÁRIO CATARINENSE. *Ivo Silveira: Professores receberam aumento de 482%.* Op. cit. p. 92, 6 c.
[521] DIÁRIO CATARINENSE. *Ivo Silveira: No passado, havia mais ética.* Op. cit. p. 91, 1 c.
[522] SACHET, Celestino. O Político e o Civil. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 89, 2 e 3 c.

7.3.. COLOMBO MACHADO SALLES: O TECNOBUROCRATA NECESSÁRIO - (1971 - 1975)

O governador que viria a substituir Ivo Silveira era indicado pelo regime, eleito indiretamente via Assembléia Legislativa, e a posse estava marcada para o dia 15 de novembro de 1971. O objetivo estratégico do governo militar ao indicar um homem com perfil burocrata ao governo era o de não expor, naquele momento, o predomínio das oligarquias ligadas ao ex-PSD e a ex-UDN dentro do governo e do novo partido, a ARENA.

Entretanto, em 1970 foram realizadas eleições para o Senado, Câmara Federal e Assembléias Legislativas. Nestas eleições foram introduzidas novas regras com a redução no número de cadeiras para a Câmara Federal. A indicação para o cargo de Governador recaiu sobre o lagunense Colombo Machado Salles.

Colombo Machado Salles nasceu na cidade de Laguna no dia 20 de maio de 1926, sendo e é filho de Calistrato Müller Salles e Bertha Machado Salles, sendo o quarto filho do casal. Colombo Salles também não era originário de família tradicional de Santa Catarina e sua carreira política se desenvolveu pelos meandros da burocracia estatal. Após completar seus estudos primário e secundário em Laguna, formou-se Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Paraná, em 1949.

> A mãe de Colombo Salles, Bertha Machado Salles, descendia de uma família de posses, mas o pai, Calistrato Müller Salles, sempre considerou que o dinheiro era dela e fazia questão de "não misturar as coisas". Essa postura do pai acabou sendo uma sorte na vida do filho Colombo, que cedo precisou assumir responsabilidades. Ele tinha 17 anos quando o pai morreu: "Evidentemente, naquela época a morte do chefe de família significava uma guinada de 180 graus".
> O ex-governador e seu irmão Júlio estudavam engenharia na Universidade Federal do Paraná e precisaram trabalhar. Não ganhavam muito e, apesar do auxílio que recebiam da mãe, tinham o suficiente apenas para pagar a pensão onde moravam e a faculdade. O dinheir que sobravapermitia uma entrada de cinema e era isso que faziam. "Então, eu não tinha outra distração a não ser estudar, e o estudo passou a ser uma distração egoísta, porque é individual".[523]

Em 1951 prestou concurso para o Ministério da Viação e Obras Públicas, sendo lotado no Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais. Neste mesmo ano foi nomeado Superintendente da Administração do Porto de Laguna, permanecendo até 1960. Em 1960 foi nomeado Chefe do 18° Distrito de Portos e Vias Navegáveis, permanecendo nesta função até 1964. Neste ínterim, em 1962, transferiu-se

---

523 DIÁRIO CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: Romântico, emotivo e religioso*. Op. cit. p. 93, 2 e 3 c.

para o Rio de Janeiro para ocupar o cargo de representante do Ministério da Viação e Obras Públicas no Conselho do Trabalho Marítimo e, em 1963 foi nomeado Chefe de Gabinete da administração do Porto do Rio de Janeiro. Com o Golpe Militar de 31 de março de 1964 mudou-se para Brasília, onde ocupou o cargo de Secretário de Governo do Distrito Federal do então nomeado Prefeito Plínio Castanhede:

> Conheci Colombo Machado Salles em Brasília, onde eu vivia desde 1959 e para onde ele veio com a assim chamada Revolução de 1964.
> A quartelada de 1964 levou para Brasília, junto com muita gente ruim, um administrador público excepcionalmente bom, além de ser de uma dignidade e honradez modelares, Plínio Castanhede, que foi nomeado Prefeito do Distrito Federal. E este levou Colombo Machado Salles como seu secretário de Governo. Eu já era diretor do Departamento de Turismo e Recreação desde a presidência de João Goulart.
> Havia tudo para que eu não gostasse dos arrivistas. Mas gostei de uns poucos deles. Tornei-me admirador e colaborador do novo prefeito e liguei-me por uma simpatia relâmpago - que creio mútua - a Colombo M. Salles. [524]

Em Brasília, Colombo Salles permaneceu até 1969 e ocupou vários cargos no governo do Distrito Federal: Secretário de Serviços Sociais; Secretário da Educação e Cultura e de Finanças do Distrito Federal (1966-67); Presidente da Fundação Cultural do Distrito Federal (1966-67). No Governo Federal, foi Chefe da Assessoria de Planejamento e Orçamento do Ministério dos Transportes (1968-69); Presidente do Conselho da Cia Brasileira de Dragagem (1969-70); Presidente do Conselho de Administração dos Terminais Salineiros do Nordeste S/A (1969-70); e Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (1969-70). [525] Ainda na Capital Federal pertenceu como Membro do Conselho de Representantes da NOVACAP - Cia de Melhoramentos da Nova Capital; Presidente da Fundação Educacional; Professor de Engenharia da UnB - Universidade de Brasília e da Faculdade de Engenharia da Universidade de Goiás. Retorna para Santa Catarina e assume o cargo de Secretário Executivo do II PLAMEG na gestão de Ivo Silveira.

> Quando em 1969, ele veio para Florianópolis, como secretário do Plameg, trouxe-me. Meses depois, no dia 25 de abril de 1970, foi indicado para Governador do Estado.
> Governar nem sempre é governar. Mas das vezes é um feérico esconder a coleira, que os efetivos e ocultos mandantes afrouxam ou apertam conforme o comportamento do governante aparente. O período governamental de Colombo Machado Salles, 1971 a 1975, decorreu sob o talante de uma ditadura inclemente, cujo único aspecto positivo - mas passageiro - foi de manietar os donos das coleiras políticas que, até então, esganavam a vida pública de Santa Catarina, permitindo ao novo Governador agir segundo seus planos próprios.
> Felizmente, hoje, poucos sabem o que seja trabalhar, divertir-se, viver, enfim, constantemente espionado por alcagüetes determinadores do patriotismo, da probidade pública e da moralidade particular de todos os outros. É o aspecto, ao mesmo tempo, mais cruel e mais nojento das ditaduras. A de Médici também foi assim.

---

[524] QUEIROZ, Júlio de. Obras, a grande credencial. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 94, 2 c.
[525] PIAZZA, W. (1985). Op. cit. p. 505.

> Em tais épocas, vêm à tona, pousam nos altos cargos públicos os espécimens os mais mesquinhos da espécie humana. O período Médici também não foi exceção e essa regra. [526]

Durante operíodo de governo de Colombo Salles, o Brasil passou por um período muito difícil da sua história: o governo Médici. A repressão aos movimentos de esquerda foi muito intensa com prisões, torturas e mortes, e não era fácil governar com rédeas curtas, politicamente: "A consciência caminha conosco durante o dia e fica vigilante à noite. Não existe aquela pessoa que, chega em casa e desliga. Quem desliga é porque não liga", diz Colombo Salles, sobrea responsabilidade de, por quatro anos, ter administrado o estado. "A responsabilidade é permanente, 24 horas por dia. Não existe um instante qualquer durante um período de governo em que a gente possa se ausentar dela".[527]

Colombo Machado Salles foi o primeiro governador de Santa Catarina a ser nomeado pelo Regime Militar, e a escolha do candidato era feita a partir da direção nacional da ARENA e do Presidente da República, neste caso, o General Emílio Garrastazú Médici. O nome escolhido deveria ser "submetido à aprovação" da Assembléia Legislativa do Estado. Entretanto, Colombo Salles não mantinha relação orgânica com o partido, e foi escolhido a partir de uma estratégia tecnoburocrática do governo militar.

> Naquela época, o processo de eleição para governador era indireto e a escolha se processava entre a direção nacional do partido, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o presidente da República. "Eu tinha uma vida independente de filiação partidária. Mesmo no período estudantil eu nunca tive participação política, ficando mais ligado aos meus estudos. Me filiei à Arena, pouco tempo antes de ser indicado para o governo. Mas acredito que a escolha foi conseqüência do meu trabalho no Rio de Janeiro e em Brasília", afirma.[528]
> (...) Segundo o ex-governador, o Governo Federal teve por Santa Catarina uma atenção especial porque ele provinha desse governo: "Eu morei cinco anos em Brasília e tinha uma convivência muito boa com todos os titulares dos ministérios e as instituições financeiras", admite. Por conseqüência, o Estado viveu um período em que recebeu muitos recursos: "Não deram tudo que prometeram, ressalva, mas corresponderam em boa parte à expectativa", completa. [529]

Para poder dar encaminhamento ao seu governo, Colombo Salles conseguiu ter uma boa relação com os Deputados estaduais, eleitos em 1970, que "minimizaram" os problemas para aprovação dos projetos do Executivo que tramitavam pelo Legislativo:

> As lembranças que tem dos quatro anos de governo não o remetem a nenhum problema administrativo. E sobre dificuldades que porventura tenha tido na administração, declara: "Vou falar o que eu estou pensando, fica mais autêntico. Eu não tenho registro de qualquer dificuldade durante este período de quatro anos na administração de Santa Catarina".
> Sobre o relacionamento com a Assembléia Legislativa, afirma que sempre houve um entendimento cordial, soberano. "Nenhum recurso meu precisou ser baseado na Constituição para a aprovação dentro do prazo", diz. Naquele tempo, explica, um projeto era remetido à

---

526 QUEIROZ, J. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 94, 2 e 3 c.
527 DIÁRIO CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: As águas cobriram muitas cidades*. Op. cit. p. 94, 4 c.
528 DIÁRIO CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: Eleito logo após se filiar à Arena*. Op. cit. p. 94, 1 c.
529 DIÁRIO CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: As águas cobriram muitas cidades*. Op. cit. p. 94, 4 c.

> Assembléia Legislativa e, junto com ele, se fazia referência a um dispositivo constitucional para a aprovação em 30 dias. "Eu nunca tive necessidade de fazer isto. O ambiente era tão cordial que, todas as quartas-feiras, eu despachava na Assembléia e atendia deputados e os prefeitos que eram por eles acompanhados. eu tinha muito respeito porque eles haviam sido eleitos pela vontade do povo e eu não", confessa. [530]

O Tribunal Superior Eleitoral havia marcado as eleições Parlamentares para o dia 15 de novembro de 1970, com modificações na legislação eleitoral quanto ao número de representantes na Câmara Federal, reduzindo-o de 409 para 310 deputados "passando-se a calcular a representação de cada estado sobre o total de eleitores alistados e não mais sobre as populações. Assim em decorrência das desigualdades regionais já existentes, vários estados tiveram suas bancadas reduzidas, com prejuízos mais acentuados para o norte e nordeste do país." [531] O clima em Santa Catarina visando as eleições despertava certa apreensão, uma certa tranqüilidade disfarçada, com os acontecimentos ocorridos no plano federal, com a repressão arrefecida no governo militar de exceção do General-Presidente Garrastazú Médici. Assim sendo

> A dominação política do situacionismo em Santa Catarina era tão acentuada que mesmo dentro da própria ARENA (presidida pelo ex-pessedista Renato Ramos da Silva) não havia maior movimentação até o início do mês de novembro, quando no dia 15 se consumaria o ato eleitoral. A não ser a publicação de fotos dos candidatos nos jornais, nada mais denunciava o pleito. O jornalista Marcílio Medeiros Filho anotava na sua coluna diária de "O Estado" (edição de 6/11), "Trivial Variado": "A Campanha eleitoral prossegue calma em todo o Estado, sem nada de normal ou anormal que forneça ao noticiário político elementos para digressão menos especulativas sobre o pleito que se realizará daqui a menos de dez dias" e finaliza; "De qualquer forma, pelo que se observa não haverá surpresa na eleição do dia 15. Apenas a confirmação das previsões já conhecidas de todos." [532]

A campanha eleitoral foi realizada num clima de "harmonia e tranqüilidade":

> O presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Norberto de Miranda Ramos declarava ao "O Estado" (10/11), que até o momento não recebera nenhuma informação de irregularidade da campanha eleitoral, acrescentando que o movimento político dos candidatos transcorria em clima de maior harmonia em todo o estado. (...) A grande preocupação dos candidatos situacionistas eram os votos em branco e os que poderiam ser anulados. [533]

Transcorrida a eleição, as expectativas se consolidaram com a maioria governista ocupando grande parte das cadeiras no Parlamento. Em Santa Catarina o total de votos válidos somava 906.020; destes a ARENA fez 54,5% contra 22,4% do MDB para a Câmara Federal. Os votos brancos e nulos tiveram um índice elevado, de 23,1%. [534]

---

530 DIÁRIO CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: Eleito logo após se filiar à Arena.* Op. cit. p. 94, 1 c.
531 SILVEIRA LENZI, C. . Op. cit. p. 352.
532 SILVEIRA LENZI. C. Op. cit. p. 353.
533 SILVEIRA LENZI, C.. Op. cit. p. 353-54.
534 Cf. dados do TRE/SC, Apud. CARREIRÃO, Op. cit. p. 115.

A ARENA elegeu nove deputados Federais: "Francisco Grillo, o mais votado, com 62.544 sufrágios, Adhemar Ghisi, Vilmar Dalanhol, Dib Cherem, Albino Zeni, Pedro Paulo Colin, Aroldo Carvalho, João Linhares e Abel Ávila dos Santos."[535]

Para a Assembléia Legislativa de Santa Catarina foram eleitos 26 deputados:

> Angelino Rosa, Nelson Pedrini, Celso Ramos Filho, Fernando Bastos, Fioravante Massolini, Epitácio Bittencourt, Antonio Heil, João Custódio da Luz, Aldo Pereira de Andrade, Homero de Miranda Gomes, Henrique Córdova, João Bertoli, Afonso Ghizzo, Zany Gonzaga, Aristides Bolan, Milton Carlos de Oliveira, Evaldo Amaral, Adhemar Garcia Filho, Sadi Marinho, Elydio Lunardi, Benedito Terézio de Carlhova (sic) Neto, Octacílio Pedro Ramos, Wilmar Ortigari, Ralf Knaesel, Walter Vicente Gomes e Telmo Ramos Arruda.[536]

Por outro lado, o MDB, presidido por Pedro Ivo Campos, elegeu somente 4 candidatos para a Câmara Federal: "Francisco Libardoni, Jaison Barreto, Pedro Ivo Campos e Laerte Ramos Vieira". Para a Assembléia Legislativa estadual foram eleitos 11 deputados: "Antonio Menezes Lima, Dejandir Dalpasquale, Waldir Buzato, Delfim de Pádua Peixoto Filho, Juarez Furtado, Carlos Büchele, Nelson Tofano, Murilo Sampaio Canto, Manoel Gonçalves, Ivan José Rodrigues e Fausto Brasil".[537]

Assim sendo, essa foi a composição, predominantemente arenista, que acabou respaldando o nome de Colombo Machado Salles, Governador eleito de forma indireta. A sua indicação foi feita de forma autocrática pelas forças do governo militar, pois foi um momento conturbado da vida nacional com a grande repressão desencadeada por Médici. As oligarquias, por outro lado, não se dispuseram a colocar em evidência suas relações com o governo militar e nomearam um "burocrata de plantão" para assumir o governo e fazer a transição do período de exceção. Entretanto, o "discurso estratégico" era uma tentativa de "consolidação da ruptura" com as principais lideranças do ex-PSD e ex-UDN, ligadas ao poder oligárquico.

Colombo Salles representou a tentativa mais significativa de ruptura com o poder oligárquico em todo o período estudado, a partir da cúpula do poder do Estado. A tentativa de Jorge Lacerda, no decorrer de sua gestão, foi abortada precocemente com sua morte. Ivo Silveira fazia parte do esquema pessedista de aderbal Ramos; não foi, portanto, independente das oligarquias dominantes. Os demais governadores do período são membros centrais das oligarquias: Nereu Ramos, até 1946; Aderbal Ramos da Silva; Irineu Bornhausen; Celso Ramos; Antônio Carlos Konder Reis e Jorge K. Bornhausen.

---

535 SILVEIRA LENZI. C. Op. cit. p. 354.
536 SILVEIRA LENZI. C. Op. cit. p. 354.
537 SILVEIRA LENZI. C. Op. cit. p. 354.

Assim sendo, a transição burocrática afastou as principais lideranças partidárias dos postos chaves do estado, ligados ao pessedismo, e trouxe a tona políticos ligados aos ex-udenistas, como Antônio Carlos Konder Reis e Jorge Konder Bornhausen, que passam a assumir a liderança política no estado e no partido, a ARENA.

7.3.1. A gestão de Colombo Salles: continuidade dos planos anteriores com o Projeto Catarinense de Desenvolvimento - PCD

Para viabilizar sua gestão, e no embalo do PLAMEG II onde ocupou o cargo de Secretário Executivo, Colombo Salles utilizou-se do Projeto Catarinense de Desenvolvimento - PCD. Este Projeto previa investimentos estipulados também a partir de metas setoriais visando a "modernização" da estrutura estatal, priorizando as áreas de telecomunicações, energia, saneamento básico, transportes, bem como o financiamento do setor produtivo do estado, a partir da maturação do sistema financeiro catarinense. Para viabilizar o PCD foram considerados:

> os recursos do Tesouro, os financiamentos captados pelo Estado e os repasses obtidos para os empreendimentos na área econômica e na infra-estrutura, somados aos recursos próprios das empresas, um investimento global da ordem de Cr$ 4,2 bilhões (valores históricos). A ação superou a intenção: no quadriênio decorrido, as decisões de investimento na indústria e na agropecuária catarinense, com apoio do sistema financeiro local e nacional, bem como os investimentos públicos na modernização da infra-estrutura material do Estado - telecomunicações, energia, saneamento básico, e transportes - alcançaram cifras que ultrapassaram a casa dos Cr$ 5,3 bilhões, evidenciando a viabilidade do Projeto com a quase totalidade das metas setoriais cumpridas ou mesmo ultrapassadas. [538]

A estratégia adotada pelo governo para viabilizar o PCD, o qual mais tarde se transformou em Ação Catarinense de Desenvolvimento, foi priorizar os pólos regionais de desenvolvimento e suas microrregiões, uma vez que, a política estava

> (...) voltada à dinamização dos centros urbanos já relativamente desenvolvidos, que concentrassem parcelas de renda que permitissem um reimpulsionamento econômico com repercussões sociais. As ações do Projeto alcançaram a totalidade do Estado, mas partiriam, na sua difusão, dos centros polarizantes microrregionais. Foram eleitos 29 desses centros, além das quatro estâncias balneárias. O Contingente humano imediatamente atingido seria equivalente a 62% da população do Estado num total de 1 milhão 820 mil pessoas.[539]

---

[538] DIÁRIO CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: SC passou a falar com o mundo.* Op. cit. p. 95, 1 c.
[539] DIÁRIO CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: Economia se expandiu em altos índices.* Op. cit. p. 95, 2 c.

Os resultados da execução do Projeto tiveram um impacto bastante positivo refletindo a vinculação estrutural do estado com o processo de produção material, ou seja com o setor produtivo:

Desta forma, a intervenção do estado no processo de modernização da infra-estrutura necessária ao Projeto Catarinense de Desenvolvimento impactou positivamente em vários setores selecionados pelo Projeto: financeiro, telecomunicações, energia elétrica, transportes, saneamento, saúde e educação, aliados aos investimentos e incentivos às indústrias, o que permitiu ao estado investir no parque industrial, principalmente nas regiões do Vale do Itajaí e Joinville e no Meio Oeste com a agroindústria.

Por outro lado, houve a ampliação da estrutura estatal para gerir as políticas industriais, sendo criada a Secretaria da Indústria e Comércio e, para financiar o setor, o Banco de Desenvolvimento do estado de Santa Catarina - BADESC. Com a criação do BADESC, passou a atuar um novo agente financeiro de Caráter estadual, com finalidades semelhantes ao desempenhado pelo BRDE (criado em 1961).

1. O **Setor Financeiro** controlado pelo estado:

> O sistema financeiro sob o controle do Estado alcançou marcas excepcionais de desempenho, tendo o Banco do Estado de Santa Catarina aumentado seu capital em 420% - o crescimento dos depósitos do Banco foi de 280% e as aplicações tiveram um aumento de 530%; o número de agências do BESC foi elevado de 42, em 1970, para 53, em 1974, e mais 10 foram previstas para 1975; o grupo financeiro liderado pelo BESC aumentou seu capital e reservas em 600% e as aplicações em 567% no quadriênio; a Caixa Econômica Estadual elevou seus depósitos de Cr$ 4 milhões em 1970, para Cr$ 41 milhões em 1974; as operações da agência do BRDE na indústria, em 1974, superaram em 309% os valores de 1970; no setor rural, o aumento foi de 435%.
> O Fundesc foi a mola propulsora do desenvolvimento da indústria catarinense: nos quatro anos, concedeu 416 financiamentos para ampliação de indústrias e aprovou 63 projetos para instalação de novas fábricas, com utilização dos incentivos fiscais do ICM; os investimentos totais resultantes dessas operações, compreendendo os recursos repassados pelo BRDE e pelo BESC, mais os recursos próprios das empresas, elevaram-se, em valores da época, a Cr$ 2 bilhões e 800 milhões, contra Cr$ 1 bilhão e 100 milhões previstos no Projeto Catarinense de Desenvolvimento. Esse volume de recursos refletiu na arrecadação do ICM que foi triplicado nos quatro anos, e proporcionou a criação de mais de 120 mil novas oportunidades de trabalho.[540]

2. **Setor de telecomunicações:** "(...) a instalação de 85 mil novos telefones, até 1975, contra os 18 mil existentes em 1970; instalação de 135 centrais automáticas e de 56 postos de serviço, com atendimento a 199 localidades (investimentos somente nas obras telefônicas da Capital tiveram um custo superior ao da Ponte Colombo Salles) ".[541]

---

[540] DIÁRIO CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: Economia se expandiu em altos índices*. Op. cit. p. 95, 2 e 3 c.

[541] DIÁRIO CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: Infra-estrutura recebeu investimentos*. Op. cit. p. 96, 1 c.

3. **Setor de energia elétrica**: pode ser considerado um dos principais indicadores do crescimento econômico, medido pelo consumo de energia elétrica. Neste sentido

> houve um aumento de 135% no consumo global de energia, nos quatro anos; aumento do consumo de energia industrial, de 23% ao ano, em média, no período; 93% do território catarinense foi atendido pela Celesc, mais 95 mil novos consumidores foram atendidos; suprimento de energia assegurado até o ano de 1982, para uma demanda de 16 milhões de quilowatts/hora; construção de 750 quilômetros de linhas de transmissão; construção do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Técnico do pessoal de operações da Celesc, com 4 mil metros quadrados de área.[542]

4. **Setor de saneamento**: houve a ampliação da estrutura estatal com a criação da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, condição objetiva para Santa Catarina ingressar no Plano Nacional de Saneamento:

> em 1970, apenas 12 cidades dispunham de serviços de abastecimento de água a cargo do Estado e somente 34 contavam com serviços próprios; em 1971, o Governo criou a Casan e o Fundo de Água e Saneamento, e o Estado passou a integrar o Plano Nacional de Saneamento; o problema da água foi equacionado para 119 cidades e 28 delas já dispunham de serviço de abastecimento concluído ou em vias de conclusão, o que exigiu, com as obras de melhoramento nas redes existentes em investimentos.[543]

5. **Setor de Transportes**: foram elaborados planos para a execução de obras rodoviárias prioritárias no estado, conseguindo-se estabelecer apenas 70% do que se havia programado:

> o primeiro ano de Governo foi praticamente dedicado à elaboração dos projetos necessários à execução das obras rodoviárias prioritárias; isso e mais as grandes dificuldades apresentadas pela topografia extremamente acidentada e pelas condições climáticas, em todo o Estado, exigiram maior tempo e volumosos recursos, o que impediu a realização total das obras programadas; entretanto, foi possível atingir 70% do programa: em obras de implantação, foram concluídos 606 quilômetros e estavam em construção 378 quilômetros; em obras de pavimentação, foram concluídos 276 quilômetros e se encontravam em execução 294 quilômetros; foram construídas 83 pontes e 38 estavam sendo terminadas, além da ligação Ilha-Continente. [544]

6. **Setor agrícola**: houve a expansão da agricultura e o estado tornou-se o quinto produtor de alimentos do país:

> A expansão da agricultura, no período, aproximou-se de uma média de 18%, sendo que em 1974 foi de 32%. Santa Catarina se tornou o quinto estado produtor de alimentos, posição conquistada graças aos esforços dos agricultores e pecuaristas e à assistência técnica e financeira prestada pelo Governo, à qual correspondeu concessão de crédito no montante de Cr$ 320 milhões e subsídios de Cr$ 14 milhões para pagamento de corretivos e fertilizantes, cujo consumo se elevou de 34 mil toneladas em 1970 para 400 mil toneladas em 1974; aumento de 22% na capacidade de armazenagem das cooperativas; aquisição de 13.500 reprodutores suínos e 3.400 reprodutores bovinos; aumento do desfrute do rebanho suíno, atingindo 60%, equivalente aos dos países mais avançados em suinocultura; abate de 40 milhões de aves em 1974, contra 5 milhões em 1970, o que acentuou o acelerado desenvolvimento da avicultura,

---

542 DIÁRIO CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: Infra-estrutura recebeu investimentos*. Op. cit. p. 96, 1 c.
543 DIÁRIO CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: Infra-estrutura recebeu investimentos*. Op. cit. p. 96, 1 c.
544 DIÁRIO CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: Infra-estrutura recebeu investimentos*. Op. cit. p. 96, 1 c.

estimulada pela instalação de novas indústrias de alimentos; conclusão do projeto para instalação da central de Abastecimento na Grande Florianópolis.[545]

7. **Setor da saúde**: houve a participação de recursos externos a partir do Banco Alemão de Reconstrução:

> A rede hospitalar foi ampliada em mais de 500 leitos e foi contratado com o Banco Alemão de Reconstrução financiamento de Cr$ 56 milhões para execução do Programa de Desenvolvimento Integrado de Saúde. O programa executado pelo governo, nos quatro anos, representou um avanço de 20 anos na modernização dos serviços de saúde pública.
> (...) 147 municípios estavam dotados de serviços oficiais. Vinte e quatro unidades sanitárias foram construídas e instalados e reequipados 32 laboratórios e 41 serviços odontológicos. Dezesseis ambulatórios de saúde mental implantados. Trinta e quatro milhões de unidades de medicamentos básicos para distribuição às unidades de saúde foram produzidos pelo Laboratório Central do DASP, que teve suas instalações ampliadas. Cinco milhões de vacinas de diferentes tipos foi o total atingido pela campanha de imunização da população. Novecentos profissionais de saúde receberam treinamento especializado e 413 foram formados em cursos de nível médio e auxiliar. [546]

8. **Setor de Assistência Social**: foram realizados diversas reformas e ampliação da estrutura do IPESC:

> o educandário 25 de novembro foi ampliado em 25 vagas; implantado o Centro Educacional para menores com problemas de conduta, em Biguaçú; construído o Centro de Recepção e Triagem para menores, na Capital; executado o plano preventivo da marginalização do menor; cooperação com os objetivos da Promenor, destinada à orientação profissional de menores; Capemi; modernização administrativa do Ipesc (Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina) e instalação de 14 agências nas microrregiões do Estado, além do credenciamento de 150 hospitais, para atendimento dos funcionários públicos associados; recuperação dos conjuntos habitacionais da cohab em diversas cidades. [547]

9. **Setor da Justiça**: para o Poder Judiciário foram realizadas várias construções de Fóruns pelo estado, ampliando e modernizando a sua estrutura:

> foi feita a conclusão do Palácio da Justiça, com 17.300 metros quadrados de área; construção dos Fóruns de Araranguá, Itajaí, Palhoça, São José, Indaial, Imaruí, Brusque e Blumenau, ficando em construção os das comarcas de Laguna, São Francisco do Sul e Braço do Norte; recuperação e reequipamento dos Fóruns de Chapecó, Porto União, Curitibanos, Ibirama e Ituporanga; conclusão da Penitenciária de Chapecó e melhoramentos na Colônia Penal de Florianópolis. [548]

10. **Setor de Segurança Pública e de defesa civil**: foi montado um verdadeiro "arsenal":

> foram construídos dois quartéis da Polícia Militar e instalados outros 12, além de três quartéis de Bombeiros, seis cadeias públicas, duas Delegacias Regionais e 11 Delegacias de Polícia construídas e 14 reformadas; ampliado o Hospital da Polícia Militar; modernizados os serviços do Detran; reorganizada a Polícia Científica. Foi construído o Estádio da Polícia Militar, em

---

[545] DIÁRIO CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: Economia se expandiu em altos índices*. Op. cit. p. 95, 4 e 5 c.

[546] DIÁRIO CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: Hospitais ganharam 500 leitos*. Op. cit. p. 96, 2 c. DIÁRIO

[547] CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: Hospitais ganharam 500 leitos*. Op. cit. p. 96, 2 e 3 c.

[548] DIÁRIO CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: Hospitais ganharam 500 leitos*. Op. cit. p. 96, 3 c.

> Florianópolis; 1.768 alunos frequentaram cursos na Escola de Polícia Civil; organizada a Coordenação da Defesa Civil, para operar na prevenção e defesa às calamidades públicas, destacando-se a atuação nas enchentes do Sul do Estado em março de 1974. [549]

11. **Setor educacional**: houve a expansão e a interiorização do ensino de 3° grau, com as Fundações Educacionais, regionalizando o ensino de nível superior, bem como construção de escolas e reformas dos prédios escolares:

> Nesses quatro anos, as matrículas universitárias cresceram 107% e o interior já tinha mais estudantes de nível superior que a Capital. Mais de 53 mil jovens estavam inscritos nos cursos de nível médio. Foram escolarizados 87,3% da população da faixa etária de 7 a 14 anos. De cada grupo de 100, 23 catarinenses freqüentavam a escola.
> Cinco mil setecentas e trinta e oito dependências escolares foram construídas, das quais 2.432 foram novas salas de aula, o que correspondeu à construção de praticamente duas salas por dia nos quatro anos, atingindo a quase totalidade dos municípios catarinenses. Foram construídas 581 prédios escolares e entregues seis ginásios e 74 quadras de esportes, em 80 municípios. Oitenta mil jovens receberam bolsas de estudo e 500 mil alunos foram atendidos pela merenda escolar. Vinte e sete mil professores realizaram cursos de aperfeiçoamento e 40 centros interescolares, 40 escolas integradas e 12 centros interescolares de 1° grau, constituíam o plano setorial de educação, em andamento até 1976, com recursos assegurados no valor de Cr$ 160 milhões. [550]

No final da gestão de Colombo Machado Salles, no dia 15 de novembro de 1974 realizaram-se eleições para o Senado, Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas estaduais. Estas eleições garantiram às oposições forças suficientes para inflamar ainda mais o processo de desestabilização do regime autoritário. Os resultados consolidaram-se nas eleições de 1978 e, em 1979, com o fim da bipolarização partidária. "Os resultados eleitorais conquistados pelo MDB em novembro de 1974 despertaram estudos e interpretações dos cientistas políticos, que viram no fenômeno o inchamento das oposições, a redenção democrática nacional - fato que iria se repetir mais intensamente no pleito de 1978."[551]

Diante das manifestações para que o Brasil retornasse ao processo democrático, com o esgotamento do "milagre econômico" (1968-1973), o regime militar se vê pressionado pela sociedade civil à estabelecer um processo de "abertura democrática". Esta abertura propiciaria às forças que apoiaram o regime legitimar-se politicamente, depois de anos de repressão. A partir de 1973, a insatisfação com o regime aumenta, e estava sendo canalisada para a oposição, demonstrando o grande fortalecimento do partido desta, o MDB. Em 1974, o MDB obteve importantíssimas vitórias nas principais regiões/estados.

---

[549] DIÁRIO CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: Hospitais ganharam 500 leitos.* Op. cit. p. 96, 3 c.
[550] DIÁRIO CATARINENSE. *Colombo Machado Salles: Matriculas na Universidade cresceram, no periodo, 107%.* Op. cit. p. 96, 4 c.
[551] SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 357.

Entretanto, para o cargo de Governador permanecia ainda a indicação a partir do poder central: "diante desse quadro, o regime autoritário lança mão de uma série de casuísmos eleitorais - Lei Falcão, 'pacote de abril', 'Senadores biônicos', etc... - tentando reverter ou atenuar as tendências. Estas porém, persistem, em 1976 e 1978, ameaçando a manutenção da supremacia governista nas eleições que viriam a seguir"[552]

Por outro lado, em Santa Catarina a sucessão do Governador Colombo Salles estava sendo articulada nos bastidores políticos, uma vez que a ARENA não podia contar com o apoio doGovernador, já que a chamada tecnoburocracia autoritária, à qual pertencia Colombo Salles, naquela altura do processo revolucionário, pretendia defenestrar os grupos tradicionais que se sucediam no poder estadual". Contraditoriamente, (...) "fazendo coro à política do governador Colombo Salles, o Deputado Henrique Córdova (federal) e o parlamentar Nelson Pedrini, combatiam as oligarquias estaduais, montadas nas famílias Ramos e Konder Bornhausen".[553] O jogo foi muito bem articulado, e o discurso serviu para afastar o Governador das lideranças partidárias, pois:

> A convivência obrigatória e interesseira das cúpulas do ex-udenismo e ex-pessedismo catarinense, possibilitou o didatismo político para as bases (prefeitos, vereadores, líderes, de regiões, chefes e cabos eleitorais), instalando-se uma ARENA sem lutas visíveis, sem gladiadores, leões ou touros, porque não havia intenção de disputa; muito pelo contrário, na ARENA amestravam-se a perspicácia e o jogo de paciência, montagem de sobrevivência dos grupos dominadores da política local. [554]

Entretanto, depois de muita discussão com o presidente estadual da ARENA, Jorge Konder Bornhausen, a escolha para suceder Colombo Salles recaiu sobre o Senador Antônio Carlos Konder Reis, escolhido pelo General-Presidente Ernesto Geisel e pelo General Golberi do Couto e Silva:

> Entretanto, a experiência política e a "mineirice" das "velhas raposas" do ex-PSD e da ex-UDN, trabalhavam em silêncio junto aos gabinetes do Palácio da Alvorada em Brasília, e, mais uma vez, impuseram a sua vontade. Antônio Carlos foi indicado pelo presidente Ernesto Geisel para tomar posse no governo de Santa Catarina a 15 de março de 1975. A indicação, diga-se a bem da verdade - segundo os periódicos da época -, foi fruto do elevado conceito e admiração que o presidente da República nutria pelo trabalho que o político catarinense desenvolveu no Senado Federal.[555]

Assim sendo, Antônio C.K. Reis foi eleito no dia 3 de outubro de 1974 pela a Assembléia Legislativa dos deputados estaduais eleitos em 1970, na qual a ARENA possuía maioria. Como se observa,

---

552 CARREIRÃO, Y. Op. cit. p. 89.
553 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 360.
554 SILVEIRA LENZI. C. Op. cit. p. 357.
555 SILVEIRA LENZI. C. Op. cit. p. 360.

o "indicado-eleito" foi escolhido antes mesmo do pleito de 15 de novembro de 1974 e assumiu no dia 15 de março de 1975. Antônio Carlos recebeu 26 votos, da bancada arenista: "o líder do MDB, Deputado Luiz Henrique da Silveira, pronunciando-se na ocasião, criticou aquele tipo de processo eleitoral, ridículo e canhestro, no qual não se realizava uma eleição, mas sim uma nomeação".[556]

Deflagrado o pleito eleitoral em 15.11.74, o MDB elegeu o candidato Evelásio Vieira, Senador, com 535.850 votos contra 473.473 dados à Ivo Silveira. Para a Câmara Federal o MDB elegeu 7 deputados contra 9 da ARENA: o MDB elegeu Jaison Barreto, Laerte Ramos Vieira, Francisco Libardoni, Luiz Henrique da Silveira, Ernesto José de Marco, Walmor de Luca e José Thomé; a ARENA elegeu Adhemar Ghisi, João Cândido Linhares, Wilmar Dallanhol, Angelino Rosa, Albino Zeni, Henrique Córdova, Pedro Colin, Dib Cherem e Abel Ávila dos Santos.

Para a Assembléia Legislativa estadual o MDB ampliou sua representação de 11 para 18 parlamentares, e foram eleitos: Delfim Peixoto Filho, Casildo Maldaner, Dejandir Dalpasquale, Murilo Canto, Álvaro Correia, Acácio Pereira, Walmir Wagner, Orland Dornbusch, Francisco Küster, Carlos Büchele, Nilson Zomkoswski, Antônio Menezes Lima, Fausto Brasil, Sílvio Sobrinho, Jorge Gonçalves da Silva, Miraci Dereti, Lauro André da Silva e Waldir Buzzato. A ARENA elegeu 22 deputados: Epitácio Bittencourt, Vinício Tortato, Nelson Pedrini, Octacílio Ramos, Antônio Pichett, Aristides Bolan, Nelson Morro, Fioravante Massolini, Aldo de Andrade, Sebastião Netto Campos, Moacir Bertolli, Martinho Ghizzo, Antônio Bulcão Vianna, Zany Gonzaga, Júlio César, Gentil Bellani, Waldomiro Colauti, Homero Gomes, Saturnino Dadam, Wilmar Ortigari, Milton Carlos de Oliveira e Celso Ivan da Costa.[557]

Os números da eleição de 15 de novembro de 1974 demonstram que o MDB obteve uma expressiva votação e conseguiu equilibrar as forças na Assembléia Legislativa elegendo 18 deputados contra 22 da ARENA: dos 1.152.167 votos, o MDB fez 38,1% e a ARENA 46,2%, com os votos brancos e nulos caindo para 15,7% (era de 17,7% em 1970). Para o Senado o MDB fez 46,5% e a ARENA 41,1%, sendo que se percebe a migração dos votos brancos e nulos para a oposição, pois caiu de 31,5% em 1970, para 12,4% em 1974. Para a Câmara Federal manteve-se a mesma proporção para a Assembléia Legislativa, com

---

556 SILVEIRA LENZI. C. Op. cit. p. 361.
557 SILVEIRA LENZI. C. Op. cit. p. 362.

o MDB fazendo 38% contra 44,4% dos votos da ARENA, sendo brancos e nulos 17,8%, contra 23,1% em 1970.[558]

Assim constituiu-se um balanço deste período da gestão de Colombo Machado Salles. Colombo Salles entregou o governo do estado, no dia 15 de março de 1975, para o nomeado Antônio Carlos Konder Reis, que governou com maioria mas dentro de uma nova correlação de forças partidárias.

7.4. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS: A VOLTA DO "PRC AO PODER" COM OS KONDER-BORNHAUSEN (1975 - 1979)

A escolha de Antônio Carlos Konder Reis para governar Santa Catarina partiu do todo poderoso General Golberi do Couto e Silva, responsável pelo processo de transição política no Brasil, articulando um processo "formal de consulta" às bases partidárias, com a vinda do presidente do partido ao estado, o Senador Petrônio Portella:

> "...não é a opinião dos deputados ... ou das lideranças políticas que tem influído na escolha dos atuais governadores. É tudo uma questão de preferência do alto comando da República. Aquele que tiver o seu padrinho mais forte, que conseguir a personalidade com mais força dentro do poder central tem condições de chegar ao governo do Estado como acontece em Santa Catarina... Infelizmente a força do Sr. Golberi do Couto e Silva ... pela preferência que ele teve pelo Sr. Antônio C. Konder Reis fez que ele chegasse ao governo do Estado".[559]

Antônio Carlos Konder Reis nasceu na cidade de Itajaí no dia 16 de dezembro de 1925, filho de Oswaldo Reis e de Elizabeth Konder dos Reis. O pai de Antônio C.K. Reis era funcionário público do Ministério da Fazenda, e a mãe, irmã de Adolpho, Victor e Marcos Konder. Como se percebe, Antônio C.K. Reis é originário de família tradicional em Itajaí, e não nega suas origens políticas.

> (...) diz que o gosto pela política, sem dúvida, veio da família Konder. Mas ressalta que seu bisavô materno, José Henriques Flores, que tinha uma grande vocação política, sendo vereador por 26 anos em Itajaí e também Intendente municipal por várias vezes. Konder Reis conta que o atual [1993] ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, almiranteMário César Flores, também é bisneto de José Henriques, cuja filha mais moça casou-se com Marcos Konder Sênior, pai de Adolpho Konder.[560]

Antônio Carlos fez seus estudos primários em Itajaí, no Colégio São José das Irmãs da Divina Providência, e o secundário na cidade de Santos (SP), no Colégio Santista dos Irmãos Maristas, quando

---

558 CARREIRÃO, Y. Op. cit. p. 113 e 115.

559 Cf. DALPASQUALLE, Dejandir. Apud. CARREIRÃO, Op. cit. p. 94. Entrevistas realizadas por M.M.A Ruiz com Nelson Pedrini e Dejandir Dalpasqualle (n°s. 104 e 114 do Arquivo de História Oral da UFSC).

560 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder Reis. Amor à política vem de família.* Op. cit. p. 111, 1 c.

transferiu-se com a família. Morou em São Paulo de 1942 a 1944, onde cursou o Colégio Universitário que ficava anexo a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP.

Quando da aposentadoria de seu pai, a famíliaKonder Reis transferiu-se para o Rio de Janeiro onde Antônio Carlos bacharelou-se pelo Curso Superior de Museus no Museu Histórico Nacional, especializando-se na arte de Conservação de Museus. Também bacharelou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ.

Após completar seus estudos, em 1947, com a retomada do processo de redemocratização, retorna para Itajaí afim de disputar uma vaga para a Assembléia Constituinte estadual na Convenção Municipal da UDN. Antônio Carlos disputaria a Convenção com José Malva, que desistiu da candidatura dado a forte influência da família Konder na política itajaiense. [561]

Elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e à primeira legislatura (1947-1950), bem como à segunda legislatura (1951-1955). Entretanto, em 1952, renuncia ao mandato de deputado e transfere-se para o Rio de Janeiro onde ocupa o cargo de Chefe de Gabinete de João Cleófas, da UDN de Pernambuco, Ministro da Agricultura durante o governo de Getúlio Vargas. Este cargo é estratégico para a política catarinense, uma vez que o Governador Irineu Bornhausen obteve neste Ministério grande parte dos recursos de seu governo. Permanece no cargo até 1954, quando elege-se mais uma vez Deputado Federal à 3ª legislatura (1955-1958). Em 1957 ocupa o cargo de Secretário da Fazenda no governo de Jorge Lacerda,[562] em função das negociações estabelecidas com Irineu Bornhausen para a formação do governo. Em 1958 elege-se mais uma vez Deputado Federal à 4ª legislatura (1959-1962). Em 1962 elege-se Senador, ainda pela UDN, para um período de oito anos (1963-1971), sendo relator da Constituição Federal de 1967. Em 1970 elege-se novamente Senador da República pela ARENA (1971-1979) e participa da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Assuntos dos Estados e da Comissão de Relações Exteriores, exercendo também a função de Vice-líder do governo. [563] Em 1975, é nomeado Governador de Santa Catarina (1975-1979), com o lema "Governar é encurtar distâncias".

No período de março de 1979 até agosto de 1983, não exerceu mandato político tendo trabalhado com advocacia e ministrado aulas de Direito Público Constitucional em Brasília.[564] Em 1983,

---

561 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder Reis. Amor à política vem de família.* Op. cit. p. 111, 1 c.
562 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder Reis. Amor à política vem de família.* Op. cit. p. 111, 1 c.
563 PIAZZA, W. (1985), Op. cit. p. 489.
564 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder Reis. Amor à política vem de família.* Op. cit. p. 111, 1 c.

foi nomeado pelo então governador Esperidião Amin (PDS), Secretário de Estado da Reconstrução, Chefe de Gabinete, em função das enchentes que abalaram o Vale do Itajaí neste ano. Nas eleições de 1986, foi eleito Deputado federal Constituinte pelo PDS, assumindo em 1987: votou quatro anos para o mandato do então Presidente José Sarney. Durante a Constituinte apresentou 228 emendas, tendo sido aprovadas 72. Foi membro da Comissão de Sistematização e Relator Adjunto da Comissão de Redação.[565]

7.4.1. A gestão de Antônio Carlos Konder Reis: "governar é encurtar distâncias"

Antônio C. K. Reis disputou o governo do estado por duas vezes: a primeira foi em 1965, pela UDN, quando perdeu as eleições para Ivo Silveira do PSD, e a outra, em 1974, em eleições indiretas via Legislativo, pela ARENA, sendo nomeado para o período de 1975 a 1979.

> Na mesma época em que a opinião pública se movimentava em torno do nome Konder Reis, o presidente da Arena (Aliança Renovadora Nacional), Petrônio Portella, esteve em Santa Catarina, ouvindo as lideranças. Logo depois, seu nome foi definido para dirigir o Estado. Ele contou também com o forte apoio do então presidente da República, Ernesto Geisel.
> Konder Reis conta que enfrentou constantes dificuldades, nos quatro anos em que esteve na chefia do Governo. No entanto, suas relações com o Governo Federal eram muito boas e pôde superar os problemas. Ele lembra que, durante o seu governo, o presidente Geisel fez tudo que foi possível por Santa Catarina. [566]

Com forte apoio do governo do General-Presidente Ernesto Geisel, para a sua gestão foi elaborado o Plano de Governo - PG, aprovado pela Assembléia Legislativa sob a Lei nº 5.088, de 06 de maio de 1975. Este Plano de Governo dava continuidade aos Planos e Projetos anteriores e foi elaborado a partir de estudos e projetos que davam ênfase para os setores: Transportes (lema de seu governo "Governar é encurtar distâncias"); energia elétrica, com projetos de eletrificação rural; Agropecuária e produção agrícola; e a maturação do setor financeiro estadual.

Para a conformação política de seu governo, ou seja, a escolha dos Secretários de Estado e os cargos de confiança, a decisão cabia diretamente ao partido, o PDS, e especificamente a Jorge Bornhausen, seu presidente:

> Konder Reis deixa bem claro que em toda sua vida pública teve o cuidado de não fazer política de família, apesar de três de seus parentes terem trabalhado na sua administração: o primo Jorge Bornhausen ocupou a presidência do BESC (Banco do Estado de Santa Catarina) e da

---

565 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder Reis. Amor à política vem de família.* Op. cit. p. 111, 1 c.
566 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder Reis: Sempre contou com o apoio de Geisel*, Op. cit. p. 112, 1 c.

> Codesc (Companhia de Desenvolvimento de Santa Catarina); o irmão Vitor foi diretor do Crédito Rural do BESC e o cunhado comandante Nicolau Fernando Malburg ocupou a Secretaria de Transporte e Obras. Segundo ele, todos estes cargos eram em comissão. "Eu não nomeei nenhum parente, mas tinha que me cercar de pessoas de minha confiança".
> O vice-governador [1993] conta ainda que ele não convidou seus secretários. A terefa coube ao presidente do partido, Jorge Bornhausen. "Eu escolhia, mas sempre passava pelas mãos dos lideres partidários".[567]

Desta forma, quando Antônio C.K. Reis assumiu o governo o seu projeto continha 15 Secretarias de Estado; um ano depois fez uma reforma administrativa: "Quando assumiu o governo, a Assembléia Legislativa aprovou a existência de 15 secretarias, além da secretaria do Oeste, que tinha a forma de uma autarquia. Em fins de 1976, ele promoveu uma ação administrativa que chamou de compactação, com a finalidade de reduzir o número de secretarias para 10. Nesta época também extinguiu algumas empresas públicas".[568] Entretanto, a extinção de empresas significou a criação de outras, pois a estratégia adotada foi, mais uma vez, a ampliação da estrutura estatal com o FUNDESC transformado no Programa de Apoio a Capitalização de Empresas - PROCAPE, e criados o Instituto Técnico de Economia e Planejamento - ITEP, a Fundação de Amparo a Tecnologia e ao Meio Ambiente - FATMA, cujo objetivo era intermediar recursos financeiros internacionais para projetos ambientais, e a Companhia de Eletrificação Rural de Santa Catarina - ERUSC. Para lastrear as dívidas do Governo utilizou-se das LTC's - Letras do Tesouro Catarinense.

As políticas setoriais desenvolvidas pela sua gestão priorizavam a construção de estradas, o que num processo de transição política, estrategicamente, garantiria apoio político das regiões beneficiadas com recursos para a construção de pontes, abertura de estradas vicinais, asfaltamento de rodovias estaduais, etc. Esta relação com os municípios ("bases políticas") era importante, pois o governo da ARENA precisava reconquistar seus espaços perdidos para o MDB, e a forma de fazê-lo era através da priorização dos recursos da Secretaria de Transportes e Obras. "O lema do Governo de Antônio Carlos Konder Reis era Governar é encurtar distâncias. Distâncias sociais e econômicas. E por isso no Plano de Governo o prioritário era a construção de estradas. Konder Reis fez cerca de 2 mil quilômetros de rodovias no estado e instalou uma usina de asfalto".[569]

---

567 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder Reis: Partido aprovava os secretários*, Op. cit. p. 112, 2 e 3 c.
568 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder Reis: Partido aprovava os secretários*, Op. cit. p. 112, 3 c.
569 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder Rreis: Em quatro anos, encurtou distâncias*, Op. cit. p. 113, 1 c.

1. **setor de transportes**: Para desenvolver sua estratégia contou com o apoio incondicional do General-Presidente Ernesto Geisel, que liberou recursos financeiros para a construção e pavimentação de estradas em Santa Catarina, principalmente para o Oeste e extremo-Oeste, reduto arenista:

> Algumas obras e serviços definem bem o apoio dado à administração de Konder Reis. Como exemplo, ele cita a construção de rodovias federais: a conclusão da BR-101 e de alguns trechos da BR-282 e BR-470, construídas com verbas federais e estaduais.
> Atendendo a um pedido do Governo Estadual, Geisel autorizou e fez construir as Brs. 158, que liga a região da fronteira do Rio Grande do Sul a Maravilha, em Santa Catarina; a 153, que vai da fronteira do Rio Grande do Sul até a divisa com o Paraná, um pouco acima do Vale do Rio do Peixe, e a 282 no trecho Campos Novos-Joaçaba-Chapecó-São Miguel D'Oeste. Ainda obteve do Governo da União um recurso de 200 milhões de dólares para construir estradas estaduais e federais. [570]

Desta forma, os recursos foram distribuídos geograficamente, da seguinte maneira:

> As estradas foram custeadas por empréstimos do Governo Federal, que autorizou verbas de 100 milhões de dólares. E ainda concedeu um auxílio a fundo perdido com um valor correspondente a 50 milhões de dólares. O atual Vice-Governador [1993] diz ainda que o Governo Geisel autorizou um financiamento do Bndes(sic) (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) para estradas vicinais num valor de 50 milhões de dólares. Mas este valor ele não aplicou e ficou para seu sucessor Jorge Bornhausen. [571]

Além dessas estradas, seu governo preocupou-se com a construção de estradas no extremo Oeste Catarinense:

> No Oeste do Estado foram abertas as rodovias Itapiranga-Iporã, que chegou até a fronteira de Santa Catarina com a República Argentina e a Chapecó-Goio-Erê, que vai até próximo ao Rio Uruguai. Outras obras que merecem destaque na administração Konder Reis, nesta região, são as estradas Chapecó-Coronel Freitas e Quilombo-São Lourenço do Oeste, quase na fronteira com o Estado do Paraná. Nesta última, deixou pronta a terraplanagem para seu sucessor, Jorge Konder Bornhausen. Também foi construída e pavimentada a estrada que liga Seara a Concórdia. [572]

Também no Vale do Itajaí, continua a interiorização das rodovias, interligando a região do Alto Vale e também a do Vale do Rio Tijucas:

> No Alto Vale, Antônio Carlos construiu a estrada de Rio do Sul até Ituporanga e a BR-470 ligando Taió a Rio do Sul e os acessos Trombudo Central-Ibirama e Ibirama-Presidente Getúlio. No Vale do Itajaí, foi o responsável pelas rodovias Blumenau-Pomerode, Brusque-Itajaí.
> (...) No Vale do Rio Tijucas, o governo do Estado conclui a estrada Tijucas-Canelinha-São João Batista-Nova Trento. E ainda os acessos a Porto Belo, Bombinhas. [573]

---

[570] DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder Reis: Sempre contou com o apoio de Geisel*, Op. cit. p. 112, 1 c.

[571] DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder Rreis: Partido aprovava os secretários*, Op. cit. p. 112, 5 c.

[572] DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder Rreis: Todas as regiões de SC ganharam novas rodovias*, Op. cit. p. 113, 3 c.

[573] DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder Reis: Todas as regiões de SC ganharam novas rodovias*, Op. cit. p. 113, 3 e 4 c.

No Planalto Serrano também foram efetuadas obras, destacando-se o planalto dos campos de Lages e o planalto norte: "No Planalto Serrano, a administração de Konder Reis construiu a estrada Lages-Otacílio Costa. Graças a esta estrada, Lages hoje tem ligação com a BR-470. No Planalto Norte, o atual Vice-Governador [1993] do estado destaca como principal obra a rodovia Mafra-Canoinhas".[574]

No Sul do estado o destaque ficou com as obras de construção do acesso que liga Arroio do Silva até Araranguá e de Jacinto Machado até Turvo.

Na região Norte a grande obra foi a construção da rodovia: "que liga Dona Francisca a Joinville. Também foi feita a estrada de Pirabeiraba, no município de Joinville, até a cidade de Campo Alegre. Jaraguá do Sul a Araquari ficaram ligadas à BR-101. Konder Reis deixou pronta a terraplanagem para ligar o Porto de São Francisco à SC-280, que contorna a cidade de São Francisco. Construiu os acessos da BR-101 a Barra Velha, a Piçarras e a Penha".[575]

Na região da Grande Florianópolis, a principal obra foi a construção da extensão que liga a Avenida Beira-Mar Norte até a Universidade Federal de Santa Catarina, "neste mesmo trecho reformou a reta das três pontes, até o cemitério de Itacorubi."[576]

Estas foram, portanto, as principais obras da gestão de Antônio Carlos Konder Reis para a Secretaria de Transportes e Obras.

No entanto, outros setores foram contemplados:

2. **Setor Rural**: o governo desenvolveu alguns projetos, com destaque para a eletrificação rural, razão pela qual criou a ERUSC. "Quando chegou ao Palácio havia 5 mil quilômetros de linhas de eletrificação rural. Antônio Carlos deixou 12 mil e energizou mais 10 mil quilômetros".[577]

3. **Setor agrícola**: criou o Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves - CNPSA -, instalado em Concórdia, para o melhor aproveitamento na produção da Agroindústria de carne na região, beneficiando empresas como a SADIA Concórdia. Construiu também o Terminal Graneleiro no porto de

---

574 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder Reis: Todas as regiões de SC ganharam novas rodovias*, Op. cit. p. 113, 3 e 4 c.

575 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder Reis: Todas as regiões de SC ganharam novas rodovias*, Op. cit. p. 113, 4 c.

576 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder Reis: Em quatro anos, encurtou distâncias*, Op. cit. p. 113, 1 c.

577 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder reis: Em quatro anos, encurtou distâncias*, Op. cit. p. 113, 1 c.

São Francisco do Sul, "hoje o maior órgão da CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário de Santa Catarina)." [578]

4. **Setor de Assistência Social**: Para garantir o processo de "transição pacífica" da ditadura militar para a democracia, segundo o processo de "distensão" da era Geisel, era imprescindível o controle sobre o processo social, e o governo realizou, então, uma grande campanha de organização comunitária com grande intervenção por parte do Estado. O Governo tentava, por sua vez, estabelecer um processo de cooptação social das principais lideranças organizando diretamente as comunidades. Para atingir seu objetivo, liberava recursos financeiros e de pessoal para a construção de Conselhos Comunitários e Associações de bairro, etc., enfraquecendo a representação parlamentar das Câmaras de vereadores e criando "um braço" do Poder Executivo diretamente nas localidades urbanas. O objetivo estratégico era o de controlar o processo de transição trazendo para si os resultados positivos desta cooptação. "Em seu governo também foram criados os Conselhos Comunitários e a Superintendência da Ação Comunitária, deixando 165 conselhos. (...) Construiu os Centros Sociais e Urbanos em Joinville, Blumenau, Criciúma e Florianópolis (no Bairro do Saco dos Limões) e o Centro Comunitário em Itajaí e outros municípios".[579]

5. **Setor da Saúde**: "Antônio Carlos Konder Reis encontrou 71 mil metros quadrados de área hospitalar construída pelo estado; construiu mais 60 mil. Fez o novo hospital de Itajaí e o hospital infantil Joana de Gusmão, em Florianópolis, no bairro da Agronômica. Também construiu o hospital de Araranguá e o de Curitibanos".[580]

6. **Setor de Educação:**

> Construiu os centros interescolares de Primeiro e Segundo graus em vários municípios, entre eles Lages, Blumenau, Criciúma e Joinville. (...) construiu todos os campi universitários e as fundações educacionais, com exceção da de Blumenau que já estava pronta. Mas fez o de Tubarão e ajudou a construir o de Criciúma. Em Florianópolis, fez o Campus da Udesc e, em Itajaí, o da Univali. Em Jaraguá do Sul, o da Fundação Educacional Regional Jaraguaense. Construiu a Escola de Engenharia de Joinville, pertencente à Udesc.[581]

---

578 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder reis: Em quatro anos, encurtou distâncias,* Op. cit. p. 113, 1 c.

579 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder reis: Em quatro anos, encurtou distâncias,* Op. cit. p. 113, 1 c.

580 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder reis: Em quatro anos, encurtou distâncias,* Op. cit. p. 113, 1 c.

581 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder reis: Em quatro anos, encurtou distâncias,* Op. cit. p. 113, 1 c.

e instalou o Museu Histórico onde hoje está no Palácio Cruz e Souza. Ressalta também como grande obra de seu governo a Casa dos Açores, em São Miguel (Biguaçú), que, segundo ele, é o único monumento que marca a colonização açoriana em Santa Catarina".[582]

7.4.2. As eleições parlamentares de 1978: ascenção das oposições - efeito da municipalização de 1976

A ascenção política do MDB, durante a gestão de Konder Reis, manifestou-se no pleito municipal de 1976, quando se disputaram as eleições de Prefeitos e Vereadores em Santa Catarina. O MDB já havia saído vitórioso nas eleições de 1974, ampliando suas bancadas estadual e federal bem como, elegendo o Senador Evilásio Vieira. Apesar da ARENA eleger 154 prefeitos, incluídos os 11 nomeados para municípios de área de segurança, estâncias hidrominerais e a Capital, o MDB elegeu 32 Prefeitos e conquistou os municípios com maior densidade eleitoral: Blumenaus, Joinville e Lages.

> Nos municípios com eleitorado superior a 14 mil a ARENA venceu em Araranguá (14.059), Brusque (21.139), Caçador (15.939), Campos Novos (19.152), Canoinhas (16.384), Chapecó (27.315), Concórdia (26.100), Criciúma (42.765), Curitibanos (17.460), Florianópolis (77.466), Itajaí (37.772), Jaraguá do Sul (20.339), Laguna (16.645), Rio do Sul (17.605), São Joaquim (14.168), São José (21.793), e Tubarão (36.694). O Movimento Democrático Brasileiro venceu nos três municípios de maior densidade eleitoral do estado: Blumenau (64.895), Joinville (87.770) e Lages (75.996).
> (...) Verifica-se, diante dos resultados do pleito de 1976 que o partido do governo, predominou nos pequenos e médios municípios de tradição clientelista, onde as teias do poder político local teceram tramas duradouras, com influências bastantes (sic) nítidas de estabilidade das bases sociais da identificação partidária (consciência de classe, envolvimento e conservadorismo, níveis de renda relativos, desinformação e redução de marginalidade). [583]

Por outro lado, as eleições de 1978, no final de sua gestão, se estabelecem sob a égide do "pacote de abril" de 1977, uma vez que, com o crescimento dos movimentos da oposição, pois o MDB havia eleito 16 dos 22 novos Senadores em 1974, o governo tratou de "segurar" o avanço das oposições e, ainda mais, o processo de transição democrática, utilizando-se dos chamados "mecanismos de cautela"

> aproveitando-se de recesso parlamentar, a 1º de abril de 1977, decretado pelo Ato Complementar nº 12, legislado com base no Ato Institucional nº 5, que promulga a Emenda Constitucional nº 8 (de 14 de abril), através da qual foi criado o colégio eleitoral - ampliado - para a eleição de governador e vice-governador, bem como, da eleição indireta para uma das

---

582 DIÁRIO CATARINENSE. *Antônio Carlos Konder reis: Em quatro anos, encurtou distâncias*, Op. cit. p. 113, 1 c.

583 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 364-65.

duas vagas na renovação de dois terços do senado, modificando, também, mais uma vez o cálculo para a distribuição de deputados federais por Estados. [584]

Assim, o governo não mediu esforços para intervir mais uma vez nas eleições, limitando as liberdades individuais através da "Lei Falcão", como ficou conhecida a Lei 6.339/76 (alterada pelo Decreto-Lei nº 1538/77 e pelo Ato Complementar 104/77). A Lei Falcão

> (...) limita a propaganda partidária ao mencionamento da legenda, o currículo e o número do registro dos candidatos na justiça eleitoral, bem como a divulgação, pela televisão, de fotografias dos candidatos, podendo anunciar, ainda, o horário e o local dos comícios (art. 250, I do atual Código Eleitoral). A referida lei também omitiu obrigatoriedade de as estações de rádio e televisão reservarem uma hora por mês, para a propaganda permanente dos partidos.[585]

Em Santa Catarina, a campanha de 1978 ocorreu com as disputas para as sucessões parlamentres indicando uma tendência à vitória das oposições, do MDB:

> Esperidião Amin Filho era prefeito da capital, candidato à Câmara Federal e estava ameaçado de ver impugnada a sua pretensão, já que o deputado estadual Valdir Buzatto, o impugnante, dizia que os prefeitos deveriam deixar os cargos 90 dias antes do pleito. Amin Deixou o cargo a 14 de agosto. Neste mesmo mês, Jorge Konder Bornhausen já havia sido indicado como candidato indireto ao governo de Santa Catarina, bem como o general João Baptista Figueiredo, era candidato, também da ARENA, à sucessão do então presidente Ernesto Geisel.[586]

No dia primeiro de outubro de 1978, um colégio eleitoral elege o governador Jorge Bornhausen, o Vice Henrique Córdova e o Senador biônico Lenoir Vargas Ferreira. A impugnação da candidatura de Esperidião Amin e de Sadi Marinho, pelo PDS, foi julgada pelo TRE no dia 26 de outubro e rejeitada por 6 votos contra 1.

Apuradas as eleições, que marcaram pela primeira vez a utilização de contagem eletrônica de votos através de computador, verificou-se mais uma vez a ascenção e a vitória política do MDB:

Para o Senado o MDB elegeu Jaison Tupy Barreto com 465.930 votos e Maria Shirley Donato como suplente. Na sub-legenda estavam Dejandir Dalpasquale (160.255) e Beno Frederico Wiers.

Para a Câmara Federal foram eleitos 7 deputados das 16 vagas disputadas:

> Pedro Ivo Campos (64.070 votos), Walmor Paulo de Luca (43.013), Francisco Libardoni (39.779), Juarez Furtado (38.898), Luiz Antônio Cechinel (37.330), Francisco Mendes Melo (36.581) e Ernesto de Marco (35.888). Na suplência permaneceram, José Thomé, Acácio Pereira, Laerte Ramos Vieira, Irai Zílio, César do Nascimento, Milton Pompeu da Costa Ribeiro, Antônio Cesar Menezes Lima, Afonso Veiga Filho, Valmir Wagner, Sylvio José de Oliveira Ramos e Romeu Lopes Carvalho. [587]

Na Assembléia Legislativa foram 17 os deputados eleitos:

---

584 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 366.
585 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 368.
586 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 371.
587 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 374-75.

> Delfim Peixoto Filho (19.806), Casildo Maldaner (19.434), Francisco Küster (18.746), Stélio Boabaid (17.916), Lauro André da Silva (16.024), Manoel Carlos de Souza (15.776), Álvaro Correia (15.390), Jorge Gonçalves da Silva (15.220), César Moritz (15.086), Eugênio Stein (15.042), Genésio Tureck (14.997), Geovah Amarante (14.515), Cid Pedroso (14.352), Nelson Catelli (14.114), Murilo Canto (13.359), Aderbal Tavares Lopes (13.130) e Haroldo Ferreira (12.256). Na suplência ficaram; Nilson Zomkowski, Roland Dornbusch, Odilon Salmória, Silvio Silva Sobrinho, Remy Favero, Lídio Sutilli, Waldir Busatto, Luiz Alexandre Müller, Acácio Villain, Nelson Wedekin, Walmor Maes, Valério Steil, Carlos Camargo Vieira, Nilo de Freitas, Manoel Gonçalves, Miraci Deretti, Urbano Bertoldi, Fausto Brasil, Carlos Dorival Homem, Pedro Medeiros, Marcos Schiefler, Rogério Rosa, Enio Nogara, Benjamin de Farias, Aloísio Piazza, Rubens Barreto, Vicente Tives da Cruz, Nestor dos Santos, Antonio Melegari, Pedro Müller, Júlio Wiggers, Luiz Preto Jerônimo das Chapas, Valdemir das Chagas, Claribalte de Freitas, Valdir da Silva, Antonio Bardo, Leontino Nascimento, Gualberto dos Santos e Perluis Monteiro Piffero.[588]

A ARENA, por outro lado, elegeu nove candidatos à Câmara Federal, inclusive com os dois deputados mais votados: "Esperidião Amin, 72.380 votos, Arnaldo Schmidt Júnior, 65.118, Victor Fontana, 63.470, Ademar Paladini Ghizi (sic), João Cândido Linhares, 58.930, Nelson Morro, 52.170, Nereu Guidi, 45.297, Evaldo Amaral, 42.641 e Artenir Werner, 39.635. Ficaram na suplência, Pedro Paulo Colin, Angelino Rosa, Abel Ávila dos Santos, Zany Gonzaga, Sady Marinho (sic), Lauro Salvador e Ary Schubert".[589]

Para a Assembléia Legislativa estadual a ARENA elegeu 23 Deputados e também o mais votado:

> Otávio Gilson dos Santos (25.530), seguido de Artêmio Paludo (19.642), Júlio César (18.264), Vasco Furlan (17.401), Aristides Bolan Pereira de Andrade (16.020), Epitácio Bittencourt (15.771), Moacir Bertolli (15.670), Octacílio Pedro Ramos (15.771), Sebastião Campos (15.377), Saturnino Dadam (15.335), Antônio Bulcão Vianna (15.251), Venício Tortato (14.392), Mário Cilião de Araújo (14.361), Waldomiro Colautti (14.112), Horst Domming (13.854), Neudy Massolini (13.198), Ivan César Ranzolin (12.561) e Egídio Martorano Neto (12.392). Suplentes concorrentes; Eno Steiner, Orlando Carlesso, Gervásio Maciel, Renato Silveira, Wilson César Floriani, Celso Ivan Costa, Francisco de Assis Filho, Antônio Pichetti, Irmoto Feuercheette (sic), Onofre Agostini, Waldemar Mazzaquatro, Artur Jachomar Mazzaquatro, Artur Jachoviez, Henio da Costa Bez, Cesar Fontes, Hélio Juk, Milton Carlos de Oliveira, Rodolfo Sestrem, Frederico Olindo de Souza, Curt Monich, João Corrêa Bittencourt, Gentil Bellani, Francisco Kaesemodel, Nodgi Pellizetti, Jayson Prates Silva, Milton Laske, Luiz Amilton Martins, Homero de Miranda Gomes, Gercino Pasquali, Sebastião Furtado Pereira, César Cabral, Sílvio Müller, Luiz Bodanesse, José Schmidt, Edemar Evers, Arno Seára, Almir Binotto, Hercules dos Santos, Alvino Raitz, Irassu Bussmann e Cirino Adolfo Cabral.[590]

Foi com esta composição na assembléia Legislativa que Jorge Bornhausen assumiu o governo do estado, e não teve muitos problemas para aprovação de seus projetos, pois a ARENA possuia maioria dos deputados: 23 a 17. "Tanto com os prefeitos quanto com a Assembléia Legislativa do Estado, Bornhausen

---

588 SILVEIRA LENZI, C. p. cit. p. 375-76.
589 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 374
590 SILVEIRA LENZI, C. Op. cit. p. 375.

diz que sua relação foi boa. 'Foi assim com todos com quem convivi'. Seus companheiros sempre estiveram presentes na hora de ajudar. E, como é natural, os adversários fizeram oposição. Orgulhoso, lembra que nunca perdeu uma votação na Assembléia".[591]

591 DIÁRIO CATARINENSE. *Jorge Konder Bornhausen: Nunca perdeu votação na Assembléia*. Op. cit. p. 98, 4 e 5 c.

8. O PROCESSODE TRANSIÇÃO POLÍTICA: O ENFRENTAMENTO DAS OPOSIÇÕES E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (1979-1991)

8.1. JORGE KONDER BORNHAUSEN: A TRANSIÇÃO DO REGIME AUTORITÁRIO E A CONSOLIDAÇÃO DO PODER DOS KONDER-BORNHAUSEN - (1979 - 1982)

Antônio Carlos Konder Reis deixa o cargo e assume em seu lugar o primo Jorge Konder Bornhausen, escolhido indiretamente pela Assembléia Legislativa, depois de ocupar cargos importantes no setor financeiro do estado. Jorge Konder Bornhausen é a síntese da dominação e a continuidade do poder político das famílias Konder e Bornhausen.

Jorge Konder Bornhausen nasceu no Rio de Janeiro, em 01 de outubro de 1937, e é filho do ex-Governador Irineu Bornhausen com Maria Konder Bornhausen. Jorge Bornhausen nasceu no Rio de Janeiro, em razão da cassação do mandato de seu pai, com o início do Estado Novo. Fez o curso primário no Colégio Cristo Redentor e parte do secundário no Colégio Santo Antônio, no Rio de Janeiro (1948-1951). Entretanto, na época em que seu pai foi governador de Santa Catarina, Jorge tinha então 14 anos e deixou o Rio de Janeiro para morar com a família no Palácio Cruz e Souza, em Florianópolis, durante dois anos. Neste período estudou no colégio Catarinense (1952-1954). Retornou para o Rio de Janeiro para terminar os estudos no Colégio Santo Inácio (1954-1955). Terminados seus estudos secundários, estudou Direito na PUC - RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), entre 1956 e 1960. Em 1961 retornou a Santa Catarina e foi morar em Blumenau para exercer a profissão de advógado (1961-1975). Neste entretanto, exerceu, concomitantemente, o cargó de chefe do Departamento Jurídico (1962-1967) do Banco Indústria e Comércio - INCO, fundado por seu pai; foi diretor das indústrias GROPP SA (1966-1967); diretor da Nova Pátria Companhia de Seguros Gerais (1966-1967); e da Pátria Companhia Brasileira de Seguros Gerais (1966-1967 e 1974 e 1975). [592]

Jorge Bornhausen ingressou na vida política por influência da família e principalmente de seu pai, Irineu Bornhausen, sendo membro do diretório da UDN de Blumenau. Em 1966 foi um dos fundadores da ARENA, sendo membro do diretório. Em janeiro de 1967, em pleno processo de cassação do regime

---

[592]Cf. PIAZZA, W. (1985). Op. cit. p. 102.

militar, no período de "caça às bruxas" iniciado em julho de 1966 com o AI-2 e a extinção do pluripartidarismo. Jorge Bornhausen foi eleito indiretamente pelo poder Legislativo catarinense, Vice-Governador do estado, para substituir o Vice-Governador cassado Francisco José Dall'Igna, cargo que ocupou de 10.03.1967 a 15.03.1971.

Jorge Bornhausen assumiu o cargo com a idade 25 anos, apesar da Constituição estadual permitir apenas a eleição com candidatos maiores de 35 anos. Entretanto, com a monobra política, como vimos anteriormente, no governo de Ivo Silveira alterou-se a Constituição. Depois do cargo de Vice-Governador, Jorge Bornhausen retornou a Blumenau e assumiu a vice-presidência do Diretório Regional da ARENA (1972-1973), concomitante com a advocacia e, entre 1974 e 75 foi presidente do partido em Santa Catarina. Em 1975, a convite de seu primo e então governador Antônio Carlos Konder Reis, retornou a Florianópolis para ocupar mais um cargo público: presidir o sistema financeiro do estado. Assim, foi presidente do BESC (1975), suplente da junta de administração do BRDE e participou também do Conselho de Administração do PROCAPE. Em 1976, foi presidente da CODESC, criada em 1975 para funcionar como mecanismo de coordenação das ações do sistema financeiro em Santa Catarina. [593]

Foi nomeado Governador de Santa Catarina e tomou posse no dia 15 de março de 1979, permanecendo até 15 de maio de 1982, quando desincompatibilizou-se para concorrer ao cargo de Senador elegendo-se pelo PDS para o período 1983-1992. Neste entretanto, em 1980, foi um dos fundadores do Partido Social Democrático - PDS, membro de seu Diretório Nacional e Vice-Presidente de 1980 a 1983. "Rachado" com o PDS, foi um dos principais articuladores do Partido da Frente Liberal - PFL, e Presidente Nacional do partido escolhido em 1985. Ocupou o cargo de Ministro da Educação no governo José Sarney. e Ministro do Governo de Fernando Collor. Jorge Bornhausen caracteriza-se como um hábil articulador político e um grande intelectual orgânico, pois para ele todo o segredo "está em ser político paciente, leal e solidário, mas, sobretudo, saber que a credibilidade é sempre mais importante que a popularidade. E como não se considera saudoso diz que para ser político, um dos ingredientes necessários é esquecer os piores momentos".[594]

Na década de 70, o Estado de Exceção do governo Médici foi um dos mais violentos, ampliando o processo de dominação repressiva, com assassinatos, torturas, perseguição política de líderes políticos e

---

593 DIÁRIO CATARINENSE. *Jorge Konder Bornhausen: A convite do primo, dirigiu o BESC*. Op. cit. p. 97, 3 c.
594 DIÁRIO CATARINENSE. *Jorge Konder Bornhausen: Político deve saber esquecer*. Op. cit. p. 100, 1 c.

sindicais e o desmantelamento dos movimentos organizados, progressistas, da esquerda brasileira. Era o Brasil do "Ame-o ou Deixe-o", ou seja, "aceite o regime ou cale-se". Esta fase da repressão vem demonstrar que: na medida em que os aparelhos ideológicos já não conseguem garantir a dominação e a hegemonia, passam a atuar com mais eficiência os aparelhos repressivos, pois as frações hegemônicas estarão nestes aparelhos quando o núcleo central de poder do Estado se concentrar neles:

> O Estado não pode sancionar e reproduzir o domínio político usando como meio exclusivo a repressão, a força ou a violência "nua", e, sim, lançando mão diretamente da ideologia, que legitima a violência e contribui para organizar um consenso de certas classes e parcelas dominadas em relação ao poder público. A ideologia não é algo neutro na sociedade, só existe ideologia de classe. A ideologia dominante consiste especialmente num poder essencial da classe dominante. [595]

Assim, percebe-se que a dominação política e ideológica repressiva que o Brasil mergulhara não se manteria por muito tempo somente pela repressão física do Estado autoritário. Este processo requeria, sobretudo, a intervenção direta e decisiva da ideologia, dos aparelhos ideológicos públicos e privados. Desta forma, partindo-se do pressuposto do "esgotamento" do regime militar e a perspectiva de um processo de "abertura" política, considera-se a atuação efetiva da sociedade civil no processo de articulação dos interesses democráticos. Ao mesmo tempo, as forças componentes do regime "construíram espaços" para que suas elites orgânicas atuassem numa nova perspectiva, de transição, "passiva", para a democracia.

Esta orientação resultou no rearranjo político das classes e frações de classe no interior do aparelho de estado, configurando-se, desta forma, na solidificação das atividades e interesses de um bloco empresarial-capitalista. Neste processo de "transição democrática" intensificou-se a participação da sociedade civil mais como mecanismo de negociação, de representação de interesses, do que propriamente como mecanismo de cooptação pura e simples das lideranças para a transição.

> As pressões exercidas por grupos de elite no terreno da política formal obrigaram o Estado a encetar diálogo com figuras de destaque da oposição organizada. O governo do General Ernesto Geisel iniciou, em 1978, uma série de encontros com líderes do MDB, da OAB, da ABI e com representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Procurava-se, nesses encontros, identificar as questões mais prementes. O pacote de reformas deles resultante, preparado pelo governo e introduzido sob a forma de Emenda Constitucional nº 11, continha aperfeiçoamentos significativos.
> 1. Revogou-se o Artigo 182 da Constituição de 1969, o que significava a eliminação do Ato Institucional nº 5 e de todos os atos complementares e leis a ele apensos. Ficavam assim restaurados os direitos legais mais fundamentais: direito de *habeas corpus* para os crimes políticos e direito de não ser preso sem acusação ou mandado. Restabeleciam-se também as três

---

[595] POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo.* 2.ed. Rio de janeiro: Graal, 1985.

> garantias essenciais da independência judiciária: as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade
> 2. Eliminaram-se alguns dos poderes extraordinários do Executivo sobre o Legislativo. O Executivo perdeu poder de decretar o recessso ou fechamento do Congresso Nacional e das assembléias estaduais, assim como o de cassar mandatos eleitorais por decreto, sem direito de defesa ou recurso. [596]

O que não se conseguiu, entretanto, foi negociar eleições diretas para Presidente da República. Desse modo, o General João Baptista Figueiredo assumiu a Presidência do Brasil em 1979, sob a égide do Pacote de abril de 1977, que continha ainda medidas de exceção que estenderam o prazo do mandato presidencial de cinco para seis anos, aumentaram as bancadas dos pequenos estados e mantiveram eleições indiretas para Governador. Desta forma,

> a crise da aliança tecnoburocrático-capitalista e, portanto, do regime militar autoritário brasileiro teve início em 1975 com a campanha da burguesia contra a estatização; agravou-se depois do pacote de medidas autoritárias de abril de 1977; amainou com as medidas de abertura política, culminadas com a extinção do Ato Institucional número 5, que conferia poderes discriminatórios ao presidente da República, e com a capacidade que teve afinal o presidente Ernesto Geisel de fazer seu sucessor o presidente João Figueiredo, no final de 1978; continuou em fogo brando nos dois primeiros anos do governo Figueiredo graças às novas medidas de abertura política - a anistia e as eleições diretas para governador para os governos dos Estados - devido ao relativo fracasso enquanto movimento político das grandes greves de 1979 e 1980 em São Paulo; agravou-se novamente em 1981 com a incapacidade do presidente Figueiredo de fazer frente aos grupos militares de extrema-direita envolvidos no episódio da explosão do Riocentro, e continuou agravando-se em 1982, com a criação de casuísmos eleitorais, para evitar a vitória completa das oposições nas eleições do final de 1982. [597]

O General-Presidente João Figueiredo, assim, dava continuidade ao processo de "abertura" gradual e moderada, iniciada pelo então Presidente-General Ernesto Geisel, denominada de "distensão".[598] Figueiredo permaneceu mais sensível à política da "democracia forte" fixada durante o governo Geisel. Entretanto, procurou flexibilizar a política de liberalização abrindo espaço para uma "oposição de elite", capaz de dar sustentação e estabilidade ao processo de transição.[599] Este processo de transição e liberalização compreendia uma série de etapas que foram estrategicamente planejadas e controladas. O espaço aberto seria suficientemente pequeno para conter a oposição e limitar a participação de setores da população ligados aos movimentos sociais de trabalhadores da cidade e do campo, e que haviam sido sistematicamente reprimidos durante o regime. Por outro lado, outros setores considerados "menos nocivos" ao processo de abertura, definidos pela Doutrina de Segurança Nacional da ESG, obtiveram o

---

[596] ALVES, M. H. Op. cit. p. 217-18.
[597] BRESSER PEREIRA, Luiz C. Os limites da "abertura" e a sociedade civil. In. FLEICHER David (org). *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. p. 17.
[598] Para um estudo mais aprofundado sobre o processo de "distensão" ver os diversos artigos publicados em FLEICHER, D. Op. cit.
[599] ALVES, M. H. Op. cit. p. 225.

"consentimento" para organizar-se formalmente e participar das decisões governamentais. A sociedade civil voltava a participar e se constituir como força política, formando esta "oposição de elite" como a CNBB, ABI, OAB, representando diversos setores, e grupos organizados do MDB. As oposições, por seu turno, dispenderam grandes esforços para as negociações com o regime militar e

> ampliaram o espaço político, enfrentando o Estado a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil e questionando a legitimidade que o Estado de segurança nacional tentava assumir. Estes setores também lograram bloquear as tentativas de reinstaurar medidas coercitivas. Ao nível da política formal, estavam entre suas exigências o desmantelamento do Aparato Repressivo, a elaboração de uma nova Constituição e a modificação do modelo econômico. [600]

Outro aspecto que se tornou significativo para o processo de "abertura" com a participação da sociedade civil, foi a emergência de movimentos populares "configurado na aliança entre as comunidades de base ligadas à Igreja, os grupos associativos seculares e o novo movimento sindical, tanto no campo quanto das áreas urbanas. (...) A revogação do Ato Institucional nº 5 abriu novas possibilidades legais para a organização de bases, e o movimento popular viria a desempenhar papel decisivo no processo político".[601]

Esse movimento pela redemocratização contaminou o país, e em Santa Catarina, do mesmo modo, pode-se destacar a importância do movimento político na conjuntura, principalmente com a reformulação partidária de 1979. Esta propiciava um amplo debate no sentido de se rediscutir os rumos da organização partidária no estado a partir da sociedade organizada através de Sindicatos, Movimento Estudantil, Movimentos populares, Associações classistas e etc., A tendência era a criação de novos partidos para fortalecer o processo de transição visando as eleições democráticas e diretas em todos os níveis, principalmente para Presidente da República. Entretanto, a abertura propiciava a anistia política e eleições para Governador dos estados, em 1982 (a última havia sido realizada em 1965). Os novos partidos terão em suas fileiras, muitos integrantes dos movimentos sociais.

> Como exemplo. podemos citar o apoio emprestado ao PMDB por membros de entidades como a ALISC, Associação dos Professores Licenciados de Florianópolis (que mais tarde ganha *status* de organismo estadual); ACM, Associação Catarinense de Medicina; OAB-SC, e tantas outras entidades de nível federal com forte articulação no período. E também a formação de núcleos expressivos de apoio ao maior partido de oposição em Santa Catarina junto ao Movimento Estudantil, constituídas em torno do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, cujas principais lideranças engressariam [sic] no PMDB. (inclusive muitos daqueles que haviam comandado os protestos contra o General Figueiredo). O primeiro lider

---

[600] ALVES, M. H. Op. cit. p. 225.
[601] ALVES, M. H. Op. cit. p. 226.

estudantil a assinar a ficha de filiação do PMDB da capital foi o ex-Presidente do DCE da UFSC Adolfo Luiz Dias, um dos integrantes da revolta contra Figueiredo em 1979.[602]

Por outro lado, percebe-se que este movimento tornou-se viável, pois, durante o período de 1966 a 1978, o então MDB constituia-se num importante polo de aglutinação das oposições e representava a grande insatisfação das camadas populares contra a estrutura de dominação imposta pelo regime militar. Assim, o que se observa nesse período é a perda de espaço por parte do partido governista, a ARENA, e a ascenção da oposição capitaneada pelo MDB.[603]

A oposição estava enfraquecida e desmobilizada em 1973 devido a grande repressão, mas

> no período 1974-1979, a situação em parte inverteu-se, embora permanecesse contraditória e incerta. Amplos setores de elite passaram à oposição, empenhando-se em táticas de pressão para obrigar o Estado à liberalização. Apesar do medo de novas ondas de repressão, especialmente em São Paulo, as classes médias e superiores predominavam na organização e fortalecimento da sociedade civil e nas negociações com o Estado pela adoção de medidas concretas no processo de liberalização. Além disso, a oposição organizou-se verticalmente, valendo-se das estruturas associativas e corporativas existentes.[604]

Esta situação pode ser percebida a partir dos dados referentes as eleições estaduais em Santa Catarina, demonstrando que, de acordo com os resultados eleitorais para a Assembléia Legislativa, a ARENA teve um comportamento eleitoral tendencialmente declinante, pois, em 1966 possuia 67,0% dos votos, em 1970 58,5%, 1974 46,2% e em 1978 49,3%. O MDB, por outro lado, conquistou 22,0% em 1966, 23,8% em 1970, 38,1% em 1974 e 37,2% em 1978. O que se observa é que entre 1974 e 1978 a ARENA conseguiu recuperar um pouco seu espaço: 3% (três pontos percentuais). Entretanto, o MDB declinou apenas 0,9% (pontos percentuais). Se se levar em consideração todo o período de 1966 a 1978, a ARENA reduziu seu espaço eleitoral em torno de 17,7% (pontos percentuais), enquanto que o PMDB cresceu 15,2% (pontos percentuais). Para o Senado a tendência foi a mesma, de queda: de 57% (pontos percentuais) em 1966 a ARENA reduziu sua participação para 42,4%, significando uma queda de 14,6%, enquanto o MDB cresceu 16,2%: de 27,6% em 1966 para 43,8% em 1978.[605]

---

602 AGUIAR, Itamar . *As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina - táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições*. Florianópolis: CFCH- UFSC. Dissertação de Mestrado. 1991. p. 47. Sobre a revolta contra o General-presidente Figueiredo, ver com mais notoriedade o excelente trabalho de tese de doutoramento de AURAS, Marli. *Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "Opção pelos pequenos"*, principalmente o capítulo I - A "novembrada": João e Jorge versus "cheiro do povo", pp. 22-37

603 CARREIRÃO, Yan de Souza . *Eleições e Sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)*. Florianópolis: UFSC, 1990, p. 113..

604 ALVES, M. H. Op. cit. p. 219-20.

605 CARREIRÃO, Y. Op. cit. p. 113.

Para as oposições em Santa Catarina, o crescimento eleitoral do MDB significava reunir todas as forças para as eleições de 1982, pois o partido já havia vencido as eleições para o Senado em 1974 com Evelásio Vieira, e em 1978 com Jaison Barreto, bem como conquistado importantes prefeituras, a partir de suas lideranças políticas locais: Lages, com Juarez Furtado e Dirceu Carneiro; Joinville, com Pedro Ivo Campos e Luiz Henrique da Silveira e Blumenau com Evelásio Vieira. Mesmo com a reforma partidária de 1979 e a criação de novos partidos políticos, o PDS, o PMDB, PT, PDT, PTB e o PP, manteve-se ainda a chama do bipartidarismo, e a fusão do PP com o PMDB, tornaram as eleições em Santa Catarina ainda mais acirradas, culminando com a vitória de Esperidião Amin como Governador e Jorge Bornhausen como Senador por uma pequena margem de votos. [606]

As eleições de 1982 puderam resgatar o clima de um novo ambiente democrático que se avizinhava com intensidade, e novamente queria amadurecer desde a experiência de 1945 a 1964. Por outro lado, as eleições de 1982 foram muito bem "amarradas" pelas articulações políticas que se estabeleceram desde 1978, com a nomeação de Jorge Bornhausen ao governo do estado. Em 1978, o processo eleitoral para a escolha do governador ainda se encontrava sob a égide do pacote de abril de 1977: eleição indireta exercida pelos representantes da Assembléia Legislativa do Estado, pela direção nacional da ARENA e pelo Presidente da República. Desta forma foi escolhido Jorge Konder Bornhausen, e indicado como seu vice-governador Henrique Helion Velho de Córdova.

A escolha de Jorge Bornhausen recebeu a aprovação de toda a bancada estadual da ARENA, dois (dos nove) da bancada federal (pois a maioria também disputava o cargo), e a aprovação de mais de 90% dos diretórios municipais em Santa Catarina. Seu nome foi aprovado pelo Presidente Ernesto Geisel e também pelo seu sucessor, João B. Figueiredo. Outro apoio importante veio de seu antecessor e primo Antonio Carlos Konder Reis que, pela sua vida pública, detém importantes relacionamentos com o alto escalão do Governo Federal, [607] fazendo parte da elite política ao nível nacional. Entretanto, Jorge Bornhausen não chegou a concluir seu mandato, uma vez que se desincompatibilizou, em 15.05.82, para concorrer a vaga ao Senado nas eleições de novembro de 1982. Em seu lugar assume o Vice-Governador Henrique Córdova.

---

[606] AGUIAR, Y. Op. cit. p. 47.

[607] DIÁRIO CATARINENSE. *Jorge Konder Bornhausen: Eleito com o apoio quase total da Arena*. Op. cit. p. 98, 1 c.

8.1.1. A caracterização da estrutura do Estado: o poder do Gabinete do Governador

Assim sendo, no dia 15 de março de 1979 quando Jorge Bornhausen assumiu o governo, recebeu-o já com a Lei 5.516, de 28 de fevereiro de 1979, aprovada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo Executivo, e que dava nova redação à Lei 5.089 de 30 de abril de 1975, que dispõe sobre a estrutura básica da administração estadual. Como o governo de Jorge Bornhausen não significava necessariamente o rompimento político com o governo anterior, mas sim a mais pura continuidade, ele já recebeu o estado "estruturado", onde ele mesmo teve participação decisiva.

Assim, procurar-se-á demonstrar, abaixo, a forma mais acabada desta estrutura formal, desde 1961 com o PLAMEG de Celso Ramos, e que se caracteriza na administração-burocracia do Estado. A intensão é identificar as principais funções que dizem respeito ao principal espaço de poder no Poder Executivo. Destaca-se o gabinete do Governador como a estrutura mais importante de poder. Para melhor se entender esta estrutura[608], pois já percebemos como ela se desenvolveu historicamente a partir da entralização do poder, observa-se que grande parte do poder político de Estado concentra-se no Poder Executivo que é exercido pelo Governador, sendo seus auxiliares, os Secretários de Estado.

Do ponto de vista jurídico e institucional, o Governador, o vice-governador e os Secretários de Estado devem exercer suas atribuições e competências de acordo com a Constituição Estadual e a Federal, auxiliados pelos diversos órgãos que compõem a estrutura da administração pública estadual. O Executivo detém o poder para regular a estrutura, as atribuições e o funcionamento dos órgãos da administração estadual. Por isso o interesse vital das forças políticas em reformar, a cada período, as Constituições Federal e Estaduais, pois o que está em jogo são os espaços para o desenvolvimento da luta das classes no interior da arena política, o Estado.

Assim, na gestão de Jorge Bornhausen, temos a estrutura de Estado de forma mais acabada, levando-se em consideração todo o processo histórico anterior discutido neste trabalho, destacando Jorge Bornhausen como a síntese de um projeto de poder e de dominação de classe. Para se chegar a esta síntese, foram necessárias "intermináveis" relações políticas na construção desta estrutura institucional básica,

---

608 Esta discussão tem como parâmetro a Lei 5.516 de 28 de fevereiro de 1979.

representada principalmente pelo Poder Executivo. Deste modo a conformação da estrutura do Poder Executivo, que reflete sobremaneira a dimensão do poder político, compõe-se, institucionalmente, da Administração *Direta e Indireta:*

8.1.1.1 A Administração Direta: o domínio do Poder Executivo

A Administração **Direta** compreende toda a estrutura, "integrada e subordinada" diretamente ao gabinete do Governador, do Vice-governador e das Secretarias de Estado: compõe-se de 2 (dois) gabinetes, do Governador e do Vice-Governador; 12 (doze) Secretarias de Estado e 2 (duas) Procuradorias, a Geral do Estado e a Geral da Fazenda junto ao Tribunal de Contas. Em comparação com a estruturação do governo Konder Reis, houve a separação do Gabinete do Planejamento da Secretaria da Fazenda, vinculando-o ao Gabinete do Governador, bem como, instituiu-se duas outras: Secretaria da Cultura Esporte e Turismo, e a do Bem Estar Social. [609] Assim, tem-se no detalhamento:

A. Gabinetes: Governador e do Vice-Governador;

B. Secretarias de Estado: Justiça, Fazenda, Educação, Segurança e Informações, Transportes e Obras, Agricultura e Abastecimento, Saúde, Administração, Bem-Estar Social, Indústria e do Comércio, Cultura Esporte e Turismo, Negócios do Oeste (autarquia, com "*status*" de Secretaria de Estado);

C. Procuradorias: Geral do Estado e Geral do Estado Junto ao Tribunal de Contas.

Desta forma, destaca-se o Gabinete do Governador enquanto peça chave e a mais importante na estrutura de poder do estado. Além de possuir a vinculação e o controle de toda a estrutura da administração Direta e Indireta, possui órgãos constituídos e subordinados diretamente a ele, e que lhes dão sustentação nas articulações políticas, assim caracterizados:

1. Casa Civil: uma das principais funções da Casa Civil é a de assessorar o Governador e seu Gabinete em assuntos que dizem respeito à administração civil. Entre eles, cabe ao Secretário da Casa Civil estabelecer as relações com o Poder Legislativo no que diz respeito aos interesses do executivo na tramitação de seus projetos, bem como coordenar junto as Secretarias de Estado e demais órgãos administrativos o exame dos projetos de Lei a serem submetidos à sanção governamental. Compete ainda

---

[609] DIÁRIO CATARINENSE. *Jorge Konder Bornhausen: Recebeu 12 secretarias e criou mais quatro.* Op. cit. p. 99, 3 c.

ao Secretário estabelecer e coordenar as relações com os Prefeitos da capital, dos municípios e aqueles considerados estâncias hidrominerais, bem como assuntos de interesse nacional. Desta forma a Casa Civil exerce um papel político importante no controle e execução das ações de Governo no que diz respeito a questões de ordem tanto administrativas quanto políticas.

2. Casa Militar: O titular desta pasta possui as honras, as prerrogativas e a remuneração de Secretário de Estado e seu papel é o de manter a segurança do Governador e dos Palácios oficiais. É também o encarregado oficial das atividades de Cerimonial, do processo de comunição, bem como a manutenção em perfeito estado de funcionamento do sistema de transportes.

3. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral (GAPLAN): O Chefe do Gabinete possui *status* de Secretário de Estado e assessora o Governador no que se refere a elaboração do plano geral de governo e na política de desenvolvimento regional no tocante a coordenação, revisão e consolidação dos programas setoriais e regionais. Outro papel importante do Secretário do GAPLAN é o de coordenador do sistema de planejamento e orçamento para a execução dos planos de desenvolvimento. O Secretário possui ainda o poder de propor e definir as prioridades para a liberação dos recursos referentes a elaboração da programação financeira de desembolso. Integra também a estrutura do GAPLAN a superintendência de Defesa Ambiental.

O GAPLAN possui ainda poderes: para elaborar as propostas do orçamento-programa anual e do orçamento plurianual de investimentos, bem como a execução, acompanhamento e alteração orçamentária; elaborar e alterar, em conjunto com a Secretaria da Fazenda, a programação financeira do Estado e seu cronograma de desembolso, bem como o acompanhamento de sua execução; estudar as alternativas para a política de desenvolvimento, bem como a coordenação da política de desenvolvimento científico, tecnológico e ambiental, principalmente em seus aspectos econômico-financeiros; estruturar e operar o sistema de contas regionais e o sistema de estatística da Administração Estadual; elaborar os atos de organização, reorganização estrutural e modernização da administração estadual Direta e Indireta e das Fundações instituídas pelo Estado; examinar os projetos e orientar tecnicamente, a implantação de órgãos e entidades da administração estadual Direta e Indireta e Fundações; articular a relação dos municípios com a União, auxiliando especialmente os Municípios, na elaboração dos respectivos programas de aplicação de recursos a eles transferidos; realizar estudos para o conhecimento da capacidade de endividamento do estado, objetivando a autorização para a obtenção de créditos destinados a financiar a

execução do Plano de Governo; responder pelas Secretarias Executivas dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Social; e coordenar os assuntos afins ou interdependentes, que interessem a mais de uma Secretaria de Estado ou entidade.

Estão vinculados ao GAPLAN vários Conselhos: [610]

3. 1. Conselho de Processamento de Dados: composto pelo Secretário Chefe do GAPLAN, que é o seu Presidente, Secretário de Estado da Administração e da Fazenda e do Presidende da CODESC;

3.2. Conselho de Organização e Modernização Administrativa: composto pelo Secretário Chefe do GAPLAN, que é o seu Presidente, pelos Secretários da Administração e da Fazenda, pelo Consultor Geral do Estado e pelo dirigente do órgão específico;

3.3. Conselho de Tecnologia e Meio Ambiente: composto pelo Secretário de Estado Chefe do GAPLAN, seu Presidente, pelos Secretários de Estado da Educação, da Saúde e da Indústria e do Comércio, pelo Presidente da CODESC, pelo dirigente da FATMA e mais 5 (cinco) membros designados pelo Governador;

3.4. Fundação Instituto Técnico de Economia e Planejamento - ITEP: órgão encarregado de estudos e pesquisas econômicas, bem como supervisão dos projetos na área de desenvolvimento econômico;

3.5. Fundação de Amparo a Tecnologia e ao Meio Ambiente - FATMA. órgão criado para atender às exigências de um maior relacionamento com a tecnologia e o meio ambiente, intermediando recursos e desenvolvendo projetos específicos relacionados aos impactos ambientais.

4. Consultoria Geral do Estado: compete ao Consultor assessorar o Chefe do Poder Executivo em assuntos de natureza jurídica de interesse da administração estadual, no sentido de coordenar e supervisionar os trabalhos afetos aos órgãos de serviço jurídico do estado com o fim de uniformizar a jurisprudência administrativa estadual.

---

[610] Estes Conselhos fazem parte de um processo de institucionalização formal, de interesses de classe, ou mais precisamente a atribuição de "status" político e público aos grupos de interesse, e possuem duplo efeito, ou seja: "qualquer atribuição de "status" significa que, por um lado os grupos auferem vantagens e privilégios, mas, por outro, tem de aceitar certas limitações restritas. Em caso típico, o acesso a posições decisórias no governo é facilitado por meio do reconhecimento político de um grupo de interesse, mas a organização em questão torna-se sujeita a obrigações mais ou menos formalizadas, como por exemplo o comportamento responsável e previsível e a abstenção de demandas não-negociáveis ou táticas inaceitáveis. Cf. OFFE, Claus, A atribuição de *status* público aos grupos de interesse. In. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 240-1.

5. Assessoria Especial: Compete ao assessor especial assuntos de interesses específicos ligados ao Gabinete do Governador

6. Conselhos Estaduais: Estes conselhos estão vinculados diretamente ao Gabinete do Governador e, na ausência do Presidente ou do Vice, assume o Secretário de Estado Chefe do GAPLAN. O Presidente dos Conselhos pode convocar representantes de entidades de classe para serem ouvidos em assuntos que lhes são próprios. São eles:

6.1. Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - (CEDE): Compete o assessoramento ao Governador na formulação da política econômica e, em especial, na coordenação das atividades de interesse das Secretarias de Estado, segundo a orientação geral definida no plano de governo. É composto pelo Governador do estado que é seu Presidente, pelo Vice-Governador seu Vice-Presidente, pelo Secretário de Estado Chefe do GAPLAN que é seu secretário executivo, pelos Secretários da Fazenda, da Indústria e do Comércio, da Agricultura e Abastecimento, da Casa Civil, pelo Presidente da CODESC e mais 07 (sete) membros nomeados pelo Governador.

6.2. Conselho Estadual de desenvolvimento Social (CEDS): compete assessorar o Governador na formulação da política social e, em especial, na coordenação das atividades das Secretarias de Estado interessadas, segundo orientação geral definida também no plano de governo. O Conselho é composto pelo Governador seu Presidente, pelo Vice-Governador seu Vice-Presidente, Pelo Secretário de Estado Chefe do GAPLAN que é seu secretário executivo, pelos Secretários de Estado do Bem-Estar Social, da Saúde, da Educação, da Casa Civil, pelo presidente da CODESC, e mais sete membros nomeados pelo Governador do estado de Santa Catarina.

6.3. Conselho de Política Financeira: Compete a este conselho, formular as diretrizes básicas de política financeira do governo do estado para a maximização de suas disponibilidades monetárias e a otimização de seus recursos, promovendo o ajustamento dos fluxos de caixa da administração Direta com o sistema CODESC, com vistas à implementação dos programas econômicos e socias, fixados no plano geral de Governo. As decisões deste Conselho têm eficácia normativa, vinculando órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundações instituídas pelo Estado. As decisões, entretanto, tem de ser homologadas pelo Governador do estado. O Conselho é composto pelo Secretário de estado Chefe do GAPLAN que é o seu Presidente, pelo Secretário de Estado da Fazenda e pelo Presidente da CODESC.

7. Secretaria Particular do Governador: Trata dos assuntos pessoais do governador quando no desempenho de suas funções no cargo.

8.1.1.2. Administração Indireta: espaços de negociação política

A Administração **Indireta** compreende as instituições públicas que possuem personalidade jurídica própria, como as Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Esta estrutura está vinculada diretamente ao Gabinete do Governador, ou do Vice-Governador nos casos previstos em Lei, ou então às Secretarias de Estado em casos específicos em que esteja enquadrada na área de competência.

Desta forma, são Autarquias as seguintes estruturas institucionais: Departamento de Estradas e Rodagem - DER/SC; Departamento Autônomo de Edificações - DAE; Programa Especial de Apoio à capitalização de Empresas - PROCAPE; Departamento Autônomo de Saúde Pública - DSP; Junta Comercial do Estado de santa Catarina - JUCESC; Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC; Secretaria dos Negócios do Oeste.

Fazem parte da estrutura como Empresas Públicas as seguintes empresas: Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. - EMPASC; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina - EMATER e Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina - IOESC.

São consideradas Sociedades de Economia Mista: Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC; Banco do Estado de Santa Catarina - BESC; Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BADESC; Companhia de Processamento de Dados do Estado de Santa Catarina - PRODASC; Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC; Companhia Catarinense de Armazenamento - COCAR; Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina - CODISC; Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC; Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN; Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC; Companhia de Turismo e Empreendimentos do Estado de Santa Catrina - CITUR; Companhia de Desenvolvimento do Oeste - CODOESTE e Eletrificação Rural de Santa Catarina - ERUSC.

A estrutra da administração estadual conta ainda com outra figura jurídica, as Fundações: Fundação Hospitalar de Santa Catarina - FHSC: Fundação Educacional de Santa Catarina - FESC; Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente - FATMA; Fundação Catarinense do Trabalho -

FUCAT; Fundação Instituto Técnico de Economia e Planejamento - ITEP; Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor - FUCABEM; Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE; Fundação Catarinense de Cultura - FCC; e Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade - FCDC.

Assim, foi esta estrutura que propiciou a Jorge Bornhausen executar as políticas de seu governo e garantir a vitória do seu partido, o PDS, nas eleições de 1982. A estrutura serviu de elemento importante de negociação política para o estabelecimento da dominação oligárquica. Para tanto, construiu ao longo do tempo as bases da reprodução de seu próprio poder ao priorizar a Secretaria de Transportes e Obras e fortalecer seu Secretario de Estado Esperidião Amin, seu sucessor.

8.1.2. A gestão de Jorge Bornhausen: prioridade para a Secretaria de Transportes e Obras

A gestão de Jorge Bornhausen foi marcada pela continuação do governo anterior e manutenção de boas relações com o governo militar que lhe deu sustentação financeira para desenvolver os projetos vinculados ao seu Plano de Ação do Governo -PAG, e garantir a transição política em Santa Catarina:

> Jorge Bornhausen diz que recebeu o Estado com contas equilibradas e recursos, inclusive em caixa, do seu antecessor, o primo Antônio Carlos Konder Reis. O que veio, segundo ele, a facilitar em muito sua tarefa de administrar o Estado de Santa Catarina. Mas como é natural conta que enfrentou muitas dificuldades. "nenhuma intransponível", diz.
> Perguntado como era o relacionamento do Governo do Estado com o Governo da União, Bornhausen diz que as relações sempre foram muito boas. "Tive o apoio do presidente João Figueiredo e de todos os ministros". Ele destaca ainda a cooperação do presidente do Banco do Brasil, doutor Osvaldo Colin, o do Bndes (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), Luis Sade e o da CEF (Caixa Econômica Federal), Gil Macieira, que possibilitaram a concretização para as construções de grandes obras de infra-estrutura. [611]

O PAG era a continuidade dos planos anteriores desde o PLAMEG de Celso Ramos. Como se observa, sua gestão foi marcada pela construção de grandes obras de infra-estrutura envolvendo diretamente o setor da construção civil. Contou ainda com a "cooperação" e financiamentos do Banco do Brasil, do BNDES e da CEF, com verbas intermediadas por Antônio C.K. Reis. Além disso, Jorge Bornhausen recebeu o governo do estado com as contas públicas equilibradas e recursos em caixa, e os gastos com a folha de pagamento não ultrapassavam 40% da arrecadação: "Segundo ele, a estrutura do Estado era bem mais leve que agora [1993] e exemplifica dizendo que a folha dos funcionários não

---

[611] DIÁRIO CATARINENSE. *Jorge Konder Bornhausen: Nunca perdeu votação na Assembléia*. Op. cit. p. 98, 1,2 e 3 c.

ultrapassava a 40% em média, em relação à arrecadação. (...) "Meu governo foi julgado pelas urnas, ocasião em que elegi meu sucessor , Esperidião Amin, e fui conduzido ao senado em 1982 pelo voto direto".[612]

As políticas desenvolvidas pelo PAG, mantinham o critério setorial:

1. Setor de Transportes e Obras: a construção de obras de "infra-estrutura" possuía um caráter altamente estratégico para Jorge Bornhausen, pois precisava eleger seu sucessor.

> (...) a STO detinha no governo Bornhausen/Córdova a maior dotação orçamentária, conforme podemos constatar pelos relatórios oficiais do TC. Portanto, constituia-se numa espécie de Núcleo de Governo. Além disso, também de acordo com dados comparativos da própria secretaria (...) foi no governo Bornhausen/Córdova que a STO realizou o maior número de obras, se levarmos em conta as gestões anteriores e as que se seguiram a esta. E veremos também que o maior número de realizações ocorreram nos anos eleitorais (e mesmo pré eleitoral), como no caso de 82. [613]

Assim sendo, a Secretaria de Transportes e Obras serviu aos interesses dos grupos que se organizaram em torno do PDS e serviu também de espaço estratégico para o Secretário desta pasta, Esperidião Amin.

> (...) apesar de entendermos que não seja apenas a realização de obras por uma gestão condição suficiente para garantir a vitória de um partido no poder, pois outros fatores são condicionantes do voto, também é preciso levar-se rm conta as ações clientelísticas e coronelistas vigentes entre lideranças e partidos aonde esta prática não é só possível como bem-vinda. Ou seja, partidos que permitem a troca de favores entre os executores de políticas públicas e aonde os braços do Estado encontram solos férteis para prosperar. [614]

Esperidião Amin, por sua vez, pautou sua gestão nos investimentos que envolviam diretamente o setor da construção civil, destacando-se os subsetores de pavimentação, construção pesada e montagem industrial,[615] e que garantiam a aplicação dos "investimentos em infra-estrutura"nos municípios, tais como: pontes, estradas, pavimentação asfáltica, Ginásios de esporte etc.

> Não seria errado de todo afirmar que a STO não só permitiu a consolidação definitiva da candidatura Amin dentro de seu próprio partido, como também possibilitou enorme margem de manobra por parte do candidato junto ao eleitorado e prefeituras comandadas pelo PDS (além de desfrutar de excelente espaço na mídia como nenhum outro candidato seria capaz de conseguir - pelo menos não nas mesmas condições). [616]

Apesar do lema de governo de Antônio Carlos K. Reis ser "Governar é encurtar distâncias", foi na gestão de Jorge Bornhausen que se construiu o maior número de estradas, pois

---

612 DIÁRIO CATARINENSE. *Jorge Konder Bornhausen: Recebeu 12 secretarias e criou mais quatro*. Op. cit. p. 99, 3 c.
613 AGUIAR, I. Op. cit. p. 146.
614 AGUIAR, I. Op. cit. p. 147.
615 Ver o interessante trabalho de BERTELLI, Edilane. *Consensos e dissensos na indústria da construção civil*: os rumos da ação política empresarial na "Ilha da magia". Florianópolis: CPGSP-UFSC. Dissertação de Mestrado. 1994.
616 AGUIAR, I. Op. cit. p. 147.

> é igualmente importante entender que foi durante a gestão Bornhausen/Córdova que novos projetos de rodovias foram implantados, com recursos externos, principalmente tendo o Bid como órgão financiador. (...) Convém destacar que grande parte das obras eram executadas mediante recursos federais e através de um fundo estadual, o Fundo de Assistência Rodoviária, Fear, que mantinha o programa das Patrulhas Rodoviárias Mecanizadas. Ou seja, tudo isso garantia a STO (e principalmente ao seu titular, antes de mais nada candidato ao governo do Estado) ampla margem de manobra política e quem sabe (sic) eleitoral, devido a série de convênios e colaboração técnica com prefeituras e instituições de caráter comunitário. [617]

Assim sendo

> Em três anos de administração estadual, Bornhausen pavimentou mil quilômetros de rodovias e teve o apoio de verbas federais para concluir estradas. Em Florianópolis, pavimentou a estrada do Pântano do Sul, Barra da Lagoa e do Sambaqui. Fez a nova pista da Beira-Mar Norte. Construiu o CIC (Centro Integrado de Cultura) e o Terminal Rita Maria. Outra obra que Bornhausen destaca são 15 mil quilômetros de linhas de eletrificação rural que instalou em diversos municípios e distritos catarinenses. [618]

A construção dos "15 mil quilômetros de linhas de eletrificação rural" estava vinculado ao Programa de Eletrificação Rural da ERUSC (hoje extinta) sob a supervisão do Vice-Governador Henrique Córdova, que comandava ainda projetos das empresas públicas como CASAN e CELESC.

2. Setor Agropecuário: sua prioridade foi garantir a construção de Centrais de Abastecimento (CEASAS) nas cidades de Blumenau e Joinville, bem como a construção de câmaras frias para o setor produtor de maçã no meio oeste catarinense.

3. Setor Educacional: foi criada a Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, para o tratamento e educação de pessoas mentalmente deficientes. Foi instituída a reclassificação do magistério público estadual, gratificações como o pó-de-giz e o pó-de-estrada. Também foi realizado a construção de novas salas de aula, como é o caso do Colégio Anita Luz Pires no bairro Estreito, em Florianópolis.

4. Setor Assistência Social: os programas sociais também tiveram destaque com a implantação do Programa "Olha o Peixe" e a implantação dos "Comandos Sociais".[619]

Jorge Bornhausen e Esperidião Amin desincompatibilazaram-se de seus cargos para assumirem suas posições, nas eleições de 1982, frente as oposições e em seus lugares assumiram o Vice-governador Henrique Helion Velho de Córdova e Marcos João Rovaris, respectivamente.

---

617 AGUIAR, I. Op. cit. p. 158-59.

618 DIÁRIO CATARINENSE. *Jorge Konder Bornhausen: Com o apoio de verbas federais, pavimentou mil quilômetros de rodovia, em três anos.* Op. cit. p. 99, 1 c.

619 DIÁRIO CATARINENSE. *Jorge Konder Bornhausen: Com o apoio de verbas federais, pavimentou mil quilômetros de rodovia, em três anos.* Op. cit. p. 99, 1 c.

8.2. HENRIQUE HELION VELHO DE CÓRDOVA: NA TRANSIÇÃO POLÍTICA A RESPONSABILIDADE DE ELEGER ESPERIDIÃO AMIN E JORGE BORNHAUSEN - "A MÃO NA CUMBUCA" (1982-1983)

Ao deixar o governo para concorrer ao senado, Jorge Bornhausen se desincompatibilizou do cargo, asssumindo em seu lugar o vice-governador Henrique Helion Velho de Córdova. Henrique Córdova nasceu na serra catarinense em São Joaquim, no dia 18 de fevereiro de 1938, filho do pequeno comerciante de calçados José Henrique Córdova e de Tamira Batista Velho de Córdova.[620] Seus primeiros estudos foram realizados no colégio Professor Manoel Cruz em São Joaquim. O curso ginasial foi iniciado no Colégio Diocesano de Lages e concluído no Colégio Catarinense em Florianópolis, o mesmo acontecendo com o curso científico, iniciado em Lages e terminado no Catarinense. Segundo Henrique Córdova, "para estudar sempre dependi de bolsas de estudos, já que a minha família não tinha posses para custear um colégio particular".[621] Bacharelou-se pela Faculdade de Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (1957-63). Em 1964 retorna para São Joaquim, onde exerce a profissão de advogado. Ocupou o cargo de Secretário de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Joaquim (1966). Elegeu-se Deputado à Assembléia Legislativa à 7ª legislatura (1971-1975), pela ARENA, sendo líder do partido na Assembléia (1972-1974); também, elegeu-se Deputado federal (1975-1979) pelo mesmo partido. Ocupou o cargo de Vice-governador na gestão de Jorge Bornhausen (15.03.79 a 14.05.82); quando Jorge Bornhausen se desincompatibilizou para o senado, Henrique Córdova assumiu o cargo de Governador (14.05.82 a 15.03.83). Foi presidentedo Diretório Regional do PDS. Exerceu o cargo de Diretor de Depósitos e Operações Diversas da Caixa Econômica Federal.[622]

Logo ao bachalerar-se, retornou para São Joaquim para exercer a profissão, e "iniciou uma espécie de 'clínica geral' na advocacia, em São Joaquim, mas aos poucos foi se fixando em Direito Penal, specializando-se em Júris pelo interior. Seu território de ação era abrangente: Lages, São Joaquim, Bom Jesus [RS], Vacaria [RS], Tubarão".[623]

---

620 DIÁRIO CATARINENSE. *Henrique Córdova: Seu pai era um pequeno comerciante de calçados em São Joaquim. Vocação política veio no campus.* Op. cit. p. 101, 1 c.
621 DIÁRIO CATARINENSE. *Henrique Córdova: Seu pai era um pequeno comerciante de calçados em São Joaquim. Vocação política veio no campus.* Op. cit. p. 101, 1 c.
622 PIAZZA, W. (1985), Op. cit. p. 169-70.
623 DIÁRIO CATARINENSE. *Henrique Córdova: Idéias o levaram à prisão.* Op. cit. p. 101, 2 e 3 c.

Quando de seu período de estudante universitário, por influência daquele momento de efervescência política, Henrique córdova defendia as reformas de base propostas por João Goulart e, logo após o golpe de Estado de 1964, foi preso juntamente com seu pai:

> Jovem, como muitos então, defendia idéias tipo reformas de base. E em 1963/64 isso era perigoso. Não desistiu dessa postura ao se instalar no Planalto. Com o golpe militar de 1964, e essas idéias de reformas rolando, Henrique Córdova se deu mal. Foi preso. E não foi sozinho. Os militares levaram também seu pai José Rodrigues. Por quê? "Meu pai era um dos únicos, senão o único homem em toda aquela região que tinha uma biblioteca imensa, com obras de autores não bem vistos. Fomos para o quartel do 2º Batalhão Rodoviário de Lages. Lá fiquei 20 dias respondendo a um inquérito poliicial-militar".[624]

Esta influência das reformas fez parte de suas atividades políticas junto às organizações estudantis na Universidade: "elegeu-se presidente de um dos centros acadêmicos mais atuantes no país, na época, ao lado do Centro Acadêmico Maurício Cardoso, que era da Faculdade de Direito da PUC (Pontifífia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), o André da Rocha. Foi também Chefe executivo da Feurgs (Federação dos Estudantes Universitários do Rio Grande do Sul)". [625] Por outro lado, a grande influência política partiu de seus professores, que, como ele, tiveram sua formação básica em colégios religiosos de padres jesuítas, como é o caso do Colégio catarinense em Florianópolis e do Colégio Anchieta em Porto Alegre, colégio este, de onde vinha a maior parte de seus professores:

> "Na verdade, no Rio Grande do Sul adquiri uma bagagem cultural muito sólida", conta Córdova. E lembra que em sua época "inegavelmente" teve uma galeria dos professores mais respeitados do país. "O de Introdução à Ciência do Direito era João Leitão de Abreu, que depois foi Ministro dos governos Geisel e João Figueiredo; o profesor de Direito Constitucional era Brochado da Rocha, que em 1961, no rápido parlamentarismo que o Brasil viveu, foi o primeiro-ministro no governo de João Goulart; o professor de Filosofia do Direito era Armando Câmara; e houve outros, como Darci Azambuja, Martins Costa, Mendonça Lima, Ernâni Estrela e Eloy José da Rocha, mais tarde ministro do Supremo Tribunal Federal".[626]

O início da carreira política de Henrique Córdova está asssociado ao seu poder de oratória aprendida no curso de Direito e influenciada basicamente pelo acervo de seu pai: "criado entre os livros do pai, Henrique é homem de cultura incomum, o que se reflete em seus discursos: é capaz de citar de cor trechos inteiros dos sermões de Vieira, juntamente com autores da atualidade, no campo dos estudos políticos".[627] As suas atividades político-partidária iniciaram-se quando o recém advogado foi preso pelo

---

624 DIÁRIO CATARINENSE. *Henrique Córdova: Idéias o levaram à prisão.* Op. cit. p. 101, 3 c.

625 DIÁRIO CATARINENSE. *Henrique Córdova: Fama de bom de palanque ganhou após universidade.* Op. cit. p. 101, 4 c.

626 DIÁRIO CATARINENSE. *Henrique Córdova: Fama de bom de palanque ganhou após universidade.* Op. cit. p. 101, 4 c.

627 KONDER, Victor Márcio. Algemas para visitar a mulher. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. *Henrique Córdova: Padre estimulou carreira política.* Op. cit. p. 102, 3 c.

regime de 1964 e começou a perder seus clientes: "a clientela simplesmente sumiu do Escritório com receio de manter contato com um advogado que fora preso pela revolução" recorda. Retomar as atividades na advocacia era um obstáculo cada vez maior".[628] Entretanto, com o aval do governador Celso Ramos, o jovem advogado passou a atuar no PSD e assumiu o cargo de secretário do Planejamento do município de São Joaquim, o que o deixou em contato direto com a estrutura de poder local.

> Exerceu a advocacia a partir de 1966 (sic), onde se revelou, de pronto, um orador brilhante. Suas defesas no Júri eram assistidas por pessoas alheias ao julgamento, atraídas pelo prazer de ouvir a oratória do advogado. Daí para a política foi um passo; quase inevitável. Passou a atuar no antigo PSD, tornando-se secretário de Planejamento do seu município. Eleito suplente de deputado estadual, coube-lhe, certa vez, saudar o governador Celso Ramos, em visita a São Joaquim. Este ficou tão impresionado com o jovem que tratou de fazer todas as démarches para que Córdova assumisse uma cadeira permanente na Assembléia Legislativa, o que realmente aconteceu, durante cerca de dois anos. [629]

Assim sendo, ingressou no PSD e mais tarde, foi influenciado pelo Padre Blévio Ozelame a ingressar na grande política pelo partido da situação a ARENA:

> Aí surgiu aquele amigo, inesperadamente, em boa hora. Esse amigo foi o padre Blévio Ozelame. "Era e é um padre mas com um sentido prático extraordinário. Um dia foi à minha casa, quando já estava disposto a entrar na atividade política. Isso em 1966. Pretendia começar como vereador, lá embaixo.
> Ocorre que o padre Ozelame argumentou que a região não podia mais ficar sem um representante na Assembléia Legislativa, e tinha chegado o momento de tentar. E convenceu Córdova a entrar na Arena, partido sustentáculo do golpe de 1964. " o eleitorado, que te conhece, vai votar em ti sem medo", dizia o padre. e Ozelame tinha razão: Córdova, candidato a deputado estadual, pegou 96% dos votos em vários municípios da região. Uma situação estranha: preso por defender idéias socialistas (sic), ele foi votado por um partido que defendia os detentores do poder, com idéias completamente diferentes. Mas não conseguiu se eleger: ficou na 5ª suplência, com 6.337 votos, faltando 163 para ganhar, direto, uma cadeira na Assembléia. Dois anos depois, porém, assumiu, com o falecimento e licença de alguns deputados. [630] [Leia-se "cassassão"! - VAS]

Desta forma, Henrique Córdova, alçado à política partidária pela ARENA, e agora com respaldo político, volta a exercer a advocacia paralelamente a atividade legislativa: pois "revela que não conseguiria sobreviver em Florianóplis com o salário de deputado, morando em hotel".[631]

Em 1970 elege-se Deputado estadual "com o dobro de votos que fizera na primeira tentativa. Em 1974 tentou vôo mais alto: candidatou-se a Deputado federal, sempre pela ARENA, e foi eleito".[632]

---

628 DIÁRIO CATARINENSE. *Henrique Córdova: Depois de preso pelos militares, a clientela sumiu. Acabou deputado em 66 eleito pela Arena*. Op. cit. p. 102, 1 c.

629 KONDER, Victor Márcio. Algemas para visitar a mulher. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. *Henrique Córdova: Padre estimulou carreira política*. Op. cit. p. 102, 2 e 3 c.

630 DIÁRIO CATARINENSE. *Henrique Córdova: Depois de preso pelos militares, a clientela sumiu. Acabou deputado em 66 eleito pela Arena*. Op. cit. p. 102, 1 c.

631 DIÁRIO CATARINENSE. *Henrique Córdova: Depois de preso pelos militares, a clientela sumiu. Acabou deputado em 66 eleito pela Arena*. Op. cit. p. 102, 1 c.

Henrique Córdova assumiu o cargo de vice-Governador, juntamente com a indicação de Jorge Bornhausen. No cargo de vice-governador assumiu a responsabilidade pelo gerenciamento de empresas públicas vinculadas: "Como vice, já tinha várias atribuições de peso dentro do Governo, uma fórmula criada por Antônio Carlos Konder Reis. O Vice, por exemplo, era o responsável pela empresas vinculadas, como Casan, Celesc, Erusc (hoje extinta), e exercia a supervisão no programa de eletrificação rural. Os recursos, lembra Córdova, vinham do Conselho Nacional do Petróleo".[633]

Henrique Córdova assumiu o governo de Santa Catarina com o "objetivo explícito" de eleger os candidatos da ARENA, já que a oposição vinha crescendo eleitoralmente. Assim Córdova relata que pretendia ajudar a eleger Jorge Bornhausen senador e Esperidião Amin governador: "O Jorge passou praticamente toda a campanha acompanhando um filho seu que tinha leucemia em um hospital nos Estados Unidos, e isto me forçou a substituí-lo na campanha." Era uma eleição direta, "difícil depois de 20 anos", reforça.[634]

Para a Assembléia Legislativa, também ajudou a eleger vários deputados estaduais e sua relação com a casa foram as melhores possíveis. "sempre tive maioria e me entendi muito bem com os deputados. fizemos uma administração com participação efetiva dos deputados", contabiliza. Na época, (...) seu relacionamento era tão bom que, além de eleger o seu sucessor e Jorge Bornhausen senador, ajudou a reeleger vários deputados estaduais e federais.

O relacionamento de seu governo com o Presidente era de cordialidade: "Figueiredo foi uma pessoa que revelou alta simpatia pelo estado, dando toda a cobertura", lembra. E quando encaminhava seus pleitos ao Ministério da Fazenda e esse relutava, "falava com o Figueiredo e no outro dia nós estávamos com os recursos pedidos."[635]

Durante sua gestão de governo houve denúncias de várias irregularidades, de desvios de dinheiro público através da manipulação do dinheiro e das instituições públicas. Em maio de 1982, o então

---

632 DIÁRIO CATARINENSE. *Henrique Córdova: Depois de preso pelos militares, a clientela sumiu. Acabou deputado em 66 eleito pela Arena.* Op. cit. p. 102, 1 c.

633 DIÁRIO CATARINENSE. *Henrique Córdova: Primeira eleição direta depois de 20 anos, e ele tinha a missão de ajudar Jorge Bornhausen e Amin.* Op. cit. p. 103, 1 c.

634 DIÁRIO CATARINENSE. *Henrique Córdova: Primeira eleição direta depois de 20 anos, e ele tinha a missão de ajudar Jorge Bornhausen e Amin.* Op. cit. p. 103, 1 c.

635 DIÁRIO CATARINENSE. *Henrique Córdova: Boas relações com poderes facilitou.* Op. cit. p. 103, 4 e 5 c.

Governador Henrique Córdova, continuando a gestão de Jorge Bornhausen, ao assumir o governo declarou:

> a minha meta como governador é vencer o pleito democrático de 15 de novembro. E para isto envidarei todos os meus esforços, não me portarei no governo do estado como magistrado no que diz respeito às eleições. (...) Estarei no governo como integrante do PDS e como seu instrumento. (...) terão em mim um governo que percorrerá todos os recantos do estado de Santa Catarina, de lar em lar, de comunidade em comunidade, levando o nome dos candidatos a preferência popular (do PDS) para eles. [636]

Em outro veículo de comunicação, Córdova explicitava suas intenções e interesses, pois

> como partidário, eu não vou pretender transferir à opinião pública a impressão hipócrita de que me manterei eqüidistante (como governador). Vou me empenhar na luta como integrante do PDS. (...) política é acima de tudo composição de interesses. (...) não podemos mais esconder a realidade com palavras equivocadas e ambíguas. Política é a aglutinação de interesses. (...) se o governo /federal/ fizesse eleição partindo do pressuposto de que deveria estabelecer regras que favorecessem a oposição, este governo seria tudo, menos governo. Seria um conglomerado de malucos.[637]

Como se pode observar as declarações de Henrique Córdova determinam o comportamento do então governador frente a sucessão. Henrique Córdova, mais tarde, em 1990, havia dado declarações à imprensa confirmando o uso de dinheiro público para eleger Esperidião Amin. Estas declarações foram uma resposta ao próprio Amin que o acusava de ter sido o responsável pela deterioração financeira do estado quando estava no governo.

> Acerca das declarações de Córdova, podemos confirmar pelas manchetes dos jornais na época: OE, de 19/09/90, afirmava que "Córdova diz que usou a máquina para eleger Amin", trazendo a seguinte chamada de capa: "o ex-governador Henrique Córdova (sem partido) confessou ter usado o dinheiro público (pelo menos 70 milhões de dólares) para ajudar a eleger o candidato do PDS ao Governo, Esperidião Amin, em 1982, seu sucessor". Enquanto o Diário Catarinense, grupo RBS, também confirmava as declarações do ex-governador, através de chamada na página 12: "ex-governador admitiu o uso de recursos do estado, em 82, na campanha de Esperidião", também em sua edição de 19 de setembro. [638]

Neste sentido, torna-se explícita a utilização de recursos públicos e da estrutura do estado como forma de defesa de interesses específicos. Uma destas formas pode ser observada nos argumentos da estratégia adotada:

> Henrique Córdova tinha uma firme convicção naquele curto período como governador, defendendo candidaturas de correligionários ao Senado e à sua própria sucessão: "O Estado não tem que fazer coisa nenhuma, pois essa tarefa é dos municípios, onde a população pode fiscalizar melhor todos os atos do Executivo. E o que quer o município?" - pergunta Córdova. Quer hospitais, creches, ginásio de esportes, escolas, combustível para movimentar as máquinas. Córdova mandou fazer um estudo para levantamento do custo dos ginásios de esportes de porte

---

636 AGUIAR, I. Op. cit. p. 172. Estas declarações foram publicadas no Jornal *O Estado* de 15.05.82 , p. 3.
637 AGUIAR, I. Op. cit. p. 172. Estas declarações foram publicadas na Revista *Quem-SC*, abr-82, (11), p. 7-8.
638 AGUIAR, I. Op. cit. p. 173.

> médio, de conjuntos de salas de aula - duas salas, uma sala. Já com as plantas e o valor para investimento em mãos, mandava chamar o prefeito. Perguntava a ele o que queria: um ginásio de esportes? Quantas salas de aula? Um ambulatório? E queria saber quanto precisava para fazer as obras. Dava uma semana para o prefeito responder. A resposta geralmente era a mesma: gastariam metade do valor pelo qual o Estado construiria e um quarto se fosse bancada pelo Governo Federal. "Então comecei a repassar os recursos. Entendeu-se, depois, que havia corrupção no meio. Acabei respondendo a muitos inquéritos, mas no fim as diligências provaram que as obras realmente foram construídas".[639]

Para articular seu projeto de governo-cabo-eleitoral, em 16 de agosto de 1982, o Presidente Figueiredo, juntamente com o presidente nacional do PDS José Sarney, e que já havia feito várias incursões por Santa Catarina, convocou uma reunião com todos os candidatos do PDS aos governos estaduais, para fazer uma avaliação sobre a situação eleitoral do partido. Esta reunião também se dedicaria a traçar todas as estratégias e diretrizes para a campanha do PDS a nível nacional.

> Além disso, o Planalto influíra em vários momentos no programa traçado pelo diretório regional do PDS catarinense durante a campanha, através do encarregado dos negócios eleitorais do Presidente Figueiredo, o presidente nacional do PDS, José Sarney, que fizera várias incursões a Santa Catarina para acompanhar de perto a campanha pedessista. E por último, ressalta-se o fato de que o próprio Figueiredo participaria de comícios no mês de setembro na capital catarinense, cuja visita presidencial era cercada de forte aparato de segurança, pois temia-se a repetição dos acontecimentos de novembro de 79, quando Figueiredo envolveu-se num confronto contra manifestantes. Assim, sob esta justificativa a Polícia Federal invadiu a sede do PT, que ficava há algumas quadras do local do comício do Presidente, ocasião em que faixas e bandeiras foram arrancadas das janelas do prédio do partido de oposição. [640]

Para completar o círculo do poder, o Governo Federal possuía ainda um relatório completo com as pesquisas eleitorais em todo o Brasil, mostrando a real situação do partido e que seria muito difícil a vitória do PDS em Santa Catarina. Mesmo assim, Henrique Córdova apresentou a sua "estratégia de campanha" para o Presidente-General Figueiredo que, ao aprová-la teria comentado com Córdova: "se você conseguir realizar o que está me dizendo, você vai ser um dos poucos governadores (do PDS) que vai eleger seu sucessor".[641]

Objetivamente, as estratégias e táticas adotadas, estavam consubstanciadas na utilização da estrutura do Estado como alavanca política para as eleições de 1982 no enfrentamento das oposições. Este aspecto evidencia-se, por sua vez, através da análise do Relatório do Tribunal de Contas do Estado, ao final da gestão de Jorge Bornhausen\Henrique Córdova e na gestão de Espiridião Amin. [642]

---

639 DIÁRIO CATARINENSE. *Henrique Córdova: Obras nos municípios levantaram suspeitas.* Op. cit. p. 103, 2 e 3 c.
640 AGUIAR, I. Op. cit. p. 171, notas.
641 AGUIAR, I. Op. cit. p. 173. Esta declaração foi dada por Henrique Córdova pessoalmente, em depoimento ao autor.
642 Cf. AGUIAR, I. Op. cit. principalmente o capítulo III "A estratégia do governo federal e estadual na campanha do PDS", p. 128-83.

As evidências de "promiscuidade" encontradas no Relatório dizem respeito as irregularidades ocorridas durante as administrações, tais como: distorções na aplicação do orçamento governamental; contratação irregular de servidores sem concurso; subvenções para a manutenção de empresas privadas a partir de contratos superfaturados; e utilização de órgãos da estrutura estatal tais como: SECOM (Secretaria de Comunicação), BESC e o PROCAPE.

A Secretaria Extraordinária de Comunicação Social - SECOM, funcionava como assessoria especial para assuntos de divulgação, sendo Secretário o jornalista Paulo da Costa Ramos, o PCR, que foi contratado no início de 1982 com o objetivo de desenvolver "intenso programa de divulgação do estado, através da campanha denominada 'Identidade Catarinense', que procurava colocar Santa Catarina 'no mapa do Brasil', ou seja, divulgar suas potencialidades e belezas naturais. Com isto, conseguiria mediante investimentos de recursos estaduais garantir durante o ano de 82, Santa Catarina em evidência na mídia".[643]

Para tanto, o que se observou foi a disparidade entre a pequena dotação de recursos para a SECOM e o enorme volume de gastos com publicidade durante o governo Bornhausen/Córdova. Para tanto gasto o governo solicitou à Assembléia Legislativa a liberação de verba "suplementar" à SECOM, para serem aplicados em atos de publicidade do governo durante "período especial", ou seja, nos meses de agosto a novembro, justamente os meses mais importantes da Campanha, através de documento da SECOM datado de 6 de agosto de 82. O pedido da SECOM seria prontamente atendido pelo governador Henrique Córdova, ao mesmo tempo em que colocaria à mostra o esquema de divulgação montado pelo governo, que consistia na destinação por parte de cada secretaria, empresas estatais e fundações de verbas visando a constituição do chamado "bolo" da publicidade do Estado.[644]

Para a consecução desta estratégia, havia um "convênio" estabelecido entre os diversos organismos estatais para o pronto atendimento dos esforços de divulgação das ações do governo catarinense. O esquema funcionava pois "eram desviados recursos, em montantes consideráveis para serem aplicados em publicidade, de empresas estatais prestadoras de serviços essenciais, a exemplo da Celesc, Casan, Ipesc etc. Além de recursos provenientes do sistema financeiro estadual, de empresas como Bescri, Badesc, Bescam

---

643 AGUIAR, I. Op. cit. p. 142.
644 AGUIAR, I. Op. cit. p. 141.

etc".[645] As evidências deste esquema podem ser percebidas pelo orçamento que a Secretaria administrou, e contidos no Relatório do TC:

> De acordo com o relatório do TC, houve um "acréscimo" no que tange ao ítem "despesas de custeio" por parte da Secom em relação ao orçado, que ultrapassou,[...] a 1.103,62%. ou seja, de um total orçado de Cr$ 91 milhões, a Secom gastaria em atos de divulgação do governo (portanto, puramente publicidade) o equivalente a Cr$ 1 bilhão e 101 milhões. (Ou seja, a Secom gastaria Cr$ 1 bilhão a mais ao previsto no orçamento).[646]

Pode-se observar o grande impacto no orçamento e a visão estratégica de seus articuladores. Entretanto, o Tribunal de Contas apontou e questionou os recursos "estranhos" que a Secretaria realizou com publicidade e com a manutenção do gabinete do Secretário durante a gestão de Paulo da Costa Ramos "(...) ao falar dos órgãos governamentais nos quais ocorreram 82 grandes diferenças nos gastos levando-se em conta o inicialmente orçado: o TC registrou a dotação inicial de Cr$ 28 milhões com a manutenção do Gabinete do Secretário da Secom, com as despesas chegando a exatamente Cr$ 1 bilhão e 102 milhões, que coincide com o montante observado pelo Relatório do TC na p. 29".[647]

Por outro lado, o destino dos gastos estava vinculado com a perspectiva de minar as bases eleitorais da oposição, com a maioria das verbas de publicidade realizadas em municípios de maior densidade populacional e industrial, os maiores colégios eleitorais: Joinville; Blumenau; Criciúma; Lages; Florianópolis e Chapecó.

> Ressalta-se o fato de que estas regiões possuiam maior número de veículos de comunicação (rádios, emissoras de televisão e jornais), portanto abrangendo grande número de municípios. A ênfase, entretanto, no que tange os espaços na mídia, eram reservados aos três maiores jornais, AN [A Notícia], OE [O Estado] e JSC [Jornal de Santa Catarina], as emissoras de televisão, sobretudo a RBS-TV e rádios dos municípios pólos, cobrindo assim todo o Estado.[648]

No caso do BESC houve uma investigação nas suas contas através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, formada logo após as eleições para apurar as irregularidades cometidas pelo banco, e o que se constatou foi: a contratação irregular de pessoal; aumento desordenado de agências pelo interior do Estado; e liberação de empréstimos com possível fim partidário, entre outras:

> De acordo com o Relatório da CPI do Besc (como era chamado no parlamento catarinense), "o ano de 1982 foi bastante atípico para o Banco, em seu desempenho; com reflexos negativos posteriores". O Relatório acusa o que qualifica de "expansão desordenada" do número de agências abertas pelo Besc, total de 31, sendo "quase todas deficitárias ainda hoje". E para o

---

[645] AGUIAR, I. Op. cit. p. 141.
[646] AGUIAR, I. Op. cit. p. 142.
[647] AGUIAR, I. Op. cit. p. 176, nota.
[648] AGUIAR, I. Op. cit. p. 143-44.

qual não houve "qualquer planejamento, estudo de viabilidade ou necessidade efetiva", ou seja, diz o relatório, "foram decisões eminentemente políticas, num ano marcadamente político".[649]

Outras irregularidades dizem respeito a contratação irregular de funcionários, numa postura de política clientelística, aliada as "doações de agências" aos prefeitos do PDS, bases do partido do governo:

> (...) Houve enorme incremento no que tange a contratação de pessoal, sem a realização de "concurso público". O Besc empregara número superior a mil servidores, em 82, o que significava na prática média de 27 funcionários por agência, "sob o fundamento de que foram abertas novas agências". Podemos destacar ainda empréstimos realizados, ao que tudo indica, de cunho partidário, pois constatou-se que até o final de 1983, quase dois mil clientes deviam Cr$ 9 bilhões, mas grande parte dos empréstimos beneficiara menos de 100 pessoas, "sobretudo ligada ao PDS, favorecidas com altas quantias a juros baixos".[650]

O Relatório da CPI do Besc apontava o grande rombo deixado pelo governo de Bornhusen/Córdova. Não se pode esquecer que Jorge Bornhausen fora presidente do Besc na gestão anterior, a de seu primo Antônio Carlos K. Reis, e que, portanto, conhecia muito bem a estrutura do sistema financeiro de Santa Catarina, criando as condições para construir sua estratégias a partir deste envolvimento.

> Ainda segundo as informações do relator, o BESC constituía-se no segundo maior devedor do Banco Central, dentre os bancos estaduais, apresentando "rombo" de Cr$ 33 bilhões. Na lista dos maiores devedores [do BESC] figuravam, entre outros, Ivan Bertaso, ex-secretário do Oeste e Nilson Wilson Bender, candidato a prefeito derrotado em 82 por Joinville.
> Ainda sobre a utilização partidária do BESC, vide denúncia do (...) senador Nelson Wedekin. (...) O documento de 55 páginas, contém telegramas, atas de reunião do BESC e peças oficiais assinadas pelo então governador Espiridião Amin. Ele se refere ao que convencionou-se chamar de "promissórias políticas" de Amin, que saldara dívidas de ex-correligionários, que participaram ativamente de sua campanha em 82, a exemplo do então candidato derrotado a prefeito do município de Xanxerê, Rui Benvegnu Pimentel, que negara-se, em tom ameaçador, a pagar empréstimos contraídos junto ao BESC. Para evitar desgaste político maior, Amin autorizaria a diretoria do BESC a "zerar" a conta de seu ex-cabo eleitoral, envolvendo na operação a empresa construtora, Ceisa Construções e Empreendimentos Imobiliários S. A., também devedora do BESC, conforme pode-se observar em mais detalhes a partir da leitura de toda a documentação.[651]

Quanto ao PROCAPE, também foi constituída uma CPI, cujo Relatório datado de 22 de agosto de 1984, foi publicado no Diário da Assembléia. O PROCAPE foi criado com o objetivo de substituir o FUNDESC, no incentivo e elaboração de projetos industriais que visassem a criação e/ou implantação de novas unidades de produção, mediante o apoio através de financiamentos e incentivos fiscais. Entretanto, a CPI do PROCAPE, como era denominada:

> conclui em seu relatório que houve a liberação de recursos a empresas em estado de insolvência, gastos desnecessários do órgão para a divulgação de outros setores governamentais, o

---

649 AGUIAR, I. Op. cit. p. 144.
650 AGUIAR, I. Op. cit. p. 144.
651 AGUIAR, I. Op. cit. p. 178, nota.

empréstimo a empresas concordatárias ou em estado falimentar e ainda grandes valores investidos em projetos que não foram sequer implantados.
De acordo com o relatório da CPI, o Procape aprovou a participação acionária do órgão em 254 empresas, entre 1975 e 1983, sendo que "no exercício de 1982, foi o que teve o maior número de participações, vale destacar os meses (pré-eleitoral) que abundou as operações". E dado mais significativo para análise refere-se ao fato de que o exame da situação econômica de cada uma das empresas beneficiadas apontaram "um quadro estarrecedor", ou seja, com o fornecimento de recursos financeiros a empresas "em carência", "inadimplentes", "concordatárias", "falidas" e "paralisadas". Em todas as situações, segundo o mesmo relatório, houve "negligência" por parte do procape(sic), que chegou a autorizar novas concessões (até quatro operações), para empresas sem condições de sobrevivência, algumas sem quadro de aplicação. Ou seja, dinheiro "entregue simplesmente para saneamento, conseqüentemente responsáveis pela redução do patrimônio da autarquia".[652]

Por outro lado, pode-se perceber como funcionava este esquema, a partir do Relatório da CPI do PROCAPE, que se desenvolveu durante a gestão de Esperidão Amin:

Importante observar que o Procape teve maior participação acionária (65% do total de seu capital) na empresa Santinvest (conglomerado que reuniu os maiores donos de grupos privados catarinenses).
(...) Deste modo, a Santinvest passou a incorporar o patrimônio da Sidersul - projeto carboquímico - siderúrgico catarinense, mas que acabaria não saindo do papel.
Segundo o relatório da CPI, do total de capital aplicado na Santinvest, em torno de 65% deste montante pertenciam ao Procape, mas mesmo assim o projeto Sidersul seria abandonado pela Santinvest. Ou seja, decorridos quatro anos desde a criação desta última, em 1980, "várias idéias sem objetividade" foram levantadas "para dar um destino à empresa /Sidersul/ ". O relatório acusa ainda que "os valores investidos na Santinvest S.A. até aqui não justificaram o empreendimento", pois "não atingiu /sic/ os abjetivos do PROCAPE, os recursos estão há 4 anos no mercado financeiro, desvirtuando completamente a missão de criar empregos e receitas tributárias ao Estado".[653]

O caso da Sidersul já havia sido denunciado pelo então senador Jaison Barreto, que criticava o alto volume de investimentos que o Estado iria desembolsar para beneficiar alguns empresários e destacava o caráter elitista e altamente seletivo do empreendimento com recursos públicos.

De acordo com ele [Jaison Barreto], no "caso Sidersul, a consequência foi negativa, por que acabaram criando a Santinvest, que desserve /sic/ os interesses de Santa Catarina". Por tratar-se de iniciativa que "marginaliza grandes setores da sociedade, porque ela /a Santinvest/ se apropria do interesse público /recursos financeiros/, no interesse de uma pequena minoria, quando deixou que o capital acionário fosse entregue a 16 ou 17 empresas quando essa participação deveria servir aos interesses do pequeno e do médio empresário".[654]

Entretanto, o projeto da Sidersul fracassou, e não faltaram propostas para os recursos que haviam já haviam sido "investidos" na empresa:

E, depois, não só o projeto Sidersul seria arquivado, como surgiriam várias propostas que abrangeram desde a "dissolução" da Sidersul, passando pelo projeto de "novo negócio como de tecnologia e automação, Banco de Investimento, Banco Comercial, Carteira de Debêntures, previdência Privada" e "novo projeto carboquímico-siderúrgico previsto para implantar em

652 AGUIAR, I. Op. cit. p. 145.
653 AGUIAR, I. Op. cit. p. 178, nota.
654 AGUIAR, I. Op. cit. p. 179, nota.

> 1985/86", que também não se concretizaria,(...). Some-se a todas essas iniciativas fracassadas, segundo a CPI, o fato de os recursos investidos pelo Procape na Santinvest serem oriundos do estado, através da arrecadação do ICM e dos investimento próprios da autarquia, qua poderiam servir para financiar outras empresas e gerar novos empregos, (...).[655]

Para tanto, os empresários envolvidos no processo discutiram a questão em reunião do Conselho de Administração da empresa, para se tomar uma posição cujo objetivo era

> reduzir o capital da empresa, restituindo seus acionistas, (...). Tal iniciativa, significaria, de um lado, o abandono definitivo da idéia de implantar a Sidersul, conforme afirmação do próprio presidente da Siderúrgica catarinense, Fernando Marcondes de Mattos, JSC, 14/nov/1984 e também OE, edição também (sic) de 14 de novembro. De outro lado, tal manobra era entendida pelos próprios acionistas como estratégia para "cobrir rombo do BESC", pois de acordo com a carta anônima enviada por um acionista ao presidente da CPI do Procape, e que aparece em anexo a documentaçãao do relatório da CPI. [656]

De acordo com a carta-denúncia, os recursos seriam mesmo para cobrir o "rombo" do Besc junto ao Tesouro do Estado:

> "Acho oportuno que V.Sa. com /sic/ os demais deputados de oposição cobre do Governo o destino a ser dado a este dinheiro / Cr$ 7,9 bilhões, total restituído ao Procape, em uma parcela, ao contrário das empresas, que receberam mais tarde suas cotas, e em duas parcelas/. (...) Segundo informações que obtive este dinheiro que deveria ficar no PROCAPE para capitalizar a pequena e média Empresa será repassado ao Tesouro do Estado para efetuar o aumento do Capital do BESC (cobrir rombo - mais uma vez PRIORIDADE AOS PEQUENOS). /sic/."[657]

O Relatório do Tribunal de Contas apontou ainda várias outras irregularidades de "ordem técnica" e que foram (intencionais ou não) cometidas, tais como: "impropriedades de classificação" de ordem institucional, funcional-programática e econômica, as quais o Tribunal já havia alertado em exercícios anteriores.

Durante o ano de 1982, o Tribunal de Contas constatou diversas irregularidades de ordem "funcional-programática", com algumas "distorções de classificação", e que podem gerar expectativas quanto ao desvio de dinheiro público, como por exemplo a transferência de recursos ao Departamento Autônomo de Edificações - DAE, ligado a Secretaria de Transportes e Obras - STO, cujas despesas que deveriam ser classificadas como "Investimentos - Obras e Instalações", ou seja, a construção de obras com o objetivo de incorporação ao patrimônio Público, foi classificado como despesa de "Transferência de Capital", ou seja, como se o patrimônio fosse se incorporar ao patrimônio administrativo do próprio DAE.

---

655 AGUIAR, I. Op. cit. p. 179, nota.
656 AGUIAR, I. Op. cit. p. 179, nota.
657 AGUIAR, I. Op. cit. p. 179, nota.

Como exemplo pode-se citar: construção do Centro Integrado de Cultura - CIC; de todos os Hospitais Regionais; de escolas Estaduais, entre muitas outras.[658]

Outra forma de utilização indevida da máquina pública, foi a pressão seguida de cooptação de funcionários graduados e lideranças políticas expressivas, "como por exemplo, a obrigatoriedade de os servidores em cargo de comissão trabalharem em prol da campanha Amin, sob pena de serem 'demitidos'. Ou ainda os inúmeros encontros promovidos às expensas do estado, reunindo milhares de servidores públicos, ocasião em que estes últimos eram 'solicitados' a 'vestir a camisa' do PDS." [659] Entretanto, indistintamente, os servidores públicos eram obrigados a contribuir com o PDS, através de desconto automático em folha de pagamento, o que era "considerado normal pelos dirigentes partidários do governo."[660] Para exercer o controle sobre os servidores, o governo se utilizava da Companhia de Processamento de Dados - PRODASC, servindo de "aparato estratégico" no auxílio às informações, pois mantinha um imenso banco de dados atualizado sobre a situação eleitoral de cada servidor, bem como o nome de pessoas de seu relacionamento. Outra tática utilizada foi a garantia de "vantagens econômicas" a funcionários e outras pessoas "prestadoras de serviços", e principalmente, a seus principais funcionários e/ou membros do partido, destacando-os para ocupar espaços estratégicos no interior do aparelho de Estado, oferecendo funções gratificadas ao cargo tipo DAS (Direção e Assessoramento de Nível Superior).

Para completar o quadro, no ultimo quadrimestre de 1982, o Tribunal de Contas aponta que que o maior volume de recursos liberados pelo Tesouro estadual destinou-se a concessão de "Subvenções Sociais" para a manutenção das despesas de custeio de entidades privadas e para "Transferências a municípios":

> A esse respeito o relatório informa que os montantes das transferências feitas aos municípios, a título de "Despesas Correntes e de Capital", atingiram a soma de Cr$ 7 bilhões e 39 milhões, equivalente ao acréscimo, em relação ao originariamente orçado (Cr$ 1 bilhão e 839 milhões), de 382,70% (ou seja, mesmo deixando-se de computar os repasses feitos pelas dotações de "Investimentos em Regime de execução Especial", em sua maioria, pelo Gaplan, e de "Serviços de Terceiros e Encargos/Acordos e Convênios").[661]

No caso das Prefeituras e Fundações, aconteceu o contrário, pois, os recursos liberados para a construção e realização de obras, que se incorporariam ao seu patrimônio Público administrativo e deveriam

---

658 AGUIAR, I. Op. cit. p. 132.
659 AGUIAR, I. Op. cit. p. 135.
660 AGUIAR, I. Op. cit. p. 135. Cf. entrevista do então Governador Jorge Bornhausen para o Jornal O Estado de 13.06.81, p. 3.
661 AGUIAR, I. Op. cit. p. 132.

ser contabilizadas como "transferências de Capital", acabaram sendo sendo classificados como se fossem "investimentos". São os convênios ou os protocolos decooperação financeira cujo objetivo é a realização de obras tais como calçamento de ruas e abertura de avenidas, contidos nos planos Diretor e Rodoviário dos municípios. [662]

Assim sendo, o Relatório do Tribunal de Contas apontou ainda uma série de outras observações sobre a gestão Bornhausen/Córdova, qualificadas como "impropriedades" e que dizem respeito a "Outros Aspectos da Despesa", por exemplo:

> a) Pagamento a pessoas estranhas, ou mesmo vinculadas ao governo (técnicos em datilografia, contabilidade etc.), como sendo de "natureza eventual", para os quais a respectiva unidade administrativa dispunha de quadro de pessoal próprio, e "limites de remuneração" fixados em Lei, "para regularmente atendê-los", ou "executar essas tarefas e atribuições pertinentes á sua estrutura organizacional";
> b) Concessão de "ajuda financeira", a qualquer título, a "empresas de fins lucrativos", sob a figura jurídica de "acordos e convênios" em desacordo com a Lei, "sem atentar que a estas somente poderão ser concedidas ajuda quando se tratar de 'Subvenções Econômicas', expressamente autorizadas em lei especial";
> c) Utilização, mediante retribuição pecuniária, de veículos particulares pertencentes a servidores, sob regime de quilômetro percorrido ou de taxa fixa, para atender, em caráter permanente, "funções meramente burocráticas e que não exigem transporte rápido, contrariamente ao que dispõe a Lei",
> d) Antecipação de "recursos do Tesouro para pagamentos de despesas futuras (e desconhecidas, ás vezes), constituindo-se em prática incompatível" com o disposto em lei;
> e) Despesas que, "embora ilegítimas e não encontrando amparo ilegal para a sua realização, foram efetuadas pela Administração Pública Estadual, fundamentando-se somente na tradição, uso e costumes",
> f) "Contratação de pessoal não habilitado e sem processo seletivo",
> g) "Não observância das normas vigentes sobre licitação".[663]

Assim, dadas estas constatações, o Tribunal aprovou as contas do Governo e as CPI's foram arquivadas e não se puniu ninguém.

O que se constata é que os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado são escolhidos a partir de negociação política, e é o último estágio público para políticos que já tiveram uma "longa jornada" na vida pública e aposentam-se por aí. Portanto, conhecem bem os detalhes de todas estas "maracutaias" que se acaba de relatar.

Em suma, no discurso e na ação são "verbalizados" aos simples mortais como realização de obras para o "bem da comunidade", mas que no fundo já existe a intensão de favorecimento, e os recursos são desviados dos cofres públicos para favorecer interesses de determinadas classes e de frações delas para a

---

[662] AGUIAR, I. Op. cit. p. 133.
[663] AGUIAR, I. Op. cit. p. 133.

manutenção do poder instituído. Por isso, deve-se perceber que determinadas pessoas são colocadas estrategicamente em órgãos da administração pública, com determinados conhecimentos específicos e com especialidades em suas respectivas áreas de atuação, seja ela técnica ou política.

Por outro lado, foi implantado, ao nível regional, um verdadeiro governo paralelo junto aos municípios governados pelo PMDB, as chamadas Supervisões Regionais, e que tinham como objetivo, desestruturar e enfraquecer as bases do PMDB, nos municípios de Joinville, Blumenau e principalmente em Lages. A Supervisão Regional, a princípio

> (...) encarregava-se de acompanhar o andamento de obras e serviços executados pelo governo estadual. Possuia, portanto sede própria e pessoal habilitado, que trabalhavam na elaboração de projetos de desenvolvimento social e davam assistência técnica a entidades comunitárias. Além de servirem de elo de ligação com as várias secretarias governamentais que desenvolviam obras de infra-estrutura e saneamento, por exemplo, bem como trabalho de abertura de estradas (...), a conservação de estradas vicinais nas zonas rurais através de máquinas e tratores de propriedade do Estado. E também na elaboração de projetos de eletrificação rural e construção de moradias populares etc. [664]

Este portanto, era o papel institucional, formal, da ação das Supervisões Regionais, mas o seu papel político estratégico era de um verdadeiro governo paralelo:

> Mas, na verdade, a Supervisão Regional significou a implantação de verdadeiro governo "paralelo" na hostes oposicionistas. E o resultado desta estratégia, como podemos observar pelo nosso estudo, foi a importante vitória alcançada pela elite em 82 no planalto serrano de Lages.
> (...) a ação da Supervisão representou o que entendemos verdadeiramente por uma ação consciente e coordenada das elites. Embora, tivesse "fracassado" em dois outros redutos oposicionistas também importantes, Blumenau e Joinville, mesmo assim, a experiência de Lages tornar-se-ia quase realidade durante o governo de Amin, uma vez que procurou-se estender a idéia semelhante para todo o Estado, através da criação das chamdas "Coordenadorias Regionais".[665]

Exerceram o papel de supervisor regional em Lages Raimundo Colombo, que em 1979/80 exerceu o cargo de Assessor Comunitário da Fucadesc e, em 1981, foi um dos coordenadores do programa chamado "Comandos Sociais", bem como foi premiado com a Secretaria de Desenvolvimento Social no futuro governo, e João Cardoso, que ocupou o cargo de Secretário de Estado do Trabalho do governo Amin. Em Joinville o cargo foi ocupado por Luiz Gomes, o Lula, e em Blumenau por Hélcio Reis Fausto, que faleceu no mandato e foi substituído por Harácio Santos Rabelo. [666]

---

[664] AGUIAR, I. Op. cit. p. 162.
[665] AGUIAR, I. Op. cit. p. 163.
[666] AGUIAR, I. Op. cit. p. 182.

8.3. ESPERIDIÃO AMIN: A CONSTRUÇÃO DA CANDIDATURA E A VITÓRIA DO POPULISMO (1983 - 1987)

Nas primeiras eleições democráticas para Governador desde a de 1965, a disputa se deu entre o candidato do PMDB Jaison Tupy Barreto e Esperidião Amin, pelo PDS, que venceu as eleições totalizando 838.250 votos contra 825.500 de Jaison, com uma diferença de apenas 12.750 de um total de 1.625.250 dos votos válidos. Amin Governou de 1983 a 1987.

Esperidião Amin Helou Filho, nasceu em Florianópolis no dia 21 de dezembro de 1947. Seu pai Esperidião Amin era de origem libanesa e sua mãe Elza Marini Amim era suíça. Estudou primeiramente na Escola da Professora Leonor de Barros em Florianópolis e o curso secundário no Colégio Catarinense até 1963. Em 1964, foi enviado para estudar em São Paulo, onde matriculou-se no Colégio Rio Branco no bairro Higienópolis.[667] Em 1969 formou-se Técnico em Administração pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG - UDESC e, em 1970, tornou-se Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Seu primeiro emprego foi em 1968 quando passou a dar aulas de OSPB no Instituto Estadual de Educação - IEE em Florianópolis. Em 1969 ingressou como funcionário da Secretaria de Estado da Educação e Cultura onde exerceu o cargo de diretor de administração e chefe de gabinete, bem como, interinamente, o de Secretário da Educação em exercício (1971-1972). De 1972 a 1975 exerceu o cargo de Assessor de Organização e Métodos na TELESC. Foi também Diretor Financeiro do BADESC em 1975 na gestão de Antônio C.K. Reis.[668] Pelas mãos de Antonio C.K. Reis, então governador, foi "convidado" para assumir o cargo de Prefeito "Biônico" de Florianópolis, nomeado a 18 de setembro de 1975 e permanecendo até 1978. Esperidião também deu aulas na Faculdade de Educação e é professor no curso de administração da UFSC.

Em 1978, foi eleito o Deputado Federal mais votado pela ARENA (1979-1983). Entretanto, em 1979 licencia-se da câmara para assumir a pasta de Secretário de Estado dos Transportes e Obras no governo recém nomeado de Jorge Bornhausen, permanecendo no cargo de 15.03.79 a 11.02.82. Em 1982,

---

667 DIÁRIO CATARINENSE. *Esperidião Amin: único filho homem, aos 12 anos ele queria ser padre. Tinha facilidade em decorar longos textos.* Op. cit. p. 106, 1 c.
668 PIAZZA, W. (1985), Op. cit. p. 260.

Entretanto, 1975 foi um ano em que a ditadura sentiu o desgaste do sistema com a vitória maciça do PMDB para o Senado no ano anterior, e a ultradireita brasileira suspirava um complô do Partido Comunista Brasileiro - PCB para a derrubada do regime através de atos terroristas. Em Santa Catarina, "a chamada 'Operação Barriga Verde' promoveu uma varredura em Florianópolis, a pretexto de desbaratar o que considerava uma 'perigosa célula comunista'. Várias pessoas foram presas em suas residências ou locais de trabalho, encapuzadas e mantidas incomunicáveis. Foram obrigadas a responder inquérito, que visava enquadrá-las na Lei de Segurança Nacional."[671] Enquanto isso, em outubro de 1975, Wladimir Herzog apresenta-se no DOI-CODI, voluntariamente, para prestar depoimento e morre sob tortura no II Exército, o mesmo acontecendo com Manoel Fiel Filho meses depois.

Enquanto a repressão "batia a porta", Esperidião Amin no comando da Prefeitura desenvolvia seus projetos, nos mesmos moldes do da oposição em Lages, intitulado "Projeto Lageano de Habitação", desenvolvido pelo então Prefeito Dirceu Carneiro do MDB.

> (...) a Prefeitura da Capital desenvolvia o Projeto Sapé (com recursos da prefeitura, assistência técnica de profissionais em construção civil e material proveniente de demolições, famílias de baixa renda erguiam suas próprias casas), Mutirões de Rua (com recursos da prefeitura e a participação direta dos moradores, várias ruas foram pavimentadas), a Tarifa Social (em convênio com as empresas de ônibus, estabeleceu-se a tarifa única no sistema de transportes coletivos), a Merenda Escolar, dentre outros. [672]

Desta forma, Esperidião e as forças que o apoiavam, procuraram criar a imagem de homem público popular a partir de um grande Marketing político para tornar Amin "palatável" para a população, em que pese a apropriação dos projetos progressistas da "Força do Povo" em Lages, que Jorge Bornhausen e as forças que os apoiavam, sempre combateram e boicotaram. Agora, mudou-se de tática e assumiu-se o discurso populista para não perder seus espaços de poder no aparelho de estado, e que deu certo.

> Em meados de agosto de 1978, Amin deixou o cargo de prefeito de Florianópolis para poder disputar, pela ARENA, nas eleições de novembro seguinte, uma vaga no Congresso Nacional. Este momento representou sua debutância junto às urnas eleitorais da sociedade em geral, afinado com a orquestra palaciana, sob a batuta de Konder Reis. O rebento fez bonito: nota 10 por ter sido o deputado federal mais votado na região da Capital e em Santa Catarina. O Poder oligarca passava a contar, a partir de então, com uma reluzente cabeça, à prova de votos, qualidade fundamental nesses novos tempos de abertura política. Era preciso continuar dando tratos a Amin, fazê-lo conhecido do público catarinense em geral, com vistas a cada vez mais inadiável realização da eleição direta para o cargo de governador do estado. [673]

---

[671] AURAS, M. Op. cit. p. 40.
[672] AURAS, M. Op. cit. p. 40.
[673] AURAS, M. Op. cit. p. 44.

Assim, Jorge Bornhausen, quando convidou-o para assumir no primeiro escalão a pasta dos Transportes, já tinha sua estratégia montada para fazer o seu sucessor. A candidatura de Amin, entretanto, passou por intensa discussão dentro do Partido, uma vez que havia um grupo apoiando o ex-governador Antonio C. Konder Reis. O grupo de apoio a Konder Reis era composto por figuras expressivas dentro do Partido: grandes empresários como Ivan Bonato (Grupo Perdigão), Attílio e Victor Fontana (Grupo Sadia e Transbrasil),[674] bem como os deputados Ademar Ghisi e Nelson Morro.

Para equilibrar as forças, a negociação se deu da melhor forma possível, pois Jorge Bornhausen e Henrique Córdova detinham o controle do PDS estadual e a avaliação era de que numa eleição com as características da de 1982, Konder Reis não teria a menor chance, pois não era tão popular e seria uma eleição disputadíssima. Na montagem da chapa Victor Fontana saiu candidato a Vice-Governador, Jorge Bornhausen a Senador e Ivan Bonato como suplente, Ademar Ghisi à Câmara Federal e Nelson Morro à Assembléia Legislativa estadual. A articulação política entre a bancada estadual e federal foi costurada por Epitácio Bittencourt.

Numa entrevista[675] em setembro de 1990, já como ex-Ggovernador, Henrique Córdova evidenciou as divergências de interesses entre os grupos que constituíam o PDS. Segundo Henrique Córdova, quando da escolha de Esperidião Amin para ser o sucessor de Jorge Bornhausen, ele mesmo já havia se credenciado para ser o próprio sucessor, inclusive assumindo a Presidência regional do PDS, qualificando-se politicamente para o posto. Daí sua atuação partidária enquanto Governador envidando todos os esforços para a eleição de Jorge Bornhausen ao Senado, cacifando--se como candidato a candidato ao governo. Entretanto, aos olhos de Jorge Bornhausen a escolha recaiu sobre Esperidião Amin, que reunia as condições necessárias naquele momento de eleições diretas, devido ao seu carácter populista e pretensioso.

Esperidião Amin, assim, se tornou bastante popular quando foi o "Prefeito biônico" de Florianópolis nomeado em 1975 pelo Governador Antonio C. Konder Reis, por ter sido o Deputado federal mais bem votado nas eleições de 1978 e por ter se destacado frente a Secretaria de Transportes e Obras.

---

[674] Ver com maiores detalhes o trabalho de CÁRIO, Silvio A.F. *Conglomeração de capitais e empresariado: dinâmica capitalista, valores e posições de classe*, principalmente o capítulo 6, item 6.2.2. Relação do empresariado com o Estado e órgãos de representação de classe. Florianópolis: CPGCS-UFSC. Dissertação de mestrado, 1991. p. 382.

[675] Entrevista realizada com AGUIAR, I. Op. cit.

O regime militar estava se esgotando, a oposição havia crescido, novos partidos em cena, eleições diretas, efervescência democrática, e neste cenário, a necesssidade de uma proposta de governo consistente e que espelhasse e atacasse a nova realidade social vivida pelo país: pobreza, miséria, má distribuição de renda, autoritarismo, repressão, inflação, censura, etc. As propostas foram sintetizadas na "Carta aos Catarinenses", documento amplamente discutido dentro do partido com o objetivo de difundir seu projeto ideológico, homogeneizando o discurso e a unificação dos interesses em jogo. As idéias centrais da Carta foram depois fruto de um seminário intitulado "A economia dos pequenos - a estratégia para a manutenção e o aperfeiçoamento do modelo catarinense de desenvolvimento", realizado em dezembro de 1983, e promovido pela principal elite orgânica em Santa Catarina, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG, [676] cujo objetivo era dar substância ao plano de governo de Esperidão Amin.

Quando Amin lançou sua candidatura ao governo, com a "Carta aos Catarinenses" sob o "slogan" "Opção pelos pequenos", procurou resgatar seus trabalhos frente à Prefeitura da Capital com a chamada "quem fez, vai fazer".

> Amin começa por registrar realizações de sua gestão à testa da prefeitura municipal de Florianópolis, procurando demonstrar que "quem fez, vai fazer". Afirma que "desenvolveu um trabalho marcante em benefício das pessoas mais necessitadas, trabalho que, inclusive, ultrapassou as divisas da capital" Os projetos que foram além dos limites territoriais florianopolitanos (Projeto Maruim, entre São José e Palhoça; Entreposto Pesqueiro, em Porto Belo; Usina de Beneficiamento de Leite, em Palhoça) evidenciam como Amin, sem quaisquer empecilhos políticos, preparava o terreno para o lançamento de sua candidatura a deputado federal, em 1978, pela região da grande Florianópolis. Sob as asas protetoras do governo estadual e a complascência de prefeitos vizinhos, todos da situação, Amin plantou e regou seu próximo passo: chegar ao Congresso Nacional. Também através de um programa semanal, transmitindo pela TV Cultura, o prefeito Amin cuidou de garantir a popularização de seu nome. Afinal, a longevidade do poder oligarca deve-se, em grande medida, ao preparo de suas lideranças. [677]

Assim sendo, a continuidade da estratégia, passava pelo papel que Amin desempenharia em todo o estado assumindo a Secretaria de Transportes e Obras, situação em que possuiria a maior fatia do bolo orçamentário. Estas dotações orçamentárias não faziam parte simplesmente de uma estratégia de gestão pública, mas sim, de uma bem montada rede de interesses partidários com o objetivo claro de construir e eleger o candidato da situação, Esperidião Amin. "Esta pasta foi a mais aquinhoada com verbas, até mais do que a da Educação, embora Bornhausen proclamasse, freqüentemente, ser o setor da educação

---

676 AGUIAR, I. Op. cit. p. 66
677 AURAS, M. Op. cit. p. 41.

'prioridade das prioridades' de sua gestão." [678] A Secretaria da educação durante o ano de 1977 ficou com 18,56% do orçamento, ao passo que a Secretaria dos Transportes ficou com 24,98% contra 17,26% do ano anterior. Em 1978 a Educação baixou para 12,16% e a dos Transportes para 19,24%, mesmo assim superior, respectivamente.[679]

Assim sendo, candidatura de Esperidião Amin ao governo de Santa Catarina vem demonstrar que as forças políticas se unificam na sua diversidade de interesses dentro do bloco no poder para manter-se politicamente dominante. Mostra também o predomínio de certos interesses específicos que são "vendidos" ao público e aparecem de maneira não diferenciada nem conflitante do interesse público, e que permitem a consolidação e o funcionamento do poder político institucionalizado.

8.3.1. A gestão de Espiridião Amin: a construção da sua imagem política

A gestão de Esperidião Amin foi marcada por muitos episódios, controvérsias e polêmicas a seu respeito. Entretanto, como todos os outros governos anteriores, dispendeu recursos para várias "áreas prioritárias". Amin, a partir de sua atuação na gestão do estado, conseguiu se qualificar no campo político. A sua política, embora populista, o consagrou como um grande político de Santa Catarina. Neste sentido, percebe-se que suas estratégias de ação diante da gestão do Estado, está a todo momento sendo incorporada a sua imagem pessoal, como se fosse obra única e exclusivamente de sua personalidade: "quem fez, vai fazer".

1. Na área educacional: Durante seu governo houve um grande movimento pela democratização do ensino e pela instituição de eleições diretas para diretor de escola e dos Conselhos Deliberativos dos colégios, o que culminou na elaboração do Plano Estadual de Educação. Além disto, "ampliou a rede pública estadual de ensino com a construção de 2.926 salas de aula." [680]

2. Na área hospitalar:

> O SUS (Sistema Único de Saúde), que vem sendo implantado no país desde meados da década de 80, inspirou-se no PAIS (Programa de Ações Integradas de Saúde) desenvolvido pioneiramente na região de Lages durante o governo Esperidião Amin. Durante o período foram inaugurados 1.184 leitos hospitalares que resultaram na ativação dos hospitais Regional

---

678 AURAS, M. Op. cit. p. 44-45.
679 AURAS, M. Op. cit. p. 45. Nota - Quadro "Evolução Orçamentária (%)".
680 DIÁRIO CATARINENSE. *Esperidião Amin: Governo foi de obras e desafios.* Op. cit. p. 108, 1 c.

de Joinville (com 260 leitos), Regional de Curitibanos (184 leitos) e Regional de Araranguá com 150 leitos.
Além desses, foram concluídos e inaugurados os hospitais Regional da Grande Florianópolis, com 260 leitos, Regional de Chapecó com 260 leitos e o de Ibirama, com 60 leitos.
Da mesma forma que concentrou sua atenção no setor da saúde, o Governo dedicou especial atenção ao atendimento infantil na faixa etária do zero aos seis anos de idade:[681]

3. Na área Social: Foi elaborado o Programa Pró-Criança capitaneado pela esposa Ângela Amin na direção da LADESC, sistematizando as ações públicas e comunitárias em favor das crianças de zero a seis anos. O Programa chegou a ser considerado como modelo pelo UNICEF, bem como uma experiência pioneira ao nível do país.

"Apenas para efeito comparativo, em 1982 o Governo do Estado atendia 62.340 crianças nesta faixa. Em 1986, último ano do meu governo foram atendidas 204.016 crianças", diz Amin, que acrescenta, referindo-se ao programa que proporcionou estes resultados: "Experiência pioneira a nível de País, o Pró-Criança foi considerado pelo Unicef (Programa das Nações Unidas para a infância e adolescência) como um modelo para os outros estados e países. Foi uma experiência que precisa ser retomada porque sistematizava todas as ações, públicas e comunitárias, em favor da criança".[682]

4. Secretaria da Agricultura: Esta Secretaria era dirigida por Vilson Pedro Kleinubing e criou o Programa conhecido como sistema "Troca-Troca", bem como uma linha de financiamentos no BESC, denominado "Pequenos Negócios", para a concessão de incentivos a micro e pequenos empresários.

Os pequenos empresários rurais e urbanos mereceram especial atenção do governo Esperidião Amin que chegou a criar uma linha de financiamento no BESC, denominada Pequenos Negócios, concedendo mais de 2 mil incentivos a micro e pequenos empresários.
Na área rural, o sistema Troca-Troca beneficiou 225.376 agricultores com a troca de 9.541.792 quilos de semente, enquanto o mesmo sistema para máquinas atingiu 4.066 grupos de agricultores com 4.701 equipamentos agrícolas.
Por outro lado, a construção de 715 armazéns benefficiou 1.584 agricultores, enquanto 1.827 deles foram contemplados com a troca de 3.559 animais.
No período, um total de 2.301 agricultores tiveram aceso a terrra. Desses, 1.316 obtiveram o beneficio através de crédito fundiário pelo Troca-Troca, e 985 através de titulação definitiva de áreas já ocupadas. [683]

5. Transportes e Obras: foi o setor que mais priorizou e se destacou, como no governo anterior, onde mais de mil quilômetros de rodovias foram pavimentadas, com três obras rodoviárias estratégicas para o Estado.

Afinal, foram pavimentadas 1.111 quilômetros de rodovias contra os 387 quilômetros pavimentadas no governo anterior. Afirma que em sua administração o mapa de Santa Catarina mudou apesar de não ter ocorrido a emancipação de nenhum município.
O mérito deve ser atribuído à execução de três obras rodoviárias estratégicas. A primeira, foi a pavimentação da rodovia Canoinhas-Porto União que possibilitou a efetiva integração daquela

---

681 DIÁRIO CATARINENSE. *Esperidião Amin: Construiu hospitais e priorizou as crianças*. Op. cit. p. 108, 1 e 2 c.
682 DIÁRIO CATARINENSE. *Esperidião Amin: Construiu hospitais e priorizou as crianças*. Op. cit. p. 108, 2 c
683 DIÁRIO CATARINENSE. *Esperidião Amin: Troca-troca beneficiou agricultura e sem terra*. Op. cit. p. 108, 6 c.

> cidade e da região do Planalto Norte ao restante do Estado. Quando Amin assumiu, em 1983, sequer os sinais de televisão de Santa Catarina chegavam a Porto União.
> A segunda obra a ser destacada integrou o Planalto Serrano à região de Florianópolis. Foi a implantação do trecho Bom Retiro-Santo Amaro da Imperatriz da BR-282. Já a terceira foi a implantação e pavimentação da rodovia São Joaquim-Lauro Müller, com destaque para a Serra do Rio do Rastro. Ela possibilitou a integração do Planalto Serrano ao Sul do Estado.
> Para demonstrar o quanto a pavimentação de rodovias foi usada como instrumento de integração estadual, o ex-governador recorda que em 1983, apenas 113 municípios tinham acesso pavimentado. Ao final de 1987 esse número chegava a 161.[684]

Na gestão Amin, a pavimentação de rodovias foi utilizada como instrumento de integração estadual e para melhorar o escoamento da produção agrícola e de setores exportadores para os portos do litoral, atendendo assim interesses dos setores ligados a indústria.

6. Na área cultural: as políticas do governador Amin nesta área tiveram três linhas básicas: o "resgate" da memória do homem do contestado, a preservação da "identidade" catarinense e um programa de incentivo para as atividades no campo da cultura por parte de grupos comunitários. Entre as políticas desenvolvidas na área cultural, chamam a atenção o tombamento do Palácio Cruz e Souza em Florianópolis, onde não chegou a terminar seu mandato no velho Palácio Rosado (transferindo-se para onde é hoje a sede atual na Praça Tancredo Neves), a restauração da casa de campo de Hercílio Luz no município de Rancho Queimado e a recuperação e ampliação de teatros, casas de cultura, bibliotecas, museus e auditórios em todo o estado de Santa Catarina, bem como projetos e programas levados a termo pelas prefeituras municipais, com dinheiro dos cofres públicos estaduais.

> Também houve um grande estímulo ao inventário das correntes migratórias, alcançando 567 edificações em seis municípios, a edição de 85 títulos de autores catarinenses ou sobre temas de Santa Catarina, o apoio a assistência a mais de 1.300 corais, o auxílio a produção teatral de grupos de todas as regiões do Estado e os inúmeros eventos realizados nos espaços da Fundação Catarinense de Cultura, como o Museu de Arte de Santa Catarina, o Centro Integrado de Cultura, o teatro Álvaro de Carvalho e a Casa da Alfândega.
> Foi na administração de Esperidião Amin, também, que o Estado conseguiu tombar as cidades de Laguna e São Francisco do Sul como "Patrimônio histórico do Brasil".[685]

Ao deixar ogoverno do estado, Amin se elegeu Prefeito de Florianópolis em 1988 e também tomou algumas atitudes na área cultural:

> (...) logo tomou a iniciativa de, por instrumento legal, criar a coleção Memória de Florianópolis, para resgatar a história da cidade. No pouco tempo em que esteva à frente do município, editou os títulos "Estreito, vida e memória" e "Ribeirão da Ilha, vida e retratos", os dois primeiros organizados por mim e o último(sic) por Nereu do Vale Pereira. Criou, igualmente, o Fundo Municipal de Cinema - FUNCINE, cujos recursos têm possibilitado à Cinemateca Catarinense realizar importantes ações.[686]

---

684 DIÁRIO CATARINENSE. *Esperidião Amin: Destaque ficou para transportes.* Op. cit. p. 109, 1 c.
685 SOARES, Iaponan. Valorização da cultura. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 109, 3c.
686 SOARES, Iaponan. Valorização da cultura. Apud. DIÁRIO CATARINENSE. Op. cit. p. 109, 3 c.

Ao ser indagado sobre que tipo de governador ideal se inventaria caso tivesse a oportunidade de mesclar as principais qualidades de ex-governantes, Amin se manifestou, como se "olhasse no espelho":

> "Ele teria a capacidade de empreendimento, o horizonte de Hercílio Luz e do Gustavo Richard, a capacidade política de Aderbal Ramos da Silva, do Irineu Bornhausen e do Jorge Bornhausen, o zelo pela coisa pública do Nereu Ramos e do Antônio Carlos Konder Reis e o instinto popular e a doçura do Jorge Lacerda".[687]

Dois anos depois que assumiu a Prefeitura de Florianópolis Esperidião Amin desincompatibilizou-se do cargo para candidatar-se ao Senado, elegendo-se no dia 03 de outubro de 1990 para um mandato de oito anos.

Por outro lado, em 1984, Esperidião Amin e Jorge Bornhausen não conseguem se entender e a "criatura se vira contra o criador", pois um "racha" no PDS leva Jorge Bornhausen a criação da Frente Liberal em 1985 e com ele carrega muitos integrantes do PDS. Este racha trouxe alguns transtornos políticos que repercutiriam na administração do governo Amin, com a substituição de vários de seus Secretários de Estado. A partir de 1985, com a consolidação da Frente Liberal, o PDS ficou em minoria na Assembléia, apesar de que isto não serviu de entrave à aprovação de projetos do Executivo.

Este fato pode estar associado às suas posições políticas ao defender eleições diretas para Presidente da República, no final dos anos 70 e início dos 80. Amin, ainda jovem e conhecido nacionalmente como o Governador das trágicas enchentes que asssolaram o Vale do Itajaí em 1983 e 84, era um dos principais interessados na Campanha para eleições diretas para Presidente da República, pois fazia parte de seu sonho ser um dia Presidente. "Como senador, considera que está 'fazendo um estágio no mundo das idéias e palavras'. Não esconde de ninguém o que planeja para o futuro próximo: 'Quero voltar para o Executivo'. Quer ser Presidente da República, admite, mas não disputará o posto nas eleições de 1994".[688]

Esperidião Amin também comprou briga com os caciques da política nacional quando do acontecimento de 30 de novembro de 1979, conhecido como "novembrada". O então Presidente da República João B. Figueiredo e o Ministro César Cals, a convite de Jorge Bornhausen, Governador, foram inauguar uma placa em homenagem a Floriano Peixoto na Praça XV de novembro, no centro da capital, quando sofreram agressões físicas e verbais como protesto por parte dos estudantes ligados ao movimento

---

687 DIÁRIO CATARINENSE. *Esperidião Amin: Sonho é ser presidente do Brasil.* Op. cit. p. 109, 4 c..
688 DIÁRIO CATARINENSE. *Esperidião Amin: Sonho é ser presidente do Brasil.* Op. cit. p. 109, 4 c.

contra a ditadura militar. O protesto ainda estava relacionado contra a instalação da placa que homenageava Floriano Peixoto, o homem que mandou fuzilar lideranças políticas civis e militares e cidadãos desterrenses na ilha de Anhatomirim, em 1894, como vimos anteriormente, sem direito de defesa e sem julgamento, no movimento que ficou conhecido como "Revolução Federalista e a Revolta da Armada".

Havia, no final dos anos 70, em todo o Brasil, protestos contra o regime autoritário, por democracia e eleições diretas para Presidente. Um grupo de estudantes ligados ao movimento, aproveitando-se da visita de Figueiredo à Florianópolis, fez protesto contra o Presidente pelas suas últimas declarações à imprensa, dizendo que preferia o cheiro dos cavalos ao cheiro do povo. Os protestos fizeram com que o Presidente reagisse com palavrões, o que causou uma revolta ainda maior. O General-Presidente Figueiredo aproveitou para tomar um cafezinho no tradicional Café Ponto Chic, o "Senadinho", no calçadão da rua Felipe Schmidt. Houve tumulto em meio a multidão e eles foram agredidos fisicamente pelos estudantes, que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Esperidião Amin testemunhou os acontecimentos acontecido na Praça XV de novembro, da sacada do Palácio Cruz e Souza, e na rua Felipe Schmidt, próximo ao Senadinho. Amin se posicionou favorável aos estudantes, e em uma entrevista a um repórter de televisão, declarou que

> "o protesto era mais do que esperado, porque havia os aumentos da inflação e as declarações do Figueiredo. Uma coisa não casava com a outra e o Presidente não conseguiu exprimir que queria dialogar. O incidente na verdade, foi facilitado pela forma como Figueiredo governava. Não preciso nem dizer como esta declaração foi recebida a nível de governo. Entreguei o cargo a Jorge e fui arrolado como testemunha dos estudantes. Já era governador quando compareci à auditoria militar em Curitiba. Fui de avião e voltei em meu carro particular porque aquele não era um compromisso de governo." [689]

Assim, supõe-se a gênese de uma grande crise política envolvendo Esperidião Amin e Jorge Bornhausen e por que não dizer, com Figueiredo e a cúpula partidária e militar. Entretanto, Amin foi candidato de Jorge Bornhausen ao governo em 1982.

Por outro lado, Amin ganhou destaque nacional e se popularizou quando aconteceram as grandes enchentes no vale do Itajaí em 1983 e 1984. A região do Vale do Itajaí é uma região estratégica e grande pólo de desenvolvimento regional, principalmente do setor têxtil, com o maior parque fabril da América Latina.

---

[689] DIÁRIO CATARINENSE. *Esperidião Amin: Defendeu estudantes da LSN*. Op. cit. p. 107, 5 c.

Na época houve uma grande sensibilização nacional e internacional. Diante da comoção, da calamidade pública, o Governo criou, em agosto de 1983, a Secretaria Extraordinária da reconstrução, ocupando a pasta como Secretário o ex-Governador Antonio Carlos Konder Reis. Nesta época Antonio Carlos K. Reis encontrava-se sem função pública desde março de 1979, quando deixou o Governo. Entretanto advogava e ministrava aulas de Direito Público Constitucional em Brasília. Ficou no cargo até fevereiro de 1986, quando se elegeu Deputado Federal Constituinte. Esta foi a única ampliação da estrutura realizada no governo Amin.

Com o racha do PDS em 1984 e a criação da Frente Liberal em 1985, abriu-se um grande espaço e uma oportunidade para o PMDB disputar e ganhar o Governo nas eleições que aconteceram em 1986.

Amin acabou se "queimando" politicamente com as principais lideranças tradicionais nacionais, e as relações com Jorge Bornhausen passaram a se deteriorar, pois o então Governador entrou na campanha pelas "Diretas já", o maior movimento da história organizado pelas correntes progressitas no país para pressionar pelas eleições Presidenciais em 1984. Amin, estrategicamente ficou ao lado do movimento.

Entretanto a estratégia política já estava traçada pelas forças conservadoras e a eleição de 1984, para Presidente, seria realizada via Congresso Nacional, na qual se elegeu Tancredo Neves, pelo PMDB, e José Sarney, ex-Presidente nacional do PDS. Esta eleição indireta via Congresso Nacional foi sustentatada pelas mãos do PMDB e do PFL. Houve uma grande reação das lideranças e Amin teve sérios atritos com o então Presidente de seu Partido, José Sarney. Posteriormente, com a morte de Tancredo Neves que nem chegou a assumir o cargo para o qual foi "eleito" e provocou uma grande comoção nacional, assume o cargo o próprio José Sarney. A partir de 1985, com a consolidação do PFL, o PDS ficou em minoria na Assembléia Legislativa.

8.4. PEDRO IVO FIGUEIREDO DE CAMPOS: A DISPUTA PELO PODER E A PREOCUPAÇÃO COM PROBIDADE ADMINISTRATIVA (1987 - 1990)

Pedro Ivo Figueiredo de Campos, à frente do PMDB, foi o primeiro governador da oposição a ser eleito em Santa Catarina desde 1965, após a saída de Esperidião Amin do governo. A estratégia do Governador Pedro Ivo era a de sanear as contas públicas, devido ao rombo deixado pelos governos anteriores, e fazer um grande esforço para a recuperação financeira do estado; a partir daí, construir uma "nova Santa Catarina" com o objetivo de dar maior atenção a todos os municípios catarinenses.

Pedro Ivo Figueiredo de Campos, nasceu em Florianópolis na bairro Saco dos Limões, em 12 de outubro de 1930, no bojo da "revolução de 1930", filho de Emmanoel Pereira Campos e Florisbela Figueiredo de Campos. Passou sua infância marcada por brincadeiras como empinar pandorga, ou pipa, jogar pião com fieira e principalmente jogar futebol no "pasto do monte".[690] Iniciou seus estudos no Colégio Sagrado Coração de Jesus, depois foi para o Grupo Escolar Silveira de Souza e Grupo Escolar Lauro Müller, concluindo o ginásio no Colégio Catarinense.[691] Ao concluir o ginásio, conquistou uma vaga na Escola Preparatória de Cadetes em Porto Alegre-RS, onde permaneceu de 1947 a 1950. De 1950 a 1953, foi transferido para a Academia Militar de Agulhas Negras, em Resende - RJ, onde realizou o curso de Infantaria. Em 1953, já como Aspirante, retorna a Santa Catarina para integrar o Corpo de Oficiais do 13° Batalhão de caçadores, permanecendo até 1955, quando foi promovido a I° tenente. Em 1954 casou-se com Mariza Lobo, filha do líder político do PTB no norte de Santa Catarina Rodrigo Lobo. Devido a problemas com a tuberculose, Pedro Ivo teve que largar a farda em 1965 aos 35 anos de idade. Foi reformado como tenente coronel.

Pelas mãos de Rodrigo Lobo, Pedro Ivo começa a participar da vida política saindo candidato a prefeito de Joinville pelo PTB, onde residia em 1965, perdendo as eleições para Nilson Bender da UDN. Em 1966 Pedro Ivo elegeu-se Deputado à Assembléia Constituinte (1967) e à 6ª legislatura (1967-1970) pelo MDB, novo partido que ajudara a fundar. Como Deputado, foi eleito líder da bancada na Assembléia. Em 1967 foi novamente derrotado nas eleições municipais de Joinville pelo então candidato da ARENA

---

690 DIÁRIO CATARINENSE. *Pedro Ivo Campos: Apelidado de Santo, ele era um bom jogador de futebol, mas vocação o levou a carreira militar*. Op. cit. p. 114, 1 c.

691 DIÁRIO CATARINENSE. *Pedro Ivo Campos: Apelidado de Santo, ele era um bom jogador de futebol, mas vocação o levou a carreira militar*. Op. cit. p. 114, 1 c.

Harald Karmann. Elegeu-se Deputado federal para o período de 1971 a 1975. Entretanto, cursou Administração de Empresas no Centro Universitário de Brasília - DF, concluindo-o em 1972. [692] Nas eleições de 1972 elegeu-se prefeito de Joinville obtendo 11 mil votos a mais do que a soma das três sublegendas da ARENA, e governou de 1973 a 1976. Em 1979 elegeu-se novamente para a Câmara dos Deputados para o período 1979 a 1983. Presidente do PMDB (1980-1981 e 1983). Porém, em 1982, concorreu ao Senado contra Jorge K. Bornhausen, sendo derrotado. Elegeu-se Governador do estado nas eleições de 1986, para o período de 1987-1991. Entretanto não completa seu período de governo e falece no dia 27 de fevereiro de 1990, vítima do câncer.

Para as eleições estaduais de 1982,[693] o PMDB se articulava em torno de sua elite orgânica, o Instituto Sócio-Econômico do antigo MDB. Esta organização reunia em torno de si os intelectuais, jornalistas e políticos de tendências progressistas e que se constituíam na grande parte da oposição em Santa Catarina. Este grupo possuía como tarefa desenvolver um trabalho de articulação política em todo o estado de Santa Catarina através de seminários e palestras. Entretanto, o PMDB encontrava-se dividido internamente entre o que se denominou de "progressistas e moderados".

Os moderados e/ou conservadores compunham a ala partidária liderada por Pedro Ivo Campos, que tinha como base de sustentação o maior colégio eleitoral do estado, Joinville, onde havia sido Prefeito. Pedro Ivo detinha o apoio de várias lideranças partidárias: do então Prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira, do Senador Evelásio Vieira, do ex-Prefeito de Lages, Juarez Furtado, do advogado Saulo Vieira delegado junto ao TRE e principal articulador dos moderados dentro do partido, bem como de Edson Andrino vereador em Florianópolis, além de muitos outros. Porém a base estadual de Pedro Ivo não estava ainda consolidada.

Por outro lado, os progressistas se articulavam em torno do Instituto Sócio-Econômico, que mais tarde foi transformado na Fundação Pedroso Horta em Santa Catarina. Constituíam-se em grupos minoritários dentro do partido, mas com grande e importante base estadual. O grupo de Lages era constituído por políticos de expressão, como o Deputado Francisco Küster e o Prefeito Dirceu Carneiro, bem como Maria Shirley Donato, suplente do Senador Jaison Barrreto de Balneário Camboriú, e que na

---

692 PIAZZA, W. (1985), Op. cit. p. 133.

693 Esta discussão fundamenta-se no trabalho de AGUIAR, I. Op. cit., principalmente o Capítulo I - As eleições de 1982 em S.C.: aspectos conjunturais e políticos, pp. 44-88.

campanha de 1982, foi a principal articuladora da candidatura de Jaison Barreto ao governo do estado. No grupo de Joaçaba se destacavam Irai Zílio, candidato a Deputado estadual, e Normélio Zílio, irmão de Iraí e que mais tarde se tornou Prefeito de Joaçaba. Em Joinville e no Oeste, contava com o apoio de uma parte de sindicalistas e pessoas ligadas aos movimentos populares, tais como Nelson Wedekin e Remy Fontana, membros da Comissão de Justiça e Paz[694], e o Advogado e recém anistiado preso-político Roberto Motta, bem como outros componentes do partido. Jaison Barreto, como grande liderança, contava com o apoio da maioria dos Prefeitos do partido e tinha sua base consolidada, um reflexo de sua eleição ao Senado em 1978.

As disputas internas entre progressistas e moderados tiveram seu início em 1977, quando se disputavam posições dentro do Instituto Sócio-econômico. Estas disputas tinham a ver também, e cabe destacar, com as posições e o projeto de governo em torno da "democracia participativa - a força do povo"[695] assumidas e adotadas pelos progressistas no governo municipal deDirceu Carneiro (1977-1982), delineando seu espaço político com o moderado Juarez Furtado (Prefeito de 1973 a 1977).[696]

Assim, as eleições de 1982 foram o ponto máximo da disputa interna entre progressistas e moderados. Entretanto, o processo de escolha a que foram submetidos os candidatos refletiu em muito aquele momento de abertura política, com a participação das diretorias regionais do partido através de "prévias eleitorais", e que deu o tom da campanha, inclusive com o PMDB mais cedo nas rnas. O resultado das prévias consolidou a candidatura de Jaison Barreto para o governo e Pedro Ivo Campos, derrotado, ameaçou abandonar sua candidatura ao Senado naquele momento. Se isto acontecesse, significaria para o

---

694 AGUIAR, I. Op. cit. p. 58. Ambos participaram dos estudantes enquadrados na Lei de Segurança Nacional, em conseqüência do episódio que envolveu o Presidente Figueiredo em 1979, e que ficou conhecido como "novembrada".

695 Ver MOREIRA ALVES, Márcio. *A força do povo: democracia participativa em Lages*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

696 "Enquanto vice-prefeito, o jovem Dirceu Carneiro ocupou a Secretaria Municipal de Obras e Viação, implantando várias obras e tornando-se conhecido da população, além de conhecedor dos seus problemas. Dirceu havia, enquanto líder estudantil, participado intensamente da política de oposição ao Estado Autoritário [* nota da autora: "Foi presidente da União Lageana de Estudantes, fechada pelo golpe militar de 64; presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da UFRGS (então, uma das mais politizadas da Universidade), em Porto Alegre."]. Na qualidade de integrante do poder municipal, seu compromisso com a maioria marginalizada era firmado, no discurso e na prática, o que o colocaria, progressivamente, em rota de colisão com o personalismo do prefeito Juarez Furtado. O vice-prefeito defendia a necessidade de se ampliar, efetivamente, a participação popular na administração da coisa pública, de modo a se buscar soluções inovadoras para seus inúmeros problemas, haja vista (sic) o próprio malogro da política de desenvolvimento industrial do município. (...) Dirceu Carneiro havia retornado a Lages em 1971, quando filiou-se ao MDB, após ter realizado o curso de arquitetura em Porto Alegre. (...) Saiu candidato a prefeito nas eleições de 1976. Obteve, sozinho, mais votos do que a soma dos seus quatro adversários, mais os votos brancos e nulos. Cf. AURAS. M. Op. cit. p. 62-63.

partido enfraquecer-se diante da disputa, contrariando, inclusive, a proposta que levou a incorporação do PP ao PMDB. Assim, coube a Dejandir Dalpasquale a responsabilidade de fazer com que Pedro Ivo abandonasse a idéia, pois seria traumático para o partido e reduziria suas chances de vitória.

Em julho de 1982, durante a Convenção regional do Partido em Florianópolis, foram homologadas as candidaturas de Jaison Barreto para o governo, e para Vice João Linhares[697], que ganhara inclusive, a indicação do ex-Prefeito de Florianópolis Osmar Cunha nas prévias do PP, e Pedro Ivo para o Senado:

> importante ressaltar, contudo, que a decisão em torno da prévia fora anterior a formulação oficial a nível regional da fusão do PP ao PMDB, cuja decisão nacional também ocorreu através de Convenção dos dois partidos em Brasília no mês de fevereiro de 82, embora um pouco antes da prévia em SC. Ou seja, o PP não participou da decisão, que fora tomada ainda em 81 somente pelos peemedebistas. Deste modo, com a fusão, ficou acertado entre as lideranças dos dois partidos, que o candidato a vice nas eleições também sairia de prévia do PP no mesmo dia a do PMDB na capital catarinense. [698]

Jaison Barreto foi o vencedor das prévias, pois contou com o apoio da maioria dos Prefeitos do partido, além de sua inserção nos setores organizados da classe trabalhadora, movimento feminino e a ala jovem do PMDB. Mais ainda, conseguiu cativar o público nos comícios, a partir de seu forte discurso e firmeza de suas posições políticas, anti-autoritárias e democráticas, com grande componente socializante,

> pois buscava seu comportamento e prática política de acordo com os ideais de visão da sociedade socialista. E portanto, adotava comportamento de ataque a política econômica e social engendrada pelo regime autoritário. (...) Constituiu-se em um dos primeiros parlamentares catarinense a participar ativamente das lutas populares no estado, defendendo junto as classes trabalhadoras do campo e da cidade, a anistia ampla, geral e irrestrita, a instalação da constituinte, a abertura partidária, o direito de greve, União dos estudantes e trabalhadores, ampla liberdade de reunião e expressão de pensamento sem sensura etc. [699]

Seu pensamento e discurso possuíam um forte tom nacionalista, que causava "arrepios" aos candidatos da situação e a alguns integrantes do próprio PMDB, pois defendia abertamente "a nacionalização do setor financeiro (que incluia a nacionalização dos bancos nacionais e estrangeiros

---

[697] João Linhares foi eleito, e bem votado, o deputado federal pela ARENA em 1978, representando a região Oeste catarinense; foi lider do governo no Congresso Nacional e apoiou diversas iniciativas do regime militar. Um dos fatores determinantes para a sua candidatura na chapa, foi para se contrapor a candidatura do empresário Victor Fontana, da mesma região. Este fato também pode estar relacionado ao apoio dado ao PMDB por outro empresário da região, Plínio de Nes, sob o argumento de que a sua empresa fora a única que não recebera recursos do PROCAPE para obras de infra-estrutura. Cabe ressaltar o significado desta decisão, pois: Victor Fontana (Concórdia - Grupo Sadia e Transbrasil), Ivan Bonatto (Videira - Grupo Perdigão) e Plínio de Nes (Chapecó - Organizações Chapecó), são empresários ligados basicamente ao mesmo setor da Agroindústria, e disputam os recursos financeiros do Estado para investimentos na região e nas suas empresas.

[698] AGUIAR, I. Op. cit. p. 60.

[699] AGUIAR, I. Op. cit. p. 69.

particulares), reforma agrária, a nacionalização da petroquímica e a expropriação das multinacionais de distribuição de petróleo e seus derivados, além da intervenção na indústria automobilística por parte do estado."[700] Assim sendo, pela sua posiçãoe pelo seu discurso, em agosto de 1982, Jaison foi convidado a apresentar seu programa de governo na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG-SC, fato este que proporcionou farta munição aos estrategistas ligados ao governo que se encarregaram de "detonar" sua candidatura perante a opinião pública, como bem mostra o trabalho de Itamar Aguiar:

> Partimos da constatação de que setores da elite empresarial que estavam ao lado da candidatura Amin, também detinham o controle dos principais veículos informativos no período, o que representou um forte apoio à candidatura oficial.
> Assim vamos perceber que os donos dos principais jornais e empresas de radiodifusão eram membros do PDS catarinense. Além dos proprietários serem oriundos dos mesmos grupos econômicos que estavam ao lado de Amin, os principais jornalistas e comentaristas políticos de muitas empresas de comunicação eram atrelados ao partido oficial. Muitos deles eram assessores de comunicação social do governo estadual. [701]

Além do que, muitos estavam ligados organicamente à ADESG e participaram do seminário, onde presenciaram Jaison Barreto fazendo serias acusações à ESG, responsabilizando-a pela situação nacional: cassação de mandatos, banimento e perseguição de líderes políticos e sindicalistas, impetrados pela ideologia da segurança nacional. Estes atos, segundo ele, resultariam na mola propulsora para a união e integração de setores populares na luta pela redemocratização do país.

Assim, em 1982, após dezessete anos de jejum eleitoral para escolha de governadores, desde a eleição de Ivo Silveira em 1965, retornam as eleições diretas para Governador. Desta forma, as eleições de 1982 desfizeram "o monopólio governamental da iniciativa político-institucional. A oposição consegue eleger dez Governadores e impor uma derrota ao Governo com a conquista da maioria parlamentar da Câmara dos Deputados".[702]

Este processo eleitoral, de eleições municipais e para deputados federal e estadual, foi marcado principalmente pelas eleições diretas para Governador, o que motivou as oposições para o enfrentamento ao sistema político até então dominante em Santa Catarina, e que já vinha sendo "arranhado" com o trabalho de Dirceu Carneiro em Lages e seu projeto democrático-popular "A força do Povo", fragilizando ainda mais o poder oligárquico, principalmente no planalto serrano. Apesar disso, Juarez Furtado, então candidato a

---

700 AGUIAR, I. Op. cit. p. 70.
701 AGUIAR, I. Op. cit. p. 217, ver o capítulo V: A mídia, o Governo e a campanha do PDS.
702 AGUIAR, I. Op. cit. p. 31.

prefeito pelo PMDB em Lages, perde as eleições municipais para o candidato do PDS, o médico Paulo Duarte, numa manobra política que visava acabar com a "republiqueta socialista" em Lages, segundo costumava alardear o então governador Jorge K. Bornhausen.[703]

> Lages passou a ser a menina dos olhos de setores progressistas catarinenses e mesmo brasileiros. Reuniões importantes do PMDB eram lá realizadas. Profissionais da imprensa, pesquisadores, estudantes, políticos, curiosos em geral, dirigiam-se dos mais diferentes pontos do país para esta cidade serrana de Santa Catarina, desejosos de conhecer *in loco* o trabalho democrático-participativo desenvolvido pela prefeitura municipal, inaugurando, assim, o que alguns consideravam ser mero "turismo ideológico". Dirceu Carneiro e seus auxiliares atendiam numerosos convites, no Estado e fora dele, para expor sua inovadora experiência político-administrativa. Enquanto isso, a imprensa catarinense tratava de boicotar o que ocorria em Lages, aliando-se às fortes pressões oriundas do governo estadual. [704]

Entretanto, o governo do estado estava "ligado" no processo eleitoral municipal e não mediu esforços para derrotar seus adversários políticos, desmembrando inclusive, estrategicamente, o município de Lages, como forma de rachar o reduto eleitoral do PMDB, que detinha grande força no interior dos campos de Lages. O desmembramento atingiu sua principal fonte de receita, fazendo com que a arrecadação do ICM caisse de 3° para 10° lugar, no período de 1980 a 1985, atingindo em cheio o cofre municipal:

> Henrique Córdova, então Governador de Santa Catarina (Bornhausen licenciara-se para concorrer ao Senado), instala-se em Lages durante praticamente todo o dia da eleição, após haver, cedo, votado em São Joaquim, município vizinho. Segundo denúncias correntes, foi intenso o uso de recursos financeiros do BESC na região, no decorrer de todo o período eleitoral. Bornhausen, durante sua gestão, através da criação de supervisões regionais, sob a coordenação do governo estadual, em fortes redutos oposicionistas (Lages, Blumenau e Joinville), havia desenvolvido, sobretudo na região de Lages, uma espécie de prefeitura paralela ao governo municipal lageano, com o objetivo de fustigá-lo politicamente. Com invulgar determinação, o Estado realizou várias obras públicas na região serrana. A criação dos municípios de Otacílio Costa e Correia Pinto, desmembrados de Lages, em maio de 1982, com o franco apoio do governo do Estado, alterou o colégio eleitoral lageano e provocou grave prejuízo financeiro ao já combalido cofre do município, haja vista (sic) a localização naqueles antigos distritos das grandes indústrias de papel e celulose, além de várias outras atividades ligadas ao setor da madeira. [705]

As eleições ocorreram num clima tenso e acirrado e cheio de irregularidades, com o aparecimento da "engenharia eleitoral", constatada na época: "voto formiguinha"; "voto carbonado"; "voto camaleão"; duplicidade de títulos eleitorais; eleitores com menos de 18 anos; mudança ilegal de domicílio eleitoral; cédula de identidade falsa; ausência de fiscalização, etc. [706] Esperidião Amin e Jorge Bornhausen

---

[703] Cf. AURAS, M. Op. cit. p. 70
[704] Cf. AURAS, M. Op. cit. p. 71-72.
[705] Cf. AURAS, M. Op. cit. p. 73-74.
[706] AGUIAR, I. Op. cit. p. 97-98. O autor organizou um quadro intitulado "Resumo das formas irregulares de votação durante as eleições de 82 e métodos usados na coação dos eleitores", e que define cada uma das irregularidades cometidas.

venceram as eleições majoritárias para Governador e Senador respectivamente. O total do eleitorado era composto de 2.107.512 pessoas, sendo que compareceram 1.831.811 (84,93%), abstenção de 275.701 (13,08%), votos nulos 32.578 (1,77%), perfazendo um total 1.799.233 votos válidos.

O PMDB elegeu Prefeitos em 62 Prefeituras e entre as maiores do estado, com exceção de Lages, sendo responsável por cerca de 70% da arrecadação do ICM: (1) Joinville, São Bento e Canoinhas, região norte, onde predomina o setor industrial metal-mecânico, plástico, moveleiro, papeleiro, entre outros; (2) Criciúma, Tubarão e Araranguá, região sul, do Carvão e da cerâmica; (3) Blumenau, Itajaí e Rio do Sul, região do Vale do Itajaí, responsável pela indústria têxtil, vestuário, pesca e o maior Porto do estado; (4) Chapecó, Concórdia, Caçador, Videira, região Oeste e Meio Oeste, responsável pelo setor agroindustrial, grande parte da agricultura e calçados. Para a Câmara Federal o PMDB igualou-se ao PDS, elegendo oito parlamentares, e para a Assembléia Legislativa elegeu 19, contra 21 do PDS,[707] equilibrando as forças políticas no Parlamento, uma vez que o partido da situação sempre esteve em maioria, hegemônica, e com bastante folga, para a tomada de decisão ao nível do Poder Legislativo.

Os resultados oficiais do TRE foram os seguintes: para Governador Esperidião Amin (PDS) 838.150 votos (45,75%); Jaison Tupy Barreto (PMDB) 825.500 (45,06%); Eurides Mescolotto (PT) 6.803 (0,37%); Lígia Doutel de Andrade (PDT) 4.572 (0,24%) e Osmar Cunha (PTB) 2.281 (0,12%). Para Senador Jorge Konder Bornhausen (PDS) 816.386 votos (44,56%); Pedro Ivo F. de Campos (PMDB) 814.947 (44,48%); Valmir Martins (PT) 6.719 (0,36%); Acácio Bernardes (PDT) 4.346 (0,23%) e João Caznok Filho (PDT) 2.156 (0,11%).[708]

> Por outro lado, a diferença pró-Amin nas eleições fora mínima (...), apenas 12.650 (0,69%) sobre seu oponente Jaison. O que atesta a disputa acirrada, ao contrário do que indicavam as enquetes eleitorais.
> Essa diferença cai ainda mais no caso da vaga para o Senado (...), ou seja, 1.439 votos separariam Bornhausen de Pedro Ivo, o que evidencia "a forte polarização das eleições de 82 em Santa Catarina", seguindo a mesma previsão para o resto do país.
> De nossa parte, é fácil concluir que, caso o recurso do PMDB em que pedia a anulação do pleito fosse acolhido pela justiça, levando-se em conta somente as urnas passíveis de anulação, o resultado da eleição poderia ser alterado. E, mesmo quem sabe, revertido em favor do próprio PMDB. Aliás, é bom lembrar que o PDS catarinense foi o primeiro partido durante o processo de votação e apuração (...) a impetrar recurso apontando irregularidades e casos de corrupção eleitoral. Portanto, a anulação de umas poucas urnas poderiam alterar o resultado para o Senado, devido a pequeninissima diferença entre os dois candidatos adversários, cuja "virada"

---

707 AGUIAR, I. Op. cit. p. 92.

708 AGUIAR, I. Op. cit. p. 100-101. Conforme Tabelas 1 e 2, votação para governador e para o Senado em Santa Catarina segundo resultado oficial do TRE.

de Pedro Ivo, por exemplo, chegara a ser inclusive admitida em manchetes dos principais jornais catarinenses durante a apuração. [709]

Em suma, a simples possibilidade de vitória da oposição em Santa Catarina, nas figuras de Jaison Barreto e Pedro Ivo Campos com eleições populares, levou as elites dominantes a um novo rearranjo de forças políticas dentro dos blocos tradicionais e modernizados em torno de um "projeto de abertura" capaz de segurar o avanço e a vitória das oposições em Santa Catarina.

A partir destas eleições o PMDB, e principalmente Pedro Ivo Campos, prepara-se intensamente para concorrer ao governo do estado, pois Jaison Barreto retirava-se da cena política. Finalmente em 1986, depois de vencer as prévias do partido, Pedro Ivo foi beneficiado pelo acirramento da briga entre as elites dominantes do PDS e do PFL e derrotou o candidato Vilson Kleinubing do PFL, ex-secretário da Agricultura e abastecimento de Amin e criador do famoso programa Troca-troca. Após seis meses de sua posse, Pedro Ivo começou a apresentar os primeiros sintomas da doença "carcinóide", uma espécie de câncer que endurece os órgãos e, após vários tratamentos no Brasil e no exterior, morreu no dia 27 de fevereiro de 1990.

8.4.1. A gestão de Pedro Ivo Campos : saneamento do BESC, sob intervenção do Banco Central

As principais características da gestão de Pedro Ivo se pautaram pela preocupação com a probidade administrativa e com a modernização do aparelho de estado. Estas preocupações se tornaram estratégicas para a recuperação financeira do estado, das empresas públicas e em especial do sistema financeiro. A estratégia do Governador Pedro Ivo era a de sanear as contas públicas e, a partir dai, construir uma "nova Santa Catarina" e dar "maior atenção" a todos os municípios, garantindo suas bases de sustentação política.

> O governador Pedro Ivo Campos morreu sem conseguir realizar o maior sonho de sua vida: terminar o governo e poder construir uma nova Santa Catarina. A viúva de Pedro Ivo, Marisa Lobo Campos, diz que o marido tinha uma verdadeira fixação pelo saneamento das contas públicas. "Ele queria vencer este primeiro desafio para depois dar a atenção que desejava a todos os municípios catarinenses". [710]

---

[709] AGUIAR, I. Op. cit. p. 99.

[710] DIÁRIO CATARINENSE. *Pedro Ivo Campo: Saneamento das contas públicas era primeiro passo da administração que planejara para SC.* Op. cit. p. 115, 1 c.

A dívida pública deixada por Esperidião Amin impôs um grande trabalho a Pedro Ivo no sentido de tentar colocar o estado em pé novamente, pois a "raspagem" nos cofres públicos foi muito grande.

> Nos relatórios e nas entrevistas com lideranças do PMDB, sempre é lembrado o esforço do governo, entre 1987 a 1991, para a recuperação financeira do Estado. A herança da dívida que Pedro Ivo recebeu, de acordo com esses relatórios, foi de Cr$ 18,7 bilhões (valores da época), equivalentes a Cr$ 193 bilhões em 31 de dezembro de 1990, dívida mais da metade vencida ou a vencer nos quatro anos da administração. Além da recuperação do Badesc (Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina), a principal instituição financeira do estado, o BESC (Banco do Estado de Santa Catarina) era o grande desafio. [711]

1. Sistema Financeiro: Pedro Ivo Campos recebeu o sistema financeiro praticamente quebrado "depredado", bem como, embora não faça parte do sistema financeiro, o BADESC, tambem em stuação difícil. O maior desafio era a recuperação do BESC, principal instituição financeira do estado. Ao ser empossado, Pedro Ivo já recebeu o BESC sob intervenção do Banco Central desde 26 de fevereiro de 1987, permanecendo até junho de 1988, quando iniciou a administração compartilhada.

O patrimônio líquido do Banco era negativo na ordem de US$ 14,6 milhões e, para saneá-lo, foram tomadas várias medidas visando reduzir a sua estrutura e os custos. Dentre às medidas tomadas houve a redução do número de diretores de 29 para 6. O número de funcionários foi reduzido em torno de 12,8%, de 7.759 em fevereiro de 1987 para 6.877 em dezembro de 1989. A concessão de empréstimos passou a obedecer apenas critérios técnicos, engessando as decisões de cunho clientelístico e corporativo que lastreavam os interesses políticos, principalmente para saldar os "buracos" deixados no Tesouro do Estado, prática comum em governos passados. Enfim, a gestão de Pedro Ivo procurou colocar uma "camisa de força" na administração financeira do estado.

Por outro lado, ao nível do BESC, instituiu-se um amplo processo de modernização e automatização das agências; constituição de novos fundos de investimentos, com o volume de recursos captado no mercado financeiro crescendo 60% do patrimônio liquido do Banco; e estímulo a operações de crédito para o setor industrial e rural. Ao final de seu governo, o BESC apresentou um lucro de Cr$ 2 bilhões em 1990, com Cr$ 17 milhões em operações de crédito, e em patrimônio líquido de Cr$ 8,7 bilhões (todos em valores da época). Entretanto, ninguém foi processado ou preso pelos rombos deixados no setor financeiro do estado até aquele momento.[712]

---

711 DIÁRIO CATARINENSE. *Pedro Ivo Campo Medidas administrativas adotadas para controle e correção de rumos deu resultados a médio prazo.* Op. cit. p. 116, 1 c.

712 DIÁRIO CATARINENSE. *Pedro Ivo Campo Medidas administrativas adotadas para controle e correção de rumos deu resultados a médio prazo.* Op. cit. p. 116, 1 c.

2. Administração: outra área que mereceu destaque foi a Administração do Estado, estabelecendo um processo para garantir a probidade administrativa, seguindo a orientação de seu plano de governo. Foi através da Secretaria de Administração que se realizou um amplo processo censitário dos servidores públicos, com o objetivo de identificar o tamanho da máquina pública, e se instituiu a isonomia salarial, uma antiga reivindicação dos servidores públicos estaduais.

Os concursos públicos foram "moralizados" e as admissões de servidores passaram a ser feitas somente por concursos públicos, consagrando-se o sistema de mérito. Foi implantado o Regime jurídico único de trabalho, elaborou-se os estatutos do Servidor Público, bem como as diretrizes básicas para a elaboração do Plano de carreira, extinguiu-se 1.706 cargos comissionados na área de educação, fez-se registros e o controle do patrimônio do estado, de bens móveis e imóveis, sendo desativada grande parte da frota de veículos oficiais. [713]

3. Ciência e Tecnologia: também se constituiu uma das prioridades do governo. Foi criada a Secretaria de Ciência e Tecnologia das Minas e energia, sendo seu Secretário o Professor Universitário Arno Bollmann. Bollmann é professor do Departamento de Engenharia de Produção da UFSC. O objetivo básico da criação desta Secretária era criar as condições para o fortalecimento do desenvolvimento científico e tecnológico no estado, com vistas a garantir o suporte para o desenvolvimento equilibrado. A tarefa principal seria organizar um sistema estadual de Ciência e Tecnologia, assegurar sua descentralização funcional e operacional, estimular a iniciativa privada a utilizar métodos de combate a poluição, e estimular a área acadêmica na realização de projetos e pesquisas no desenvolvimento de processos, equipamentos, materiais, sistemas etc. Para a realização da prioridades:

> o governo do PMDB investiu 14 milhões de dólares no setor, 236 vezes mais do que o anterior.
> O Centro de Informática e Automação de SC - CIASC quadruplicou sua capacidade de processamento.
> Foram criados o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia e o Fundo Rotativo do Fomento à Pesquisa - Funcitec.
> O gás natural revolucionou nossa matriz energética e baratear (sic) os custos industriais.
> Planejamento integrado de informática em mais de 60 órgãos de administração pública estadual.
> Cr$ 266 milhões destinados ao apoio a 336 projetos de pesquisa até dezembro de 1990.
> Implantou o Centro de Desenvolvimento Biotecnológico em Joinville, e criou o Centro de Tecnologia em Cerâmica Avançada, em Criciúma, e o Laboratório Associado de Sensoreamento Remoto.
> Criou duas estações experimentais em Campos Novos e Canoinhas. [714]

---

[713] DIÁRIO CATARINENSE. *Pedro Ivo Campos: Administração.* Op. cit. p. 116, 3 c.
[714] DIÁRIO CATARINENSE. *Pedro Ivo Campos: Ciência e tecnologia.* Op. cit. p. 116, 2 c.

4. Na área da saúde: como não podia deixar de ser, construiu, reformou, ampliou, equipou, e reequipou hospitais, unidades sanitárias, mini-hospitais, etc.
Santa Catarina tem hoje a melhor rede pública de saúde do Brasil.
Construiu, reformou ou ampliou uma unidade de saúde por semana.
Criou uma unidade sanitária para cada grupo de 3.800 habitantes.
Implantou 18 mini-hospitais em pequenos municípios.
Operacionalizou tomógrafo computadorizado.
Aplicou 14,3 bilhões de cruzeiros em Saúde.
Adquiriu 68 ambulâncias e 49 outros veículos.
15 hospitais foram ampliados ou reformados. Outros 7 foram equipados e reequipados.
27 hospitais receberam subvenções com recursos próprios do estado.
Municipalização atingiu 98% dos municípios catarinenses.
Implantou o HEMOSC e unidade móvel.
Ativou nova unidade de emergência do hospital Celso Ramos.
Santa Catarina teve a melhor cobertura vacinal do País.[715]

Entre outras áreas deu encaminhamento às obras da "famosa" terceira ponte, que liga a Ilha ao Continente e que mais tarde recebeu o nome Ponte Pedro Ivo. Também foi o responsável por diversas obras de construção de Subestações de energia elétrica a partir da CELESC.

Pedro Ivo Campos não conseguiu chegar ao fim de seu mandato como governador e faleceu no dia 27.02.90, assumindo em seu lugar o vice-Governador Casildo Maldaner.

8.5. CASILDO MALDANER : SUCESSÃO FORÇADA E GESTÃO "ENGESSADA".

Após a morte de Pedro Ivo Campos, assume em 28.02.90 o Vice-governador Casildo Maldaner, dias antes da posse do novo Presidente da República eleito depois de um jejum de quase trinta anos. Foi um governo de transição, de cunho forçado e gestão "engessada"

Casildo Maldaner nasceu na cidade gaúcha de Carazinho no dia 02 de abril de 1942, filho de Andreas Maldaner e de Érica Braun Maldaner. Sua família mudou-se para Chapecó, em Santa Catarina, quando ele tinha 2 anos de idade. Iniciou seus estudos primários em Chapecó e terminou-os em Maravilha, onde concluiu o curso ginasial no Seminário Sagrada Família. Foi eleito Vereador na cidade de Modelo pela UDN (1963-1967), logo após a emancipação do município. Elegeu-se Deputado estadual à 8ª legislatura (1975-1978), ocasião em que lhe permitiu completar o curso secundário, a partir do Curso Supletivo em Florianópolis. Elegeu-se novamente Deputado Estadual à 9ª legislatura (1979-1982) e ingressou no curso de Direito da UFSC em 1981. Foi eleito Deputado Federal (1983-1987), sendo também eleito 2° Secretário da Comissão Executiva Nacional do PMDB. Nesta ocasião, transferiu seu curso de Direito para a Universidade

---

715 DIÁRIO CATARINENSE. *Pedro Ivo Campos: Saúde.* Op. cit. p. 116, 1 c.

de Brasília - UnB, o qual concluiu em dezembro de 1985. Em 1986 elegeu-se na chapa de Pedro Ivo como Vice-Governador e assumiu o Governo para o período de 28.02.90 a 15.03.91.

Quando a família Maldaner mudou-se de Carazinho para Chapecó foram 120 quilômetros de muito sacrifício pois, segundo ele, "levamos quase três meses para chegar lá, no lombo de cavalos e acampando no meio do mato".[716] A família acabou se instalando em Vila Salete, interior da cidade de Modelo. A influência política se deu pelas suas andanças no interior da região fazendo muitos amigos e por seu pai, ligado à pessoas da UDN que convidaram Casildo a se candidatar a vereador pela cidade de Modelo. Entretanto, Casildo trabalhava como motorista de caminhão e fazia fretes para Curitiba e São Paulo:

> "Nunca tive padrinho político", relata. Mas com as amizades que ia fazendo, foi convidado a concorrer a vereador em Modelo, logo após o serviço militar. Mesmo assim, não abandonou a boléia do caminhão: fazia fretes para Curitiba e São Paulo. Levava porcos (era "porcadeiro", como se diz no Oeste) e trazia mantimentos que faltavam no comércio da cidade, além de maquinário.
> Pegou a mão, não do caminhão, trabalho em que já estava super treinado, mas na política. Mal saíra do seminário, onde já se destacara em animar festinhas internas, começou a se envolver com política. Foi assim que aceitou convite para se candidatar a vereador em Mondaí - pela UDN - pouco depois da emancipação do município. [717]

Mas, com as idas e vindas da política, em 1974 candidatou-se pelo MDB a Deputado Estadual para representar a região na Assembléia, dedicando-se então a oposição e a vida político- partidária:

> Chegou fácil: foi o segundo mais votado no estado. Em 1978 reelegeu-se para a Assembléia Legislativa, outra vez como o segundo mais votado, 300 votos atrás do primeiro colocado. Em 1982 disputou eleição para a Câmara dos Deputados. Venceu.
> Em 1986 foi escolhido pelo partido como candidato a vice-governador na chapa ancabeçada por Pedro Ivo Campos. Ganhou essa condição por representar o Oeste, uma região eleitoralmente em ascensão. Formou uma espécie de dobradinha Litoral-Interior, já que Pedro Ivo tinha sua base em Joinville e região e Grande Florianópolis. O casamento deu certo: a dupla conseguiu derrotar PFL e PDS, com candidatos próprios. Não havia segundo turno. [718]

A campanha das eleições diretas para Presidente finalmente saiu às ruas. O PMDB amargou uma grande derrota eleitoral com o seu candidato Ulisses Guimarães ficando em 4° lugar e não passando para o segundo turno, disputado então por Luis Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores - PT e Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional - PRN.

---

716 DIÁRIO CATARINENSE. *Casildo Maldaner: Vice, assumiu governo com a morte do líder e amigo Pedro Ivo. Gosta da vida simples do campo.* Op. cit. p. 119, 1 c.
717 DIÁRIO CATARINENSE. *Casildo Maldaner: Da boléia do caminhão ao Palácio.* Op. cit. p. 119, 1 e 2 c..
718 DIÁRIO CATARINENSE. *Casildo Maldaner: Da boléia do caminhão ao Palácio.* Op. cit. p. 119, 4 e 5 c.

A vitória de Collor foi muito complicada para o Governador Casildo, uma vez que os partidos de oposição em Santa Catarina apoiaram o candidato do PRN. Com as medidas implementadas pelo Plano Collor, como medidas austeras para o controle da inflação e da base monetária, a recessão tomou conta do país, com o arrocho salarial, desemprego e, ainda por cima, num ano de campanha eleitoral no estado para Governador. Casildo Maldaner contava, além disso, com minoria na Assembléia Legislativa. Por outro lado o então candidato do PMDB, Paulo Afonso Vieira, foi derrotado no primeiro turno por Vilson P. Kleinubing, ex- Secretário da Agricultura de Esperidião Amin, por uma diferença de 12 mil votos, colocando o Governador numa situação crítica.

A transição foi demorada e o Governador ficou, de outubro de 1990 a março de 1991, praticamente de "mãos atadas" esperando passar o governo para o seu sucessor. Segundo o próprio Casildo "foi um calvário, enfrentei um período longo de transição, não conseguimos empréstimos. Eu era governador de direito, mas não de fato." [719]

Entretanto, um dos pontos marcantes do período de governo de Casildo, foi a criação da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental, quando o executivo sancionou o Projeto de Lei aprovado pelo Legislativo estadual, em 23 de julho de 1990. O Decreto 8.039/90 autorizava o treinamento de 192 homens e previa a construção de oito quartéis em áreas consideradas de preservação, bem como quatro pelotões: Joinville, Palhoça, Siderópolis, e Benedito Novo. A criação desta Companhia era o último requisito básico que estava faltando para que o BIRD liberasse recursos para o "Programa Mata Atlântica" em sua primeira fase.[720]

O objetivo deste projeto era a realização do zoneamento do remanescente do ecossistema da região e seu futuro tombamento. A área em estudo seria transformada mais tarde, pela UNESCO, em reserva da biosfera, dado que este ecossistema é um dos mais ameaçados do mundo.

> A partir da semente plantada pela gestão Maldaner, em 1991 foi formada a primeira turma, com 47 cabos e soldados, e a organização acabou sendo implantada de direito em 6 de maio de 1992. tendo atualmente 92 homens. Uma turma com 20 novos policiais prepara-se para entrar em atividade. [1993]
> Sua sede está instalada na baixada do Massiambu, município de Palhoça. Em março de 1993 foi implantado um pelotão em Joinville. Apesar de os pelotões de Siderópolis, Benedito Novo ainda não terem siddo implantados, o atual governo estadual prepara a inauguração de um

---

[719] DIÁRIO CATARINENSE. *Casildo Maldaner: Quadro político era desfavorável.* Op. cit. p. 120, 5 c.
[720] DIÁRIO CATARINENSE. *Casildo Maldaner: Meio ambiente ganhou proteção.* Op. cit. p. 121, 1 c.

pelotão na região lagunar sul, com responsabilidade de atuar junto aos municípios de Laguna, Imaruí e Imbituba.[721]

Outra passagem de sua gestão foi a continuação da construção da terceira ligação Ilha-Continente, que já se arrastava há um bom tempo, desde o projeto inicial de Ivo Silveira, passando por Colombo Salles que construiu a segunda ligação. Entretanto

> era preciso construir a terceira ponte já. Então começou a novela da terceira ligação Ilha-Continente. Começou na verdade com um cheque que o então presidente João Figueiredo entregou (Cr$ 300 milhões na época) para a arrancada. Com o projeto pronto, dos tempos de Colombo Salles, o então Governador Jorge Bornhausen deu a largada. Largou e parou. E assim foram se sucedendo eleições, governos e as obras da ponte a meia-boca. Só 16 anos e cinco governadores depois - Jorge Bornhausen, Henrique Córdova, Esperidião Amin, Pedro Ivo Campos e Casildo Maldaner - e muita polêmica é que o catarinense pôde ver a obra concluída. Quando Pedro Ivo assumiu o governo, em março de 1987, teve uma idéia fixa: ia terminar as obras e entregar a ponte durante o seu governo. Herdou 29% dos trabalhos concluídos. Faltavam 71%. Garantiu que num prazo de 20 meses seria aberta. Vieram as prorrogações, ou por problemas técnicos ou falta de pagamento à empreiteira. Mas a questão de honra foi levada ao pé da letra.[722]

Finalmente, no dia 08 de março de 1991, uma semana antes de entregar o cargo para Vilson Kleinubing, Casildo pode inaugurar (ainda que incompleta) a terceira ponte de ligação Ilha-Continente, e que passou a se chamar Ponte Pedro Ivo Campos em homenagem ao Governador falecido. A história de "Orofino" fica para o próximo governo.

---

721 DIÁRIO CATARINENSE. *Casildo Maldaner: Meio ambiente ganhou proteção.* Op. cit. p. 121, 1 c.
722 DIÁRIO CATARINENSE. *Casildo Maldaner: Ponte inaugurada após muita luta.* Op. cit. p. 120, 1 c.

9. CONCLUSÃO

Findo este trabalho, percebe-se a complexidade das relações que se estabeleceram para a estruturação do estado, fruto do desenvolvimento de diversas lutas internas, seja com a finalidade de ocupação do território, tornando-o como propriedade sua, pela posse, baseados em objetivos estratégicos militares, seja desempenho de funções econômicas e sociais importantes, baseados na manutenção da própria sociedade que se erigiu no seu desenvolvimento, criando as condições institucionais necessárias para o domínio e concretização do poder político de classes.

A institucionalização destas relações fazem parte da atividade política dos intelectuais no interior do aparato de Estado, e consistem na elaboração e na garantia de Leis, regras e normas duradouras que tem por finalidade institucionalizar as relações de poder num determinado bloco no poder.

Esta institucionalização é possivel na medida em que se ocupa os espaços estratégicos, específicos para esse fim, no Poder Legislativo. As ações se concretizam na elaboração de Reformas Constitucionais com a instituição de Assembléias Constituintes. Neste sentido, a função de deputado, de Senador, tornou-se, historicamente, quase uma condição *sine qua non* na trajetória política para a ascenção ao Poder Executivo do Governador.

Por outro lado, o desenvolvimento do poder público a partir de mudanças estruturais e de função do próprio Estado está ligado muito estreitamente com os desenvolvimentos do processo da produção material (produção de mercadorias) e que se constrói historicamente. Em Santa Catarina, o aprofundamento destas relações, tem seu ponto de inflexão a partir dos projetos de ocupação dos espaços regionais iniciados na segunda metade do século XIX com a imigração estrangeira, cujo objetivo global era a transformação das relações socias baseadas no escravismo, que se esgotava, em relações sociais mais "modernas" com base no trabalho assalariado, garantindo a produção de mercadorias e, conseqüentemente, a acumulação de Capital.

Assim, têm-se uma ampliação dos espaços estruturais do Estado, e cada parte componente que se amplia desenvolve funções próprias e articuladas sistematicamente ao poder político de classe. O objetivo "formal" é para o atendimento dos diversos interesses sociais, o atendimento das necessidades sociais da população em geral. Entretanto, o objetivo "real" baseia-se nas vinculações que transformam a ação do Estado (como políticas públicas) em ação concreta de classes (para apropriação econômica e a

dominação política), pois, dependendo da correlação de forças (classes e intra-classes), as políticas públicas adquirem um caráter seletivo (de gestão da coisa pública) transformando-se numa espécie de "filtro" para o atendimento de interesses de determinados grupos e/ou setores empresariais e/ou frações de classe. Estes "filtros" refletem as negociações internas para a determinação de quais espaços/setores o Estado irá investir e/ou aplicar os recursos públicos. Como por exemplo, a construção de obras públicas, como pontes, estradas, escolas, etc, e/ou prestação de serviços, saneamento, hospitais, energia elétrica, Assistência Social, Saúde, etc. Para cada "demanda social" existe uma indústria e/ou serviços que produzem as mercadorias necessárias. Para se construir uma ponte, por exemplo, necessita-se de muitas mercadorias que se incorporam na produção da ponte, tais como cimento, ferro, areia, serviço de pedreiro, etc, que serão produzidos por alguma empresa ou alguém especializado. E para tanto o Estado necessita desembolsar recursos financeiros, para cobrir a demanda social.

Assim sendo, quando a estrutura do Estado se amplia, cria e/ou expande o setor de bens públicos, age no sentido de garantir a universalização das relações de troca entre proprietários de mercadorias. Neste sentido conforma-se uma estrutura que não é "dirigida pelo mercado", mas que faz parte da produção global capitalista.

Assim sendo, procurou-se resgatar neste trabalho, alguns dos aspectos que caracterizam as complexas relações no Estado e servem de orientação importante para se entender o papel político dos detentores de poder e a conformação estrutural deste Estado, no sentido de garantir as relações com a produção material.

Percebeu-se que esse movimento de expansão do aparato estatal cria entre si encadeamentos intra-burocráticos que se transformam na "natureza" do aparato administrativo estatal. Este aparato tem como finalidade transformar interesses políticos em ação concreta de classes.

Esta característica se dá principalmente com a ascenção das forças políticas ligadas aos setores econômicos, como é o caso da Família Konder-Bornhausen, que exerceu um papel de criar e ampliar significativamente as estruturas do Estado, propiciando uma maior intervenção na economia. Esta intervenção se concretizou a partir dos planos setoriais, que se chamou POE - Plano de Obras e Equipamentos. O POE, como percebemos no trabalho, definia "prioritariamente", onde seriam investidos os recursos públicos como forma de alavancar o desenvolvimento econômico, pois uma ampliação da estrutura do estado necessita de recursos suficientes para a sua manutenção, seus gastos.

Desta forma, a principal fonte de receita do estado é a cobrança de impostos, que é gerada no bojo da produção industrial e de serviços. Assim o estado cria toda uma estrutura tributária para garantir sua arrecadação e quanto maior a produção, maior as receitas deste estado, portanto, maiores deveriam ser os "investimentos públicos". Mas nem todos os setores da economia possuem a capacidade de dar maior retorno ao nível das receitas, portanto é preciso planejar, estrategicamente, quais setores podem ser beneficiados. É geralmente neste ponto que as articulações políticas e de classe se fazem necessárias, para a determinação do que vai ser feito ao nível dos investimentos do estado e quais as prioridades das políticas públicas. Estas decisões obedecem mais especificamente às negociações internas nos espaços onde geralmente são tomadas, como é o caso do GAPLAN, das Secretarias de Estado, das Empresas públicas e seus diversos Conselhos, que funcionam como verdadeiros Grupos de Interesses no interior do aparato estatal, se institucionalizando e adquirindo "status" público.

É neste sentido que se procurou colocar, em cada período de governo, quais foram as principais "obras" realizadas na gestão de cada governador, pois elas posssibilitam perceber onde as forças políticas que compunham o bloco no poder em cada momento histórico alocaram os recursos públicos; e por trás de toda obra existe uma relação de interesse econômico e/ou político.

Assim sendo, as políticas públicas expressam-se nas lutas partidárias para a ocupação dos espaços estratégicos no interior do aparato estatal. A política é o aspecto dinâmico da estrutura estatal e caracteriza-se por um "conjunto de estratégias" que se produzem e reproduzem constantemente. Por isso a "fisionomia" e a composição do aparato do Estado são produtos históricos e expressão das diversas confrontações sociais existentes, como pudemos observar nos diversos "movimentos revolucionários": guerra dos farrapos; República Catarinense; revolução Federalista; guerra do contestado; revolução de 1930; e/ou nos movimentos político-partidários para as Reformas Constitucionais, e que aconteceram em Santa Catarina neste período pesquisado.

Assim sendo, desde as políticas iniciais no período colonial para a construção dos primeiros elementos da administração pública, com objetivos estratégicos militares, passando pelas políticas de imigração desenvolvidas pelo governo imperial para a ocupação dos espaços regionais, com objetivos econômicos, a tendência sempre crescente era a de garantir as bases para um novo e recorrente processo de desenvolvimento, que culminou com a industrialização e o trabalho assalariado a partir da segunda metade do século XIX e que se consolidou nos dias de hoje.

Como se pode observar, na fase de transição do Império para a República (1822 a 1889) foram intensos os conflitos internos para a reorganização dos interesses políticos e militares mais diversos com sucessivas trocas de governos. Entretanto, a partir de 1850, os militares se afastam do cargo de Presidente da Província, devido aos vários conflitos armados, internos e externos, principalmente com a Guerra do Paraguai (1865-70), abrindo espaços para os Bacharéis em Direito, condição da transição para ideais de um Estado liberal.

Este processo envolveu a luta de diversas frações de classe no período colonial, onde as forças dominantes eram organizadas e constitutivas num bloco de poder caracterizado pelas articulações de frações hegemonizadas pelos militares e outras frações compostas por intelectuais, proprietários, comerciantes e latifundiários, que detinham o poder político, a partir das determinações da Coroa Portuguesa.

Assim sendo, durante todo esse período, houve uma grande intervenção do estado com a elaboração de políticas que ocasionaram as profundas transformações internas em Santa Catarina, seja pela ocupação do espaço regional no desenvolvimento de sua base produtiva, seja pela influência política, que contou com a participação de diversos descendentes de imigrantes no desenvolvimento político catarinense. Estes descendentes ocuparam, inclusive, diversos cargos estratégicos na estrutura do estado, no Exército, na Marinha, no Executivo, no Legislativo, no Judiciário: generais, almirantes, ministros, governadores, senadores, deputados, vereadores, secretários de estado, etc.

Durante a República Velha, os Governadores de Santa Catarina permaneceram orgânica e profundamente ligados ao "coronelismo urbano", articulados com bases no comércio e na indústria e que lhes dão sustentação até 1930. Caracterizavam-se pelas relações familiares aliadas aos militares, hegemonizadas por grupos ligados ao Exército, como Lauro Müller e o primo Felipe Schmidt; intelectuais, como Hercílio Luz e Gustavo Richard; grandes proprietários-latifundiários do planalto catarinense, como Vidal Ramos, seu filho Nereu Ramos e seu sobrinho Aristiliano, bem como os grupos ligados a indústria, ao Comércio e ao setor financeiro como Adolpho e Victor Konder e seu cunhado Irineu Bornhausen.

Estes grupos relacionavam-se entre si, disputavam espaços, e possuíam como base de sustentação do seu poder político as suas respectivas regiões, evidenciando-se, nas diversas eleições, a correlação entre eles e suas bases eleitorais. Entretanto, se relacionavam muito proximamente com os desenvolvimentos políticos nacionais, a partir de seus postos como Deputados Federais, Senadores,

Ministros, Secretários, etc., principalmente durante a República Velha. Catarineneses ocuparam, além dos cargos legislativos, alguns cargos estratégicos no Poder Executivo Federal tais como, Lauro Müller (Ministro de Viação e Obras Públicas no Governo de Rodrigues Alves), Victor Konder (Ministro de Viação e Obras Públicas e Agricultura), Contra-Almirante Arnaldo Pinto da Luz (Ministério da Marinha) e General Nestor Sezefredo Passos (Ministério da Guerra), no Governo de Washington Luiz (deposto), entre outros.

Portanto, as caracteristicas oligárquicas de poder podem ser observadas quando, num período de 40 anos, Santa Catarina teve praticamente cinco Governadores que se revesaram: Hercilio Luz (governou por 3 vezes), Vidal Ramos (2 vezes), Felipe Schmidt (2 vezes), Gustavo Richard e Adolpho Konder (1 vez cada).

Assim sendo, o poder político em Santa Catarina é marcado profundamente pela relação de poder oligárquica, que não implica descaracterizar suas relações de classe, pelas vicissitudes de Lauro Müller, Hercílio Luz, Vidal Ramos, Felipe Schmidt, Gustavo Richard e Adolpho Konder. como pudemos observar durante todo o período estudado.

A partir de 1930, as disputas políticas se acirram em torno de duas grandes e poderosas famílias que passam a ocupar e se revesar no Poder Executivo: os Ramos e os Konder-Bornhausen.

Os Ramos capitanearam a "revolução de 1930" com o ideal das reformas necessárias no bojo da realização do programa da Aliança Liberal: reformas de natureza política, administrativa, econômica e financeira, bem como modificações da legislação social. Entretanto, sob a égide liberal o país passa por um período autoritário e centralizador, com os Interventores Federais governando praticamente sozinhos durante todo o período do Estado Novo. Em Santa Catarina Nereu Ramos governou por quase dez anos.

Vidal Ramos construiu uma poderosa força política, que foi a responsável pela construção de grande parte da história do poder político em Santa catarina e no Brasil, como pudemos observar os detalhes neste trabalho. Foram seis Governadores, a partir de Vidal Ramos: dois filhos, Nereu e Celso, dois sobrinhos, Aristiliano e Cândido, e um neto, Aderbal, além de outros componentes da família que ocuparam diversos cargos na estrutura do estado.

Rompidas as amarras do Estado Novo entrou-se num novo processo de redemocratização, que implicava novamente na ocupação dos espaços de poder político, garantindo assim, as condições necessárias ao surgimento de diversos novos Partidos Políticos em todo o país. Entretanto, dois partidos tornaram-se nacionais: o PSD e a UDN. A família Ramos permaneceu no poder com Aderbal, no PSD.

A entrada em cena da família Konder-Bornhausen impôs um novo ritmo na política partidária, pois suas relações de classe tem origem na ideologia do capital, internacional, financeiro e o do capital industrial.

A ascensão de Irineu Bornhausen ao governo do estado representou uma nova orientação política, com a introdução de novas técnicas para a elaboração de suas propostas políticas de governo. Criou-se um novo ritmo à administração pública catarinense com a evidência de um processo de reestruturação, caracterizado pelo aprofundamento da hierarquização a partir da criação de Conselhos, Assessorias, Divisões e Serviços, definindo-se para cada um suas próprias funções.

O governo de Celso Ramos aprofundou este processo e provocou uma "guinada" em termos de administração pública em Santa Catarina, pois ampliou os espaços do estado e abriu margem para que as forças em disputa dispusessem de maior espaço de manobra para negociação interna pela disputa e manutenção do poder. No projeto de Celso Ramos, criou-se, conseqüentemente, uma tecnoburocracia estatal que viria a modificar profundamente as relações políticas dentro dos espaços de poder.

Os partidos políticos perderam espaço na determinação dos projetos de governo, dando espaço ao planejamento "racional", dos tecnoburocratas. Modifica-se a linguagem.

Os demais governadores do período também são membros centrais dos grupos oligárquicos, e se fundiram após o Golpe Militar de 1964, na ARENA: com Ivo Silveira, pelos Ramos; Antônio Carlos Konder Reis e Jorge K. Bornhausen, pelos Konder-Bornhausen.

Assim sendo, no período intermediário que separa os grupos acima, a transição autoritária e burocrática com Colombo Machado Salles, que não seguiu uma trajetória parlamentar, incumbiu-se de proteger as principais lideranças partidárias, da ex-UDN e do ex-PSD, do desgaste do regime autoritário. Entretanto afastou as principais lideranças partidárias ligados ao ex-pessedismo e trouxe à tona políticos ligados aos ex-udenistas como Antônio Carlos Konder Reis e Jorge Konder Bornhausen, assumindo a liderança política no estado, nas décadas de 1970 e 1980. Esperidião Amin, apesar de não ter seguido também a trajetória parlamentar dos demais Governadores, representava os interesses ligados aos Konder-Bornhausen, num processo de transição, importante para a política em geral.

A segunda metade dos anos oitenta, representou uma virada no cenário político com Pedro Ivo Campos e a oposição do MDB/PMDB, com a ascenção dos grupos ligados ao ex-PTB, que sempre serviu de fiel da balança política articulando-se ora com a UDN de Irineu Bornhausen ora com o PSD de Celso

Ramos e Ivo Silveira, na década de 60. Incluem-se aí outros grupos dissidentes da UDN e PSD bem como de outros partidos menores.

Assim, neste período histórico pesquisado, o poder instituído a partir da nomeação de Jorge Bornhausen ao governo do Estado possibiltou perceber a forma mais acabada da estruturação do Poder Executivo em Santa Catarina e que foi sendo construído historicamente.

O trabalho serviu para mostrar que uma composição política de classes é complexa na sua formação e nas suas determinações. Porém, os resultados desta composição, significa uma "infinidade" de articulações que permite aos ocupantes de espaços de poder agir institucionalmente, para a realização de ações concretas (obras) sob a denominação de políticas públicas (Plano de Governo). Estas políticas tornam-se possíveis pela ação dos mecanismos intra-burocráticos do Estado, que transformam os interesses em ação concreta. Entretanto, são encaminhadas refletindo sobremaneira conteúdos políticos diferenciados na ação do Estado (gestão pública), servindo de parâmetro para a tomada de decisão por parte dos sujeitos que ocupam os espaços de poder ao nível de um governo jurídico do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Itamar. ***As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina - táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições***. Florianópolis: CFCH- UFSC. Dissertação de Mestrado. 1991.

ALVES, Maria H. Moreira. ***Estado e oposição no Brasil (1964-1984)***. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. In. ***Crítica marxista***: a estratégia revolucionária na atualidade. São Paulo: Joruês, 1986.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. ***O Legislativo estadual paulista***. São Paulo: DROAG-SP. set-1984.

ASSMANN, Selvino. ***Análise crítica do texto de Carlos Jamil Cury***: "Categorias possíveis para uma aproximação do fenômeno educativo", Florianópolis: CCH/UFSC, (Mimeo), dezembro de 1979.

AURAS, Marli. ***Guerra do Contestado:*** a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: UFSC-Cortez, 1984.

_____. ***Poder Oligárquico Catarinense***: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "Opção pelos pequenos". São Paulo: PUC-SP. Tese de Doutoramento, 1991.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Intervenção legítima. In. ***Revista Isto é Senhor***, n. 1.071, 28.03.90.

BERTELLI, Edilane. ***Consensos e dissensos na indústria da construção civil***: os rumos da ação política empresarial na "Ilha da Magia". Florianópolis: CPGSP-UFSC, Dissertação de Mestrado, 1994.

BOSCHI, Renato R. ***Elites industriais e democracia***. Rio de janeiro: Graal, 1979.

CAMARGO COSTA, Márcio. ***Qüeras.*** Florianópolis: UFSC-Letras Contemporâneas, 1994.

CÁRIO, Silvio A.F. ***Conglomeração de capitais e empresariado: dinâmica capitalista, valores e posições de classe***. Florianópolis: CPGCS-UFSC, Dissertação de mestrado, 1991.

CARNOY, Martin. ***Estado e teoria política.*** Campinas-SP: Papirus, 1988.

CARREIRÃO, Yan de Souza . ***Eleições e Sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)***. Florianópolis: UFSC, 1990.

CORRÊA, Carlos Humberto (Org.). ***Nereu Ramos***. Florianópolis: FCC Edições: Associação Portobello de Cultura, 1988.

COSTA, Licurgo. ***Um cambalacho político***: a verdade sobre o "acordo" de limites Paraná-Santa Catarina. Florianópolis: Lunadelli, 1987.

CUNHA, Idaulo José. ***O salto da indústria catarinense***: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

DIÁRIO CATARINENSE. ***Governadores de Santa Catarina - 1739/1993***: 254 anos da história catarinense. Florianóplis: RBS Jornal. 25.11.93. (edição especial).

DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato R. ***Agregação e representação de interesses do empresariado industrial***: sindicatos e Associações de classe. Rio de Janeiro: IUPERJ, Relatório de Pesquisa. 1979.

DINIZ, Eli. ***Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil***: 1930-1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DREIFUSS, René. ***1964 A Conquista do Estado***: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. ***A Internacional capitalista***: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). 2. ed. Rio de janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

DROULERS, Martine. Emprego político e clientelismo. In. ***Sociedade e Estado***, Brasília: IV (1), 126-144, jan/jun-1989.

ESTADO DE SANTA CATARINA. ***Lei 5.516 de 28 de fevereiro de 1979***.

FAORO, Raimundo. ***Os donos do poder***: formação do patronato político brasileiro. v. 2, 8 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

FLEICHER David (org). ***Da distensão à abertura***: as eleições de 1982. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

GRAMSCI, Antonio. ***Os intelectuais e a organização da cultura***. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. ***Concepção Dialética da História***. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. ***Maquiavel, a política e o Estado Moderno***. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980.

IANNI, Octavio. ***O ciclo da revolução burguesa***. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

_____. ***Estado e planejamento econômico no Brasil***. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. *A formação do Estado Populista na América Latina*. São Paulo: Ática, 1989,

LÊNIN, Vladimir I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. 4 ed. São Paulo: Global, 1987.

LINDBLOM, Charles. *O Processo de decisão política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

MALAN, Pedro Sampaio. *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)*. 2 ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1980.

MANDEL, Ernest. *O significado da segunda guerra mundial*. São Paulo: Ática, 1989.

MARX, Karl. *Formações Econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *O dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Global. 1986.

_____. *As lutas de classe na França (1848-1850)*. São Paulo: Global, 1986.

MATTOS, Fernando M. de. *Santa Catarina, nova dimensão*. Florianóplis: UFSC, 1973.

MATUS, Carlos. *Política, Planejamento & Governo*. Tomo I. Brasília: IPEA, 1993.

MINELLA, Ary C. *Organização corporativa e extra-corporativa do empresariado*: uma reflexão teórico-metodológica. Florianópolis: UFSC, Mimeo, 1988.

MOREIRA ALVES, Márcio. *A força do povo*: democracia participativa em Lages. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

O'DONNELL, Guilhermo. *Contrapontos*: autoritarismo e democratização. São Paulo: Vértice, 1986.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OSZLAK, Oscar. Políticas públicas e regimes políticos: reflexões a partir de algumas experiências latino-americanas. In. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: 16 (1): 17-60, jan/mar. 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A revolução farroupilha*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PIAZZA, Walter. *Santa Catarina*: sua história. Florianópolis: UFSC-Lunardelli, 1983.

PIAZZA, Walter (org.). *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1985.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins fontes, 1978.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 30 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RICHTER, Klaus. *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau*. Florianópolis: UFSC-FURB, 1992.

RUBIN, Isaak Illich. *A Teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.

SCHMIDT, Benício Vieró. *O Estado e a política urbana no Brasil*. Porto Alegre: Universidade/LP&M, 1983.

SCHMITZ, Sérgio. *Planejamento Estadual*: a experiência catarinense com o plano de metas do governo - PLAMEG - 1961/1965. Florianópolis: UFSC/UDESC, 1985.

SILVA, Sérgio, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

SILVEIRA LENZI, Carlos A. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: USFC-Lunardelli, 1983.

TONNELAT, Ernest. As colônias Alemãs no Brasil. (tradução de Valberto Dirksen). In. *Revista Catarinense de História. n.* 2. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1994.

TORERO, José Roberto. *Galantes memórias e admiráveis aventuras do virtuoso conselheiro Gomes: o Chalaça*. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1985.